

THIAGO FIDELIS

PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais
pelas páginas de *O Estado de S. Paulo* e *Ultima Hora*
(1954/1956)



THIAGO FIDELIS

PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais
pelas páginas de *O Estado de S. Paulo* e *Ultima Hora*
(1954/1956)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2018

Fidelis, Thiago

PRETO NO BRANCO: as crises políticas
institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo
e Última Hora (1954/1956) / Thiago Fidelis – 2018
475 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio

1. O Estado de S. Paulo. 2. Última Hora. 3. Cultura
Política. 4. Habitus. I. Título.

THIAGO FIDELIS

PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais
pelas páginas de *O Estado de S. Paulo* e *Ultima Hora*
(1954/1956)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 21/03/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Membro Titular: **Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy**
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Membro Titular: **Profa. Dra. Heloísa Helena de Jesus Paulo**
Universidade de Coimbra – Portugal

Membro Titular: **Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi**
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Franca

Membro Titular: **Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle**
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Aos meus pais Valdeci e Suely, ao meu irmão Henrique e à minha esposa Flávia: meus
amores
E, in memoriam, à minha avó, Elsa Moraes Fidelis*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio, pela valiosa parceria, paciência e cumplicidade ao longo caminho entre os primeiros esboços e a tese em definitivo.

À CAPES, que mais uma vez propiciou a oportunidade para que eu pudesse ter dedicação à pesquisa, viabilizando a conclusão do projeto apresentado para o ingresso no curso de Doutorado.

Às Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy e Profa. Dra. Anita Simis, pelos apontamentos feitos ao trabalho desde as discussões sobre o projeto até a conclusão desse.

À Profa. Dra. Heloísa Helena de Jesus Paulo, por ter me acolhido em Coimbra e por ter sido meu porto seguro em terras lusitanas, além da valiosa contribuição à redação da tese.

Ao Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi e à Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle, pelas correções e indicações na banca avaliativa desse trabalho.

Aos funcionários do CEDAP da Unesp/Assis, pela valiosa contribuição para os arquivos de que precisei para completar a análise documental do trabalho, além dos funcionários da Pós-Graduação e Biblioteca da FCLAr/Unesp/Araraquara, por todos os serviços prestados e pela ajuda concedida desde o início do processo.

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCLAr/Unesp/Araraquara, pelos diálogos e convivência em todos esses anos.

Às Profa. Dra. Silvia de Cassia Rodrigues Damacena de Oliveira, pelo exaustivo trabalho de revisão do texto e à Profa. Dra. Talita Serpa, pela tradução do resumo à língua estrangeira.

À todos os colegas docentes desses últimos anos, por toda a troca e experiência vivida, sejam as frustrações da carreira ou os prazeres da profissão. Para não cometer graves injustiças, não nomeio ninguém, mas sintam-se contemplad@s.

Aos meus pais Suely e Valdeci e ao meu irmão Henrique, por toda a compreensão e carinho demonstrados durante esse árduo período de pesquisa e escrita. Certamente, são as minhas referências e inspirações para toda a vida. Gratidão eterna.

Aos familiares e amigos que, embora distantes pelo afastamento para a dedicação ao doutorado, jamais foram esquecidos e que sempre caminharam comigo. Em especial à minha avó Elsa Moraes Fidelis, que faleceu em fins de 2016 e que, infelizmente, não consegui acompanhar seus últimos momentos. Aqui, fica a dívida eterna.

À Flávia, amor de toda vida e companheira que, mais do que ninguém, compartilhou as alegrias e as dores de todo esse processo. A ti, devo não somente meu coração, mas todo o meu mundo. Amo-te imensamente.

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”

Sérgio Buarque de Holanda (1995,
p. 160)

“Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável (...) O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido”.

Pierre Bourdieu (2011, p. 204)

“Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la”

Honoré de Balzac (2015, p.114)

RESUMO

Partindo do ponto de que a imprensa é um campo no qual, para além do trato da informação e das formas como ela se manifesta, também é um espaço de intervenção social nas suas mais variadas formas, a presente tese buscou compreender a participação no campo político de dois jornais brasileiros, nos períodos entre 1954 e 1956: O Estado de S. Paulo (OESP) e a Última Hora (UH). A escolha tanto dos periódicos quanto das datas foi pautada por alguns critérios: a) o recorte temporal foi feito com base no conceito de crise, ou seja, um intervalo de tempo no qual acontecem atos que fogem à norma estruturada. Do ponto de vista político, nesses momentos, ocorreram inúmeros fatos extremos, como o suicídio de Getúlio Vargas e o contragolpe do Marechal Lott, que forneceu bases para a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart; b) na política institucional, havia duas culturas políticas buscando espaço: de um lado, uma cultura política trabalhista, com base em princípios nacionalistas e estatistas instituídos, sobretudo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); já do outro lado, havia uma cultura política liberal, pautada em opor todos os princípios defendidos pelo outro grupo, tendo um caráter liberal do ponto de vista econômico, mas conservador do ponto de vista político, sendo representada pela União Democrática Nacional (UDN); c) por fim, os dois jornais escolhidos estavam muito próximos (embora não fossem publicações a serviço dessas agremiações) desses grupos: UH fora criada por Samuel Wainer para ser um espaço dentro do campo jornalístico de apoio a Vargas, uma vez que essa área era hostil ao presidente; e no caso do OESP, o periódico era um dos mais tradicionais críticos ao mandatário nacional, principalmente na figura de seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, que fora preso várias vezes e exilado, nos anos 1930 e 1940, durante a primeira passagem de Vargas pelo poder. Assim, a hipótese da tese é de que ambas as publicações, mais do que informar e formar opiniões, buscaram formas de participar ativamente, influenciando diretamente nos acontecimentos políticos brasileiros naquele período bastante conturbado e permeado por uma intensa crise institucional. A pesquisa foi baseada em um levantamento de todas as edições dessas publicações, entre o início do ano de 1954 e janeiro de 1956, quando ocorreu a posse da chapa eleita para o Executivo nacional. No entanto, também foram analisadas outras datas e jornais, embora de maneira esporádica. Para balizar a discussão, foram utilizados os conceitos de cultura política dos cientistas sociais Gabriel Almond e Sidney Verba, além das ideias de *habitus*, campo e capital, balizadas na perspectiva do cientista social Pierre Bourdieu. Para uma melhor compreensão das ideias por trás dos periódicos, também foi feito um levantamento biográfico sobre os principais nomes que balizavam as opiniões dos jornais: Júlio de Mesquita Filho e Samuel Wainer. Desse modo, a presente tese buscou ser um espaço de análise e reflexão sobre como a imprensa, no contexto estudado, foi uma parte fundamental na organização da política nacional.

Palavras-chave: O Estado de S. Paulo; Última Hora; Cultura Política; *Habitus*.

ABSTRACT

Considering that press is a field that, besides dealing with information and with the ways it manifests itself, represents a space of social intervention in many different conceptions, this research intended to comprehend the participation of two main Brazilian Newspapers in political area during the period between 1954 to 1956: *O Estado de S.Paulo* (OESP) and *Ultima Hora* (UH). The choice of both papers and of the period was based on the following criteria: a) the segmentation of events related to the concept of crisis, that is to say, a time interval when some non-structured acts happens. From a political point of view, in these moments, there were numerous extreme facts, for instance: Getúlio Vargas's suicide and Marechal Lott's backlash, that provided the sources for Jucelino Kubtschek's and João Goulart's presidential inauguration; b) in the current institutional policy, there were two political cultures: on one hand, principles of labour, based on nationalism and statism, which were developed by the Partido Trabalhista do Brasil (PTB), and, on the other hand, a liberal perspective, based on opposing all the beliefs defended by the other group. This last Party used to present a liberal economical perception related to a conservative position, being represented by União Democrática Nacional (UDN); c) both Newspapers were very close to these groups (although they were not specific publications organized to serve them). It is important to verify, for example, that UH was created by Samuel Wainer in order to be a journalistic field to support Vargas, once media was a hostile area to the president; and, in OESP's case, the paper was one of the most traditional reviewer of the national lider, mainly represented by its director, Júlio de Mesquita Filho, who was arrested and exiled, between 1930 and 1940, the first Varga's mandate. Therefore, the hypothesis of this study is that both journals, more than informing and creating opinions, used to develop strategies to effectively participate in politics, by directly influencing Brazilian political events during those turbulent years, permeated by intense institutional crisis. The research promoted a survey in all these papers editions from 1954 to 1956, when occurred the election for National Executive. However, we also analysed other dates and newspapers, although sporadically. In accordance with this discussion, we used the concept of political culture, developed by Gabriel Almond and Sidney Verba, as well as the notions related to *habitus*, field and capital, created by the sociologist Pierre Bourdieu. For a better comprehension of ideas behind the papers, we promoted a research about the main journalists who guided these News: Júlio de Mesquita Filho and Samuel Wainer. Moreover, the present thesis tried to be a space for analysis and reflection about how Brazilian Press, in that historical context, was a fundamental part in national political order.

Keywords: O Estado de S. Paulo; Ultima Hora; Political Culture; *Habitus*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Comparação entre as capas dos dois jornais, das edições do dia 27/10/1951	23
Imagem 2	Comparação entre duas capas do OESP	59
Imagem 3	A primeira capa de UH	103
Imagem 4	Publicação na revista <i>O Cruzeiro</i> , de 15/05/1948	111
Imagem 5	Capa de <i>O Jornal</i> , de 03/03/1949	113
Imagem 6	Publicado na UH em 05/01/1953	125
Imagem 7	Capa da Tribuna da Imprensa, dia 15/07/1953	134
Imagem 8	Capa da UH do dia 20/07/1953	136
Imagem 9	Texto da publicação de um fac-símile da possível original da carta	162
Imagem 10	Comparação entre os jornais	177
Imagem 11	Parte superior da capa de UH do dia 13/05/1954	181
Imagem 12	Capa da UH do dia 20/05/1954	183
Imagem 13	Charge <i>O CÔRVO</i>	188
Imagem 14	Última página da edição do dia 25/05/1954 do OESP	190
Imagem 15	Outra charge de Lacerda como <i>Corvo</i>	193
Imagem 16	Retirado de UH, 07/06/1954	196
Imagem 17	Capa da UH, do dia 08/07/1954	202
Imagem 18	Publicada no OESP em 08/07/1954	204
Imagem 19	Publicação da parte superior da capa de <i>O Radical</i> de 01/11/1932	206
Imagem 20	Imagem retirada de UH, 02/07/1954	218
Imagem 21	Imagens publicadas na UH, em 05/08/1954	223
Imagem 22	Retirado de UH, 13/08/1954	229
Imagem 23	Fotos de Climerio e Soares, apontados como outros envolvidos	232
Imagem 24	Retirado de UH, 17/08/1954	234
Imagem 25	Retirado de UH, 19/08/1954	237
Imagem 26	<i>Uma cena típica nos “porões dos Borgias”</i>	238
Imagem 27	Capa da segunda edição da UH, de 23/08/1954	245
Imagem 28	Capa da primeira edição da UH do dia 24/08/1954	248
Imagem 29	Militares envolvidos no pedido de licença de Vargas	253
Imagem 30	Várias manifestações populares de tristeza frente ao anúncio da morte de Vargas	254

Imagem 31	Imagens de Vargas com a família, reforçando sua atitude paterna e conciliatória com a população	255
Imagem 32	Página da segunda edição da UH, de 24/08/1954	256
Imagem 33	Extraído da UH, 25/08/1954	259
Imagem 34	Capa da edição da UH de 25/08/1954	260
Imagem 35	Principais personagens próximos à Vargas registrados pelas lentes da UH no velório	261
Imagem 36	Capa da segunda edição do dia 25/08/1954	262
Imagem 37	Página da UH, dia 10/09/1954	270
Imagem 38	Caixa de texto, publicada em várias edições da UH, conclamando a população a “vingar” Getúlio Vargas pelo voto	273
Imagem 39	Imagem ilustrativa, demonstrando como seria o processo de votação	276
Imagem 40	Destaque da UH, na capa do dia 25/10/1954	281
Imagem 41	Capa da UH do dia 13/11/1954	284
Imagem 42	Parte da capa da UH do dia 14/03/55	303
Imagem 43	Indicação dos pontos defendidos por JK na entrevista para Eloy Dutra	305
Imagem 44	Imagem retirada de UH, 30/03/1955	310
Imagem 45	Os principais nomes apontados, do PTB, pela UH	318
Imagem 46	Na quarta página da edição do dia 20/04/1955 da UH	321
Imagem 47	Capa da UH do dia 22/04/1955	322
Imagem 48	Destaque da edição da UH, do dia 18/05/1955	329
Imagem 49	Charge publicada na UH, em 14/06/1955	337
Imagem 50	Publicada na capa da UH do dia 01/07/1955	342
Imagem 51	Charge publicada no dia 02/07/1955 na UH	346
Imagem 52	Capa da edição do dia 05/08/1955 da UH	352
Imagem 53	Parte da capa da UH, do dia 09/08/1955	355
Imagem 54	Capa da UH, do dia 24/08/1955	360
Imagem 55	Trecho da capa da UH, na edição do dia 26 de agosto de 1955	363
Imagem 56	Repercussão da fala de Danton Coelho. UH, edição de 27/08/1955	365
Imagem 57	Imagem de Lacerda com armas. OESP, edição de 10/09/1955	368
Imagem 58	Parte da capa da UH, da edição de 14/09/1955	370
Imagem 59	Grande destaque da UH, na capa do dia 24/09/1955	376

Imagem 60	Várias propagandas veiculadas na UH	378
Imagem 61	Propagandas veiculadas no OESP, em 30/09/1955	379
Imagem 62	Capa do OESP, 02/10/1955	380
Imagem 63	Capa da UH, no dia da eleição (03/10/1955)	381
Imagem 64	Destaque para a capa da 2º edição da UH, de 17/10/1955	392
Imagem 65	Comparação entre os dois jornais	399
Imagem 66	Capa da 3º edição da UH do dia 11/11/1955	412
Imagem 67	Publicação das 4 capas, em 5 edições da UH, do dia 11/11/1955	413
Imagem 68	Capa do OESP de 12/11/1955	415
Imagem 69	Capa da 2º edição da UH de 12/11/1955	417
Imagem 70	Conjunto de algumas fotos da viagem de JK, publicadas na UH	446
Imagem 71	Capa da UH do dia 25/01/1956	447

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tiragem dos principais jornais até 1952	130
Tabela 2	Principais valores a serem pagos para o Banco do Brasil (em Cruzeiro)	135
Tabela 3	Divisão das candidaturas e as posturas dos jornais OESP e UH	332

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFP	Agence France Press
AI	Almanaque Israelita
AIB	Aliança Integralista Brasileira
AMRJ	Associação Médica do Rio de Janeiro
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APSP	A Província de S. Paulo
BB	Banco do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB	Correio Braziliense
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CEDPEN	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo
CL	Clube da Lanterna
CM	Correio da Manhã
CNE	Conselho Nacional de Economia
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DA	Diários Associados
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DN	Diário de Notícias
ELSP	Escola Livre de Sociologia de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GRJ	Gazeta do Rio de Janeiro
IBC	Instituto Brasileiro do Café
MNPT	Movimento Nacional Popular Trabalhista
NCP	Nova Cultura Política
ND	Nova Diretrizes
OESP	O Estado de S. Paulo
PCB	Partido Comunista do Brasil
PD	Partido Democrático
PDC	Partido Democrático Cristão
PETROBRAS	Petróleo do Brasil

PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Paulista
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RB	Revista Brasileira
RC	Revista Contemporânea
SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
STF	Supremo Tribunal Federal
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tribuna da Imprensa
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDB	União Democrática Brasileira
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UH	Ultima Hora
UP	United Press
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VARIG	Viação Aérea Rio-Grandense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. CIÊNCIAS SOCIAIS E MÍDIA: O SURGIMENTO DO OESP	32
2.1 Cultura(s) política(s) e comunicação: breve discussão	32
2.2 A criação do OESP e a consolidação da imprensa empresarial no Brasil	56
2.3 Do fim do Estado Novo ao novo governo Vargas: situações e inflexões	76
3. O SURGIMENTO DA UH E O GOVERNO VARGAS: ENTRE A POPULARIDADE E A INSTABILIDADE	99
3.1 Samuel Wainer: de Diretrizes à Última Hora	99
3.2 O arrefecimento da oposição e os desencontros políticos no governo	116
3.3 1954: as fraturas políticas e o ocaso do governo	146
4. O FIM DO GOVERNO VARGAS E O APÓS: NOVAS POSIÇÕES NO CAMPO DA IMPRENSA	179
4.1 O surgimento do <i>Corvo</i> e as divergências políticas: pontos de inflexões	179
4.2 Do assassinato ao suicídio: os últimos momentos de Getúlio Vargas	216
4.3 A repercussão da morte e os primeiros passos do governo Café Filho	247
5. AS AMEAÇAS DE GOLPE E A MOVIMENTAÇÃO DA IMPRENSA	276
5.1 Os processos eleitorais e os desdobramentos políticos e midiáticos	276
5.2 As indefinições do pleito e as disputas no campo político	308
5.3 Momentos de interlocução e a definição das candidaturas	336
6. ELEIÇÃO, VELHAS E NOVAS CRISES: A ESCOLHA DO PRÓXIMO PRESIDENTE	367
6.1 Escândalos, atos e contra-atos: o resultado eleitoral e seus desdobramentos	367
6.2 Os últimos passos da crise política: os golpes e o contragolpe	395
6.3 As indefinições políticas e a posse	426
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	452
8. REFERÊNCIAS	459

1. INTRODUÇÃO

“Antes de descoberta aquela má terra da verdade, tivemos outros de pouca dura; não tardava que o céu se fizesse azul, o sol claro e o mar chão, por onde abríamos novamente as velas que nos levavam às ilhas e costas mais belas do universo, até que outro pé de vento desbaratava tudo, e nós, postos à capa, esperávamos outra bonança, que não era tardia nem dúbia, antes total, próxima e firme” (ASSIS, 2008, p. 303)

Na obra *Locuções tradicionais no Brasil*, publicada em 1970, Luís da Câmara Cascudo fez um levantamento de inúmeros termos utilizados no cotidiano e, em pequenos verbetes, buscou a origem e uma explicação mais embasada de cada um dos termos pesquisados. O de número 243, cujo título é PRETO NO BRANCO, traz a seguinte definição:

Preto no branco é o documento escrito, promessa ou acordo, valioso pela escritura. *Tinta e papel*, como se dizia no séc. XVIII em Portugal. Antigamente a frase era *cum cornu et cum alvende* (ano de 870). *Cornu* era o tinteiro, comumente de chifre. *Alvende* o alvará, rescrito, decreto. *Cum cornu et alvende* significava diploma escrito e com assinatura ou chancela da autoridade legítima. Declaração de direito positivo. *Preto no branco*, parece-me locução brasileira e do séc. XIX (CASCUDO, 1970, p. 197).

No início da década de 1950 no Brasil, os impressos eram fontes importantes de comunicação, em conjunto com o rádio. Em relação aos primeiros, segundo o *Anuário Estatístico de 1955*, o Brasil possuía 2961 periódicos (entre jornais diários, gazetas e revistas) para uma população de pouco mais de 57 milhões de habitantes, sendo que quase metade era analfabeta (ANUÁRIO, 1955, p. 28-30). Levando em conta o número de aparelhos de rádio, o índice era de, aproximadamente, 3 milhões e meio espalhados pelo país, sendo que cerca de 75% desses estavam em centros urbanos¹. A televisão ainda era uma realidade bastante distante, com a transmissão inicial no Brasil ocorrendo em 1950, sendo que os primeiros aparelhos também chegaram nessa data, patrocinados pelo empresário Assis Chateaubriand (mais conhecido como *Chatô*), dono de uma imensa cadeia de jornais e rádios, intitulada *Diários Associados* (DA). Sua emissora, a primeira do Brasil, foi batizada como TV Tupi (MORAIS, 1994, p. 496-504).

Embora com meios distintos de difusão de informações, eram poucos grupos que controlavam o trabalho desses canais de comunicação. Com exceção da Rádio Nacional (principal líder de audiência do Rio de Janeiro, estatizada em 1938), as outras emissoras eram propriedades também dos mesmos donos dos periódicos: as Rádios Tupi e Tamoio pertenciam

¹ Os dados com as estimativas organizadas, relacionadas à década de 1950, podem ser encontrados em AZEVEDO (2002, p. 121).

aos DA, a Rádio Globo era do grupo que controlava o jornal com mesmo nome (pertencente a Roberto Marinho) e, em São Paulo, a Rádio Gazeta pertencia a família Cásper Líbero, dona de um jornal homônimo, entre outras (AZEVEDO, 2002, p. 143).

Se a principal marca do rádio era o entretenimento, nos jornais as notícias, em especial a cobertura política, eram as bases mais importantes. De maneira geral, as principais fontes de informação para a população, em relação aos acontecimentos institucionais, eram as impressas, além de que, muitas vezes, as opiniões ou informações construídas por um jornal reverberavam pelo meio político e pelo próprio meio social (SODRÉ, 1966, p. 454-457). É importante levar em conta que, principalmente a partir do século XIX (época na qual a imprensa passou a ter maior importância no Brasil), as disputas eminentemente políticas entre esses grupos eram bastante intensas e denotavam, em linhas gerais, como esse meio sempre esteve atento às publicações (SODRÉ, 1966, p. 69-95).

Do ponto de vista estritamente político, esse período foi extremamente importante para o Brasil por uma série de fatores. As inúmeras mudanças socioeconômicas ocorridas durante os anos 1930 e início da década de 1940 ainda levariam a outros desdobramentos nos períodos que se seguiram, principalmente na nova ordem institucional estruturada no país, entre 1945 e 1964. Esses quase vinte anos de poder, orientados por uma Constituição liberal e marcados por imensas inflexões, ocasionaram vários conflitos institucionais, sendo que a conjuntura com disputas mais intensas foi a do fim do governo João Goulart (1961 a 1964), culminando com uma movimentação civil e militar que, precocemente, pôs fim ao seu mandato, dando origem a uma ditadura (que seria de caráter militar, até 1985).

Para refletir sobre esses períodos de inflexões na política, foi utilizado o conceito de crise. Segundo o cientista político italiano Gianfranco Pasquino:

Chama-se Crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame (...) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO; 1998, p. 303)

Embora o termo possua várias nuances e perspectivas distintas em contextos e temporalidades diferentes, ele traz em seu bojo a ideia de mudanças inesperadas, ou seja, aspectos que, dentro de uma objetividade e um padrão de acontecimentos observados, tendem (ou tenderiam) a não acontecer. O que marca um acontecimento (ou vários deles) de maneira a indicar uma crise é exatamente a sua excepcionalidade. Há inúmeros fatores elencados nesse

espaço de tempo que podem ser pensados a partir dessa perspectiva, principalmente nos últimos dez anos desse período: o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1954), as movimentações para o impedimento da posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira e de seu vice, João Goulart (1955), as crises militares, denúncias de corrupção na construção de Brasília e disputas do governo brasileiro com investidores estrangeiros e governos de outros países (1956 a 1961), a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961) e o já citado conturbado governo de João Goulart, entre outros.

Obviamente, o princípio não é indicar que alguns fatos sejam mais importantes ou imediatos que outros. A intenção é apenas assinalar que, a partir de uma dada temporalidade e de alguns recortes cronológicos, foram feitas escolhas para a análise que segue, visando a um maior aprofundamento no debate em relação a aspectos sociológicos e políticos do contexto estudado (DOBRY, 2014, p. 37-41).

Pensando em relação aos impressos do período, um dos jornais de maior circulação e tradição no Brasil foi *O Estado de S. Paulo* (OESP). Fundado em 1875 como um meio de divulgação dos princípios ligados ao recém-fundado *Partido Republicano* (PR) e com o nome de *A Província de S. Paulo* (APSP), esse periódico passou pelo fim da monarquia e no início do contexto republicano sempre de maneira bastante crítica, mesmo quando apoiava os grupos que estavam no poder. No início da década de 1950, a publicação paulista direcionou toda sua energia contra a campanha do ex-presidente Getúlio Vargas, que voltava ao cenário eleitoral procurando chegar, pela primeira vez de maneira democrática, ao cargo que já ocupara por quase quinze anos, entre 1930 e 1945.

Não somente OESP, mas vários outros jornais fizeram uma cobertura bastante negativa em relação ao ex-presidente. Entre vários fatores, um dos pontos determinantes para essa disposição foi o autoritarismo exercido por Vargas durante o período conhecido como Estado Novo, que durou entre 1937 e 1945 e foi marcado, declaradamente, como uma ditadura. Ou, nos dizeres do próprio político, no discurso de implantação de seu novo mandato, “um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho” (D’ARAÚJO, 2011, p. 365), utilizando o mesmo título do governo de António de Oliveira Salazar, em Portugal (TORGAL, 2009, v. 2, p. 35).

Mesmo com a oposição de praticamente todos os jornais de grande tiragem, o ex-presidente foi eleito e, após muita resistência desses grupos (que não desejavam ver Vargas empossado), assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1951. Com exceção de algumas publicações com baixa tiragem na capital carioca, a imprensa posicionou-se como oposição ao

novo mandatário do Executivo Nacional, como é possível ver no *Correio da Manhã* (CM), um dos principais jornais da capital brasileira:

O passado é tenebroso no sr. Getúlio Vargas. Peja-se, em várias circunstancias, de golpes contra a lealdade que todos os governos devem às instituições. Irá êle modificar-se no desempenho de um cargo a cujo exercício não se adaptou na forma das leis? É esta a suspeição fundamental que desperta a sua nova presença no govêrno (...) Mas do Sr. Getúlio Vargas diremos que nada, absolutamente nada nos traz de propício ou desvanecedor no dia de hoje, tanto é natural que nêle só lobriguemos o passado – que só o julgemos pelo que já fêz, em atos positivos, e não pelo que possa fazer, depois de juras fementidas. Esperemos... porém de pé atrás e mão na espada (CM, *O NOVO GOVÊRNO*, 31/01/1951).

O novo presidente tinha plena consciência de que, dentre os vários grupos que declaradamente eram contra seu governo, a imprensa seria um dos campos mais intensos. Nenhum jornal de grande tiragem noticiava aspectos positivos relacionados ao governo que se iniciava (os mais condescendentes ou os menos ríspidos com o hodierno mandatário publicavam apenas alguns acontecimentos, sem opiniões propriamente ditas) e, por conta disso, grandes dificuldades poderiam surgir a partir dessas formas de abordagem.

As maneiras como a imprensa trata os fatos é de extrema importância, principalmente para sociedades na qual a escrita e a leitura representam formas de criação de representações ou interpretações sobre o cotidiano, sendo que essas manifestações acabam sendo, muitas vezes, obras de reflexões posteriores, ou no mesmo instante. Durante seu período anterior no poder, Vargas contou com a ação do *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), criado em 1938, a partir da estrutura do antigo *Departamento de Propaganda e Difusão Cultural* (que havia surgido em 1934) e que buscou, em linhas gerais, cuidar da forma como o governo e a figura do presidente eram estruturados (CAPELATO, 2009, p. 30). No decreto de sua publicação, o Art. 11 trazia a seguinte redação:

É passível de punição a publicação de notícias ou comentários falsos, tendenciosos ou de intuito provocador, induzindo ao desrespeito e descrédito do país, suas instituições, esferas ou autoridades representativas do poder público, classes armadas ou quando visem criar conflitos sociais, de classe ou antagonismos regionais (BRASIL, 1939, p. 39).

Com essa prerrogativa, o DIP podia intervir em quaisquer publicações que não estivessem de acordo com as perspectivas perpetradas pelo governo, podendo interferir na composição dos impressos e em sua circulação. No caso do OESP, em 25 de março de 1940, a sede do jornal foi invadida por agentes estatais, sob a acusação de estarem preparando uma revolta armada contra o governo (SALONE, 2009, p. 236-239). Durante mais de cinco anos e

meio, a publicação ficou sob intervenção do Estado Novo, tendo sua restituição completa quase um mês após a saída do político do poder, em dezembro de 1945 (CAPELATO, 1989, p. 246).

Em um período democrático, a possibilidade de tal fato ocorrer era bastante improvável. Em 1951, já não existia mais o DIP e vários outros novos jornais surgiram (SODRÉ, 1966, p. 458-459), além das mudanças pelas quais o próprio Brasil passara. Desse modo, a disputa no campo da imprensa, para Vargas, seria demarcada por novas estratégias a partir dessas condições diversas e adversas ao seu último período no governo, tornando mais complexo o processo de influência sobre esse meio.

Quase cinco meses após o início do novo mandato presidencial foi lançada, na capital carioca, a publicação *Ultima Hora* (UH). Organizada pelo jornalista Samuel Wainer, a publicação buscou uma linguagem considerada mais dinâmica em relação àquela apresentada pelos órgãos tradicionais, estruturando um contato mais próximo com a população. Embora vários outros diários já existissem com esse cunho, a UH trazia como novidade vários jornalistas experientes e uma linha editorial bastante próxima das ações do governo, demonstrando grande afinidade com as perspectivas instituídas por Vargas. Em linhas gerais, era um instrumento que, se não era estatal ou amplamente tutelado pelo Estado, servia como uma caixa de ressonância fundamental para que análises positivas chegassem ao público de maneira geral, em contraponto com a maioria das publicações da época.

A política institucional brasileira, nesse período, passou a ser marcada, cada vez mais, por instabilidades. Essas, se não causaram uma crise generalizada, indicava pequenos desgastes que, cada vez mais aglutinados na estrutura governamental, tenderiam a tornar-se um grande fosso de intranquilidade e perturbação para os membros do Executivo Nacional. Assim como em seus mandatos anteriores, o presidente buscou equilibrar-se entre forças antagônicas para alcançar seus objetivos: embora com um discurso defendendo interesses do desenvolvimento brasileiro por um viés nacionalista e estatista, aproximou-se, no início do governo, de membros dos grupos que entendiam o desenvolvimento por outro aspecto, defendendo a inserção do capital externo e a preponderância da iniciativa privada sobre a ação do Estado (DRAIBE, 1985, p. 180-182).

Ao tentar aliar esses grupos junto de si (nomeando um ministério cuja maior parte dos membros não era próxima das demandas defendidas em campanha nem no próprio governo anterior), Vargas buscou promover mudanças com a aproximação desses dois lados, tendo em vista a estabilidade econômica para propiciar um maior crescimento econômico e controle da

inflação. Tais aspectos acabaram causando um enorme desgaste no governo, cada vez mais sem formas de equilibrar-se na linha traçada por suas próprias ações (DRAIBE, 1985, p. 213-236).

Nessa perspectiva, o ano de 1954 demarcaria o início da segunda metade do mandato, que caminhava com dificuldades bastante intensas. No entanto, a movimentação dos fatos culminou com uma crise institucional, cujo trágico desfecho ocorreu com o suicídio de Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto. No governo de seu sucessor, Café Filho, grande parte dos problemas que assolavam o mandatário anterior continuaram existindo, embora com abordagens midiáticas bastante distintas. Com o início do processo eleitoral para a escolha do próximo presidente, o ano de 1955 e início de 1956 foram marcados, entre outras coisas, pelo grande esforço da imprensa, em geral, em noticiar, interagir e influenciar nas decisões políticas, bem como na escolha de seus (e)leitores para o próximo pleito presidencial.

Partindo dos princípios levantados, a hipótese dessa tese gira em torno do seguinte princípio: tanto OESP quanto UH foram atores políticos extremamente participativos nesse contexto, buscando não só informar, mas também, e principalmente, formar opiniões de sua audiência por meio de editoriais e textos opinativos, expondo suas posições a todo o tempo e, com isso, foram agentes sociais ativos, buscando participar dos acontecimentos e não apenas registrá-los. Diante disso, essa tese analisou como ambas as publicações construíram suas representações e discursos a partir dos fatos políticos, em especial aos momentos de crise ligados ao fim do mandato do presidente Getúlio Vargas no ano de 1954, de seu sucessor Café Filho, do processo eleitoral para a presidência em 1955, vencido pelo político mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (mais conhecido como JK) e das movimentações para evitar sua posse.

Se o objetivo geral é compreender essas formas, alguns pontos específicos também permearam as reflexões que culminaram com a escrita desse trabalho. Em um primeiro momento, procurou-se identificar quais as ideias mais comuns difundidas dentro dos textos de cada uma das publicações, indicando quais seriam as opiniões e análises básicas de cada uma delas sobre assuntos ligados, sobretudo, à política.

Também foi importante a busca por mais informações sobre os agentes envolvidos com os periódicos e suas atuações políticas, sendo que a ênfase maior recaiu sobre os donos dos periódicos (Júlio de Mesquita Filho e Samuel Wainer, proprietários do OESP e da UH, respectivamente). Por fim, também buscou-se identificar as soluções e novas ideias propostas, por ambos os periódicos para o país sair dos momentos de crise pelos quais passava, indicando as tendências políticas e sociais desses jornais a partir dessas análises.

Para além das ideias, as formas também possuem grande importância na análise, uma vez que elas próprias moldam ou influenciam o conteúdo a ser discutido: o formato de uma manchete, o destaque dado a uma foto em específico, a fonte utilizada para ampliar ou diminuir determinadas notícias, entre outros aspectos, são fundamentais para, de maneira geral, fixar a atenção do leitor e, caso esse já seja assíduo, confirmar sua expectativa em relação ao periódico ou provocar uma quebra, para chamar ainda mais a atenção:



Imagem 1 – Comparação entre as capas dos dois jornais, das edições do dia 27/10/1951. Ambos usaram fotos de Winston Churchill, recém-conduzido ao cargo de Primeiro Ministro na Inglaterra. Enquanto o OESP estruturou sua manchete principal e a parte central da capa em torno do tema, chamando-o de primeiro ministro, a UH destacou apenas uma pequena parte, no canto superior direito, com uma abordagem bem mais modesta sobre o assunto, dando ênfase para a formação do novo ministério (e não à figura do político em si). Tais aspectos são indicativos importantes para compreender como as publicações abordaram essa situação em suas páginas posteriores.

Por fim, a delimitação para as edições da tese foi organizada entre as publicações do dia 01 de janeiro de 1954 a 31 de janeiro de 1956. Embora na parte inicial o enfoque do texto tivesse recaído sobre o governo Vargas, o período escolhido para a análise mais minuciosa sobre o tema não abarcou os três primeiros anos de seu mandato, pois o volume de informações seria praticamente inviável, uma vez que, levando em conta apenas o período recortado, foram lidas cerca de 1.278 edições dos dois jornais², sendo que o acréscimo dos três primeiros anos traria mais que o dobro dessa quantidade, dando subsídios para várias obras (e, ao mesmo tempo, dificultando o término dessa). Apesar disso, foram analisados vários números dos anos anteriores (embora não todos), bem como edições de outros jornais, como o próprio CM, *Tribuna da Imprensa* (TI), *Globo* e *A Noite*, entre outros.

Assim, a seleção das datas foi pautada por esses critérios, indicando uma perspectiva comparativa para uma compreensão maior, tanto dos objetos de estudo em si, quanto do período estudado:

Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a *significação* cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo (WEBER; COHN, 2003, p. 88).

Ainda do ponto de vista empírico, grande parte dos textos analisados são relacionados aos editoriais e textos de opinião dos jornais (embora não restrito a eles). No caso do jornal paulista, o levantamento desses textos foi mais simples para ser identificado, uma vez que OESP manteve, durante o período recortado, um mesmo padrão em relação aos espaços de seus escritos:

- a) A primeira página, impreterivelmente, trazia assuntos relacionados aos acontecimentos internacionais. Em linhas gerais, tais pautas eram consideradas por Júlio de Mesquita Filho mais importantes do que os assuntos nacionais (ABRAMO, 1993, p. 37). Com a exceção da capa do dia 12 de novembro de 1955 (que trouxera uma cobertura minuciosa sobre a deposição de Carlos Luz, chamando a atenção para a resistência desse à movimentação militar e sua mobilização para retornar ao cargo), todas as outras 643 edições tiveram sua primeira página destinada a acontecimentos fora do país (com apenas algumas notícias esporádicas sobre acontecimentos no

² Em relação ao OESP, a análise foi feita da edição nº 24.125, de 01 de janeiro de 1954 à edição nº 24.768, de 31 de janeiro de 1956, totalizando 644 edições. Já em relação à UH, a leitura aprofundada foi da edição nº 784, de 02 de janeiro de 1954, até a edição nº 1.417, de 31 de janeiro de 1956, totalizando 634 edições.

Brasil, mas em quantidade muito pequena³). De maneira geral, esse espaço foi pouco utilizado na tese. A segunda página era um complemento da primeira, com notícias das agências internacionais e, esporadicamente, algumas notas sobre o interior de São Paulo (geralmente eram informações que entravam na redação do jornal já em um horário próximo de seu fechamento, não encontrando espaço nas páginas seguintes).

- b) Em contraponto, a última página do jornal também era uma capa, mas focada nos assuntos nacionais. Tal perspectiva teria sido criada para ser uma espécie de contraponto à parte inicial, trazendo os principais destaques do país na outra face, como se fosse uma compensação pela ausência de notícias e textos nacionais no começo da publicação⁴. Alguns textos e informações dessa seção foram explorados no trabalho, mas em quantidade diminuta.
- c) A terceira página foi a principal fonte utilizada para a presente tese. Nas colunas à esquerda, era publicada a seção *NOTAS E INFORMAÇÕES*, com um texto principal e outros secundários que representavam a opinião do Conselho Editorial da publicação. Em praticamente todas as edições, o primeiro texto versava sobre política, com a opinião do jornal (em especial a de Júlio de Mesquita Filho, responsável por, praticamente, todos os editoriais em destaque) e os posteriores traziam um mesmo padrão: o segundo falava também de política, mas geralmente sobre um assunto de pauta menos sugestiva ou algo estadual, seguido por outro que destacava acontecimentos na conjuntura internacional, um quarto escrito versando sobre assuntos específicos relacionados à economia (geralmente, atos ou mudanças ligados ao Ministério da Fazenda) e, por fim, o fechamento era ligado a alguma novidade na

³ Em suas memórias, Cláudio Abramo, um dos jornalistas mais atuantes do OESP durante o período estudado, indicou que esse costume era um dos pontos inflexíveis de Júlio de Mesquita Filho em relação ao periódico e, também em seu relato, lembrou que brigara muito com o diretor da publicação, tendo vários jornalistas como aliados para noticiar o suicídio de Vargas naquele espaço (ABRAMO, 1993, p. 37). No entanto, tanto nos jornais disponíveis no acervo online quanto em outros arquivos, não há nenhuma primeira capa, em data alguma, noticiando o fato, mas apenas uma notícia, dois dias depois do suicídio, indicando que a campanha para as candidaturas de Prestes Maia e Cunha Bueno (a governador e a vice de São Paulo, respectivamente) estavam suspensas naquela semana por conta do ocorrido (OESP, *AO POVO*, 27/08/1954).

⁴ Novamente utilizando as memórias de Cláudio Abramo, esse se colocou como o criador desse espaço, além de dizer que muitos leitores tinham o hábito, por conta da restrição de Júlio de Mesquita Filho, de iniciar a leitura do OESP pela última página, pautando-se com os principais acontecimentos em solo brasileiro (ABRAMO, 1993, p. 37). Embora, desde muito antes de 1951, a última página vinha com notícias que “resumiam” a edição do dia, a ênfase não era em situações ligadas ao Brasil, necessariamente. O conteúdo passou a ter esse perfil a partir do segundo semestre de 1953, ano em que Abramo assumiu a chefia da redação do jornal paulista, após voltar de um período na França.

agricultura ou à produção de algo novo, seja em São Paulo ou em algum outro estado no Brasil. Os textos possuíam autorias diversas⁵.

- d) Ainda na terceira página, na metade à direita, ficava uma outra seção importante, intitulada *O MOMENTO POLÍTICO* (muitas vezes, seu conteúdo estendia-se até a página seguinte). Em geral, esse espaço era reservado às notícias políticas, principalmente aos acontecimentos referentes ao Executivo e ao Legislativo nacional, no Rio de Janeiro. Boa parte das informações era mandada por telefone, sendo poucas utilizadas de outras publicações (a maioria era enviada por correspondentes da publicação na capital brasileira). Além disso, essa coluna também publicava textos do jornalista (que, em 1954, foi eleito deputado federal) Rafael Corrêa de Oliveira, que escrevia ao *Diário de Notícias* (DN) no Rio de Janeiro e era o responsável pela sucursal do OESP na capital federal.

Em linhas gerais, a análise do OESP girou em torno dessas seções, com grande predominância dos textos de *NOTAS E INFORMAÇÕES* (em especial, o texto principal). Já em relação à UH, a divisão era mais difusa e não seguia, necessariamente, o mesmo padrão, além de ter mudanças constantes:

- a) A capa focava, na maioria das vezes, em acontecimentos relacionados ao Brasil. Como destaque, houve um grande número de manchetes ligadas à política (principalmente nos momentos de inflexões ou crises mais intensas), embora várias outras também destacassem acontecimentos ligados ao meio social ou econômico. Esporadicamente, eram publicados textos opinativos, seja o próprio editorial (em espaço chamado de *Coluna de Última Hora*), ou ainda notas sobre alguns temas relacionados aos períodos de crise e também assinados por jornalistas não ligados ao diário carioca (como editoriais de outros veículos ou informações de profissionais de outras áreas sobre temáticas específicas). Alguns dados foram valiosos para a tese, embora foram utilizadas com frequência diminuta.
- b) A segunda página, de maneira geral, trazia notícias referentes a alguns pontos da capa, bem como assuntos considerados secundários. A partir do dia 09 de novembro de 1954, passou a ser publicada a coluna chamada *REVISTA DOS JORNAIS*, escrita por

⁵ Entre os autores, é possível destacar nomes como o ex-governador e ex-deputado federal paulista, Plínio Barreto, que era o diretor geral da publicação; Marcelino Ritter, redator-chefe da publicação; Frederico Heller,

Octavio Malta e que trataria do conteúdo das outras publicações ou, como o próprio jornalista escreveu no início da coluna, ela vinha para criticar alguns jornais, “*muitos dêles dirigidos não por jornalistas, mas por meros herdeiros gananciosos e fúteis que os transformam em sórdidos caça-níqueis*” (UH, *REVISTA DOS JORNAIS*, 09/11/1954). O jornalista escrevia uma coluna parecida, chamada *ESTE MUNDO e o Outro...* na revista *Diretrizes*, também de propriedade de Samuel Wainer, nos anos 1940. Embora com pouca frequência, alguns conteúdos dessa coluna foram analisados na tese.

- c) As páginas 3 e 4 foram as mais visitadas. Até o mês de novembro de 1954, a regularidade das colunas era bastante errática, com textos publicados em locais distintos e sem periodicidade fixa. A partir daquele mês, novos colunistas foram incluídos ou passaram a escrever mais regularmente, compondo um grupo bastante heterogêneo: o senador Domingos Velasco (que, posteriormente, passou a publicar na página 2)⁶, a poetisa Adalgisa Nery (que também já contribuía em *Diretrizes*) e, posteriormente, o radialista Eloy Dutra. Além disso, o editorial passou a ser frequente novamente, assim como a já tradicional coluna da publicação *Por trás da cortina*, de Eurilo Duarte e outras que foram organizadas para os períodos eleitorais. Até o suicídio de Vargas, havia também a famosa *O Dia do Presidente*, escrita por Luís Costa (que acompanhava o cotidiano de Vargas, demonstrando sua face mais “humana” e não somente política).
- d) Em algumas datas (principalmente com acontecimentos que demandavam maior destaque) eram editadas mais de uma edição da UH. Em linhas gerais, a segunda (e outras, dependendo dos episódios) trazia poucas mudanças, geralmente informações acrescidas ou novos fatos que ocorreram entre o fechamento da anterior e o lançamento dessa. Em algumas situações, essas novas informações também foram consultadas e utilizadas na tese, uma vez que possuía dados bastante importantes e de grande utilidade para o trabalho.

jornalista austríaco radicado no Brasil e responsável pela área de economia e Sérgio Milliet, na parte cultural, entre outros (ABRAMO, 1993, p. 36-37).

⁶ Em 1951, o senador goiano e seu colega de partido, o deputado federal João Mangabeira (representante baiano), fundaram a publicação *O POPULAR*, que defendia demandas a favor dos sindicatos e trabalhadores. Mesmo fazendo intensa oposição contra o governo Vargas, seus donos eram muito próximos de Wainer e, frequentemente, eram retratados de maneira positiva no jornal. Após um incêndio em suas oficinas e de uma cobrança do governo Café Filho dos empréstimos feitos na fundação do jornal (motivação essa incentivada pelo caso da CPI que envolveu a UH, que veremos no item 3, esse deixou de circular e, por conta disso, foi cedido um espaço no diário carioca para Velasco a partir de outubro de 1954, cujo título da coluna era o mesmo de seu agora extinto periódico (SIQUEIRA, 2000, p. 80-82).

Algumas outras características também são importantes para a melhor compreensão do alcance e impacto desses periódicos em seu próprio tempo. No caso do OESP, nos anos 1950, as edições semanais⁷ variavam entre 28 e 40 páginas conforme a época, e as edições dominicais passavam de 90 páginas, devido ao imenso número de propaganda publicada.

Já no caso da UH, o periódico contava, nos anos 1950, com publicações entre 16 e 50 páginas durante a semana⁸, não havendo regularidade em relação ao número de folhas e nem à quantidade de edições, uma vez que, dependendo do assunto abordado, o jornal poderia ter muitos ou poucos textos. A partir do início de 1955, a estrutura da publicação ficou um pouco mais organizada, mantendo a média de 18 laudas (salvo raras exceções).

O acervo de ambas as publicações pode ser acessado online, embora algumas edições estejam incompletas ou ausentes⁹. De maneira geral, as edições do OESP eram mais amplas, com um maior volume de informações do que a UH. Durante a semana e aos sábados, existiam páginas específicas para notícias e negócios do interior do Estado, além de informações sobre cultura (em especial, teatro e cinema), dados sobre a economia e vasta seção de classificados, além da parte de esportes, com destaque especial para o futebol e para o turfe.

Já no domingo, havia um volume muito maior de propaganda (inclusive, as capas das edições dominicais eram preenchidas, quase que por completo, por anúncios de empresas) e o espaço para os classificados era quase triplicado. Além disso, existiam alguns textos mais específicos sobre literatura e cinema, também mais notícias tanto do exterior quanto nacionais e regionais, indicando acontecimentos em regiões distantes do Estado (como o noroeste paulista, por exemplo). Nesses dias, não existia a última capa, sendo que as páginas finais eram preenchidas, geralmente, por anúncios.

Já em relação à UH, a estrutura era parecida, mas com um enfoque distinto. As páginas conseguintes também eram completadas por assuntos ligados à cultura e à economia, embora o peso fosse diferente, com um enfoque muito maior para o teatro, rádio e cinema, inclusive com colunas sobre esses temas. Os assuntos esportivos também tinham destaque nas

⁷ Considerando de terça a sábado, sendo que o jornal não circulava às segundas-feiras.

⁸ Sua distribuição era de segunda a sábado, sem edições aos domingos. Diferente do OESP, todos os dias mantinha um padrão parecido.

⁹ O acervo do OESP pode ser encontrado em <http://acervo.estadao.com.br/> e é permitido o acesso gratuito de maneira parcial (é necessário ser assinante para ter contato com todas as informações). Já o acervo completo da UH está presente na página da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>, com disponibilidade gratuita e irrestrita. E a coleção do jornal carioca está completa para o acesso, mas entre as edições paulistas há algumas ausências, sobretudo, no mês de agosto de 1955. Os jornais que faltam foram acessados em um acervo físico, localizado na Unesp, campus de Assis.

últimas páginas, ocupando um maior espaço do que no OESP e tendo quase toda essa seção ocupada por notícias ligadas ao futebol. Em algumas situações (principalmente quando ocorreriam jogos entre as principais equipes do Rio de Janeiro ou disputas da seleção brasileira) o noticiário esportivo aparecia na capa e, em alguns momentos nesse período, chegaram até a estar na manchete do dia.

Diferentemente do jornal paulista, o diário carioca não possuía um espaço exclusivo para anúncios, diluindo-os por suas páginas. Apenas em datas específicas (principalmente em publicações próximas ao Natal, Ano Novo e Páscoa) essa situação mudava, sendo que algumas vezes as edições possuíam algumas páginas a mais do que a média, preenchidas por anúncios de empresas interessadas no resultado que essas comemorações poderiam trazer para seus negócios.

Por fim, quanto à divisão das seções, no início foi estruturada uma breve reflexão teórica e metodológica sobre alguns conceitos que embasaram a estruturação da tese, como os conceitos de cultura política, capital, campo e *habitus*, além de pensar as pesquisas relacionadas à comunicação como campo de estudo (com enfoque na imprensa escrita, que é o objeto desse trabalho). Para uma melhor compreensão dos princípios defendidos pelo OESP, realizou-se uma abordagem relacionada ao principal nome por trás do jornal paulista no recorte temporal da pesquisa, Júlio de Mesquita Filho (herdeiro e diretor do diário de 1927 a 1969), pensando em como sua trajetória e formação intelectual foram fundamentais para o direcionamento de seu periódico e, por fim, para uma melhor compreensão do período, foi feito um breve levantamento sobre as principais características do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946/1951), bem como ao processo eleitoral que levou à vitória de Getúlio Vargas.

Já na seção seguinte, a mesma atenção dada ao proprietário do jornal paulista foi direcionada para o fundador e principal ator por trás da UH, Samuel Wainer (diretor até o fim do periódico carioca, em 1971). A partir desse aspecto, começou-se a abordar a análise dos jornais propriamente dita, destrinchando algumas edições dos anos iniciais do governo de Vargas e, ainda, foram apresentadas duas personagens extremamente importantes para a compreensão do processo: o jornalista Carlos Lacerda, que de amigo passou a ser um dos principais inimigos de Wainer e do próprio presidente, movimentando-se de várias formas a causar grande instabilidade tanto para a UH quanto para o governo. Um outro nome passou a ser alvo da imprensa em geral, um jovem político gaúcho muito próximo de Getúlio e apontado como seu herdeiro político, João Goulart (mais conhecido como Jango). Entremeados por esses dois novos nomes na análise, os primeiros meses de 1954 foram

pesquisados detalhadamente, trazendo dados importantes para a demarcação das culturas políticas e das disputas dentro dos campos político e jornalístico de ambas as publicações.

Dando continuidade à apresentação, a seção seguinte tem início com o impasse dos últimos meses do governo de Getúlio Vargas em 1954, levantando todos os aspectos que culminaram com o trágico fim de seu mandato, desde o atentado a Carlos Lacerda e Rubens Vaz até ao suicídio do presidente. Embora várias outras forças políticas estivessem presentes no momento com variadas ideias, o enfoque foi direcionado para as duas publicações, comparando seus textos e abordagens para analisar como ambas construíram suas versões e fatos a partir dessas ocorrências. Além disso, nesse espaço também foram discutidos os primeiros movimentos do governo Café Filho e do processo eleitoral, ambos influenciados pelos últimos acontecimentos e pela figura do político gaúcho, então desaparecido.

Dentro dessa intensa conjuntura, a quarta seção abordou a enorme instabilidade do novo mandatário, bem como as intensas movimentações de ambos os jornais no processo eleitoral, com inúmeras distensões e poucas convergências, sendo as candidaturas extremamente fragmentadas (com diferenças irreparáveis dentro dos próprios partidos políticos) e com opiniões distintas, universo esse representado (e, de certa forma, construído) nos periódicos analisados. Em um período de pouco mais de seis meses, várias chapas foram levantadas e dissiparam-se ao sabor do vento, sendo que as definições de todos os nomes para presidente e vice se consolidaram às vésperas do pleito, indicando imensos desencontros e mais um aspecto da crise que se instalava com a falta de unidade entre os postulantes e suas bases de apoio.

Por fim, a última seção traz os últimos desdobramentos da disputa eleitoral, que culminou com as vitórias de JK e de Jango. No entanto, momentos antes do processo, eclodiu o escândalo conhecido como Carta Brandi, como uma tentativa de incriminar João Goulart por parte de Carlos Lacerda. Após a apuração, mesmo com um inquérito militar demonstrando que a carta era falsa, surgiram tentativas de impedimento da posse dos candidatos eleitos, trazendo intensa instabilidade civil e militar a partir desse ponto, causando divisões dentro do próprio Exército e demarcando um ambiente extremamente tenso e de incertezas para o início do governo, em 31 de janeiro de 1956.

Entre essas inúmeras divisões e disputas, buscou-se durante a escrita o sentido de como essas disputas e todos esses acontecimentos marcaram a política brasileira e como a imprensa (em especial as duas publicações analisadas) participou desse processo. Voltando ao título, compreender os textos do OESP e da UH, o “preto no branco”, significa compreender

aspectos de uma realidade vivida e criada, uma e ao mesmo tempo fragmentada, dada e construída.

2. CIÊNCIAS SOCIAIS E MÍDIA: O SURGIMENTO DO OESP

Não sendo um órgão populista nem procurando fazer-se dono de quaisquer classe social, o “O Estado de S. Paulo” tem sido, indiscutivelmente, o órgão de todas as classes, inclusive daquelas que a demagogia pretende ser sua, exclusivamente sua. Realmente, nunca faltamos com a nossa palavra de apoio a todas elas, quando vêm os seus interesses legítimos em risco de ser ofendidos pelas autoridades publicadas ou pela força dos particulares poderosos. Todas as opressões encontraram, sempre, nesta casa, a condenação mais viva, fossem de ordem política, fossem de ordem social. Nunca nos pusemos contra os humildes para favorecer quem quer que seja. Assim como, paulistas até à raiz dos cabelos nunca deixamos de ser brasileiros entusiastas, assim também, membros de uma sociedade onde as diferenças de classes ainda subsistem, nunca nos esquecemos dos nossos deveres para com a humanidade, para satisfazer às ambições desta ou daquela classe, deste ou daquele grupo. Em todas as conjunturas da nossa existência, temos procurado ser justos ainda mesmo quando a justiça nos trouxesse dissabores. Desse programa não nos afastaremos. Seremos, sempre, amigos de todas as classes e a todas procuraremos amparar, quando os sentimentos de humanidade e o amor à justiça o exigirem. Assim como somos brasileiros antes de ser paulistas, também somos humanos antes de ser membros de uma classe determinada (OESP, “*O Estado de S. Paulo*”, 05/01/1954).

2.1 Cultura(s) política(s) e comunicação: breve discussão

Para além das hipóteses e questionamentos levantados sobre o tema delimitado, é necessário levar em conta as inúmeras abordagens teóricas e metodológicas que podem ser estruturadas a partir de uma determinada época, sendo necessário que se façam escolhas para um melhor embasamento da tese. Nessa perspectiva, o primeiro diálogo proposto é em relação ao conceito de cultura política.

O debate sobre o termo intensificou-se nos Estados Unidos no final da década de 1950, com os estudos dos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba que, preocupados em analisar como foi possível existir o sistema totalitário (no qual incluíam o Fascismo, o Nazismo e o Comunismo) a partir de uma cultura herdeira do Iluminismo, buscaram um conceito que levasse em conta a política não apenas como um ato exercido só por aqueles que estão dirigindo as instituições políticas, mas pelos que não participam diretamente (ou estão excluídos) desse processo.

A própria associação entre os termos política e cultura já era um indicativo importante, uma vez que esse último era problematizado e discutido, prioritariamente, nos estudos de Antropologia (KUSCHNIR, 2007, p. 61-64), não tendo abordagens significativas tão frequentes na Ciência Política até então. A ideia básica dos autores foi a de demonstrar que a

política faz parte da sociedade como um hábito, e não somente como algo externo ou estranho ao cotidiano das pessoas:

O termo “cultura política” refere-se a orientações políticas específicas – atitudes em relação ao sistema político e suas variáveis, e atitudes para a sua própria orientação dentro do sistema. Nós falamos da cultura política como podemos falar de uma cultura econômica ou uma cultura religiosa. Isso é um conjunto de orientações para uma análise mais aprofundada sobre os objetos sociais e seus desenvolvimentos (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12)

Ao estudarem características políticas de cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México) os autores buscaram pesquisar a compreensão sobre política que havia entre a população desses locais – ao todo, mais de 5000 pessoas foram entrevistadas – e, a partir das respostas às questões formuladas, as conclusões foram sendo organizadas pelos pesquisadores. Embora ambos partissem do princípio de que as instituições eram mais desenvolvidas em um país do que em outro (em inúmeras partes do texto fica bem claro que a maior manifestação popular ao assunto nos Estados Unidos e Inglaterra em relação às outras nações demonstraria maior maturidade de seus eleitores, que possuíam governos mais estáveis comparados com os outros três), as características levantadas nesse estudo evidenciaram que o conceito de cultura política não é uniforme, dependendo de uma série de fatores referentes a cada região, com cultura e história próprias.

Além disso, a cultura política de um povo possui tanto permanências (que podem perdurar séculos) como rupturas, evidenciando que, em cada local, reside sua própria lógica, não cabendo ao pesquisador rotular vários países ou regiões de uma mesma forma somente por conter algumas características em comum:

A cultura política, por um lado, pode sofrer modificações relativamente rápidas; por outra, parece capaz de suportar duros embates sem mudar muito. Que podemos aprender destas experiências históricas e da investigação desenvolvida em curso nessas últimas décadas em relação de duas das principais interrogações colocadas pela teoria da cultura: política, primeiro, a estabilidade da cultura política, sua persistência e autonomia e da sua importância para a explicação de fenômenos políticos; e em segundo lugar, a relativa importância dos fatores que afetam a cultura política, em particular a importância relativa da primeira infância, o ambiente de trabalho na idade adulta, a comunidade, o contato com os meios de comunicação massiva e a experiência direta do desempenho político e governamental? (ALMOND, 1999, p. 201).

Diante disso, a ideia de cultura política não deve ser compreendida como algo homogêneo dentro de um determinado espaço. Em um mesmo país ou mesmo em uma região,

há variáveis que podem levar à formação de culturas políticas distintas. Elementos não presentes às instituições políticas influenciam a ideia e as práticas de determinados grupos, como por exemplo, a religião, o bairro, a escola, o local de trabalho, etc. Logo, a compreensão política de grupos sociais não leva em conta as instituições políticas de maneira isolada, mas referenciando-se a vários outros aspectos dentro do convívio social.

As principais fontes teóricas para esses autores foram os sociólogos alemão Max Weber e o estadunidense Talcott Parsons. Em relação ao primeiro, sua divisão de sistemas políticos tradicionais gira em torno de 3 modelos centrais: *patriarcal*, *patrimonial* e *feudal*. O modelo *patriarcal*, fundado na autoridade do patriarca ou líder da família (ou clã), leva em conta a liderança sem uma instituição política definida (no caso, a família ou o grupo seria o espaço no qual exerceria seu poder). Já o modelo *patrimonial* seria uma estrutura mais intrincada, onde várias famílias e/ou grupos estariam reunidos em um mesmo espaço e, desse modo, as relações de poder seriam mais complexas, com menor proximidade e maior imparcialidade entre seus membros, caracterizando a construção de um sistema burocrático para objetivar melhor essas divisões. Por fim, o modelo *feudal* levaria em conta aspectos dos dois outros modelos, uma vez que a relação entre suseranos e vassalos envolveria uma parcialidade quase familiar em relação à “doação” de terras e, ao mesmo tempo, uma relação mais formal a partir do momento em que o beneficiado assume esse espaço e passa a organizar sua própria estrutura de poder:

Do mesmo modo que na fase da aquisição capitalista da burguesia, a comunidade doméstica, com seu comunismo doméstico patriarcal, dá origem à relação associativa da "empresa" baseada em contratos e direitos individuais fixados, assim nascem também, na fase do militarismo cavaleiroso da economia patrimonial extensa, as relações de fidelidade do feudalismo, igualmente fixadas em contratos. Neste último caso, o dever de fidelidade pessoal desprende-se do contexto das relações gerais de piedade da comunidade doméstica, desenvolvendo-se neste fundamento um cosmo de direitos e deveres, do mesmo modo que acontece, no primeiro caso, com as relações puramente materiais (...) Na maioria destes casos, trata-se da criação de existências que se encontram hereditariamente numa relação de dependência diretamente patrimonial ou pelo menos numa vinculação litúrgica a seu dever e, portanto, ao solo. Ou então, onde este não é o caso, trata-se de existências que, em oposição a outras camadas "livres" da população, são privilegiadas por um potentado autocrático com isenção de tributos e com um direito fundiário especial, comprometendo-se, em compensação, a exercícios militares e a estar à disposição arbitrária ou exatamente definida do senhor em caso de guerra ou para fins administrativos (...) (WEBER, 1999b, p. 288-289).

WEBER (1999a; 1999b) postulou que, em linhas gerais, as relações políticas são concomitantes ou consequentes das relações sociais mais amplas dentro da sociedade. Ao estabelecer a ligação entre a consolidação do poder religioso dos protestantes e o desenvolvimento do capitalismo como prática, o autor organizou sua análise com uma perspectiva integrada de elementos até então díspares, buscando uma melhor compreensão do período por meio de aspectos até então não analisados em conjunto:

Consciente de estar na plena graça de Deus, e sob a sua visível bênção, o empreendedor burguês, enquanto permanecesse dentro dos limites da correção formal, enquanto sua conduta moral fosse sem manchas e não fosse objetável o uso de sua riqueza, podia agir segundo os seus interesses pecuniários, e assim devia proceder (...) Dava-lhe, além disso, a tranquilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência (...) (WEBER, 1999c, p. 127).

Partindo dos princípios metodológicos weberianos, é possível identificar as divisões feitas por Almond e Verba em relação às diferentes formas de culturas políticas. Existiriam, basicamente, três formas mais gerais: a *paroquial*, comum em sociedades nas quais não existiam instituições políticas bem estruturadas e a liderança exercida pelo grupo era a política, sendo que a definição de quem teria esse poder geralmente ocorria pela idade ou por aspectos religiosos. Seria um sistema mais “afetivo” do que “normativo”, uma vez que as relações seriam marcadas pela subjetividade e não por critérios racionalizados.

Já a *subjetiva* ou *sujeita* seria a base dos governos autoritários, com normas sendo legitimadas somente pelo Estado para o convívio social. As leis seriam, de certa forma, encobertas pelos acenos e pelas vontades dos líderes, que assumiriam um papel de protagonista frente à própria legislação, estando acima do poder como uma forma de conduzir “seu povo”.

Por fim, teria a *participante*, que seria a mais “completa”, no sentido de que os integrantes desses países ou regiões entenderiam perfeitamente bem como funciona o sistema político, prendendo-se mais às leis e às normas do que aos líderes ou às imagens pessoais daqueles que estão no poder. No entanto, os autores afirmam que em uma mesma região podem ser encontrados elementos de culturas políticas distintas, sendo que em um mesmo país pode haver aspectos da cultura política paroquial e sujeita ou sujeita e participante ou, até mesmo, aspectos dessas três culturas (ALMOND; VERBA, 1989, p. 17-20).

Em relação a Parsons, a principal influência é identificada por conta dos conceitos de *input* e *output*. Embora esses dois pontos não fossem comuns para esse campo de análise, seu

uso foi difundido nas Ciências Sociais estadunidenses por esse autor, que associou o *input* a movimentações internas de um determinado grupo (questões endêmicas, pertencentes ao cotidiano das pessoas) e o *output* relacionado a mudanças levadas ao público (algo que vem de fora e interfere nas ações diárias da população). Para o autor, não há uma relação de quem vem primeiro ou de dependência, uma vez que não existiria uma ligação causal entre essas visões (PARSONS, 1974). Essa conexão formaria uma espécie de sistema social, no qual o convívio entre as pessoas (normas estabelecidas, principalmente, através do contato mais afetivo do que formalizado, como as relações familiares ou de bairro, por exemplo) faria parte do *input* e as normas impostas e a capacidade de influenciar outros grupos (também através dessas regras) seriam as relações ao *output*.

Almond e Verba utilizaram esses dois conceitos em sua análise: o que parte das práticas do convívio social, influenciando as pessoas desse círculo e sendo influenciadas por elas poderia ser apontado como *input* e o que é acolhido como ideias ou características externas que vêm de outros grupos ou outras circunstâncias (sendo esse processo consensual ou imposto) seriam o modo *output*. Os autores também compartilham o princípio de Parsons, de que é difícil definir uma relação causal (ela pode existir em alguns casos, porém, não é constante). Ou seja, dependendo do tipo de sociedade e do contexto histórico, esse último pode influenciar o primeiro a mudar seu estilo ou a sua forma de governo, fazendo com que as culturas políticas ganhem novas características a partir desses aspectos (ALMOND; VERBA, 1989, p. 11-26). Os autores não procuram restringir uma única causa para as mudanças políticas, embora tivessem mapeado quais foram os elementos que influenciam a formação política das pessoas, partindo também das próprias opiniões e das preferências desses grupos, conforme o país pesquisado e os aspectos culturais de cada região.

Embora seja inconcluso definir a cultura política de um único país por esses métodos, Almond e Verba apontaram que mais importante do que determinar os dados e perfil de um povo seria visualizar os índices que o compõem, bem como apontar que esses aspectos se organizam de modos distintos e com arranjos não ligados à política diretamente, tais como a afetividade, a economia, as relações sociais e familiares, questões para as quais Max Weber também chamou a atenção em suas análises em relação à ação social, para compreender melhor a sociedade por meio de seus estudos sociológicos, como pode ser visualizado nas primeiras páginas de *Economia e Sociedade* (1999a), por exemplo.

O conceito dos cientistas sociais estadunidenses acabou sofrendo inúmeras críticas exatamente pelo seu caráter funcionalista, buscando uma espécie de “hierarquia” entre culturas políticas distintas e um meio de difundir a democracia, que seria o “suprassumo” das

formas de se fazer política para outros meios não familiarizados com o princípio democrático. Dessa maneira, a democracia liberal seria o modelo ideal a ser seguido, sendo que as formas de governo autoritárias e, principalmente, a comunista, seriam justificadas pelos elementos apresentados no conceito e apontadas como retrógradas, como políticas a serem superadas a partir de práticas ideais (que levariam ao melhor modelo, dentro dessa perspectiva).

As críticas ao modelo podem ser divididas, segundo CASTRO (2008, p. 9) em três partes, desde as análises de autores identificados com a perspectiva de Almond e Verba, mas divergentes quanto a alguns pontos, passando por aqueles que propunham mudanças no conceito em si (embora mantendo sua nomenclatura), por fim, os autores não identificados com nenhum aspecto da perspectiva de cultura política.

Um primeiro exemplo apontado vem das Ciências Sociais francesa, que não acolheu bem a perspectiva funcionalista do conceito dos pesquisadores estadunidenses. Um dos autores que retrataram essa questão opositora foi o cientista político francês Bertrand Badie, que em sua obra *Culture et politique* (1983) fez uma crítica ao próprio sentido do termo em discussão, já que a política em si não estaria restrita aos aspectos culturais, mas sim ligadas a outros termos de análise da sociedade e não sofria mudanças só por essas perspectivas. O autor apontou para a redução imposta à perspectiva política pelos autores estadunidenses, partindo do princípio de que a temática seria um arco mais complexo do que o proposto:

Toda essa construção, posto que confunde cultura e comportamento, que é fatalista, que repousa em uma autonomização abusiva e “a priori” do político, tende a conferir, no fim das contas, ao conceito de cultura um status explicativo, mas por fim ambíguo e de fato errôneo (BADIE, 1993, p. 56).

Em relação às estruturas da metodologia adotada, o autor que mais apontou incongruências em relação ao conceito, porém sem abandoná-lo, foi INGLEHART (1988), que nos anos 1980 revigorou os estudos da Ciência Política chamando novamente ao debate o termo (outros autores, como LIPSET e PUTMAN, também acompanharam essa perspectiva). Embora com um diálogo crítico, o cientista político não abandonou totalmente essa chave teórica e viu nesse conceito uma característica importante para a análise em seus mais variados aspectos, desde o comportamento e opinião pública até as instituições propriamente ditas:

Proporciona um marco adequado este conjunto de orientações culturais para o florescimento das instituições democráticas? Ou, pelo contrário, é a experiência de viver muitas décadas com instituições democráticas produz uma cultura caracterizada por níveis altos de satisfação ante a vida,

confiança interpessoal, etc? O esclarecimento destas relações causais não é fácil... (INGLEHART, 1988, p. 64).

Nessa mesma década foi publicada uma nova edição da obra de Almond e Verba, intitulada *The Civic Culture Revisited* (1989), com artigos de vários analistas sobre o tema proposto, colocando em perspectiva crítica a temática, mas ao mesmo tempo reconhecendo sua importância. Sob essas condições, a ideia de cultura política voltou ao debate acadêmico, embora não ficando restrito apenas às Ciências Sociais, transcendendo para outros campos, com especial ênfase no caso da historiografia.

Embora o conceito em si passasse por um amplo questionamento e fosse pouco problematizado nas décadas seguintes à sua criação, acabou sofrendo um processo de ressignificação, tendo uma nova aceitação nas próprias Ciências Sociais e também encontrando na historiografia política francesa um significado mais amplo, voltando ao vocabulário das ciências humanas, tendo grande acolhida na produção acadêmica brasileira nesses últimos anos.

Na ciência política, a partir da década de 1980, passou-se a utilizar um novo termo, a chamada *Nova Cultura Política* (NCP). Esse termo teve como mote os novos objetos de estudo que estariam presentes na política nesse contexto, tais como o caso das mulheres, dos grupos minoritários (vítimas de preconceitos em suas respectivas sociedades), da defesa do meio ambiente, da questão da sexualidade, entre outros. Como o estudo da política “tradicional” não teria uma estrutura para as demandas desses grupos, seria necessário pensar os aspectos políticos a partir dessas novas variáveis (ROCHA, 2009, p. 872).

Desse modo, a NCP estaria se desenvolvendo a partir do aumento de uma espécie de capital social, ou seja, com a melhoria de vida das pessoas e com um progressivo aumento da percepção do funcionamento da sociedade, a população estaria, cada vez mais, propensa a pensar a organização do seu espaço não apenas pela perspectiva política tradicionalista, mas também pelas novas variáveis que afloravam cada vez mais no espaço público e eram cada vez mais “absorvidas” por esses grupos. Para pensar de maneira mais ampla essas mudanças, ROCHA apontou que:

Assim, uma nova forma de cidadania política estaria se desenvolvendo: os cidadãos ativistas passam a recusar o tratamento de clientes, contrapondo-se à burocracia tradicional, aos partidos políticos e às lideranças partidárias (...) A própria estruturação da luta política modifica-se, dando lugar a outras formas de ação mais horizontais, tanto na esfera política como na esfera social, abrangendo, por exemplo, movimentos políticos, família e instituições educacionais. Essa transformação, no plano da cultura política,

demanda, segundo os representantes da NCP, a descentralização do Estado, permitindo consolidar a autonomia apresentada pelas sociedades contemporâneas. Mais que descentralização, o que propõe é o retraimento da esfera estatal (...) (ROCHA, 2009, p. 872-873).

No entanto, vários autores relataram que a NCP seria um fenômeno estritamente urbano, uma vez que essas mudanças eram típicas desses centros e em cidades desenvolvidas. Dessa maneira, surgiam novas formas de manifestações, mas que respondiam a um espaço delimitado, em condições bastante específicas. A crítica feita por vários autores seria no sentido de que as análises baseadas na NCP seriam ainda insuficientes para explicarem as perspectivas de micro participação política na sociedade, ou seja, problemas para perceber como esses grupos se estruturam dentro do meio social, restringindo-se às análises de nível macro, percebendo como esses novos grupos interagem com a sociedade e com a política como um todo, sem levar em conta sua organização interna e sua relação com o espaço social (ROCHA, 2009, p. 874).

A plasticidade do conceito de cultura política acabou chamando muito a atenção dos historiadores ligados a análises de caráter político, pois muitas vezes eram notáveis duas ou mais formas de ações ou perspectivas disputando espaços dentro de um mesmo ambiente. Essas reflexões foram ganhando bastante corpo na historiografia francesa exatamente para tentar compreender melhor as contradições presentes na política do país desde os acontecimentos de 1789, no qual uma sucessão de golpes de Estado e disputas pelo poder levou a inúmeras mudanças nos rumos políticos e sociais do país no século XIX em curtos períodos de tempo, deixando reminiscências significativas para as instituições francesas do século XX (BERSTEIN apud RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 353-355).

Além disso, esses historiadores passaram a buscar uma melhor compreensão dessa dinâmica, percebendo que uma nova forma de se fazer política podia ganhar popularidade apenas gerações depois de seu início, e algumas outras formas poderiam perder adeptos ou ganhar novos sentidos em períodos sucessivos, em uma disputa simbólica bastante intensa.

Logo, para compreender melhor as mudanças de um determinado contexto histórico para o outro, é importante que se conheça (ou que se perceba) essas novas ideias, esse confronto entre o novo e o antigo, entre a inovação e a tradição, que demarcam uma tensão constante que converge, muitas vezes, em imensas mudanças na sociedade e, consequentemente, para a história daquelas pessoas e lugar:

O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da ação futura, retira sua

legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno colectivo, partilhado por grupos numerosos (...) ora, se a cultura política retira sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenómeno colectivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências (...) (BERSTEIN apud RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 359-361).

Essa retomada da historiografia francesa também trouxe em seu bojo uma disputa historiográfica da segunda metade do século XX, já que nesse período a corrente hegemônica de produção historiográfica, conhecida como *Escola dos Annales*¹⁰, não renunciou diretamente à política, mas acabou deixando os acontecimentos referentes a esses aspectos em segundo plano, dando maior ênfase a questões econômicas e sociais nas análises, uma vez que a historiografia do século XIX fora tradicionalmente marcada pelas narrativas dos grandes líderes e reinos europeus, sem espaço para os outros aspectos.

Embora não trate diretamente do termo cultura política, um grupo de pesquisadores franceses publicou, em 1988, a coletânea *Pour une histoire politique*, organizada pelo historiador René Rémond, uma espécie de “manifesto” para a consolidação de temas ligados à política na historiografia. Mais do que defender, os autores reunidos (entre eles nomes como Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli e Pierre Milza, entre outros) passaram a apontar temas a serem estudados e possíveis métodos de análise dentro do campo histórico, tais como partidos políticos, as coligações ou associações em política, os intelectuais e a mídia (entre outros), apontando as influências que os campos distintos de estudo tiveram para suas formulações:

A outras ciências do homem em sociedade, a história política tomou de empréstimo noções e interrogações. Foi em contato com o que se chama de ciência política que ela se interessou por fenómenos sociais que até então negligenciara, como a abstenção, embora esta seja o inverso e o corolário da participação. Mas mesmo as manifestações da participação não tinham retido muito a atenção dos historiadores, exclusivamente preocupados com a vida política na cúpula do Estado e num círculo estreito. A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre

¹⁰ Tal vertente foi criada no fim da década de 1920, com a publicação de uma revista com caráter bastante inovador, a *Annales d'histoire économique et sociale* (seu primeiro número foi publicado em 1929) cuja característica era ir contra o domínio da história política tradicional (que foi acusada de valorizar “grandes” líderes e seus feitos, não problematizando esses acontecimentos). Para uma compreensão maior da criação e das disputas que se seguiram, ver: BURKE (1997, p. 23-32).

acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado (...) (RÉMOND, 2003, p. 30).

A partir dessa publicação, vários desses autores passaram a explorar mais as ideias associadas ao conceito de cultura política, sendo que BERSTEIN foi o que mais pesquisou a temática, com reflexões mais aprofundadas em relação ao sentido do conceito em si, aliado aos estudos da historiografia, publicando inúmeros textos e organizando obras como *Les cultures politiques en France* (1999), buscando uma compreensão mais ampla do termo e sua apropriação. Para além de definições, também buscou-se delimitar as origens e os próprios significados, de fato, para a tessitura do termo estudado:

Como e porquê nasce a cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações (BERSTEIN apud RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 355).

A influência da historiografia francesa no Brasil é muito presente e o conceito passou a ser bastante problematizado no meio acadêmico brasileiro. Vários trabalhos no início da década de 1990 trouxeram à tona aspectos ligados a esse conceito, como uma forma de também resgatar a ideia de história política do país, uma vez que a influência dos *Annales* na historiografia nacional também era enorme:

Nos dias atuais é muito influente a percepção de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para compreender a dinâmica da história. Em se tratando do paradigma culturalista, o mais preciso não é falar em dinâmica, ou movimento da história, e sim em permanências e mudanças lentas. Como tudo tem sido explicado pela influência dos fatores culturais, a política não poderia ser exceção, daí o caráter sedutor de cultura política, que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder (MOTTA, 2009, p. 14).

É importante frisar que a utilização do conceito em si não é feita no trabalho no sentido de limitação do objeto de estudo, mas sim de direcionar melhor algumas discussões colocadas em relação à temática. Ao longo do trabalho foram utilizados outros termos e perspectivas, embora a preocupação fundamental tenha sido direcionar a discussão convergindo com a concepção estruturada por ALMOND e VERBA (1989).

Além dessas ideias, foram utilizados também alguns conceitos chaves de um sociólogo que, apesar de não possuir diálogo com a definição de cultura política, traz elementos extremamente significativos para pensar os objetos de estudo elencados por esse trabalho. Tais definições não funcionam como um complemento, mas sim como elementos de extrema importância que caminham concomitantemente com a concepção explorada, indicando que alguns desses aspectos são importantes para pensar as relações entre a política e outros campos (no caso da presente tese, os impressos e a própria cultura em si).

Alguns conceitos, então, foram escolhidos e articulados a partir das reflexões do francês Pierre Bourdieu. Sua trajetória intelectual não foi dedicada, necessariamente, a análises da política em si. No entanto, o autor delimitou vários princípios que, embora utilizados em outras áreas, podem ser pensados também dentro dessa esfera. Desses princípios, três deles foram bastante utilizados ao longo desse trabalho: campo, *habitus* e capital.

Tais conceitos não foram criados, necessariamente, pelo autor francês, uma vez que esses termos já haviam sido problematizados pelo sociólogo alemão Norbert Elias (e, se pensar em uma genealogia completa dos conceitos, há referências aos primeiros pensadores da Filosofia clássica ateniense e dos autores fundantes da própria Sociologia, entre outros). Em linhas gerais, Bourdieu indicou que, dentro da sociedade, existem vários espaços nos quais grupos sociais procuram se estabelecer e demarcar sua área em relação a outros. Em muitos desses locais há um conjunto de normas, regras, ações e perspectivas tanto do que é dito (as regras estabelecidas em si) quanto do que não é dito (situações e comportamentos que não são declarados, mas são constantemente avaliados e seguidos). Assim, o conceito de campo engloba uma série de ações com fins ou objetivos em comum, embora com inúmeras práticas distintas e, em muitos casos, até conflituosas:

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. [...] De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo (BOURDIEU, 2004, p. 21).

A ação dos agentes sociais só chega à sociedade mediada pela perspectiva do campo. Relacionando à discussão sobre cultura política, é possível situar que qualquer uma é apresentada (e a partir disso, disseminada e também disputada) pelo campo ou pelos campos

ligados a ela. Tal perspectiva é de extrema importância para pensar como algumas ações ou ideias podem ganhar força por outros espaços ou pela sociedade de maneira geral, dentro de disputas e convergências pelos mais variados motivos. Além disso, é importante levar em conta que cada campo possui suas próprias regras e, muitas vezes, o choque entre campos distintos (aspecto que ocorre na cultura política, pela sua própria definição) pode levar, muitas vezes, a novas formulações dentro desses espaços em disputa, chegando ao extremo de criar-se um novo (ou de causar uma redefinição ou ressignificação mais ampla).

Já em relação ao conceito de *habitus*, tal perspectiva parte do princípio de que, em determinados agrupamentos ou instituições, há um conjunto de costumes e padrões que são seguidos pelas pessoas envolvidas e que, a partir dessa relação, cria-se uma espécie de identidade ou ligação entre esses agentes sociais, que passam a se identificar (ou estreitar ainda mais os laços) por esses determinados aspectos. Como indicou o próprio autor, pode-se definir claramente *habitus* “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191).

Em um espaço delimitado, as disputas entre esses grupos (que, como enfatizou Bourdieu, geralmente são assimétricas) formam um conjunto de ações em comum. Embora não exista ligação direta entre os conceitos arrolados acima, é notório que a reinterpretação do conceito de cultura política pelos historiadores franceses que procuraram resgatar aspectos relacionados ao assunto possui um diálogo permanente com tais definições, buscando interpretar as ações em comum entre esses agentes sociais.

Por fim, o conceito de capital vem de uma releitura do pensador francês em relação ao filósofo alemão Karl Marx. A abordagem feita por Bourdieu dialoga com esse pensador indicando capital como todo o acúmulo de conhecimento, hábitos, tradições e convívio social (desde a assimilação da língua e desenvolvimento da fala até as capacidades cognitivas desenvolvidas e as escolhas feitas pelo indivíduo) que estariam presentes no conceito, embora se manifestem de maneiras distintas. Assim, não haveria um ponto em destaque: todas as formas de apreensão do social e da relação entre o indivíduo e o coletivo são constitutivas de sua própria personalidade, desde aspectos mais subjetivos até às estruturas econômicas e materiais da sociedade.

O capital teria três momentos ou aspectos fundamentais: o social, o econômico e o cultural (BOURDIEU, 2001). Em linhas gerais, esses aspectos estão interligados e a divisão teria somente, como finalidade, um aspecto pedagógico. Não há uma relação causal ou

hierárquica entre essas divisões, sendo que cada uma é intrínseca à outra e essa integração é o que o autor indica como o capital simbólico, ou seja:

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2003, p. 145).

Nessa questão, uma cultura política não é formada no abstrato e nem por sujeitos sem história ou sem identidade: as ideias que permeiam suas ações e a práxis em si sempre são providas de ações e, como consequências delas, esses pensamentos podem se manter ao longo de vários anos ou mudarem conforme as novas perspectivas (RÉMOND, 2003, p. 287).

Em relação ao período brasileiro, os anos da República democrática de 1945 a 1964 não foram marcados por uma cultura política (ou uma pretensa cultura política brasileira), mas sim por inúmeras que entraram cada vez mais em conflito e, por conta dessas disputas, passaram a radicalizar ou externar, de maneira bastante intensa, suas ações no período. Embora a preocupação do trabalho não tenha sido mapear todas as manifestações desse contexto, houve uma busca por discutir vários aspectos ligados a essa época, debatidos por uma série de pesquisadores, das mais variadas óticas, matizes teóricas e metodológicas distintas.

Por um lado, um dos conceitos mais discutidos na bibliografia é o de trabalhismo. Criado em 1930, o Ministério do Trabalho foi uma das inovações instituídas pelo novo governo, que chegara ao poder por um golpe de Estado e procurou romper a ordem estabelecida até então (FAUSTO, 1978, p. 112-114), com o predomínio no poder das seções paulista e mineira do PR. Embora, nesse contexto, o operariado urbano já possuísse pequenas células organizadas, que já buscavam mais direitos nos anos 1920 (BATALHA, 2000), não existiam políticas públicas efetivas para esses grupos, indicando pouca ou nenhuma preocupação dos governos anteriores com tais movimentações.

Várias medidas instituídas no governo de Getúlio Vargas visaram a atender esses grupos e, com uma política industrial mais efetiva, o número de investidores na área e também de operários aumentou consideravelmente nesse primeiro período. A partir disso, o Estado passou a estruturar os direitos trabalhistas e a tutelar cada vez mais os sindicatos, de forma a ter um controle completo sobre esses grupos, afastando as lideranças contrárias às orientações do governo, como os trabalhadores de origem comunista e anarquista (GOMES, 2005, p. 29-31). Com os sindicatos estruturados e a consolidação das leis trabalhistas em

1943, diferentes regras ditaram um novo ritmo de trabalho (e na própria vida em geral) para grande parte do operariado urbano, como o registro obrigatório em carteira própria, jornada de trabalho estabelecida para, no máximo, 44 horas semanais, com um dia de descanso e férias remuneradas, entre outros aspectos (GOMES, 2005, p. 265-269).

Além disso, a criação do DIP foi fundamental para a construção da figura de Vargas não como um político, mas sim como uma espécie de “pai”, um chefe da grande família chamada Brasil e que estava ali para auxiliar a todos (CAPELATO, 2009, p. 81). Com a promoção de grandes festejos nos feriados de 1º de maio, a partir dos anos 1940 (PARANHOS, 1999, p. 97-98) e vários comícios em homenagem ao presidente e à valorização das conquistas para os trabalhadores, foi cada vez mais consolidado esse *habitus*, com a estruturação de uma cultura política com base nesses princípios, ligados ao trabalhismo: o Estado sempre centrado na figura de Vargas, os burocratas do Ministério do Trabalho utilizando a máquina estatal para tais fins, principalmente após o Estado Novo em 1937 (PAULO, 1994, p. 139-150) e, nesse mesmo campo, um operariado cada vez mais organizado, de forma a ver no governo sua principal fonte de benesses e, naturalmente, para onde deveria pautar-se em todos seus interesses.

Embora uma possível cultura política dos trabalhadores não tivesse sido inventada por Vargas, foi notadamente com ele que esse assunto ganhou uma relevância com proporções até então desconhecidas. Com a utilização tanto dos meios oficiais como de aspectos culturais (principalmente a música e o rádio), a relação entre Estado e governo começou a ficar cada vez mais próxima e a figura do operário, construída e idealizada pelo governo, instituindo um padrão a ser seguido pelos trabalhadores. No entanto, como relata GOMES (2005), esse projeto de aproximação da indústria com o trabalhador e a busca de uma convivência harmoniosa entre os grupos não foi exclusividade do político gaúcho (GOMES, 2005, p. 238), sendo que em outras perspectivas tal ponto também já era presente como, por exemplo, em São Paulo, com a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo, em 1931, e a criação da *Escola Livre de Sociologia de São Paulo* (ELSP), dois anos após, com a ideia de fomentar estudos e pesquisas de sociologia aplicada para mapear os problemas relacionados ao operariado e, a partir dessa perspectiva, sanar os possíveis problemas desses grupos.

A ELSP foi criada por nomes importantes na indústria paulista como Robert Simonsen e teve, durante a década de 1930, grandes pesquisas organizadas por dois nomes de destaque da sociologia estadunidense, Horace Davis e Samuel Lowrie (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008), buscando a compreensão da situação dos trabalhadores em bairros operários de São

Paulo. Diante disso, é importante destacar que essa aproximação com os trabalhadores não foi uma invenção varguista, mas sim uma apropriação que foi potencializada de várias formas, sendo um misto de cultura política paroquial com a súdita ou subjetiva, dentro da perspectiva de ALMOND e VERBA (1989).

Por outro lado, uma intensa oposição a Vargas foi ganhando cada vez mais força com o desenrolar dos anos à frente do governo. Vários nomes ligados à cafeicultura paulista (e outros produtores que possuíam vínculos estreitos com esse grupo) tornaram-se, quase que automaticamente, opositores ao novo presidente. Além disso, grupos ligados a esses produtores também passaram, desde o primeiro momento, a fazer oposição ao presidente. Um dos exemplos mais claros dessa movimentação foi a revolta da elite política e econômica paulista contra o governo, que culminou na cadeia de acontecimentos conhecida como Revolução de 32, na qual os diversos grupos políticos paulistas juntaram-se contra as medidas do governo e, mesmo derrotados em batalha, conseguiram uma de suas principais bandeiras: a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1933 buscando, assim, uma nova Constituição que pudesse regulamentar novas leis para o país, limitando a movimentação varguista no poder. Após o conflito, embora alguns membros desses grupos passaram a apoiar ou tolerar o presidente, a maioria continuou na oposição, alimentando cada vez mais um discurso contra o presidente (SILVA, 1976).

Quais eram as principais queixas da oposição contra Vargas? Além da movimentação para organizar os trabalhadores (que, para eles, era uma nova forma de servidão, comparando-o com líderes europeus totalitários), outros aspectos que podem ser apontados por esses grupos contrários ao presidente foram: sua insistência pelo nacionalismo (a ideia da construção de uma nação, desvalorizando as questões regionalistas que tanta força tivera no período anterior a 1930), a industrialização (mesmo com o desenvolvimento a partir da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, muitos grupos não viam com bons olhos essa nova forma de organização econômica) e o autoritarismo demonstrado pelo interlocutor, principalmente no período estadonovista (BENEVIDES, 1981, p. 25-28).

A partir dessas movimentações, é possível apontar vários grupos que se voltaram contra o político gaúcho ao longo de seus quase 15 anos de governo, além dos cafeicultores: alguns tenentes alijados do poder, sendo que quase a totalidade desse grupo apoiou e organizou a movimentação que levara Vargas a assumir a presidência; os comunistas, sempre na ilegalidade e motivo de grande mobilização do governo após a proibição da *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), em 1935, e das tentativas de tomada do poder no mesmo ano; os integralistas, grupo com origem fascista e germen da *Aliança Integralista Brasileira* (AIB)

que rivalizou com a ANL apoiando Vargas até a implantação do Estado Novo e que esperava ser contemplado no poder, mas que acabou não tendo espaço algum e passou, também, a ser perseguido, principalmente após o ataque ao Palácio do Catete, em 1938, entre outros.

No entanto, principalmente após 1937, a oposição a Vargas começou a se estruturar cada vez mais por pontos em comum, e a crítica à política trabalhista passou a ser uma delas. Associado desde o início dos anos 1940 ora ao totalitarismo nazifascista, ora ao comunismo, tal aspecto era apontado como uma forma do presidente desorganizar o país e prepará-lo para um possível governo de massas. Dentre essas acusações, Getúlio era colocado ao mesmo tempo como um fascista e ditador totalitário, além de mistificador da classe operária e dos trabalhadores em geral. A política trabalhista era analisada como mais um plano para manter-se no poder do que como algo efetivo para auxiliar os trabalhadores e, embora essas críticas não pudessem ser feitas publicamente, ficaram bastante explícitas após a queda de seu governo em 1945 e a democratização do Brasil, ganhando corpo com o anúncio da candidatura de Vargas à presidência em 1949 (D'ARAÚJO, 1992, p. 46-50).

Durante todo o trabalho, a análise que perpassou os jornais escolhidos está ligada, diretamente, às culturas políticas apresentadas: desde o início do processo de democratização, OESP posicionou-se favoravelmente aos grupos opositores a Vargas e ao seu legado, abrindo espaço e convergindo boa parte de seus textos para essa perspectiva. Por outro lado, no início dos anos 1950, com a criação da UH, esse periódico passou a ser o principal canal na imprensa simpático e favorável à figura de Getúlio e às suas ações, enfatizando os aspectos positivos de suas realizações, tanto em sua primeira passagem no governo como no seu novo mandato, em 1951.

Ambas as publicações, no entanto, não se limitaram a ser meras mensageiras desses grupos. Embora os discursos fossem convergentes em vários pontos, também existiram discordâncias significativas e, muitas vezes, disputas entre esses meios da imprensa e grupos políticos ou civis que, embora partilhassem o mesmo campo e com *habitus* parecidos, desencadeavam disputas por conta de diferenças (às vezes significativas, às vezes mínimas) em seus capitais, indicando que as distensões eram bastante comuns, demonstrando que as uniões (sobretudo, em política) podem ser tão efêmeras quanto o prazo de uma notícia impressa.

Partindo do princípio de que essas duas culturas políticas consolidavam suas bases com imensos campos de disputas, *habitus* e capitais próprios (embora, muitas vezes, conflitantes entre si), dentro de todas essas perspectivas a imprensa foi escolhida como o campo de estudo deste trabalho. Não menos importante do que os campos institucionais ou

oficiais e nem mais importantes que outros aspectos culturais e sociais, tal assunto foi destacado pela relevância característica que possuiu nesse período, sempre pensando as relações de poder em suas páginas, tanto representando os grupos que governavam o país como as movimentações opositoras.

E a escolha do jornal paulista OESP e o carioca UH foi feita, principalmente, com base nos conceitos expostos, uma vez que, como outra hipótese dos pontos já estabelecidos, tal trabalho parte do princípio de que ambos os jornais são representativos das duas principais culturas políticas do período e que, exatamente por buscar um espaço de grande influência na sociedade, entraram (e permaneceram) em constante conflito durante este contexto: de um lado o periódico paulistano, com um discurso bastante próximo da cultura política opositora a Vargas e ao legado trabalhista, a qual será chamada de cultura política liberal; de outro lado, o diário da então capital nacional, com textos bastante próximos das ideias de governo do Vargas e do trabalhismo em si (além de seu legado), que será referida como cultura política trabalhista. É a partir dessa comparação no microcosmo que se buscou tecer relações também para uma compreensão do macrocosmo, ou seja, uma percepção geral das disputas políticas do período.

Já em relação aos estudos voltados à comunicação, de maneira geral, esses ocupam um espaço e relevância cada vez maiores dentro do meio acadêmico e para o debate em relação a um possível papel da mídia na sociedade, seja em outros tempos ou na atualidade, principalmente pela perspectiva da influência que os chamados *media*¹¹ possuem na sociedade atual. Em um mundo onde o audiovisual tem ganhado cada vez mais força como meio de divulgação (e também de construção de influências) com novas ideias e perspectivas, os estudos sobre esse impacto (principalmente em assuntos relacionados à internet e às redes sociais, que têm sido as principais formas de contato social entre as pessoas no século XXI) tem atraído consideráveis reflexões e inúmeros pesquisadores, desde as teses de MCLUHAN (1998) sobre o impacto dos novos meios de comunicação sobre a mensagem até as imensas e intensas mudanças no alvorecer do novo milênio, instigadas pela comunicação quase que instantânea refletida por vários autores e sistematizada de maneira bastante interessante por CASTELLS (2003), analisando o novo mundo que emergiu (e que ainda surge) a partir dessas novas relações.

É importante ressaltar que inúmeros trabalhos têm se voltado, cada vez mais, para épocas anteriores, muitas vezes com o intuito de uma compreensão mais ampla sobre as raízes

¹¹ Esse termo faz referência a todos os meios de comunicação na sociedade, desde as emissoras de rádio até, atualmente, as redes sociais e a internet em geral (ESTEVES, 2011, p. 109-112).

dessa perspectiva atual, ou comparar aspectos desses últimos anos com os de um passado recente ou até de épocas mais distantes. No entanto, essa preocupação não é, necessariamente, algo antigo: os estudos de maneira mais aprofundada dos fenômenos ligados à comunicação são frutos da emergência desses *media* como atores políticos de grande relevância, sobretudo no contexto das grandes guerras mundiais. Até o início do século XX, estudos de caráter descritivo ou mesmo históricos (dentro da ideia das grandes narrativas ou da história geral ou total, ou ainda dos aspectos mais relevantes, uma espécie de escrita muito trivial no século XIX) eram comuns, e não existiam, em larga escala, estudos de caráter analítico, no sentido de pensar como a comunicação em si era estruturada, ou seus possíveis “efeitos” na sociedade.

Considerado um dos pioneiros nesses estudos, o cientista político Harold Lasswell é indicado por boa parte dos especialistas em comunicação como o primeiro autor de grande destaque sobre o assunto. Em 1925, o então economista (sua formação original) defendeu sua tese em Ciência Política na Universidade de Chicago, intitulada *Técnicas de propaganda na Guerra Mundial* (1938). Nesse estudo (publicado dois anos depois), ele delimitou os princípios para compreender o papel da propaganda como uma arma na Primeira Guerra Mundial por parte de alguns países (Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha), indicando um papel de protagonismo a essa nova fórmula utilizada. Ao longo de mais de vinte anos, o autor publicou inúmeras obras voltadas ao assunto, mas com perspectivas distintas, buscando analisar conteúdos das mensagens e novas formas de comunicação, relacionados em praticamente todas as situações com aspectos políticos dos mais variados matizes (CARVALHO, R., 2012, p. 15).

De maneira geral, o autor também é associado à teoria hipodérmica, embora não tivessem sido todas as suas obras que partiram dessa perspectiva. Tal princípio (que estaria presente, principalmente, em sua tese) tem como principal direcionamento a premissa de que a influência e os efeitos dos *media* sobre os espectadores é praticamente total, uma vez que era levado em conta que o público, em geral, apresentava comportamento de massa, isto é, seria passivo em relação às informações recebidas e as assimilariam sem ter, necessariamente, um senso crítico, um filtro mais apurado (ESTEVES, 2011, p. 330-331).

Dentro do pensamento de Lasswell, a questão é dimensionar como a propaganda influenciou os habitantes dos países pesquisados a reproduzirem um comportamento de certa forma patriótico, exaltando a própria nação e criticando drasticamente o inimigo, pintado como o outro, o inimigo. Principalmente nos conflitos que levaram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tal aspecto foi ainda mais visível, uma vez que essa produção midiática

teve um papel determinante nessa intensa e sangrenta disputa. Como evidenciou na introdução da sua tese de doutorado:

Por propaganda não se deve entender como o controle dos estados mentais (...) Propaganda não inclui, sequer, o endurecimento da moral por um desenvolvimento legal e seguro. Ela refere-se, exclusivamente, ao controle da opinião por símbolos significativos ou, para ser mais exato e menos literal, por estórias, rumores, relatos, imagens e outras formas de comunicação social. Propaganda é direcionada para o gerenciamento de opiniões e atitudes para a manipulação direta da opinião pública (...) (LASSWELL, 1938, p. 8-9).

A principal orientação do autor, no entanto, é uma organização esquemática que seria referência para muitos pesquisadores (e ainda é utilizada em vários meios), que ficou conhecido como *Esquema Lasswell* (CARVALHO, R., 2012, p. 83). Nessa divisão, utilizada pela primeira vez na obra *Propaganda and Promotional Activities: an Annotated Bibliography*, em 1935, (na verdade uma obra coletiva, escrita junto com o cientista político Bruce Smith, e o teórico da comunicação Ralph Casey) e que seria aprofundada em outros livros posteriores (como a que leva como título parte do esquema em si, publicado no ano seguinte), especificando uma divisão para a avaliação da notícia e que poderia ser pensada para qualquer uma, os quatro w e um h: *who, whats, when, where* e *how* (quem, o quê, quando, onde e como). Nessa perspectiva, a análise de qualquer *media* deveria seguir esses pontos, ou seja, tanto os meios quanto a mensagem em si (além das pessoas ou grupos envolvidos, obviamente) possuem a mesma relevância para o estudo da comunicação e deveriam ser consideradas por qualquer analista (CARVALHO, R., 2012, p. 83).

Várias outras perspectivas foram comuns nesse período, embora todos com forte influência em dois aspectos das ciências sociais estadunidenses: o trato com os dados quantitativos e a preocupação com o efeito da mensagem para as pessoas em geral (ESTEVES, 2011, p. 350). Praticamente contemporâneo a Lasswell, o austríaco radicado nos EUA, Paul Lazarsfeld, também é apontado como um nome de destaque nas análises, uma vez que trouxe novos olhares para o assunto e praticamente reorganizou a chamada *mass communication research* no ambiente universitário dos EUA (e que acabou influenciando boa parte do mundo acadêmico, posteriormente).

Embora não discorde necessariamente dos pontos indicados por Lasswell, o austríaco trouxe uma nova perspectiva ao indicar que a pesquisa da comunicação vai para além da própria análise dos meios, com outros aspectos ligados às perspectivas em si que não indicam uma manipulação dos *media* sobre a população, mas sim uma influência que varia conforme o

contexto e as circunstâncias, podendo haver mediações mais ou menos intensas. Morando no país norte-americano desde 1933, Lazarsfeld envolveu-se em inúmeros estudos relacionados ao comportamento político influenciado pela mídia e, com um levantamento bastante vasto, passou a distanciar-se cada vez mais dos estudos de comunicação até então existentes ao intensificar a tese de que os meios de comunicação não atingiam a população diretamente, mas sim a algumas pessoas que passariam a repassar tais ideias para a população, podendo alterar ou não seu significado. Tal aspecto, resumido na perspectiva intitulada como *two step flow of communications* (teoria do fluxo comunicacional em duas etapas), pode ser sintetizado com a seguinte definição:

Todos os dados assim reunidos vão convergindo para a formulação de um novo modelo comunicacional: o *two step flow of communications*, ou a comunicação a dois níveis – dos *media* para os líderes de opinião e, depois, destes para a generalidade dos indivíduos (no contexto dos seus grupos informais). O que significa uma comunicação dos *media* que é, ela própria, por assim dizer, mediada pelos líderes de opinião, e também uma comunicação dos *media* que no seu processo de difusão sofre, a determinado momento, como que uma transmutação – ao ser convertida em comunicação pessoal (ESTEVES, 2011, p. 360)

Nessa perspectiva, os estudos sobre *media* acabaram perdendo força, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando várias produções nesse sentido passaram a questionar seus efeitos para a população (aspecto contraditório aos princípios do Lasswell e principalmente de Lazarsfeld, que dedicaram toda sua carreira acadêmica ao assunto). Vários estudos passaram, então, a refletir sobre a importância dos meios de comunicação como formas eficazes de mensagens para as pessoas, pautados principalmente em entrevistas e pesquisas de campo, indicando que os elementos que esses meios procuravam influenciar não obtiveram resultados diretos. Ao mesmo tempo em que essa teoria ganhava força, em outro extremo consolidava-se, também, a Teoria Crítica e os princípios ligados ao conceito de Indústria Cultural, dos alemães também radicados nos EUA, Theodor Adorno e Max Horkheimer (COHN, 1973).

Em uma tradição bastante diversa da sociologia estadunidense, esses pensadores resgataram aspectos da perspectiva marxista para pensar a ideia de comunicação e indicar que a arte, cujo século XIX teria assistido a um desenvolvimento intenso de suas expressões, perdera força no fim do período exatamente por ter sido transformada em um produto, sendo algo de manifestação autêntica e abstrata transformada em mais uma estrutura comum, uma coisa, que entrara na lógica do capitalismo industrial. No caso dos *media*, pode-se dizer que

esses meios estavam nesse princípio exatamente por transformar a notícia em um espaço de venda, não necessariamente em um campo informativo:

Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exactamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu Oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão. Esta não se limita à experiência do mundo sensível, que está ligada à proximidade das coisas mesmas, mas afecta ao mesmo tempo o intelecto autocrático, que se separa da experiência sensível para submetê-la. A unificação da função intelectual, graças à qual se efectua a dominação dos sentidos, a resignação do pensamento em vista da produção da unanimidade, significa o empobrecimento do pensamento bem como da experiência: a separação dos dois domínios prejudica a ambos (...) (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 40-41).

A partir da década de 1960, novos estudos voltados aos *media* indicaram que há influência dos meios de comunicação na sociedade (em contraponto àqueles que buscavam negar), mas que a manipulação não é total como Laswell ou os membros ligados à Escola de Frankfurt teorizaram. Nessa perspectiva, os pesquisadores do assunto passaram a levar em conta uma espécie de via de mão dupla, pois os estímulos dos meios de comunicação não são recebidos pelas mesmas pessoas igualmente (ou mesmos grupos próximos), embora também refutassem o princípio de Lazarsfeld exatamente por partilharem a ideia de que os conceitos não seriam “distribuídos”, necessariamente, por alguns formadores de opiniões para o restante das pessoas.

Além de elementos ligados à cultura (principalmente pela educação), também há outras características que podem influenciar esse comportamento, já que, dependendo de elementos como a classe social, a religião, opções políticas, funções do trabalho, origens étnicas (especialmente os grupos ligados a minorias), entre outros, a compreensão e a própria interação das pessoas com as informações são bastante distintas (ESTEVES, 2011, p. 367-369), existindo várias leituras e compreensões para um mesmo texto.

Posto que a partir dessa movimentação outros estudos se estruturaram, a perspectiva dessa tese partiu do princípio de que os jornais pesquisados (e a imprensa geral) não são hegemônicos e não possuem aceitação total entre seus leitores. No entanto, é importante ressaltar que essas publicações desfrutavam de grande influência no meio social, mesmo não sendo possível medir, quantitativamente, tal alcance.

Em um período no qual o rádio era hegemônico e as emissoras de TV ainda caminhavam timidamente nesse mercado, é preciso notar que os periódicos possuíam grande

espaço como formadores de opinião. O aumento sistemático da publicidade nos anos 1950 e 1960 nas duas publicações estudadas e as várias citações de reportagens desses jornais em discussões na Câmara dos Deputados e no Senado desse período são indicativos bastante incisivos de sua importância (como poderá ser observado no decorrer do trabalho).

Pensando especificamente sobre a imprensa no Brasil, ela não se organizou, necessariamente, a partir do início da colonização europeia no território, uma vez que Portugal instituiu uma série de medidas proibitivas para a instalação de qualquer meio de divulgação de informações e notícias em sua colônia por uma série de fatores, principalmente pelo receio da divulgação de ideias contrárias ao seu domínio (SODRÉ, 1966, p. 11-13). Enquanto em outras colônias americanas a imprensa começou a ser estruturada já a partir do século XVI (SODRÉ, 1966, p. 13-14), no caso brasileiro a produção de periódicos foi oficialmente instituída apenas em 1808, com a vinda da Coroa portuguesa e de vários funcionários e pessoas próximas à Corte para a então colônia, com a criação no Rio de Janeiro do primeiro jornal oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (GRJ).

No entanto é importante referenciar que, anteriormente à criação desse primeiro periódico, vários semanários foram editados de maneira clandestina e tiveram pouco tempo de tiragem no território colonial (SODRÉ, 1966, p. 19-22). Também é vital destacar que um exilado político brasileiro na Inglaterra, o diplomata Hipólito da Costa, começou a publicar também em 1808 (pouco antes do início da publicação oficial do GRJ) o jornal *Correio Braziliense* (CB), bastante crítico ao domínio português no país, primeiro com D. João VI e, posteriormente, com a regência de D. Pedro (RIZZINI, 1957), sendo um dos defensores mais áduos dos princípios liberais e de como o Brasil deveria seguir esse caminho, caso pensasse em se tornar uma grande nação (levando em conta o desenvolvimento europeu, sobretudo o inglês).

A partir dessa movimentação, vários jornais passaram a ser editados no país e foram decisivos em inúmeros momentos no século XIX. Em outros locais (sobretudo nos países mais influenciados pelos desdobramentos da Revolução Industrial, como Inglaterra, França, Estados Unidos e Japão, entre outros) a imprensa já ocupava um espaço sólido de manifestação e, principalmente, de “construção” da opinião pública: com o aumento exponencial de tiragens por conta do desenvolvimento de novas rotativas e do alcance dos transportes, os periódicos eram cada vez mais imbuídos com a prerrogativa de serem formadores de opinião e de divulgadores de anúncios, tornando suas páginas locais sedutoras para as indústrias e comerciantes que queriam dar maior visibilidade aos seus produtos ou estabelecimentos (BARBOSA, 2010). Embora tal perspectiva não fosse tão presente assim no

Brasil nesse contexto, a imprensa passava a ter uma importância política cada vez maior, com amplas disputas entre campos distintos tanto para o país como para o restante do mundo.

Em linhas gerais, a influência na imprensa brasileira nesse contexto é das publicações francesas (GUIMARÃES, 2012, p. 135-155). Vários dos textos mais intensos em relação às opiniões políticas da Europa vinham de Paris e de regiões próximas, acompanhando os inúmeros acontecimentos que marcaram o país durante o século XIX, demarcando uma forte influência do papel desses periódicos desde a Revolução Francesa (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 15-17). Em linhas gerais, os jornais franceses não tinham como principal enfoque a estética ou a construção gráfica de suas edições: as primeiras páginas possuíam o título do jornal centralizado e com fontes bem diminutas. Ao longo dos artigos (geralmente divididos em colunas), já eram publicados os textos dos assuntos que mais cabiam aos diários, com uma preocupação muito mais intensa com o conteúdo do que com a forma em si.

A estrutura dos artigos era baseada no grande detalhamento sobre o assunto abordado. Assim, geralmente no início do texto não ficava claro, muitas vezes, qual era seu tema, aparecendo apenas nos parágrafos seguintes a real motivação das linhas ali impressas. A abordagem era bastante extensa e aprofundada, com análises densas e, muitas vezes, dialogando com textos de outros jornais ou com autores da mesma publicação, mas com perspectivas distintas. Uma prática também muito comum era a publicação de romances em suas publicações, os famosos folhetins, sendo que várias obras vieram ao público a partir desse formato (por exemplo, livros de Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Gustave Flaubert e Victor Hugo, entre outros), cujo principal atrativo era a publicação de um capítulo por semana, sendo que esses títulos, em um primeiro momento, eram obras prontas (e muitas vezes já publicados, mas sem grande repercussão) e, posteriormente, alguns autores passaram a escrever por demanda, buscando captar cada vez mais a atenção do público.

Os jornais brasileiros também realizaram essa prática e várias outras de cunho não necessariamente político, embora esse assunto fosse predominante nas publicações desse século. Em linhas gerais, boa parte desses periódicos foi criada por famílias ou pequenos grupos ligados a determinados setores para defender seus interesses políticos e buscar influenciar um maior número possível de leitores, com publicações que não tinham, necessariamente, caráter rentável. Ao referir-se a essas formas de publicações na primeira metade do século XIX, SODRÉ indicou que:

Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou,

entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. Foi, praticamente, a infância da imprensa brasileira; talvez a sua turbulenta adolescência, quando muito (...) (SODRÉ, 1966, p. 206).

Mesmo com ideias distintas, os impressos brasileiros nesse contexto continham essas características em comum, com a perspectiva voltada aos acontecimentos políticos em momentos distintos desse século de intensas mudanças na sociedade e na economia brasileira, passando paulatinamente a uma imprensa empresarial (ainda que, em um primeiro momento, de pequenos grupos) e com ampla discussão voltada a aspectos democráticos e republicanos, em um período marcado pela forte tradição autoritária:

Tomado no conjunto de suas características – a virulência da linguagem não foi senão uma dessas características – revela as peculiaridades nacionais e conserva o conteúdo democrático que constitui o seu traço mais admirável. Sua forma plebéia desperta, naturalmente, aversão à inteligência de timbre aristocrático que o julga e condena. A referida forma traduz, entretanto, com exemplar fidelidade, o que a época tinha de melhor, de mais expressivo, de mais genuíno, de mais popular, de mais democrático. Corresponde, por outro lado, ao período artesanal, em que era possível alguém fazer um jornal sozinho. Encerrada essa fase, o jornal passará a ser empresa – pequena empresa, de início, para chegar às proporções de grande empresa, como se apresenta em nossos dias (...) (SODRÉ, 1966, p. 207).

Já durante o século XX, embora os jornais passassem a integrar grandes cadeias de imprensa, o caráter político continuou bastante acentuado em suas publicações. Mesmo com a perspectiva de notícia estadunidense (muito próxima à estrutura especificada por Laswell) ganhando espaço, os textos com opiniões próprias ou com análises bastante aprofundadas sobre determinados temas continuaram tendo espaço nas publicações (embora esses ocupassem, cada vez mais, as colunas desses periódicos e não mais o corpo do texto do jornal em si).

No caso dos objetos de estudo desta tese, em 1954 OESP constituía já um grupo bastante fortalecido, com sucursais dentro e fora do Brasil (tinha uma filial em Lisboa e outra em Roma). Na primeira metade da década, o jornal paulista contava com uma média de 90.000 tiragens, sendo que o jornal circulava em praticamente todo o Brasil e também em outros países (VITORINO, 2000, p. 63).

Já a UH, além da edição da capital, também estruturou uma sucursal em São Paulo, apoiada pelo empresário italiano Francisco Matarazzo, desafeto de Chatô e que estaria interessado em que Wainer criasse uma cadeia para concorrer com o DA (PILAGALLO,

2012, p. 133). Para além desse aspecto, o jornal carioca já atingira média próxima de 90.000 tiragens também, sendo distribuído para alguns estados do Brasil (WAINER, 1988, p. 157-165).

Assim, nesse contexto, é possível identificar esses dois aspectos dentro das perspectivas estudadas. Embora com inúmeras diferenças, ambos os jornais possuíam característica empresarial, mas mantendo suas perspectivas políticas, não abrindo mão de demonstrar suas posições mesmo buscando um público plural, uma vez que essas publicações não representavam um partido político em específico (embora possuíssem suas afinidades) e nem orientavam suas publicações apenas para esse tipo de abordagem, buscando abranger, entre seus leitores, tanto aqueles que se interessassem pelos desdobramentos das instituições no país, quanto por aqueles que buscavam outros assuntos para a leitura.

2.2 A criação do OESP e a consolidação da imprensa empresarial no Brasil

Parte significativa da política do Segundo Reinado (1840 - 1889) foi estruturada pelos dois grandes grupos políticos da época: os liberais e os conservadores. Essas agremiações partidárias, membros ativos no governo (alternando postos, ora como situação e ora como oposição), passaram a intensificar as disputas entre si, principalmente, a partir da expansão da produção de café, com a intensa divisão entre os produtores da região do Vale do Paraíba, grupos conservadores ligados às bases monárquicas e os investidores da região do Oeste Paulista, com perspectivas distintas que não eram mais contempladas em nenhuma dessas organizações (CASALECCHI, 1987).

Em 18 de abril de 1873, foi fundado o PR, congregando inúmeros nomes da cafeicultura paulista (sobretudo os produtores do Oeste Paulista). Embora não oficialmente, o jornal *Correio Paulistano* (CP) passou a publicar os textos e dar cobertura praticamente oficiosa ao grupo, que procurava ser uma via opositora ao binômio partidário até então existente (embora, anterior a essa formação, já tivesse sido fundado o *Partido Progressista*, mas com pouca adesão), como demonstrou a capa da edição do dia 25 de abril:

Conforme referimos (...) deu-se em Itú, a 18 do corrente, a convencionada reunião de republicanos da provincia; brilhantissimo e animador concurso a que foram presentes para mais de duzentos republicanos (...) Foi imponente, largo e sério o debate que preoccupou a reunião durante mais de tres horas, no indicado dia 18, de 5 da tarde até 8 ½ da noute mais ou menos (...) (CP, *A reunião republicana de Itú*, 25/04/1875).

No entanto, mesmo com a cobertura do jornal bastante intensa (o órgão passou a ser oficial do partido a partir de 1890), dois anos depois da fundação da agremiação foi criado um novo periódico. Segundo SODRÉ (1966), vários membros do grupo do recém-fundado PR queriam ter em mãos uma publicação que não fosse fiel signatária do partido, possuindo certa independência para, inclusive, criticar medidas que pudessem ser endossadas pela cúpula partidária, mas não por todos (SODRÉ, 1966, p. 259). Assim, nesse ano, foi fundada APSP, e seus principais objetivos foram apresentados em sua primeira edição, em 04 de janeiro:

Mais uma folha diaria vem offerecer á provincia de S. Paulo campo livre aos debates tão necessarios para solução de problemas importantes que interessam o seu desenvolvimento moral e material (...) novo jornal se apresente em condições de poder influir directamente no progresso do paiz e na educação do povo, e habilitar-o a ser, como um escriptordistincto já definio a jornal, “*o cuidadoso expositor de todos os productos da intelligencia humana*, a escola em que entram todos aquelles que sabem soletrar.” (APSP, 04/01/1875).

Além de outros textos explicativos, nessa edição o periódico trouxe todas as informações referentes à sua formação: os primeiros redatores foram o promotor público e jornalista Américo de Campos (que ficou no jornal até 1884, quando saiu para fundar outro periódico, o *Diário Popular*) e o político Francisco Rangel Pestana (que ficou no jornal até 1891). O administrador geral foi o jornalista português José Maria Lisboa (que também deixou o periódico em 1884 e foi um dos fundadores do *Diário Popular*, junto com Américo de Campos)¹².

¹²Além desses nomes, a sociedade que deu origem à APSP possuía vários outros envolvidos: Bento Augusto d'Almeida Bicudo (militar e fazendeiro, morador de Campinas); Antonio Pompeu de Camargo (fazendeiro, morador de Campinas), Américo Brasiliense de Almeida Mello (advogado e político, morador de Campinas) – nome que viria a ser “presidente” (cargo equivalente ao de governador) de São Paulo após a Proclamação da República, em 1889; João Francisco de Paula Souza (médico e fazendeiro, morador de São Paulo); João Manoel de Almeida Barboza (fazendeiro, morador de Campinas); Manoel Ferraz de Campos Sales (advogado e político, morador de Campinas) – também viria a ser presidente de São Paulo e também presidente do Brasil, de 1908 a 1912; Raphael Paes de Barros (fazendeiro, morador de São Paulo); Diógenes de Barros (comerciante, morador de São Paulo); João Tobias de Aguiar e Castro (fazendeiro, morador de Itu); Manoel Elpídio Pereira de Queiroz (fazendeiro, morador de Campinas); João Tebyriça Piratininga (fazendeiro, morador de Itu); José de Vasconcelos Almeida Prado (fazendeiro, morador de Itu); José Pedrozo de Moraes Salles (comerciante, morador de Campinas); Antonio Carlos de Salles (comerciante, morador de Campinas); Francisco de Salles (comerciante, morador de Campinas); Martinho Prado Júnior (deputado e fazendeiro, morador de Araras); José Alves de Cerqueira Cesar (político e advogado, morador de Rio Claro) – também seria presidente do estado de São Paulo após a Proclamação da República; Cândido Valle (comerciante, morador de Rio Claro); Francisco Glycerio de Cerqueira Leite (advogado e político, morador de Campinas) – foi Ministro da Agricultura do governo de Deodoro da Fonseca, além de senador pelo estado de São Paulo no início do século XX (AFSP, 04.01.1875). Boa parte desses nomes auxiliou financeiramente para a fundação do jornal, mas pouco tempo depois de suas atividades venderam suas partes para outras pessoas, sendo que OESP mudou constantemente de acionistas nos primeiros anos de sua existência.

Ao checar os nomes dos primeiros acionistas envolvidos na organização do capital inicial do jornal, fica bastante explícito que o periódico foi composto, basicamente, por pessoas ligadas à cafeicultura e ao comércio do estado paulista, com uma pauta política bastante alinhada com o recém-fundado PR (embora enfatizando, sempre, que não era partidário e que não possuía vínculo com nenhum outro grupo, seja de ordem política ou econômica), além de indicar que o diário já iniciava suas atividades com vasto capital, em uma perspectiva para atingir um público considerável (SODRÉ, 1966, p. 259-260).

Em linhas gerais, o periódico lutou pelas principais bandeiras republicanas em suas páginas nesse período final da Monarquia, sendo enfáticos na cobertura de vários fatos importantes. Na data da abolição da escravatura, por exemplo, APSP foi bastante explícita em sua posição:

GLÓRIA Á PATRIA

Está extinta a escravidão no Brazil (...) A libertação dos escravos faz-se no Brazil por um acentuado movimento da opinião, pela capitulação franca das ultimas forças de resistencia, pela desagregação dos elementos conservadores, mas em plena paz, sem perturbação da ordem, pelo conagraamento dos combatentes da vespera (...) Gloria á Patria que se engrandece libertando os pacientes cooperadores do seu progresso! (APSP, *GLÓRIA Á PATRIA*, 13/05/1888).

Além de defender a abolição da escravatura, APSP já publicava (com grande periodicidade) textos relacionados à defesa da instituição do sistema republicano no país. Na edição consequente à Proclamação da República (15/11/1889), o periódico quebrou o protocolo ao publicar uma capa distinta do padrão, demonstrando o impacto que tinha essa data para o jornal (e, na visão de seus proprietários, para o país):



Imagem 2 – Comparação entre duas capas – uma no modelo padrão, do dia 15/11/1889 e a capa especial sobre a proclamação da República, em 16/11/1889.

Nesta edição “comemorativa”, APSP também foi bastante enfática em relação ao seu posicionamento sobre a temática:

Notícias da Corte anunciam a proclamação da Republica – a forma de governo que exprime o sentimento nacional!

Unamo-nos! para garantir a ordem, porque o novo regime nasce da livre manifestação popular!

Povo! o primeiro dever do republicano neste momento é ser calmo, previdente, justo, tolerante, para ser energico na organização.

A Republica significa a paz, o progresso, a civilização.

Unamo-nos sem distincção de partidos para firmarmos esse novo regime que nos ha de trazer a gloria, a grandeza e a felicidade!
 Viva a Republica! (AFSP, 15 DE NOVENBRO DE 1889 **GLORIOSO CENTENARIO DA GRANDE REVOLUÇÃO PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA BRAZILEIRA**, 16/11/1889).

No período republicano que se seguiu, APSP continuou bastante ativa em relação aos acontecimentos políticos nacionais e referentes ao próprio estado. Em 1890, o jornal passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo* e, no final do século XIX, boa parte dos acionistas que iniciaram o periódico já tinham vendido suas partes, sendo que o controle do diário, de fato, estava nas mãos de Júlio de Mesquita, jovem advogado natural de Campinas que começou a trabalhar em 1885 (assumira a Redação do jornal em 1888, e o comando geral dois anos depois) por indicação de Alberto Salles (seu sogro, irmão de Campos Salles), que havia entrado posteriormente na sociedade (CALDEIRA, 2015, p. 281-283).

Antes do período republicano, Júlio de Mesquita já tinha exercido o cargo de vereador em Campinas. Logo após a Proclamação tornou-se secretário particular do primeiro presidente do estado paulista¹³, Prudente de Moraes (que se tornaria o dirigente máximo da política brasileira, em 1894). Em 1891, foi eleito deputado federal e até o fim da segunda década do século XX foi eleito sucessivas vezes (5 legislaturas) deputado estadual e também senador estadual por um mandato¹⁴.

Embora filiado e com forte ligação ideológica com o *Partido Republicano Paulista* (PRP – era uma das seções estaduais do Partido Republicano), Júlio de Mesquita sempre foi muito crítico em relação a várias decisões tomadas pelo partido, opondo-se em inúmeros momentos à direção majoritária da agremiação como, por exemplo, contra a política dos governadores exercida pelo presidente Campos Salles (1898/1902).

Portanto, OESP sempre manteve uma postura bastante crítica em relação aos presidentes (e aos governos em geral), sendo que o principal canal opinativo era a seção *Notas e Informações*, na qual o editor-chefe do jornal expunha sua visão em relação aos acontecimentos nacionais e mundiais (sobretudo a política). Embora não assinasse seus textos (prática a qual perdura no impresso até os dias atuais), Júlio de Mesquita escreveu boa parte das publicações nessa seção, procurando especificar com essa ação, segundo CALDEIRA (2015, p. 45-46), que a opinião emitida pelo periódico não era pessoal, mas sim de todo o grupo que o gerenciava.

¹³ Até a Constituição de 1934, os governadores dos estados eram chamados dessa forma.

¹⁴ Na Constituição paulista de 1891, a Câmara era dividida entre deputados e senadores do próprio estado, diferentemente da Constituição atual.

Além disso, o jornal passou a cobrir vários acontecimentos internacionais importantes, sendo que, durante a Primeira Guerra Mundial, Júlio de Mesquita publicou, semanalmente, impressões acerca dos fatos ligados ao acontecimento, analisando o conflito e seus desdobramentos:

O que vimos e vemos é que, entre o Brasil e a Alemanha, não há paz: só compreenderíamos que entre as duas nações houvesse guerra. Da paz á guerra não se abre nenhum espaço: não existe nada aí, e tanto é certa essa inexistência que o Direito Internacional, em trezentos anos de lucubrações e cautelas para emergências sabidas, prováveis e possíveis, não viu nem previu a situação em que nos deixou a nossa diplomacia, ao recolher-se, para descansar, da fugaz atividade determinada pelo bárbaro e estúpido torpedeamento dos nossos navios mercantes (...) Nós, por enquanto, até agora, ainda não somos nada no conflito quase universal em que quase todos os países, os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, a Alemanha e a Bulgária, a Áustria e o Montenegro, os Estados Unidos e Portugal, o Japão e a China alguma coisa são, alguma coisa quiseram e puderam ser. Mas não repousa nesta atitude indefinida e indefinível a nossa esperança de escapar ao tributo de sangue que está pagando, ás funestas divindades das desarmonias humanas, a gente que, antes de nós e com decisão superior á nossa, se revoltou contra o militarismo prussiano (OESP, *BOLETIM SEMANAL DA GUERRA (DE ACCORDO COM OS NOSSOS TELEGRAMMAS*, 24/09/1917)¹⁵.

Após apoiar os tenentes na tentativa de golpe em São Paulo em 1924, OESP foi grande entusiasta da criação do *Partido Democrático* (PD, opositor ao PRP) (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23-40), uma vez que Júlio de Mesquita já havia rompido com seu partido e abandonado sua carreira política. Após seu falecimento em 1927, o periódico passou a ser controlado pelo seu primogênito, Júlio de Mesquita Filho, que nunca chegou a exercer cargos na política, mas que manteve a linha de atuação do pai, próximo ao PD e fazendo franca oposição ao governo federal (PRADO, 1986, p. 16-19).

É necessário levar em conta a trajetória do novo diretor do OESP para uma reflexão mais ampla em relação aos conteúdos e às diretrizes adotadas pelo jornal no recorte temporal dessa pesquisa. Nascido em 1892, aos 12 anos de idade foi enviado pelo pai para estudar em Portugal e, posteriormente, completou seus estudos secundários na Suíça. Contrariando a vontade paterna (que queria vê-lo médico e estabelecido na Europa), após o término dos estudos voltou ao Brasil para cursar Direito no Largo do São Francisco e, durante seus anos no curso de graduação, envolveu-se em inúmeras movimentações dentro da faculdade sempre

¹⁵ Os textos também foram organizados e publicados em forma de livro; todos os artigos podem ser encontrados em MESQUITA (2002).

com forte teor político (foi um dos fundadores e membros mais ativos da Liga Nacionalista de São Paulo, em 1916).

Ainda durante sua formação acadêmica, em 1915, passou a trabalhar junto com o pai, passando a colaborar com a edição vespertina do grupo, *O Estadinho*, que abriu espaço para inúmeros nomes da imprensa como Moacir Piza, Ademar de Paula, Alexandre Ribeiro Marcondes Machado e Monteiro Lobato, além de contar com nomes experientes do próprio OESP, como Amadeu Amaral e Plínio Barreto (FERREIRA, 2002, p. 248-249). Embora o projeto não tenha durado muito tempo, circulando até 1921 (SALONE, 2009, p. 93-94), a base do jornal foi entregue para parte de seus funcionários que trabalharam por um ano no local sem pagarem taxas. Esse trabalho deu base para a criação da *Folha da Manhã* (que, após se fundir com outras publicações da mesma empresa, tornaria-se a *Folha de São Paulo*, em 1962) (TASCHNER, 1992, p. 36-39).

Quando assumiu a direção do jornal, Júlio de Mesquita Filho manteve as diretrizes do periódico, mas também esteve atento ao caráter econômico da publicação, expandindo cada vez mais o espaço para a publicidade e para assuntos de interesses mais gerais, sendo que o principal administrador dessa parte passou a ser seu irmão, Francisco Mesquita (SALONE, 2009, p. 123). Mesmo com forte enfoque político, tanto seus textos editoriais como a cobertura do jornal sempre abordavam temas relacionados à economia (principalmente à agropecuária, seguindo as bases dos fundadores do periódico) bem como temáticas relacionadas à saúde pública e à educação, trabalhando com autores bastante comuns na academia, mas pouco divulgados no meio jornalístico, como Herbert Spencer, John Stuart Mill, Thomas Hobbes e Émile Durkheim, entre outros (PONTES, 2010, p. 28-29).

Tal perspectiva já se fizera notar na publicação de seu primeiro livro, em 1925, intitulado *A Crise Nacional*. A obra traçou um amplo panorama do Brasil, principalmente após o término formal da escravidão e da implantação da República, pensando não só nos aspectos políticos, mas também nos aspectos culturais, voltando sua análise, principalmente, para a educação. Embora o diretor do OESP definia-se como liberal e democrata, não via com bons olhos a República da forma como fora instituída, pois concebia as instituições nacionais com estruturas bastante frágeis e a própria formação da sociedade brasileira como um problema a ser superado, questão essa que teria sido agravada após a libertação dos escravos.

Essa perspectiva (embora seu pai tenha apoiado a campanha abolicionista) foi vista como um grande problema por Júlio de Mesquita Filho, uma vez que essa movimentação acabou levando a um grande atraso no desenvolvimento do país, pois esses grupos não

estariam “acostumados” a viver em sociedade e esta não estaria preparada para receber esse novo contingente:

A esse afluxo repentino de toxinas, provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, de alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral (...) Já agora, decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assinada e que os seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões das senzalas, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sobra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psíquica indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos (MESQUITA FILHO, 1925, p. 10-13).

E embora também se colocasse como um republicano, não poupou críticas ao sistema político atual do país, tecendo imensos elogios às instituições monárquicas, em especial à ação de D. Pedro II e de vários de seus ministros, uma vez que seriam exemplos de homens probos e que se preocuparam com o desenvolvimento do país, independentemente de quais filiações partidárias possuísem (SALONE, 2009, p. 99). Também propôs reformas políticas importantes para a melhoria das instituições brasileiras, tendo entre esses princípios a instituição do voto secreto (SALONE, 2009, p. 100), perspectiva urgente para diminuir a manipulação da escolha dos novos presidentes, entre outros aspectos (sendo que muitos deles foram bastante presentes em suas argumentações, nos editoriais do OESP, no recorte temporal dessa tese).

Acompanhando de perto as movimentações relacionadas à oposição política, OESP apoiou a movimentação que levou à Revolução de 1930, louvando a libertação da política daqueles que faziam seu “mau uso”. Fazendo oposição ao governo de Washington Luís, os textos dos editoriais e a cobertura política não poupavam praticamente nenhuma movimentação do governo (o presidente já fora severamente criticado enquanto administrador de São Paulo), sendo constantemente atacado pelas linhas escritas pelo diretor do jornal.

A eleição de 1930 foi marcada pela ruptura da aliança entre as seções paulista e mineira do PR, uma vez que ambos os grupos aliaram-se em boa parte das eleições republicanas para chegarem a vitórias eleitorais e manter a estabilidade política, conseguindo tais práticas pelo controle do voto em vários centros urbanos e com acertos com outros grupos por questões econômicas, uma vez que eram as duas regiões mais ricas do país

(principalmente o estado de São Paulo, cujo principal produto, o café, era responsável por grande parte das exportações e da própria renda do Brasil).

Partindo dessa perspectiva (LEAL, 2012), era comum os indicados à cabeça da chapa de presidência serem alternados e, se na eleição de 1926 o presidente do estado paulista, Washington Luís, sucedera o antigo mandatário de Minas Gerais, Artur Bernardes, esperava-se que, quatro anos depois, o sucessor do presidente paulista fosse o representante mineiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. No entanto, o indicado à sucessão pelo PRP acabou sendo o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, fazendo com que o grupo mineiro passasse a apoiar a candidatura de seu opositor, o então presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas.

Embora o candidato gaúcho não fosse um opositor da política nacional (foi o primeiro ministro da Fazenda de Washington Luís e só deixou o ministério para assumir o governo estadual, em 1928), acabou liderando uma dissidência de algumas oligarquias que buscavam ascender ao poder e quebrar a hegemonia dos grupos que já dominavam o Executivo nacional há mais de trinta anos. Tanto OESP quanto boa parte da imprensa de maior circulação nesse contexto passou a apoiar essa candidatura, observando o político gaúcho de maneira bastante positiva em suas páginas, colocando-o como um candidato preocupado com a realidade e não apenas com os conchavos políticos: *“o sr. Getúlio Vargas demonstra que já tomou contacto com a realidade, percebendo emfim; que ha, no povo, outras aspirações que não as dos centros politicos e que a vida da nação não se resume na vida dos agrupamentos partidarios”* (OESP, NOTAS E INFORMAÇÕES, 03/09/1929).

O rápido processo eleitoral foi bastante intenso e com muitas trocas de acusações, sendo que os textos de Júlio de Mesquita Filho sempre eram laudatórios ao político gaúcho e seu vice, o presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, mantendo-se bastante crítico quanto à candidatura situacionista. Como descrito por BORGES (1979, p. 91-120), a candidatura da Aliança Liberal (grupo que unia os representantes do Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro e Minas Gerais e dissidências de outras regiões, como o PD de São Paulo) era vista não como revolucionária, mas sim como renovadora. O princípio não era mudar as estruturas do país, mas sim revigorar suas instituições, fazer com que elas funcionassem de maneira correta ou ideal:

A atuação de Getúlio Vargas no seu Estado, defendendo os interesses dos grandes latifundiários de carne, arroz, trigo etc., tranquiliza, ao que parece, os grupos oligárquicos cuja base era o latifúndio (...) Toda a prática política de Getúlio Vargas até então tinha sido a favor das oligarquias e elas parecem confiantes (...) a figura de Vargas vai substituindo as figuras de Luís Carlos

Prestes, “o cavaleiro da esperança”, e de Assis Brasil, “o chefe civil da Revolução”. Os dois são figuras quase que mitificadas (...) encarnam muitos dos ideais oposicionistas da época (BORGES, 1979, p. 126-128).

Após a derrota e as inúmeras movimentações que levaram à tomada do poder em novembro de 1930, OESP passou a ver com grande entusiasmo o início do governo Vargas. No entanto, a nomeação do tenente João Alberto como interventor paulista não foi encarada de maneira ideal pelo jornal, que somente manteve o apoio por conta da participação de vários nomes do PD no secretariado e de Plínio Barreto (um de seus diretores) como responsável pela pasta de Segurança do novo governo, além de ter tido uma breve passagem, também, na chefia do Executivo estadual (BORGES, 1979, p.137-140).

No entanto, esta proximidade durou pouco tempo, uma vez que esse grupo ligado ao PD não conquistou a autonomia dentro do governo e as promessas de Vargas de “entregar” São Paulo aos (grupos dominantes) paulistas não foram cumpridas. As tensões foram aumentando a tal ponto que OESP, de apoiador e crítico moderado do governo em início de 1931, passou a ser um dos grandes organizadores da Revolução de 32, em uma movimentação extremada contra o governo, estruturando uma imensa disputa por espaço político:

Não poderia caber neste palmo de prosa a descrição do entusiasmo que, num rhythm crescente, acelerado, vao empolgando a alma generosa dos paulistas (...) As pessoas que não tiveram a felicidade de viver connosco esta hora excepcional, jamais poderão fazer uma idéa precisa do que seja o transbordamento cívico que empolgou nos ultimos dias, o animo habitualmente sereno das nossas populações. Os moços, então, vivem neste momento a sua grande hora, aquella que será lembrada com enternecimento ao longo de toda a existencia (OESP, ***O DIA DE HONTEM CONSTITUIU MAIS UMA JORNADA DE GLORIA PARA S.PAULO***, 15/07/1932).

Júlio de Mesquita Filho foi um dos nomes centrais na movimentação contra o governo e, em praticamente todos os dias dos três meses de conflito, publicou textos e notas valorizando os combatentes e criticando intensamente Vargas e seus apoiadores. Como consequência, foi preso no fim de 1932 e, posteriormente, exilado, ficando mais de um ano residindo em Portugal. Em cartas trocadas com sua esposa Marina, fica bastante evidente a perspectiva política adotada e os princípios mais importantes que mediavam suas ações, indicando alguns aspectos que permeavam seu *habitus*, como trechos de uma carta de 12/10/1932 (quando ele estava preso, aguardando sua sentença):

Aqui estamos, na Sala da Capela da Casa de Correição, á espera que sobre nós recaiam as penas que nos reservam a ditadura. Sejam elas quais forem, pode você estar certa de que não as tememos, pois, exceto dois ou três, os demais que aqui se acham para cá trouxeram a disposição de ânimo que aí deixamos na memorável noite em que nos afastamos da nossa querida São Paulo (...) Vivemos da manhã á alta madrugada numa perpétua exaltação, alimentada pelas recordações destes três meses de epopéia e pelas notícias desencontradas que a todo instante nos chegam (...) E você, minha filha, como vai passando? Como tem você suportado estes duros dias em que, aos sofrimentos dos dias de luta, se vem juntar as preocupações que as incertezas do dia de amanhã despertam? Tenha coragem e ânimo. Somos moços e temos três filhos homens, que, com certeza, haveremos de educar, como paulistas dignos que hão de ser (...) Mas, apesar de tudo, tenho confiança e não me abandona a convicção de que saberei vencê-las, como nunca me abateram os revezes sucessivos da minha atribulada vida pública. A sua companhia é disso a melhor garantia (...) Se a minha prisão se prolongar, venha para cá. Estaremos, assim, próximos e com o vazio suprimido para conversarmos (...) (MESQUITA FILHO, 2006, p. 38-39)

De volta ao Brasil em 1933, encontrou à frente do estado de São Paulo seu cunhado e um dos sócios do OESP, Armando Salles de Oliveira. A nomeação foi uma das concessões feitas por Vargas após o fim da rebelião paulista para voltar a tecer relações políticas com as oligarquias paulistas (já que, no confronto, grande parte do PRP e do PD se unira contra o presidente). Mesmo ainda demonstrando grande animosidade contra Vargas, Júlio de Mesquita Filho aceitou participar do governo paulista não na condição de secretário ou de auxiliar, mas levando a frente uma idealização que já vinha desde fins da década de 1920 (PONTES, 2010, p. 93-94), a criação de uma universidade em São Paulo. Na obra *A crise nacional* (1925), o autor já tinha discutido a necessidade de se fundar uma instituição educacional para a formação intelectual da elite paulista e brasileira, acreditando que o grupo que conduz o país deveria ser marcado pelo seu desenvolvimento intelectual, e não somente econômico:

Reestabelecido o jogo natural das instituições constitucionais pelo advento da opinião pública, restarnos-ia dar início a construção do organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os países de organização social completa, pelas Universidades. Sem o concurso dessa instituição secular a que a humanidade deve o melhor de suas conquistas, inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva. Ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as directrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de acção. Essa falha lamentável a que devemos attribuir, em última análise, a situação crítica que atravessamos, se

evidência na pobreza inacreditável da nossa produção intelectual. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 3)

Em 1926, Júlio de Mesquita Filho propôs um questionário a ser publicado no OESP para os profissionais da área pedagógica em São Paulo, sobre a situação dos institutos e do próprio sistema educacional paulista. O encarregado de conduzir as entrevistas foi Fernando de Azevedo, até então crítico literário do jornal que, a partir dessa perspectiva, elaborou um grupo de perguntas e teceu contatos com inúmeras figuras envolvidas com o assunto, indicando dezesseis questões que versaram desde o ensino básico até perspectivas para o ensino superior. As entrevistas foram publicadas por partes no jornal e o relatório final foi editado, ao longo do ano, sendo organizado, posteriormente (e de maneira mais abrangente), no livro *A educação na encruzilhada*, ainda em 1926.

De maneira geral, o relatório reforçou a visão já indicada pelo diretor do periódico em sua obra, expondo que o ensino em São Paulo era fragmentado, com forte influência política e orientado por interesses escusos, sem pensar em melhorias para os alunos (e, conseqüentemente, para o Estado e para o país):

Nestas condições só por milagre se poderia ter (em São Paulo) um aparelho de ensino harmônico e integral, posto pela legislação a serviço de claros intuítos sociais e educativos e com bastante plasticidade de adaptação às correntes renovadoras do pensamento moderno. Mas, se de um lado, como se vê, tem faltado a consciência da gravidade e complexidade do problema, abordado quase sempre de afogadilho, em tropelias burocráticas, sem colaboração de técnicos de responsabilidades definidas e sem debate público, por outro lado, ainda não se fez sentir entre nós, da parte dos dirigentes, aquilo que se pode chamar “uma política de educação” norteadas não por homens mas por princípios. Nada que denuncie um grande ideal orientador formado no sentido profundo das realidades e necessidades nacionais e vivificado ao sopro das ideias científicas de educação. Por isso, com sucederem no poder, homens do mesmo partido, não se criou sequer o “espírito de continuidade” bastante temperado na forja de ideais comuns, para desenvolver, com esforço pertinaz e ininterrupto, e no mesmo sentido, uma política de cultura, de bases sólidas, de espírito marcadamente nacional e de objetivos precisos (AZEVEDO, 1960, p. 40).

O resultado do relatório de Fernando de Azevedo e toda a mobilização em torno do questionário demonstraram uma das principais características do editor e principal “ideólogo” do OESP, uma espécie de intelectual orgânico da imprensa paulista: sua crença na educação como forma de desenvolvimento e evolução do país (CAPELATO, 1989, p. 148-149). Suas experiências na Europa e sua formação acadêmica causaram nele profundas reflexões e, desde

então, o assunto nunca o abandonou (embora boa parte de sua produção nos jornais e em livros versasse, diretamente, sobre política).

Pensando a educação sempre como um projeto de orientação das massas, Júlio de Mesquita Filho indicou a Armando Salles de Oliveira, quando voltou do exílio que, em linhas gerais, o mais importante naquele momento para São Paulo era a criação de uma universidade, que fosse integrada ao ensino secundário e que atendesse aos pontos que foram levantados no relatório, na década de 1920 (SALONE, 2009, p. 159).

Em conjunto com o interventor e com Fernando de Azevedo (que, naquele momento, ocupava a direção da Instrução Pública no Estado), dedicou-se a estruturar o planejamento desse novo centro de ensino, desde o espaço físico da instituição até as possíveis bases dos currículos dos cursos que seriam oferecidos. O diretor do OESP tinha em mente trazer ao Brasil uma espécie de “sopro” de civilização, apresentando autores com os quais ele tinha tido contato e ainda eram pouco debatidos nos meios acadêmicos brasileiros, além de pesquisas e novas linhas científicas que nasciam ou que já eram consolidadas na Europa e ainda mal eram conhecidas no Brasil (PONTES, 2010, p. 41-45).

A partir dessas movimentações, o decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934 deu origem formal à *Universidade de São Paulo* (USP), que congregou vários institutos existentes em São Paulo para dialogarem entre si e dar margem a um grande centro de estudos e pesquisas na cidade. O documento foi bastante valorizado nas páginas do OESP, como publicado dois dias depois do documento oficial:

A Universidade é o complemento natural da obra de cultura em que S. Paulo está empenhado desde que conquistou, com a Republica, a sua autonomia (...) Sem ella, não chegaríamos tão cedo, se algum dia chegassemos, a ser o laboratorio de investigações scientificas e o centro de alta e irradiante intellectualidade que precisamos ser, que a nossa missão historica nos obriga a sermos (...) Seria difficil, senão impossivel, conseguirmos realizar, fôra de uma organização universitaria, aquelle vasto programa de cultura individual e de acção social synthetisado nos breves articulados em que se expuzeram, no decreto de hontem, os fins da Universidade de S. Paulo: o progresso da sciencia pelo desenvolvimento das pesquisas; o enriquecimento do espirito, e a felicidade collectiva pelo ensino systematisado de todos os conhecimentos de utilidade geral, ou de nobres e desinteressadas finalidades intellectuae: a formação de especialistas em todos os ramos de cultura technica bem como de profissionaes de escol em todos os officios e mistêres de base scientifica e artistica; a vulgarisação das sciencias, das letras e das artes por meio de cursos syntheticos, conferencias, palestras, difusão pelo radio, filmes scientificos e por outras fôrmas já existentes ou que venham a existir (...) (OESP, *Notas e Informações*, 27/01/1934).

Ficou bastante explícita no editorial (como também já estava em *A Crise Nacional*) uma quase predestinação que o jornalista via à “missão civilizadora” de São Paulo em relação ao Brasil. Além disso, a quase devoção do diretor do OESP em relação à cultura europeia e como a intelectualidade brasileira deveria procurar seguir os passos já consolidados dos pesquisadores do Velho Continente deram o tom das primeiras atividades do mais novo centro de estudos no país.

Por conta disso, teve autonomia do interventor paulista para realizar um plano também já anunciado: a contratação de professores estrangeiros para os institutos que compunham a faculdade. Depois de contatos e breves viagens para a Europa, o diretor do OESP conseguiu contratar um grupo de jovens professores (e que viriam a ser reconhecidos como referências em suas áreas) que se aventuraram a lecionar em terras abaixo da Linha do Equador, como o casal de antropólogos Claude e Dinah Levi-Strauss, o historiador Fernand Braudel e o sociólogo Roger Bastide, entre inúmeros outros intelectuais de vários países diferentes (SALONE, 2009, p. 169-178).

É importante destacar também que foram usados critérios não só acadêmicos, mas também políticos, uma vez que tanto o governador quanto seu cunhado eram contrários (principalmente Júlio de Mesquita Filho) ao fascismo e aos regimes autoritários que se consolidavam na Europa, naquele contexto. Desse modo, para as disciplinas de formação de ciências humanas foram contratados, preferencialmente, pesquisadores franceses, já que o país era a referência para boa parte das discussões acadêmicas nessa área. Para cientistas italianos, alemães e portugueses (países com governos de caráter totalitário e autoritário), as áreas privilegiadas foram as de ciências exatas, uma vez que os estudos dessas disciplinas nesses países já eram bem avançados (em especial na Alemanha) e também eram conteúdos que não envolviam, necessariamente, discussões políticas. Como o próprio Júlio de Mesquita Filho indicou na aula inaugural do curso de Medicina da Faculdade de Ribeirão Preto, em 1958:

Atravessava o mundo então um dos momentos mais críticos da sua evolução. Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha, de mãos dadas, assentavam as últimas medidas que os seus planos de conquista universal impunham (...) O liberalismo parecia para sempre banido da face da Terra. Nem mesmo o comunismo, apoiado no gigante eslavo, demonstrava disposição para enfrentá-lo. Ora, éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da universidade se mantivesse exacerbadamente liberal (...) Essa nossa posição obrigava-nos a evitar que as cátedras da Faculdade de Filosofia pudessem cair nas mãos de adeptos do credo italiano, sobretudo aquelas que mais aptas se mostravam a influir na

formação moral da nossa juventude. Concorria para complicar o problema o fato de contar São Paulo um número elevado de filhos da Península, a maioria dos quais não escondia as suas propensões para aceitar as diretrizes da Roma fascista (...) Contornamos a dificuldade oferecendo à Itália algumas das cadeiras de ciência pura – análise matemática, geometria, estatística, geologia, mineralogia e língua e literatura italianas. Conservávamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos futuros alunos: filosofia, sociologia, economia política, política, geografia humana, letras clássicas e língua e literatura francesas. As demais – química e história natural – seriam preenchidas por alemães expulsos ou em vésperas de o ser de sua pátria pelo hitlerismo. Assim, evitava-se a quebra do sentido liberal da evolução brasileira. As futuras “elites” não seriam vítimas da deformação intelectual resultante da prédica, nas cátedras, de teorias esdrúxulas, que repugnavam à índole e às tendências inatas da nossa gente (PONTES, 2010, p. 130-132).

Ele também defendeu a criação de outras universidades no Brasil, indicando mais duas principais, a primeiro momento: uma no Norte e outra no Sul do país. Tal aspecto seria fundamental para a formação de uma elite cultural nacional, que ajudaria o país a desenvolver-se. Tendo ideias bastante convergentes com as do filósofo Herbert Spencer, Júlio de Mesquita Filho enxergou na mobilização de um centro superior de estudos uma forma de intervenção direta na evolução do Brasil, forma essa que não passava diretamente pela política, mas dependia dela para sua consolidação. Partindo desse princípio, principalmente a elite econômica do país deveria ter acesso ao ensino de qualidade, uma vez que esse grupo demonstrava (na visão do diretor do OESP) uma profunda anomia intelectual, não tendo praticamente formação cultural alguma, e para combater tal perspectiva (e fazer com que o país crescesse de maneira correta) seria essencial o desenvolvimento de uma educação de qualidade no país:

JMF expõe (...) a crença no primado da educação para moldar a sociedade á imagem e semelhança daquilo que vira na Europa nos anos de formação. Seus pontos de partida, voto secreto, democracia e universidade, são os elementos fulcrais para a queda da velha oligarquia que dominara, quase incontestável, o aparato estatal desde a proclamação da República. Cabia a uma nova elite, baseada no conhecimento e na meritocracia, levar adiante as reformas necessárias para modernizar o país – ainda que se discuta o grau de modernização e as formas de inclusão de massas, vistas, naquele momento histórico, com desconfiança pelas agremiações que tratavam o restrito debate político. De qualquer modo, JMF foi pioneiro ao abordar um tema antes vislumbrado como menor, desimportante ou, na melhor das hipóteses, um assunto a ser discutido após a tomada de medidas emergenciais ante a crise político-econômica que violentamente irrompia na década de 1920. Para Mesquita, a questão da reforma do Estado era menos relevante que a reformulação do pensamento dos brasileiros (...) (SALONE, 2009, p. 111).

E, além desse ponto, era necessário educar os mais abastados para conduzir o povo para o caminho “certo”. Na perspectiva do diretor do OESP (e também de vários outros nomes, seja da imprensa ou da própria intelectualidade paulista), Vargas tentava ocupar esse espaço que a elite deixara para organizar as massas, fazendo com que essas passassem a venerá-lo e valorizar o Estado em detrimento do individual, o coletivo em relação à singularidade:

Os liberais paulistas acreditavam, como Ortega y Gasset, que a ascensão das massas contra as elites representava o grande perigo da época contemporânea, e daí a ênfase no fortalecimento das elites (“elites bem pensantes”) para que pudessem assumir as responsabilidades devidas perante elas. Os esforços de Vargas e de seus adeptos na conquista (e controle) das massas foram entendidos como incentivo à rebelião destas contra as elites (CAPELATO, 1989, p. 195).

Nesse contexto estava ocorrendo a Assembleia Constituinte, cujos representantes tinham sido eleitos em 1933 e os trabalhos prolongaram-se até o ano seguinte, culminando finalmente com uma nova Constituição. O jornal aproximou-se novamente da política de Vargas e o apoiou em algumas ações em seu governo, principalmente no discurso anticomunista que começava a ganhar força nesse período. Para essa eleição, fora criado um grupo político paulista, intitulado “Chapa Única por São Paulo Unido”, com representantes do PRP e do PD que criaram uma frente em comum tendo em suas propostas, entre outras coisas, a instituição do sistema federativo republicano, voto secreto, autonomia plena dos Estados, restabelecimento do *habeas corpus*, ensino primário gratuito e obrigatório e especial atenção às classes trabalhadoras, entre outras coisas (SALONE, 2009, p. 212). OESP, desde a formação do grupo, sancionou seu apoio e passou a abrir grande espaço dentro de suas páginas para a divulgação de vários aspectos dessa coligação:

Achamos que S. Paulo deve apoiar a chapa unica, porque ella não se fez em attenção aos partidos, mas em attenção aos principios. Ella não se organisou para demonstrar o prestigio desta ou daquella agremiação, mas para defender, na Constituinte, um programma preciso. Esse programa é que provocou o nosso applauso e que justifica o appello que fazemos ao povo paulista para que dê o seu voto áquella chapa. Indicamos, hontem, alguns pontos desse programma. O principal é o da manutenção da autonomia dos Estados dentro da federação braslieira. Desse depende a sorte da propria republica. Sem federação e sem autonomia dos Estados a republica estará morta. Nem a unidade nacional subsistirá. Se vários nucleos poderosos da opinião publica se reúnem, calando resentimentos e divergências pessoaes, para commetter a delegados escolhidos, de commum accôrdo, a missão de defender esse programma, não é natural que se peça para esses delegados o apoio do povo paulista, que é um povo para o qual o systema republicano

federativo tem a força e a virtude de um dogma? (OESP, *Notas e Informações*, 20/04/1933).

Tendo grande êxito, esse grupo conseguiu eleger 17 dos 22 representantes paulistas na Assembleia¹⁶. Embora a ação do grupo não fosse coesa dentro da Constituinte e, posteriormente, na Câmara dos Deputados, ainda assim tal agremiação teve força relativa nos trabalhos, sendo que o jornal manteve seu apoio durante todo o processo.

Além disso, embora a Constituição instituísse o voto direto para a escolha do novo presidente, a primeira eleição foi declarada como indireta, sendo que Getúlio Vargas fora mantido como presidente pela maioria dos congressistas e, assim, continuaria no cargo por mais quatro anos, sendo que o pleito de 1938 seria direto. A partir dessa resolução, vários estados seguiram essa base e, em São Paulo, no ano de 1935, Armando Salles de Oliveira também foi eleito para seguir no governo de São Paulo pela Assembleia Constituinte Paulista. OESP manteve a aproximação do periódico à máquina estadual até fins de 1936, quando o governador renunciou ao cargo para preparar sua candidatura à presidência da República.

No entanto, essa eleição nunca ocorreu. Uma forte instabilidade política nos anos 1930, não só mundial, mas no caso brasileiro composta por agremiações com caráter bastante distintos e influenciadas por essas movimentações externas procuravam demarcar territórios e participar do debate político e social do país. Em 1932 foi criada a AIB, que inicialmente era um grupo de estudos em São Paulo intitulado *Sociedade de Estudos Paulistas* (SEP) e que, após a Revolução de 1932, passou a se firmar como uma espécie de partido político e representante dos ideais fascistas no Brasil (TRINDADE, 1979, p. 4). Seu principal líder foi o jornalista Plínio Salgado, que mobilizou células em várias partes do país e reuniu inúmeras pessoas, sendo que muitos marchavam com uniformes (chamados popularmente de camisas-verdes) e com cumprimento próprio (o anagrama *Anauê*, com uma saudação parecida com as utilizadas pelos nazistas).

Como contraponto a esse grupo, foi estruturada, em 1935, a ANL, agremiação formada por vários setores distintos (desde liberais até comunistas, passando por sindicatos e vários outros grupos ligados aos trabalhadores urbanos) que tinham como principal enfoque evitar a influência do fascismo no país e buscar melhorias nas condições de vida dos grupos ali representados (PRESTES, 2008, p. 73-89). O confronto entre os blocos começou quase

¹⁶ Entre esses eleitos, podem ser destacados o filho do ex-presidente Rodrigues Alves, o médico Oscar Rodrigues Alves; o líder católico Plínio Corrêa de Oliveira; o engenheiro e militar Mário Whately; o jurista José Carlos de Macedo Soares; membros tradicionais do PRP como João Sampaio, Cincinato Braga e Abelardo Vergueiro César e do PD como Antônio Carlos de Abreu Sodré, além da eleição da primeira mulher do Legislativo brasileiro, a médica Carlota Pereira de Queirós (PRADO, 1986, p. 133-136).

que instantaneamente, uma vez que a ANL passou a ser controlada, cada vez mais, pelos núcleos comunistas, com a presidência “de honra” ocupada pelo ex-tenente Luís Carlos Prestes, que gozava de grande prestígio popular por conta de sua participação na Coluna Prestes e que, naquele contexto, encontrava-se na *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS) (PRESTES, 2008, p. 99-122).

Embora os regimes fascistas ganhassem força na Europa, quem o governo temia em relação a influências externas era o comunismo, que também ganhava adeptos no Ocidente, principalmente, por conta da quebra da bolsa nos EUA, em 1929. Assim, para conter uma possível escalada comunista, o Executivo nacional decretou a ilegalidade da ANL em fins de 1935, sendo que suas principais lideranças se organizaram para tentar um levante armado contra Vargas, fator que passou a ser conhecido pejorativamente como a Intentona Comunista (MOTTA, 2002, p. 76-80).

Em meio a esse turbilhão, a discussão sobre a próxima candidatura presidencial ganhava força e, além do nome de Armando Salles de Oliveira, que havia se colocado com uma perspectiva de oposição, também surgiram outros dois candidatos: o ministro do *Tribunal de Contas da União* (TCU), político paraibano (espécie de “herdeiro” político de João Pessoa) e possível candidato de Vargas, José de Américo Almeida, além do líder da AIB, apostando na possível aceitação das ideias totalitárias no país.

O ano de 1937 estruturou-se com essas bases e o clima de inquietação por parte dos militares e de vários civis era cada vez mais intenso. Quase no fim do ano, foi divulgado um documento organizado pelo capitão do Exército Olímpio Mourão Filho – mas a divulgação indicava que teria sido escrita por lideranças comunistas –, e que viria a ser conhecido por Plano Cohen, cujo conteúdo externava um plano no qual o Brasil passaria por um novo ataque ligado ao PC soviético, que visavam à instituição de uma ditadura no país e ao afastamento (e também execução) das principais lideranças políticas nacionais. Embora a autenticidade da carta não tenha sido comprovada no período, o clima criado foi suficiente para que, em 10 de novembro de 1937, Vargas desse um golpe em seu próprio mandato e instituisse um novo governo, homônimo ao comandado por Antônio Salazar em Portugal (PAULO, 1994, p. 50).

Embora, em um primeiro momento, OESP e a imprensa em geral tivessem sido favoráveis a tal movimentação (tendo em comum o discurso anticomunista), logo o periódico e a maioria dos jornais acabaram se voltando contra o novo governo. Com o arbítrio do Estado (que ganhara feições muito próximas ao fascismo, sendo que a nova Constituição fora outorgada e coordenada pelo ex-ministro da Educação e Saúde e então ministro da Justiça, Francisco Campos), os opositores foram cada vez mais perseguidos e com um espaço cada

vez menor para exporem opiniões contrárias ao governo. Júlio de Mesquita Filho foi preso inúmeras vezes até que, quase um ano após a instalação do regime de força varguista, rumou junto com Armando Salles de Oliveira e vários outros nomes para Paris, onde começou seu segundo período de exílio (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 54-71), que duraria até 1943 e que o levaria ainda aos Estados Unidos e à Argentina.

Mesmo com o afastamento de seu diretor e principal nome, OESP continuou na oposição sob a liderança de Francisco Mesquita até 1940 quando, a mando do interventor paulista Adhemar de Barros, o jornal foi invadido e perdeu sua autonomia, passando a ser controlado pelo regime ditatorial, sob a alegação de que existiam armas escondidas em sua redação (CAPELATO, 1989, p. 27). Além disso, por pressão estatal, o jornal foi quase todo vendido na íntegra para a União, sendo que praticamente toda a família Mesquita aceitou negociar suas ações e, do exílio, o ex-diretor foi o único que não aceitou abrir mão de sua parte (SALONE, 2009, p. 254-264). Até o fim do Estado Novo, a publicação paulista passou a orbitar quase que integralmente na esfera estatal, não tendo praticamente influência alguma da família Mesquita em suas páginas.

Após tentar articular uma grande oposição a Vargas e passar por inúmeros problemas financeiros nos países pelos quais morou no exílio, Júlio de Mesquita Filho resolveu voltar em 1943 ao Brasil, mesmo sob a possibilidade de permanecer preso. Não chegou a ser detido, mas foi obrigado a ficar recluso na fazenda da família, em Louveira, e de não manter contatos políticos. O fim do Estado Novo viria quase dois anos depois, quando os últimos instantes da Segunda Guerra Mundial levaram o presidente brasileiro a um paradoxo: com um regime muito próximo do modelo dos países do Eixo (em especial, a Alemanha e a Itália), o Brasil entrou diretamente no combate em 1942 para apoiar os Aliados (principalmente por pressão dos Estados Unidos), grupo que combatia os regimes fascistas e que ainda continha a URSS ao seu lado.

Com a vitória praticamente assegurada desse grupo, os próceres do Estado Novo passaram a direcionar o processo de democratização do país, após quase oito anos de ditadura. Nesses últimos momentos, alguns atos de contestação ao regime já apareciam, como a publicação do *Manifesto dos Mineiros* em 1943 (documento organizado por um grupo de políticos opositores ao regime, sintetizando uma série de críticas a Vargas e que procurou justificar porque os signatários do grupo eram contrários ao governo); o I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em janeiro de 1945, em São Paulo, com uma perspectiva contra a censura (o congresso foi organizado pela Associação Brasileira de Escritores, criada em 1942 exatamente com a ideia de que esses profissionais se unissem contra o controle

imposto pelo regime de força) e, principalmente, a entrevista publicada, em fevereiro, no CM, de José Américo de Almeida, dada ao jornalista Carlos Lacerda. O político criticou vivamente vários aspectos relacionados ao governo e ao próprio presidente (de quem fora aliado, sendo um dos organizadores da Revolução de 30, interventor na Paraíba e ministro dos Transportes nos primeiros anos do governo Vargas):

Embora não queiramos sofrer influências estranhas, evidentemente o Brasil tem de receber os reflexos da guerra, do caráter ideológico da guerra, que é uma luta pela sobrevivência e purificação da democracia. A guerra, com todos os seus males, é uma grande oportunidade para nos organizarmos e ocuparmos o espaço territorial do nosso País, desenvolvermos a exploração de nossas riquezas (...) No decorrer de tantos anos, e a partir de 1937, com uma soma de poderes que nenhum governante enfeixou no Brasil, ainda mais sem abalos da ordem pública, o Governo tenha procurado encaminhar alguns problemas. Por exemplo, o da siderurgia (...) Houve, no entanto, o abandono de iniciativas primárias, principalmente aquelas relacionadas com a produção e o transporte. É possível que tenha prevalecido a preocupação de impressionar com empreendimentos de maior vulto, de modo a justificar a fisionomia do regime. Mas, se tais empreendimentos absorveram atenções e recursos, não contribuíram para preferir atividades mais acessíveis e imediatas, destinadas, inclusive, a lastrear e garantir o êxito daquelas de mais remotos resultados. É, em suma, um governo que acaba exausto e impotente, apesar dos apelos imoderados à emissão de papel-moeda e da sangria fiscal (...) (CM, *A SITUAÇÃO DECLARAÇÕES DO SR. JOSÉ AMÉRICO*, 22.02.1945)

Após o fim do Estado Novo em 1945, OESP voltou a ser controlado pela família Mesquita, com o auxílio de vários bancos e entidades paulistas que se mobilizaram para recolher ativos, em quantidade suficiente para comprar as ações do governo e devolvê-las aos antigos donos. Tal fator é bastante importante, pois esses grupos passaram a participar diretamente da organização do jornal, em especial o banqueiro Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo e principal financiador dessa movimentação para devolver o jornal à família Mesquita (SALONE, 2009, p. 297).

Com o controle do OESP novamente em mãos, Júlio de Mesquita Filho retomou seus textos abordando a política de maneira bastante intensa. Em seu primeiro editorial após seu retorno (*Notas e Informações*, de 08/12/1945), ele expôs um texto exaltando a democracia e criticando (não de maneira intensa, apenas protocolarmente) a ditadura e exaltando a figura de Eduardo Gomes, ficando na expectativa para que ele vencesse a eleição presidencial (embora não atacasse diretamente o general Dutra, o outro candidato):

Vindo de uma ditadura, que não só subverteu as instituições como pôs em perigo a estrutura social do país, contaminando todos os ramos da atividade

publica com os males da corrupção e provocando uma verdadeira desagregação das forças morais, o Brasil precisa colocar, nos postos de comando e nas casas legislativas, cidadãos genuinamente democraticos, inteiramente limpos de convivência com o regime extinto, capazes de, pela sua formação espiritual, pela sua educação cívica e pela sua atuação política no passado, levar a cabo, com decisão e patriotismo, a obra de remodelação jurídica e principalmente, social, a que nos temos de entregar se quisermos adquirir, em face das outras nações, o prestígio de outrora e assegurar aos que vivem dentro do Território Nacional uma vida que seja para todos, poderosos e humildes, ricos e pobres, a expressão máxima da dignidade humana (...) (OESP, *Notas e Informações*, 08/12/1945).

Em linhas gerais, o jornalista paulista reassumiu o comando de seu periódico mantendo seu *habitus* e marcado pelo longo exílio durante o Estado Novo, em um primeiro momento fora e depois dentro de seu próprio país, acumulando imensas críticas e mágoas contra Getúlio Vargas e seu entorno. Em relação aos aspectos da cultura política de Júlio de Mesquita Filho (que, por extensão, será tratada na tese como a cultura política do jornal), pode-se destacar os seguintes aspectos: liberalismo econômico (embora muito ligado à agricultura, buscava modernizações para OESP e era entusiasta do desenvolvimento industrial), progressismo educacional (ainda continuava um árduo defensor do desenvolvimento universitário e do ensino em geral no Brasil, bem como de uma maior valorização cultural) e conservadorismo político (opositor ao trabalhismo, buscava o resgate dos aspectos positivos das antigas instituições brasileiras, inclusive do próprio período imperial, não propondo novas formas de estruturação política).

O editor do jornal paulista voltara ao seu tradicional posto e no qual se sentia mais à vontade, procurado informar e, principalmente, formar a opinião de seus leitores, defendendo aspectos bastante importantes para uma melhor compreensão do período em causa. No ano de 1945, OESP reintegrava-se ao campo político ocupando o espaço de oposição, trazendo seu capital estruturado por uma vivência de 70 anos, sempre com uma postura bastante participativa sobre a política, tanto a nacional quanto a estadual. E, acompanhando as perspectivas de seu principal acionista, tal inserção ocorreu com a cultura política liberal, dentro das condicionantes e ideias apresentadas na trajetória de Júlio de Mesquita Filho.

2.3 Do fim do Estado Novo ao novo governo Vargas: situações e inflexões

O último ano do Estado Novo foi marcado por uma série de acontecimentos relacionados, principalmente, à perda de força dos aparatos autoritários e às mobilizações para a mudança de regime político. Ciente dessa nova condição, Vargas não se opôs a tais

acontecimentos embora, também, não parecia disposto a deixar se levar por essas ocorrências. Pelo contrário, preparou-se para direcionar essas novas perspectivas (mesmo que contrárias à sua forma de governo), construindo a imagem de que se preocupava com o desenvolvimento do país, independentemente da forma política que seria estabelecida.

Em uma entrevista coletiva, dada em 02 de março, para divulgar as bases do processo eleitoral que seria instituído, o mandatário brasileiro fez uma longa justificativa do caráter autoritário de seu governo, indicando que sua organização fora uma demanda do momento, repudiando as comparações com os regimes totalitários e afirmando que não tinha feito nada para si, mas apenas pelo bem-estar do Brasil. Condenando as movimentações comunistas e integralistas a partir de 1935, o discurso valorizou o caráter “ordeiro” e “cristão” do povo brasileiro e que a sociedade estaria temerária de que a democracia liberal, naquele contexto, não fosse o suficiente para manter a tão desejada estabilidade social.

No entanto, naquele momento a conjuntura seria bastante distinta e, por conta disso, eram justificáveis as mudanças que viriam a ocorrer, uma vez que o país estava estabilizado e os tempos eram outros. Portanto, na visão de Vargas, esse era o “momento certo” para acontecer, novamente, uma eleição:

A recomposição dos quadros políticos dará ensejo certamente ao aparecimento de novas e sadias correntes de opinião, identificadas com os altos problemas nacionais. O povo brasileiro, de fácil compreensão e hábitos ordeiros, progrediu consideravelmente nestes últimos anos. Possui hoje uma receptividade política que poderá ser aproveitada em benefício da estruturação definitiva dos fundamentos econômicos e sociais da nacionalidade. A convocação para opinar e decidir deverá orientar-se honesta e seriamente, evitando agitações facciosas e a repetição dos velhos processos de recrutamento eleitoral de quinze anos atrás. O governo saberá assegurar todas as garantias para que o pronunciamento nas urnas seja amplo e legítimo. Assim procedeu em 1934, quando presidiu as eleições mais sérias e limpas que se realizaram na vigência do regime republicano. Precisamos agora demonstrar que o Brasil é um país organizado, apto a resolver os seus problemas políticos dentro da ordem e da lei. Esse pensamento superior, que é também uma norma salutar de atuação cívica, deve orientar a todos, em momentos de tantas responsabilidades para a nação; confiamos, para isso, na índole generosa e pacífica do povo brasileiro, sempre igual na expansão dos nobres sentimentos e exemplar no devotamento patriótico (D'ARAÚJO, 2011, p. 497-498).

Para esse processo eleitoral (convocado por Vargas no início de 1945), além do cargo de presidente, também entraram em disputa os mandatos de senador e deputado federal. Em um primeiro momento, nada se falou oficialmente em relação a uma possível Constituinte (a lei nº 9, que regulou a eleição, tinha como principal matéria a reforma da Constituição

vigente, suprimindo uma série de artigos, nomeadamente os mais ligados à manutenção da ordem por padrões autoritários, mantendo as estruturas políticas).

No entanto, comentava-se (e também era muito pedido) entre os grupos políticos que se organizasse uma nova Constituição, uma vez que a vigente não condizia com um possível novo período democrático. Após um pedido de análise por parte de alguns candidatos, o *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE) publicou a resolução 215, em 02 de outubro de 1945, que indicava que o Legislativo eleito poderia exercer a função de Assembleia no período em que lhe conviesse melhor. Com o fim do governo Vargas, assumiu o presidente do *Supremo Tribunal Federal* (STF), José Linhares, que consolidou o dispositivo sobre o assunto, publicando duas leis: a Lei Constitucional nº 13, em 12 de novembro delimitando, no artigo 1º, que os deputados e senadores eleitos teriam poderes ilimitados para manterem ou não a Constituição vigente e 14 dias depois (e 7 dias antes da votação) publicou a Lei Constitucional nº 15, indicando que os representantes eleitos teriam como uma de suas funções elaborar e promulgar a nova Carta Magna do país.

Contudo, antes mesmo do processo eleitoral consolidado, alguns grupos já se movimentavam para formar novos partidos políticos. Principalmente após o Manifesto dos Mineiros, vários políticos de oposição já mantinham contato (tanto os que estavam aqui no Brasil como os que ainda estavam exilados) para a criação de um grupo, buscando consolidar sua posição política (a única convergência entre eles era a oposição à figura do então ditador), sendo que muitos desses membros já tinham se reunido na *União Democrática Brasileira* (UDB) em 1937 para estruturar a campanha de Armando Salles de Oliveira.

Assim, em 07 de abril de 1945, nasceu a *União Democrática Nacional* (UDN), como uma aglutinação opositora ao presidente brasileiro (BENEVIDES, 1981, p. 38). A data fora escolhida meticulosamente por seus fundadores, pois em 07 de abril de 1831, D. Pedro I havia renunciado ao posto de imperador do Brasil. Essa personagem histórica representaria todas as características políticas negativas da época: autoritário, despótico e violento, retirara-se por não ter capacidade para continuar governando o país. Partindo desses princípios, seus opositores haviam conseguido esta vitória, mesmo com um turbulento Período Regencial que viria posteriormente. Cento e quatorze anos depois, o Brasil encontrava-se em situação análoga nessa releitura histórica udenista: novamente havia um governante ultrapassado, que representava todos os defeitos da política nacional, taxado como coronel, caudilho, autoritário e intervencionista. Tirá-lo do poder era um aspecto fundamental e os “arautos” do novo partido estariam dispostos a fazê-lo para restabelecer novamente a democracia e o desenvolvimento do país (BENEVIDES, 1981, p. 23-28).

Embora vários membros se identificassem como liberais e progressistas, o partido em um primeiro momento comportava políticos originalmente de outras tendências, alguns até ligados a Vargas, mas que haviam rompido ou tido algum tipo de conflito com o político gaúcho:

Algumas adesões, sob o prisma do passado aparentemente incompreensíveis – como a de Arthur Bernardes (um “carcomido” no partido do Brigadeiro!), a de Adhemar de Barros (ex-interventor em São Paulo, *persona non grata* por excelência das elites paulistas, tanto do PRP quanto do PD), ou ainda a de Oswaldo Aranha, amigo e aliado de Getúlio – revelam a predominância do cálculo político sobre as “razões do coração” ou da memória histórica. Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime [...] (BENEVIDES, 1981, p. 28-29)¹⁷.

Além da oposição a Vargas, outro aspecto fundamental como ponto de convergência do partido foi a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a sucessão presidencial (candidatura esta que já era pensada desde fins de 1944), mesmo sem muito esclarecimento de como seria o pleito. Gomes participara tanto do Forte do Copacabana quanto da Revolução em 1924 na capital paulista, tendo sido preso quando tentou integrar a Coluna Prestes, além de ter apoiado o golpe de 1930 e ter sido um dos comandantes principais de repressão ao levante comunista. Em 1937, pediu exoneração do cargo de comandante do 1º Regimento de Aviação por não concordar com o estabelecimento do Estado Novo, passando a fazer oposição ao político gaúcho (ABREU et. all., 2001, p. 2567-2577).

Embora Júlio de Mesquita Filho não tivesse sido filiado ao partido, sua proximidade com os udenistas foi bastante intensa (SALONE, 2009, p. 296), uma vez que parte significativa de seu *habitus* era próxima a de vários integrantes do grupo. Foi um dos principais articuladores da campanha de Eduardo Gomes e de muitos nomes da UDN para deputado e senador em 1945 e, na eleição para governador em 1947, apoiou e ofereceu todo o aporte do OESP para o candidato da UDN, Antônio de Almeida Prado (um dos fundadores do antigo PD e reitor da USP), criando uma coluna específica em suas páginas, a *Jornada da Democracia*, como forma de valorizar o candidato.

Além da UDN, outros grupos se articulavam na época com o intuito de formarem agremiações que viriam dar origem a novos partidos políticos. Para responder a essa

¹⁷A autora, na página 29, tipificou em cinco grupos os adesistas de primeira hora a UDN: a) Os grupos políticos que perderam espaço com a Revolução de 30; b) Os antigos aliados do presidente, que acabaram perdendo espaço depois de 30 ou em 37; c) os que participam do *Estado Novo* mas se afastaram antes do fim do governo; d) os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) As esquerdas (neste caso, eram os grupos que não eram ligados diretamente aos comunistas).

movimentação oposicionista, esperava-se que membros do governo formassem uma estrutura forte, baseada nos políticos que participaram da administração do país (principalmente os ligados ao Estado Novo). E, de fato, boa parte deles já discutia, desde meados de 1944, a criação de um partido político (HIPOLITO, 1985, p. 120-121) e muitos deles também se movimentavam em torno de uma candidatura para a substituição de Vargas no poder. Embora formalmente não existisse ainda um partido, o lançamento do nome de Eduardo Gomes exigiu dos governistas uma resposta rápida em relação à possível realização da eleição para o Executivo. Depois de um acerto entre os correligionários (com a maioria dos apoiadores do presidente envolvidos), em 13 de março o interventor mineiro Benedito Valadares lançou, em São Paulo, a candidatura do ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra (que deixou o cargo pouco tempo depois).

Embora sem experiência política, Dutra ocupava a pasta desde 1936 (ainda sob o período democrático) e tinha sólida reputação tanto entre os civis quanto entre os militares, considerado um nome de conciliação entre possíveis lideranças divergentes no seio desse grupo. Além disso, o lançamento de outro nome militar também seria uma forma de evitar que o Exército aderisse, em massa, à campanha oposicionista e se voltasse, integralmente, contra Vargas (VALE, 1978, p. 60-61). Em um primeiro momento, o grupo não possuía um nome específico e, posteriormente a toda essa movimentação, com a consolidação da candidatura do ministro, a agremiação passou a ser chamada de *Partido Social Democrático* (PSD), agregando, praticamente, todos os interventores e vários outros políticos ligados às máquinas estatais do período (HIPOLITO, 1985, p. 37-49).

Não havia, entretanto, uma única movimentação partidária por parte de membros do governo. Com a regulamentação das leis trabalhistas durante o período ditatorial e o fortalecimento da imagem de Getúlio perante a população (principalmente pela ação do DIP), os trabalhadores desse contexto representavam um grupo importante para qualquer agremiação política que quisesse chegar ao poder. No entanto, a identificação dessas pessoas com um partido formado por interventores e políticos tradicionais seria bastante difícil já que elas viam nestes o passado, período no qual a indústria ainda não era desenvolvida e eles não possuíam as oportunidades de empregos que possuíam agora (D'ARAÚJO, 1996, p. 21-25), além da ausência de leis que regulassem sua situação e das sucessivas perseguições às lideranças operárias (principalmente até 1930).

Com base principalmente no Partido Trabalhista Inglês, políticos ligados ao Ministério do Trabalho se organizaram (sempre com o acompanhamento e autorização do presidente) no intuito de formar um partido, nestes mesmos moldes, no Brasil (BENEVIDES, 1989, p. 42). E

essa organização estaria ligada, intrinsecamente, à figura de Getúlio. Assim, em 26 de março nascia o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), com sua ata e estatuto sendo redigidos pelos técnicos do Ministério do Trabalho (sem haver participação efetiva dos trabalhadores neste processo), com o sentido de tutelar a orientação política do operariado e evitar uma possível influência comunista em suas fileiras (D'ARAÚJO, 1996, p. 25-33).

Além do grupo governista que buscava a organização partidária em torno dos trabalhadores, havia também o *Partido Comunista do Brasil* (PCB). Existente desde 1922, essa agremiação desfrutou apenas de poucos momentos com registro legalizado para seu funcionamento, embora continuasse existindo mesmo na ilegalidade por todo esse tempo. Já em 1943, foi realizada a Segunda Conferência Nacional da agremiação, conhecida também como Conferência da Mantiqueira, cujo principal ponto de pauta era discutir sobre qual seria o direcionamento do partido perante uma possível (e provável) abertura política (GIOVANETTI NETO, 1986, p. 33-54)¹⁸.

Após os debates sobre o direcionamento político a ser tomado, Luís Carlos Prestes foi eleito Secretário-Geral do Partido (cargo equivalente ao de presidente). Retido desde 1936 por conta do levante comunista, em abril de 1945 Prestes e mais vários outros presos políticos foram anistiados pelo regime, sendo que o ex-tenente passou a divulgar com mais afinco as ideias do partido e candidatou-se ao senado pelo Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), demonstrando apoio à manutenção de Vargas (até então algoz) no poder para continuar a estruturar leis trabalhistas, beneficiando mais os trabalhadores (REIS FILHO, 2014, p. 189-196).

No mês de maio, o clima de organização política no país já girava em torno dos recém-formados partidos políticos. Os quatro grupos descritos se articulavam em comitês eleitorais (além de vários outros pequenos grupos, que também se estruturavam ou estavam ainda em processo de formação) e, no dia 28, foi publicado o decreto-lei n. 7.586 que, além de regular a eleição e sua estrutura (inclusive das próprias agremiações), também fixou datas para o pleito dos governadores e das Assembleias Legislativas, previstas inicialmente para 5 de maio de 1946.

¹⁸ Três teses foram debatidas e por fim votadas: a primeira colocava a dissolução do partido em prol de uma marcha popular pelo fim do fascismo; o segundo grupo, encampados pelos comunistas paulistas (entre eles Caio Prado Jr.) pregava uma união nacional contra o fascismo, embora também houvesse luta contra Vargas e o Estado Novo (esta união nacional seria formada por comunistas, outros grupos de esquerda e os democratas liberais); e por último havia a ideia da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), encampada por comunistas baianos e cariocas que defendiam total apoio a Vargas contra o inimigo externo (fascismo) e contra as forças reacionárias do país. Este último grupo foi o vencedor da disputa, e toda a conduta do PCB no período de democratização foi orientada por este princípio.

Embora esses nomes já estivessem definidos, existia certa movimentação política e social para a manutenção de Vargas frente ao Executivo. No mês de agosto, o movimento queremista (grupos sociais que defendiam a democracia, mas com Vargas no poder) ganhava força, sendo apoiado por membros ligados DIP e por políticos próximos ao Ministério do Trabalho que compunham o PTB, bem como por membros do PCB (GOMES, 2005, p. 283-288).

As candidaturas majoritárias postas, até então, não conseguiam movimentar multidões em seus comícios como os movimentos pró-Vargas: o candidato da UDN, embora polido e com linguagem refinada, era incapaz de criar uma imagem que se identificasse com a população, sendo suas manifestações restritas à parte da elite liberal nacional. Já o candidato do PSD, mesmo com o apoio de vários interventores, também não conseguiu criar vínculos com os eleitores que eram partidários de Getúlio, que seria em teoria seu público-alvo (BENEVIDES, 1981, p. 46). Alguns possedistas passaram a apoiar (mesmo que não explicitamente) a manutenção do presidente no poder, uma vez que percebiam que havia uma real chance de seu ex-ministro da Guerra não ser eleito.

O cenário político, em 1945, girava em torno da figura de Getúlio Vargas. Tanto as campanhas presidenciais quanto as organizações para eleições nos estados eram pautadas pelo apoio ou repúdio ao atual presidente e, praticamente, nenhum segmento político se manteve neutro em relação ao político gaúcho, naquele momento. Da mesma forma que aumentava cada vez mais o apoio ao atual mandatário brasileiro, a pressão de setores oposicionistas tanto do Exército quanto de civis (em especial a UDN) também era muito forte, já que temiam mais uma manobra continuísta do atual mandatário (SINTONI, 1999, p. 73-75).

Um acontecimento foi fundamental para o desenrolar dos acontecimentos: a deposição de João Alberto da chefia da Polícia do Distrito Federal, sendo colocado em seu lugar Benjamin Vargas, irmão do presidente. Tal ato foi interpretado pelos militares como arbitrário, uma vez que, geralmente, a escolha ou a consulta de nomes para este posto era de responsabilidade do Ministro da Guerra (SINTONI, 1999, p. 76).

Após ter ciência do fato, o titular da pasta, Góis Monteiro, encaminhou sua carta de demissão ao presidente, seguido de várias manifestações de apoio por parte dos militares ao agora ex-ministro, criando assim um grande atrito entre o Getúlio e o Exército. A nomeação feita por Vargas foi encarada como um ato político (seria uma forma de estruturar a polícia e o Exército para um novo golpe de Estado), o que acabou levando esse grupo a se movimentar no sentido de impor sua deposição. Várias tropas rumaram em direção ao Palácio da Guanabara, onde o presidente optou pela renúncia em vez da resistência, com a anuência de

Dutra e de Gomes (SKIDMORE, 1976, p. 77-78). Em seu lugar, assumiu o presidente do STF, José Linhares.

Assim, o novo mandatário ficou encarregado de direcionar as eleições até a posse do novo presidente, que ocorreria em 31 de janeiro do ano seguinte. As candidaturas se reestruturaram e o PSD passou a buscar o apoio de Vargas para Dutra, embora o agora ex-presidente alegasse estar cansado da política e nutria certa mágoa do ex-ministro da Guerra, por não o ter defendido nessa movimentação dos militares para tirá-lo do poder (SKIDMORE, 1976, p. 89-90). Já o PCB, que pelos discursos de Luís Carlos Prestes chegou a pedir para que os dois candidatos principais renunciassem a suas candidaturas a favor da manutenção do presidente no poder, optou por lançar um terceiro nome à disputa, o engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis, Iedo Fiúza (FERREIRA, 2003, p. 38).

Em meados de novembro, uma possível declaração do candidato da UDN acabou desencadeando o processo final das eleições de 2 de dezembro. Em um comício no dia 20 de novembro, Eduardo Gomes teria declarado, em relação aos apoiadores de Vargas: “não necessito dos votos desta malta de desocupados que apoia o ditador para me eleger presidente da República”. A declaração atingiu diretamente os principais postulantes do queremismo, formados em grande parte por trabalhadores interessados na manutenção do político gaúcho no poder.

Hugo Borghi, uma das principais lideranças do PTB em seu início, utilizou a definição do verbete no dicionário para estruturar sua ação: [...] “Malta – agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...” (FERREIRA, 2003, p. 40). Partindo destas palavras, o empresário passou a divulgar a seguinte interpretação: Eduardo Gomes, candidato da elite, menosprezava quem trabalhava, depreciava aqueles que eram responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do Brasil, os marmiteiros. A partir deste ponto, muitos que tinham perfis próximos dessa descrição, embora ainda divididos entre a candidatura do PSD e a do PCB, teriam se afastado definitivamente do candidato da UDN, oscilando entre Dutra e Fiúza.

Além disso, após muita negociação, Vargas, ainda relutante, escreveu uma carta que foi lida em um comício três dias antes do processo eleitoral, clamando a população para participar do pleito, elencando as conquistas dos trabalhadores durante seu governo e pedindo o voto para Dutra, que seria uma espécie de continuador de suas ações. No entanto, também lembrou que sempre estaria do lado do povo e, se preciso, voltar-se-ia contra tudo e todos para continuar auxiliando aqueles que mais precisavam:

Brasileiros, a abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Fora do governo, meu espírito sofreu decantação de quaisquer ressentimentos por injustiças sofridas. Nunca pretendi outra coisa senão cumprir a lei, realizar as eleições na época marcada e passar o governo às mãos do meu substituto eleito pelo povo e reconhecido pelos poderes legais (...) O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei aos trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor dos seus interesses (...) O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios (...) Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom, bravo e generoso. Estarei ao vosso lado para a luta e acompanhar-vos-ei até a vitória (...). Após esta, estarei ainda ao lado do povo contra o presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato (D'ARAÚJO, 2011, p. 502).

Embora seja muito difícil medir a extensão desse apoio para a eleição, grande parte da bibliografia consultada indica que o efeito foi bastante significativo, principalmente entre o operariado urbano do Distrito Federal e de São Paulo. Além disso, vários grupos já tinham delineado seus votos, indicando em quais candidatos possivelmente votariam, sendo que Dutra passou a ser o nome mais considerado nos últimos momentos antes do pleito:

A recente reorganização partidária dividira as forças políticas e as classes participantes no pleito (...) Grande parte da plutocracia urbana e rural e da classe média ficara com Dutra e Eduardo Gomes, através do PSD e da UDN (...) As forças populares também estavam divididas, entre duas candidaturas, novamente Dutra e Yedo Fiúza, com o PTB, que era Vargas, e o PC, que era Prestes (...) Sendo o PSD um partido, como ficaria provado eleitoralmente, mais poderoso do que a UDN, e a força popular de Vargas mais poderosa do que a de Prestes, e, ainda, enquanto o PSD e Vargas apoiavam Dutra e a UDN e o PC tinham candidatos diferentes, a vitória de Dutra estava assegurada (...) (VALE, 1978, p. 184-185).

No pleito em 02 de dezembro, as expectativas da UDN foram frustradas e, com aproximadamente 55% dos votos, o General Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil, na primeira eleição direta para presidente desde a de Júlio Prestes, em 1930. Assim, o PSD conquistara nas urnas o direcionamento da política nacional: a maioria dos políticos para a Câmara e para o Senado também pertenceria ao partido (BRAGA, 1998, p. 40).¹⁹ Tanto o Executivo quanto o Legislativo estariam sobre o direcionamento dos pessedistas (o próprio

¹⁹ Dos 41 senadores eleitos, 26 (63,5%) eram do PSD; em relação aos deputados federais, dos 297 eleitos, 159 (53,5%) pertenciam ao PSD; como estes dois grupos atuavam juntos na Constituinte, o PSD seria representado na Constituinte com 185 parlamentares (54,7%), de todas as regiões brasileiras (BRAGA, 1998, p. 40).

Vargas foi eleito senador por dois estados e deputado por sete, assumindo o cargo no Senado pelo estado do Rio Grande do Sul), sendo esta agremiação a principal responsável pela reestruturação política do país. Ou seja, a democracia brasileira nascia sob os moldes daqueles mesmos que, nos últimos anos, haviam defendido o sistema autoritário vigente.

Em relação à posse de Dutra e ao sistema político brasileiro em si, Júlio de Mesquita Filho pronunciou-se não como opositor declarado, mas com ressalvas às suas possíveis decisões, expondo suas ideias da seguinte forma:

Repetimos mais uma vez aquilo que inumeras vezes, temos dito nestas colunas: levar o seu governo por caminhos seguros e tranquilos ou ve-los sobrar nas aguas agitadas pelas tempestades das paixões. A atitude do povo e, principalmente, dos partidos de oposição não é de hostilidade; é de expectativa. Os atos de s. exa, somente eles, é que virão determinar uma destas duas coisas: ou a conversão da expectativa em colaboração fecunda sem quebra dos quadros partidarios, ou a transformação dessa expectativa numa declaração de guerra, violenta e sem treguas (...) Nas mãos de s. exa. está, numa palavra, ou o tempo sereno, ou o furacão. Povo e partidos querem, apenas, que a democracia se restaure definitivamente e que o Brasil possa, finalmente, entrar num período de calma e de prosperidade (OESP, *Notas e Informações*, 01/02/1946).

Embora com várias outras agremiações buscando seu espaço na conjuntura brasileira, a política nacional teve como marca principal as disputas entre esses três principais grupos políticos: o PSD, essencialmente ligado aos setores agrícolas (latifundiários em geral); o PTB, aos sindicatos e a órgãos próximos aos trabalhadores urbanos (operários em sua maioria) e a UDN, agregando liberais e conservadores em franca oposição aos dois outros partidos (especialmente ao PTB, cujo legado vinha, sobretudo, do Estado Novo). Mesmo não se colocando como um jornal partidário, OESP apoiou de maneira irrestrita a UDN nesse contexto (e apoiaria durante todo o período entre 1945 e 1964), enfatizando o destaque da organização do partido como um grupo sempre vigilante e contra a influência do ex-ditador (termo usado pelo jornal para referir-se a Vargas):

“O Estado de São Paulo”, se não oculta suas simpatias pela U.D.N., cinge-se nessa orientação á identidade de programas, idéias e sentimentos que o ligam ao partido. Dai não decorrem compromissos partidarios de especie alguma e que não estariam, jamais, nem nas tradições deste jornal nem nas intenções de sua atual direção, fidelíssima, nesse ponto como em todos, a um passado de intransigente independencia em face dos partidos e dos governos. Eis porque nos reservamos integral liberdade de ação, nos nossos comentários, nas nossas críticas e nos nossos aplausos, que exprimem sempre opiniões exclusivas de “O Estado”, que muitas vezes discorda e combate para melhor servir (...) todos os partidos que devem apoio ao regime encarnado na

Constituição de 18 de setembro e não pretendem deixar o campo aberto aos extremismos, aos caudilhismos e às demagogias que rondam a República para atacá-la e destruí-la se os republicanos democratas não cerrarem fileiras na defesa constante e combativa das instituições (OESP, *A palavra oficial da U.D.N.*, 02/04/1949).

Também é importante ressaltar que, principalmente a partir do início do mandato de Dutra e dos trabalhos da Assembleia Constituinte, a figura de Getúlio Vargas continuava como a principal referência da política brasileira (seja por uma perspectiva positiva ou negativa). Na tessitura das leis da nova Carta Constitucional, a participação do ex-presidente fora muito pequena, embora marcante: diferentemente da maioria dos congressistas, que tomaram posse no início dos trabalhos, em 02 de fevereiro, o então senador pelo PSD do Rio Grande do Sul assumiu seu mandato já com mais de três meses de trabalho, no dia 04 de maio. Em uma sessão extremamente tumultuada, passou a ter o direito de exercer o mandato ao mesmo tempo em que, após acaloradas discussões, foi aprovada uma moção proposta pelo deputado e vice-presidente do Congresso, Otávio Mangabeira (UDN/BA), louvando as Forças Armadas pela intervenção em 29 de outubro de 1945 (BRAGA, 1998, p. 556), em claro agravo ao político gaúcho.

Em outro discurso, feito durante os trabalhos da constituinte, respondeu a um violento libelo feito pelo deputado Aliomar Baleeiro (UDN/BA), que o acusara de ser o responsável por todos os problemas e mazelas que ocorriam no Brasil, como consequência dos últimos anos de governo. Ao terminar seu discurso (recheado de apartes), Vargas concluiu de maneira incisiva e violenta, indicando que:

Quando for votada a Constituição, falarei ao povo para definir minha posição perante a história de minha pátria. Mas, para que não suponham que haja nesta atitude qualquer vislumbre de receio, venho declarar que, se alguém tiver contra mim motivos de ordem pessoal ou se julgar com direitos a desagravo, fora do recinto desta assembleia estarei à sua disposição (...) (D'ARAÚJO, 2011, p. 512).

Embora o período a seguir não fosse comandado por Vargas, sua presença manteve-se nas instituições nesse período, sendo o centro das atenções tanto pela situação quanto pela oposição. Em linhas gerais, é possível indicar, por todas as ações nos últimos anos de seu governo e na própria estruturação de seus atos, que o político gaúcho procurou controlar e, quando não o conseguiu, influenciar diretamente nos acontecimentos relacionados à política nacional. Por exemplo, segundo o general Goés Monteiro, o ex-presidente teria dito a ele, em reservado, que organizara a criação de dois partidos e de que buscava agregar os nomes que

estavam com ele no poder para manter o domínio da estrutura burocrática do país, mesmo não as dominando mais (COUTINHO, 1956).

Seu *habitus*, por assim dizer, acabou delimitando os campos de atuação dos parlamentares e dos partidos em geral, principalmente pelas ações estruturadas no Estado Novo, seja pelo autoritarismo inerente ao governo, seja pelas mudanças promovidas ao longo desse período, tanto na esfera industrial quanto na cultural. Causando ainda muitas disputas dentro do campo político, essa perspectiva reforça uma das hipóteses do trabalho, de que os atos de Vargas direcionaram, conscientemente ou não, toda a política no início da democratização brasileira.

Em relação ao Executivo, Eurico Gaspar Dutra estruturou seu mandato de maneira geral pouco popular, mas com estabilidade política, uma vez que fez várias manobras para evitar um posicionamento mais ativo da oposição. Eleito com apoio do PSD e do PTB, governou com participação efetiva dos pessedistas e de nomes sem ligação partidária, embora seu quadro ministerial também tivesse participação dos outros dois principais partidos da época: a pasta do Trabalho ficou para os representantes trabalhistas e, pouco tempo depois da Constituição ser promulgada, em setembro de 1946, foi feito um acordo interpartidário com a UDN, como se fosse uma espécie de “pacto de não agressão” com a oposição, garantindo uma trajetória relativamente tranquila nas relações com o Legislativo (BENEVIDES, 1981, p. 69-77).

Tal fator teria sido uma das principais causas do PTB ficar bastante isolado no governo e do rompimento de Vargas com seu ex-ministro. Desde julho de 1947 o partido era, oficialmente, de oposição ao Executivo (não tendo mais seu representante no ministério do Trabalho) e se recusou a fazer parte do grande bloco de apoio interpartidário estruturado por Dutra, que envolvera o também recém fundado PR (D’ARAÚJO, 1996, p. 51).

Com orientação bastante distinta dos pressupostos do governo anterior, os cinco anos de Dutra no poder refletiram ações que praticamente anularam todos os aspectos atingidos nos últimos anos do Estado Novo, principalmente em relação às perspectivas sociais estruturadas pelo antigo presidente. Embora ex-ministro da Guerra de seu antecessor, a conduta do Executivo não foi orientada dentro da cultura política do governo anterior, assumindo aspectos muito próximos às perspectivas oposicionistas ao legado varguista.

No entanto, um dos aspectos mais comuns nos anos de governo Vargas e que ficou profundamente arraigada nessa gestão foi a repressão. Ao reorganizar-se politicamente e já com seu registro legalizado, o PCB estruturou campanhas em vários estados brasileiros, conseguindo um resultado expressivo na eleição para a Assembleia Constituinte de 1946,

conquistando 14 cadeiras de deputados por 5 estados, além do Distrito Federal, que também elegeu um senador, que foi seu principal líder, Luís Carlos Prestes (GIOVANETTI NETTO, 1986, p. 70-71). Ao todo, foram 10% dos votos tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

Logo no início dos trabalhos da Assembleia, o deputado carioca do PTB, Edmundo Barreto Pinto, fez uma denúncia ao TSE, indicando que o PCB representava uma ideologia que atentava contra a democracia e que não poderia ter representatividade em um sistema como o que estava se consolidando no Brasil (SILVA, 2009, p. 182-183). Embora o Procurador-Geral da República, Themístocles Brandão Cavalcanti, tenha dado parecer favorável para o arquivamento da denúncia, o TSE decidiu aceitá-la e deu início ao processo de cassação do partido, agregando também outras denúncias de que a agremiação fomentava a luta de classes e a desordem no país. Pouco mais de um ano depois, o órgão decidiu cassar o registro do grupo, sendo que, em 1948, todos os parlamentares eleitos pela agremiação também perderam seus mandatos (SILVA, 2009, p. 204-222).

Com o início da Guerra Fria, em 1947, Dutra alinhou-se rapidamente com o bloco capitalista e manteve forte repressão a movimentações de grupos comunistas ou identificados e simpatizantes daqueles. Durante esse período, o mandatário favoreceu o investimento de capital estrangeiro de maneira bem mais abrangente do que Vargas, não exigindo grandes contrapontos dessas empresas (DRAIBE, 1985, p. 176-179). Como forma de tentar desenvolver o país dentro dessa nova perspectiva, foi instituído, em 1948, o plano *SALTE* (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), embora tenha entrado em vigor somente em 1950, no último ano do mandato. Tal formulação tinha como principal pressuposto o desenvolvimento das áreas básicas do Brasil, fazendo com que problemas de ordens prioritárias fossem resolvidos para o bem-estar nacional.

Em relação às ações políticas, a discussão bibliográfica do período traz grande movimentação no tocante ao final do mandato. Enquanto Vargas afastara-se (exerceu o cargo de senador menos da metade do mandato, sempre se licenciando) e era especulado como candidato à sucessão (FERREIRA, 2011, p. 58-60), desde 1948 o governo tentava emplacar seu sucessor. Com a UDN próxima ao Executivo, Dutra e os principais líderes do PSD tentaram organizar um nome em comum, que pudesse manter esses grupos unidos e que permitisse grande estabilidade no Legislativo. O acordo ganhou força entre as seções de Minas Gerais, cabendo aos pessedistas indicar o candidato a presidente e, aos udenistas, o candidato à sucessão mineira (BENEVIDES, 1981, p. 78). No entanto, tal perspectiva não floresceu, uma vez que vários líderes partidários passaram a pleitear as indicações tanto

nacional quanto estadual, praticamente desmembrando o acordo selado entre suas principais lideranças (HIPOLITO, 1985, p. 70-71).

O governador do Rio Grande do Sul, Válder Jobim (PSD), instituiu a fórmula da chamada União Nacional, propondo um entendimento com todos os partidos para lançarem um único nome, que representasse o anseio nacional e a perspectiva das agremiações políticas em geral. No entanto, tal perspectiva acabou não vingando também, e pelas mesmas motivações: buscava-se convergência em um sistema altamente fragmentado, no qual dentro de um mesmo partido (principalmente dos dois maiores) existiam várias divisões e nas quais os interesses individuais acabavam sendo muito mais importantes que os coletivos:

Dá-se, todavia, que a mudança política é também produto de decisões, sobretudo daquelas tomadas ao sabor de crises conjunturais. As formações partidárias em geral, mas sobretudo os sistemas francamente institucionalizados, estão continuamente expostos a inflexões conjunturais poderosas, capazes de produzir desvios ou atrasos consideráveis nas tendências seculares (...) (SOUZA, 1990, p. 146).

No fim do ano, ainda dentro desses desencontros partidários, o deputado federal e ex-governador de Minas Gerais, Benedito Valadares (PSD), teria proposto novamente uma fórmula mineira, buscando uma candidatura com um político de seu estado, independentemente do partido (COSTA, 2014, p. 109-110). No entanto, essa fórmula acabou levando à ruptura em definitivo da UDN com Dutra e os pessedistas, sendo que os membros do partido udenista consolidaram novamente a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes (BENEVIDES, 1981, p. 79), lançando-se como oposição ao governo e, principalmente, à candidatura Vargas.

Após a indicação de vários nomes tanto de dentro como de fora, o PSD acabou ratificando, em 1950, a indicação do deputado federal mineiro, Cristiano Machado, como candidato à presidência (embora não fosse um nome próximo dos principais líderes do estado, o que acabou estremecendo as relações entre Dutra e Valadares). Mesmo sendo um político desconhecido nacionalmente, teria sido uma indicação pessoal do próprio presidente e acabou sendo aceita por várias alas do partido (HIPOLITO, 1985, p. 89-90), exatamente por ser “neutro”, não representando nenhuma tendência em específico na agremiação.

Ao explicar o papel do PSD nessas eleições, HIPOLITO indicou (1985, p. 87) que foi instaurado um padrão que seria seguido nas duas posteriores, uma ação com base dividida em três atos: em um primeiro momento, buscava-se um nome comum a todas as agremiações, que deixassem a estrutura partidária em segundo plano. Após tal perspectiva fracassar, o

segundo passo era que os partidos buscassem fortalecer a si próprios, indicando nomes ou alianças, tendo em vista a vitória no pleito. Por fim, em um terceiro momento, a definição das candidaturas não indicaria, necessariamente, fidelidade partidária, pois mesmo com partidos em bases nacionais, as seções regionais ainda eram muito fortes e, muitas vezes, faziam oposição à orientação nacional da sua agremiação. Como tal realidade era presente em praticamente todos os partidos dessa conjuntura, geralmente as executivas nacionais permitiam ou eram coniventes (mesmo que muitas vezes, no discurso oficial, proibiam e ameaçavam de expulsão) que suas seções regionais apoiassem candidatos distintos.

E foi exatamente isso que aconteceu com o PSD nessa eleição. Mesmo com a candidatura de Cristiano Machado homologada, várias seções estaduais (e inúmeros políticos, em geral) passaram a apoiar abertamente a candidatura de Vargas. Esse não conseguiu trazer todo o partido para seu lado pois, além das disputas políticas com o presidente Dutra e seus representantes, teve sua ação questionada por alguns membros do partido por conta, entre outras coisas, da eleição para vice-governador de São Paulo, em 1947.

O ex-presidente fora até a capital paulista e fizera campanha para o deputado Cirilo Jr (PSD), que representava a seção paulista do partido, com apoio do PTB e do PCB. Esse foi derrotado pelo também deputado e genro do presidente, Novelli Jr (PSD), bancado pela cúpula nacional da agremiação, em um acordo costurado entre Ademar e Dutra (SAMPAIO, 1982, p. 59-60), indicando que a influência de Getúlio não teria sido decisiva nessa eleição (FAUSTO, 2006, p. 161). Criou-se, assim, uma certa desconfiança de que o apelo do político gaúcho não seria tão grande como os partidários próximos a ele pensavam, já que mesmo fazendo comícios e participando ativamente do pleito paulista, não conseguira obter um resultado positivo (aspecto que não o credenciaria para a disputa presidencial).

OESP participou ativamente da disputa, uma vez que a terceira colocação na apuração ficou com o diretor do jornal paulista e deputado federal pela UDN, Plínio Barreto, com uma campanha em conjunto com o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB). Assim como na disputa para governador, o periódico manteve uma página em específico para fazer campanha para seu representante, direcionando inúmeros ataques contra os outros dois candidatos, acusando Novelli Jr de receber apoio do Executivo (deixando a disputa desproporcional) e Cirilo Jr de receber apoio de Vargas e dos comunistas, procurando desestabilizar São Paulo. Ainda assim, a publicação valorizou a votação, indicando que a população estaria, aos poucos, depurando-se da nefasta influência do Estado Novo e sendo educada pelos pressupostos udenistas:

Entretanto, já podemos proclamar a nossa satisfação ante o reerguimento da opinião pública, ainda deturpada por alistamentos viciados, coações ostensivas e propagandas manipuladas, mas em promissor despertar que é como que o fim da crise política em que nos mergulhou a Ditadura e que vem sendo prolongada pelas interferências dos resíduos estado-novistas e pela afloração de outras demagogias perigosas no seu oportunismo e nas suas audacias, que não conhecem escrúpulos. A obra educativa da U.D.N., que ainda não é julgada no seu verdadeiro merito, está produzindo frutos, em colheitas que o tempo tornará cada vez mais abundante se proveitosas, mantida a decisão de lutar sempre, para a vitória ou para os revezes, mas com civismo e dignidade, como o partido de São Paulo (OESP, *NOTAS E INFORMAÇÕES*, 12/11/1947).

Nessa conjuntura de disputas políticas, estruturou-se uma em especial entre as duas principais culturas políticas presentes no período: de um lado Vargas, junto com parte do PSD, buscando reestruturar suas ações (principalmente as de cunho trabalhista e nacionalista, já que sua candidatura fora lançada pelo PTB); de outro lado a UDN, buscando combater a figura do candidato trabalhista e estruturando o Brigadeiro como o candidato ideal, uma espécie de modelo anti-Vargas, com qualidades pessoais e militares irretocáveis, que estaria pronto para assumir o cargo:

Aliás, admira que os políticos ainda não tenham compreendido que, na situação atual, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes é a única que poderá arrear os perigos que qualquer outra fatalmente provocará e que poderá unir os brasileiros para a obra comum e urgente da salvação da democracia. Contra essa candidatura nenhuma outra poderá erguer-se com probabilidade de vitória porque ninguém no Brasil se acha na situação em que se encontra o Brigadeiro – um militar que inspira plena confiança nos civis e que é, ao mesmo tempo, uma das mais altas personagens das Forças Armadas do País (...) (OESP, *O caso do Brigadeiro*, 12/10/1949).

Os outros dois postulantes dessa eleição, não tendo identificação restrita com nenhuma dessas culturas políticas, tiveram pouca ou nenhuma relevância no processo. No caso da candidatura de João Mangabeira (PSB), foi uma movimentação contra os principais líderes do partido (que tinham sinalizado adesão à campanha da UDN), lançada como uma forma de protesto exatamente pelas problemáticas das formas como as alianças estavam sendo costuradas na época, principalmente pela adesão dos integralistas à campanha de Gomes (HECKER, 1998, p. 139-141).

No caso da candidatura de Cristiano Machado, a própria foi cada vez mais esvaziada pelos membros do PSD interessados na candidatura de Vargas, evidenciando um forte enfraquecimento de seu nome e da própria capacidade de movimentação do presidente Dutra

no partido, já que sua relação com o ex-presidente continuava rompida (HIPPOLITO, 1985, p. 90-91) e boa parte da agremiação preferiu estar ao lado de seu “desafeto”.

A campanha foi marcada por um rápido e intenso processo de visitas e campanhas (Vargas viajou por pouco mais de um mês) e por muitas disputas, sejam elas diretas ou simbólicas. Em entrevista ao jornalista Miguel Costa Filho, do jornal *Folha da Noite*, o candidato pelo PTB deu declarações bastante impactantes para a época, uma vez que levava em conta que poderia ter dificuldades de governar, caso fosse eleito (sendo que tais palavras acabaram se tornando extremamente proféticas, lembradas em vários veículos de comunicação, posteriormente):

Conheço meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que, pela segunda vez, não chegarei ao fim do meu governo. Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão agüentar? Uma coisa lhes digo: não poderei tolerar humilhações (...) Tenho 67 anos e pouco me resta da vida. Quero consagrar esse tempo ao serviço do povo e do Brasil. Quero, ao morrer, deixar um nome digno e respeitado. Não me interessa levar para o túmulo uma renegada memória. Procurarei, por isso mesmo, desmanchar alguns erros de minha administração e empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para consegui-lo. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade. Por isso mesmo, serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacarão de frente, porque não se arriscam a ferir os sentimentos de honra e civismo de nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre os lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E, em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar sórdido ambiente corrupto que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão, atingindo minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem... (SILVA et. all., 2004, p. 217)

Após um processo bastante intenso de campanha, marcada por grande movimentação em relação à figura de Vargas (tanto a favor como contra), a votação ocorreu em 03 de outubro de 1950. O senador gaúcho foi eleito com quase 49% dos votos, ficando Eduardo Gomes (novamente) em segundo com, aproximadamente, 30% dos sufrágios; Cristiano Machado ocupou o terceiro lugar, com 10% da votação e João Mangabeira não chegou a receber 10.000 votos, totalizando cerca de 0,1% do eleitorado (D'ARAÚJO, 1992, p. 85).

Já na eleição legislativa, na Câmara dos Deputados, o PSD consolidou-se novamente como o partido predominante, com 112 deputados (cerca de 37% dos votos), embora com

uma queda de 39 representantes em relação à eleição passada (cerca de 19%); foi seguido da UDN, contabilizando 81 cadeiras (aproximadamente 27%), mantendo a representação (na eleição passada, elegera também 81 representantes); e o PTB continuou em terceiro, com 51 eleitos (praticamente 17% dos sufrágios), embora com um enorme salto de representatividade, uma vez que elegera 22 deputados na eleição passada (tendo um aumento de, aproximadamente, 132%). No Senado, do terço que foi votado²⁰, o PSD manteve a maioria com 6 eleitos (aproximadamente 26%), mas o PTB apareceu como segunda maior força com 5 senadores (próximo de 22%) e a UDN aparece em terceiro em conjunto com o *Partido Social Progressista* (PSP), com 3 senadores cada (cerca de 13%)²¹.

Observando esses números, pode-se notar que a futura composição do governo Vargas teria o apoio do PTB (que aumentara sua representatividade, de maneira substancial) e PSP e parte do PSD, com forte oposição da UDN e de outros partidos com referenciais antivarguistas (D'ARAÚJO, 1992, p. 28-29). Assim, nascia o governo Vargas em 1951 ainda com uma perspectiva fragmentada, mesmo que o próprio procurasse compor um quadro de conciliação nas movimentações partidárias e na própria formação do ministério.

É importante pensar que, principalmente a partir dos resultados eleitorais confirmados e das primeiras ações varguistas, a disputa entre as culturas políticas ficou cada vez mais consolidada. Se as diferenças já eram bastante evidenciadas e discutidas desde o fim do Estado Novo, vários desses aspectos não vieram à tona durante o governo Dutra (ou apareciam de maneira esporádica e enrustida), mas afloraram de maneira bastante intensa no período eleitoral e desnudavam-se, cada vez mais, com os novos passos dados por parte do grupo ligado ao político gaúcho.

Um dos principais aspectos apontados por grande parte da bibliografia relacionada à dificuldade da composição do governo de Vargas foi sua insistência em orientar um governo não com base nos partidos, mas em indivíduos ou conjunto de ideias que não seguiam, necessariamente, a lógica partidária. É importante lembrar que o presidente eleito não ignorou os partidos, mas, de fato, procurou relegá-los a segundo plano, pelo menos na composição ministerial:

²⁰ No processo eleitoral de 1945, foram eleitos dois senadores por Estado. A Constituição de 1946 estabeleceu o número de três representantes por unidades federais e, para completar a representatividade, o terço restante foi eleito em 1950, mantendo a alternância da quantidade de representatividade nas eleições seguintes (BRASIL, 1946).

²¹ Dados acessados em <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/representacao-politica>. Acesso em 02 jun. 2016.

Embora os partidos fossem imprescindíveis para o sistema eleitoral, isso não era suficiente para transformá-los em opções reais de Governo, nem para legitimá-los frente às lideranças (...) Na medida em que a idéia de partido implica uma parte de um todo, e que o pluripartidarismo traz a possibilidade de que essas partes sejam entre si conflitantes, as lideranças políticas vêm nesse sistema uma ameaça de desunião e divisão da sociedade. Dentro dessa perspectiva, cria-se uma dinâmica em que não cabe aos partidos, enquanto instituições, o estabelecimento de regras do jogo, mas às forças que se articulam interna e externamente em relação aos partidos (D'ARAÚJO, 1992, p. 27).

Como já foi discutido anteriormente, entre 1945 e 1951 ocorreram muitas mudanças, tanto no Brasil quanto no mundo. A realidade que seria enfrentada por Vargas diferia muito do período no qual ele deixara o poder, a começar pelo sistema de governo. No discurso que lera na Hora do Brasil em 1937, o político gaúcho criticara, naquele contexto, a democracia liberal e o sistema partidário, situações as quais faziam parte do regime político brasileiro no momento e as quais, naquele contexto, ele não teria como evitar:

Nos períodos de crise como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil (D'ARAÚJO, 2011, p. 359-360).

Além disso, durante seu período anterior ao Estado Novo, nunca demonstrara grande simpatia pelo modelo democrático e, nos últimos meses como presidente, seus pronunciamentos sempre eram a favor dos trabalhadores e de sua melhor inserção social, sem levar em conta, necessariamente, qualquer tipo de sistema político em específico.

Ainda em relação à formação de seu ministério, os desdobramentos a partir dessa situação foram bastante indicativos dos desafios que o novo governo enfrentaria, tendo como vice o ex-deputado federal potiguar, Café Filho, do PSP. Um pouco antes de sua posse, a UDN entrou com um recurso no STF para anular a posse de ambos os candidatos eleitos, uma vez que eles não teriam atingido a maioria dos votos (50% mais um) e, embora tal dispositivo não figurasse na Constituição, era um desejo de emenda da sigla já há algum tempo pois, somente assim, legitimaria qualquer resultado eleitoral (BENEVIDES, 1981, p. 82-83). Do fim do mês de outubro até janeiro de 1951, o assunto foi discutido no Legislativo e muitas manobras foram feitas em várias instâncias jurídicas, porém sem sucesso: no dia 18 de janeiro o STF diplomou os candidatos vencedores e encerrou a discussão, tendo apoio crucial das Forças Armadas (SINTONI, 1999, p. 93).

No dia seguinte, em seu editorial *As surpresas da nossa politica*, OESP expôs uma crítica veemente aos militares e ao sistema judiciário em geral, penalizando-os por não terem cassado os direitos políticos de Vargas, uma vez que, para o periódico, não era crível nem sensato que um ex-ditador assumisse a presidência (mesmo que eleito democraticamente). Além disso, apontou ainda que muitos membros desses grupos (e da política em geral), outrora críticos ferrenhos do ex-presidente, não titubearam em declarar apoio ao novo mandatário, buscando espaço em seu governo:

O povo teve a impressão de que entre a data em que depuseram o ditador e aquela em que se realizou o novo pleito as Forças Armadas reconheceram que se haviam enganado e que esse cidadão, sem embargo dos seus atos ditatoriais e da sua indole totalitaria, era, no fundo, um temperamento democratico que se ignorava e era ignorado de todos. Muitos dos que notoriamente concorreram para a sua deposição (...) apressaram-se em colocar-se entre os seus correlegionarios e a tomar partido em favor da tese jurídica que lhe era favoravel. Outros chegaram, mesmo, a entender-se com ele diretamente, caindo-lhe nos braços, o coração a pulsar de arrependimento. E assim, melancolicamente, termina esse extravagante episodio da vida politica do Brasil (...) Que é que isso denota? Bondade de coração? Amor extremo á Justiça? Não. Denota, apenas, falta de convicções, ausencia de ideais, oportunismo incuravel, desdém pela opinião publica, fraqueza de animo, indiferença pela liberdade (OESP, *As surpresas da nossa politica*, 19/01/1951).

No entanto, Vargas não tinha em mente fechar as portas para a UDN ou para qualquer partido, já que não queria organizar o governo dentro dessa lógica. Na montagem de seu ministério, buscou nomes que agradassem sua perspectiva de governar para o “povo”, mas, mesmo que forçosamente, teve que ceder várias pastas para os compromissos políticos que angariou durante sua vitoriosa campanha.

O grupo organizado, chamado pelo próprio Vargas de *Ministério da Experiência* (com um sentido ambíguo, podendo indicar um gabinete temporário ou nomes com ampla bagagem política), contou com nomes de confiança de Getúlio, como João Neves da Fontoura na pasta das Relações Exteriores (que fora vice-governador do presidente eleito no Rio Grande do Sul nos anos 1920 e que já tinha ocupado a pasta no início do governo Dutra, além de ter atuado como embaixador em alguns países na década de 1930) e Lourival Fontes como chefe da Casa Civil (fora chefe do DIP, o qual comandou durante boa parte do primeiro governo do político gaúcho), além dos nomes indicados pelos grupos que o apoiaram: Horácio Lafer para o Ministério da Fazenda, Ricardo Jafet na presidência do *Banco do Brasil* (BB), Álvaro Pereira de Sousa Lima como ministro de Viação e Obras Públicas (todos indicados por Adhemar de Barros, que controlava a máquina estadual paulista e tinha sido o principal apoiador de

Getúlio em sua campanha), Simões Filho na Educação e Saúde (indicação do governador eleito da Bahia, Régis Pacheco) e Negrão de Lima na pasta da Justiça (indicação do governador eleito de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek) (D'ARAÚJO, 1992, p. 119). Esse último nome foi um ponto bastante destacado pelo OESP que, em seu editorial, utilizou tal perspectiva para criticar a formação do novo ministério, sempre relembrando o passado ditatorial do “novo velho” presidente:

Para justificar os receios de que o regime constitucional corre perigo com a elevação do ex-ditador ao Governo da República, basta a escolha do ministro da Justiça, sr. Negrão de Lima. Esse político tornou-se conhecido em 1937 quando recebeu do então ditador a incumbência de articular com os chefes dos governos estaduais o movimento destinado a aniquilar o regime constitucional e a estabelecer em seu lugar o regime de arbitrio que veio vigorar até 29 de outubro de 1945. Um político com esses antecedentes era o menos indicado para chefiar a pasta da Justiça em um governo com propositos constitucionalistas. Para empreitadas anticonstitucionalistas é ele, este político, o elemento mais apropriado. Trazê-lo para o Ministério, neste momento, é dar ao publico a impressão de que, se necessario for, o movimento de 1937 será repetido. Para repeti-lo aí está um dos mais eficientes colaboradores de então (OESP, *Os ministros do novo governo*, 02/02/1951).

Com exceção dos três nomes indicados por Adhemar, todos os outros pertenciam ao PSD. Fora da agremiação, foram incluídas mais duas pessoas no ministério: o deputado federal Danton Coelho, do PTB, para o Trabalho e o ex-deputado federal João Cleofas, da UDN, para a Agricultura. Essa nomeação também foi bastante polêmica, uma vez que os líderes udenistas não aceitaram a indicação e declararam que não tinham nenhum compromisso com o governo e que continuariam fazendo oposição, sendo que o pernambucano seria um ministro do partido, mas sem representar, necessariamente, o pensamento udenista (BENEVIDES, 1981, p. 85-86).

Por fim, os ministros militares também eram nomes próximos de Vargas: Brigadeiro Nero Moura para a Aeronáutica, Estilac Leal para a Guerra, o almirante Renato Guillobel na Marinha e Ciro do Espírito Santo Cardoso para a chefia da Casa Militar (D'ARAÚJO, 1992, p. 118-120).

Tal composição política indicou grande destaque para o PSD e baixa presença do PTB, sendo um dos primeiros elementos de desgaste para o governo (D'ARAÚJO, 1996, p. 88), uma vez que os trabalhistas esperavam uma maior participação no Executivo (já que não conseguiram esse espaço com Dutra). Em setembro, Danton Coelho pediu demissão por não estar de acordo com as articulações de Vargas para tentar trazer a UDN para perto do

governo, além de sofrer forte resistência de nomes de dentro do próprio partido, que viam no político um nome hábil para articular com o poder, mas sem preocupações com as reais demandas trabalhistas (D'ARAÚJO, 1996, p. 89-90). Por conta dessas resistências, também deixou a presidência da legenda (embora não a tenha abandonado), assumindo em seu lugar o deputado federal carioca José Segadas Viana.

No início de 1952, houve a segunda baixa no ministério, deixando o grupo o general Estillac Leal. Sua nomeação já causara grande incômodo entre os militares, uma vez que defendia posições consideradas esquerdistas (várias de tons nacionalistas, como a estatização do petróleo, por exemplo) e, por conta disso, sofria resistência por partes significativas do Exército. Ainda assim, era um militar popular, sendo eleito em 1950 presidente do Clube Militar e, poucos meses depois, nomeado para a pasta da Guerra.

No entanto, devido à forte pressão de vários meios militares (em especial ao grupo denominado de *Cruzada Democrática*, que criticava os nacionalistas dentro do exército, chamados de russófilos) e da aproximação de Vargas com os EUA (buscando novos acordos comerciais, contrariando os ideais propostos pelo grupo liderado por Estillac do Exército), Leal deixou o cargo e, com isso, o presidente da República nomeou, em seu lugar, o chefe da Casa Militar, o general Ciro do Espírito Santo Cardoso (D'ARAÚJO, 1992, p. 120). Quem assumiu a chefia no lugar do novo ministro da Guerra foi Aguinaldo Caiado de Castro.

Além da difícil composição no próprio ministério e com os partidos próximos, outras formas de oposição também afloraram, como a já citada imprensa. A abordagem dos jornais relacionados às ações de Vargas, que já tivera sido bastante negativa durante o processo eleitoral, ficou ainda mais crítica após sua posse. No caso do OESP, as notas continuaram veementes e praticamente diárias, indicando tal linha continuamente já durante a campanha do “caudilho”, associando a indicação de seu nome, entre outras coisas, à indefinição do PSD entre ter candidatura própria ou seguir um outro candidato, como relatou em editorial:

Nunca houve, no Brasil, um partido que se mostrasse de uma incapacidade política tão profunda como o P.S.D. Dispondo de elementos para exercer uma influencia salutar no Parlamento e fora dele, nada fez, até agora, em beneficio do País. Tempo e energias vem perdendo em combinações de baixa politicagem sem a visão larga dos problemas nacionais, amarrado às ambições dos seus chefes e vacilante quando chega a hora das resoluções definitivas (...) O mais curioso nas suas atividades contraditorias é a tentativa de se colocar simultaneamente sob a direção do sr. Presidente da Republica e do ex-ditador, dois inimigos irreconciliaveis, duas influencias que não se podem harmonizar (OESP, *A incapacidade politica do PSD*, 01/04/1950).

Desde o início do mandato, OESP publicou, quase que diariamente, críticas à imagem ou ao governo do presidente gaúcho, anotando desde pequenos destemperos até análises bastante negativas sobre o desdobramento político de seu governo (GOLDSTEIN, 2017, p. 115-119). Deixando bem claro que não concordava em nada com Getúlio, os editoriais não o poupavam em nenhum momento, questionando-o em todas as situações possíveis como, por exemplo, na primeira mensagem presidencial enviada ao Congresso:

Na mensagem com que inaugurou as suas relações com o Congresso Nacional, o sr. presidente da Republica volta a pintar com as cores mais sombrias a situação financeira do País e a prometer ao povo, melhores condições de vida. Não diz, porém, o que pretende fazer para realizar essa promessa. Acena, com a realização da igualdade de oportunidades, esteando-a, porém, em conceitos vagos tais como o de que a obterá mediante equilibrada e constitutiva redistribuição dos frutos do trabalho e do capital, através do imposto e dos programas do Estado (...) Promessas côr-de-rosa, mas sem consistência. Para acalmar os populistas, contrários ao capitalismo, pondera que nada há que recear dessa acumulação de capitais, pois que serão postos a serviço da Nação com um nitido destino social e sob a fiscalização de uma ordem política instaurada pelo povo e devotada aos seus interesses. É o que, outrora, se chamava dar uma ao cravo e outra na ferradura (...) (OESP, *A mensagem presidencial*, 17/03/1951).

Assim, o novo governo de Getúlio Vargas tinha como início, no campo da imprensa, um meio majoritariamente hostil e que, mobilizado, poderia tornar-se um importante foco de oposição ao seu governo. E, dentro dessa perspectiva, OESP manteve sua cultura política liberal em foco, indicando o quanto inconveniente era a manutenção do atual presidente no poder.

3. O SURGIMENTO DA UH E O GOVERNO VARGAS: ENTRE A POPULARIDADE E A INSTABILIDADE

Ao lado das inovações trazidas pela ULTIMA HORA à imprensa do país, deve ser levada em conta a qualidade nova do jornal, do ponto de vista político, surgido em nossa terra. O que havia, até então, entre nós, no campo jornalístico, eram fôlhas de tipo estritamente comercial, como até hoje infelizmente acontece, as quais não defendem princípios próprios. São jornais mercantis. Nós criamos o tipo de jornal popular, o qual, sem ligar-se a compromissos partidários, sabe colocar-se na primeira linha de defesa dos autênticos interesses populares (...) Não nos contentam as vitórias do nosso jornal, em meio à fuzilaria adversária. Não nos contentam elas, porque temos objetivos maiores. Alegam-nos, entretanto, profundamente as vitórias de nossos princípios e dos princípios políticos e sociais de Getúlio Vargas. Getúlio continua, através dessas campanhas populares, de nossa peleja quotidiana por um Brasil independente e maior, por uma existência melhor para as massas, porque elas refletem nitidamente o espírito do inesquecível chefe (...) (UH, *ROTEIRO DE UMA LUTA*, 12/06/1955)

3.1 Samuel Wainer: de Diretrizes à Última Hora

Na campanha eleitoral de 1950, a figura de Getúlio Vargas foi extremamente combatida pelo OESP e por vários outros jornais de grande tiragem, desejosos de aniquilar a movimentação eleitoral do ex-presidente. No entanto, sua candidatura ganhou proporções nacionais a partir de uma reportagem feita por Samuel Wainer, funcionário do DA, que funcionou como uma espécie de estopim para a mobilização do então senador rumo à presidência.

O jornalista viajou até ao Rio Grande do Sul para fazer uma reportagem sobre as plantações de trigo da região e após sobrevoar propriedades do ex-presidente e então senador em São Borja, decidiu tentar conversar com o proprietário, já que ele era cotado como um possível nome para a eleição presidencial em 1950. A entrevista foi concedida e a candidatura confirmada (WAINER, 1988, p. 26-29), após questionamentos em relação à política nacional. Nas próprias palavras do jornalista:

- E se o senhor viesse a ser candidato? - perguntei.
- Eu não sei... - começou Vargas. - Mas pode dizer uma coisa: eu voltarei. Tremi. Ele pronunciara duas palavras mágicas. Desde que Getúlio deixara o poder, pichações em muros de centenas de cidades do país repetiam uma frase: "Ele voltará". Agora a frase era formulada na primeira pessoa. Em seguida, repetiu as palavras mágicas e acrescentou uma ressalva que cairia como uma bomba sobre o mundo político brasileiro:
- Eu voltarei. Mas não como líder de partidos, e sim como líder de massas (...). Fui para o aeroporto e voei para São Paulo. Na segunda-feira passei

pela sede dos Diários Associados, na rua 7 de abril, e deixei uma cópia da reportagem na mesa de Assis Chateaubriand, acompanhada de várias fotos. Segui para o Rio de Janeiro. Como não se imprimiam jornais durante o carnaval, tampouco na Quarta-Feira de Cinzas, eu teria de esperar pela quinta-feira para ver impresso o resultado da minha entrevista com Getúlio. Valeu a pena esperar: como previa Pasqualini, foi uma bomba que, detonada na fronteira gaúcha, espalharia estilhaços por todo o país (WAINER, 1988, p. 22-23).

Na reportagem publicada no dia 03 de março, com grande destaque em *O Jornal*, a fala de Vargas não apontava para uma volta imediata (como colocada no livro de memórias do jornalista), sendo que ele se declarava um líder de massas e que agiria como tal (*O Jornal*, “*O DEBATE DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL NÃO PODERÁ SER MAIS CONTIDO*”, 03/03/1949). Ainda assim, o efeito da publicação da entrevista foi bastante importante, uma vez que, embora muito se especulasse sobre a postura do ex-presidente e suas possíveis movimentações em relação à candidatura, não havia nada ainda documentado sobre o assunto.

No caso do OESP, o jornal não repercutiu diretamente sobre a entrevista, embora publicou duas reportagens procurando desmentir quaisquer relações entre Vargas e Eduardo Gomes. Na reportagem, Wainer perguntou ao ex-presidente sobre a figura do candidato da UDN e Getúlio respondeu que tinha profundo respeito pelo militar, embora indicasse que sua plataforma precisava de ideias e de objetivos básicos, caso contrário, não venceria a eleição.

No dia 06 de março, OESP republicou um texto divulgado no DN, indicando que o ex-presidente não tinha moral alguma para falar de Gomes e que esse tinha um passado muito mais grandioso do que o do senador (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/03/1949). Já na edição do dia 08 de março, o jornal paulista publicou declarações de Eduardo Gomes negando, veementemente, qualquer apoio recebido ou qualquer aproximação com Getúlio Vargas ou com alguém de seu entorno, indicando a impossibilidade dessa convergência (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 08/03/1949).

Mesmo sem ser anunciada oficialmente, a candidatura de Vargas começou a ganhar apoio e, conseqüentemente, o ataque de vários órgãos da imprensa foi acentuado, sendo que OESP foi uma dessas principais vozes de oposição. Enquanto isso, Wainer passou a acompanhar o político gaúcho como enviado especial dos DA e tornou-se um dos principais divulgadores de sua campanha, gerando uma situação bastante peculiar, já que Chatô defendia a candidatura de Canrobert Pereira (e, depois que essa não foi estruturada, passou a apoiar o candidato do governo, Cristiano Machado) e fazia ataques diretos ao ex-presidente em seus editoriais, com um ritmo bastante frequente.

Assim, nas edições de sua empresa, era possível ler reportagens dando detalhes da campanha do ex-presidente com uma perspectiva bastante positiva de seus possíveis resultados e, ao mesmo tempo, ler um editorial extremamente crítico em relação a Vargas ou à sua movimentação política. Por exemplo, em um dos vários textos publicados e assinado por Wainer, Getúlio teria atestado para outros jornalistas que tudo o que o funcionário dos DA escrevia era balizado por ele próprio:

O Sr. Getúlio Vargas recebeu a imprensa (...) palestrando durante 45 minutos com os jornalistas e respondendo às suas perguntas. Sobre a sua impressão da excursão que vem realizando ao norte do país, Getúlio, sorrindo, perguntou aos interpelantes: “Vocês não lêem as crônicas de Samuel Wainer? Pois eu subscrevo tudo o que ele escreve” (...) (O Jornal, *Subscrevo todas as crônicas escritas por Samuel Wainer*, 02/09/1950).

No dia seguinte, em seu texto no editorial, a publicação carioca minimizou a viagem feita por Vargas aos estados do Norte e Nordeste brasileiro, além de chamar a atenção para o fato do “fracasso” de sua chegada ao aeroporto no Rio de Janeiro após tal movimentação:

O sr. Getulio Vargas regressou ontem de sua excursão de quatorze dias pelo norte e nordeste do país. Veio naturalmente cansado, não só da viagem longa como do sacrificio a que foi submetido, obrigado a falar em todos os comícios (...) Mas ao aqui chegar, supunha, talvez que seria recompensado com uma recepção grandiosa, com uma multidão incontável a se espriar pelas redondezas do aeroporto e a gritar o seu nome. O que ocorreu, entretanto, foi coisa muito diferente. Não correspondeu presentes á intensa propaganda que desde pela manhã se fazia em todos os bairros da cidade (...) Mais decepcionante ainda, foi o seguinte: depois do desembarque e de receber abraços e vivas dos correlegionários, dentro da estação, o sr. Getúlio Vargas entrou num automóvel fechado e partiu em disparada rumo a sua residência, deixando os que se deram ao incômodo de ir presenciá-lo de perto a ver navios (...) (O Jornal, *NÃO CORRESPONDEU Á ESPECTATIVA*, 03/09/1950).

Ainda na mesma edição, foi publicado um texto (sem assinatura) intitulado CONTRA O POVO, no qual fazia acusações a Vargas de que ele não recebia e nem se importava com a população em geral, utilizando-a apenas para sua ascensão política (O Jornal, *CONTRA O POVO*, 03/09/1950). Assis Chateaubriand apoiou, em seus textos, Cristiano Machado; no entanto, mesmo com críticas contundentes a Vargas e aos outros concorrentes, não fechou o espaço de sua cadeia a nenhum deles, permitindo colunas ou reportagens favoráveis a qualquer um dos outros nomes (MORAIS, 1994, p. 494). Além disso, continuou investindo em Samuel Wainer e seu acompanhamento da campanha de Vargas, até o final da campanha.

Em outubro de 1950, o então senador venceu a eleição, derrotando novamente o candidato da UDN, Eduardo Gomes. Em seu editorial, OESP não perdoou o eleitorado, os partidos políticos e o próprio Vargas pelo seu resultado vitorioso:

O candidato democratico, por excelencia, foi vencido pelo candidato antidemocratico, também por excelencia. Ao paladino da justiça e da lei preferiu o eleitorado o paladino do totalitarismo e da violencia. (...) Que é que resta aos democraticos fazerem diante da vontade do eleitorado assim manifestada nas urnas? (...) Em 1945, deposto o ditador, coube aos democratas a tarefa de restaurar o regime da lei, elaborando uma constituição que o consagrasse integralmente. Bem ou mal, essa tarefa foi cumprida. Agora, com a vitoria do ex-ditador nas urnas, compete-lhes o trabalho de amparar as instituições que estabeleceram. Esse trabalho não o levarão a termo se, seduzidos pelos cantos de sereia do ex-ditador a seus companheiros, perderem o ardor combativo e derem por consolidado definitivamente o regime que a Constituição de 1946 consagrou (...) O que se pede, em suma, aos democratas genuinos é que saibam conservar-se á distancia razoavel do governo e que não se lancem, precipitadamente, ao primeiro aceno amistoso, nos braços do homem que rasgou duas constituições e suprimiu, durante anos, todas as liberdades que o povo estava habituado a desfrutar (...) O que se espera, em suma, dos democratas verdadeiros é que tenham um pouco de juizo e, principalmente, que tenham um pouco de vergonha (OESP, *A posição dos partidos*, 17/10/1950).

As primeiras ações de Vargas como presidente foram cobertas com um viés bastante negativo pelos principais veículos de comunicação do país, que acompanhavam suas movimentações a distância e criticavam, praticamente, todas as suas ações. Samuel Wainer era um dos poucos repórteres que acompanhavam a movimentação presidencial, mantendo a lógica incutida por Assis Chateaubriand, que ainda utilizava um de seus grandes desafetos políticos como um dos principais chamativos de seus jornais.

A partir desses aspectos, Vargas teria proposto ao Profeta (apelido dado ao jornalista pelo presidente) a criação de um jornal que procurasse acompanhar melhor o governo e cobrir de maneira positiva suas causas (defendendo seus pontos de vista). Segundo relato do próprio Wainer:

- Por que tu não fazes um jornal?
Respondi que aquele era um sonho de um repórter com o meu passado. Ponderei que não seria difícil articular a montagem de uma publicação que defendesse o pensamento do presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.
- Então, faça – determinou Getúlio.
Perguntei-lhe se queria saber como faria.
- Não – cortou. Troque idéias com a Alzira e faça rápido – reagi com o entusiasmo de sempre:

- Em 45 dias dou um jornal ao senhor.
- Então, boa noite, Profeta – encerrou Getúlio.
- Boa noite, presidente.

A *Ultima Hora* começava a nascer e eu a encontrar a minha razão de viver (WAINER, 1988, p. 127).

Em 12 de junho de 1951, nasceu o periódico *Ultima Hora*, com o intuito de defender os posicionamentos do governo Vargas, mas também de aproximar-se mais da população com menor renda da cidade (já que ler jornal ainda era um hábito caro e pouco comum). Para isso, a estratégia utilizada pela equipe editorial do jornal foi de não falar somente de política em suas páginas, mas também de abordar outros temas mais “próximos” à população como questões do cotidiano, cultura e esporte, entre outros. Diferentemente de boa parte dos jornais da época, em suas primeiras edições a UH costumava não separar os temas por páginas ou cadernos. Desse modo, em uma mesma página era possível encontrar comentários políticos, uma notícia sobre um assassinato no centro do Rio de Janeiro e uma nota sobre uma peça que seria encenada no Teatro Municipal, por exemplo:



Imagem 3 – A primeira capa de UH, em 12/06/1951

Além disso, o jornalista Edmar Morel (um dos primeiros contribuidores da UH) publicou em seu livro de memórias que o periódico seria o primeiro a utilizar outdoors, anúncios no rádio, outros periódicos e também propaganda na TV para divulgar seu lançamento, evidenciando a intensa busca da publicação em se estabelecer já como uma grande marca no meio dos outros impressos (MOREL, 1999, p. 187).

Na coluna à esquerda da capa da primeira edição, há uma carta de felicitação mandada por Vargas para o jornal, na qual o presidente reconheceu a importância da publicação para a democracia do país, indicando a necessidade de um novo canal popular de comunicação. Ao mesmo tempo, como manchete principal a publicação trazia uma denúncia às péssimas condições da Central do Brasil, principal estação de trem do Rio de Janeiro, indicando que a UH estava ao lado do presidente, mas, ao mesmo tempo, atenderia as demandas da população, buscando denunciar as más condições das estruturas públicas da capital e de todo o país.

Nessa primeira edição foi inaugurada também a coluna *O Dia do Presidente*, que trazia o cotidiano do mandatário brasileiro tanto em ações políticas quanto em aspectos comuns, utilizando uma tática bastante interessante de procurar aproximar o leitor da figura humana de Getúlio, e não apenas de seu já conhecido lado político ou institucional. Partindo dessa perspectiva, o jornal passou a ter um número expressivo de tiragens e grande sucesso, conseguindo concorrer diretamente com os principais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo (BARROS apud CAMPOS, 1993, p. 63-71).

O diário carioca também é apontado como um celeiro de nomes de destaque da imprensa brasileira no período, abrindo espaço para profissionais que se tornariam referências jornalísticas no cenário nacional²². Além desse ponto, a publicação também inovou em relação à estrutura gráfica, trazendo a capa e alguns pontos dentro de sua publicação em cores (em especial o logo, um azul que se tornaria sua marca registrada), além de quebrar um

²² No início da publicação, o jornal contou com profissionais como o jornalista Luís Fernando Bocayuva Cunha (sua assinatura no jornal era como L. F. Bocayuva Cunha), que exercia também o cargo de diretor superintendente da publicação; o colunista Manuel Bernardes Muller (que assinava no jornal como M. Bernardes M.), costumeiramente apontado como o criador da coluna social na imprensa brasileira e que também utilizava (em várias outras publicações nas quais ele também trabalhava) o codinome Jacinto Thormes; Medeiros de Lima, um dos principais colunistas políticos do período; o jornalista português radicado no Brasil Tomás Ribeiro Colaço (que escrevia sobre Portugal e outros países europeus); o escritor e notório representante do PCB na redação, Octávio Malta (que já trabalhara com Wainer em outro empreendimento, a revista *Diretrizes*); o experiente fotojornalista Daniel Caetano; o poeta, cantor e diplomata Vinícius de Moraes (que escrevia sobre cinema no jornal); o escritor Marques Rebelo (que discutia teatro em sua coluna); o artista plástico Augusto Rodrigues; o jornalista esportivo Álvaro Paes Leme; o famoso caricaturista argentino Lorenzo Molas (criador dos principais mascotes dos clubes cariocas e da Argentina); o jornalista esportivo Caio de Nassau; o escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, que desenvolveria a famosa coluna *A Vida Como Ela É*; o já famoso jornalista Edmar Morel; o escritor Francisco de Assis Barbosa; o caricaturista e pintor argentino André Guevara (que criou todos os logotipos e design gráfico do jornal, considerado extremamente inovador para a época); o famoso

protocolo muito comum entre os diários em geral no Brasil, que ostentavam seu nome no clichê principal da capa. No caso da UH, o logo sempre esteve presente, mas não, necessariamente, em posição centralizada, deslocando-se conforme as manchetes e as imagens estruturadas.

Mas, afinal, quem era Samuel Wainer? Levando em conta a trajetória dos grandes grupos de mídia impressa até então existentes no Brasil, seus donos geralmente eram famílias ligadas ao poder ou a grandes conglomerados financeiros (BAHIA, 1990, p. 227). No entanto, Wainer não pertencia a nenhum desses grupos. Nasceu em 1910 e era filho de imigrantes que vieram da distante Bessarábia, região do Leste Europeu (atualmente fragmentada em vários outros países, como a Moldávia e Ucrânia), sendo que seu local de nascimento foi objeto de muita polêmica ao longo de toda sua vida, sempre permeada por incertezas se ele nascera ainda na região de origem de seus progenitores ou se viera ao mundo em território brasileiro (ROUCHOU, 2004, p. 153-158).

Passou a infância em São Paulo e, devido às poucas condições financeiras da família, mudou-se para o Rio de Janeiro para morar com familiares, exercendo desde adolescente a função de jornalista e passando pelos principais diários do Rio de Janeiro. Em 1938, foi convidado pelo famoso jornalista Antônio José de Azevedo Amaral para auxiliá-lo em uma nova publicação, a revista *Diretrizes*. Tal empreendimento, com frequência mensal, surgiu com a proposta de ser um semanário que trataria de várias temáticas (seu subtítulo era *Política, Economia, Cultura*), embora com a perspectiva política sempre destacada.

O fundador da revista era médico, com inúmeros trabalhos já no jornalismo e com várias obras relacionadas à política, defendendo os regimes de exceção e justificando a intervenção do Estado na sociedade e limitações à liberdade de expressão (fato esse bastante curioso). No mesmo ano do início da circulação da revista, o autor publicou a obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, no qual fez uma defesa contundente dos regimes autoritários e justificou o novo regime de Vargas, indicando sua necessidade e possíveis benefícios para a população, que deveria, em contraponto, seguir alguns aspectos:

O Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinária estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano. Assim, enquanto o Estado fascista, igualando-se nesse ponto essencial ao Estado comunista, encara os indivíduos como meras unidades a serem, utilizadas na organização estatal como elementos destituídos de iniciativa e de liberdade, o Estado autoritário

jornalista esportivo Albert Laurence; a dramaturga Olga Obry, além da contribuição do quadrinista estadunidense Monte Hale, entre outros nomes, que passaram pelos mais de 20 anos de existência do jornal.

do tipo instituído entre nós pela Constituição de 10 de Novembro obriga apenas o cidadão a entregar-se à coletividade no que deve e não pode deixar de pertencer a ela, mas deixa-lhe intacta a órbita em que impera soberana a sua consciência pessoal e na qual se concentram os interesses especiais que só a ele dizem respeito (AMARAL, 1981, p. 1996)

Já bastante debilitado fisicamente (viria a falecer quatro anos depois do lançamento da revista) e praticamente sem visão, Azevedo Amaral contratou Wainer para assessorá-lo na revista (tinham trabalhado juntos no *Almanaque Israelita* (AI), um dos primeiros trabalhos do jovem bessarabiano). O autor possuía intensa participação em sociedades cariocas israelitas, que promoviam jornais, revistas próprias e participavam de publicações cariocas (seja com publicidade ou artigos próprios) para difundir princípios ou ideias ligadas ao judaísmo.

Foi nesse contexto que ambos se conheceram. Embora a data não seja precisa (as únicas referências ao assunto são as memórias do próprio Wainer), o futuro dono da UH começou escrevendo para um jornal da *Associação dos Estudantes Israelitas*, depois migrando para o DN, no qual ficou encarregado de escrever uma coluna para a divulgação da cultura israelita e aspectos da colônia judaica no Rio de Janeiro. Antes de chegar à parceria com Azevedo, Wainer passou por vários outros empreendimentos, como a escrita de textos no próprio AI; posteriormente, na *Revista Brasileira* (RB), também traduzindo para essa publicação artigos da revista Francesa *Le Mois*; fundou, com apoio financeiro e intelectual de Caio Prado Júnior (com quem trabalhara na RB), a *Revista Contemporânea* (RC) que durou menos de um ano; e, por fim, passou a trabalhar para seu antigo companheiro de AI, em 1937, transcrevendo seus textos, distribuindo-os para os vários periódicos com os quais o tradicional jornalista brasileiro contribuía (DUQUE FILHO, 2007, p. 54-57).

Próximo de várias figuras da empresa canadense de eletricidade *Light and Power*, Amaral conseguiu financiamento para o lançamento de *Diretrizes* em 1938, cuja tessitura era ligada aos acontecimentos da política nesse contexto. Embora o médico e jornalista fosse o diretor e criador da revista, cujo primeiro número saiu em abril, a revista foi orientada, de fato, por Wainer, até por conta da limitação física de Amaral. Mesmo sendo secretário particular do já consagrado escritor brasileiro, suas ideias não eram próximas, principalmente em relação à política, uma vez que o fundador da UH colocava-se como um pensador de esquerda, mas não comunista (WAINER, 1988, p. 47-48), orientação bastante distinta de seu chefe.

Seis meses depois, Amaral abandonou a revista pela incompatibilidade de ideias entre a equipe formada e as suas. Praticamente todos os nomes da publicação possuíam textos e laços com grupos de esquerda e com o PCB, com uma visão bastante crítica ao Estado Novo,

sendo incompatível com a perspectiva do fundador da publicação. A partir da edição de novembro, Wainer teria o total controle de *Diretrizes*, que contava com nomes como o jornalista e poeta Alvaro Moreyra, o jornalista Carlos Lacerda, o militar e historiador Nelson Werneck Sodré, o escritor Graciliano Ramos, o delegado e escritor Rubem Braga, entre outros (FERRARI, 2012, p. 138).

O antigo diretor da revista fundou uma nova publicação, intitulada *Nova Diretrizes* (ND), levando o financiamento da *Light* para esse empreendimento e fazendo com que Wainer passasse a buscar patrocínio de outros grupos, recebendo inclusive apoio financeiro da propaganda do governo, mesmo com textos muitas vezes críticos a algumas posturas do líder político nacional (FERRARI, 2012, 138-139).

As revistas não chegaram a rivalizar diretamente (até porque se distanciaram cada vez mais em relação às suas linhas editoriais) e seguiram caminhos opostos: com maior liberdade dentro da redação, Amaral passou a orientar praticamente a ND inteira para apoio incondicional a Vargas e às políticas cada vez mais autoritárias, valorizando os discursos já conhecidos em suas obras nas páginas de sua revista. A publicação durou apenas até sua morte, não prosseguindo após o desaparecimento de seu principal mentor.

Em compensação, a perspectiva de *Diretrizes* era cada vez mais eclética e voltada aos valores democráticos e de contestação ao autoritarismo e ao fascismo, em um período em que o DIP estruturava seu amplo controle sobre a produção cultural do país (CAPELATO, 2009, p. 81-82). A revista reunia um número ainda maior de nomes identificados com a esquerda e com aspectos democráticos, embora também mantivesse nomes mais conservadores e até de apoiadores do regime. Entre os novos colaboradores após sua “nova fase”, pode-se destacar as presenças de Moacyr Werneck de Castro, Astrogildo Pereira, Joel Silveira (que se tornou secretário de redação), Osório Borga, Marques Rebelo, Genolino Amado, Adalgiza Nery (esposa de Lourival Fontes) e os jovens escritores Jorge Amado e Rachel de Queiróz, entre outros (DUQUE FILHO, 2007, p. 82-83).

Por conta desse perfil, a publicação era visada em praticamente todos os meses e passou a ser consultada antes de sua publicação. Em linhas gerais, *Diretrizes* passou a se aproximar cada vez mais dos ideais democráticos, tendo como base o modelo estadunidense (não à toa, grande parte da publicidade vinha de empresas desse país) e também com vários textos próximos à linha defendida pelo PCB que, embora na ilegalidade, tinha ainda várias atividades, tendo como prática comum a presença de seus representantes nos meios de comunicação (FERRARI, 2012, p. 140-141).

Mesmo com o cerco do governo e com os escassos anúncios (a eclosão da guerra em 1939 tornou a situação econômica bastante grave e complexa), a revista seguiu mensalmente até 1941, quando passava por grave situação financeira. Após buscar recursos com vários de seus contatos para manter sua publicação, Wainer conseguiu uma grande quantia de Maurício Goulart, ex-aliado de Vargas (colaborara com a Revolução de 1930) e agora opositor ao regime (FERRARI, 2012, p. 142-143).

A partir desse contexto, a revista passou a ser semanal e agregou ainda mais jovens nomes da intelectualidade nacional, tais como Gilberto Freyre, Artur Ramos, Cassiano Ricardo, Sérgio Millet, Manuel Bandeira e José Lins do Rego (FERRARI, 2012, p. 144) e, por conta disso, passou a ter cada vez mais problemas com o DIP, principalmente pela presença de Goulart na redação (já que ele tinha sido preso por envolvimento com a ANL, em 1935), sendo que vários textos relacionados a acontecimentos recentes do país eram constantemente censurados pelo órgão estatal.

Após inúmeros cortes, em 1944 o fornecimento de papel para a impressão foi suspenso em definitivo e, por conta disso, a revista deixou de circular. A “gota d’água”, segundo Wainer, teria sido a publicação do texto *Vinte e dois dias que abalaram o Brasil*, no qual comemorava os 20 anos do movimento tenentista liderado por Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora. Embora a reportagem não fizesse nenhum ataque ao governo diretamente, exaltava o clima de liberdade e busca pela consolidação de ideias democráticas e de um país com maior abertura política²³.

A partir da suspensão da revista e pelos inúmeros questionamentos feitos em audiência com membros do governo e do DIP (como tentativa de reverter a situação, embora sem sucesso), Wainer acabou exilado e passou pelo Chile, Estados Unidos (onde ficou boa parte do tempo) e México (FERRARI, 2012, p. 146-150). O fechamento da revista, embora de certa forma sempre visto como uma possibilidade pelos seus membros, não deixou de causar grande impacto, principalmente para seu organizador:

²³ Algumas obras da bibliografia costumam indicar um outro motivo para o fim da circulação de *Diretrizes*, que teria sido uma entrevista concedida por Lindolfo Collor, ex-ministro do Trabalho de Vargas, a Francisco de Assis Barbosa em 02/07/1942, indicando que, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o possível triunfo dos Aliados, a democracia deveria voltar a triunfar no país. Por essa entrevista, Collor foi preso e, mesmo liberto, acabou morrendo poucos meses depois (BRUINELLI, 2013). Também há uma outra versão, ainda mais disseminada, de que o fim de *Diretrizes* teria sido causado por uma outra entrevista, concedida por Monteiro Lobato a Joel Silveira, publicada no dia 06/09/1943, cuja chamada de reportagem fora uma frase do famoso escritor, indicando que “UM GOVERNO DEVE SAIR DO POVO COMO A FUMAÇA DE UMA FOGUEIRA”. Nessa reportagem, Lobato fez vários elogios a temáticas como a democracia e à organização social na URSS, entre outros. No entanto, *Diretrizes* fechou apenas no ano seguinte à tal publicação (SILVEIRA, 2001, p. 82-83).

Entre abril de 1938 e julho de 1944, *Diretrizes* sustentou contra o DIP uma luta sem tréguas, apoiada pelo entusiasmo ideológico e pela capacidade intelectual de cada um de seus oponentes. Essas virtudes compunham seu capital. Em 1944, a revista estava profissionalizada, mas devia sua sobrevivência à visão romântica que tínhamos do jornalismo. Faltavam anunciantes, faltava capital, a venda em bancas não bastava para assegurar salários justos para os homens que faziam a revista e a dívida com a gráfica aumentava. Ainda assim, prosseguíamos. Também o eterno combate de gato e rato travado com o DIP começava a nos cansar (...) No primeiro semestre de 1944, contudo, a luta contra toda espécie de adversidade se mostrava demasiado exaustiva. Hoje tenho consciência de que, nessa época, comeci a provocar o fechamento de *Diretrizes*, pautando ou fazendo pessoalmente reportagens sobre temas considerados tabus (WAINER, 1988, p. 66-67).

Pouco mais de um ano após o exílio, voltou ao Brasil e retomou a publicação de *Diretrizes*, mas dessa vez com o formato de jornal (embora em suas páginas ainda estivesse grafado o termo “revista semanal”). No entanto, a aventura (como ele próprio relata) duraria pouco tempo, uma vez que percebera (de maneira tardia, como também lembrou em suas memórias) que manter uma publicação diária demandava um trabalho muito maior do que ele imaginara com suas edições semanais, além de que havia também um custo mais elevado do que o esperado. Assim, já em 1945 acabou vendendo o periódico para o ex-interventor paulista João Alberto e rumou para a Europa, tornando-se correspondente internacional do próprio periódico (WAINER, 1988, p. 83-85) até 1947.

Durante seu período de exílio, trabalhou como correspondente do *Globo*, escrevendo inúmeras reportagens para o jornal de Roberto Marinho. Dentre as várias reportagens de destaque, foi publicada sua cobertura sobre assuntos relacionados à Segunda Guerra Mundial e, em especial, uma reportagem que, segundo o próprio Wainer, teria sido encomendada pelo dono do jornal, sobre a filha de Luís Carlos Prestes, Anita Leocádia (WAINER, 1988, p. 81). Após encontrá-la no México junto de familiares, o jornalista fez uma longa reportagem com várias fotos (inclusive pequenos textos e desenhos enviados pelo líder político do PCB à filha) e seu texto ganhou destaque na capa da edição do dia 16/03/1945, com o título A MENINA BRASILEIRA QUE AINDA NÃO CONHECE O BRASIL. Em suas memórias, Samuel indicou que, ao voltar ao Brasil em 1945, foi levado ao presídio no qual o dirigente comunista estava preso para falar sobre sua filha, mas acabou sendo repreendido por ter exposto a garota, dessa forma, na reportagem (WAINER, 1988, p. 83-84).

Quando voltou a exercer a função de correspondente após a venda de *Diretrizes*, teve como grande destaque a cobertura do julgamento de inúmeros oficiais nazistas em Nuremberg, na Alemanha. Único jornalista brasileiro que acompanhou *in loco* os acontecimentos, o próprio Wainer descreveu em suas memórias como conseguiu estar lá, uma

vez que as credenciais foram disputadas por jornalistas do mundo todo (WAINER, 1988, p. 85). Segundo seus próprios apontamentos, ele estava em Paris na época em que foi informado que aconteceria tal julgamento e não queria perder a oportunidade de presenciar um momento considerado histórico. Além disso, é necessário também levar em conta sua origem judaica que, embora nunca muito problematizada pelo autor, foi sempre um aspecto bastante presente em sua trajetória e sua porta de entrada no jornalismo (ROUCHOU, 2004, p. 133-134).

Wainer também soube que o embaixador estadunidense em Paris no momento era Jefferson Caffery, que tinha sido até 1944 embaixador no Brasil e com quem o jornalista travara certa proximidade. A partir disso, não hesitou em procurar o diplomata uma vez que, das 450 credenciais para jornalistas disponíveis, 300 eram para os profissionais estadunidenses e as outras 150 estavam sendo disputadas por europeus e soviéticos (principalmente por representantes de países envolvidos diretamente nos conflitos) e, após conseguir uma audiência, procurou convencê-lo da importância de se ter um jornalista brasileiro na cobertura, já que o Brasil também participara do conflito (WAINER, 1988, p. 86).

Após conseguir as credenciais, viajou de Paris a Nuremberg e ficou cerca de 120 dias acompanhando todo o processo (o julgamento durou dez meses), intercalando as estadias na Alemanha com viagens por várias partes da Europa, sempre em busca de reportagens no campo político e aproveitando as facilidades que seus contatos permitiam para obter furos de reportagem como o julgamento de Vichy em Paris, dos franceses que colaboraram com os nazistas na ocupação durante os acontecimentos do início dos anos 1940 (WAINER, 1988, p. 94).

Além dessa cobertura, escreveu uma série de reportagens sobre os *displaced people*, grupo de descendentes de alemães ou estrangeiros que, por problemas de documentação ou por restrições diplomáticas (muitos deixaram seus países durante a Segunda Guerra e foram defender a Alemanha no conflito), não estavam regularizados no país, mas também não podiam deixá-lo (WAINER, 1988, p. 97-98). Essa série de entrevistas teria causado grande impacto ao jornalista, uma vez que ele teria pensado até em escrever uma peça baseada nos relatos (ROUCHOU, 2004, p. 95-98), pois a situação desses apátridas era, de certa forma, a sua condição: no Brasil, era o judeu que buscava seu espaço entre seus habitantes; na Europa, era o brasileiro que também buscava firmar-se entre outros povos. Sempre era o diferente, o *outsider*, o apátrida. Tal condição, de certa forma, acompanhá-lo-ia em sua trajetória jornalística, principalmente após fundar a UH.

Wainer, a ideia de Chatô era desencorajar seus leitores de que o Brasil deveria ser autossuficiente na produção de trigo para não perder mercado com os argentinos (já que esses eram os maiores fornecedores do país), sendo que as reportagens deveriam corroborar esse princípio para manter a dependência brasileira a grupos internacionais que controlavam esse mercado (WAINER, 1988, p. 113-114). Contrariado, o jornalista começou a fazer um levantamento minucioso dos produtores e da produção na região, percebendo que o Brasil tinha capacidade para produzir mais trigo do que a demanda nacional e que suas conclusões iriam contra os princípios do dono do jornal (se fizesse a reportagem com o teor que achava correto, provavelmente pagaria por isso com seu próprio emprego).

No entanto, em uma das viagens à região próxima de Porto Alegre, em conversas informais com alguns acompanhantes e com o piloto (Nelson da Gama e Souza, ex-membro da *Força Expedicionária Brasileira*, FEB), descobriu que Vargas estava recebendo algumas pessoas, esporadicamente, na sua instância Itu, em São Borja. O repórter decidiu realizar a viagem e, embora com recomendações dos acompanhantes de que não seria recebido pelo ex-presidente e então senador, decidiu arriscar:

Estávamos nas imediações de Bagé, e perguntei ao piloto quanto tempo levaríamos para chegar a São Borja. Duas horas, calculou Nelson. Eram duas da tarde. Então, murmurei, chegaremos às quatro. O piloto pareceu espantar-se.

- O Senhor pretende ir lá? – quis saber.

Confirmei.

- Não faça isso, porque ele não recebe – disse Nelson (...)

- Nelson, o avião é meu e nós vamos para lá – disse. Se ele me receber, farei uma bela reportagem. Caso contrário, farei uma reportagem dizendo que ele não recebe ninguém (WAINER, 1988, p. 20).

Rumaram à estância de Vargas e, de maneira bastante simpática, o proprietário recebeu Wainer e começou, não necessariamente, a responder perguntas, mas sim a expor sua opinião sobre a política do período e sobre a eleição que se aproximava. Após refletir sobre várias possíveis candidaturas, acabou indicando a própria (embora sempre de maneira indireta, nunca enfática), incitando Wainer a divulgá-la²⁴:

²⁴ Há outras versões para o acontecimento. No início dos anos 1950 (já após a criação da UH), Assis Chateaubriand defendeu a ideia, no texto “Uma história mal contada”, publicado na revista *O Cruzeiro*, de que a entrevista já era premeditada e que não fora divulgada na época para não causar grande alarde, uma vez que já havia grande movimentação para a “volta” de Vargas ao cenário nacional, sendo que Wainer teria sido o repórter escolhido. Tal versão foi confirmada por alguns nomes que trabalhavam no DA da época, como Carlos Castelo Branco e Austregésilo de Athayde (MORAIS, 1994, p. 495). Poucos anos após o lançamento da biografia de Wainer, o assessor de imprensa de Getúlio Vargas durante seu último governo, Rivadavia de Souza, lançou um livro para fazer contraponto a várias afirmações do dono da UH, taxando-as de mentirosas. Entre elas, o jornalista afirmou que quem lançou a candidatura de Vargas, na verdade, foi a seção paulista do PTB, fator que



Imagem 5 – Capa de *O Jornal*, de 03/03/1949, trazendo como destaque a entrevista concedida por Getúlio Vargas a Samuel Wainer, com direito à foto de ambos no canto direito.

A partir daí a discussão sobre candidatura de Vargas ganhou musculatura (FERREIRA, 2011, p. 60-63) e teve início uma fase importante na vida do jornalista, pois toda essa movimentação daria origem à UH. Naturalmente, a publicação entrou em rota de colisão com outras publicações e nomes da imprensa, como as acusações de financiamento de maneira ilícita (por ter recebido verbas do governo) e de que Wainer não podia ser dono de jornal por ser estrangeiro²⁵, o que causou grandes problemas para a publicação, que se manteve fiel à defesa dos grupos ligados ao legado varguista até suas últimas páginas, mesmo no período ditatorial pós 1964 (LAURENZA, 1998, p.122-125).

Em linhas gerais, é possível identificar que Wainer entrara, definitivamente, no mundo dos proprietários de jornais a partir desse novo empreendimento, com forte apoio

teria causado a ira do senador gaúcho (SOUZA, 1989, p. 28-29), sendo que a reportagem de Wainer teria sido mais uma, entre tantas outras, sobre a possível entrada de Getúlio na disputa. Recentemente, o jornalista Lira Neto publicou uma trilogia sobre a biografia do político gaúcho e, na última edição (que comporta o período de 1945 a 1954), sustentou uma outra versão, indicando que, ao analisar as correspondências entre o político gaúcho e sua filha Alzira, notou que havia um acordo entre membros da UDN e do PSD para que um repórter do DA fosse até o sul arrancar uma declaração positiva do senador em relação à figura de Eduardo Gomes, candidato derrotado em 1945 e que seria lançado novamente pelos udenistas. Ainda dentro dessa visão, Wainer não teria sido o repórter escolhido para promover tal ação, mas sua entrevista acabou servindo a esses propósitos (LIRA NETO, 2014, p. 158-175), já que nessa conversa o político gaúcho tecera elogios ao Brigadeiro. No entanto, independente das motivações, a repercussão da reportagem foi enorme no país todo, por vários motivos.

²⁵ A Constituição brasileira autorizava que os meios de imprensa fossem controlados apenas por pessoas nascidas no país; embora toda sua família viesse da Bessarábia, o dono do jornal argumentou que nascera no Brasil, fato esse que nunca foi comprovado; em seu livro de memórias, que foi publicado após sua morte, Wainer assumiu que, de fato, não tinha nascido em território brasileiro, embora chegara aqui ainda com cerca de 2 anos de idade (ROUCHOU, 2004, p. 157).

governamental e com muitas das idealizações e novidades já apresentadas em *Diretrizes* e atualizadas pela sua vasta experiência como repórter. Se no caso de Júlio de Mesquita Filho a posição de OESP já estava consolidada antes de sua atuação (embora ganhasse destaque significativo com sua ação), no caso da UH o jornal tinha início sobre o capital cultural de seu criador e de sua equipe (boa parte já havia trabalhado junta na década de 1930 e 1940), além de um forte apoio político (o que implicava, também, em um grande capital econômico).

A própria origem dessa nova publicação evidenciava uma disputa política que refletia diretamente no campo da imprensa, sendo que a cultura política trabalhista, representada por Vargas e pelo PTB, buscava um espaço maior nesse segmento, já que todo o restante dos periódicos (com pontuais exceções) fazia intensa oposição ao político gaúcho.

Entre a imprensa com maior número de tiragem, nesse contexto, UH ganhava cada vez mais força e passava, aos poucos, a se consolidar entre os jornais de maior alcance na capital brasileira e em todo o país (LAURENZA, 1998, p. 52). E justificando a sua criação, trabalhava como um contraponto bastante enfático em relação às publicações em sua maioria na época, sendo que desde seus primeiros dias o periódico fez defesa pontual do governo. O fundador do jornal mantinha, na primeira página da publicação, um espaço diário intitulado *Coluna de Última Hora*, na qual escrevia (embora intercalasse, muitas vezes, com outros jornalistas) sobre várias temáticas de cunho social e, principalmente, de bases políticas. No dia 07/07/1951, por exemplo, estruturou um texto que demonstrava bem a posição do jornal frente a insinuações de alguns deputados da oposição de que Vargas arquitetava um plano contra a democracia:

O discurso de ontem do sr. Getulio Vargas constituiu nova reafirmação de sua disposição de manter-se como principal sentinela do sistema democratico do país. A cordialidade e o respeito com que o atual Chefe de Governo se dirigiu ao Congresso, representaram o mais cabal desmentido aos tendenciosos rumores, espalhados antecipadamente por alguns circulos udenistas, sobre pretensos ataques ao Poder Legislativo que aquele discurso conteria (...) Deve-se ainda notar que ao contrario do sucedido no governo anterior, que gozou de uma paz parlamentar unica, o atual governo tem contra si uma oposição extremamente combativa, vigilante e ardorosa. Esse fato amplia ainda mais a importancia das referencias feitas pelo sr. Getulio Vargas aos senadores e deputados em cujas mãos depositou a chave da recuperação financeira do país (...) (UH, *Coluna de Última Hora Samuel WAINER*, 07/07/1951).

Com essa perspectiva, o jornal procurou consolidar-se como o principal representante, na imprensa, do governo Vargas e de suas demandas, estruturando sua própria cultura política em convergência com os pressupostos do governo. Ao mesmo tempo em que a publicação

desenvolvia métodos próprios em prol de sua identidade, criava ambiente para a divulgação e disseminação das demandas defendidas pelo Executivo federal, que não encontrava espaço entre os periódicos de grande circulação. Em linhas gerais:

Ao dedicar total apoio a Vargas, a *Ultima Hora* pretendia representar um canal de aproximação entre o presidente e os setores populares, mais especificamente as camadas médias e os operários. Adotava uma mensagem de apoio às reivindicações sociais, estimulando os que visavam ampliar a participação política no país (...) Veículo preocupado com a melhoria das condições de vida das populações trabalhadoras, a *Ultima Hora* ressaltava a necessidade de estimular o progresso econômico combinado a medidas no campo da justiça social (...) (CARVALHO, A., 2012, p. 32).

De modo geral, a UH apresentou, em suas páginas, perspectivas bastante distintas das apresentadas pelo OESP. Os principais aspectos da cultura política do jornal foram estruturados com base no capital de seu fundador e, de certa forma, da equipe formada desde o grupo de *Diretrizes*, com uma pauta defendendo interesses nacionalistas, buscando o desenvolvimento do capitalismo pela intervenção do Estado, dando maior importância aos interesses nacionais perante os estrangeiros (embora não negasse a participação desses investimentos no país).

Não era contra o capital privado, mas defendia seu uso perante regulamentação do Estado. Além disso, também voltava sua atenção para as demandas dos trabalhadores, procurando abrir espaço para os interesses e a situação do chamado cidadão comum, aquele que não estava envolvido nem no domínio dos meios de produção nem diretamente com as instituições políticas, tirando seu sustento da venda de sua força de trabalho.

A defesa dos pressupostos do governo Vargas seria uma espécie de convergência, já que boa parte do *habitus* do presidente era defendido pela UH. O jornal surgiu, então, como um elemento de disputa dentro do campo, buscando um espaço pelo viés da imprensa que, na leitura do político gaúcho e de seus assessores próximos, não existia ou era extremamente diminuto. O próprio surgimento desse periódico foi estruturado como uma ação efetiva política, da mesma forma que fora OESP quando da sua criação, procurando espaço no campo político para o estabelecimento do sistema republicano.

Nesse caso, a disputa seria em torno da legitimação de um novo governo, que trazia elementos condenados pelos principais veículos de imprensa no período. Em uma das primeiras edições, em editorial, a UH comentou as críticas que vinha recebendo por ser um pretenso jornal oficioso, procurando especificar que tinha sua própria identidade, não estando apenas a reboque de Vargas:

No entanto, nem todos souberam compreender o pronunciamento do sr. Getúlio Vargas. A carta do Presidente deu margem a que fossem tecidas sórdidas explorações, a nosso respeito, por jornais tendenciosos, que passaram a apontar-nos como “órgão oficioso do governo” (...) Não. Não somos um órgão oficioso do governo. Somos um jornal livre e independente. E podemos afirmá-lo, á luz do sol, sem temer a invectiva dos nossos adversários. Muitos jornais, que se intitulam oposicionistas, atacando o governo com mão de gato, mas recebendo por detrás da cortina gordas propinas, subvenções e estipendios duvidosos, talvez não possam, como nós, proclamar essa liberdade e essa independência (...) Ao sr. Getúlio Vargas, não é segredo para ninguém, prendem-nos laços de grande afetividade pessoal. Mas a amizade do Presidente, que só nos pode honrar, não significará, de forma alguma, obstáculo para que saíamos da rota que nos traçamos, desde o primeiro número de *ULTIMA HORA*: o nosso jornal será, antes de mais nada, um jornal do povo para o governo, e nunca um jornal do governo para o povo. O futuro confirmará o que o presente já pronuncia (UH, *Coluna de Ultima Hora Samuel WAINER*, 29/06/1951).

3.2 O arrefecimento da oposição e os desencontros políticos no governo

Em um primeiro momento, o maior desafio do governo de Vargas foi a relação com o Legislativo. Com o apoio dos partidos da base ainda fragmentado, Vargas continuou insistindo na proximidade com a UDN, indicando vários cargos e composições com nomes importantes do partido (D'ARAÚJO, 1992, p. 123). Essa ação foi dificultada, principalmente, por um grupo em específico dentro do partido, chamado de Banda de Música. Tal aglomeração consistia em um conjunto de deputados que instituíra uma linha de atuação completamente antigetulista, não permitindo aproximação nenhuma com o governo, tendo sua ação concentrada na Câmara. Compuseram esse grupo, entre outros, nomes como Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e José Bonifácio (BENEVIDES, 1981, p. 84), entre outros.

Em contraponto, havia um grupo formado, principalmente, por udenistas do Nordeste, conhecido como Chapa Branca, que defendia uma maior aproximação com Vargas e participação efetiva no governo (como já vinha fazendo João Cleofas), além de manter os acordos com grupos varguistas em seus estados (BENEVIDES, 1981, p. 85-86) para benefícios próprios (ou em nome da governabilidade). No entanto, a dominância no seio udenista foi ditada pela Banda, com uma oposição bastante intensa e cada vez mais intransigente ao presidente, sempre associando Vargas à figura de ex-ditador e de alguém que estaria disposto, em qualquer momento de descuido, a tornar o país uma ditadura como fora no Estado Novo. Tal perspectiva fica muito clara em vários pronunciamentos dos

representantes do partido, tanto na Câmara como no Senado, como evidenciado por um discurso de Afonso Arinos, pronunciado em 07/11/1952:

o sr. Getúlio Vargas, que veio eleito numa onda de entusiasmo popular que encontra raros precedentes na nossa República, entusiasmo esse, radicado nas camadas menos esclarecidas do povo, facilmente transformável em apoio indiscriminado a quaisquer aventuras personalistas, digamos mesmo, caudilhistas, por parte dos detentores do poder. Não há negar que os democratas sinceros, ao tempo em que se faziam ouvir o tinir das espadas e os rumores surdos das massas fascinadas por uma espécie de irrefletida fé, puderam julgar possível a recaída do país na febre ditatorial. Puderam julgar possível e se preparem, naturalmente, para a resistência (...) (ANAIS, 07/11/1952, p. 11).

A resistência ao nome de Vargas e aos desdobramentos de seu governo aumentaria cada vez mais. No entanto, um jornalista que viria a integrar-se à Banda mesmo sem ter cargo parlamentar, seria o nome de maior destaque como opositor ao presidente: Carlos Lacerda. Herdeiro de um capital político familiar bastante intenso, era filho de Maurício Paiva de Lacerda, jornalista e deputado que participou de vários episódios históricos de destaque, como em 1922, 1924 e 1930, além de ter sido preso acusado de envolvimento com o levante comunista de 1935. Os irmãos de Maurício, Fernando e Paulo, foram membros de destaque do PCB e também atuaram em várias outras manifestações passando parte do Estado Novo exilados (DULLES, 1992, p. 31-65). Já o avô paterno, Sebastião, tivera inúmeras atividades como republicano no fim do período monárquico, tendo exercido cargo de deputado federal (1894 a 1896), ministro da Viação de Prudente de Moraes (1897 a 1898) e ministro do STF de 1912 até 1925 (ano de seu falecimento), entre outros cargos (DULLES, 1992, p. 5-6).

Nascido na capital federal e criado no interior (no município de Vassouras), Carlos Lacerda voltou para o Rio de Janeiro em 1929 e já aos quinze anos de idade passou a trabalhar em jornais, ficando boa parte desse tempo no DN, na seção de Educação (dirigida pela poetisa Cecília Meireles). Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, mas não chegou a concluir o curso, pois acabou perdendo o interesse pela profissão (LACERDA, 1978, p. 34-36), mantendo intensa atividade dentro do jornalismo.

Após se envolver na formação da ANL (quando já estava integrado nos quadros do PCB) e em vários protestos contra o governo Vargas (tendo sido preso por isso), Lacerda passou a dedicar-se somente à sua profissão de fato, colaborando em várias publicações como *A Seiva* (semanário baiano antifascista e contra o Estado Novo, publicando com o pseudônimo de Marcos Pimenta), *Diretrizes*, *O Jornal* e, por fim, na revista mensal *Observador Econômico e Financeiro* (DULLES, 1992, p. 59-61).

Influenciado por ideias comunistas tanto na família quanto na faculdade, Lacerda era muito próximo aos membros do PCB (embora nunca tenha se filiado), mas após uma forte controvérsia, acabou excluído da convivência desse grupo, em 1938. Isso ocorreu por conta da publicação de um texto a pedido da revista mensal *Observador Econômico e Financeiro* (para a qual trabalhava) que estava organizando uma edição especial para a comemoração de um ano do Estado Novo, com financiamento do DIP. Dentre os vários assuntos a serem abordados, um dos eixos seria a publicação de textos exaltando a vitória do governo contra os comunistas e, por conta disso, procurariam expor a trajetória e os pormenores da agremiação que, mesmo com as perseguições políticas ainda, continuava organizada e ativa.

Coube a Lacerda a redação de um texto contando sobre a origem e trajetória do partido, demonstrando suas características centrais. Embora sejam muito controversas as reais motivações pelas quais tenha se desenvolvido o caso (MENDONÇA, 2002, p. 46), a explicação mais aceita por grande parte dos pesquisadores foi a dada pelo próprio Lacerda em suas memórias publicadas. Após a oferta do diretor da revista para escrever o artigo, ele teria recusado; no entanto, quando soube que o texto seria escrito por Heitor Muniz, jornalista do CM que publicava linhas bastante críticas aos comunistas, resolveu aceitar a empreitada para fazer um texto que, ao mesmo tempo, agradasse a publicação e não manchasse tanto a reputação do PCB.

Embora o próprio Lacerda (assim como Wainer) apontasse que *Diretrizes* não era uma revista comunista, grande parte de seus colaboradores eram e muitos deles estavam envolvidos diretamente com o comando nacional da legenda, principalmente o jornalista Octávio Malta, sobre quem o próprio Wainer publicou que tinha como principal função “vigiar” o andamento da revista, buscando orientá-la sempre para os princípios defendidos pelo partido, sem que o proprietário soubesse (WAINER, 1988, p. 52-53). Lacerda teria levado a questão para Malta e para os outros membros da revista e após alguns dias recebeu autorização para escrever o artigo, tentando amenizar o máximo possível os tons de crítica esperados pelos jornalistas em relação ao assunto, buscando manter-se, de fato, entre os dois grupos em uma tentativa de desagradar, o menos possível, as duas partes (LACERDA, 1978, p. 47-49).

No entanto, após a publicação do artigo, Lacerda passou a ser ofendido e acusado de traição por parte da alta cúpula do PCB. Tudo teria ocorrido por ele ter exposto, no artigo, vários nomes e localizações de pessoas ligadas ao partido que estavam foragidas e que, após a reportagem, teriam sido presos. Mesmo sem nunca ter sido um membro efetivo, Lacerda acabou ganhando a alcunha da agremiação de traidor, e o próprio relatou que vários amigos

de infância ou mesmo de profissão cortaram relações com ele, além de que passou a ter mais dificuldades nas redações a partir desse fato (LACERDA, 1978, p. 49), uma vez que muitos jornalistas não eram comunistas, mas eram amigos de companheiros que “seguiram” a causa.

Como pontuou MENDONÇA (2002, p. 46-51), a publicação em si não trazia, de fato, nenhum desses dados. No entanto, o que poderia ter causado problemas com a direção do partido foi o tom utilizado por Lacerda no texto, que escrevera o artigo como se fosse, de fato, um anticomunista: em linhas gerais, fez um apanhado do comunismo desde a Revolução Russa de 1917 até os levantes no Brasil de 1935, colocando vários trechos com críticas bastante rígidas à estrutura interna do partido no Brasil, aos líderes comunistas mundiais (como o caso de Lênin) e, principalmente, à figura de Luís Carlos Prestes, que teria utilizado de todo o prestígio alcançado na Coluna Prestes para entrar nas hostes comunistas e iludir a massa proletária, ainda embebida da figura de um grande herói nacional (LACERDA, 1939 apud MENDONÇA, 2002, p. 46-51).

Independentemente das versões, a questão é que o PCB passou a distribuir panfletos logo após a publicação da matéria, chamando o jornalista de “trotskista traidor”, disseminando a tese de que teria causado a prisão e morte de vários companheiros (fatos que, no entanto, nunca foram comprovados). Isso acabou levando Lacerda a ter problemas com a polícia, tendo sua casa revistada por agentes após as denúncias de ser um agitador subversivo (DULLES, 1992, p. 65). Embora tenha se apresentado à delegacia, acabou sendo liberado por falta de provas (as acusações da polícia eram as mesmas do texto dos comunistas, sendo que não foram encontradas evidências para nenhuma delas).

Principalmente a partir desses fatos, seus textos começariam a ganhar contornos cada vez mais virulentos, sendo uma das determinantes que o levou a ser demitido de *Diretrizes*. Embora suas linhas incisivas fossem já sua marca registrada, esse imbróglio com o PCB fez com que seu estilo, antes celebrado, passasse a ser cada vez mais condenado por muitos jornalistas. Wainer, segundo suas memórias, teria ficado preocupado com a situação de Lacerda após toda essa confusão e ofereceu a direção da seção literária para o jornalista. No entanto, o difícil convívio entre o novo chefe e vários de seus comandados, além de textos virulentos contra o escritor Jorge Lima e o pintor Cândido Portinari (entre outros), acabaram levando o dono da publicação a demitir o então amigo:

Jorge de Lima, além de grande poeta, era um homem extremamente bondoso (...) As reações foram imediatas: “Veja no que deu você trazer esse crápula aqui para dentro”, disse-me Jorge Amado. Moacir Werneck de Castro ameaçou abandonar a revista. Resisti. O segundo artigo, tão violento e

ressentido quanto o primeiro (...) Moacir pediu demissão. Com o terceiro artigo, chegou a vez de Mário de Andrade. Constatei, então, que Carlos Lacerda não se emendara. Eu havia imaginado que, com o episódio da expulsão do PCB, ele se tornaria mais tolerante, humilde, compreensivo. Nada disso acontecera, e tive de ceder às evidências: comuniquei-lhe que não havia mais clima para que ele continuasse a escrever em *Diretrizes* (WAINER, 1988, p. 73).

Um outro episódio também teria praticamente acabado com a relação entre ambos: em 1943, o médico Fernando Lacerda, recém-chegado da URSS, foi procurado pelo sobrinho, que buscava uma ponte para reconciliar-se com o antigo partido. Para isso, o médico incentivou Carlos a escrever uma matéria que fosse agradável à agremiação. Assim, o jornalista escreveu *Os intelectuais e a união nacional* e levou para Wainer (embora demitido, mantinha boas relações com o antigo chefe), uma vez que *Diretrizes* ainda possuía em seu núcleo vários nomes ligados ao PCB e, portanto, ter sua matéria buscando a reconciliação publicada nessa revista seria extremamente simbólico. No entanto, Wainer acabou recusando a publicação, argumentando em suas memórias que repassou o artigo aos jornalistas ligados ao partido e que todos teriam recusado o texto (WAINER, 1988, p. 73-74). Com a ponte para sempre fechada com os comunistas, os ataques contra esse grupo passariam a ser cada vez mais intensos e extremados e, conseqüentemente, a aversão de Lacerda contra seu antigo padrão foi potencializada e a boa relação entre os dois acabaria nesse caso.

Além do anticomunismo, uma marca registrada bastante intensa de Lacerda foi o antigetulismo. Desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em fins de 1942 e as primeiras manifestações ostensivas de oposição ao Estado Novo no ano seguinte, Lacerda passou a movimentar-se cada vez mais contra a figura do político gaúcho. No início de 1945, com a libertação de Luís Carlos Prestes e seus discursos de apoio a Vargas, o jornalista estruturou, em seus textos, uma oposição ainda mais ostensiva, indicando que sua associação com os comunistas formaria um grupo totalmente contrário aos princípios defendidos pelos Aliados no conflito mundial (MENDONÇA, 2002, p. 109-110) e que, por conta disso, ambos os grupos deveriam ser extirpados da política nacional.

Por fim, foi o artifice da entrevista dada por José Américo de Almeida que, embora não tenha sido a primeira a romper o cerco da censura do Estado Novo, foi a mais impactante, uma vez que tanto o tom utilizado pelo entrevistado quanto pelo seu próprio currículo (seja pela sua qualificação profissional, seja pela aproximação que tivera, outrora, com Vargas) davam um maior peso às falas, já que era alguém que privara da intimidade do presidente. Lacerda teria feito a entrevista a pedido de Luís Camilo (um dos signatários do Manifesto dos

Mineiros) e, após encontrar várias negativas nos periódicos cariocas para publicá-la, conseguiu espaço no CM, que a imprimiu em 22 de fevereiro de 1945 (DULLES, 1978, p. 80-83).

Seu envolvimento com a política foi cada vez mais intenso e, com o processo de democratização do Brasil filiou-se à UDN, embora nunca tivesse uma relação harmônica com o partido (DULLES, 1992, p. 83). Mesmo com alguns problemas com dirigentes udenistas, conseguiu viabilizar sua candidatura a vereador do Distrito Federal em 1947, com uma campanha marcada, amplamente, por um forte discurso evocando seus dois principais inimigos. Com textos bastante contundentes, passou a movimentar o CM com uma coluna criada por ele próprio, chamada *Da tribuna da imprensa*. Utilizando de sua oratória bastante inflamada e envolvente (aspecto salientado até pelos seus adversários mais contundentes), foi eleito como o candidato mais votado da capital, com quase 35 mil votos (o segundo colocado, Benedito Mergulhão, teve quase 13 mil sufrágios), acompanhado de 8 representantes da UDN, entre eles o famoso compositor Ary Barroso e Jorge de Lima (o mesmo que fora duramente criticado por ele em *Diretrizes*).

O PCB, principal alvo de Lacerda, foi o grande vitorioso e elegeu 18 representantes, sendo o principal destaque o ex-tenente Agildo Barata (DULLES, 1978, p. 99-102). No entanto, o jornalista acabou ficando pouco tempo no mandato, renunciando junto com Adauto Lúcio Cardoso (também da UDN) em sinal de protesto contra o Senado, que diminuía algumas prerrogativas da Câmara dos Vereadores e não restabelecera a autonomia da região²⁶, mantendo uma relação de dependência ainda bastante extrema, em sua visão, do governo federal (MENDONÇA, 2002, p. 92). Todos os políticos do PCB também perderam seus mandatos por conta da cassação do registro da agremiação.

Alguns conflitos no CM fizeram com que Lacerda deixasse o jornal, em 1949. No entanto, aproveitou o nome de sua coluna e, após convencer Paulo Bittencourt a levar o título consigo, no fim daquele ano fundou seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa* (TI). Já na primeira edição, deixou bem claro em editorial que ali seria seu espaço, uma forma de ter um contato ainda mais próximo com os leitores (e eleitores em potencial) para evidenciar melhor seu ponto de vista sobre os assuntos. Como não tinha todo o capital inicial necessário, contou com a ajuda de várias pessoas (muitas ligadas à UDN) para estruturar sua própria publicação:

²⁶ O prefeito da capital e de algumas cidades no país, como São Paulo, era indicado diretamente pelo presidente da República por se tratar de região estratégica para o país, conforme Artigo 26 da Constituição de 1946 (BRASIL, 1946).

O Tristão de Athayde saiu com uma lista de acionistas; foi ao Supremo Tribunal e um ministro parece que assinou, não sei quem mais lá, e fizemos um capital de 12 mil cruzeiros, capital realizado de 6 mil, o resto a prestação. Eu comprei por 700 cruzeiros o prédio onde funciona até hoje a Tribuna. E comprei a prestação, com o resto do dinheiro e mais um empréstimo que fiz no Banco de Crédito Real, onde era diretor o Luís Camilo, nomeado pelo Milton Campos, empréstimo esse obtido com a garantia do capital a realizar. Com o dinheiro comprei essa máquina de moer cana em que a gente imprimia o jornal. E, assim, surgiu a Tribuna (LACERDA, 1978, p. 75)

Lacerda foi um dos principais nomes contra a candidatura de Vargas, fazendo coro ao OESP e aos outros jornais que não queriam permitir sua candidatura, muito menos sua posse. Uma célebre frase, publicada em editorial, deu o tom de como seria sua oposição ao senador gaúcho: *“O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”* (TI, *Advertência oportuna*, 01/06/1950). Nesse mesmo mês, iniciou uma campanha pelo indeferimento do registro da candidatura do ex-presidente e fez grande alarde no jornal, indicando que seu nome no pleito representaria uma espécie de ruptura ao processo democrático, fazendo coro a praticamente todos os jornais de grande circulação do contexto, que condenavam a articulação em torno do nome de Getúlio e temiam, principalmente, sua vitória e uma possível volta ao Estado Novo (MENDONÇA, 2002, p. 115-117).

Embora não atuando no Parlamento (seria eleito para a Câmara dos Deputados, mas somente em 1954), Lacerda utilizou o jornal e a crescente influência que tinha dentro da UDN carioca para atuar, de fato, como um membro da Banda, talvez o mais contundente de todos eles, sendo que sua ação acabou levando à criação do *Clube da Lanterna* (CL). Embora, em suas memórias, Lacerda renegasse sua participação dentro do grupo (LACERDA, 1978, p. 58), há vários indícios de que seus membros tinham ampla movimentação dentro do TI (o próprio jornalista admitiu tal ponto, embora não se colocasse diretamente envolvido com eles, mesmo recebendo seu apoio), sendo composto por parlamentares udenistas e também de outras agremiações que tinham, como elementos básicos, os ataques sistemáticos a Vargas e a todos que estavam à sua volta (BENEVIDES, 1981, p. 86-87).

Se de um lado Lacerda destacou-se como o nome maior visibilidade na oposição ao governo, do outro lado surgiu também uma figura que era considerada como principal destaque na defesa do político gaúcho. Vários membros do governo Vargas foram sistematicamente criticados pelo OESP e pela imprensa em geral, mas um nome em especial foi bastante visado pela publicação paulista, considerado como o “discípulo” do presidente: João Goulart, um dos

principais nomes do PTB no período e um dos maiores articuladores da candidatura de Vargas além de tornar-se, em 1953, Ministro do Trabalho.

Os laços entre Jango e Vargas eram bastante antigos. Nasceu em Itacurubi, um distrito de São Borja, no ano de 1919 e seu pai trabalhou em sociedade com o irmão mais velho de Getúlio, Protásio. Desde a sua infância, as famílias Goulart e Vargas eram próximas e estreitaram ainda mais as relações após a morte de Vicente Goulart em 1943, quando Jango (que era o filho primogênito) assumira a administração das fazendas e passou a conviver ainda mais com o sócio (FERREIRA, 2011, p. 45).

Após a renúncia de Vargas e seu retorno a São Borja em 1945, esse teria se afeiçoado bastante ao jeito considerado simples de Jango, tornando-o um de seus preferidos entre os vários “meninos” da cidade (FERREIRA, 2011, p. 55-57). Por essa proximidade, Goulart acabou filiando-se ao PTB e candidatou-se a deputado estadual na eleição de 1947, obtendo uma cadeira na Assembleia e passando a ser um dos principais articuladores do partido no estado (FERREIRA, 2011, p. 60-64). Ao se referir ainda ao episódio da entrevista de Vargas em 1949, Wainer relatou o primeiro contato e as impressões que tivera em relação a Jango em sua cidade natal:

Em São Borja, corri para o hotel e anotei a lápis o que Getúlio dissera. Essa era a minha técnica. Nas entrevistas, não fazia anotações, e sempre conseguia deixar o entrevistado inteiramente à vontade. Pouco depois, eu estava na praça principal de São Borja, em companhia do piloto Nelson, à procura de João Goulart. Jango tinha uma forte ligação sentimental com Getúlio, que se consolidara durante o retiro do ditador. O jovem estancieiro visitava quase diariamente o chefe político exilado em seu próprio país. Nelson avistou Jango, então com pouco mais de trinta anos, numa mesa de bar colocada na calçada, defronte à praça. Ao ouvir meu nome, Jango, que estava rodeado por amigos, fez um curto comentário:

- Ah, o senhor esteve com o chefe.

Entre aqueles gaúchos, Getúlio Vargas era o “chefe”. Atrás de Jango vi um negro enorme. Era Gregório Fortunato.

Risonho, simpático, o jovem estancieiro convidou-me a sentar:

- Que tal o chefe? – perguntou (WAINER, 1988, p. 22-23).

Na mesma eleição em que a maioria dos votos conduziu Vargas à presidência, Jango foi eleito deputado federal. No entanto ficou pouco tempo no cargo, pois logo se afastou para assumir a secretaria do Interior e Justiça no Rio Grande do Sul, no governo de Ernesto Dorneles, recém-ingresso no PTB e primo de Getúlio (FERREIRA, 2011, p. 72-73). Ficou pouco mais de um ano em um cargo que era, como o próprio admitiu, eminentemente político, organizando as relações políticas dos partidos que apoiavam o governo (cujo grupo de ministros fora formado, basicamente, por elementos do PTB, PSP e do PSD). Além disso,

como presidente do PTB estadual, também atendia as demandas do partido, que procurava consolidar cada vez mais espaço no governo e na política gaúcha, como um todo (FERREIRA, 2011, p. 73-74).

Após acumular grande prestígio entre várias lideranças e também inimigos (por conta de possíveis demandas não atendidas), Jango deixou o Rio Grande do Sul e foi para o Rio de Janeiro, reassumindo seu cargo de deputado e passando a articular diretamente junto com seu “padrinho” político. Logo que chegou à capital, Goulart encontrou Vargas em posição bastante complexa, com um governo que oscilava entre a austeridade econômica e o desenvolvimentismo nacional, entre medidas chamadas nacionalistas e entreguistas. Irreconciliável com a UDN (embora várias tentativas tivessem sido e ainda eram feitas), o governo sofria cada vez mais pressão de vários partidos e setores sociais descontentes, sobretudo, com a orientação econômica que entrava em rota de colisão: enquanto Horácio Lafer defendia uma linha de contenção de créditos e enxugamento de gastos através de um regime de austeridade, Ricardo Jafet defendia a concessão de crédito para auxiliar o desenvolvimento do comércio e da indústria nacionais (D’ARAÚJO, 1992, p. 125).

Embora o ministro da Fazenda tivesse maior poder de atuação, a inclinação pessoal de Vargas era mais próxima à visão do presidente do BB, o que foi causando um certo descompasso, que começou a incomodar muito as classes produtoras brasileiras, especialmente os cafeicultores paulistas (DRAIBE, 1985, p. 213-236), já que esses eram mais próximos de Lafer e representavam o principal grupo econômico do país. Em relação a essa disputa, OESP indicou que, desde o início do governo, não concordava com a escolha dos dois nomes (mesmo ambos sendo paulistas, aspecto muito prezado pela publicação) e que, naturalmente, a condução da economia deveria ser bastante irregular e que prejudicaria muito as principais classes produtoras do país:

Na pasta da fazenda e do Banco do Brasil, pastas de suma importancia, foram colocados dois paulistas, é verdade. Mas a presença desses dois cidadãos no Ministério do presidente trabalhista causa tal ou qual surpresa. Sem negar a experiencia de negocios financeiros de um e de outro, o certo é que ambos representam o que há de mais fechado no capitalismo paulista, sendo considerados, geralmente, como poderosos magnatas da industria e alheios, absolutamente, ás necessidades gerais do povo e indiferentes á sorte dos humildes (...) (OESP, *Os ministros do novo governo*, 02/02/1951)

Mesmo com a UH colocando-se como defensora do governo, suas páginas também traziam críticas a inúmeros membros dos nomes escolhidos por Vargas. Segundo o próprio Wainer, boa parte dessas críticas possuía a anuência do próprio presidente, colocando em sua

[illegible]

Vários desencontros da política econômica continuaram ocorrendo entre Lafer e Jafet, até a saída desse do BB, em janeiro de 1953 (D'ARAÚJO, 1992, p. 126), sendo que o

ministro da Fazenda deixaria o posto cinco meses depois, ambos saudados (embora com algumas críticas, ainda que bastante sutis) nas páginas da UH, durante todo aquele ano.

Além desses desencontros entre ministros e outros membros do governo, a relação com o Legislativo e com o próprio PTB tornava-se cada vez mais complicada, uma vez que, além da já discutida oposição udenista, o próprio grupo trabalhista encontrava-se cada vez mais desestruturado, corroído por disputas internas entre inúmeras tendências que tentavam impor suas próprias demandas em face de um possível interesse geral do partido. Além disso, Vargas teria como principal foco trazer os sindicalistas e sindicalizados para o seio da agremiação, fazendo com que esses se integrassem e dessem apoio a seu governo e a uma possível política trabalhista em massa (D'ARAÚJO, 1996, p. 88), contrariando alguns membros do partido mais “conservadores” que viam a relação com esses grupos de maneira mais distanciada, procurando tutorá-los (mantendo uma relação hierárquica).

Após intensas disputas dentro da organização partidária, Jango assumiu o comando nacional da legenda pouco após sua chegada ao Rio, tendo como missão apaziguar todas essas disputas (FERREIRA, 2011, p. 77-78). Ao mesmo tempo, também começou a articular entre os grupos sindicais maior aproximação com o governo, uma vez que vários setores (inclusive o Ministério do Trabalho) não estavam tão próximos das demandas trabalhistas quanto nos últimos anos do Estado Novo. Com essas novas formas de agir, Goulart passou a ser cada vez mais conhecido e admirado entre os grupos trabalhistas, pois embora fosse muito próximo de Vargas e já muito conhecido no Rio Grande do Sul, ainda era um ilustre desconhecido na capital federal (FERREIRA, 2011, p. 79).

E suas ações fizeram com que entrasse cada vez mais em rota de colisão com Segadas Viana, que buscava organizar as demandas sindicais de acordo com a legislação sem negociar diretamente com suas lideranças, questão que era bastante distinta da atitude de Jango. Em junho de 1953, mesmo com esforços do presidente nacional do PTB para evitar tal ato, os marítimos entraram em greve no Rio de Janeiro. O ministro do Trabalho teria reprimido a movimentação sem abrir canais para o diálogo e, por conta disso, acabou sendo criticado diretamente por Jango, culminando com a sua saída do governo:

Segadas Viana não demorou em declarar a ilegalidade do movimento e negou-se a qualquer negociação (...) Logo, Goulart entrou em rota de colisão com Segadas Viana, criticando-o publicamente por recorrer a métodos repressivos para conter a onda reivindicatória do movimento sindical, em particular no caso dos marítimos. Vargas (...) desautorizou o ministro, obrigando-o a se demitir (...) (FERREIRA, 2011, p. 79)

Naquele mesmo mês, já na metade do mandato, Vargas realizou uma reforma ministerial mais ampla como forma de “reequilibrar” as forças políticas em seu governo. Dos ministros civis, apenas João Cleofas foi mantido, tendo mudanças significativas nas outras pastas. A começar pelo próprio Ministério do Trabalho, no qual João Goulart substituiu seu “desafeto”; três nomeações foram ligadas à UDN, demonstrando ainda a preocupação de Vargas em trazer o grupo para seu governo: o governador da Paraíba, José Américo de Almeida (reconciliado com Vargas após o fim do Estado Novo), pediu licença do cargo para assumir o Ministério da Viação e Obras (era o único membro da UDN ativo no partido, de fato); o amigo de longa data e ex-ministro, Osvaldo Aranha, assumiu novamente o Ministério da Fazenda (cargo o qual já ocupara de 1931 a 1934; também fora Ministro da Justiça no início da década de 1930); e, por fim, um outro ex-ministro de Vargas, Vicente Rao (ocupara a Justiça durante o governo constitucional, entre 1934 e 1937), assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Outros dois nomes do PSD compuseram o restante do grupo: o deputado federal mineiro Tancredo Neves foi nomeado para o Ministério da Justiça e o deputado federal baiano Antonio Balbino, para a pasta da Educação (D’ARAÚJO, 1992, p. 128).

Tais mudanças levaram o governo a ter um caráter, em linhas gerais, mais conservador, uma vez que os novos ministros eram mais ligados às elites econômicas e políticas do que aos grupos trabalhistas. No entanto, a ação de Jango seria ir à contramão dessa movimentação, buscando uma aproximação cada vez maior do governo com os trabalhadores, fazendo um contraponto às medidas mais ortodoxas que seriam tomadas pelos outros membros do Executivo. Mesmo antes da posse, a imprensa em geral já não via com bons olhos sua ação, sendo considerado um agitador profissional, um desordeiro, taxado várias vezes de “comunista” ou de “agente bolchevique” (FERREIRA, 2011, p. 105-107). Nos editoriais e em várias reportagens do OESP, Jango passou a ser retratado de maneira extremamente assídua e de forma bastante negativa, com uma frequência praticamente igual à de Vargas, sempre descrito da maneira mais pejorativa possível:

O povo brasileiro precisa ficar em estado de alerta diante do governo federal. O que está sendo feito na pasta do Trabalho e o que se promete fazer ali demandam a maior vigilância por parte do povo. O rapazola que se acha à frente daquele Ministério, parece disposto a subverter completamente a ordem social do Brasil e a fazer do operariado o principal instrumento dessa subversão. As suas atividades, até agora conhecidas, dão-lhe direito à mais completa confiança do Partido Comunista, mas tiram-lhe o direito à confiança dos que não pertencem àquele partido (...) Entregar o Ministério do Trabalho a um comunista, apoiado na proteção que lhe dedica o chefe do Executivo, é entregar um dos postos mais importantes ao partido que só cuida de arrasar as instituições em vigor para se apossar do poder e, com a

supressão de todas as liberdades, submeter o povo brasileiro á terrível escravidão sob que estão gemendo a Russia e os países satélites, na Europa, e parte da Alemanha (...) A fomentação de greves e de outros movimentos contrários á ordem publica é um dos processos ordinarios a que o comunismo recorre para destruir os regimes que lhe são contrarios. A esse processo de política anti-social está o ministro do Trabalho, ao que se afirma, lançando mão para aniquilar a estrutura economica do Brasil e preparar o terreno para o advento de uma ditadura de feição totalitaria (...) (OESP, *Estado de Alerta*, 19/07/1953).

Já a abordagem da UH era bem distinta, uma vez que o nome do presidente nacional do PTB e novo ministro do Trabalho sempre fora recebido com simpatia pela publicação. Embora nas reportagens em geral sobre o assunto, pouco ou nada se falava em relação a seu histórico, suas ações como deputado, seu trânsito e desenvoltura entre os trabalhadores sempre eram destacados nas páginas desse jornal. Como relatado em suas páginas, o tom na política com a posse de Jango foi dado, do ponto de vista do governo e dos trabalhistas, da seguinte forma:

A posse do Ministro João Goulart constituiu um ato festivo para os trabalhadores (...) Em frente ao Ministério, trabalhadores faziam espoucar foguetes. Eram marítimos, estivadores, operários das fábricas, metalúrgicos, portuários, enfim, membros dos mais variados setores profissionais foram homenagear o jovem líder petebista. Dirigentes sindicais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio e do Distrito Federal, empunhavam estandartes das suas entidades representativas (...) (UH, *Mobilização da massa através do sindicato*, 19/06/1953)

A perspectiva de composição e busca de um maior equilíbrio entre as várias forças políticas brasileiras é adotada por boa parte da literatura sobre a temática, uma vez que os nomes de grupos distintos dentro do ministério e a orientação de sua política econômica (buscando atender, ao mesmo tempo, os mais conservadores e aqueles que representavam os trabalhadores e as esquerdas em geral) eram cada vez mais patentes. No entanto, tal dinâmica teve um difícil início, uma vez que muitos atritos surgiram a partir dessa incessante busca de composição política (D'ARAÚJO, 1992, p. 129-132) e que, em linhas gerais, não lograva êxito.

Pela composição ministerial e pelas ações do governo, a conciliação parecia ser o caminho buscado pelo presidente. No entanto, em um ambiente cada vez mais radicalizado, as disputas acentuavam-se dia a dia. Vargas buscou manter-se em uma linha bastante tênue entre essas duas tendências, procurando aliar um discurso de melhoria das condições de vida do trabalhador com o progresso econômico e o desenvolvimento dos patrões:

Para o getulismo, desenvolvimento econômico e trabalhismo são lados de uma mesma moeda, elementos privilegiados na correção das injustiças sociais e do atraso econômico do país. Dessa forma, qualquer iniciativa visando a exclusão ou o confronto radical com algumas das partes integrantes da nação era tida como espúria e contraditória (...) A perspectiva trabalhista não se confundia com um projeto socializante de esquerda no que diz respeito à produção e à distribuição de bens econômicos e sociais, já que não implicava o confronto e a subordinação dos interesses das classes dominantes aos das outras classes (...) Além do mais, o trabalhismo diluía a importância da organização política e reivindicava para si a integração de todos, através da mediação do Estado, árbitro supremo dos interesses sociais e único instrumento legítimo para a incorporação e canalização das demandas da sociedade (D'ARAÚJO, 1992, p. 133).

A reorganização política, principalmente pela questão partidária, pareceu não ter agradado às agremiações envolvidas, já incomodadas com as movimentações políticas anteriores de Vargas. Assim que o novo ministério foi empossado, a reação dos três principais grupos foi de descontentamento, cada um com as suas próprias razões. Principal base que tendia a ser “aliciada” pela nova formação, a UDN continuou não encarando com bons olhos as indicações e seguiu batendo na tecla de que os nomes que estavam no poder eram da “cota pessoal” do presidente, não representando a visão dos membros em geral (BENEVIDES, 1981, p. 85-86), principalmente do grupo ligado à Banda.

Embora o discurso do PTB fosse de apoio a Jango, várias correntes disputavam espaço dentro do partido para impor suas ideias de como deveria ser a ação da agremiação, indicando que a unidade em torno do programa do governo era mais um ideal do que uma estrutura concreta (D'ARAÚJO, 1996, p. 97-99). Por fim, o PSD não se sentia contemplado no governo, principalmente pelas insistentes manobras de Vargas em trazer representantes da UDN para seu seio, além de considerar que os dois novos ministros não eram representantes do partido, mas sim jovens deputados indicados por outros políticos, sem levar em conta as ideias e reivindicações da direção partidária (HIPOLITO, 1985, p. 90-93).

Partilhando da perspectiva adotada por D'ARAÚJO (1992), tais mudanças foram importantes para uma recomposição de forças, não para mudanças expressivas. Vargas não demonstrou grande interesse em dar uma guinada à esquerda ou à direita com essas novas delimitações: pretendia, como de costume em sua política, manter o maior número de controle possível em suas mãos, direcionando as ações para o ordenamento social, de acordo com seus indicativos.

A recrudescência crítica em relação a Vargas e aos seus apoiadores ganhou um status cada vez mais amplo, sendo que a questão na imprensa também acompanhou essa proporção e, mais do que isso, os próprios periódicos passaram a ser objetos no centro dessa imensa

disputa política. Desde sua criação, a UH era alvo de intensas críticas por parte de vários jornalistas, que acusavam Wainer de ter sido favorecido pelo Estado para a criação de um novo jornal que vinha como uma estrutura amparada em farto capital para concorrer com os principais jornais já existentes e que teriam demorado muito tempo para se estabelecer no mercado editorial.

Carlos Lacerda acabou tornando-se o principal nome contra Wainer e a UH. Desde quando a criação do jornal fora anunciada, o dono da TI passou a criar e divulgar inúmeros argumentos contra o novo periódico, indicando ser um grupo formado apenas para dar apoio ao ex-ditador. Essas críticas (que se intensificaram com o lançamento e circulação do impresso) foram sintetizadas no editorial *Golpe contra a imprensa independente* de 27/07/1951, quando Lacerda resumiu toda sua aversão ao novo empreendimento de Wainer e ao governo que estava instituído no país, direcionando nesse texto um profundo antagonismo ao seu ex-chefe:

Trata-se de um panfletário a favor. Um herói da adulação. Um cavaleiro andante da infâmia. É um veterano da traição, desde os tempos em que o seu mensário “Diretrizes” recebia dinheiro da embaixada alemã em plena guerra (...). É preciso afogar os jornais que por sua prosperidade, conseguida ao fim de muitos anos de organização e de trabalho, como o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* (...) ou pela firmeza de sua organização, como é o caso deste jornal, vivem da confiança pública e, pois, não precisam do Catete para nada (...). E assim, aqueles jornais que não se entregam ao dinheiro, e procuram conservar-se (...) teriam de entregar-se à demagogia, que viria roê-los por dentro, tornando inviável a sua altivez (...) (TI, *Golpe contra a imprensa independente*, 27/07/1951).

A movimentação de Lacerda contra a UH foi cada vez mais intensa, com inúmeros editoriais e notícias apontando irregularidades e problemáticas referentes ao periódico concorrente. Na medida em que a prosperidade do jornal de Wainer aumentava e a TI continuava com sua tiragem estagnada, a virulência de Lacerda ficou ainda mais inflada, seguido de perto no Congresso pela Banda, que associava o jornal a Vargas e fazia inúmeras insinuações de transações irregulares e beneficiamentos concedidos pelo governo somente a esse diário (BENEVIDES, 1981, p. 84-85). Os dados do *Anuário Estatístico* de 1953/1954 dão uma base bastante interessante da tiragem dos principais periódicos do eixo Rio-São Paulo até o ano de 1952 (alguns desses dados também foram retirados de LAURENZA, 1998, p. 52):

Tabela 1 – Tiragem dos principais jornais até 1952

Jornal	Tiragem (média)
--------	-----------------

O Globo (RJ)	153.000
Ultima Hora (RJ)	92.000
O Estado de S. Paulo (SP)	90.000
Diário de São Paulo (SP)	85.000
Diário da Noite (SP)	85.000
A Gazeta (SP)	85.000
Ultima Hora (SP)	74.000
Correio da Manhã (RJ)	72.000
Folha da Manhã (SP)	71.635
Diário Carioca (RJ)	40.000
Jornal do Brasil (RJ)	40.000
Tribuna da Imprensa (RJ)	40.000

De todas essas publicações, a UH era a mais recente (a edição paulista era ainda mais nova, criada em 1952). Ao observar esses dados, é importante destacar a ascensão meteórica das publicações de Wainer, consolidando a edição carioca como o segundo maior jornal de circulação no país em pouco mais de um ano de existência. Com essa perspectiva Lacerda, cujo jornal possuía menos da metade da circulação do periódico de seu principal oponente, fomentava uma campanha altamente destrutiva contra a publicação. A síntese de suas acusações pode ser encontrada em suas memórias:

O Samuel, com um real talento — sobretudo na época quando era mais jovem — para formar um jornal, dotado desses recursos, mais os recursos oficiais de toda a publicidade dos institutos e de todos os órgãos autárquicos e mais do Euvaldo Lodi, ligado à Federação das Indústrias, ao SESI e ao SENAI, que também gostosamente atendeu ao apelo do Getúlio para formar o jornal, lançou um vespertino esmagador. Um jornal que, pelo mesmo preço que a gente vendia os outros jornais, fornecia um suplemento colorido diário, pagava os melhores salários da praça e arrebanhou tudo o que pudesse haver de melhor em matéria de colaboração e de técnicos (...) Eu comecei a alertar para o chamado dumping da imprensa. Quer dizer, a Última Hora destruiu os outros jornais fornecendo ao leitor, pelo mesmo preço, muito mais do que os outros jornais podiam dar (LACERDA, 1978, p. 123-124)²⁷.

²⁷ Um outro fator curioso acabou influenciando o próprio design do jornal de Lacerda. Ridicularizado por alguns órgãos de imprensa (em especial, pela UH) por ser o último colocado em tiragem entre os principais jornais cariocas, seu dono passou a integrar a lanterna como símbolo do periódico, fazendo referência à Lanterna de Diógenes, que buscava o homem correto, “de bem”, caminhando com sua lâmpada pelas ruas de Atenas. A primeira vez em que o símbolo apareceu foi no dia 29/06/1953, no canto superior esquerdo da capa, ao lado do título do jornal (MENDONÇA, 2002, p. 131), sendo publicada até 14/04/1959. A partir dessa data, passou a ser destacada no canto inferior direito da capa, acompanhando informes dados aos leitores (desde mudanças e problemas na edição do dia até alguns destaques da edição), até o dia 22/09/1960.

O proprietário da TI começou, em seus textos, a bater cada vez mais na tecla de que a UH era favorecida pelo BB de maneira mais ostensiva do que as outras publicações. No primeiro semestre de 1953, Wainer lançou também a revista *Flan*, publicação semanal que abordava diversos assuntos relacionados à política e cultura em geral, procurando tornar-se concorrente das duas principais publicações da época, o semanário *O Cruzeiro* (também do grupo de Assis Chateaubriand) e *Manchete*, de Adolph Bloch. O lançamento dessa nova publicação (que aproveitava toda a estrutura da UH, inclusive a mesma rotativa, papel e trabalhadores), segundo o próprio Wainer, teria açoitado o dono dos *DA* contra ele, uma vez que a revista foi vista como um passo para consolidar um futuro império jornalístico, que rivalizaria com o dele, já construído (WAINER, 1988, p. 166). Assim, seu ex-patrão tornar-se-ia mais um poderoso inimigo, organizando-se para acabar com a rápida ascensão de seus empreendimentos.

A recém-fundada *TV Tupi*, parte da rede de Chateaubriand, foi utilizada como uma fonte importante de ataque a Wainer, uma vez que, segundo ele, Lacerda teria ganhado espaço dentro da emissora exatamente para centrar ataques a Vargas e também a ele e aos seus empreendimentos (WAINER, 1988, p. 166-167). O recrudescimento ficou cada vez mais intenso, principalmente com o dono da TI enfatizando que os favorecimentos que o dono da UH recebia do BB era a principal causa de seu estrondoso e repentino sucesso (Wainer também adquirira uma emissora de rádio pertencente a Hugo Borghi; no entanto, perderia a concessão por irregularidades apontadas pelo próprio dono da TI em seus ataques).

Ainda remetendo às memórias de Wainer, ele próprio indica que teria incentivado Vargas a criar a *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) pedida pela Banda e membros de outros partidos para demonstrar que, de fato, não havia problemas nas transações do BB com a UH (WAINER, 1988, p. 177-178). Ainda em 1951, foi publicada na capa da UH um texto, no qual o jornal questionou como a imprensa, em geral, organizava-se no país e pediu uma investigação geral, para colocar tudo de maneira transparente, sem nenhum tipo de subterfúgio:

Em defesa da liberdade de imprensa, ameaçada no Brasil pela crescente dependência de certos jornais a grupos econômicos nacionais e estrangeiros, ULTIMA HORA toma a iniciativa de sugerir ao Congresso Nacional a imediata designação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de representantes de todos os partidos nacionais, à maneira do que foi feito recentemente na Inglaterra, a fim de apurar quais são os verdadeiros donos dos nossos jornais (...) De nossa parte, não tememos a devassa. E nem temos motivos de frustração profissional. Em poucos meses de vida, ULTIMA HORA só se pode orgulhar do sucesso que obteve e do prestígio que

conquistou em tempo recorde, fato verdadeiramente inédito na imprensa vespertina. Apenas achamos que não é possível mais assistir a êsse espetáculo deprimente, em que se procura deformar a opinião livre, à custa de satisfação de interesses pessoais, os quais redundam em última análise na defesa dos interesses anti-nacionais (...) (UH, *A OPORTUNIDADE DE UM INQUERITO PARLAMENTAR*, 29/10/1951).

Várias insinuações e alguns pedidos já haviam sido feitos na Câmara, principalmente após inúmeras denúncias feitas por representantes no Congresso e, com o apoio de vários partidários do governo (dentro da linha proposta pelo dono da UH a Vargas), em 03 de junho de 1953 foi instituída a *CPI da Última Hora* pela Resolução n. 313, que também integrava a Resolução n. 314, que pedia a investigação das transações do BB com todas as empresas jornalísticas naqueles últimos dez anos (MENDONÇA, 2002, p. 135).

A CPI foi presidida por Castilho Cabral, membro do *Partido Trabalhista Nacional* (PTN) e ex-integrante do PSP, contendo membros do PSD, da UDN e do PTB. Na perspectiva do diretor da UH, seria algo rápido e sem grandes consequências; no entanto, o processo arrastou-se por mais de cinco meses, arrolou 27 depoimentos e foi um espaço no qual os membros de oposição ao governo Vargas tiveram amplo destaque, além das fortes reverberações que essas ações encontraram nas páginas da TI e da imprensa em geral, seja escrita ou falada.

E foi em uma dessas transmissões que Lacerda acusou Wainer de não ser brasileiro. Em 14 de julho, o dono da TI destacou o artigo 160 da Constituição que vetava o controle de qualquer órgão jornalístico por um estrangeiro e afirmou que tinha elementos para comprovar que o dono da UH vinha da região da Bessarábia, que não tinha nascido no Brasil. No dia seguinte, a manchete da edição de seu jornal estampava a declaração *Wainer não é brasileiro*, acompanhada de um texto que demonstraria as provas desse fato:

Chaim Wainer, ou Jaime, pai de Samuel Wainer, ao tirar a carteira de estrangeiro, em S. Paulo, (...) a 2-8-43, declarou-se nascido em Edenitz, na Rumânia, tendo chegado ao Brasil, pela primeira vez, em navio cujo nome não se lembra, em 1920. Dora Lerner Wainer, mãe de Samuel, ao tirar a Carteira de Estrangeiro (...), em S. Paulo, declarou ter chegado ao Brasil, pela primeira vez, em 1915, pelo 'Valdívia'. Sua declaração é de 18-9-1942. A 27 de janeiro de 1942 ambos se casaram, para poder tirar essa carteira de estrangeiro, pois antes não possuíam documentos de identidade válidos perante as leis brasileiras. A 17 de fevereiro de 1922, Samuel Wainer compareceu a cartório, no Rio, e declarou (...) ter nascido em S. Paulo a 16 de janeiro de 1912, sendo primeiro filho, e legítimo, de Jaime (Chaim) e Dora Wainer. Assim, Samuel teria nascido no Brasil três anos antes de chegarem ao Brasil seu pai e sua mãe (...) (TI, *Wainer não é brasileiro*, 15/07/1953).

Nessa mesma capa, é possível observar que praticamente toda ela fora dedicada a acusar Wainer, desde aprofundamento da questão da idade até textos de outros autores e situações (como uma acusação ao PTB, por exemplo). Em linhas gerais, é possível salientar que as energias de Lacerda e da equipe do periódico estavam voltadas, basicamente, para combater a publicação de seu antigo amigo e ex-chefe:



Imagem 7 – Capa da Tribuna da Imprensa, dia 15/07/1953.

A pressão continuou bastante intensa, sendo que o próprio Wainer se defendeu das acusações em depoimentos para a CPI, assim como Lacerda foi convidado para expor seus argumentos e também vários outros membros ligados à UH e ao BB. Após exaustivos trabalhos, foram demonstradas inúmeras irregularidades nas transações entre a instituição financeira e o jornal carioca, com valores auditados que não conferiam com os que haviam sido passados pelo diretor do jornal e por alguns envolvidos nas transações (GUIMARÃES, 2011, p. 91-104).

Segundo dados estruturados por LAURENZA (1998, p. 66), é possível fazer uma comparação entre os valores recebidos pela publicação ligada ao presidente e pelos seus três principais inimigos do período (além dos dois já bastante citados, a movimentação era endossada por Roberto Marinho, que também cedera espaço de sua rádio para a oratória inflamada de Lacerda):

Tabela 2 – Principais valores a serem pagos para o Banco do Brasil (em Cruzeiro)

Devedores	Dívida Vencida	Dívida a Vencer	Total
CHATEAUBRIAND	102.988.589,50	41.101.346,80	144.089.936,30
WAINER	30.063.115,10	76.624.888,70	106.688.003,80
MARINHO	11.800.000,00	41.817.903,60	53.617.903,60
LACERDA	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00

O valor atribuído à UH, no entanto, foi bem discrepante dos dados referentes no relatório final da CPI, cujo total era de CR\$ 279.685.424,00, uma diferença de mais de 60% (LAURENZA, 1998, p. 155). Além disso, o saldo da CPI foi extremamente negativo para Wainer: os políticos da situação não atuaram no sentido de defendê-lo, já que a relação dos deputados com Vargas era extremamente complexa e ambígua, sendo que os parlamentares não se arriscaram para defender o periódico. Nesse “vácuo”, seus opositores agiram constantemente contra sua figura, indicando frequentemente (no caso da TI, diariamente) denúncias das mais variadas possíveis contra seu jornal e contra ele mesmo.

A questão da nacionalidade não traria problemas jurídicos em um primeiro momento, mas não evitou que Wainer passasse pela prisão. Por ordem do Ministério Público, o jornalista ficou retido por 10 dias ao negar-se, em seu primeiro depoimento, a esclarecer mais dados sobre sua origem e a citar quem eram suas fontes financeiras (LAURENZA, 1998, p. 125). Relacionado a esse ponto e também ao imenso desgaste que esse episódio causou politicamente, a UH começou a perder inúmeros anunciantes e a revista *Flan* duraria menos de dois meses após o fim da CPI.

Como resposta, o periódico de Wainer fez uma abordagem bastante intensa do fato, assim como já vinha fazendo antes em relação às movimentações da CPI desde seu início, com fortes acusações tanto a Chatô quanto a Lacerda. Na edição após a prisão de seu diretor, a primeira capa foi estruturada com um texto (sem assinatura) sobre o absurdo da prisão do proprietário do periódico, bem como várias chamadas contrárias ao ato e trechos da própria ordem restritiva, além de duas fotos retratando a chegada de Wainer ao cárcere e sendo

recebido de maneira bastante cordial pelos soldados (que, segundo a legenda de uma das fotos, declaram ser leitores do periódico):



Imagem 8 – Capa da UH do dia 20/07/1953

O jornal continuou insistindo na inocência de Wainer e denunciando a megacampanha que estava sendo orquestrada contra o impresso visando, sempre, a desestabilização do governo Vargas. Além de pintar o quadro como uma grande injustiça, também aumentaram cada vez mais os ataques ao restante da imprensa, em especial contra Chatô e contra o próprio Lacerda. Na data da libertação do diretor da publicação, uma reportagem especial do periódico estruturou o ato em uma visão extremamente laudatória, procurando exaltar essa perspectiva como forma de reforçar as críticas contra seus inimigos:

A cidade inteira viveu ontem momentos de incontida emoção ao se anunciar a decisão do Tribunal de Justiça, libertando o jornalista Samuel Wainer da prisão, devolvendo-o ao seio do povo, para continuar à frente do maior jornal de massas do Brasil (...) Grande multidão se formava então nas portas do Tribunal. A decisão da Justiça veio desafogar o coração de milhares de brasileiros que aguardavam ansiosamente pelo resultado do “habeas-corpus” (...) À saída do Quartel, o povo prorrompeu em aplausos. E, quando Samuel Wainer entrou no edifício de ULTIMA HORA, voltando para o seio de seus companheiros de trabalho já estava sendo carregado nos braços da multidão para reassumir a direção dessa autêntica tribuna da liberdade (UH, *Da prisão à liberdade*, 28/07/1953).

Mas talvez o principal impacto de todos os acontecimentos, segundo Wainer, tenha sido o esfriamento da relação com o presidente. Dentro de toda essa conjuntura, Vargas viu-se cada vez mais isolado e circunspecto a algumas de suas ações, sem grande alcance político. Conforme os episódios da CPI foram desgastando cada vez mais a UH (e, consequentemente, o governo), o acesso do jornalista ao presidente foi ficando mais escasso. Em 1954, os desdobramentos da crise tornaram-se ainda mais intensos, sendo que o próprio Wainer relatou tal aspecto em suas memórias:

Getúlio continuava a demonstrar-me muita estima, mas estava claro que minha presença se tornara incômoda. Gestos, olhares, sussurros – a coreografia dos áulicos mostrava que todos ficariam muito felizes se eu deixasse de aparecer no Catete. Nada disso me preocupava; interessava-me, como sempre, Getúlio Vargas. Num determinado momento, constatei que o presidente saíra ganhando com a minha ausência, e só então decidi procurá-lo para conversar sobre o meu destino. Àquela altura, a campanha contra a *Ultima Hora* atingira níveis decididamente perigosos, graças também a erros que eu cometera, alguns deles com a plena aprovação de Getúlio (...) (WAINER, 1988, p. 177)

Acompanhando de longe, Júlio de Mesquita Filho não chegou a tecer comentários diretamente à situação em um primeiro momento, embora OESP retratasse com viva curiosidade o processo e, posteriormente, tenha passado a se posicionar diretamente contra Wainer e a UH, aproveitando o espaço para fazer o que já era muito comum em seus textos: críticas intensas a Vargas e aos políticos ligados à sua figura (GOLDSTEIN, 2017, p. 133-134). Em linhas gerais, os nomes de Lacerda e Aliomar Baleeiro (um dos principais articuladores contra Wainer na CPI) foram bastante exaltados, enquanto que os dos deputados petebistas e os nomes ligados a Vargas que teriam ajudado o financiamento do jornal carioca sofriam críticas intensas.

No tocante às críticas ao proprietário da UH, as mensagens mais diretas e pesadas ficaram a cargo de Rafael Corrêa de Oliveira que, em seus textos, utilizou comparações bastante densas e acusatórias, indicando que o bessarabiano era, na verdade, um elo dentro de uma cadeia de corrupção que estava enraizada no governo, por isso somente o fim desse sistema resolveria os problemas no país:

Se a simples liquidação de Wainer restabelecesse a decência na vida publica nacional, quase não teríamos problemas a resolver. Mas Wainer é o produto de uma situação que ele não criou, pertence a um sistema de aventuras que se estendem aos pontos mais altos da administração – e o seu sacrificio exclusivo nada resolveria no interesse da moralidade publica (...) Não basta destruir Wainer. Cumpre destruir o sistema de que ele faz parte... (OESP, *CRUZADA CONTRA A CORRUPÇÃO*, 26/07/1953).

E, por fim, após algumas insinuações, na imprensa carioca, de que o periódico paulista estaria ligado também ao escândalo da imprensa com o BB, o diretor do jornal publicou um texto, em seu editorial, tecendo comentários sobre a situação:

Não queríamos tomar parte no debate que se travou na Camara dos Deputados e fora dela a proposito dos emprestimos contraídos pela Empresa Erica e pelo jornal “Ultima Hora” no Banco do Brasil. Tais proporções, porém, tomou o debate que nos sentimos obrigados a dizer o que pensamos da questão, maxime porque houve, nos jornais, quem procurasse totalmente colocar-nos entre os órgãos da imprensa que vivem de favores daquele Banco (...) Antes, desejamos frisar que o menos culpado, em todas essas escandalosas operações financeiras, é o jornalista sobre o qual convergem todas as acusações. O maior culpado é quem, do alto do poder, não só autorizou o Banco a fazer as transações condenadas como, abusando da sua posição, forçou alguns capitalistas a contribuirem para um empreendimento jornalístico que a nenhum deles, naturalmente, pareceu negocio de primeira ordem e do qual se afastariam se não fosse essa intervenção imperiosa. Contra esse culpado é que se deveriam volver todas as criticas e todas as condenações (...) Sentimo-nos perfeitamente á vontade, diante do exposto, para pedir á comissão de Inquerito que investigue não só os negocios da “Ultima Hora” como de todos os jornais brasileiros, realizados no Banco do Brasil e na Caixa Economica Federal (...) (OESP, *O Banco do Brasil e a Imprensa*, 28/07/1953).

É importante levar em conta que, nesse ponto, o campo político e o campo jornalístico cruzaram-se intrinsecamente, com as duas culturas políticas predominantes nesse período entrando em uma disputa extremamente ríspida e avassaladora. A inconsistência apresentada por Vargas em sua relação com o Legislativo foi constatada pela oposição, que aproveitou essa fragilidade para liderar um processo acusatório extremamente intenso contra o presidente. E o instrumento utilizado nessa disputa foi a imprensa. Exatamente no campo no

qual o mandatário brasileiro sentia-se sem jogadores representando-o, estruturou a presença da UH para ser seu porta-voz, sua representação em um campo de extrema importância e no qual não se sentia contemplado. Por sua vez, ao aceitar jogar o jogo político, o dono do jornal carioca consolidou seu *habitus* no empreendimento de sua vida, trazendo grande parte de sua equipe de *Diretrizes* para sua nova “aventura” e tornando o periódico, para além de um diário varguista, sua porta de entrada no mundo dos proprietários da imprensa nacional.

Em relação ao OESP, Júlio de Mesquita Filho manteve sua postura, tendo seu lugar no campo jornalístico já estabelecido e sua cultura política orientada para uma oposição intransigente a Vargas, encontrando eco nas ações de Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, bem como várias convergências com as posturas de Chatô e de Roberto Marinho. Embora não compactuasse com todos eles (possuindo diferenças bastante significativas, principalmente com o dono dos DA), a ideia do inimigo em comum fez com que esse grupo possuísse um discurso bastante parecido, com um *habitus* estruturado para o combate ao governo. Assim, a imprensa teve um papel de extrema importância nessa conjuntura, uma vez que fora um espaço significativo de confronto explícito entre a situação e a oposição, confirmando uma das hipóteses levantadas na pesquisa.

Além desse aspecto (que agravou ainda mais a relação entre Executivo e Legislativo), o desenvolvimento da economia brasileira encontrava intensos problemas nesse contexto e também foi um dos fomentadores da crise. Em um primeiro momento, Vargas buscou consolidar as indústrias nacionais e apostar em uma política de concessão de créditos para estimular mais o desenvolvimento da estrutura brasileira. Várias medidas foram tomadas pelo presidente em relação ao desenvolvimento econômico, com a mesma marca das outras áreas: ambiguidades e tentativas de congregar e conciliar vários grupos em uma única perspectiva. Logo que foi eleito, criou a Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão bastante ativo e responsável por projetos que deram origem à criação de, entre outros, a estatal *Petróleo do Brasil* (PETROBRAS), uma também ligada à energia, as *Centrais Elétricas Brasileiras* (ELETROBRAS), a *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), a Carteira de Colonização do BB e o Banco do Nordeste do Brasil, entre outros (D'ARAÚJO, 1992, p. 152).

Presidida pelo economista baiano Rômulo de Almeida, a Assessoria estabeleceu várias discussões e debates em relação à qual seria a melhor forma de governar o país frente aos desafios socioeconômicos existentes. Em linhas gerais, esse órgão foi responsável por inúmeros direcionamentos do governo, principalmente indicações teóricas de como colocar em prática os projetos instituídos (a maioria deles, de fato, foi executada durante esse

mandato). Dentre esses aspectos, o caso da PETROBRAS talvez tenha sido o de maior destaque, uma vez que a discussão sobre o monopólio ou não do uso do petróleo era bastante antiga – remontava desde a década de 1930, quando no próprio governo Vargas a extração desse combustível fóssil começou a ganhar ainda mais força após ser incentivada em vários locais do país, além de ter movimentação de grupos ligados a geólogos e outros nomes de grande importância, como o do escritor Monteiro Lobato (WIRTH, 1973, p. 68).

Nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946, após muitos debates em relação à natureza da extração de minérios no país, foi aprovada uma lei que indicava que as tratativas sobre o assunto deveriam ser feitas por lei ordinária, permitindo que existissem investimentos estrangeiros desde que seu trabalho fosse regulamentado pelo Estado (CARVALHO JR, 2005, p. 47-48). Dois anos depois, como forma de deixar mais clara tal movimentação para a extração do petróleo em si, o Executivo encaminhou um projeto de lei, resultado de mais de um ano de estudo de vários nomes importantes na área (como o ex-ministro da Agricultura de Vargas e um dos nomes mais influentes da UDN, Odilon Braga), procurando organizar a extração e a participação das empresas nesse processo.

As discussões e desdobramentos sobre o assunto que culminaram com o projeto de lei movimentaram setores como o empresariado, as Forças Armadas e até a população em geral, com um grupo que se organizou e formou a campanha *O Petróleo é Nosso*, procurando defender o monopólio da extração e comercialização do produto em questão (CARVALHO JR, 2005, p. 54) e levado à frente pelo *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo* (CEDPEN), criado nos anos 1940 exatamente para discutir a extração do mineral por um viés nacionalista.

O projeto enviado ao Legislativo, em fevereiro de 1948, permitia a participação de capital estrangeiro na extração, embora essa participação fosse condicionada à aprovação prévia do Estado. Em linhas gerais, a perspectiva era a discussão de uma solução para aumentar a produção no país, mas o clima do debate na Câmara (e em outros setores) acabou sendo entre as teses chamadas de nacionalistas e entreguistas, sendo os primeiros favoráveis ao trabalho estatal relacionado ao petróleo e os segundos favoráveis à participação do capital estrangeiro no processo, independentemente do grau ou da forma (COHN, 1968, p. 13-18). Dentro da divisão proposta por esse trabalho, os nacionalistas eram mais próximos da cultura política trabalhista e os entreguistas convergiam com a cultura política liberal.

A votação acabou sendo desfavorável e o problema continuou a ser debatido, embora sem uma posição clara sobre o assunto. Com a eleição de Vargas, a discussão voltou à tona e o grupo da Associação teria sido encarregado de criar um projeto de estatal, mas com capital misto (COHN, 1968, p. 133-138). Embora com uma perspectiva econômica intitulada

nacionalista, tal medida de Vargas apontou, mais uma vez, para a ideia de que sua política era conciliatória e não de confronto com as empresas estrangeiras (já que essa medida era, de certa forma, impopular, devido à grande mobilização alcançada pelo grupo do *Petróleo é Nosso*, que não admitia a presença do capital estrangeiro na exploração).

Em maio de 1952, foi enviado para a Câmara dos Deputados o projeto de lei que indicava a criação da estatal para a extração do petróleo. No entanto, praticamente todos os partidos recusaram a proposta, sobre os mais variados argumentos. A exceção foi o PSD que, embora declarasse apoiar a proposta original do governo, pouco ou nada fez para defendê-la dos ataques da própria legenda do presidente e do seu principal partido de oposição (HIPOLITO, 1985, p. 94-95). Inclusive, o comportamento desse último grupo foi bastante inesperado, uma vez que a agremiação era constantemente apontada como entreguista, sempre propensa a passar as riquezas ou os programas relacionados ao Brasil para o controle de empresas estrangeiras. No entanto, a UDN voltou-se contra a perspectiva do capital misto para defender o monopólio estatal, apontando que era um interesse do “povo brasileiro” que tal perspectiva ocorresse, baseado nas entrevistas e resultados publicados no período pelos membros da campanha *O Petróleo é nosso* (BENEVIDES, 1981, p. 201-202).

Tal medida foi apontada como oportunista tanto por membros do governo como pelo OESP, já que desde o início da discussão Júlio de Mesquita Filho era terminantemente contra a criação da estatal, como exposto de maneira bem incisiva em vários de seus textos:

A bancada federal da UDN acabou de pronunciar-se pela tese do monopólio estatal na questão do petróleo. Lamentável, de todos os pontos de vista, essa atitude, que preconiza uma fórmula prejudicial ao progresso econômico do país, além de contrariar frontalmente a sã doutrina sempre defendida pela União Democrática Nacional (...) Concordando com a tese defendida pelo general Juarez Távora, ardente patriota e profundo conhecedor de todos os aspectos técnicos e econômicos, nacionais e internacionais da questão, advogamos a participação de maior número possível de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, nas pesquisas geológicas e geofísicas, na perfuração de poços-pioneiros e na lavra do petróleo, pois somente a livre competição poderá estimular suficientemente essas atividades, facultando o mais rápido e completo aproveitamento de nossas prováveis, embora ainda não comprovadas, grandes riquezas petrolíferas (...) Por outro lado, a atitude assumida pelos parlamentares federais da UDN fere as diretrizes doutrinárias dessa agremiação, que, pela sua tradição, pelo seu programa e pela delegação recebida de seus eleitores, não pode deixar de ser favorável ao regime da iniciativa privada e contrária à burocratização da vida econômica (...) O maior argumento em prol do repentino jacobinismo da bancada federal da UDN é que a grande maioria do povo favorecerá o monopólio estatal (...) Além de incongruente, essa “lógica” constitui precedente perigoso por confundir o rumor provocado pela propaganda soviética com a real manifestação da opinião pública nacional. Ademais, a argumentação dos parlamentares udenistas estabelece, implicitamente, como norma de conduta,

o incondicional apoio a opiniões ditas populares, mesmo erroneas e prejudiciais aos interesses coletivos (...) A UDN, que sempre mereceu as nossas mais sinceras simpatias, deve por todos os modos deixar bem claro que não pretende transformar-se, de partido independente e orientador da opinião pública, em mero satélite de correntes “populistas” desagregadoras e extremistas (OESP, *A U.D.N. e o petroleo*, 03/05/1952).

Se tal incongruência pode ser apontada para a UDN, a situação também era bastante complexa no PTB. Embora o partido fosse a base de sustentação do governo, seus deputados não hesitaram em voltar-se contra o projeto do Executivo, defendendo também o monopólio estatal (que era uma das prerrogativas dos nacionalistas que estavam na agremiação). Tanto nas discussões da Câmara quanto no Senado, Vargas ficou praticamente sem defesa, sendo que a UH acabou se posicionando mais próxima da perspectiva varguista do que os próprios membros da bancada trabalhista:

Inicia-se hoje no plenário da Câmara dos Deputados a primeira discussão do projeto do Governo, criando a “Petrobrás”, que figura, afinal, desde ontem, na Ordem do Dia daquela casa do Poder Legislativo, depois de passar pelo crivo das Comissões Técnicas (...) Procurando dar ao problema uma solução adequada, dentro dos postulados nacionalistas, o Governo propôs ao Congresso a constituição de uma sociedade mista (...) Há dois pontos essenciais, que aqui desejamos frisar, para desmascarar, de modo cabal e definitivo, as aleivosias assacadas por sobre as mensagens que o Presidente Getúlio Vargas remeteu ao Poder Legislativo. O primeiro é que 100% do capital da “Petrobrás” é de propriedade da União e todo o Conselho Administrativo da companhia que se vai fundar será de nomeação do Presidente da República, na fase de implantação e consolidação da sociedade. O segundo ponto, igualmente de grande importância, diz respeito ao poder legal e prático da União para escolher a oportunidade e o limite do lançamento de ações com direito de voto, atendendo apenas aos interesses financeiros do programa do petróleo nacional (...). (UH, *100% DO CAPITAL DA “PETROBRÁS” SERÁ DE PROPRIEDADE DA UNIÃO!*, 06/06/1952)

Esses pontos são importantes para indicar o quão é perigoso apontar rótulos ou paradigmas para determinados grupos ou órgãos, uma vez que as decisões não são tomadas de maneira automática nem determinista. Até a sanção da lei nº 2004, de 03/10/1953, OESP e UH mantiveram posições distintas em relação aos partidos em que geralmente os jornais eram associados como órgãos representantes: Júlio de Mesquita Filho manteve-se contra a perspectiva estatal da PETROBRAS e Samuel Wainer continuou próximo da política de Vargas e contra um monopólio “total” da extração, embora o presidente teve que ceder e aceitar as emendas ao projeto original, tornando a empresa estritamente nacional. Assim, as culturas políticas das publicações analisadas nessa tese não são, necessariamente, representações das culturas políticas das agremiações partidárias: embora existisse grande

convergência entre essas (e, de certa forma, ambos os jornais faziam o papel da imprensa partidária, praticamente ausente no Brasil), há diferenças significativas entre as empresas jornalísticas e os grupos políticos as quais elas representam (ALMOND; VERBA, 1989, p. 13).

Além dessas questões, o fator externo também teve influência na questão econômica nacional. Em 1950, com a Guerra Fria afirmando-se como um conflito de dimensões mundiais, teve início a guerra da Coreia, profundamente influenciada pelo contexto internacional. Embora o Brasil não tivesse se comprometido a mandar tropas (vários países envolveram-se no conflito), acabou costurando um acordo, em 1952, no qual os EUA (presidido por Harry Truman) enviaria tecnologia e ajuda financeira ao Brasil, enquanto que o país sul-americano enviaria matérias-primas para o desenvolvimento da indústria bélica nos EUA (D'ARAÚJO, 1992, p. 162-165).

O acordo entrou em vigor em 1953, após ampla resistência dos setores nacionalistas no Congresso e no próprio Executivo, sendo um dos fatores que levava à saída de Estillac Leal do ministério da Guerra, no ano anterior. Embora esse acordo tenha sido costurado como forma de estreitar os laços com o país norte-americano, o início do mandato de Dwight Eisenhower, nesse mesmo ano, teria dificultado as relações com o Brasil, uma vez que sua política voltou a priorizar os eventos na Europa e Ásia, dispensando pouco ou nenhuma atenção aos países da América Latina, em geral (DULLES, 1967, p. 329-331). O esforço de Vargas em costurar uma maior proximidade com os EUA teria perdido muita força após o início daquele novo governo.

Passada a primeira metade do governo, Vargas chegou a um ponto em que se percebia cada vez mais isolado do Legislativo com um ministério cujos nomes estavam divididos entre membros de sua confiança e outros que buscavam conquistar o apoio de grupos diversos, principalmente do principal partido opositor. Nessa perspectiva, seu governo caminhava hesitante em relação às estratégias adotadas, pois, ao mesmo tempo, procurava incentivar o crescimento do país e consolidar a política trabalhista como uma política desenvolvimentista. A perspectiva sobre a visão em relação ao que é o trabalhismo para o presidente traz, em sua gênese, essa dubiedade, essa perspectiva de agregar os opostos rumo a um bem comum:

Contudo, para Vargas, o trabalhismo constitui-se, simultaneamente, em meio e fim, na medida em que apregoa a justiça e a necessidade da harmonia entre as classes e a ampliação do bem-estar geral. Essas são, a seu ver, condições fundamentais para um desenvolvimento eficaz e pacífico da ordem social. Baseado em critérios de justiça social, o trabalhismo revela-se condição e consequência do desenvolvimento econômico, pois que, para maior

distribuição geral de benefícios, seria necessário o aumento da produtividade nacional. Esta, por sua vez, dependeria de um relacionamento não-conflituoso entre capital e trabalho. O trabalhismo getulista retém, portanto, a idéia de que todos devem participar da construção da nação, podendo fazê-lo através de uma relação cujo referencial seja o interesse de toda a comunidade. Sendo assim, não haveria espaço para atritos e contradições, pois todas as funções produtivas se complementariam no cômputo geral da sociedade. Quanto maior o esforço individual, maior a riqueza social a ser distribuída para o suprimento das necessidades de todos os brasileiros. A soma dos esforços individuais redundaria num produto social do qual cada um poderia usufruir conforme suas necessidades (...) (D'ARAÚJO, 1992, p. 97-98).

Embora a UH valorizasse os pressupostos de Vargas em relação ao assunto, sua perspectiva de trabalhismo era mais voltada à situação socioeconômica do trabalhador, tendo em especial a preocupação com a distribuição de renda. O jornal carioca não trabalhou com nenhuma definição em específico, mas constantemente publicava em seus espaços opiniões de vários intelectuais e próceres do PTB, em especial nomes ligados ao núcleo “ideológico” do partido, tendo especial destaque para o senador gaúcho Alberto Pasqualini, considerado o principal nome do partido em questões relacionadas às perspectivas teóricas. Em declarações por conta do aniversário de um ano da morte de um outro senador gaúcho e ex-ministro de Vargas, Salgado Filho, Pasqualini enfatizou sua visão sobre o assunto (cujo sentido foi bastante trabalhado, no periódico, ao longo dos anos):

O Trabalhismo é um conjunto de postulados no campo social e um sistema de soluções no campo econômico, tendo como objetivo precípua melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, pela eliminação crescente de todas as formas de exploração e pela realização da justiça social. A tendencia trabalhista se traduz na compreensão, no sentido fundamental da evolução humana. E a historia nos revela que essa evolução é um processo de nivelamento: nivelamento juridico, nivelamento politico, nivelamento econômico (...) (UH, “*O Superfluo em Mãos de Poucos Gera a Falta no Lar de Muitos*”, 31/07/1951).

Embora Vargas nunca tivesse sido questionado nem pelo PTB, nem pela UH em relação aos seus princípios ligados ao trabalhismo (até porque esses grupos, em linhas gerais, ressaltavam ser derivados da perspectiva do presidente da República), havia algumas diferenças em relação ao método, sendo que o mandatário possuía uma linha mais conciliadora entre os grupos antagônicos do que a do próprio partido e do jornal carioca (embora esse, de maneira geral, também demonstrasse um tom mais conciliador do que conflitante, convergindo até mais com o político gaúcho do que sua própria agremiação).

E, embora o governo procurasse trazer todas as perspectivas para sua esfera, encontrou

forte oposição de grupos que não buscavam nenhum tipo de entendimento e faziam ferrenha oposição, principalmente os que sofreram oposição no Estado Novo (D'ARAÚJO, 1992, 187-188), além dos grupos que compunham o governo, mas que também não estavam totalmente alinhados com a política do presidente.

Além disso, havia também a questão militar, cada vez mais instigante nesse processo. Após deixar a pasta da Guerra e retomar a presidência do Clube Militar, Estillac Leal lançou campanha à reeleição, tendo como concorrente Alcides Etchegoyen, identificado com a UDN e com os princípios chamados entreguistas. Após uma eleição extremamente polarizada, a chapa representante da Cruzada Democrática venceu, evidenciando a perda de adeptos da tese dos nacionalistas dentro de um dos principais centros de discussão ideológica do Exército (SINTONI, 1999, p. 95-96). Esse processo eleitoral foi bastante sintomático, demonstrando a forte divisão nessa instituição e um aumento gradativo de opositores a Vargas, principalmente de seu capital político, já que seu *habitus* trazia preocupações a essa ala.

Já no caso da imprensa, os dois periódicos analisados estiveram envolvidos de maneira bastante intensa nesse contexto, com a UH mantendo-se fiel ao presidente e OESP continuando com críticas bastante ácidas ao governo. Embora Vargas mantivesse o protagonismo absoluto nas edições, dois outros membros ganharam grande destaque nesse período: João Goulart e Carlos Lacerda, com atuações destacadas para ambos os lados e procurando interferir, cada um a seu modo, no campo político, com novos *habitus* ou reestruturando e realimentando os antigos.

Os últimos editoriais de cada um desses jornais, do ano de 1953, deram o tom das perspectivas distintas das publicações. Ambos giraram em torno da PETROBRAS e das movimentações econômicas (embora o texto do periódico carioca tenha tratado de mais tópicos). Em suas palavras, OESP fechava o ano com um intenso pessimismo em relação ao novo órgão estatal e às ações governamentais, em geral:

Vão começar, por estes dias, os novos sacrifícios impostos á população pelo jacobinismo presidencial. A Petrobras, que é um dos maiores erros já praticados pelo governo, começará a receber, de maneira compulsoria, as contribuições dos que possuem automoveis ou deles se utilizam (...) Tudo estaria bem, todos os sacrifícios seriam suportados com paciencia se o dinheiro, que vai ser arrecadado, tivesse aplicação inteligente e honesta. Infelizmente, porém, temos o direito de não acreditar em aplicação dessa natureza (...) A incapacidade dos governantes para fazer as coisas como devem ser feitas é uma das características da intromissão do governo naquilo que devia ser reservado á atividade dos particulares (...) (OESP, *Novos sacrifícios*, 31/12/1953).

Em contraponto, o texto da UH (que foi destacado como manchete) reconheceu o ano difícil pelo qual a publicação havia passado, mas estruturou um desfecho mais otimista para o novo período advindo, tanto para o jornal quanto para o próprio governo:

Se o ano de 1953 não apresenta um grande saldo favorável, tudo faz crêr que 1954 será diferente. Pelo menos, as perspectivas que se abrem, no Ano Novo, são as melhores possíveis (...) Na ordem interna, tudo indica que 1954 será, sem nenhum exagero, um ano decisivo para a nossa emancipação econômica em marcha crescente. Em fevereiro, começará a funcionar, com aço fabricado na própria usina, aço brasileiro, o segundo alto forno de Volta Redonda, maior e com mais capacidade de produção que o primeiro. A Companhia Hidrelétrica do Vale de São Francisco iniciará praticamente as suas atividades, o que significa, para o Nordeste, a redenção econômica e social (...) Mas não é só. A “Petrobrás”, já legalmente estruturada, permitirá extraordinário desenvolvimento na política petrolífera, com a utilização de novos recursos, com as verbas maciças propostas pelo Governo e aprovadas pelo Congresso (...) (UH, 1954: *Ano Decisivo Para a Emancipação Econômica do Brasil*, 31/12/1953).

Foi nesse ambiente de intensas disputas e combates bastante complexos que o ano de 1954 alvoreceu e encontrou um ambiente bastante minado, com desencontros e divergências cada vez mais irreconciliáveis, além de um distanciamento acentuado entre as duas principais culturas políticas vigentes.

3.3 1954: as fraturas políticas e o ocaso do governo

O ano de 1954 começou impresso de maneiras distintas por ambos os jornais. Enquanto OESP trazia em suas páginas críticas cada vez mais intensas ao governo e às suas ações (em especial às movimentações do ministro do Trabalho), a UH continuava estruturando uma perspectiva de apoio às ações estatais e praticamente a todos os atos do PTB e de grupos sociais próximos a Vargas. O primeiro ponto em comum, problematizado por ambas as publicações, foi a proposição do aumento do salário mínimo, indo de 1200 para 2400 cruzeiros.

Na propositura original do governo, Jango justificou o aumento indicando os elevados índices de custo de vida dos últimos anos, além de correções por parte de consumo e do desenvolvimento da economia. A medida teria como origem a reivindicação de uma intersindical do Rio de Janeiro, que a colocava como a principal forma de melhorar o padrão de vida dos trabalhadores no país (FERREIRA, 2011, p.112-113).

As primeiras impressões do OESP sobre a temática mantiveram o mesmo tom das outras colocações: críticas contundentes e um tom bastante catastrófico em relação aos acontecimentos, demonstrando a tão costumeira incapacidade e incompetência do atual ministro do trabalho:

Se vierem a prevalecer as taxas de salario-minimo anunciadas como definitivas, provavelmente teremos algumas perturbações sociais e, infalivelmente, varios serviços de interesse publico serão sacrificados. Com a elevação das taxas atuais nas proporções divulgadas, muitos patrões terão de reduzir as suas atividades produtivas, dispensando grande numero de empregados, e estabelecimentos consagrados aos serviços de assistencia serão forçados a restringir os socorros que prestam aos necessitados (...) Se o chefe do Executivo não fosse um homem incapaz de apanhar todos os aspectos dos problemas sociais e politicos, se a sua mentalidade lhe permitisse, nessa questão de salarios, atentar tanto para os interesses dos assalariados como para os dos patrões, a fim de harmonizá-los, esperaríamos que s. exa., diante do clamor geral levantado pelas noticias concernentes ao salario-minimo, e pelas desastrosas consequencias que as novas bases desse salario irão trazer para a vida do País, reduzisse prudentemente a proporções mais razoaveis o aumento que se pretende fazer (...) Mas seria isto esperar muito de um espirito envenenado pela demagogia e desabituaado a lidar com as realidades (OESP, *A politica dos salarios*, 07/01/1954).

Embora o jornal paulista concordasse com o aumento, construiu grande intransigência em relação ao valor, considerado altamente abusivo e desconectado da realidade. Já na publicação carioca, o tom foi distinto: o periódico relatou as várias críticas ao projeto, mas no sentido de acentuar seu caráter positivo e de indicar que era uma medida de extrema importância para os trabalhadores, esperando ponderação e responsabilidade do presidente em resolver o caso:

Com a base fixada em Cr\$ 2.400,00, os patrões saíram de argumentos ponderáveis em punho e do exame desses pontos de vista depende ainda a sorte da medida (...) Entrementes, o Ministro Oswaldo Aranha aparece ante essa questão como o fiel da balança, pois seu imenso trabalho em prol do saneamento das finanças públicas corre o risco de permanecer sob ameaça (...) A posição do Ministério da Fazenda pode ser assim enquadrada num dilema: para dar combate à inflação é preciso não contribuir para o aumento do poder aquisitivo das massas, mas o custo da vida atingiu a tamanhas alturas que é impossível negar o direito a essas reivindicações do momento (...) resultará do entendimento efetivo da política trabalhista e financeira do Govêrno do Sr. Getúlio Vargas (UH, *MELHORAR OS SALÁRIOS SEM AGRAVAR A INFLAÇÃO*, 12/01/1954).

Ao mesmo tempo em que a polêmica em relação ao aumento do salário mínimo ganhava corpo, as discussões sobre as sucessões estaduais e nacional começavam a se

estruturar de maneira mais robusta nas páginas dos dois impressos. Embora esses assuntos já fossem discutidos antes de 1954, foram pouco explorados nos jornais até então, ganhando maior relevância logo no início do ano, chamando a atenção das publicações para esse foco, mas sob perspectivas distintas.

Na sucessão paulista, o fato que mais chamou a atenção para o processo eleitoral foi o lançamento da campanha de Jânio Quadros, pelo *Partido Democrático Cristão* (PDC). Há menos de nove meses como prefeito de São Paulo, o político mantinha ainda uma grande popularidade entre os paulistanos e os democrata-cristãos. Aproveitando essa perspectiva, os dirigentes do PDC resolveram lançar seu nome como uma forma de tentar barrar o retorno de Ademar de Barros ao governo paulista (BUSETTO, 2002, p. 109-110). Embora tenha surgido como pequenos boatos, o caso ganhou ampla projeção e, no dia 07 de janeiro, Jânio concedeu uma entrevista assumindo a candidatura, justificando a decisão e demonstrando estar muito lisonjeado com a escolha (FIDELIS, 2015, p. 204).

Os editoriais do OESP foram extremamente incisivos em relação a tal ato, reforçando a imagem do atual prefeito como um forasteiro demagogo, que utilizava o povo paulistano como trampolim apenas para alçar voos maiores e, além disso, a repercussão política desse ato seria bastante negativa, uma vez que o prefeito ainda não tinha completado um ano em seu mandato e já queria concorrer a um novo cargo (OESP, *Maus pressagios duma precipitação*, 09/01/1954).

Como companheiro de chapa, o partido lançou seu presidente da seção paulista, o vereador Queiroz Filho, como candidato a vice-governador. Essa medida não agradou o prefeito, que queria seu vice como parceiro de campanha novamente. Tal fato causou ainda mais indignação no OESP, que passou a indicar cada vez mais o caráter irresponsável de Jânio (FIDELIS, 2015, p. 204-207).

Já a UH pouco noticiou o caso, limitando-se a pequenas notas e comentários sobre o assunto e focando mais nas disputas internas dentro do PTB paulista, com várias tendências e sem uma perspectiva própria, já que alguns apoiavam o vice-prefeito Porfírio da Paz e outros procuravam costurar uma aliança com Adhemar, além de um terceiro grupo que buscava estruturar o lançamento de um nome próprio para o Executivo paulista (o empresário Hugo Borghi era quem mais se movimentava para viabilizar-se, novamente, como candidato). Após essas movimentações o partido seguiu dividido, com uma parte estruturando a candidatura própria de Wladimir de Toledo Piza (que foi o candidato oficial trabalhista), uma ala seguindo com Janio e Porfírio e outra apoiando a candidatura de Prestes Maia (BENEVIDES, 1989, p. 53-57), indicando total fragmentação partidária dos trabalhistas em solo paulista.

Em nível nacional, a discussão teve início com o anúncio do chamado Esquema Etelvino. Embora essa movimentação já ocorresse desde o ano anterior, ela passou a ser comentada e ganhou força, nas páginas dos jornais, com a intensificação das conversas do governador de Pernambuco, Etelvino Lins (PSD), com os líderes partidários e os principais nomes das seções estaduais de várias agremiações políticas. Em linhas gerais, o plano consistia em uma fórmula muito próxima à antiga e famigerada ideia da União Nacional, ou seja, conclamar a ação em conjunto de todas as agremiações políticas para o lançamento de um nome em comum, que estivesse acima das disputas partidárias e propusesse perspectivas novas para fazer com que o país se desenvolvesse.

Na edição do dia 12 de fevereiro, UH destacou na capa a temática, com a manchete *NOVA ARTICULAÇÃO DE ETELVINO PARA LUTA DA SUCESSÃO*, dando ênfase em suas páginas posteriores para uma entrevista feita com o político, na qual ele destacou o valor de seu esquema e que não prejudicaria em nada a sucessão (pois sofrera algumas acusações nesse sentido), apenas ajudando a direcionar melhor os entendimentos entre os partidos, extremamente dispersos por conta da conjuntura política:

- O esquema teve uma virtude: depois dêle, a sucessão passou a ser tratada em termos normais, liquidando a onda de boatos em torno de golpes que intranquilizavam o país e nos comprometiam interna e externamente. A receptividade que teve o esquema demonstra que o país ansiava por algo semelhante. E, uma vez que assim é, não recuarei. Estou disposto a ir até o fim (...) (UH, *REINÍCIO DA ARTICULAÇÃO DE ETELVINO LINS PARA A BATALHA DA SUCESSÃO*, 12/02/1954).

No fim do mês de fevereiro, o presidente nacional da UDN, o deputado federal paranaense Artur Santos, declarou que o partido apoiava as proposições do governador pernambucano, dizendo que a agremiação estava aberta ao diálogo, principalmente com os pessedistas (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 27/02/1954). No entanto, tal discurso destoava das práticas políticas, cujas divergências eram cada vez mais evidentes: vários membros dos dois principais grupos já haviam declarado que não apoiariam um candidato em comum, sendo que a presença da figura de Vargas era a principal condicionante dentro de todo esse processo. A aversão dos udenistas ao governo e, em especial, à figura do Ministro do Trabalho era cada vez mais intensa, principalmente após o anúncio do novo valor do salário mínimo.

Ao mesmo tempo em que OESP posicionava-se contra o aumento proposto por Jango e indicava o impacto que tal ação causaria para os empregadores, a UH colocava a urgência

do reajuste dos valores como algo fundamental para a melhoria de vida dos empregados, que eram os que mais sofriam com a alta no custo de vida em que o país passava naqueles últimos meses. A distinção entre os textos das duas publicações era muito clara em relação a esse assunto, já que os focos dados por ambas se entreolhavam de posições bastante longínquas.

Os editoriais de Júlio de Mesquita Filho não negavam que os salários deviam ser reajustados, mas não no dobro do valor, como indicado pelo Ministério do Trabalho. Sua linha de raciocínio em relação ao assunto ficou bastante clara em vários textos, especificando como o aumento seria prejudicial e como o governo perdia, cada vez mais, o rumo em relação à criação de benefícios para a população brasileira:

Repita-se, mais uma vez, que os patrões, na sua generalidade, não são contrários á elevação do salario minimo. Todos reconhecem que, á vista do aumento constante do custo de vida, os salarios têm que ser modificados. Não é possível que com o salario atual obtenham os trabalhadores o essencial para a sua existencia. A carestia da vida não foi combatida e não o será porque falta, para isso, ao governo a necessaria capacidade. É um mal que a ineptia do governo tornará mais grave, dia a dia (...) Mas a elevação dos salarios não pode ser ilimitada. Deve obedecer a certos criterios, que entendem com a vida normal das industrias e com a situação financeira dos patrões. Se a elevação se fizesse desordenadamente, sem criterio algum, com intuitos exclusivamente demagogicos, os proprios beneficiados com ele seriam as suas maiores vitimas: o custo de vida cresceria em proporções gigantescas e muitos dos patrões teriam que reduzir o seu operariado ou, então, abandonar as atividades a que se entregam presentemente. Para essas circunstancias é que o ministro do Trabalho fecha os olhos, mas para elas o sr. presidente da Republica, que é o responsavel constitucional pelos desatinos da sua administração, deve ter aberto os seus. S. exa.tem o dever, a que não pode fugir, de procurar a maior conciliação entre os interesses de todas as classes e de impedir que, pelos desacertos da politica, umas venham a destruir as outras (...) (OESP, *O problema dos salarios*, 23/01/1954).

Nessa perspectiva, a elevação do salário mínimo levaria, automaticamente, ao aumento ainda maior do custo de vida em todas as perspectivas, não solucionando o real problema (principalmente relacionado ao consumo) da população. Já nas páginas da UH, a visão em relação ao novo valor era bem distinta, pois a medida era vista de forma amplamente positiva, sendo que o jornal buscou demonstrar, em várias reportagens, estimativas que confirmavam as possíveis benesses trazidas pela nova proposta. Além disso, procurou indicar opiniões de nomes ligados aos sindicatos e trabalhadores para enfatizar seu ponto de vista, como o do presidente do Instituto dos Industriários, Afonso César, sobre o assunto:

Estando o assunto em franca discussão, pois ainda ontem os trabalhadores promoveram uma concentração, na qual reafirmaram, perante as autoridades,

sua determinação de defender os novos níveis de salários, temos procurado ouvir pessoas capazes de trazer novos esclarecimentos sobre a repercussão da medida, principalmente na vida econômica e social dos empregados (...) prestou-nos declarações o Sr. Afonso César, presidente do Instituto dos Industriários, que tratou dos reflexos que os níveis de salários propostos terão no valor dos benefícios da previdência social (...) Disse-nos inicialmente o Sr. Afonso César:

- Só poderão ser favoráveis os reflexos da elevação do salário-mínimo no Instituto dos Industriários (...) porque, elevado o salário-mínimo, o I. A. P. I. elevará também os valores dos benefícios mínimos e, igualmente, passará a pagar o auxílio-funeral e o auxílio-maternidade em conformidade com os novos salários (...) (UH, *OS NOVOS NÍVEIS DE SALÁRIO-MÍNIMO E A PREVIDÊNCIA SOCIAL*, 29/01/1954).

O clima de instabilidade era cada vez mais flagrante, sendo que as discussões entre os políticos e a imprensa em geral começavam a ganhar tons bastante emotivos e quase imprevisíveis. Um dos deputados que mais comentaram sobre o assunto em plenário foi o representante do Distrito Federal, Roberto Morena, do *Partido Republicano Trabalhista* (PRT), que passou a atacar tanto aqueles que criticavam o aumento quanto o governo Vargas, por ameaçar ceder aos comentários negativos contra o novo valor do salário-mínimo e indicar um aumento menor do que o prometido, como exposto no discurso no dia 11 de fevereiro:

Como ia dizendo, Sr. Presidente, a argumentação de que o aumento do salário mínimo viria prejudicar a produtividade, pela elevação do salário mínimo de trabalhadores não qualificados, é uma grande e grossa mentira (...) São esses lucros cada vez maiores das empresas estrangeiras, principalmente americanas, que tudo carregam daqui para o exterior. Se há coisa a terminar é com este Governo incapaz, inepto, governo que só está tratando dos interesses dos grandes latifundiários, dos grandes capitalistas, governo que só se preocupa em dar tudo o que querem as empresas estrangeiras, especialmente as norte-americanas (DIÁRIOS, 1954, p.562-563).

O discurso de Morena, sindicalista ligado a várias entidades sindicais e ao PCB, deu o tom da forma como o assunto era encarado no Congresso: o governo recebia pouco ou nenhuma defesa dos partidos aliados, sendo atacado tanto pela Banda, que acusava o aumento como um ato de demagogia e catastrófico, como por partidos não alinhados aos principais grupos da casa. A indefinição começou a beirar a radicalização com a redação de um documento por vários membros do Exército, conhecido como Manifesto ou Memorial dos Coronéis. Redigido no dia 08 de fevereiro e divulgado 12 dias depois, o documento trouxe imensas críticas à forma como o presidente estaria tratando o Exército, reclamando das precárias condições de instalações, baixos valores dos soldos e falta de incentivo para os jovens iniciarem na carreira militar (CARVALHO, 2005, p. 114).

Além disso, também criticavam a proposta de aumento vinda do Ministério do Trabalho, uma vez que, com esse novo valor, um operário passaria a ganhar quase o mesmo valor de um oficial graduado do Exército, o que faria com que a procura para a admissão nas fileiras militares fosse ainda menor do que já era. O documento ainda pedia para os superiores militares se atentarem ao clima subversivo que estava posto no país, devido às inúmeras manifestações que começavam a ocorrer para a manutenção do valor anunciado de aumento desses valores:

A emigração de militares para cargos civis sempre melhor remunerados, onde, dissociados dos interesses profissionais e dos problemas da classe, nem sempre se podem conservar imunes às intrigas da política partidária e ficar inteiramente a salvo da onda de corrupção administrativa que acende escândalos nas manchetes dos jornais – de tudo isso advindo incalculáveis prejuízos ao prestígio das Forças Armadas – cada vez mais inquieta os que preferem dedicar-se inteiramente aos afazeres profissionais, principalmente porque aquelas funções, consideradas com grande liberdade como de interesse militar, habilitam seus detentores a concorrer às promoções e comissões diversas como se permanecessem no serviço das armas, aproveitando-se, ademais, muitos deles de tão singular situação para auferirem vantagens, ora de ordem militar, ora de caráter político (...) A fixação de altos padrões de vencimentos para os funcionários diplomados em cursos superiores – vencimentos que se duplicarão ao cabo de alguns quinquênios – caso não promova injustificável disparidade entre militares e civis, só poderá, através de emendas apressadas introduzidas nas Casas do Congresso sem maior exame de todas as suas consequências, redundar em outra série de males e desníveis dentro da própria classe militar. E a elevação do salário mínimo a nível que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, estancando qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores (...) Ante a gravidade da situação que se está a criar para breve, impõe-se alerta corajosa, pois não se poderá prever que graus de dissociação serão capazes de gerar, no organismo militar, as causas múltiplas de tensões que, dia a dia se acumulam (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 64-65)

O anúncio do Memorial e sua publicação trouxeram consequências bastante intensas para a política no período. O documento, assinado por mais de 80 militares, foi composto de nomes de relevância no Exército no contexto, como de Jurandir Mamede, Amaury Kruel e Golbery de Couto e Silva, entre outros. O ato, em si, foi considerado como quebra de hierarquia militar, embora tenha causado reações das mais adversas: enquanto oficiais de alta patente exigiam a punição dos envolvidos por trás do documento, vários se solidarizaram com a situação e voltaram suas críticas contra o governo (SKIDMORE, 1976, p.163-167), sendo que, em várias notícias de fins de 1953, OESP já trazia notícias de círculos militares se

movimentando a favor da fórmula Etelvino, com manifestações contrárias a Vargas (SKIDMORE, 1976, p.162-163). Mesmo com reuniões constantes e com um bom trânsito entre os ministros militares, parte significativa do corpo militar parecia desconfortável com as ações do presidente.

Embora ciente dessas problemáticas no seio militar, a UH procurou sempre minimizar esses acontecimentos, indicando que esses aspectos eram fatos isolados e que as atitudes de pessoas ou pequenos grupos não indicavam a totalidade do pensamento militar, que estaria em harmonia com o presidente. Destacando os acontecimentos referentes à provável impressão do Manifesto, no dia 13 de fevereiro o jornal carioca publicou uma pequena nota em sua capa repercutindo sobre o texto, e uma rápida fala do ministro Ciro do Espírito Santo Cardoso, indicando que nada tinha a declarar sobre o fato (UH, *HOJE: DECISÃO DO ALTO COMANDO SÔBRE O MEMORIAL DOS CORONÉIS*, 13/02/1954). Em compensação, no dia 14 OESP publicou um texto de destaque sobre o acontecimento, em que dizia ser esse tipo de texto rotineiro dentro do meio militar, mas que devido à situação política em que estava o país, o relatório acabara ganhando uma dimensão maior do que ele deveria ter:

Os signatarios do memorial apreciam a situação geral do País, mostrando que a crise em que se debate a Nação afeta, tanto quanto as demais classes, os militares. Examinam a questão da carestia de vida, apontando os fatores responsáveis. E chega – este é um pormenor sobre o qual são menos precisas as informações – a aludir, de passagem, á intranquilidade criada no País pelas agitações operárias fomentadas pelo ministro do Trabalho (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 14/02/1954).

No mesmo dia, foi publicada uma outra declaração do ministro da Guerra que, após uma reunião, indicou que o Memorial era um problema interno e deveria ser resolvido como tal (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 14/02/1954). Na edição seguinte, OESP não hesitou em ligar a situação diretamente à má administração de Vargas e, principalmente, à política trabalhista exercida por Jango. Em editorial, o jornal apontou os problemas causados por ambos, indicando que o ministro nada mais era que um alterego de Vargas e que ambos estavam empenhados em instalar uma “república peronista” no território brasileiro:

De fato, não há dia em que não tenhamos de assinalar mais um passo dado nesse sentido pelo grupo que rodeia o chefe da Nação e que, com inacreditavel tenacidade, prossegue na organização da trama que, mais dia menos dia, levará o País á revolução social (...) Para que a opinião publica brasileira avalie a gravidade da situação, basta que atente para o significado real da intensa campanha que se vem desenvolvendo em todo o País a favor do aumento do salario minimo. É o caminho apontado para se chegar á subversão geral e total da ordem economica. Apela-se para o apoio das

massas, para fazer delas a alavanca com que, no momento oportuno, se farão saltar pelos ares as instituições vigentes. Antes, porém, e para entusiasmas-las, se lançariam varias campanhas, que, como a do salario minimo, demonstrarão aos timidos e cautelosos que desta vez não se trata de iludir o operariado, mas de torná-lo o grande beneficiário do plano maquiavelico (...) Tão grave e tão iminente nos parece e ameaça que, embora medindo a delicadeza das nossas afirmações, não nos sentimos com o direito de calar. Julgue a opinião publica a nossa atitude. Julguem quantos têm uma parcela de responsabilidade na manutenção da ordem constitucional, se nos é licito calar. Os fatos aí estão. O plano se desenvolve com absoluta precisão. Assistirá a Nação ao seu desenvolvimento sem um protesto, sem um gesto de reação? Digam-nos os que têm por missão defender a ordem e o regime (OESP, *A "peronização" do País*, 16/02/1954).

Nos textos do OESP, durante praticamente todo o governo Vargas, a iminência de um golpe de Estado, nos moldes dos acontecimentos referentes ao Estado Novo, sempre era constante. As lembranças da supressão de direitos do período e as consequências por conta desses fatores pareciam ser muito vivas em Júlio de Mesquita Filho, uma vez que ele alardeava em seu jornal, com uma frequência cada vez maior, a possibilidade iminente de um atentado à democracia.

Naquele mesmo ano, em junho, publicou a obra *"Memórias de um revolucionário". Notas para um ensaio de sociologia política* (1954), no qual fazia comentários relacionados à obra do mesmo título do ex-tenente e ex-interventor de São Paulo, João Alberto, relatando o ciclo de combate à *República Velha* iniciado com o levante do Forte de Copacabana em 1922 e que levaria à deposição de Washington Luís em 1930, e à consequente sublevação contra o presidente, em 1932. Embora falando de outro momento, era bastante nítido que o diretor do jornal aproveitara a oportunidade para enviar um recado direto aos seus leitores, buscando relacionar (mesmo que indiretamente) ambos os períodos, deixando nas entrelinhas que o atual governo Vargas era tão nocivo para o país quanto os governos da década de 1920 (e indicando, de maneira ainda mais sutil, que poderia ser necessário uma ação para além da legalidade para resolver esse problema).

Em linhas gerais, se por um lado a situação política estruturada nas páginas do jornal paulista era de grande instabilidade e de propensões para um possível golpe na (frágil) democracia nacional, já no diário carioca a narrativa dos acontecimentos era distinta, embora a UH não fizesse questão de esconder que a tensão era grande no país naquele momento. No entanto, se os textos de Júlio de Mesquita Filho e dos jornalistas do OESP apontavam Getúlio Vargas e João Goulart como causas dessa instabilidade, Samuel Wainer e seus cronistas indicavam essas duas figuras como vítimas de uma grande movimentação para travar o

governo e prejudicar o desenvolvimento do país. No mesmo dia da publicação do editorial *A “peronização” do país* nas páginas do periódico de São Paulo, a capa da edição principal da publicação do Rio de Janeiro trouxe um texto (sem assinatura) refletindo sobre o impacto desse Manifesto que, embora ainda não tivesse sido divulgado, possuía já praticamente todo o seu conteúdo conhecido:

O MINISTRO da Guerra, após a reunião dos Generais, esclareceu o sentido do memorial dos Coronéis do Exército, de que tanto se tem falado nos últimos dias. Trata-se de um documento de colaboração, sem, de qualquer forma, ferir os rígidos regulamentos das Forças Armadas (...) O Brasil não é rico. Alberto Tôrres já dizia que “pertence ao número das mais perigosas ilusões da nossa imaginação a riqueza do nosso País”. Mas, nem por isso, devemos nem podemos proceder de maneira a enfraquecer as nossas Forças Armadas. Estas devem ser bem alimentadas, bem preparadas e se sentir cercadas do apoio nacional. Por mais que estejamos sujeitos a esquecer as lições da História, os fatos nos obrigam a levar em conta que, sem uma tropa em ótimas condições físicas e técnicas, não pode a Pátria ter defesa perfeita e segura (UH, *Lógico e oportuno, o memorial dos coronéis deve ser considerado*, 16/02/1954).

Nesse mesmo texto, o jornal atribuiu responsabilidades ao governo para melhorar a situação militar e, durante sua edição, indicou que Vargas estaria tranquilo e que buscava resolver a situação financeira dos militares e também dos civis, sendo que ambos passavam por dificuldades devido à situação econômica do país (e que seriam beneficiados, sem nenhum tipo de exclusão).

No dia seguinte, as edições continuaram a dar o tom ao assunto, sendo que em seu editorial, OESP indicou que Vargas e Jango estariam com um plano de instalar uma ditadura comunista ou militar no país, levando em conta um possível processo de sindicalização de várias entidades fomentado pelo Ministro do Trabalho (OESP, *A situação brasileira*, 17/02/1954). Em linhas gerais, a maior autonomia que esses grupos buscavam e as várias passeatas realizadas para a manutenção do valor anunciado do novo salário mínimo, embora não trouxessem em seu bojo estruturas ou ações ligadas às práticas comunistas, passaram a criar larga preocupação entre os setores mais conservadores da sociedade. Do ponto de vista político, a UDN (em especial o grupo da Banda) aumentava cada vez mais o tom contra os dois políticos gaúchos (BENEVIDES, 1981, p. 88-89), indicando que o planejamento do governo era um novo golpe nas instituições, que levaria à permanência de Getúlio no poder em um novo regime ditatorial.

A pressão dos grupos oposicionistas e da imprensa era cada vez mais forte, sendo que Jango era o mais visado em todas as situações, e apontado como o principal responsável pela

manifestação contrária do Exército e, principalmente, dos movimentos sindicais que declararam defender, a todo custo, o aumento indicado pelo Ministro do Trabalho (FERREIRA, 2011, p. 115-116). Ainda no dia 17, no OESP, Rafael Corrêa de Oliveira deu o tom da visão da oposição em relação aos últimos acontecimentos:

A crise nacional decorre da incapacidade do governo, que é também profundamente imoral nos seus atos de administração (...) Quando o ministro do Trabalho anima a agitação sindical e procura estabelecer o círculo vicioso dos preços e salários em espirais intermináveis, sente-se imediatamente o plano de perturbação social que justifica medidas de exceção, golpes de força, continuísmo de governo a pretexto de reprimir emergências especificamente criadas (...) O povo sente mais do que raciocina. Tendo dado crédito às promessas do candidato Vargas, vê-se agora roubado pelos abusos, erros e crimes do presidente Vargas. A indignação diante do fato que impõe sacrifícios de ordem material à existência do homem comum, surge, então, espontaneamente e perigosamente. Isto é o que os coroneis viram e transmitiram com prudência e patriotismo ao ministro da Guerra (...) (OESP, *O memorial dos militares*, 17/02/1954).

No dia 23 de fevereiro, após a divulgação integral conteúdo do Manifesto dos Coronéis, o ministro da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso, deixou o cargo. E não saiu sozinho, pois Jango também pediu demissão. Desde o “vazamento” do conteúdo do Manifesto, muito já se ventilava sobre a saída do titular da pasta, além da possível demissão do chefe do Gabinete Militar. Jango, percebendo que a situação teria ficado insustentável, optara por deixar o posto para evitar ainda mais problemas para o presidente (FERREIRA, 2011, p. 116-117).

Na edição do dia 20, OESP tinha dado como certa a queda do ministro da Guerra e sua substituição por Zenóbio da Costa, que assumiria sob a condição de João Goulart sair também. Além disso, Vargas teria se comprometido com sua equipe ministerial a não dar o aumento proposto pelo Ministério do Trabalho, como forma de conciliação com os membros do Exército (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 20/02/1954). A UH trouxe como manchete, no mesmo dia, o título *REFORMA MINISTERIAL PARA VENCER A CRISE*, confirmando as mesmas trocas anunciadas pelo diário paulista, mas sob um prisma positivo para o governo, diferente do tom negativo dado pelo jornal paulista (UH, *Por Trás da Cortina*, 20/02/1954).

Com a confirmação da saída dos dois ministros, os enfoques das duas publicações continuaram bastante distintos e evidenciando, continuamente, suas culturas políticas conflitantes. O jornal paulista manteve sua postura de não poupar críticas ao presidente, indicando que suas ações não coadunavam com a do cargo que estava ocupando: Vargas estaria preocupado apenas com a manutenção do poder e de encontrar formas de continuar

beneficiando aqueles próximos de si, não olhando para a população como um todo. Como especificado em editorial, do dia 24 de fevereiro:

Em geral, no Brasil, o clamor contra a ação subversiva que o ministro do Trabalho estava desenvolvendo. A despeito desse clamor, o ministro continuava na pasta. O sr. presidente da República, surdo a tudo quanto se dizia, não apartava de si o auxiliar perigoso. Veio o caso dos coroneis e, então, s. exa. resolveu sacrificar o ministro culpado, uma vez que se lhe oferecia ensejo, também, para despedir um ministro inocente – o da Guerra. O do Trabalho saiu unicamente porque o chefe da Nação pôde, ao mesmo tempo, exonerar também o da Guerra. Foi este o sacrificado. Correto, simples, equilibrado, o ilustre militar foi posto á margem para consolar o do Trabalho, que é o contrario de tudo isso (...) (OESP, *A política do presidente*, 24/02/1954).

A publicação paulista cobrava de Vargas uma mudança na política trabalhista, uma vez que a forma como a questão vinha sendo conduzida estaria sendo extremamente desastrosa, tendo como ponto culminante a crise com os militares. No entanto, o jornal carioca defendia as ações de Getúlio e indicava que o presidente agira não em detrimento pessoal de nenhum dos ministros, mas apenas para manter a ordem e buscar uma nova agenda para fazer com que o país se desenvolvesse. Logo no dia em que foi anunciada a troca de comandantes no Ministério da Guerra, a UH publicou uma entrevista com o novo titular da pasta, cujos dizeres foram os seguintes: “Trabalharei no sentido de unir, cada vez mais, as classes armadas, para maior tranquilidade da família brasileira – declarou à ULTIMA HORA, na manhã de hoje, o General Zenobio da Costa, novo Ministro da Guerra” (UH, *UNIR CADA VEZ MAIS AS CLASSES ARMADAS*, 23/02/1954).

Para o lugar de Jango, foi mantido interinamente um nome técnico e principal assessor da pasta, Hugo Faria. Para selar sua demissão, o presidente nacional do PTB encontrou-se com Vargas e deixou uma carta na qual expôs, mais do que a motivação da sua demissão, suas principais ideias para o Brasil continuar se desenvolvendo e melhorando a condição de vida dos trabalhadores em geral. Essa carta, publicada na edição do dia 23 do jornal carioca, indicava que a política trabalhista deveria ser mantida e, além dos pontos já conhecidos e defendidos em suas ações, propôs o congelamento dos preços, uma vez que:

sinto-me no dever de, interpretando o pensamento da maioria das classes obreiras do país, tomar a liberdade de sugerir a Vossa Excelência as novas tabelas de salário mínimo, determine providências no sentido de revisão geral e congelamento dos preços das mercadorias essenciais ao povo, em bases justas e acessíveis à bolsa do depauperado consumidor nacional (...) (UH, *Congelamento Dos Preços Para Combater a Carestia*, 23/02/1954).

Nessa mesma edição, foi publicada uma nota de algumas centrais sindicais reunidas desmentindo rumores de uma greve geral articulada por esses setores (que estaria sendo divulgada pela imprensa) e declarando total apoio a João Goulart. Após sua saída oficializada, o ex-ministro recebeu apoio de várias entidades que lamentaram publicamente tal ato, sendo que, ao longo dos meses subsequentes, vários grupos se manifestaram e organizaram protestos contra o governo pela substituição de Jango (FERREIRA, 2011, p. 117-119). E, embora a mudança tenha sido comemorada pela oposição e pelo OESP, não houve grande alteração na orientação do Ministério, sendo que as ações continuaram bastante próximas do antigo titular da pasta.

Hugo de Faria continuou negociando de maneira bastante constante, principalmente, com os setores patronais e com Osvaldo Aranha (que também era publicamente contra o aumento do salário mínimo nos valores postos e ao congelamento dos preços) os interesses trabalhistas com a austeridade da equipe econômica do governo, buscando uma perspectiva que não observasse apenas os humores do mercado ou da iniciativa privada (D'ARAÚJO, 1996, p. 99-100).

Embora não tenha declarado nada publicamente no período, ao responder uma série de perguntas registradas pelo *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea* (CPDOC) da *Fundação Getúlio Vargas* (FGV) (1983), Hugo de Faria admitiu que suas decisões eram tomadas em conjunto com Jango e que sua política se orientou pelos mesmos princípios (e, basicamente, as mesmas ações) que os do antigo ministro (FERREIRA, 2011, p. 119). Com essa perspectiva, as críticas dos setores opositores voltaram ao Ministério do Trabalho pouco tempo após a saída do presidente nacional do PTB, embora em um tom muito abaixo daquele praticado contra Goulart.

E as críticas a Vargas, no OESP, acentuaram-se cada vez mais. O jornal paulista repercutiu a movimentação militar no Egito (em decorrência da tomada de poder, depondo o Rei Faruk I, em 1952) e fez uma comparação com a situação brasileira, indicando que o regime constitucional é o melhor sistema que existe de governo e que, se as lideranças que estão à frente do Estado não se comportassem democraticamente e se quisessem instituir um novo regime de exceção (não deixando de lembrar, novamente, o Estado Novo), os militares teriam todo o direito de agirem para a manutenção da ordem (novamente em mais um recado bastante claro para Vargas e o atual governo):

Se a experiencia alheia valesse alguma coisa devíamos estar atentos ao que vai pelo Egito. Rara destruir o regime corrupto estabelecido pelo rei Faruk o exercito daquele país levantou-se, num movimento patriótico, entregando o governo a um dos seus oficiais mais distintos. Transcorrido cerca de um ano, esse oficial foi afastado do governo devido aos seus pendores ditatoriais (...) Tratemos, portanto, de fortalecer as defesas da nossa democracia e de repelir a todo o transe quaisquer tentativas de aniquilamento do regime constitucional. Dentro desse regime é que estará a nossa salvação. Não levemos a estupidez, ou, se preferem termo menos duro, a cegueira ao extremo de julgar possível que a ditadura, maximo a que fôr chefiada pelo atual presidente da Republica, tenha a virtude de modificar as nossas condições de vida, tornando-as mais suaves e risonhas. Não deixemos que o senso comum nos abandone. Não acreditemos que pelo pior é que chegaremos ao melhor. Sejam sensatos (OESP, *Os regimes constitucionais*, 04/03/1954).

O cenário internacional também ganhou espaço nas páginas dos dois jornais e repercutiu também para aumentar a pressão sobre o governo Vargas. Logo no início do mês de março, ocorreu a X Conferência Interamericana em Caracas, motivada pela desapropriação de várias propriedades pertencentes à empresa estadunidense *United Fruits* na Guatemala, feita pelo presidente Jacobo Arbenz (PADRON, 1987, p. 216). Tais ações, indicadas por vários governos americanos como um passo muito sério para o comunismo (em especial o governo dos Estados Unidos) provocaram preocupações e reações de vários grupos, levando os membros da Conferência a discutirem esse aspecto. Em relação à delegação brasileira, o grupo foi liderado pelo chanceler Vicente Rao, em cuja comissão foram políticos de vários partidos, dentre eles o senador Alexandre Marcondes Filho (PTB/SP) e Afonso Arinos, entre outros nomes.

Tanto OESP quanto UH elogiaram a ação do grupo brasileiro, em especial a condução para a redação do texto final, com participação de destaque de Rao. Embora com perspectivas distintas, os jornais convergiram para a necessidade de se proteger o continente de uma possível ameaça comunista, embora reafirmassem que não devia se atentar contra a soberania guatemalteca. Com coberturas distintas (Rao era uma das boas exceções presentes no governo para o diário paulista, enquanto que o chanceler confirmava a ótima condução do país para o jornal carioca), ambos mantiveram posturas parecidas, convergindo em vários pontos no acompanhamento desse evento.

No entanto, o mesmo não se pode dizer em relação à cobertura dos atos referentes ao presidente argentino, Juan Domingo Perón. Governando o país desde 1946, o político era extremamente criticado pelo OESP e pela imprensa em geral, exatamente por ter uma linha de governo muito próxima à de Vargas, promovendo reformas trabalhistas e utilizando os sindicatos como bases de apoio às suas propostas de governo, mantendo um caráter bastante

autoritário contra seus opositores (TORRE E RIZ, 2002, p. 60-76). As associações entre o próprio Vargas e membros de seu governo com o termo república peronista eram muito frequentes, sendo que tal adjetivação, bastante negativa, era utilizada por parte desses membros da imprensa.

Na edição do dia 08 de março, foi divulgada na TI o texto “*A POLÍTICA INTERNACIONAL ARGENTINA*”, com falas do presidente argentino para os oficiais da Escola Superior de Guerra Argentina. O discurso foi transcrito e distribuído no Rio Grande do Sul por um possível grupo de oposição argentino, radicado no Brasil, indicando que Perón teria proposto a Vargas e ao presidente chileno, Gabriel González Videla, um pacto entre os três países para barrar a hegemonia dos EUA no continente e criar uma frente de resistência contra o país norte-americano (D’ARAÚJO, 1996, p. 99).

Contudo, Vargas não teria cumprido o acordo e Perón teria se queixado, indicando que a mobilização não se desenvolveu por culpa do presidente brasileiro. A fala foi divulgada no dia 09 e, na edição seguinte, a UH publicou um aviso de que o governo argentino se manifestaria com uma nota, desmentindo o fato, brevemente. No entanto, o jornal carioca não se preocupou tanto com o assunto em um primeiro momento, enquanto o diário paulista deu amplo destaque para tal fato:

A serem verdadeiras as revelações atribuídas ao general Peron sobre a transformação da política internacional das Republicas da Argentina, do Chile e do Brasil, projetada por s. exa. e aceita pelos presidentes dos outros países, evidenciar-se-ia que, antes de eleito, quando simples candidato, e nosso atual presidente da Republica já teria procurado alterar a politica tradicional do Brasil (...) Com o tratado, que fôsse estipulado entre essas Republicas, ficaria a Argentina na posição de chefe e diretor da politica internacional das três Republicas, realizando dessa forma, suavemente, sem grandes esforços, o sonho da hegemonia argentina, nesta parte do Continente americano (...) O mais que o Brasil pode fazer, depois disso, é resignar-se á vergonha de manter, á frente do governo até o fim de seu periodo legal, o homem que, depois de rebaixar á mais ínfima degradação a vida politica da Nação, tentou, ainda, colocar nosso País em posição subalterna, como simples caudatario de uma das Republicas vizinhas, no cenario da politica internacional (OESP, *Imprudencias internacionais*, de 12/03/1954).

Tão ou mais grave do que o acordo para o editorial do OESP teria sido a submissão do Brasil à Argentina e a perda de sua própria hegemonia no continente. Tal aspecto era muito caro a Júlio de Mesquita Filho que, durante seu período de reclusão em Louveira, escreveu vários ensaios que foram publicados pela primeira vez em 1946 (e que viria a ser reeditado, dez anos depois) com o título *Ensaio sul-americanos*. Nesses textos, foram discutidas várias passagens históricas da formação da sociedade brasileira, indicando sempre a superioridade

do país frente às outras nações latino-americanas (SALONE, 2009, p. 407-408). Assim como a extrema valorização de São Paulo perante os outros estados era algo constante nas páginas do jornal paulista (característica também presente na obra), a comparação também se estendia ao Brasil em relação aos países sul-americanos.

Embora a embaixada argentina tenha publicado, rapidamente, a nota desmentindo a fala, o Executivo brasileiro não se pronunciou para rebater as acusações, o que foi encarado como uma admissão de culpa pelo OESP, estendendo as acusações também ao chanceler brasileiro anterior a Vicente Rao, João Neves da Fontoura (já que esse também não tinha se manifestado), que passou também a ser alvo de acusações (OESP, *Vargas, Peron & Cia.*, 16/03/1954). Nesse mesmo dia, a UH publicou um rápido diálogo entre Vargas e um repórter da TI na coluna *O Dia do Presidente*, indicando que o presidente não se pronunciaria a respeito, embora negando o conteúdo:

O repórter de um vespertino carioca (o mesmo vespertino que divulgou um documento que já foi considerado apócrifo atribuído ao Presidente Perón, documento que já foi considerado “totalmente falso e inverossímil” pela embaixada argentina, em nota oficial) indagou ontem do Presidente Vargas (no transcorrer da recepção que o Chefe do Governo ofereceu aos Congressistas no Palácio do Catete) se o Governo ia se pronunciar sobre o assunto (...) Vargas, dando a entender que considera o assunto encerrado e fora de qualquer cogitação de sua parte, respondeu que não (...) A Embaixada da Argentina nesta capital já divulgou uma nota oficial a respeito e trata-se de um pronunciamento autorizado (...) E como o repórter insistisse, Vargas, falando pausadamente e no mesmo tom sereno mas firme, acrescentou:

- Não devemos criar motivos para atritos entre duas Nações amigas (UH, *O Dia do Presidente*, 16/03/1954).

Em linhas gerais, OESP continuou dando ênfase nessa atitude e não levando em conta o desmentido da embaixada argentina e a UH passou a criticar, nas edições posteriores, a imprensa em geral, que continuava a reavivar o assunto, que não passaria de uma fraude grotesca e que não merecia ser levada à frente. Nos dias seguintes, o jornal paulista continuou a dar ampla cobertura ao fato, sendo que na edição do dia 24 de março foram publicadas imagens de fac-símile com provas de que o discurso fora, de fato, realizado por Perón em 1953:

publicou uma pequena entrevista com João Neves da Fontoura, que teria sido apontado por Perón como o principal nome que convencera Vargas a não compactuar com o planejado. O ex-chanceler indicou que faria um pronunciamento em breve e que tinha muitas coisas a dizer; naquele momento, seu esclarecimento não foi além disso (OESP, *Pronunciar-se-á o ex-chanceler sobre o discurso de Peron*, 25/03/1954).

No Congresso, a UDN aproveitou-se do clima de instabilidade e incluiu o ocorrido no balaio de acusações e argumentações contra o presidente. Com um amplo clima de instabilidade, Aliomar Baleeiro declarou que faria um novo pedido de impeachment contra o mandatário nacional (o primeiro, em 1953 em virtude da CPI ligada à UH, não foi aceito pela maioria parlamentar), tendo em vista as várias irregularidades que surgiam com as denúncias. Em discurso do dia seguinte, o líder da maioria, o deputado mineiro e ex-ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema (PSD/MG), indicou que não havia evidências efetivas para o afastamento e que, caso esse pedido fosse feito, provavelmente teria o mesmo destino da movimentação do ano anterior.

As palavras de Baleeiro foram publicadas no dia 23 de março e, três dias depois, OESP se manifestou sobre o assunto, posicionando-se contra o impeachment. Segundo o editorial, o processo em si era legítimo, mas não conveniente para o momento por causar ainda maior instabilidade, indicando que o ideal seria o presidente afastar-se ou renunciar ao cargo, por não ter mais condições nem habilidades para manter-se:

O “impeachment” seria, nesse caso, um remédio demasiado forte para um mal já em parte rebelado. Viria, quando menos, quase no fim do atual período presidencial, provocar uma reviravolta na alta direção do País cujas consequências seriam, talvez, mais danosas que uteis (...) O mais prudente, portanto, é apertar cada vez mais o círculo-de-ferro que, em torno de s. exa., lançaram os partidos de oposição, do que levá-lo á presença do Senado Federal para o julgamento dos seus atos que constituam crimes de responsabilidade. Continuamos a pensar que a despeito de tudo quanto s. exa. tem feito de ruim, é de toda a conveniencia que chegue ao fim de seu mandato (OESP, *“Impeachment”*, 26/03/1954).

No entanto, a posição mediadora do OESP esvaiu-se com as declarações de João Neves da Fontoura sobre o caso. O ex-chanceler de Dutra e Vargas confirmou a negociação, dizendo que ele havia redigido um texto de próprio punho recusando os termos, mas não sabia se o embaixador brasileiro em Buenos Aires na época, o presidente da Caixa Econômica Federal João Batista Luzardo, havia entregue a mensagem (SKIDMORE, 1976, p. 169-170). Além disso, também indicou que Vargas e Jango teriam mantido diálogo com Peron sem seu conhecimento, fator esse que ele descobrira apenas depois de deixar o ministério. Em

editorial, OESP não poupou críticas ao antigo ministro por apenas se manifestar agora e, principalmente ao atual presidente por toda essa situação. Embora acreditasse em suas falas, colocava a situação como bastante oportunista (OESP, *As declarações do sr. João Neves*, 03/04/1954).

Enquanto UH não se manifestava sobre o assunto (ênfatizando a movimentação de Vargas para o auxílio da população trabalhadora do DF e do restante do país), OESP continuava em uma linha extremamente crítica em relação à situação. Além da questão com a Argentina que era cada vez mais aventada pela oposição, outros aspectos acabaram colaborando para a intensificação da crise política. No dia 16 de março, Vargas encaminhou ao Congresso uma mensagem tratando, basicamente, de questões ligadas à economia e, no documento, defendeu estritamente a orientação do seu governo, defendendo as taxas de câmbio, as liberações de crédito e a valorização da indústria nacional em contraponto às empresas estrangeiras, que eram bem-vindas desde que colaborassem para o desenvolvimento nacional (ou seja, deveriam ter um papel subordinado e não de protagonista no desenvolvimento industrial e financeiro do país).

Tais aspectos foram bastante problematizados pelos jornais, sendo que UH defendeu integralmente as medidas adotadas pelo governo e OESP, embora simpático a algumas medidas tomadas por Osvaldo Aranha, ainda assim via a condução da política econômica de Vargas como bastante nociva ao país, principalmente pela ênfase no desenvolvimento da indústria nacional com apoio estatal (já que o jornal defendia que, embora tal receita fosse ideal, o Brasil não possuía dinheiro nem competência para organizar-se sozinho e precisaria do apoio dos grupos estrangeiros para, em um futuro próximo, caminhar a partir de seu próprio desenvolvimento). Assim, a mensagem levada ao Congresso foi alvo de uma saraivada de críticas dos parlamentares em geral, indicando que o clima de oposição era cada vez mais exacerbado contra o presidente. Por exemplo, Heitor Beltrão (UDN/DF) fez colocações bastante contundentes e indicou que Vargas ainda não fizera nada pelo país e sua melhor ação seria deixar o cargo, de fato:

S. Ex.^a ainda não se deu conta de que está ou deveria estar governan (sic) há 3 anos, porque tôda a Mensagem está vasada no futuro: “Farei, realizarei, executarei, efetuari”! E o povo que pensava que êle devia ter começado a governar há três anos atrás!... (...) Nós, representantes do povo, sabemos, no entanto, que o Brasil caminha a passos largos para a falência e para a desgraça coletiva, se o sr. Presidente da República não nos faz a caridade de sair da frente (...) (DIÁRIOS, 1954, p. 1178)

No OESP, o tom foi ainda mais pesado, tecendo uma imagem extremamente negativa de Vargas e criticando-o de maneira acintosa, taxando-o como o pior governo da história do país:

Ninguém mais duvida que o responsavel pelo descalabro nacional é o sr. presidente da Republica (...) A elevação dos preços dos generos de primeira necessidade continua. E por que? Porque o governo, isto é, o sr. presidente da Republica, apesar das leis de que dispõe, ainda não conseguiu deter a especulação, abastecer com abundancia os mercados consumidores e favorecer, por todos os modos, a produção daqueles generos. Nunca se viu, em país algum, um chefe de governo com tantos poderes nas mãos realizar tão pouco, ou melhor, coisa alguma em benefício do povo (...) Tão continuos e persistentes são os erros do governo atual, que só nos livraremos deles se não houver, nesse meio tempo, uma catastrophe, quando lhe expirar o mandato. A um espirito incapaz de renovação, como se tem revelado o do sr. presidente da Republica, não é possivel efetivamente trocar de idéias e de processos administrativos (...) Se o sr. presidente da Republica tem amigos sinceros, acham-se estes no dever de lhe expor com franqueza a realidade brasileira e as deficiencias do seu governo. É este o unico meio que resta de livrá-lo e ao Brasil da subversão da ordem e, talvez do regime (OESP, *O responsável pelo descalabro*, 18/03/1954).

No início de abril, é possível notar uma defesa mais enfática do jornal carioca aos ataques sistemáticos dos parlamentares e da imprensa, indicando em seus textos os mesmos pontos de seus acusadores, mas sob um viés positivo. Na capa do dia 05 de abril, a edição da UH trouxe como manchete *CONGELAMENTO DOS PREÇOS!*, valorizando a medida, extremamente criticada, em geral, por poder causar uma grande distorção entre a procura e demanda. Embora o estudo realizado pela *Comissão Federal de Abastecimento e Preços* (COFAP) demonstrasse que seria muito difícil conseguir o congelamento de todos os produtos, ainda assim foi uma ação defendida pelo periódico carioca para a melhoria da situação de vida do operariado e para a prosperidade do país.

E nessa mesma edição, na coluna *Por trás da cortina*, foram feitas várias indicações contraditórias na fala de João Neves da Fontoura, problematizando que as questões que o ex-chanceler apontou como problemas eram práticas bastante rotineiras (principalmente o aspecto de líderes terem contato sem a mediação do Ministério) e que ele próprio tinha passado por isso quando fora embaixador em Portugal (durante o Estado Novo, com vários contatos entre Vargas e Salazar, que não foram mediados por ele), não existindo nenhum grande problema nessa ação (UH, *Por trás da cortina*, 05/04/1954).

No entanto, os ataques contra o governo continuaram extremamente intensos na imprensa e também no meio político em geral. E o jornal carioca intensificou a defesa do

presidente, dando, por exemplo, amplo destaque para as falas de Lourival Fontes na Câmara dos Deputados, que procurou esclarecer todos os pontos, indicando que as acusações do ex-chanceler não faziam sentido e que Vargas não tinha conspirado contra o Brasil nem procurado colocá-lo em uma condição subalterna.

Para especificar tal ocorrência, UH indicou como manchete da edição do dia 06 de abril de 1954 a seguinte frase: *LOURIVAL LIQUIDOU A PROVOCAÇÃO DE NEVES*, com um texto na própria capa explicando melhor a situação e com fotos tanto do chefe da Casa Civil quanto do ex-ministro. Procurando deixar bem claro os pormenores das ocorrências, as linhas traçadas na primeira página procuraram elucidar e valorizar a fala do ministro de Vargas em relação às acusações do ex-chanceler, sendo que a publicação carioca aproveitou o espaço para criticar intensamente João Neves da Fontoura:

Com serenidade, inteligência, malícia e irresponsável documentação, o Sr. Lourival Fontes pulverizou, ponto por ponto, o folhetim articulado pela inequívoca capacidade de odiar que o ex-Chanceler sabe mobilizar sempre que os azares da política o colocam em oposição ao sr. Getúlio Vargas (...) Em suma, a bomba de Neves saiu pela culatra. Visando comprometer o sr. Getúlio Vargas perante a opinião nacional, o sr. João Neves violou frontalmente tradições do Itamarati, até agora respeitadas por todos aqueles que já ocuparam a chefia da Casa do Rio Branco (...) De todo esse lamentável episódio, o Sr. Getúlio Vargas, como cidadão e como Chefe da Nação saiu ileso. Quem, uma vez mais, surgiu tristemente comprometido, frente ao povo brasileiro, foi este pequeno e irresponsável grupo de oposicionistas histéricos que – agora está mais do que provado – não hesitaria em arrastar o Brasil até a uma guerra, desde que isto servisse aos seus ódios políticos e à sua ambição de poder (UH, *LOURIVAL LIQUIDOU A PROVOCAÇÃO DE NEVES*, 06/04/1954).

No jornal paulista, dois dias antes fora publicado um anúncio do senador Hamilton Nogueira (UDN/DF), indicando que pediria o impeachment de Vargas. E no mesmo dia em que UH dava como certa a plena defesa do presidente, OESP indicou que após a confirmação de todos aqueles eventos não restava outra opção a não ser o impedimento do presidente:

Nessa atitude do presidente brasileiro há, evidentemente, matéria para o “impeachment”. Por questões secundárias não apoiaremos a aplicação desse castigo constitucional. Diante, porém, do ato de traição à Patria e às instituições (...) o chefe do Executivo praticou (...) sua aplicação é imprescindível (...) que põem em perigo a estabilidade das instituições, os fundamentos da democracia e a independência do Brasil não podem ficar impunes. Em que lhes somos obrigados a reconhecer que o “impeachment” é medida que não (...) deve abrir mão (OESP, *O conchavo dos caudilhos*, 06/04/1954).

Na edição do dia seguinte, OESP ridicularizou, em editorial, a defesa de Lourival Fontes e indicou que sua fala foi vazia e sem sentido, lembrando sempre que ele era um dos principais nomes envolvidos na CPI da UH e que estava em trâmite um pedido na Câmara para processá-lo por conta desse envolvimento (OESP, *As razões do governo*, 07/04/1954). No entanto, nenhuma dessas tratativas prosseguiu, sendo que a ideia de impeachment não prosperou na Câmara novamente. Ainda assim, as acusações contra Vargas e seu governo continuaram muito intensas nas páginas do OESP e sua defesa, como contraponto, nos textos da UH, em uma disputa que transitava entre os campos da política e da imprensa, em uma intrincada simbiose.

Concomitante com a polêmica envolvendo Perón e a política externa (além de todas as críticas levantadas pelos mais variados motivos), a questão do salário mínimo continuou envolvendo larga discussão nos dois periódicos. O anúncio oficial do reajuste seria dado no Dia do Trabalho, e vários órgãos passaram a especular sobre qual o valor do aumento. Em seus editoriais e textos opinativos, tanto OESP quanto UH defendiam a alta do rendimento, embora em perspectivas distintas: o diário paulista era radicalmente contra a proposta de Jango, indicando que o valor proposto aumentaria ainda mais a inflação e o custo de vida da população, tornando o novo valor inútil; além disso, também temia que os empregadores não conseguissem honrar suas folhas salariais, causando demissões e redução da produção, o que deixaria o nível de vida ainda mais caro, e a precariedade econômica e social aumentaria exponencialmente.

Já o jornal carioca defendeu o aumento proposto por Jango em conjunto com o congelamento de preços, indicando que esses dois caminhos eram os mais importantes para a estabilidade financeira do trabalhador. No entanto, deu espaço também para a discussão de outras propostas, levando em conta que com a demissão do presidente nacional do PTB dificilmente Vargas sancionaria esse novo valor. Na capa da edição do dia 12 de abril, a manchete destacou uma proposição do *Conselho Nacional de Economia* (CNE), indicando o mínimo a CR\$ 1.600,00, aumento de pouco mais de 30% (UH, *SALÁRIO DE CR\$ 1.600,00*, 12/04/1954). No dia seguinte OESP repercutiu sobre essa proposta, dando destaque à fala do presidente da instituição, o economista Otavio Gouveia de Bulhões, de que o aumento era menor do que a subida do custo de vida em relação ao último reajuste do salário mínimo, mas que partia do princípio de que o governo reduziria os preços dos produtos em contrapartida, como uma forma de equalizar melhor esse processo:

O sr. Otavio Gouveia de Bulhões (...) acentuando que a medida foi sugerida “no pressuposto de que o Governo, combatendo a inflação, consiga reduzir o atual custo de vida”. E acrescentou: “É preciso esclarecer que o ultimo aumento verificado nos diversos generos e mercadorias não tem causas reais e sim psicologicas. Falou-se em grandes aumentos de salarios e congelamentos de preços. E, diante disso, as classes produtoras cuidaram logo de aumentar os preços dos seus produtos. Essa majoração pode ser, portanto, revogada, para voltarmos aos niveis de meses atrás” (OESP, *Propõe o CNE o salario mínimo de Cr\$ 1.600,00 para São Paulo e Rio*, 13/04/1954).

Nesse mesmo dia, o diário carioca deu destaque para declarações do ministro da Fazenda, indicando que o novo valor deveria ficar entre CR\$ 1.700,00 e CR\$ 1.800,00. A informação, destacada na capa, foi passada pelo jornalista Daniel Caetano na sua recém-inaugurada (e efêmera) coluna *MUNDO dos NEGÓCIOS*, na qual ele discutia vários assuntos relacionados às questões econômicas (ele acabara de cobrir a *Conferência Interamericana* em Caracas). Dialogando com o parecer do CNE e com a conjuntura do período, o autor fez a seguinte análise:

Na base das informações colhidas depois que o trabalho do Conselho foi divulgado, o salário-mínimo a ser anunciado pelo Presidente da República não será tão alto como João Goulart desejou que fôsse, mas, por outro lado, não será tão baixo como o exame absolutamente técnico da questão aconselha. O sonho dos 2.400 cruzeiros já foi desfeito há muito, como um mal sonho que efetivamente era, pelo que se conclui da judiciosa argumentação do CNE (...) O “staff” Aranha já elaborou o seu parecer e ao que se sabe, o aumento sugerido aí é da ordem de 50 por cento sobre o atual salário-mínimo (...) Mas considerando outros pontos de natureza técnica que não vem ao caso referir aqui, Aranha seria da opinião que se fixasse a base entre 1.700 e 1.800 cruzeiros (...) (UH, *ENTRE 1.700 E 1.800 CR\$ O SALÁRIO MÍNIMO*, 13/04/1954).

O jornal paulista concordou com a visão de Bulhões e também apoiou a medida de um grupo de empregadores paulistas que propôs o mesmo teto de Aranha (em relação às declarações desse, OESP não comentou) visto com entusiasmo em editorial (OESP, *O salario minimo e os empregadores paulistas*, 15/04/1954). Nove dias depois, novas informações que teriam vindo de fontes ligadas a Osvaldo Aranha indicavam, em declarações na UH, que o salário-mínimo teria o valor de CR\$ 2.000,00, chegando mais próximo das reivindicações de vários grupos trabalhistas (embora o ideal, segundo a publicação carioca, ainda fosse o montante proposto por Jango) (UH, *O dia do presidente*, 24/04/1954).

Entre essas especulações e o anúncio feito no início de maio, foi discutida na Câmara a emenda parlamentarista, lei de autoria do médico, presidente do *Partido Libertador* (PL) e

deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Raul Pila. Desde as discussões da Assembleia Constituinte, em 1946, o deputado tentara instituir, sem sucesso, na Constituição brasileira o sistema parlamentarista, indicando que esse era o melhor para a democracia e que faria com que o Brasil se desenvolvesse melhor nesse período democrático. Conforme suas próprias palavras na Assembleia Constituinte:

O sistema parlamentar, muito menos conhecido entre nós, apesar dos brilhantes resultados produzidos no Império (...) estabelece o regime parlamentar uma distinção de grande importância entre chefes da Nação e chefe do governo. São realmente duas funções diversas e, por vêzes, antagônicas; devem caber, por isto, a duas pessoas distintas (...) Demais, Sr. Presidente, poderes independentes e harmônicos constituem uma contradição nos termos. Harmonia é uma relação definida entre as coisas. Se os poderes são entre si independentes, não serão harmônicos. E, se harmônicos são, serão fatalmente interdependentes. A simples lógica, que não as leis gerais da organização, bastaria a condenar a doutrina presidencialista, por sua contradição insanável. No sistema parlamentar, pelo contrário, os dois poderes são distintos, não se deixam absorver um pelo outro, mas reagem mutuamente, como em todo organismo normal, e reagindo; estabelecem a interdependência que os harmoniza (...) O governo presidencial reduz-se a uma ditadura constitucional. O contrário disto é o que sucede com o parlamentar, onde a nação está sempre presente, porque o governo depende da confiança do Parlamento e este pode, a qualquer momento, ser chamado a prestar contas ao eleitorado. Em suma, a força da opinião pública esgota-se no mecanismo presidencial, ao ser dado o impulso inicial; continua, pelo contrário, ativa e eficiente no mecanismo parlamentar (ANAIS, v. VI, p.387-389).

Levada à votação, a emenda foi derrotada no plenário da Assembleia (SOARES, 1998, p. 597). No entanto, o deputado não deixou a ideia de lado e continuou defendendo o projeto de lei, e, em 1949, conseguiu o apoio de algumas bancadas para apresentá-lo novamente, embora não chegasse a ser votado. Ainda assim, fez árdua defesa do sistema, tecendo um contraponto bastante interessante com o relator da proposta, o líder da Banda da UDN, Afonso Arinos²⁸. Três anos depois, a proposta foi aprovada para votação e, após emendas e muitas discussões, foi colocada como pauta em 1954, quando vários parlamentares passaram a visualizar esse sistema como uma saída para a crise política instalada no Brasil. No entanto, a proposta foi novamente rejeitada.

Nem o OESP nem a UH concordavam com essa forma de governo. O jornal paulista apontou o Parlamentarismo como uma quebra da tradição presidencialista do Brasil, pois essa “novidade” não traria nada de novo, já que a classe política, em sua maioria, não era digna e a situação continuaria indo de mal a pior (OESP, *A emenda parlamentarista*, 20/04/1954). Já o

jornal carioca indicava que a redução de poderes do presidente era uma espécie de “golpe”, pois mudaria as regras da organização institucional durante um mandato, o que feriria os princípios básicos da Constituição e que servia, na prática, apenas para limitar os poderes de Vargas, não para o melhor funcionamento das instituições políticas nacionais (UH, *Parlamentarismo e Autonomia do Distrito Esta Semana na Câmara*, 19/04/1954).

Além dessa tentativa de mudança, os congressistas da UDN também lutaram para implantar a tese da maioria absoluta. O partido cogitou retomar a proposição feita em 1950, restituída por Aliomar Baleeiro em uma entrevista indicando que caso um candidato ao Executivo não atingisse 50% mais 1 voto os dois mais sufragados passariam por uma eleição indireta, com os congressistas escolhendo o vitorioso (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 20/04/1954).

Nesse ponto, novamente os jornais divergiram: OESP defendeu com bastante ênfase a adoção desse sistema, uma vez que, em conjunto com a adoção da cédula oficial (instituição de um documento único, distribuído pelo Estado com todos os nomes para ser votado), seriam os dois principais pontos de moralização do sistema político brasileiro (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 20/04/1954). No caso da maioria absoluta, evitaria que um representante governasse com menos da maioria dos votos (no caso de Vargas, ele recebeu quase 49% dos votos – caso a lei existisse naquele contexto, ele seria votado no Congresso, juntamente com Eduardo Gomes, segundo colocado), tornando o processo mais justo. Já UH era contra, por indicar que tal medida não seria democrática, pois não respeitaria a vontade da maioria dos eleitores (mesmo que não representassem mais da metade da população) e poderia eleger o segundo colocado, que seria um claro contrassenso à escolha feita nas urnas (UH, *Pânico Entre os Opositores*, 01/06/1954).

Para além desses aspectos políticos, a questão do salário-mínimo ganhou proporções ainda mais intensas com a divulgação, durante os festejos do dia 1º de maio, de seus novos valores. Tanto na data anterior como no dia da cerimônia, os jornais aumentaram ainda mais a especulação em relação ao novo montante, sendo que a publicação paulista demonstrava uma perspectiva pessimista, indicando que os novos vencimentos deveriam ser próximos a CR\$2.000,00 e que tal aspecto seria muito ruim para os produtores e para o país em geral:

Como temos assinalado varias vezes nestas colunas, ninguém é contrário á elevação (...) dos salarios atuais (...) A base sugerida pelo ex-ministro do Trabalho é, no conceito geral, assaz elevado. Só parece razoavel para os que

²⁸ Os pareceres de Arinos e as respostas de Pila foram compilados, bem como toda a documentação de 1952, na obra *Presidencialismo ou Parlamentarismo?* (1999), lançada pelo Senado Federal.

vêm o aumento imediato do seu salário, mas não vêem a repercussão que esse aumento vai produzir tanto nas atividades particulares como no domínio oficial (...) Decretado nessa base, irá provocar um movimento geral, tanto no funcionalismo civil como no militar, para que aos servidores da Nação se pague também o salário nessa proporção (...) É provável que em grande número de empresas se verifique a necessidade de reduzir o número dos operários. Muitos serão forçados, talvez, a fechar as portas (...) Veremos dentro de algumas horas se o sr. Presidente da República soube ser, neste caso, um chefe de Estado carregado de prudência ou se se revelou apenas um demagogo sem critério e, digamo-lo com toda a franqueza, sem patriotismo (...) (OESP, *O problema do salário*, 01/05/1954).

Já a expectativa da UH era que o salário (segundo informações vindas de fontes do Executivo) seria de CR\$ 2.400,00 no DF e de CR\$ 2.300,00 em SP (UH, *EXPECTATIVA DO SALÁRIO-MÍNIMO*, 30/04/1954), indicando as notícias, mas sem nenhum texto opinativo sobre o assunto. E, confirmando a expectativa do jornal carioca e frustrando os interesses do diário paulista, em pronunciamento transmitido ao vivo pelas emissoras de rádio, foi anunciado o conteúdo que viria a ser publicado no Decreto nº 35.450, fixando os valores conformes as horas trabalhadas e o custo de vida em regiões distintas, confirmando os dígitos publicados pelo periódico de Wainer e, em nível nacional, o valor de CR\$ 2.200,00 (BRASIL, 1954, p. 8.062).

Em seu pronunciamento, Vargas ratificou as bases de sua política econômica, colocando-se ao lado dos trabalhadores e indicando que o país desenvolvera-se fortemente do ponto de vista econômico e que grande parte dessa riqueza não havia sido compartilhada com o operariado. O país vinha em uma ascendente escala de crescimento e, no ano anterior, o Produto Interno Bruto subira 4,7%, embora a inflação tivesse chegado a 20,6%²⁹. Ao mesmo tempo em que se produzia cada vez mais riqueza no Brasil, o custo de vida aumentava e a tendência era de que a renda se concentrasse cada vez mais nas mãos de poucos. Nessa perspectiva, o discurso do presidente procurou reconfortar os assalariados em um momento de intensa agitação política e também econômica:

Quando, em 1951, assumi o governo, um dos meus primeiros atos foi determinar a revisão dos níveis de salário mínimo, fixando novos montantes que até hoje vigoram (...) A rápida industrialização e a expansão econômica do país geraram uma acentuada desproporção entre o nosso surto de progresso e o nível dos salários. O crescimento vertiginoso da arrecadação do imposto de renda, que subiu de 310 milhões em 1939 para 10 bilhões em 1953, mostra que o aumento da riqueza privada e o vulto dos lucros das

²⁹ Dados retirados de <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D97C18E8F0195>. Acesso em 14 jul. 2016.

classes abastadas estão em contraste chocante com o índice dos salários (D'ARAÚJO, 2011, p.758)

Além de reforçar a questão dos dados econômicos, o presidente deixou bem claro em seu pronunciamento a influência decisiva da ação de João Goulart, um dos principais articuladores da política trabalhista e do benefício concedido, naquele momento, para os trabalhadores de todo o Brasil:

Para chegarmos ao feliz resultado que hoje se concretiza, muito contribuiu a ação dos sindicatos de trabalhadores de todo o país, ao reivindicar, usando os seus direitos, uma remuneração mínima indispensável para satisfazer as suas necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (...) Nesta campanha em que estivemos juntos e em que juntos partilhamos a alegria da vitória, é justo ressaltar a participação destacada do ex-ministro do Trabalho João Goulart, incansável amigo e defensor dos trabalhadores, que se desvelou dia e noite nos seus esforços para atendê-los; do atual ministro interino, Hugo de Faria, que soube continuar a obra de seu antecessor; e do ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, que deu valiosa colaboração da sua experiência e do seu conhecimento aprofundado dos assuntos econômicos e financeiros aos estudos para conseguir uma fórmula capaz de corresponder aos desejos dos trabalhadores (D'ARAÚJO, 2011, p.758-759).

Por fim, Vargas anunciou mudanças relacionadas à Previdência Social, extensão do apoio ao trabalhador rural, ampliação de benefícios do *Serviço de Alimentação da Previdência Social* (SAPS), entre outros. O encerramento do discurso trouxe uma espécie de incitação dos trabalhadores a uma maior participação da política, indicando que o governo estava se esforçando ao máximo para melhorar, cada vez mais, a vida das pessoas. De maneira geral, o discurso procurou, ao máximo, potencializar a construção da narrativa de que o presidente continuava próximo da população, mesmo no ambiente conturbado pelo qual o país passava, confirmando a perspectiva da tutela dos trabalhadores pelo Estado, característica fundamental do trabalhismo estruturado durante o Estado Novo e indicado por várias obras analíticas (GOMES, 2005, p. 301-302). Ou seja, todos os esforços do governo estariam a favor dos mais fracos e contra os patrões, os grandes “espoliadores” das riquezas nacionais:

Para isso não cabe nenhuma hesitação na escolha do caminho que se abre à vossa frente. Não tendes armas, nem tesouros, nem contaís com as influências ocultas que movem os grandes interesses. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos. União e Organização devem ser o vosso lema (...) Há um direito de que ninguém vos pode privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituíis a

maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo (...) Trabalhadores, meus amigos, com a consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter (D'ARAÚJO, 2011, p. 762-763).

A partir desse discurso e da confirmação dos novos montantes do salário-mínimo, bem como da retórica acentuada dos pressupostos da cultura política trabalhista, a reação contra Vargas foi ainda mais intensa. Tal medida, de certa forma, teve uma tônica dissonante daquelas tomadas até então pelo governo, uma vez que tal ação trazia uma perspectiva de confronto direto com a oposição, já que o aumento em 100% não fora apoiado por esse grupo, em nenhum momento. No entanto, se o presidente abria mão da conciliação nesse aspecto, não renegava a própria gênese de seu governo, proposto em suas ações e em sua própria campanha: o contato direto com as “massas” e a movimentação para um melhor padrão de vida da população, independentemente da postura dos partidos em si, indicavam como sua postura trazia ainda vários elementos do Estado Novo, suscitando convergências e divergências conforme as culturas políticas postas.

É possível admitir, a partir desse ponto, que a conciliação partidária buscada por Vargas não era, necessariamente, no intuito de que os partidos governassem com ele, mas sim que auxiliassem em um projeto “maior”, em uma construção de benefícios para a população, que transcenderiam a esfera da política institucional, buscando melhores condições para todos. Ao mesmo tempo em que não rompia com os industriais e comerciantes, buscava consolidar seu nome perante o operariado e trabalhadores urbanos em geral, tentando manter-se em evidência perante esses grupos:

No fogo cruzado, entre partidos, ideologias e interesses econômicos opostos, Getúlio esperava encontrar uma saída da crise que representasse o caminho do meio e evitasse radicalizações. Buscava um bloco de apoio, que não conseguiu. Com o aumento salarial, visava as eleições de 1954 e procurava se antecipar à campanha do Partido Comunista pelo aumento de 100% do salário, que se seguira aos movimentos da “panela vazia” e contra a carestia. Tentava também conquistar o voto dos eleitores urbanos das áreas populares, na mesma estratégia populista usada por Ademar de Barros e Janio Quadros em São Paulo. A linha da conciliação varguista nesse momento oferecia aos industriais oportunidades de crescimento econômico e aos trabalhadores urbanos melhores condições de vida (LEOPOLDI, 1994, p. 201).

No entanto, a repercussão da confirmação do aumento, em geral, fora bastante complexa. Mesmo antes da definição dos valores, a reverberação sobre uma possível “guinada à esquerda” do governo já era muito intensa. Na edição do dia 21 de abril, OESP comentou uma reportagem publicada na revista estadunidense *Saturday Evening Post*, assinada por

Daniel James e intitulada *Cabeça de Ponte Vermelha na America*, indicando que a América Latina tem sido um local de infiltração soviética por conta da negligência estadunidense, preocupada em conter o avanço dessa ideologia na Europa e na Ásia e que não teria se preocupado com a região mais próxima, indicando que, além da Guatemala, Brasil e Argentina seriam os países mais suscetíveis à infiltração comunista, com especial atenção para a ação de Luís Carlos Prestes e de João Goulart, que estariam articulados, sendo que esse último já estaria sendo preparado, por Vargas, para ser candidato à presidente (OESP, *O comunismo na America*, 21/04/1954).

Embora não houvesse ainda nenhuma articulação para a presidência, em uma reunião dos presidentes de diretório do PTB, em 09 de abril, Jango foi mantido como autoridade máxima do partido e lançado candidato ao posto do Executivo nacional. Na edição do dia seguinte, UH fez uma ampla cobertura sobre o assunto, com fotos de todos os principais nomes do partido e dando amplo destaque às suas declarações (UH, *Carta Branca Para Jango Dirigir o Trabalhismo*, 10/04/1954). Três dias depois, o jornal carioca publicou, na coluna *Dia do Presidente*, uma declaração de Vargas indicando que Jango era seu “representante” oficial dentro do PTB, que sua fala e ações representavam a visão do presidente dentro do partido:

Os petebistas, através de seu intérprete, na ocasião – o Sr. Anibal Di Primo, Presidente do PTB gaúcho, que pronunciou um inflamado e incisivo discurso – fizeram questão de reafirmar, cada um, sua inteira solidariedade a Vargas e a Jango Goulart, em termos categóricos (...) Em resposta a tão reiteradas manifestações de apoio, Vargas pronunciou algumas palavras, agradecendo a visita (...) A certa altura, Vargas, referindo-se de modo especial à atuação do Sr. João Goulart no comando do trabalhismo nacional, declarou, textualmente, que “João Goulart representa o meu pensamento dentro do Partido e os que o apoiam devem continuar a fazê-lo como se fôsse eu próprio.” (UH, *O Dia do Presidente*, 13/04/1954).

A imprensa, em geral, batia na tecla de que Vargas demitira Jango, mas que, na prática, o presidente nacional do PTB continuava tendo a mesma influência de antes e o governo mantinha seu direcionamento trabalhista, o que preocupava imensamente os opositores a essas medidas (FERREIRA, 2011, p. 119). Em relação ao apoio declarado de Vargas, OESP não aprovou essa proposição e criticou veementemente a relação, indicando novamente que o ex-ministro do Trabalho era, na verdade, um agente comunista infiltrado pelo mandatário nacional para a agitação política e, embora o presidente não partilhasse da ideologia soviética, utilizava-se dela para seu plano de perpetuar-se no poder, deixando a Constituição e a democracia de lado, como já fizera em 1937 e estaria em vias de realizar

novamente (OESP, *A demagogia presidencial*, 28/04/1954). No dia seguinte, as acusações no diário paulista foram ainda mais intensas contra Goulart, embora indicasse que ele estaria em descrédito com vários sindicatos e que esse anúncio dos trabalhadores não teria tido acolhida entre as principais lideranças operárias e trabalhadores (OESP, *Tenta o ex-ministro do Trabalho articular a greve geral no País*, 29/04/1954).

Nessa mesma data, nas páginas do jornal carioca, foi publicada uma entrevista com o líder portuário Duque de Assis, indicando que de nada adiantaria o aumento do salário sem o congelamento dos preços. Embora o governo não tivesse se pronunciado diretamente sobre o assunto, UH defendia a pauta com respaldo de vários nomes ligados ao trabalhismo. Duque de Assis foi ainda além declarando que o congelamento dos preços não seria eficiente sem as reformas de base, uma vez que eram necessárias mudanças estruturais no país, não apenas pontuais, para que os trabalhadores tivessem melhores condições de vida (UH, *Impraticável o Congelamento Sem a Aplicação de Reformas de Base*, 29/04/1954).

Dentro desse panorama, a confirmação do aumento do salário-mínimo com os valores indicados por Jango foi recebida de maneira extremamente negativa e, para OESP e a oposição em geral, como um sinal de alerta bastante perigoso para o que poderia acontecer no país. Após apontar que o presidente tinha cedido ao “rapazola” (termo que o jornal paulista usava constantemente para referir-se ao ex-ministro do trabalho), indicava que ambos (e o PTB, em geral) buscavam promover a luta de classes no país e que tal ponto tinha como plano principal a permanência no poder, aos moldes do que tinha sido feito em 1937:

Neste caso do salario minimo o sr. presidente da Republica não surpreendeu o Brasil com a atitude (...) Deu-lhe o que sempre tem dado, isto é, a exibição de um demagogo desprovido de criterio, repleto de ambições, adversario irreconciliável da sensatez. A nova base do salario minimo (...) é perigosissima. Vai influir decisivamente na elevação do custo de vida e provocar emissão de papel-moeda para que o Tesouro possa acudir dos novos encargos (...) A elevação dos salarios, na forma por que se fez, obedeceu, sem duvida ao proposito, já assinalado, de restaurar o prestigio do sr. presidente da Republica perante as massas trabalhadores e ao de recomendar a essas massas o nome do ex-ministro do Trabalho para a futura presidencia da Republica. Trata-se de verdadeira manobra domestica para, com a ruina da economia nacional, elevar ao governo o jovem demagogo que, em meio dos seus milhões, se entrega ao divertimento de ser trabalhista e de se apresentar como irmão-dos-pobres, dos quais o presidente já é o pai, desde muito tempo (...) Com a candidatura desse rapaz teremos, inevitavelmente, no cenario da politica brasileira, uma autentica luta de classes. As massas virão disputar o governo da Nação, na pessoa desse (...) candidato, as outras classes, guiadas, até agora, por homens de bom senso e de patriotismo (OESP, *Entre a razão e a demagogia*, 04/05/1954).

Já a UH não dedicou editoriais específicos para a repercussão do ato, embora as notícias e os colunistas estivessem voltados, nas primeiras edições de maio, para os desdobramentos de tal ação. Dentre os textos estruturados, todos estiveram no mesmo compasso, reafirmando a ideia de Vargas como alguém fiel aos pressupostos indicados em campanha e consigo próprio, valorizando os de baixo, os desprovidos, os desvalidos. Além disso, o jornal carioca também deu amplo espaço para a repercussão em outros meios e conclamou a população a dar um suporte maior para as ações governamentais, como exposto na coluna de Luís Costa:

O discurso de Primeiro de Maio (...) constituiu, sem dúvida, um documento da mais alta importância, não só pela alta significação social e política das medidas nele anunciadas em benefício dos trabalhadores brasileiros, mas sobretudo por encerrar uma clara e inequívoca reafirmação de princípios, um novo e categórico testemunho da inalterável fidelidade de Vargas à sua causa – ou seja, à causa da reforma social (...) A posição tomada por Vargas (...) vale como um teste definitivo de sua fidelidade a seus compromissos com as massas operárias e isso lhe custará por certo mais algumas campanhas de difamação e de intriga. Mas ele não hesitou um só momento, mesmo quando pareceu ficar sozinho no seu ponto de vista (...) Mas se Vargas se manteve fiel a seus compromissos para com os trabalhadores, é preciso que estes, reciprocamente, não lhe faltem com o seu apoio – apoio absolutamente indispensável, menos a ele do que à vitória da própria causa do operariado nacional e do progresso do país. E não há para o trabalhador brasileiro melhor forma de retribuição dos benefícios recebidos do que o próprio trabalho, isto é, produzir cada vez mais. O aumento da produção é o meio mais eficaz de evitar a alta crescente do custo da vida e, portanto, de impedir que as medidas de amparo tomadas pelo Governo em benefício dos trabalhadores se tornem inócuas, não alcancem os resultados desejados (UH, *O Dia do Presidente*, 03/05/1954).

No entanto, as críticas negativas foram ganhando mais espaço à medida que vários políticos da UDN passaram a defender abertamente (e mais intensamente) a saída do presidente, após a elevação do salário mínimo. O contraste nas publicações era muito evidente, sendo que no OESP os editoriais de vários dias posteriores ao 1º de maio foram dedicados a criticar a medida e indicar os efeitos negativos que já estaria causando no Brasil, enquanto que UH continuou a estruturar vários textos e análises demonstrando como a medida (que seria implantada somente a partir de julho) já melhorara os ânimos dos trabalhadores e que a economia estava reagindo de maneira bastante positiva a tal aumento:



Imagem 10 – Comparação entre os jornais. Na figura à esquerda, texto e fotos de trabalhadores de São Paulo felicitando Vargas e pedindo aumento aos seus patrões (edição da UH do dia 07/05/1954). Já na página da direita, praticamente todas as matérias da última página do OESP foram dedicadas a vários órgãos de produtores, industriais e comerciantes, criticando os novos valores e organizando-se para entrar na justiça contra o decreto nº 35.540 (edição do OESP de 13/05/1954).

A reação mais intensa foi a dos industriais de Minas Gerais, que foram os primeiros a manifestar-se a favor de uma intervenção jurídica para barrar o aumento, sob o argumento de que ajustar o salário de seus empregados seria inviável para os empregadores. Nas edições do dia 11 de maio, ambos os jornais deram destaque para o ato: nas páginas do diário paulista, o clima estruturado era alarmante, deixando claro que, caso o governo não revisasse o novo valor do salário no estado mineiro, muitas demissões aconteceriam (algumas já teriam ocorrido) e que vários produtores entrariam em greve, estagnando a produção (OESP, *AMEAÇAM ADOPTAR REPRESALIAS AS CLASSES PRODUTORAS DE MINAS*, 11/05/1954).

Já no periódico carioca, foram publicados dois textos entrelaçados em uma mesma notícia: um repercutindo uma nota publicada pela *Federação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais* (que agradecia Vargas e dizia que tal medida era de extrema necessidade) e outro indicando que o valor da nova remuneração foi considerado muito alto, principalmente para as cidades do interior mineiro e que seus representantes entrariam em contato com o governo para negociar (sendo que o tom desse texto era muito mais apaziguador do que o usado nas linhas do OESP) (UH, *A Batalha do Salário-Mínimo em Minas Gerais*, 11/05/1954).

Assim, o início do mês de maio trazia mais um motivo de intensa disputa no campo político entre governo e oposição, sendo que tal embate ganhava contornos bastante intensos também no campo da imprensa. Somada à CPI do ano anterior, a questão do aumento do salário mínimo e a manifestação militar acabaram construindo uma instabilidade bastante ampla e grave para Vargas, cuja governabilidade se tornava cada vez menor. E ambos os jornais aumentavam o tom, com OESP usando termos cada vez mais virulentos e diretos contra o mandatário, enquanto que a UH dividia-se entre textos defendendo-se das acusações e dando ênfase em realizações e melhorias no cotidiano das pessoas nos centros urbanos (em especial no Rio de Janeiro), demonstrando que o país não estava paralisado, como muitos críticos colocavam.

Com esse reordenamento do *habitus* e com as posições cada vez mais consolidadas nessa disputa no campo jornalístico (que continuava imbricado com o campo político), ambas as publicações continuaram suas análises e atuações nos meses seguintes, tendo apenas um ponto de convergência em todas suas análises: Getúlio Vargas.

4. O FIM DO GOVERNO VARGAS E O APÓS: NOVAS POSIÇÕES NO CAMPO DA IMPRENSA

O GOVERNO de Getúlio é, pois, além de imoral, ilegal (...) É um governo de banditismo e de loucura (...) Nenhum homem digno pode a êle pertencer, pode tolerá-lo sequer, sem arrastar-se com êle na lama de sua indignidade funcional e política (...) darei o resto da minha vida para que o espírito Vargas, a infâmia Vargas, o crime que se chama Vargas, essa frieza moral, essa ambição sinistra, essa mentira cínica, essa promiscuidade porca de um govêrno que rouba o povo para com o dinheiro do povo enganar o povo, desapareçam da face desta nação tão digna de melhores dias e de homens mais dignos à frente de seus destinos (TI, *Começou a impostura dos mandantes*, 06/08/1954).

4.1 O surgimento do *Corvo* e as divergências políticas: pontos de inflexões

Concomitantemente com a crise política, um acontecimento na capital federal traria um novo enfoque para as páginas do diário carioca e, de certa forma, mudaria a dinâmica do jornal dali para frente, além de causar mais um forte abalo na política nacional. Na madrugada do dia 11 para o dia 12 de maio, o jornalista do periódico *A Noite*, Nestor Moreira, após passar a noite em um bar, embarcou em um táxi e acabou discutindo com o motorista, por conta do valor cobrado. Após essa divergência, foram para o 2º Distrito Policial em Copacabana e, ao chegar ao local, o repórter foi atendido pelo policial Paulo Ribeiro Peixoto, conhecido na cidade pela alcunha de *Coice de Mula*.

O profissional em questão era especializado em apurar crimes e, constantemente, cobria casos nas delegacias, juntos a policiais e investigadores. Nos últimos dias, estivera empenhado no acompanhamento das investigações para apurar a morte da francesa Renée Aboab, funcionária da 20th Century Fox no Brasil, encontrada estrangulada em seu apartamento em fins de abril (SANDER, 2010, p. 37-39). Ao ser reconhecido pelo policial, o jornalista foi revistado e, após o procedimento, acusou o agente de ter roubado CR\$ 1.000,00 de sua carteira. Por conta dessa declaração, Moreira foi espancado na frente do motorista e de outros funcionários, sendo levado ao delegado que, após averiguar todas as ocorrências, teria pago a corrida de táxi do repórter com seu próprio dinheiro e liberado-o (SANDER, 2010, p. 53-56).

No entanto, o repórter teria deixado o distrito com muitas dores e bastante machucado. Por conta disso, na manhã seguinte foi até o hospital Miguel Couto, onde foi internado imediatamente. Logo que chegou ao centro médico, membros da imprensa foram até ao local para cobrir o acontecimento, sendo que Edmar Morel foi um dos primeiros a chegar até o

jornalista. Tanto o repórter da UH como vários outros passaram a ligar o caso ao acompanhamento das investigações do assassinato de Renée Aboab, pois o jornalista de *A Noite* vinha publicando várias reportagens com informações que, muitas vezes, a própria polícia não possuía; coincidentemente, o caso estava sediado no 2º Distrito, e conduzido pelo mesmo grupo envolvido na agressão (SANDER, 2010, p. 56-65).

Esse acontecimento seria mais uma variável de extrema influência para a conjuntura política e para a imprensa. Em geral, os jornais utilizaram o ocorrido para criticar o governo Vargas pela truculência da ação policial, principalmente contra seus opositores (embora *A Noite* fosse um dos poucos jornais que, em linhas gerais, fazia uma cobertura positiva, embora crítica, do atual presidente), indicando que ele continuava instruindo sua polícia a comportar-se nos moldes do Estado Novo, mesmo estando em uma democracia. OESP, em um primeiro momento, noticiou o fato apenas de maneira descritiva, mas não demorou a associar os fatos também ao autoritarismo do mandatário, fazendo uma relação direta entre o acontecimento e o governo:

Enumeramos anteontem os alarmantes sintomas – sensíveis nas feições conturbadas da vida publica nacional – de que o sr. Getulio Vargas, incompatível, como sempre o foi, com a legalidade, está disposto a mergulhar o Pais numa outra aventura caudilhesca, para perpetuar-se no poder e fruir as delicias do governo de arbítrio (...) Sua policia (...) agride estupidamente jornalistas, no desempenho legitimo do seu mister profissional. O caso do repórter Nestor Moreira, vitima da truculência dos esbirres do ex-ditador, que o chacinaram, deixando-o agora a pender entre a vida e a morte, é bem o simbolo da ordem legal, confiada às mãos do sr. Getulio Vargas (...) Este crime, que comoveu o Pais inteiro, é o sinal mais evidente de que o sr. Getulio Vargas se considera de todo dispensado de dar satisfação à opinião publica, julgando letra morta o texto da Constituição (...) Quanto às Forças Armadas, já sabem estas, felizmente, a quantos andam com o politiquero agitador o demagogo. E temos razões para acreditar que elas não desampararão o Pais, permitindo que o velho (...) caudilho continue (...) em sua sistemática destruição do regime constitucional (OESP, *A caminho da violência*, 18/05/1954).

Já a UH foi na contramão dessa visão, embora tenha explorado o caso tanto quanto ou mais do que os outros jornais. Enquanto nos principais órgãos opositores a associação era direta entre o autoritarismo policial e o governamental, nas páginas do diário carioca o fato foi completamente desassociado do Executivo, sendo que, quase diariamente, membros ligados à Vargas davam entrevistas (em especial o Ministro da Justiça) demonstrando empenho em solucionar o caso, inclusive prendendo os envolvidos na agressão.

Já na edição do dia 13 de maio, o jornal dedicou praticamente toda a capa ao acontecimento, com fotos de Nestor Moreira no hospital, bastante debilitado. Além desse

destaque, uma página inteira foi dedicada ao assunto, com uma cobertura minuciosa de Edmar Morel, que teria sido impedido de falar com os presos e com alguns policiais no 2º Distrito, mas que, após muita insistência e negociação, conseguira entrevistar alguns deles para tentar saber o que havia ocorrido, de fato (MOREL, 1999, p. 222-223):



Imagem 11 – Parte superior da capa de UH do dia 13/05/1954, tendo como destaque no canto superior direito a imagem de Nestor Moreira no hospital e, na parte inferior à direita, uma imagem de Edmar Morel acompanhando o caso. Na imagem central, dois policiais: o da esquerda é Paulo Ribeiro Peixoto, o *Coice de Mula*; já o da direita é Claudionor Batista, que também estaria envolvido no espancamento.

Também foi feita uma denúncia nessa edição do jornal carioca (que seria repetida em outras edições) de que a polícia teria tentado encobrir o caso, indo atrás do motorista do táxi e obrigando-o a comprometer-se a não se pronunciar sobre o caso. A partir disso, UH passou a exigir a condenação imediata dos culpados, indicando o descalabro em que estava a instituição policial carioca. Embora apontando os mesmos problemas que os outros periódicos, o enfoque era completamente diferente: o saneamento nas estruturas deveria ser feito e o governo estava empenhado em realizá-lo, não sendo culpado das más ações

praticadas e nem da situação atual, mas antes um grande interessado em resolver os problemas postos.

Assim, Edmar Morel passou a percorrer os presídios e delegacias de toda a capital, procurando expor as precárias condições em que se encontravam os estabelecimentos. Após sofrer várias ameaças, o repórter começou a publicar uma série de reportagens, indicando todos os abusos encontrados e, como já foi dito, as precárias condições dos estabelecimentos visitados (MOREL, 1999, p. 225-226).

Após amplo destaque no dia 18, indicando uma grande reforma projetada na política e elogiando imensamente a ação de Vargas e, principalmente, de Tancredo Neves no processo (UH, *SOB MINHA PALAVRA DE HONRA: OS AGRESSORES SERÃO PUNIDOS!*, 18/05/1954), dois dias depois o jornal carioca expôs a série de reportagens escritas por Morel, demonstrando (com muitas fotos de Jader Neves) as situações deploráveis em que os presos estavam reunidos, trazendo como manchete os dizeres *CENAS QUE LEMBRAM MONSTRUOSIDADES TÍPICAS DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO*:



Imagem 12 – Capa da UH do dia 20/05/1954, demonstrando as cadeias superlotadas e as situações precárias tanto de homens como de mulheres.

Sempre com grande cuidado em não vincular tais problemas à gestão federal (as acusações eram centradas apenas nas autoridades policiais), UH buscou expor essas mazelas como uma maneira de solucionar o caso e demonstrar que não era, simplesmente, um órgão

oficioso de Vargas (como boa parte da imprensa indicava), ou o jornal mais favorecido do país por facilidades do BB. Com a conivência do Executivo (em especial, de Tancredo Neves), Morel e a equipe continuaram publicando várias matérias e fotos sobre o caso, inclusive uma entrevista com o Ministro da Justiça, na qual havia o comprometimento em melhorar a situação do sistema carcerário em geral, além de vários elogios ao jornal:

O Ministro Tancredo Neves adiantou:

- “A verdade deve ser dita. As reportagens de ULTIMA HORA, à base de uma documentação fotográfica fulminante, servirão para mostrar aos homens públicos, da urgente necessidade da reforma de base da polícia. O que não é possível, em hipótese alguma, é a continuação daquele estado de descalabro. Mostrei ao Presidente uma coleção de fotografias colhidas nos infectos xadrezes e o Sr. Getúlio Vargas procurou conhecer detalhe por detalhe, ficando vivamente impressionado com o relato. A primeira providência que tomei foi mandar fazer uma relação dos presos doentes que se encontram recolhidos a diversos xadrezes, denuncia feita por ULTIMA HORA, a fim de promover a urgente remoção para os hospitais especializados (UH, *Golpe de Morte Nas Misérias Dos Cárceres*, 25/05/1954).

As reportagens tiveram grande repercussão também no Congresso Nacional, e alguns representantes (sobretudo os do PTB) utilizaram as imagens e o tom colocado nas matérias em suas argumentações, além de que as publicações também colheram impressões de membros de partidos de oposição a Vargas e todos foram unânimes em condenar a situação dos presídios na cidade. Como exemplo dessa movimentação, o deputado Euzébio da Rocha (PTB/SP) pediu, em plenário, maior rigor do poder público em relação à situação em que essas pessoas se encontravam:

Sr. Presidente, o jornal “Ultima Hora” acaba de prestar valiosa contribuição, no sentido de que as forças responsáveis do País tomem uma posição imediata, decisiva e corajosa quanto à proteção ou, ao menos, ao acolhimento humano àqueles que são privados da liberdade.

O problema é mais sério do que se possa pensar ao primeiro instante (...) As fotografias divulgadas, aquelas que chegaram ao nosso conhecimento, não são as mais graves e as mais sérias. Algumas não foram publicadas, porque se tornou impossível revelar a condição de miséria humana em que se achavam mulheres e homens presos.

Este fato está a ocorrer, em plena Capital da República, aos nossos olhos, à vista desta Casa, e não é de se consentir que por mais tempo admitamos nós que o aparelho policial, longe de ser instrumento de segurança pública, se transforme num fator de degradação e de destruição moral da sociedade (...) Daí a reportagem realizada pelo jornalista Edmar Morel ter o sentido de um despertar de consciências, para que a formação cristã do povo brasileiro realmente exija providências tais que, dentro de um espaço mínimo de tempo possível, não tenhamos qualquer informação de

que as cadeias do país continuam a ser o maior instrumento de depravação do ser humano (DIÁRIO, 22/05/1954, p. 3126).

Com inúmeros apartes, o pronunciamento foi bastante longo e levantou vários aspectos a serem feitos para a melhoria desse sistema. No dia 24 de maio, em pequena nota da capa, o jornal carioca noticiou que recusou vender as fotos para vários órgãos de imprensa mundiais por não querer divulgar uma imagem negativa do Brasil (embora reconheça que violou uma norma básica do jornalismo, fazendo uma espécie de “falseamento” da realidade, não querendo trazer ainda mais turbulência política para o país), também procurando não expor o governo Vargas a possíveis críticas estrangeiras (UH, *Recusada Por ULTIMA HORA a Venda da Reportagem de Morel e Jader às Revistas Americanas e Europeias*, 24/05/1954).

Segundo as memórias do repórter Edmar Morel, o próprio Getúlio não teria ficado satisfeito com a cobertura, uma vez que implicou na repercussão negativa que tais atos trariam ao seu governo, dizendo para Wainer que “*A Tribuna da Imprensa* não teria feito melhor...” (MOREL, 1999, p. 225). Ainda assim, o dono da UH não demitiu o autor da série de reportagens, indicando o princípio da consolidação de sua própria estrutura e procurando manter a identidade própria do jornal, independentemente de estar atrelado a Vargas ou a qualquer outra personalidade:

Do ponto de vista do conteúdo redacional, o jornal optou por uma linha editorial de apoio ao Governo, mas adotando uma posição crítica quanto às reivindicações de maior repercussão junto ao público e permitindo que praticamente todos os temas fossem abordados em suas colunas ou reportagens (BARROS apud CAMPOS, 1993, p. 163)

Embora compartilhasse a mesma cultura política de Vargas e do PTB, Wainer procurou agregar em seu próprio capital político (e, conseqüentemente, da própria UH) um princípio de autonomia, demonstrando aos seus leitores (e ao campo jornalístico, em geral) que sua publicação não era, necessariamente, o “vespertino oficial” do governo (termo utilizado pela imprensa do RJ, além do próprio OESP, para referir-se ao jornal de Samuel). Esse princípio de autoafirmação pode ser conferido na capa da edição de 3 anos do periódico:

Cercado de apoio e da preferência da opinião pública, que se traduzem na tiragem diária que se orgulha de apresentar e no crescente volume de sua publicidade, ULTIMA HORA inicia hoje, o seu quarto ano de vida. Jornal fundado para servir, única e exclusivamente, aos interesses do povo e aos programas políticos que procuram conduzir o Brasil a um futuro de total emancipação econômica, ULTIMA HORA não tem uma retificação sequer a fazer no programa que se traçou desde o seu primeiro número (...) E ao completar mais um ano de vida, em meio às tantas mensagens de

cumprimentos que estamos recebendo (...) podemos olhar o caminho já percorrido e, de cabeça erguida e sem receio, dizer que temos sabido cumprir com o nosso dever (UH, *TRÊS ANOS AO LADO DO POVO*, 12/06/1954).

Assim como OESP fazia questão de manter sua autonomia em relação aos grupos políticos que apoiava, Wainer buscou manter a UH em um direcionamento próprio. No entanto é importante levar em conta que nenhuma das publicações abandonara suas convicções políticas e seus grupos de apoio, principalmente o jornal carioca, que continuava um defensor intransigente de Vargas e das medidas preconizadas pelo PTB e ligadas ao trabalhismo em geral. O princípio de uma identidade própria tinha muito mais a ver com uma delimitação no campo da imprensa do que com a criação de um novo grupo no campo político, ou de uma postura oposicionista ao governo.

Na manhã do dia 22 de maio, o jornalista Nestor Moreira faleceu, confirmando um prognóstico já indicado pelos médicos dias antes. Embora o repórter não fosse um nome famoso na capital, a repercussão do fato foi intensa, uma vez que acabou capitalizando a revolta de muitas pessoas contra os desmandos da polícia, além de toda a fermentação política causada (em um ambiente já extremamente agitado). O velório e enterro foram acompanhados por milhares de pessoas, que marcaram presença em sinal de luto e revolta contra um acontecimento tão traumático.

Os jornais intensificaram a cobertura, uma vez que o falecimento de um profissional da área, mesmo que não tenha sido a trabalho (embora teria sido motivado por sua ação), representava algo inaceitável para a categoria. Durante o enterro, todos os principais nomes da imprensa carioca (e alguns grupos fora do estado) marcaram presença e, exatamente nesse local, ocorreu um dos fatos mais importantes da vida de Samuel Wainer, que influenciaria profundamente a UH.

O diretor do jornal carioca já trabalhara com Moreira nos DA e, embora não tivesse costume de ir a enterros, acabou instigado pela redação da UH a comparecer nesse, até pela grande repercussão que o caso (e sua própria publicação) teve (WAINER, 1988, p. 180-181). Após alguns momentos, avistou Lacerda no cemitério e sentiu grande perturbação, uma vez que ele trajava um sofrido luto que seria, em sua visão, um grande fingimento, uma vez que o diretor da TI não era próximo do jornalista morto e que seu interesse ali seria apenas em causa própria (ele foi um dos oradores no enterro), pouco ou nada se preocupando com a dor da família ou com a perda humana, em geral. Segundo palavras do próprio diretor da UH:

Lacerda estava vestido de preto dos pés à cabeça, aspecto solene, rosto compungido, ar sofredor. Era o retrato da revolta humana à violência cometida contra um humilde jornalista, vítima da arbitrariedade política. Quando vi a cena, senti-me enojado.

- Vou-me embora – disse a Octávio Malta. – Não agüento ver a cara desse corvo na minha frente.

Sempre que ocorria alguma morte interessante, lá estava Carlos Lacerda. Era um corvo. Nesse momento, o repórter Edmar Morel aproximou-se de mim em missão conciliatória.

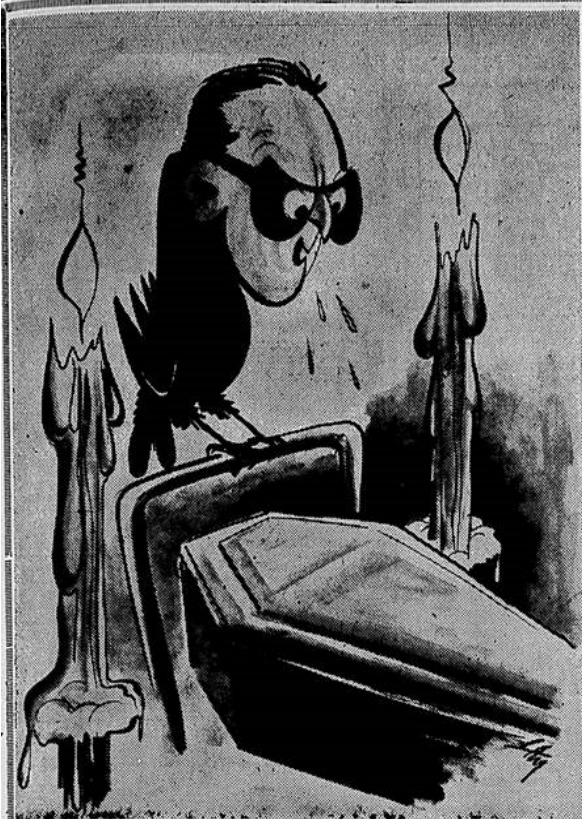
- Samuel, esta hora é para se esquecer divergências. Venha dar a mão ao Carlos – sugeriu.

- Dar a mão à puta que pariu! – reagi. – Como é que você, Morel, que é meu repórter, meu amigo, tem coragem de propor uma coisa dessas? O Carlos não é jornalista, detesta reportagens de polícia e nunca viu o Nestor Moreira em sua vida. O que vou fazer é ir embora! (WAINER, 1988, p. 181).

Teria nascido aí, nesse rompante de Wainer, o apelido que acompanharia Lacerda pelo resto de sua vida, *O Corvo*. Ao chegar à redação, o diretor da UH estaria furioso e convocou o caricaturista Lan para desenhar um corvo com o rosto de seu desafeto. Não seria a primeira imagem do dono do TI, uma vez que o jornal carioca já fizera várias charges, ridicularizando-o em várias situações. No entanto, essa seria um passo além, pois tratava-se da criação de uma nova personagem que poderia ou não cair no gosto do público.

Na edição do dia 25 de maio, foi publicada pela primeira vez a charge. Embora não tenha sido colocada na capa, teve destaque na página 3, intitulada *O Córvo* e vinha com um texto explicativo sobre o ocorrido, bem como exaltando a imagem de Nestor Moreira e criticando impiedosamente o principal inimigo da UH:

ULTIMA HORARIO de Janeiro, Têrça-Feira, 25 de Maio de 1954



O CÔRVO

QUANDO o repórter Nestor Moreira, assistido por sua mãe, sua esposa, seus filhos e seus companheiros, exalava o último suspiro, surgiu à porta do hospital a figura do Córvo. Até então, ele estava apenas à espreita, aguardando o momento oportuno para, já à beira do túmulo, saciar a sua negra alma de abutre exibicionista e hipócrita. Nos dias que antecederam o capítulo final do drama, fingia pálidamente que se associava à luta de toda a imprensa para esclarecer o crime e punir os criminosos. Sua voz, então, era a mais débil dentre as que subiam de toda a parte, exigindo a punição dos bandidos. O crime ainda não parecia oferecer os dividendos eleitorais que o Córvo apanha hoje sófregamente onde possa exibir suas qualidades de demagogo e artista consumado. Enquanto Moreira agonizava, levado à morte, no Hospital, pelo fato de exercer com dignidade a sua profissão de jornalista, ninguém viu a seu lado, interessado pela sorte do humilde repórter, a figura sinistra do Córvo. Sua atmosfera é a dos cemitérios. E aí o Córvo fez sua entrada triunfal.

Nestor Moreira acabava de morrer. Todo de negro, olhos cobertos de falsas lágrimas, na face congestionada um bem estudado rictus de dor, cabelos desalinhados como se fosse, realmente, parte daquela tragédia — com a audácia dos aventureiros sem escrúpulos — o Córvo assumiu a posição de sempre: um simples caçador de votos, explorador da boafé do povo, um fregolzinho de todos os incidentes ou episódios que possam servir suas desmedidas ambições. Era de ver-se a eficiência do Córvo! Cercado por meia dúzia de capangas, com a sombra das pistolas aparecendo através um luto que era um verdadeiro insulto à memória do morto, o Córvo fingiu misturar-se à massa popular que acompanhava o enterro. Cercou com tarjas negras o seu pasquim, agodou-se nos apelos às missas e funerais, soltou seus habituais gritos histéricos — era preciso que a opinião pública acreditasse desde logo que ele, só ele, participava das aflições da família enlutada, que ele, só ele, é que monopolizava o desespero de toda uma Nação diante da arbitrariedade e da brutalidade policial.

O Córvo, porém, podia enganar o povo, não os verdadeiros jornalistas que sempre estiveram ao lado de Moreira em

vida e nos momentos de sua agonia. Estes sabiam muito bem quais eram os designios do Córvo, estes sabiam que ele sempre fora um inimigo da classe pela qual Moreira tombou, estes sabiam que todas as campanhas e movimentos, de que Moreira participou em vida, pela melhoria das condições de sua profissão, sempre tiveram contra si a torpe figura do Córvo. Estes sabiam, em suma, que o Córvo era o anti-Moreira por excelência.

O repórter assassinado era um homem digno, amante de sua família e respeitador de seus pais. Moreira era um homem superior às questões pessoais, colocava a ética de sua profissão acima de todos os seus deveres, não mentia nunca, não difamava, não caluniava, não torcia a verdade para servir interesses contrários aos de sua Pátria. Modesto, humilde, honesto, Moreira não podia ser compreendido por um homem que era a sua própria negação, um pobre delator de seus próprios companheiros, um misero frustrado em sua própria profissão, uma alma de "alcagüete" a serviço de todos os movimentos antipopulares, anti-humanos, antinacionais. Todos aliás que privavam da intimidade e da amizade do repórter Moreira, conhecem sua opinião sobre o Córvo: "Um homem com quem eu jamais trabalharia..."

Eis o que o velho Moreira repetiria se sua voz pudesse partir do túmulo conspurcado pela presença do Córvo, que ali se introduzira, embaçado entre autênticos representantes da classe jornalística, para saciar a sua desmedida fome de exibição, mesmo ferindo os melhores sentimentos do povo, que ali estava não para servir de pasto a demagogos e traidores, mas sim para prestar sua derradeira homenagem a uma vítima de um sistema de que o Córvo tem sido o mais feroz defensor.

Exemplo de heroísmo, símbolo de luta pela dignidade de uma profissão, Nestor Moreira não pode ser compreendido por este sinistro personagem, que em tudo vê oportunidade para explorações políticas. Moreira e o Córvo sempre estiveram em campos opostos. Nada os ligava. Nada conseguirá ligá-los para o futuro, apesar dos esforços desesperados do Córvo, que se alimenta, agora, da esperança de poder transformar em votos o martírio de um homem digno.

Imagem 13 – Charge mais famosa do jornal e uma das de maior destaque do jornalismo brasileiro, veio acompanhada de um texto bastante crítico de Wainer em relação a Carlos Lacerda. Publicado em UH, 25/05/1954.

O texto desqualificou completamente Lacerda, chamando-o de aproveitador e hipócrita, entre outras coisas. Dois dias depois, Wainer mandou publicar novamente a charge, mas dessa vez na capa, devido à grande repercussão que tinha causado (DULLES, 1992, p. 169-171). O volume de charges feitas baseadas nela ilustrou as páginas da UH por muitos anos, sendo que, popularmente, o proprietário da TI nunca mais conseguiu se livrar do apelido.

A morte do jornalista carioca também repercutiu bastante no OESP, que utilizou o acontecimento para continuar suas críticas veementes a Vargas, indicando que, entre outras coisas, tal fato não aconteceria se um presidente mais capacitado estivesse no poder e, utilizando um recurso não tão usual no jornal, publicou fotos do enterro, registrando também as reações no Congresso, aproveitando para fazer um forte discurso contra a “polícia de Vargas” e, consequentemente, contra o mandatário em si:

Mesmo com esse esforço do diário carioca em focar nos problemas sociais da cidade e em alternativas que o governo buscava para resolvê-los, a crise política não deixou as páginas da imprensa em geral, sendo que a morte de Nestor Moreira agravou ainda mais o quadro oposicionista ao presidente. Os editoriais do OESP, dia após dia, indicavam que Vargas não tinha mais governabilidade nenhuma e que essa situação tinha sido induzida por ele e pelo ex-ministro do Trabalho, que estruturaram essa situação para facilitar o golpe de Estado que ambos pensavam em aplicar ao país e instituir um “novo” Estado Novo, dessa vez com base no governo feito por Perón. Ou seja, a publicação rememorava todos os pontos do início do ano até então, buscando desqualificar a figura do atual mandatário e, consequentemente, desconstruir sua legitimidade:

O Brasil está necessitando de novas cabeças na direção dos seus negócios. A mentalidade ditatorial ainda não desapareceu. Conquanto presidente constitucional, o chefe da Nação é um ditador retardado ou, melhor, um ditador impenitente (...) Não houvesse à frente do governo um homem com a mentalidade do ex-ditador, e esse (...) caso do jornalista morto pela polícia (...) após pancadaria (...) dentro de uma repartição publica, não se teria verificado, imagina-se no governo de homens que foram de S. Paulo para a Presidencia da Republica, um caso desses? (...) (OESP, *Renovação de mentalidade*, 25/05/1954).

O caso do salário-mínimo ainda causava intensa reverberação na imprensa. Embora em outros estados alguns grupos se reuniram contra o aumento proposto pelo governo, foi em Minas Gérias que a movimentação foi mais intensa. De um lado, OESP deu destaque para a organização dos industriais e dos comerciantes contra o decreto nº 35.450, com várias declarações para o Executivo abaixar o valor (OESP, *Espera-se a revisão dos novos níveis de salario minimo para este mês*, 02/06/1954). De outro lado, a UH valorizou as notícias sobre os sindicatos e grupos de trabalhadores que se manifestavam a favor do salário (embora o diário carioca também divulgasse a movimentação dos grupos patronais, mas sempre com um viés negativo) e a favor de Vargas e de Jango, em geral (UH, *O dia do presidente*, 14/06/1954).

A movimentação na Câmara, fomentada pela UDN e, em especial, pela Banda, começou a ficar cada vez mais intensa. Em um primeiro momento, foi feita uma tentativa para criar uma nova CPI para investigar as possíveis irregularidades do governo e, após o fracasso das negociações, o partido estruturou um novo pedido de impeachment, agregando desde o escândalo dos empréstimos do BB até ao aumento do salário-mínimo, considerada uma atividade subversiva para desestabilizar o país (BENEVIDES, 1981, p. 88).

O documento foi protocolado por Wilson Leite Passos, que não exercia cargos públicos, mas fora um dos fundadores da UDN no Rio de Janeiro e, em 04 de maio (mesmo antes dos acontecimentos relacionados a Nestor Moreira), encaminhou um pedido de afastamento do presidente, baseado, principalmente, no caso da possível associação entre Perón e Vargas. No entanto, a comissão para analisar o caso (formada por 27 deputados), tendo como relator Alberto Botino (PTB/SP) e contando com nomes como Benedito Valadares, Bilac Pinto (UDN/MG) e Herbert Levy (UDN/SP), não aprovou o pedido, uma vez que sua principal argumentação carecia, segundo os parlamentares, de fundamentação sólida para a acusação ser viabilizada (DIÁRIO, 25/05/1954, p. 3142).

A lei que regulamenta o impeachment, nº 1.079 foi instituída em 10 de abril de 1950, sendo criada em 1948 pelo deputado Acurcio Torres (PSD/MG). Sua aprovação regularizou os crimes de penalidade para todos os cargos do Executivo, autorizando qualquer pessoa a entrar com o pedido. Se dois meses antes OESP colocara-se contra tal ato, naquele momento o jornal continuava vendo o processo como traumático, porém necessário pelos últimos acontecimentos (como já fizera recentemente, em suas páginas):

Dos grandes presidentes que a Republica tem tido, nem um ficaria com a reputação abalada se fosse denunciado à Câmara (...) Não é este, porém, o caso do presidente atual. A denuncia contra ele estriba-se em fatos positivos e notorios. Desses fatos temos tido repetidamente demonstrações (...) tanto no Congresso como na imprensa. O “impeachment” terá, neste caso, quando menos, a vantagem de fixar a atenção do povo em certos aspectos da politica governamental que são verdadeiramente criminosos (...) O processo terá a virtude de lhe abrir os olhos, mostrando-lhe que para um presidente constitucional nem tudo é permitido. Habitado a fazer o que entendia durante o regime ditatorial, s. exa. continuou, no regime constitucional, a proceder com o mesmo inconsciente dos direitos alheios e das suas proprias limitações (OESP, *Da responsabilidade presidencial*, 27/05/1954).

Os editoriais do OESP continuaram insistindo na tese de que Vargas governava o país de maneira ditatorial; além disso, de acordo com o periódico, todos os problemas que se vivenciavam no Brasil, naquele momento, eram por culpa do ex-ditador. Nas edições seguintes, os textos e notícias oscilaram entre a defesa da manutenção da ordem (principalmente alertando sobre as novas eleições) e pedidos para retirar Vargas do poder, sempre lamentando o fato de seus direitos políticos não terem sido suspensos em 1945 e de o Exército não ter barrado sua candidatura, em fins de 1949 (OESP, *O nosso dever civico*, 01/06/1954).

Já a publicação carioca intensificou seus ataques a Carlos Lacerda. Após todo o processo de Moreira, as charges continuaram a fazer sucesso e, na edição do dia 29 de maio, o

jornal deu grande destaque para uma fala do filho do presidente e deputado federal, Lutero Vargas (PTB/DF), que anunciou que processaria o dono da TI por calúnias e difamações feitas a ele e à família, em suas atividades ao longo dos últimos anos. Com a manchete *LUTERO VARGAS PROCESSA CARLOS LACERDA: INJÚRIA E CALÚNIA*, o texto explicativo ainda indicava que o parlamentar prometia uma disputa sem trégua, daquele momento em diante, com o principal opositor do governo na capital federal:



Imagem 15 – Outra charge bastante famosa de Lan, indicando que o corvo não deixava de roer o osso por nada, sempre procurando algo para se beneficiar e, geralmente, à custa dos outros. Imagem publicada na edição de 29/05/1954.

Na edição do dia 31 de maio, a manchete do diário carioca trazia os seguintes dizeres: *LACERDA SERÁ SUBMETIDO A EXAME DE SANIDADE MENTAL*, indicando que um dos pedidos dos advogados de Lutero fora um exame com psiquiatras para atestar se, realmente, o dono da TI gozava de suas faculdades mentais plenas. Além de ser uma medida necessária, segundo o jornal, para negar ou acompanhar uma dúvida de muitos cidadãos da capital brasileira, também era uma forma de adiantar a análise do processo pelo Judiciário, uma vez que um pedido relacionado à saúde daria prioridade para a análise do caso.

E, ainda concentrada em Lacerda, mas com um escopo maior, em 02 de junho a capa do jornal chamou a atenção para todas as movimentações contra Vargas ocorridas em plenário e na imprensa, destacando a seguinte manchete: *GOLPE ANTES DO PLEITO!*, utilizando termos bastante críticos em relação à oposição. O texto relacionado ao assunto indicou que os grupos contrários ao governo estavam causando a maior desestabilização possível para criar

um cenário de caos a fim de aplicar um golpe de estado (utilizando um discurso muito próximo à retórica do OESP, embora com uma proposição invertida):

A conspiração da anarquia e do caos está em marcha acelerada. A nata da demagogia eleitoreira, no Congresso e fora dele, na imprensa e à porta dos quartéis, está desenfreada. Jamais o Brasil ofereceu um espetáculo tão deprimente: suas supostas elites são as que estão pregando abertamente a subversão e a desordem (...) A grande hora dos liberticidas e dos demagogos terá então soado. O seu esquema não será apenas o de Etelvino, ele irá muito além. “Devemos colocar Vargas em minoria”, confidenciou um dos estrategistas dessa próxima batalha eleitoral. “Vargas em minoria, o seu “impeachment” será inevitável”. “E se Vargas obtiver maioria?” – foi perguntado. “Então não haverá outro caminho, senão o GOLPE!” (...) Esse foi o autêntico diálogo travado há poucos dias entre um redator deste um jornal e um dos mais graduados chefes da coligação subterrânea que se armou contra o regime (...) (UH, *GOLPE ANTES DO PLEITO!*, 02/06/1954)

E, além desse ponto, chamou a atenção para Vargas e seus correligionários utilizarem uma estratégia mais firme de defesa, uma vez que o governo estaria sendo muito permissivo com seus opositores:

É lícito, pois, perguntar-se: até quando permitirá o Governo que a sua legítima autoridade continue ridicularizada? O Sr. Getúlio Vargas não pode e não deve mais ignorar que o seu Governo não é apenas um aglomerado de alguns políticos e de alguns partidos. As raízes de sua vitória eleitoral de 1950 estão espalhadas por todas as camadas sociais do povo brasileiro. O seu Governo não é um Governo partidário, mas sim um Governo que encarna um movimento nacional de libertação econômica, de progresso social, de emancipação política. Até quando permitirá este Governo que meia dúzia de desmoralizados “beltrões” desmoralizem a sua autoridade legítima e constitucional? (...) A história republicana não registra um Governo que tenha cumprido mais honestamente com os seus deveres constitucionais do que o atual Governo Vargas. Jamais uma oposição gozou de direitos mais irrestritos de liberdade, a ponto desta confundir-se com licenciosidade. Jornais presos a dívidas para com estabelecimentos oficiais de crédito, estações de rádio que não passam de devedoras relapsas do Banco do Brasil, políticos de oposição que outra coisa não têm feito senão reivindicar posições e privilégios, favores e benefícios, esta é a quadrilha perante a qual um Governo, que não pode ser incriminado pela mínima transgressão da Constituição, vem abdicando de sua autoridade e renunciando aos seus mais indiscutíveis direitos (UH, *GOLPE ANTES DO PLEITO!*, 02/06/1954).

Nesse mesmo dia, a TI deu um “furo” ao noticiar um empréstimo realizado pelo BB à Jango no dia 19 de maio, liberando CR\$ 22.000.000,00, indicando mais uma possível irregularidade na estatal (além de todas as apontadas já na CPI da UH), uma vez que muitos agricultores e pecuaristas tentavam obter crédito com o órgão, mas sem sucesso (TI, *Jango*

tirou Cr\$ 22 milhões do Banco do Brasil, 02/06/1954). Além de todas as acusações já feitas na imprensa ao ex-ministro do Trabalho, um outro ponto chamava bastante a atenção dos periódicos em geral, uma vez que, como presidente nacional do PTB, ele estava viajando por todo o Brasil para articular as candidaturas regionais e, segundo vários artigos de inúmeros órgãos de imprensa, organizar seu próprio nome como candidato à sucessão de Vargas (D'ARAÚJO, 1996, p. 95).

Essa notícia causou mais um estardalhaço na já precária situação política no país. De maneira bastante condenatória, OESP indicou que esse novo fato era mais uma prova dos planos ditatoriais de Vargas e Jango, demonstrando novamente que esses continuavam se esforçando para implantar uma república sindicalista no país (OESP, *Novo escandalo*, 04/06/1954). No mesmo dia, foi publicada uma nota oficial na UH, esclarecendo o motivo do empréstimo e indicando que a relação do banco com Jango era antiga e restrita às suas atividades como pecuarista, nada tendo a ver com as estruturas políticas. O texto ainda esclarecia que o político gaúcho sempre honrara com as dívidas contraídas ao BB e com as outras instituições das quais necessitou de crédito para seus negócios (UH, *GARANTIDO O DÉBITO DO SENHOR JOÃO GOULART NO BANCO DO BRASIL*, 04/06/1954).

Dentre toda essa movimentação, o pedido de impeachment acabou ganhando força no Congresso. Embora não aprovado pela Comissão em um primeiro momento, os parlamentares da UDN fizeram grande pressão para que o projeto fosse adiante, principalmente os deputados Herbert Levy e Aliomar Baleeiro que em pronunciamentos e apartes defenderam, enfaticamente, que a denúncia feita por Wilson Leite Passos fosse ao plenário (BENEVIDES, 1981, p. 88).

Nas páginas da imprensa, o impeachment também ganhou ainda mais força. Em editorial, OESP indicou de maneira bastante ostensiva as principais motivações pelas quais o projeto deveria ser levado ao plenário para votação, embora reconhecesse (como já tinha feito outras vezes) que o resultado deveria ser negativo:

O afrouxamento moral, que nos trouxe a revolução de 1930, chefiada pelo caudilho gaúcho, vai recompensá-lo agora com a repulsa da acusação ou, quando assim não seja, com a absolvição do réu. Os amigos de s. exa. que infelizmente constituem a maioria da Camara não terão a coragem cívica de concorrer para a sua condenação. Quase todos têm recebido favores de s. exa., os quais serão agora cobrados com rigor (...) Realmente, poucas vezes um chefe de governo acumulou contra si mesmo delitos tão numerosos e tão evidentes. Um homem de alguma fibra moral já teria reconhecido os erros praticados e teria evitado o processo que ora está sendo movido. Mas, desgraçadamente, o homem que nos governa está convencido de que pode praticar todos os atos ilícitos e que, dono do Brasil, não terá que prestar

contas a quem quer que seja dos crimes funcionais e das imoralidades, de que tem sido autor (OESP, *O processo contra o presidente*, 05/06/1954).

Na edição do mesmo dia, a UH trouxe como manchete os dizeres: *DEMAGOGIA ELEITORAL NA BATALHA DO “IMPEACHMENT”*, indicando que a medida não passava de um ato desesperado da UDN para atingir o presidente. Dois dias depois, nova manchete: *“IMPEACHMENT” CONTRA VARGAS, MAS, COM QUE ROUPA, SENHORES?*, chamando a atenção para o fato de que o movimento era mais uma tentativa de golpe do que um dispositivo constitucional de fato, uma vez que os motivos apontados não eram provados e, na perspectiva do jornal carioca, não eram verdadeiros ou não constituíam motivos para o impedimento do presidente, além de mais uma charge acusando Lacerda e a UDN de perpetrarem a deposição:



Imagem 16 – Lacerda e os congressistas da UDN (em especial os da Banda) reunidos em uma “sinfonia do impeachment”. Retirado de UH, 07/06/1954

Em 16 de junho, após inúmeras discussões, o impeachment foi votado e, como ambos os jornais já previram, o pedido foi rejeitado, tendo 136 votos contra, 35 deputados a favor e 132 abstenções, sendo que um grupo dentro da própria UDN se demonstrou contrário a essa

postura (BENEVIDES, 1981, p. 88-89). O grande número de abstenções e a baixa votação de grupos de outros partidos indicavam, em linhas gerais, que muitos políticos (e grupos partidários) não apoiavam o governo, mas também não se comprometiam a tirá-lo, esperando o desenrolar dos acontecimentos para uma possível ação ou, simplesmente, o fim de seu mandato constitucional (DULLES, 1992, p.168-169).

OESP lamentou a decisão e, em editorial, indicou que a Câmara era cúmplice de Vargas e discordou das declarações de alguns membros da UDN que haviam valorizado o resultado por demonstrar ao presidente que a oposição funcionava e que ele seria sempre combatido naquele espaço (OESP, *O fim da batalha*, 18/06/1954). Já a UH, cuja manchete do mesmo dia bradava “HARA-KIRI” DA U.D.N., decretou o fim do partido após a fracassada mobilização pelo impeachment, lembrando o fator de que não foi toda a bancada que concordou com tal ação e que havia inúmeros desencontros que culminariam com a extinção da agremiação (UH, “HARA-KIRI” DA U.D.N., 18/06/1954).

Em linhas gerais, a votação causou descontentamento nos dois grupos e delineou bem os campos de disputa de ambos os lados: a cultura política liberal demonstrava uma grande inquietação com a situação brasileira e, em especial, com a figura de Getúlio Vargas, tendo em vista os combates nos anos 1930 contra o presidente e as violências sofridas no Estado Novo (no caso do OESP), projetando a todo o tempo uma nova ditadura e visualizando, em vários atos do Executivo, ameaças de um novo golpe que outros grupos, que não partilharam das mesmas experiências, não viam.

Já de outro lado, a cultura política trabalhista indicava também grande decepção com a realidade vigente, embora a UH colocasse o Executivo como um órgão comprometido com a resolução desses problemas, sempre buscando melhorias para a população mais pobre e em constante luta contra os principais líderes econômicos e aos grupos opositores, considerado os verdadeiros culpados por tal situação, já que não deixavam o presidente agir da maneira necessária para solucionar as questões estruturais do país.

Embora o embate entre pensamentos distintos seja comum e importante para o fortalecimento de um sistema democrático, a radicalização das disputas acabou guiando o embate apenas por hegemonia política e não, necessariamente, por ideias. Neste ponto, é importante salientar que as trocas de acusações e a busca por manobras fora do meio constitucional tornaram-se cada vez mais comuns, uma vez que a descrença nos meios legais (principalmente do grupo ligado ao OESP) era cada vez maior, já que se viam como minoria e sem muita margem de manobra perante a lei, uma vez que Vargas estaria organizando-se para tomar, novamente, o poder (D’ARAÚJO, 1992, p. 138-141).

Em compensação, os grupos ligados à cultura política defendida pela UH não eram coesos e demonstravam várias fraturas entre si, principalmente pelas formas como viam o apoio a Vargas, embora o jornal carioca se mantivesse, incondicionalmente, ao lado do presidente. Mesmo que essas várias agremiações e pequenos núcleos também mantivessem apoio ao presidente, muitas vezes limitavam essa perspectiva à retórica, não criando mecanismos para dar suporte, de fato, ao mandatário nacional (D'ARAÚJO, 1992, p. 144-145).

No caso do OESP, o jornal paulista aumentou, ainda mais, a carga negativa contra Vargas e todo e qualquer agente político ou aspecto social que coadunasse ou que, de alguma forma, estivesse ligado a ele. Como exemplo dessa perspectiva, no editorial da edição do dia 24 de junho, o periódico denunciou o presidente por conspirar a todo o tempo; Júlio de Mesquita Filho, então, conclamou os militares a acompanharem, mais de perto, as movimentações do caudilho que ocupava o poder:

Sobre os ombros dos militares pesa, mais uma vez, a responsabilidade de amparar o regime constitucional contra as manobras delituosas do homem que não compreende governo a não ser em regime ditatorial. Se as Forças Armadas se mantiverem alertas e não se deixarem iludir, mais uma vez, pelas manhas do chefe da Nação, tudo ficará em palavras (...) Prevenidos devem estar os militares contra as ambições de s. exa., evitando por todas as formas qualquer brecha na coesão das tropas por onde s. exa. possa colocar uma cunha que a dilate de tal maneira, que torne fácil a execução de seus planos de perpetuação no poder (...) Confiamos no bom-senso dos militares brasileiros para a salvação das instituições democráticas. Não permitam eles que de novo se implante no Brasil a suserania de um homem, com sacrifício das liberdades públicas (OESP, *Toque de Alarma*, 24/06/1954).

Em outro editorial, dias antes, OESP voltou a criticar novamente a Câmara por não conceder a licença para processar Euvaldo Lodi e Lutero Vargas por conta da CPI da UH, indicando que o órgão prestava grande desserviço ao país por não permitir que os políticos fossem julgados (OESP, *Processo de deputados*, 20/06/1954). Esse forte discurso de desmoralização do Legislativo (retórica que não foi utilizada pelo jornal carioca, que fazia fortes críticas, mas à bancada da UDN em específico e não ao Parlamento em geral) era um dos motivos pelos quais o diário paulista temia (mas, ao mesmo tempo, visualizava como uma solução necessária) uma intervenção na ordem política para, de certa forma, trazê-la novamente ao eixo, ao ponto correto.

Essa intervenção era creditada, sobretudo, ao Judiciário: foi assim com o amplo destaque e o apoio dado à movimentação do Tribunal de Minas Gerais, que acatou a ação dos

industriais e comerciários do estado e suspendeu o aumento do valor do salário-mínimo naquela unidade federativa. Defendendo a inconstitucionalidade do Decreto nº 35.450, o jornal paulista indicou que tal questão deveria ser apenas de responsabilidade do Legislativo, uma vez que a modificação desse valor implicava em várias outras mudanças que não diziam respeito ao Executivo, além de chamar a atenção para que Vargas fizera tal ato com um motivo bastante específico, causando grande agitação nos meios sociais para, com isso, rasgar a Constituição (como fizera em 1937) e se estabelecer novamente como líder plenipotenciário do país:

O lobo velho, que ainda não perdeu os dentes, deve a esta hora estar satisfeito, porque logrou mais uma vez estabelecer confusão. Se no campo legal perdeu a primeira rodada, presumindo-se que também perca a última, já na prática obteve a vitória, porquanto fez o que pretendia. Estimulou a luta de classes, enfraqueceu aquela que mais diretamente o combate, animou a que menos compreende a situação que se criou (...) E agora, quando o custo da vida já subiu, quanto até os gêneros de primeira necessidade foram elevados de preço, se finge de inocente e acena para os trabalhadores como se dissesse que lhes deu, mas os outros lhes tiraram o salário mínimo (...) Nessa tragicomédia, que abala a estrutura da sociedade, o presidente da República revela mais uma vez a sua insensibilidade. É bem um algoz do povo brasileiro, travestido de benfeitor seu (OESP, *A suspensão do salário mínimo*, 24/06/1954).

O jornal carioca repercutiu a notícia, embora de maneira bastante negativa. Na edição do dia 23 de junho, a capa trouxe estampada como manchete: *O SUPREMO PODERÁ JOGAR POR TERRA O NOVO SALÁRIO-MÍNIMO*, alertando para o risco de o aumento do valor ser barrado no Judiciário. No dia seguinte, a UH noticiou que, caso a medida tomada em Minas Gerais fosse estendida para o Brasil, vários núcleos em São Paulo e no Rio de Janeiro já estariam organizados para entrarem em greve e irem às ruas em defesa da efetivação do valor ajustado, sem interferências (UH, *Eixo Rio-São Paulo Para Comandar a Greve Geral*, 24/06/1954). Como o prazo colocado pelo governo para a execução do decreto foi no início de julho, os últimos dias de junho foram marcados por intensa movimentação, tanto do Executivo como do Judiciário para garantir ou derrubar o novo valor do salário-mínimo.

Essa disputa causou grande repercussão, sendo que a capa da UH trouxe como manchete, da edição do dia 30 de junho, uma declaração do presidente do STF, José Linhares, dizendo que “*SE HOVER GREVE, SUSTAREI O JULGAMENTO*”, indicando que o tribunal não agiria sob nenhum tipo de pressão, quer política ou social, conforme pequeno texto que acompanhou a fala do ministro:

O Ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, informou nesta manhã a ULTIMA HORA que apressará o julgamento do mandado de segurança impetrado contra a aplicação do decreto que instituiu os novos níveis do salário-mínimo (...) – Mas, comentou, se houver greve sustarei o julgamento. Não pode um Tribunal funcionar sob coação de espécie alguma. Os juízes precisam estar inteiramente livres para aplicar a Justiça (UH, “SE HOUVER GREVE, SUSTAREI O JULGAMENTO”, 30/06/1954).

No dia seguinte, OESP fez um ataque frontal à imprensa que apoiava o aumento do salário-mínimo e do congelamento de preços, indicando que tais ações não beneficiariam o país e ajudariam apenas Vargas e os comunistas, indicando que, se o Brasil escapasse do caudilho gaúcho, poderia cair nas garras do “grande olho vesgo do Cremlin” por conta da agitação social posta (OESP, *Usurpação propositada*, 01/07/1954). Além disso, também repercutiu a fala de José Linhares, aproveitando a deixa e interpretando que o governo era culpado pela agitação e que estaria acuando o Judiciário, imputando também os patrões por não pagarem salários justos e explorarem (em demasia) seus empregados:

As declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal, sr. ministro José Linhares (...) vem mostrar, mais uma vez, a extensão dos perigos para a nacionalidade e as instituições criados pela demagogia do sr. presidente da Republica. Esse movimento de massas em torno do mais alto tribunal do País, para forçá-lo a decidir no interesse dessas massas e não de acordo com a consciencia dos magistrados, não se verificaria se o chefe da Nação não tivesse repetidamente incutido no espirito das massas o sentimento de revolta contra as instituições assim sociais como politicas (...) Somente num país como o Brasil, com as fibras enfraquecidas pela corrupção ditatorial, e onde o presidente da Republica se faz chefe ostensivo de umas classes contra as outras, se poderia observar uma subversão tão completa e perigosa de ordem publica. Se o Supremo Tribunal Federal não puder deliberar livremente sobre a inconstitucionalidade, ou não, do decreto relativo ao salario minimo melhor será, então, que se fechem todas as casas da Justiça e se atribua ao chefe da Nação, como outrora se atribuia aos reis absolutos, a faculdade de julgar os pleitos judiciais (OESP, *O Poder Judiciario em perigo*, 02/07/1954).

No dia 06 de julho, o STF não aceitou o pedido e o aumento do salário-mínimo continuou válido para todo o Brasil. OESP já esperava a derrota no Judiciário, uma vez que a suspensão total poderia causar grande agitação social, pois vários trabalhadores já estavam contando com o novo valor e vários empregadores já tinham se organizado para pagarem o novo valor (embora continuasse se posicionando a favor da suspensão, pelos mesmos motivos já apresentados). Em editorial do dia seguinte, o jornal paulista congratulou os magistrados

por terem agido com isenção, não ficando ligado às pressões sociais nem às interferências do Executivo para suas ações e tentando balancear as composições distintas:

Os ministros pronunciaram-se a respeito do assunto sem quaisquer coação. Para nós tinha isso grande importancia devido aos movimentos que se estavam promovendo nos centros operarios, para obrigar o Tribunal a tomar atitude favorável ao decreto. Esse movimento, se tivesse alcançado as proporções que se anunciavam, seria o indício mais sério de que as instituições democráticas iam entrar em franco declínio e que, após a falencia do Executivo e o mau rendimento do Congresso, o Judiciario estaria também incapacitado de exercitar a elevada missão que o pacto constitucional lhe conferiu. Nada mais restaria da nossa organização democratica se o Poder Judiciario perdesse o prestigio com a quebra de sua independencia. Democracia onde esse poder não guarda a liberdade necessaria e está sujeito nas suas decisões ao influxo de paixões de rua ou de interesses de classe é democracia liquidada (OESP, *A palavra da Justiça*, 07/07/1954).

A UH comemorou bastante a decisão, indicando na capa do dia 08 de julho duas fotos importantes: no canto superior esquerdo, uma imagem de um grupo de trabalhadores com a inscrição “Vencemos, Afinal!” grafada no meio da foto e, no canto inferior direito, uma imagem de Vargas recebendo um relógio de presente feito pelos trabalhadores e com matérias-primas brasileiras. O jornal carioca também destacou a normalização do pagamento dos salários, indicando que em todo o país a adequação foi feita sem grandes problemas, com a exceção dos produtores de Minas Gerais, que ainda negociavam uma possível diminuição (UH, *O Dia do Presidente*, 08/07/1954). OESP também divulgou esses pagamentos e o clima de normalidade, embora com um destaque bem menor do que os das páginas da publicação dirigida por Samuel Wainer:

No dia seguinte, a data de 09 de julho foi um elemento bastante utilizado pelo OESP como forma de comparar as duas situações, aproveitando que dois dias antes a Câmara Municipal de São Paulo decretara esse dia como feriado na cidade³⁰. Na comemoração dos 22 anos da Revolução de 32, os editoriais procuraram relembrar os principais acontecimentos e fazer um paralelo entre os períodos, indicando que o momento era tão grave quanto aquele vivido às vésperas do levante paulista:

³⁰ LEI Nº 4520, DE 7 DE JULHO DE 1954. Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1954/452/4520/lei-ordinaria-n-4520-1954-declara-feriado-municipal>. Acesso em: 12 out. 2017.

As comemorações continuaram na edição do dia 09 de julho, com várias imagens e textos laudatórios em relação à data e com comparações constantes com a situação do momento, uma vez que ambos possuíam algo em comum: o vilão, um homem a ser extirpado da política de qualquer forma (OESP, *Nove de Julho*, 09/07/1954). Vários textos nos dias seguinte indicavam que as eleições para governadores naquele ano e para presidente no ano seguinte eram as principais armas contra a tradição varguista e uma espécie de “batalha final”, sendo que a sobrevivência da democracia dependia disso e, caso as pessoas continuassem votando errado, o sistema político entraria em colapso, dando base para um novo período ditatorial, como tinha sido o Estado Novo (OESP, *O ultimo quarto de hora...*, 13/07/1954).

A questão do voto continuava sendo algo preocupante para Júlio de Mesquita Filho, uma vez que, em sua visão, um eleitorado pouco esclarecido era tão ruim para o país como a perda do direito de voto dos eleitores mais “instruídos”. Em editorial, o diretor do jornal, ao repercutir um possível adiamento das eleições por conta da crise política (decisão com a qual ele não concordava), indicou que a falta de qualificação dos eleitores, em conjunto com os votos dos analfabetos e estrangeiros (que não podiam participar do pleito, mas acabavam burlando a lei, como acontecia no início do século) faziam mal ao país, sendo que o texto cobrava o Judiciário por um posicionamento mais firme em relação a esses grupos para não “prejudicarem” mais a eleição (OESP, *A aproximação do pleito*, 15/07/1954), já que, em vários textos, o diretor do periódico associou esses sufrágios às eleições de políticos ruins, como Vargas, Ademar e Jânio, entre outros.

Além disso, a memória de 09 de julho e as interrelações com o momento vivido continuaram de maneira bastante intensa no diário de Júlio de Mesquita Filho. O jornal publicou, em alto clichê, uma parte da capa do periódico *O Radical*, jornal criado pelo ex-interventor de São Paulo, João Alberto, e que defendia fielmente o governo provisório de Vargas. Nessa parte publicada, o jornal referido publicou textos sobre os deportados por conta da Revolução de 32 de maneira bastante depreciativa, indicando que essas pessoas eram a parte “negativa” do país. Junto a este excerto foi exposta uma nota indicando aos seus leitores que deveriam tomar muito cuidado para que isso não acontecesse novamente, que essa memória nefasta ficasse apenas no passado:



AS FOTOGRAFIAS ACIMA FORAM COLHIDAS HONTEM. POUCAS HORAS ANTES DO "PEDRO" DEIXAR ESTA CAPITAL. SÃO ALGUNS DOS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELO MOVIMENTO CONTRA O BRASIL, DA ESQUERDA PARA DIREITA. WALDEMAR FERREIRA, ALTINO ARANTES, FRANCISCO MORATO, JÚLIO DE MESQUITA FILHO, SYLVIO DE CAMPOS, IBRAHIM NOBRE, ALVARO DE CARVALHO, MANOEL PEDRO VILLOMBIOM, FRANCISCO DA CUNHA JUNQUEIRA, AUSTREGESILIO DE ATHAYDE, COA-

Já distante das costas brasileiras, em pleno alto mar, o "Pedro I" leva, para o estrangeiro, as primeiras turmas de deportados, os ultimos remanescentes do reaccionarismo que ensinam: :: quentou o sólo nacional ::



Bons ventos...

QUEIMANDO carvão nacional, deixou posse Guanabara o velho "Pedro I".

O liternário consta de uma carta de prego entregue ao respectivo comandante, responsável por Moçoilão, a preciosa carga. Apenas, sabe-se que, mais uma vez, a velha e fidalga Europa, castigada com o seu inverno na figura plasmada na forja constitucionalista.

Lá, fatalmente, o desmembrado a ser

Os paulistas não se devem deixar envolver pelas sereias getulistas que hoje lhes cantam louvores hipócritas pela epopéia de 32. No fundo negro de suas almas, os eternos sequeços do caudilho alimentam contra São Paulo um odio surdo, um odio profundo que não podem disfarçar. O mesmo odio que não souberam conter no instante em que a adversidade enlutava a alma bandeirante. Vejam os paulistas, pelo "clique" em que reproduzimos o alto da primeira página da edição de 1 de novembro de 1932 d' "O Radical", do Rio de Janeiro, como nos consideravam os "dominadores" que hoje pretendem, pelo engodo eleitoral, arrastar de novo as esporas pelas ruas da nossa Capital. Chorava ainda a alma paulista o sangue de seus heróis, e a camarilha do tirano se comprazia nos achincalhes com que mandava envolver-nos pelas colunas de seus jornais. O desterro de patriotas, que longe da pátria e do lar iriam curtir as consequências de um crime hediondo — o de representarem os ideais do povo que soubera lutar por um Brasil melhor — constituía novo motivo para os insultos que o odio inspirava contra nós.

Outra luta agora se aproxima: a de 3 de outubro. Que a lembrança de 32 ilumine e inspire o nosso eleitorado!

O jornal paulista chegou até a alardear, na edição do dia 21/07/1954, que o presidente do PTB/CE, Carlos Jereissati, teria anunciado que Vargas tinha planos efetivos para continuar no poder em 1955, com um possível projeto de reeleição (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 21/07/1954). No entanto, no próprio texto o jornal indicou que a fala (que teria sido transmitida por João Goulart em uma reunião executiva, e repassada pelo empresário cearense à *Gazeta de Notícias*) era de que o PTB deveria chegar forte e conquistar, ao menos, um senador por estado para robustecer a base trabalhista, além da possível emenda à reeleição que estaria sendo discutida por membros do Congresso que apoiavam o governo (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 21/07/1954).

Além de todas essas movimentações, inúmeros aspectos relacionados à economia, bem como às questões das sucessões estaduais (e a própria movimentação nacional) foram

aspectos extremamente discutidos nos periódicos durante os sete primeiros meses de 1954. Do ponto de vista das finanças, a questão que mais chamou a atenção foi a da exportação do café.

O produto era responsável, nesse contexto, por 70% das exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 312). Desde fins dos anos 1940, o nível de exportação do país tinha aumentado consideravelmente e, por conta dessa movimentação, o Brasil passou a ter muitas divisas. Após o sucesso de vendas, Vargas estabeleceu um preço mínimo para sua comercialização, além de flexibilizar a taxa de câmbio com a medida n. 70 da *Superintendência da Moeda e do Crédito* (SUMOC), fazendo com que cada produto tivesse um valor distinto, dependendo da sua quantidade de saída, medida essa que visava um maior ganho na venda do próprio café (VIANNA, 1987, p. 103-104).

No entanto, esses fatores (aliados a uma forte geada em 1953, que havia reduzido drasticamente a produção) fizeram com que a demanda ao principal produto agrícola brasileiro caísse bastante, tendo em vista uma espécie de boicote feito pelos compradores (em especial os estadunidenses), que não viam com bons olhos a forte interferência estatal na produção e venda do grão (VIANNA, 1987, p. 105-106). Dentro dessa perspectiva, OESP criticou profundamente Vargas durante todo seu mandato e, em especial, no ano de 1954, indicando que suas mudanças e imposições na economia brasileira apenas prejudicavam os produtores e o desenvolvimento do país (OESP, *Os perigos da atual política do café*, 13/07/1955). Se, em um primeiro momento, os produtores de café haviam apoiado Getúlio, agora essa classe voltava-se contra o presidente, por perceber que os ganhos caíam cada vez mais e a perspectiva no exterior tendia a piorar (VIANNA, 1987, p. 118).

Comparando o período de 1954 com o ano de 1953, o país havia vendido apenas um sexto do valor e a inflação também aumentava consideravelmente, sendo que em 1953 o índice tinha praticamente dobrado em relação a 1950, o que demonstrava um aumento de demanda por consumo e uma falta de acompanhamento na produção (FURTADO, 1979, p. 231-232). Assim, a situação brasileira era extremamente complexa, pois o país passava por uma forte crise de exportação, afetando seu produto de destaque em sua principal atividade econômica, gerando efeitos em todos os outros setores da sociedade.

O jornal paulista abordou o tema de maneira exaustiva, uma vez que boa parte de seus textos e seções eram dedicadas à agricultura. Desde os anos 1940, OESP publicava suplementos comerciais e industriais dedicados aos produtores (sem ter uma periodicidade exata), com inúmeros dados sobre a produção, cotação e vendas para esses grupos (a partir de 1955, passaria a publicar o caderno *Suplemento Agrícola* com periodicidade semanal, sempre

às quartas-feiras), tendo textos cada vez mais críticos em relação à política econômica de Vargas:

O aumento das bases de financiamento (...) estimulou as especulações altistas, que, além de encarecerem bruscamente o café nos centros de consumo, elevaram as cotações do nosso produto acima dos preços exigidos pelos nossos concorrentes. Assim, mercê dos nossos próprios erros, a vantagem da melhora da situação estatística, causada pelas geadas do ano passado, foi malbaratada a ponto de se enfraquecer desde já a nossa posição no mercado mundial, gerando graves problemas para o futuro. A queda das exportações nos últimos meses, a venda de café colombiano a preços inferiores aos nossos e a circunstância de o governo se vir obrigado a intervir no mercado, a despeito da favorável posição estatística, são fatos que demonstram eloquentemente os erros da política oficial do café e a necessidade de a modificarmos sem demora (...) Na sua ansia de conseguir do produto maior soma possível de cambiais, as autoridades federais tomaram medidas que não somente facilitaram as campanhas anticafeieiras nos países consumidores, mas transformaram também o nosso café num produto gravoso (...) (OESP, *O “impasse” da política oficial do café*, 14/07/1954).

A concorrência do café colombiano bem como a entrada de mercados asiáticos de produção também foram decisivas para a crise da produção e o boicote, cada vez mais acentuado, dos investidores estadunidenses em relação ao grão brasileiro (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 493-494). No entanto, quando assumiu o Ministério da Fazenda, Osvaldo Aranha passou a dedicar-se cada vez mais à resolução do problema, buscando aproximação com os setores estrangeiros que estavam se afastando do governo brasileiro por conta da política econômica de Vargas, organizada no começo de seu governo.

Além disso, o ministro foi apontado como o principal responsável da aproximação de Vargas, durante o Estado Novo, com os EUA, fazendo com que as linhas de crédito disponíveis para o fomento da economia e das indústrias fossem ampliadas ao Brasil, permitindo com que o então ditador conseguisse realizar uma importante política trabalhista (WIRTH, 1973, p. 47-51).

Nessa perspectiva, Aranha buscou intensificar o diálogo com os produtores e implantou uma série de medidas para essa aproximação, sendo elas reconhecidas e elogiadas tanto pelo OESP quanto pela UH. No entanto, após várias tentativas (incluindo viagens ao país norte-americano), na posse da nova diretoria do *Instituto Brasileiro do Café* (IBC, criado nos anos 1930 para regular a produção e as vendas) em 19 de julho, o ministro fez um violento discurso atacando os especuladores estadunidenses e indicando que continuaria a se

esforçar para não prejudicar o lavrador brasileiro, embora o grande problema a ser combatido estava no país norte-americano e não aqui (VIANNA, 1987, p. 167).

Com a manchete da edição do dia 20 de julho intitulada *MANOBRAS EXTERNAS PARA EMPOBRECER O BRASIL!*, o jornal carioca deu amplo destaque (inclusive com fotos) para a fala de Aranha feita em seu gabinete, indicando que lutaria até o fim, em conjunto com Vargas, para manter o preço do café brasileiro nos EUA justo e contra a especulação e o boicote dos negociadores locais:

Procuraremos dar, a seguir, uma expressão fiel do discurso pronunciado pelo titular da Fazenda e que a todos convenceu por sua cristalina precisão e sinceridade (...) Não valorizamos o nosso café artificialmente: perdemos (...) cafezais e as safras; se, por isso, ficamos sem café para exportar, por que querem, baseados em cálculos hipotéticos de safras futuras, forçar, nas manipulações bolsistas o lavrador brasileiro, já tão sacrificado? Por que forçar o Brasil a vender hoje o seu café por preços inferiores? Para que os exportadores – 95 por cento constituído de firmas estrangeiras – façam no resto do ano os seus lucros, difíceis de serem justificados por que são excessivos e mesmo incríveis? (...) Pretendem que não nos reste, pobres, desaparelhados e sem poder, senão aceitar as imposições e manobras dos exportadores e as reclamações dos consumidores norte-americanos e europeus. Querem forçar nosso lavrador a ceder e o Governo a transigir. Não será, porém, este Ministro da Fazenda, enquanto contar com o apoio do Presidente da República, nem co-autor nem cúmplice da expoliação dos lavradores brasileiros (UH, *Manobras Externas Para Empobrecer o Brasil!*, 20/07/1954).

Assim como Vargas já havia feito no anúncio do decreto do salário-mínimo, Aranha também radicalizou seu discurso e, deixando o perfil mediador de lado, passou a ter ações mais taxativas (como o jornal carioca já havia cobrado). Embora OESP viesse defendendo várias medidas do ministro da Fazenda e indicando que muitas delas não davam certo porque o presidente não permitia que fossem implantadas, dessa vez colocou-se explicitamente contra a fala feita na posse do novo grupo do IBC, indicando que a atual situação era muito mais um reflexo de atitudes erradas tomadas pelo governo do que por pressões estadunidenses ou de outros países:

A defesa que o sr. ministro da Fazenda acaba de fazer da política oficial do café é tão falha quanto esta (...) Contar mal, como tem feito o titular da pasta da Fazenda, a historia da nossa economia cafeeira talvez sirva para nutrir a demagogia oficial, mas nem de longe contribui para o esclarecimento objetivo da situação (...) Só após algumas hesitações, sob a influencia de especuladores altistas, mas também premido pela difícil situação cambial, é que o governo federal enveredou pelo caminho perigoso da valorização artificial, tendo sido o primeiro passo decisivo em tal sentido a segunda

elevação das bases de financiamento (...) (OESP, *O governo federal e o café*, 21/07/1954).

Com a inflação em alta, o custo de vida subira consideravelmente. O leite e a carne eram os produtos que mais tiveram seus valores alterados, e ambos os jornais repercutiam o assunto, cada um a seu modo. A única convergência entre ambos eram as críticas à COFAP, uma vez que o órgão não estaria executando bem as regulamentações que deveria fazer e estaria atrapalhando o bom andamento da economia nacional. No início do mês, o ministro da Fazenda já tinha dado ao entender que o órgão poderia ser extinto, o que causou reações positivas de ambas as publicações.

Nesse contexto, tanto São Paulo quanto Rio de Janeiro passavam por problemas de abastecimento de carne, com preços exorbitantes. E ambas as publicações atentaram novamente para a negligência da COFAP no caso, sendo que para OESP tal ponto era mais um problema da intervenção estatal na economia (OESP, *Depende da COFAP a solução do problema da carne em S. Paulo*, 22/07/1954) e a UH indicou que o órgão não seguia mais os princípios do governo e estaria prejudicando o bom andamento do país, dando inclusive uma manchete sobre o assunto (UH, *FAZ VISTA GROSSA A COFAP NO CÂMBIO-NEGRO DA CARNE!*, 22/07/1954), afirmando que também vários outros produtos eram mal regulados e que tendiam a ter o mesmo destino da carne (e que já tivera o leite).

Além dos desencontros na economia, as sucessões estaduais e a federal também eram fortes motivos de disputas e fonte de grande instabilidade política para o já conturbado momento. Em vários estados ocorreram brigas e intervenções de diretórios nacionais nas disputas, sendo que essa movimentação influenciava e era influenciada, também, pela composição para a eleição para o Executivo nacional no ano seguinte.

No caso paulista, a discussão foi bastante intensa, indo para além da indefinição da candidatura de Jânio Quadros (que acabou saindo como candidato pelo PTN), uma vez que os principais partidos não conseguiram chegar a um entendimento em relação a uma possível candidatura em comum. O PTB, fragmentado, lançou o deputado estadual Vladimir Toledo Piza, mas sua candidatura foi abandonada pela maioria do partido, fragmentada em outras chapas (D'ARAÚJO, 1996, p. 80-81).

Com a confirmação do lançamento do nome de Ademar de Barros pelo PSP, o governador Lucas Garcez passou a buscar um nome para evitar a subida de seu desafeto ao poder. Embora o atual governador tivesse sido secretário de Viação e Obras Públicas de Ademar no governo anterior, acabou se desentendendo com o seu “padrinho” político pela sua

interferência em seu governo, querendo nomear secretários e dar direcionamentos em suas ações. O rompimento fora público e Garcez deixou o PSP em setembro de 1953 (SAMPAIO, 1982, p. 81-82), não se filiando a nenhum outro partido político até então.

As outras agremiações ainda não haviam se mobilizado com candidaturas e, por isso, as lideranças começaram a buscar um nome em comum para aglutinar forças. Em seus editoriais, OESP cobrava uma postura rápida desses grupos, uma vez que Jânio já se licenciara da prefeitura para fazer campanha e Ademar já estava viajando pelo estado mobilizando vários grupos que o apoiava (e reconquistando grupos que haviam ficado do lado de Garcez na disputa, mas que se mantiveram no PSP). Logo, urgia a necessidade da definição de um terceiro nome para vencer ambos (OESP, *O problema da UDN*, 17/07/1954).

Após muitas indefinições, o PSD indicou o nome do deputado federal Cunha Bueno como candidato (CARNEIRO, 1982, p. 109). A ideia era congregiar as principais forças, no entanto vários partidos não viram com bons olhos esse lançamento, incluindo a UDN, que queria um nome de dentro de suas próprias fileiras. Após alguns dias de negociação, o novo postulante à vaga foi o mesmo candidato do partido em 1950, o ex-prefeito da capital paulista, Prestes Maia (CARNEIRO, 1982, p. 111).

Árduo defensor do candidato na eleição passada, OESP não titubeou em apoiar novamente seu nome, uma vez que seria a melhor opção para reestruturar São Paulo (embora passasse a apoiar Garcez após o rompimento com Ademar, o jornal paulista ainda era crítico de sua gestão em vários aspectos) e alguém que não era ligado à estrutura partidária, já que, embora Prestes Maia fosse candidato pela UDN, não possuía nenhum vínculo com esse grupo e nem carreira política (fora prefeito de São Paulo durante quase todo o Estado Novo, mas nomeado por Ademar de Barros), tendo suas atividades limitadas à iniciativa privada. Todavia a articulação política entre esses partidos não fora nada simples. O PSD e o PTB não queriam abrir mão de suas candidaturas (antes de lançar Toledo Piza, o nome indicado pelos trabalhistas foi o do deputado federal Marrey Jr) e propuseram à UDN abrir mão de sua candidatura para buscarem um nome em comum. Essa postura foi bastante criticada pelo OESP, indicando que Prestes Maia não era um membro da UDN, e que o partido já tinha deixado de escolher alguém de seus quadros para apoiar alguém com essas características procuradas, sendo que os outros grupos deveriam observar isso de maneira mais apropriada (OESP, *O momento é de ponderação*, 14/04/1954).

Com muitas discussões (e demora, como salientara, cada vez mais, os editoriais e reportagens do OESP), no fim de abril foi confirmada a chapa com Prestes Maia candidato a governador e Cunha Bueno como vice, em uma composição aglutinando os principais

partidos do Brasil em São Paulo. Além disso, a candidatura contou com apoio maciço do governador, que não mediria esforços para fazer seu sucessor uma vez que, se conseguisse tal ato, venceria seu antigo “padrinho” político e desafeto e, ao mesmo tempo, revidaria a grande derrota sofrida para Jânio Quadros no ano anterior, quando o candidato apoiado por ele, seu ex-secretário de saúde, Francisco Cardoso, fora derrotado pelo atual prefeito (SAMPAIO, 1982, p. 83-84).

Ainda assim, a sucessão paulista não foi a mais complicada para a definição de candidatos ou de relações cordiais entre os concorrentes. No Rio Grande do Sul, os partidos também demoraram muito tempo para se definirem e, após muitas trocas de acusações e ameaças, foram estabelecidas como candidaturas principais a do prefeito de Porto Alegre, Ildo Meneghetti (PSD), que contou com o apoio da UDN gaúcha e a do senador Alberto Pasqualini (PTB), indicando uma intensa disputa entre as principais forças do período.

A indefinição foi grande porque a seção trabalhista gaúcha tinha definido o lançamento de Jango como candidato, mas este relutou até o último momento em assumir a indicação (FERREIRA, 2011, p. 135). Após a definição por Pasqualini, o presidente nacional do partido teve seu nome lançado ao senado (questão que causou grande impacto na política nacional, pois os opositores do governo não desejavam que Goulart fosse candidato a nenhum cargo. Seu nome também foi indicado como candidato ao senado pelo Distrito Federal, mas acabou recusando também) (BODEA, 1992).

Na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, as eleições também foram marcadas por processos complexos, uma vez que alguns ministros de Vargas entraram na disputa. No estado baiano, Antônio Balbino deixou o Ministério da Educação para estruturar sua candidatura pelo PTB com apoio da UDN, contra o ex-ministro da Educação de Dutra e reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, lançado pelo PSD. O atual ministro de Vargas era membro desse partido, e teria feito um acordo com alas da UDN, do PTB e do PL à revelia do governador Régis Pacheco, que tinha um planejamento diferente e não pensava em compactuar com os udenistas (liderados por Octávio Mangabeira). Além disso, sua própria nomeação como ministro de Vargas teria causado mal-estar no partido, já que a seção baiana não apoiava mais Getúlio. Após várias idas e vindas (com muitas brigas dentro dos círculos pessedistas), o partido escolheu Calmon e Balbino, contrariando a convenção, estruturou sua candidatura com as dissidências que já haviam anunciado apoio (DANTAS NETO, 2006).

No estado do Rio de Janeiro, o ex-ministro da Saúde e deputado federal Miguel Couto Filho, do PSD, também descompatibilizou-se para ser candidato. Embora não fosse um nome que causasse repúdio, era malvisto por vários setores por ter se aproximado de Vargas e,

principalmente, de Amaral Peixoto, atual governador e genro do presidente. A UDN carioca, altamente influenciada por Carlos Lacerda, acabou não optando por compor chapa com os pessedistas e lançou a candidatura do senador José Carlos Pereira Pinto, um dos fundadores do CL (PEDROZA, 2010).

No caso pernambucano, o nome de consenso foi o do general Cordeiro de Farias, nome de alta patente do Exército e que, desde 1952, ocupava a chefia da Zona Militar Norte, sediada em Recife. Vários partidos já haviam direcionado acordos para manter essa candidatura e os entendimentos caminhavam para esse único nome. Essa movimentação fora costurada pelo governador Etelvino Lins, que também organizava os entendimentos para uma candidatura desse tipo em nível nacional (o nome de Cordeiro de Farias chegou a ser considerado para a presidência), dentro dessa mesma perspectiva (GAMA NETO, 1995). Entretanto seções do próprio PSD e, principalmente, vários diretórios da UDN pernambucana se voltaram contra o acordo e não concordaram com a indicação. A partir disso, intensa movimentação tomou conta do cenário político pernambucano, uma vez que o governador procurava articular sua própria sucessão e também a eleição do novo presidente do país, elevando o estado de Pernambuco ao centro da política nacional (mas não, necessariamente, de maneira harmoniosa). Após muito diálogo e vários desencontros, a seção estadual udenista, com o apoio de dissidentes de outros grupos, organizou a candidatura de João Cleofas, como uma forma de resistir ao domínio de Etelvino Lins no estado (GAMA NETO, 1995).

Embora tenha sido um dos fundadores da UDN em Pernambuco, a relação do então ministro da Agricultura com o diretório nacional do partido era bastante conflituosa, principalmente na organização para as eleições de 1950, quando ele fora candidato ao Executivo estadual e apoiara Vargas contra Agamenon Magalhães, que fora muito próximo de Getúlio, mas que, em nível nacional, permaneceu ao lado de Dutra e fez campanha para Cristiano Machado, rompendo com o político gaúcho. Esse apoio de Cleofas a Vargas foi muito malvisto pela UDN nacional, uma vez que o partido estruturara a campanha de Eduardo Gomes totalmente contrária a toda e qualquer aproximação com o “caudilho dos pampas” (GAMA NETO, 1995).

Derrotado na eleição, Cleofas assumiu o ministério da Agricultura e foi um dos principais suportes do governo Vargas até sua saída para o processo eleitoral (DULCI, 1986, p. 108). Essa participação do ex-ministro foi extremamente criticada pelo OESP e bastante bem vista pela UH, uma vez que o jornal paulista via a entrada do líder da UDN pernambucana como mais uma das inúmeras manobras de Getúlio para interferir na campanha

eleitoral dos estados, enquanto que o diário carioca elogiou bastante seu desempenho como ministro (mesmo sendo um udenista).

Em editorial, OESP comemorou o fato de o diretório nacional manter o apoio à candidatura de Cordeiro de Farias. A situação foi tão intensa que Eduardo Gomes viajara até Recife, no início do mês, para tentar encontrar uma fórmula de união entre os udenistas, mas não obteve sucesso algum. A partir desse ponto, o presidente da UDN, Artur Santos, chegou a cogitar a intervenção nacional no diretório pernambucano que apoiava ostensivamente a candidatura de Cleofas. Além disso, a seção carioca (e vários setores de outros estados) pediu a expulsão do então ex-ministro da Agricultura do partido. Como especificado no texto do jornal paulista:

O erro praticado pelos udenistas pernambucanos, se não fosse condenado pelos udenistas não só do Rio como de todo o Brasil, tiraria ao partido o melhor do seu prestígio, rebaixando-o à condição dos outros partidos nacionais em que não há respeito e compromissos e as combinações se tecem e destecem a toda a hora, da maneira mais escandalosa (...) Maisdeploravel ainda se tornou o que houve em Pernambuco, porque foi ocasionado pela malícia do sr. presidente da Republica, metendo no espirito do sr. João Cleofas a idéia de que seria o candidato ideal para o governo de Pernambuco (...) A UDN continua, portanto, a ser o partido das grandes reservas morais do País, o partido de princípios rigidios e de limpidos ideais. Ainda bem. Perderia imenso a democracia brasileira se a fraqueza dos pernambucanos não tivesse corretivo e as ambições do ex-ministro da Agricultura, alimentada, manhosamente, pelo sr. presidente da Republica, quebrassem as tradições morais da vigorosa agremiação (...) (OESP, *A vitória da moral*, 29/07/1954).

Embora OESP condenasse as intervenções da executiva nacional do PTB em seus diretórios (especialmente em São Paulo), aprovou a interferência em Pernambuco (embora o diretório não fora destituído). Já o diário carioca, mesmo com uma ênfase bem menor do que OESP, também abordou o assunto e indicou que a candidatura de Cleofas era democrática e importante, uma vez que o grupo tecia fortes críticas a Etelvino já há algum tempo, por sua intromissão no processo eleitoral nacional, uma vez que suas movimentações não eram bem vistas por Vargas, pois esse tencionava direcionar sua própria sucessão com entendimentos entre os vários partidos (UH, *Por Trás da Cortina*, 29/07/1954).

Após dar destaque para a fala do ex-ministro da Agricultura na Câmara (de onde iria se licenciar novamente para a candidatura), a UH chamou a atenção para a falta de habilidade da UDN nacional em resolver o problema, bem como na composição de forças para vencer Etelvino e Cordeiro na eleição:

Após historiar vários episódios, o Sr. João Cleofas referiu-se ao fato de, na consulta feita ao General Cordeiro de Farias sobre se concordaria que o seu nome fosse levado às convenções partidárias, ter esse militar feito um discurso, enaltecendo pessoalmente, apenas, o Governador Etelvino Lins, acentuando-lhe a condição de Presidente do Partido majoritário. Frisou que, esse julgamento provocou imediato descontentamento dos udenistas, a maioria desencantada com o acôrdo de 1952, em que foi eleito o Sr. Etelvino Lins, continuando a UDN a ser tratada como partido oposicionista (...) Citou um telegrama do Senhor Afonso Arinos, com largados elogios ao Sr. Etelvino Lins, que provocou repulsa da U.D.N. pernambucana, tendo o Sr. Alde Sampaio reclamado ao Sr. Artur Santos, Presidente Nacional do Partido (...) Continuando em sua exposição, declarou o Sr. João Cleofas que o Brigadeiro regressou de Recife, para onde se transportara, sem nada ter obtido (...) Reportou-se depois, ao encontro que teve na residência do Sr. Neto Campelo, com o General Cordeiro de Farias, onde formulou a esse militar um apelo no sentido de que ele adiasse o lançamento do seu nome pelo PSD, pois tinha convicção de lhe levar o apóio da Convenção da UDN. Tratava-se de um adiamento por dois dias. Uma simples deferência a um partido, cuja atitude devia ele sua candidatura. Não foi possível obter a aquiescência do candidato, só então pensando em ser agradável ao PSD etelvinista (...) (UH, *Fugiram do Plenário os Detratores de Cleofas*, 27/07/1954).

Essas diferentes versões para os acontecimentos foram exploradas de maneira constante por ambos os jornais, que evidenciaram uma forte disputa em relação ao assunto, principalmente quando Jango viajou a Pernambuco para orientar o PTB a apoiar a candidatura do ex-ministro da Agricultura, levando as cisões nacionais para o microcosmo estadual.

Embora os partidos, por lei, tivessem que ser concebidos com estrutura nacional, as seções estaduais possuíam grande autonomia e força dentro dessas agremiações, indicando que a busca por consenso político dentro desses grupos, pensando em todo o Brasil, ainda era uma quimera, tendo, nesse meio, fortes resquícios do período anterior a 1930. Além disso, a lógica das coligações também não seguia uma constância partidária, e os políticos, regionalmente, se organizavam não levando em conta, necessariamente, as divisões políticas, mas sim interesses em comum (SOUZA, 1990, p. 83-85).

Em linhas gerais, o governo Vargas caminhava com perspectivas bastante truncadas: recomposição ministerial por conta das eleições, optando por manter nomes técnicos em substituição às saídas (a única indicação política foi para o Ministério da Agricultura, ocupada interinamente por Osvaldo Aranha por um mês e, depois, ficou nas mãos do senador pernambucano Apolônio Sales, do PSD); relação minoritária com o Legislativo, uma vez que a UDN continuava em forte oposição ao seu governo e os outros partidos majoritários, mais envolvidos com o processo eleitoral do que com os acontecimentos no país (em especial o PTB, extremamente fragmentado em várias unidades federativas, fazendo com que Jango

viajasse constantemente para inúmeras partes do Brasil mais para solucionar problemas do que criar consensos); e, por fim, com uma economia frágil, tendo altas elevações no custo de vida e com a exportação do café em declínio, sendo que o salário-mínimo, recém-implantado, ainda não conseguira movimentar a economia, com o mercado ainda “se adaptando” ao novo valor.

Getúlio Vargas chegou ao mês de agosto com estas perspectivas: esperança de melhorias na economia por conta do salário-mínimo e, talvez, um possível congelamento dos preços, além de recomposições partidárias por conta das eleições estaduais (já que, em vários estados, a UDN e o PTB estavam unidos), bem como dando início às conversas para a sua sucessão, tentando mobilizar forças para ir contra o esquema organizado por Etelvino Lins e, de certa forma, procurando sobreviver a todo esse turbilhão, buscando, novamente, um mínimo de governabilidade.

Em relação aos jornais, a tônica foi mantida: enquanto OESP manteve seu caráter acusatório, de maneira cada vez mais extremada, contra o presidente, a UH procurou amenizar tais críticas e demonstrar as realizações e o desenvolvimento do governo, indicando que o país não estava paralisado. Nessa disputa intensa entre culturas políticas distintas, o mês de agosto chegava ao alvorecer sob uma forte neblina, que parecia cada vez mais densa e difícil de ser dissipada.

4.2 Do assassinato ao suicídio: os últimos momentos de Getúlio Vargas

O subtítulo acima, tomado do historiador estadunidense Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1976, p. 73), dá o tom ao mês de agosto de 1954, inundado por uma série de acontecimentos que inflaram a crise política a tal ponto que acabou eliminando quaisquer entendimentos possíveis entre Vargas e a oposição.

Nessa perspectiva conflituosa, o governo chegou a esse período com intensa movimentação do Exército contra ele mesmo, sendo que muitos grupos (principalmente os de baixa patente) demonstravam grande insatisfação com a crise econômica e os possíveis desmandos de Vargas no poder. Como tentativa de reafirmar o compromisso e o comando com os militares, foram promovidos dois churrascos para homenagear o presidente e demonstrar apoio das brigadas ao governo: em maio, o Ministro da Guerra recebeu Getúlio e vários políticos influentes em sua residência, consolidando (ou tentando construir) apoio irrestrito da caserna ao político gaúcho.

Esse fato recebeu amplo destaque da UH, com fotos e pronunciamentos valorativos do ocorrido (UH, *O Dia do Presidente*, 14/05/1954), mas a condenação do OESP pelo uso indevido de um festejo para interferência na política (OESP, *O HOMEM FORTE...*, 14/05/1954). Dois meses depois, o general Amaury Krueel também ofereceu um churrasco como forma de “selar a paz” com o presidente, uma vez que fora um dos signatários do Manifesto dos Coronéis. No entanto, embora as altas patentes do Exército demonstrassem garantias à ordem e apoio irrestrito a Vargas, várias notícias, em ambos os jornais, davam a entender que havia certa insatisfação entre alguns grupos, principalmente após o confirmado aumento do salário-mínimo (SINTONI, 1999, p. 87-89).

Do ponto de vista político, o nome mais incômodo da oposição, Carlos Lacerda, aumentava cada vez mais o tom contra Samuel Wainer. Após o episódio que dera origem ao *Corvo*, o clima entre o diretor da TI e da UH beirou o insuportável, sendo que a troca de acusações entre ambos continuou cada vez mais intensa.

E as acusações de Lacerda direcionavam-se a Wainer, mas miravam, de fato, outro alvo. Embora mais distante, essa personagem era a mais desejada pelo diretor da TI: o próprio Vargas. O tom aumentou dos dois lados, com a UH dando grande ênfase ao processo movido por Lutero Vargas ao jornalista carioca, abusando das charges e de textos jocosos, duvidando de sua sanidade mental e de sua ética. Na edição do dia 01 de julho, por exemplo, o jornal carioca deu grande destaque para uma possível movimentação de setores da UDN para diminuir a influência de Eduardo Gomes dentro do partido, trazendo como manchete: *CONSPIRAÇÃO NA UDN PARA LIQUIDAR O BRIGADEIRO!*, com o periódico fazendo a defesa da liderança história dos udenistas e indicando-o como um adversário político, porém honrado e sem máculas, que estaria sendo minado na agremiação exatamente por ser assim (UH, *Conspiração na UDN Para Liquidar o Brigadeiro*, 01/07/1954).

No dia seguinte, o jornal relembrou várias declarações de Lacerda contra Eduardo Gomes, ainda insistindo na tese de que o Brigadeiro estaria sendo abandonado dentro da UDN. O texto, publicado no CM em 22/03/1947 e assinado pelo próprio diretor da TI, chamava o presidente de honra do principal partido opositor de Vargas de *INIMIGO DA PÁTRIA E DO PROLETARIADO*. Embora a UH não tratasse o candidato derrotado por Dutra e Vargas de maneira positiva, utilizou-o no episódio com ótimas referências, como maneira de atacar seu grande inimigo:



Imagem 20 – Montagem com Eduardo Gomes à esquerda e charge do *Corvo* partindo para o ataque, dando a clara ideia do que estaria acontecendo no período. Imagem retirada de UH, 02/07/1954.

O jornal carioca também fez várias críticas a Lauro Sodré Neto, engenheiro e candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, por ter pego dinheiro emprestado do BB de maneira muito parecida como Jango pegou, com pagamento de juros baixíssimos. Esse ataque foi direcionado a Lacerda, pois Sodré Neto era próximo do CL, com bastante trânsito na TI. Assim, a UH indicava que o moralismo de seu principal inimigo era falso, já que também se utilizava das mesmas formas com as quais atacava em benefício próprio, somente transformando em notícia as perspectivas que lhe convinham (UH, *HERÓI DOS “18” DO ROUBO E DO GOLPE ARROMBA OS COFRES DO BANCO DO BRASIL*, 15/07/1954).

Além disso, ao noticiar que Lacerda iria depor por conta do processo movido por Lutero Vargas, aproveitou para caracterizá-lo de maneira extremamente negativa, indicando-o como criminoso e desequilibrado, entre outras coisas:

Hoje, mais uma vez, o fanfarrão Carlos Lacerda comparecerá à Justiça. Perante o Juiz da 14ª Vara, o conhecido capitão do Roubo e do Golpe será interrogado como réu pelo crime a que responde num processo instaurado em muito boa hora pelo Deputado Lutero Vargas. E quando se fala em crime de Carlos Lacerda não é preciso ser muito loquaz. Todo mundo sabe que êsse falso jornalista é um inveterado freguez da honra alheia. Todo mundo sabe que seus encontros com os tribunais são sempre motivados pelos ataques que êle fêz à dignidade de alguém (...) Falar nesse troca-tintas é trazer à tona o conteúdo das sargetas, é rebuscar o que há de mais sórdido na condição humana. Falar na sua imprensa é relemburar o “jornalismo dos salteadores, dos “gangsters” americanos que em dado momento criaram o terror através da letra de fôrma, organizando uma imprensa de sicários que tem o nome de “imprensa amarela”. Vai hoje êsse serviçal da mentira e da reputação alheia defrontar-se com aquilo que mais teme porque está além de suas garras (...) O Deputado Lutero Vargas, através dêsse processo, vai lavar o peito de muita gente que se arreceia das lorotas de Lacerda, vai desagrar a sociedade brasileira, sobretudo os homens públicos dêste país – a maioria vítima de um irresponsável. A Justiça brasileira que sempre se colocou em posição elevada saberá punir êsse criminoso, mandando-o para a cadeia ou para um hospital de desajustados mentais (UH, *UM CRIMINOSO PERANTE O TRIBUNAL*, 26/07/1954).

No dia 23 de julho, após a Câmara negar a licença para processar Euvaldo Lodi e Lutero Vargas pelo envolvimento nos casos levantados pela CPI da UH, Frota Aguiar, que foi relator da CPI (e que havia votado a favor do impeachment de Vargas) e acusado por vários membros do partido de ter colaborado com os oposicionistas contra a estabilidade do governo, fez um pronunciamento de revolta à orientação da Câmara de não punir os envolvidos e, na própria tribuna, rasgou o relatório conclusivo dos trabalhos, em um ato de fúria. OESP deu grande destaque para o fato, fazendo um breve resumo dos acontecidos e da própria fala do orador:

Um dos primeiros oradores da tarde esteve na tribuna unicamente para rasgar o inquerito feito em torno das transações entre “Ultima Hora”, a empresa “Erica” e o Banco do Brasil. Foi precisamente o sr. Frota Aguiar, o relator da comissão que investigou o rumoroso caso. Disse o representante carioca que ia prestar uma homenagem á Justiça e á maioria da Camara; a esta, quando afastou do processo dois dos maiores responsaveis, srs. EuvaldoLodi e Lutero Vargas, negando licença para o respectivo processo; e á Justiça, quando absolveu “o maior culpado”, sr. Ricardo Jafet, a quem concedeu “habeas corpus”. Rasgar o inquerito – acentuou – “é a unica satisfação que tenho para comigo mesmo”. Disse mais o sr. Frota Aguiar: “Ontem foi o ultimo dia vivido pelo inquerito mandado instaurar por esta Camara para averiguar as transações ilicitas, irregulares, entre a empresa dirigida por aventureiros e o Banco do Brasil. Estamos diante de uma realidade, de um fato consumado. Se esse fato desapareceu na Justiça, com a absolvição do principal acusado (sr. Ricardo Jafet), quero também que ele aqui, nesta hora dramatica, viva o seu ultimo dia. Desejo apresentar as minhas homenagens á justiça sábia do meu País, com este ato que agora vou praticar”. E rasgou o

inquerito, os próprios volumes do “Diário Oficial”, um por um, onde se continham os autos (OESP, *Rasgado dramaticamente da tribuna o inquerito sobre o escândalo dos empréstimos à “Última Hora”*, 24/07/1954).

No mesmo dia, o jornal carioca não deixou por menos e publicou um texto em sua capa, criticando veementemente o deputado e indicando que seu “espetáculo” foi uma grande ofensa ao trabalho feito até então, além de indicá-lo como um grande traidor dos trabalhistas, renegando sua própria origem:

Novo espetáculo de tartufismo indígena foi dado em plena sessão da Câmara dos Deputados ontem por Frota Aguiar quando, num gesto de ridículo atroz rasgou a cópia do inquérito realizado naquela Casa Legislativa sobre as transações entre o Banco do Brasil e a ÚLTIMA HORA. Com toda a responsabilidade que o momento lhe acarretava, como orador inscrito, numa das sessões oficiais do Congresso, êsse pândego resolveu insultar a Justiça menosprezando o pronunciamento do Tribunal Superior de Recursos que concedeu “habeas corpus” ao sr. Ricardo Jafet (...) Na verdade, Frota Aguiar apenas se revelou. Ontem, o cínico perdeu o que lhe restava da máscara de vestal da República. Apareceu a nu. Surgiu como êle é, realmente êsse monstro de esbotinismo falsa honestidade e impertinência de asno. Furibundo, ventas dilatadas, orelhas a balançar com os movimentos da cara, confessou a sua frustração porque a Justiça contrariou sua vontade. E como o seu semelhante irracional Frota trotava dentro da tribuna. Trotava e espumava. Espumava e estremecia (...) Ao rasgar a cópia do processo o trêfego representante cometeu uma descoberta para com o plenário da Câmara, injuriou o Judiciário e se aprofundou na desmoralização de si próprio (...) (UH, *INSULTADO O JUDICIÁRIO NO PLENÁRIO DA CÂMARA*, 24/07/1954).

Principalmente após o ato de Frota Aguiar, a UH voltou a estar em evidência, sendo alvo de várias críticas. Três dias antes, por exemplo, OESP deu destaque para fala do deputado Hélio Beltrão (UDN/RJ), indicando que iria pedir licença para processar Danton Coelho, diretor “de um jornal fundado com dinheiro tirado do Banco do Brasil” (OESP, *Repulsa a calúnias de jornalista estrangeiro a políticos brasileiros*, 21/07/1954), uma vez que o periódico tinha apontado, meses atrás, que Beltrão estaria envolvido em comércio ilegal de dólares e divisas (reportagem apontou imagens de fax que comprovariam as movimentações) e incitava campanha contra o deputado por ele ser um dos principais apoiadores de Lacerda (UH, *Certifica a Polícia: O Deputado do Roubo e do Golpe Acusado em Transações de “Câmbio-Negro” de Dólares*, 30/06/1954).

No entanto, um acontecimento traria uma instabilidade ainda não vista no governo de Vargas. Na madrugada do dia 05 de agosto, no Rio de Janeiro, o diretor da TI voltava do Colégio São José, onde havia participado de um comício, uma vez que estava tentando uma

vaga na Câmara Federal. Devido aos inúmeros ataques feitos a várias pessoas, Lacerda colecionava inimigos e, por temer atentados contra sua própria vida, andava sempre armado e com, pelo menos, um segurança. Nessa madrugada, estava acompanhado de um major da Aeronáutica, Rubens Florentino Vaz, e de seu filho mais velho, Sérgio (DULLES, 1992, p. 175-177).

Várias versões, ao longo desses mais de 60 anos, foram dadas para os acontecimentos daquela madrugada. Alguns aspectos não foram esclarecidos até os dias atuais (MENDONÇA, 2002, p. 147-151)³¹, uma vez que inúmeros pontos ficaram sem explicações plausíveis. Entretanto, pode-se dizer que, em linhas gerais, ao chegar à rua Tonelero, em Copacabana, Lacerda e o filho se despediram do major e encaminharam-se para a entrada do edifício Albervânia onde moravam. Saíram do carro e iam para a entrada principal do prédio, quando o jornalista teria percebido que esquecera a chave, tendo acesso apenas à garagem. Junto com o filho, caminhou rumo ao portão ao qual tinha acesso, um pouco mais distante de onde o carro estava parado.

Segundo palavras do próprio dono da TI, quando se preparava para abrir o portão da garagem, virou-se em direção do carro para despedir-se de Vaz e notou um homem aproximando-se do veículo. Embora tenha achado estranha a movimentação, não teria tido tempo para dizer ou fazer algo, pois esse senhor, que se movera rumo ao automóvel, sacou um revólver e passou a atirar. Em um primeiro momento, Lacerda não percebera do que se tratava de fato, tendo apenas impulso para puxar sua arma. No entanto, seu filho agarrou-se a ele com medo e, embora tenha tentado desvencilhar-se de Sérgio, não conseguiu fazê-lo, além de sentir uma dor exorbitante no pé esquerdo, que em instantes percebeu banhado em sangue (LACERDA, 1978, p. 133).

Conseguiu entrar na garagem e abrigou o filho no prédio, voltando para a entrada. Avistou novamente o homem que tinha atirado e, trêmulo, disparou várias vezes em direção ao local onde esse senhor estava. Ele entrou em um carro e fugiu. Ao virar-se para o carro no qual havia chegado em casa, Lacerda viu um corpo estendido no chão e arrastou-se até o local, confirmando sua primeira impressão: era o major Vaz, com o peito todo manchado de vermelho e agonizante (DULLES, 1992, p. 177-178). Gritando para o filho chamar a polícia,

³¹ Há muitas contestações à versão oficial, estruturada pelo próprio Lacerda, uma vez que foi questionado o fato de que um tiro no pé teria causado apenas um ferimento superficial (o ferido saiu do hospital com o pé enfaixado), sendo que a arma de Calibre 45 era bastante potente. Além disso, o jornalista nunca permitiu que sua arma fosse analisada, assim como vários indícios que não teriam sido esclarecidos e, por conta da gigantesca consequência política, não foram investigados de maneira devida (MENDONÇA, 2002, p. 147-151). No entanto, para efeito da análise realizada na tese, foi feita uma restrição relacionada à versão oficial e sua repercussão nos jornais, uma vez que foram esses fatores que influenciaram nos acontecimentos políticos da época.

logo começaram a chegar pessoas para averiguar o ocorrido e um vizinho prontificou-se a levá-los ao hospital Miguel Couto.

Vaz chegou já morto ao hospital e Lacerda, embora desorientado emocionalmente, não corria risco de morte. Pouco mais de uma hora após a ocorrência, o jornalista voltou ao seu apartamento e a entrada do prédio estava cheia de pessoas, desde curiosos até inúmeros policiais, jornalistas e vários políticos para se inteirarem sobre o ocorrido (MENDONÇA, 2002, p. 148).

Segundo o próprio dono da TI, o delegado da região começou a interrogá-lo e teria insinuado que havia tido uma briga entre ele e Vaz, e que Lacerda teria sido o assassino do major (mesmo que sem intenção). Além disso, o delegado também queria confiscar a pistola do jornalista para a realização da perícia. Indignado, o jornalista expulsou o policial de seu apartamento, dizendo que só responderia à Polícia de maneira oficial, não admitindo nenhum tipo de insinuação (LACERDA, 1978, p. 133-134).

O jornalista ainda estava perturbado por pensar que poderia ter matado Vaz, já que tinha dado vários tiros a esmo e não vira em quem alvejara. No entanto, o deputado federal Armando Falcão (PSD/CE), após conversar com alguns policiais ali presentes, teria dito ao dono do imóvel que, ao que tudo indicava, os ferimentos em Vaz teriam sido causados por balas de calibre 45, que eram as armas oficiais das Forças Armadas. Como ele possuía uma arma de calibre 38, ficou mais aliviado por não ter cometido o assassinato (DULLES, 1992, p. 179) e, além disso, pouco à frente um guarda municipal ouviu os disparos e tentou parar o carro, mas também foi baleado (sem gravidade) e, na troca de tiros com o veículo em fuga, acabou perfurando-o (que, posteriormente, revelar-se-ia um táxi).

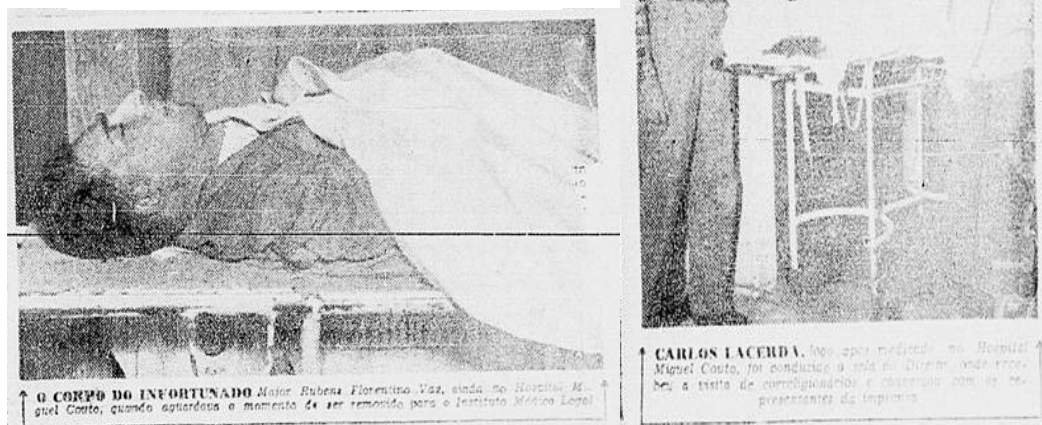
Esse ato, como já esperado, causou um terremoto sem precedentes no governo. Na edição do mesmo dia da TI, Lacerda fizera um texto furioso contra os homicidas e, mesmo sem a investigação do caso ter começado concretamente, já registrara linhas certeiras contra o grande culpado pela ocorrência, ao seu ver:

RUBENS Florentino Vaz, herói do Correio Aéreo Nacional, pai de quatro crianças, caiu esta noite a meu lado. Meu próprio filho correu, com êle, o risco a que estão sujeitos os brasileiros entregues a um regime de corrupção e de terror (...) Hoje, que mais posso dizer? A visão de Rubens Vaz na rua, com duas balas à queima-roupa; a viagem interminável que fiz com êle até o Hospital, vendo-o morrer nos meus braços, impede-me de analisar a frio, neste momento, a hedionda emboscada desta noite (...) Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por êsse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite (...) Êsse homem chama-se Getúlio Vargas (...) Êle é o responsável intelectual por êsse crime. Foi a sua proteção; foi a covardia dos que acobertaram os

crimes dos seus asseclas que armou de audácia os bandidos (...) (TI, *O sangue de um inocente*, 05/08/1954).

Rapidamente a imprensa repercutiu o caso. Na data do incidente, OESP publicou uma breve nota sobre o caso (por ser matutino, o texto foi feito bem rapidamente, sem grande destaque no caderno principal) e a UH trouxe como manchete o acontecimento, limitando-se a descrever os fatos e com fotos tanto do corpo de Vaz como de Lacerda hospitalizado:

Imagem 21 – À esquerda, cadáver do major Rubens Vaz. Já à direita, foto de Lacerda no hospital. Imagens publicadas na UH, em 05/08/1954.



No mesmo dia do atentado, no meio da madrugada, o motorista do táxi envolvido no caso, Nelson Raimundo Corrêa, procurou a polícia para falar o que sabia sobre a situação. Embora alegasse não saber o que os passageiros estariam fazendo, ficou detido para mais averiguações e para o acesso a possíveis novas informações sendo que uma das primeiras levantadas foi de extrema importância para a resolução do caso: o ponto no qual o motorista trabalhava era muito próximo ao Palácio do Catete, levantando suspeitas de que alguém ligado ao Executivo pudesse ter algum envolvimento naquela situação (MENDONÇA, 2002, p. 152-153).

Em editorial do dia 06 de agosto, OESP reforçou a tese de Lacerda de que, independentemente de quem fosse o mandante do crime, Vargas seria o grande responsável pelo acontecimento, uma vez que teria sido complacente com vários casos de violência

exercidas (assim como no caso de Nestor Moreira) e levava o país ao caos completo, sendo esse atentado o ponto culminante de toda a desordem reinante no Brasil:

Esse atentado, expressão de costumes sertanejos em pleno coração da capital do Brasil, mostra que, ao lado da desmoralização que o governo introduziu no País, cresce a insegurança pessoal. Quem se atreve a criticar as proezas dos familiares do Catete e os abusos do sr. presidente da República está sujeito a golpes dessa natureza (...) Começa, dessa maneira, a expandir-se, na capital do Brasil, o cangaceirismo político (...) O regime de terror que a gente do governo procura estabelecer no País, numa ditadura disfarçada, tem que ser eliminado no nascedouro. Nenhum cidadão é caça inerte dos bandidos ao serviço da gente nefasta e covarde que, depois de explorar largamente os recursos financeiros do País, tenta fazer calar todas as bocas, em condições de lhes proclamar as torpezas (...) (OESP, *Surto de Banditismo*, 06/08/1954).

Em várias páginas do jornal paulista houve destaque para o acontecimento e, em praticamente todos os textos, Vargas sempre foi apontado como o grande culpado. Em um de seus textos, OESP lembrou que não fora a primeira agressão mais séria sofrida por Lacerda. Em um jantar no Copacabana Palace no dia 23 de março daquele mesmo ano, o jornalista jantava quando foi interpelado pelo filho de Osvaldo Aranha, Euclides, sendo esbofeteado no rosto. O agressor estava armado e preparava-se para atirar no dono da TI, mas foi impedido pelas pessoas ali no restaurante. O motivo da fúria teria sido alguns textos com críticas exacerbadas (segundo o próprio jornalista em suas memórias, tais artigos teriam sido motivados por Aranha ter mentido no caso da CPI da UH) ao ministro da Fazenda (LACERDA, 1978, p. 121-122).

Relembrando esse caso e outros de agressões sofridas, OESP passou a indicar a intolerância dos homens do governo contra seus opositores, além de dar grande destaque para declarações de Eduardo Gomes, indicando que havia grande agitação na Aeronáutica e que todos os membros esperavam uma ação enérgica da polícia para solucionar o caso, pois, se isso não acontecesse, agiriam por conta própria para encontrar os culpados (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 06/08/1954).

Na edição do mesmo dia da UH, o diário carioca também dedicou várias páginas à ocorrência, embora sob um espectro distinto. Também condenando veementemente o ataque, passou a defender o governo e indicar que Vargas e os membros de sua equipe nada tinham a ver com o caso. A capa do jornal trazia uma declaração em destaque de Lutero Vargas, declarando que “Enquanto Meu Pai Fôr Presidente da República, Eu me Empenharei Para Que Carlos Lacerda Não Sofra Qualquer Atentado” (UH, 06/08/1954), indicando que todo o

governo lamentava pela ocorrência e que estava empenhado em encontrar tanto os executores como os mandantes do crime.

Além disso, o jornal deu grande destaque para a defesa feita por Gustavo Capanema ao governo na Câmara, repassando mensagens condenando o ataque e dando todas as garantias de que o crime seria solucionado. Um trecho significativo desse diálogo, embora não registrado nos anais (e destacado pelo periódico paulista), daria o tom da situação: Vargas teria dito que as balas que mataram Vaz também o atingiram e que, se até outrora considerava Lacerda como seu inimigo número um, agora esse posto era ocupado pelo mandante do crime (OESP, *DA MAIOR GRAVIDADE O DESCONTENTAMENTO DAS CLASSES POPULARES COM O GOVERNO*, 07/08/1954).

Mesmo não tendo nenhuma acusação comprovada, toda a responsabilidade do crime caiu sobre Vargas, demonstrando intenso desgaste com grupos até então próximos. Em suas memórias, Wainer indicou que já havia um grande peso sob suas costas e, praticamente, não havia mais relação com o Executivo, uma vez que era creditada ao jornal (e, conseqüentemente, a ele próprio) a responsabilidade pela situação pela qual Getúlio passava. No incidente entre Lacerda e Euclides Aranha, por exemplo, o próprio diretor da UH presenciou o fato e, após a confusão, ouviu do então ministro João Cleofas, que jantava com Lacerda no momento: “- Veja o que você fez ao país – disse Cleofas (...) Lamento muito, mas não me sinto culpado por isso – respondi” (WAINER, 1988, p. 196).

E também indicou que após a derrota da votação do impeachment, a oposição estaria dando sinais de cansaço. No entanto, o atentado contra Lacerda e Vaz teria reacendido o fogo contra Vargas e, dessa vez, parecia ser uma chama mais brilhante e intensa do que nunca. Wainer admitiu que fez o que pôde para não associar o caso à figura direta de Vargas, mas que a conjuntura acabou sendo mais forte, evidenciando envolvimento do presidente, seja por participação efetiva ou por omissão, já que foi ficando cada vez mais claro que pessoas próximas a ele estariam envolvidas no caso (WAINER, 1988, p. 200-201).

O depoimento de Nelson Raimundo Corrêa foi significativo para o andamento do caso. Registrado em 07 de agosto, o motorista admitiu que conhecia um dos passageiros, identificando-o como Climério. Esse passageiro logo foi identificado como Climério Euribes de Almeida, antigo empregado e integrante da guarda pessoal de Vargas, além de homem muito próximo do chefe desse grupo e guarda-costas do presidente, Gregório Fortunato.

A associação aumentou ainda mais o grau de fervura da situação, já que esse depoimento confirmava, de certa forma, as indicações dos jornais oposicionistas de que elementos ligados a Vargas estariam por trás do ataque realizado em Copacabana. A UH, na

capa do dia seguinte, trouxe como manchete *DESVIA-SE PARA CAXIAS O CÊRCO DA POLÍCIA!*, indicando que o chefe de Polícia tinha sido substituído e que Vargas estava extremamente empenhado nas buscas nos nomes envolvidos, reunindo vários ministros madrugada adentro para solucionar o caso. Além disso, trouxe uma declaração de Caiado de Castro, afirmando que não havia ninguém da guarda pessoal de Vargas envolvido no caso (notícia essa que o próprio jornal acabou desmentindo na capa, demonstrando que algumas informações se encontravam desencontradas na defesa de Vargas) (UH, *Não São da Guarda Pessoal*, 09/08/1954).

Após continuar com as críticas intensas ao presidente, OESP pediu formalmente ao mandatário brasileiro, em editorial, para entregar o cargo ao vice-presidente (OESP, *Posição insustentável*, 10/08/1954). Na mesma edição, o jornal paulista destacou a dissolução da guarda presidencial, com nota publicada por Caiado de Castro indicando que, pelas suspeitas que recaíam sobre esse grupo, Vargas dava por encerrada suas atividades até que tudo se esclarecesse. Para o jornal paulista, tal ponto era, como já enfatizado, uma assunção de culpa por parte do político gaúcho, frisando novamente que somente sua saída seria a solução para toda a situação posta:

Difícil, senão insustentável, é, perante o povo brasileiro, a posição em que se encontra o sr. presidente da República. Do seio da sua família saiu, há pouco tempo, um dos protagonistas dos escândalos do Banco do Brasil; do seio da sua guarda pessoal saem, agora, os agressores do jornalista Carlos Lacerda e os assassinos do major da Aeronáutica Rubens Vaz. A presença de s. exa. no Catete foi que facilitou aqueles escândalos e estes crimes (...) O remédio para a situação pessoal de s. exa. está na própria Carta Constitucional: é entregar o governo ao vice-presidente da República (OESP, *Posição insustentável*, 10/08/1954).

Nessa mesma data, tanto o jornal paulista quanto o carioca deram ênfase à áspera discussão entre Zenóbio da Costa e Nero Moura em uma reunião ministerial dois dias antes, indicando que a Aeronáutica se voltava contra o governo por cobrar celeridade nas investigações, além da ameaça de vários membros da baixa patente dessa ordem a rebelarem-se contra a polícia e de organizarem seu próprio inquérito (posição defendida, inclusive, pelo periódico de Júlio de Mesquita Filho). Em linhas gerais, o ministro da Guerra acusava o representante da Aeronáutica de ser conivente com a situação ou de ter perdido o controle da situação, ao posto que esse indicava que fazia o possível perante a situação de comoção posta (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 10/08/1954).

Em relação à apuração do caso, ainda segundo as declarações do motorista Nelson Rubens Corrêa, Climério não teria agido sozinho, sendo que havia mais uma pessoa com ele (no caso, essa pessoa era desconhecida). A UH deu grande destaque às declarações, indicando que esse segundo homem seria José Antônio Soares e que estaria sendo procurado, em conjunto, com o membro da guarda de Getúlio (UH, “*Soares, um Pistoleiro de Caxias, Teria Sido o Autor Dos Disparos*”, 10/08/1954). No entanto, em um primeiro momento essa participação não ficou clara, pois muitas informações eram desencontradas e contraditórias, sem muita clareza para os leitores de ambos os jornais sobre o que se estava investigando de fato.

Além desse aspecto, vários boatos surgiram ligando o crime a Lutero Vargas, que teria declarado (segundo os oposicionistas), em várias ocasiões, que era necessário “eliminar Lacerda” (DULLES, 1992, p. 181). No Congresso, os discursos tanto contrários como favoráveis à saída do presidente davam o tom ao andamento das sessões, sendo que a maioria dos pronunciamentos pedia, abertamente, a saída do presidente do cargo, uma vez que esse estaria “sem condições” para governar. Em suas memórias, Samuel Wainer reconheceu que o clima era de um iminente naufrágio e que, embora consciente de que a saída de Vargas significasse o fim do jornal, decidira “afundar atirando” (WAINER, 1988, p. 202).

No dia 12 de agosto, no editorial *A gravidade da situação*, OESP criticou a lentidão das investigações da Polícia e passou a defender, novamente, que a Aeronáutica tomasse a frente nas investigações, uma vez que teria mais competência e isenção para tal (OESP, *A gravidade da situação*, 12/08/1954). Na mesma edição, o jornal paulista indicou que a sessão no Senado do dia anterior fora encerrada por uma manifestação popular nas escadarias do Palácio Monroe, que pedia a saída de Vargas, Zenóbio e Nero Moura (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 12/08/1954).

Além disso, alguns tenentes e brigadeiros foram presos por quebra de hierarquia, tornando público que a situação nas Forças Armadas ficava cada vez mais insustentável (UH, *PRESOS UM BRIGADEIRO E DOIS TENENTES-CORONÉIS*, 12/08/1954). Em suas páginas, no entanto, o jornal carioca procurou desqualificar tais atos, pedindo para a população tomar cuidado com movimentações subversivas de um pequeno grupo que queria trazer desestabilidade para o país, deixando-o à beira do caos (UH, *Reação Contra a Ditadura da Desordem!*, 12/08/1954).

Nessa mesma data, Gregório Fortunato prestou depoimento e apontou Caiado de Castro como participante no processo (DULLES, 1992, p. 181). Após saber do assassinato, teria tentado facilitar a fuga dos envolvidos no crime (num primeiro momento, o chefe da

Casa Militar não se pronunciou sobre tal acusação). Concomitantemente ao depoimento, Vargas viajou para Belo Horizonte para a inauguração de novas usinas siderúrgicas e, em seu discurso, após fazer um extenso relato das atividades feitas em conjunto com o governo de Minas Gerais para o benefício do estado (o governador, Juscelino Kubitschek, já era apontado como um possível candidato à sucessão do presidente), aproveitou a ocasião para pronunciar-se em relação aos acontecimentos, pregando novamente a ordem e dizendo que não atenderia aos apelos para sua renúncia, indicando que ficaria no governo até o fim:

Povo de Minas Gerais, as minhas preocupações com o bem público não me deixam fugir do dever, onde quer que tenha de ser cumprido. E eu o cumprirei até o fim (...) Espalhando o gérmen da discórdia, procurando subverter a força e o prestígio da autoridade, falseando os fatos e fantasiando as intenções, há um propósito de gerar a confusão pela mentira, para levar o país à desordem, ao caos e à anarquia. As classes armadas, sobre as quais repousa o sossego e a tranquilidade da nação, manterão a ordem e assegurarão o pleno exercício das instituições democráticas; a Justiça cumprirá o seu dever com independência; e o povo, nas próximas eleições, manifestará livremente a sua vontade (...) As injúrias que me lançam, as pedras que me atiram, a objurgatória, a mentira e a calúnia não conseguirão abater o meu ânimo, perturbar a minha serenidade nem me afastar dos princípios de amor e humildade cristã por que norteio a minha vida e que me fazem esquecer os agravos e perdoar as injustiças (...) (D'ARAÚJO, 2011, p. 770).



Imagem 22 – Vargas enquanto fazia seu discurso em Belo Horizonte. Retirado de UH, 13/08/1954.

O confronto entre as versões dos jornais atingia um limite extremo, com uma disputa cada vez mais intensa: de um lado, OESP defendia a saída imediata de Vargas e que a maioria da população brasileira pensava também dessa forma, indicando a declaração de vários órgãos, membros do Congresso e de entidades civis que defendiam essa ideia, como um grupo de advogados de São Paulo e ex-combatentes de 32, entre outros (OESP, *Numa impressionante unanimidade, o povo de São Paulo exige a renúncia do Sr. Getúlio Vargas*, 24/08/1954). De outro lado, a UH declarava que o presidente ainda tinha plena autoridade e que era ele quem “mandava” no país, e estava se esforçando para manter a ordem, indicando vários outros acontecimentos enquanto ocorria a crise política (o jornal, novamente, intensificou a ênfase nas notícias sobre as inaugurações em Belo Horizonte, assim como outros acontecimentos de rotina e, por fim, projetos para os próximos meses do Executivo), focando na perspectiva de que o Brasil não havia parado (UH, *MELHORIA DE 15 E 25% PARA OS FERROVIÁRIOS*, 18/08/1954).

As táticas adotadas pelas publicações mantinham o tom altamente discrepante: com uma postura bastante ofensiva, o jornal paulista procurou levar o político gaúcho à lona,

visualizando na sua saída a única forma de resolver o problema do país. Já o diário carioca, na defensiva, buscou demonstrar que os últimos acontecimentos eram fatos que poderiam acontecer em quaisquer momentos e com outros mandatários, mas que a estrutura política continuava funcionando bem, apesar de grande mobilização da oposição para desestabilizar o governo e a própria democracia.

As culturas políticas entraram em um confronto intenso, no qual uma delas buscava, em linhas gerais, a exclusão da outra do campo da política institucional, incitando os poderes instituídos a lançar uma insurreição contra o mandatário, que teria sido responsável por tentar eliminar (literalmente) um dos agentes do grupo acusatório. E, cada vez mais, o campo jornalístico promovia uma interseção com o campo político, já que a principal personagem de todo o processo, Carlos Lacerda, era um jornalista que causara, mais que qualquer político, um intenso estrondo no governo, utilizando a TI como principal meio contra Vargas e, consequentemente, contra a UH:

Reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo. A resposta é simples: reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retirarmos, as coisas se modificam significativamente) (...) A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio da divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão (...) (BOURDIEU, 2011, p. 201-203).

Enquanto Vargas estava em Minas Gerais, vários membros da Aeronáutica já tinham se rebelado contra as ordens vindas do Ministério, e acusavam os responsáveis pelas investigações na Polícia de retardarem seu andamento, fazendo com que as coisas “esfriassem” e que os assassinos não fossem encontrados (ou, se demorassem a ser localizados, poderiam ser julgados com menos rigor). Assim, a partir do dia 12, fora criado um novo grupo para averiguar o caso, formando-se um Inquérito Policial Militar, que levaria à frente as investigações referentes ao caso. Autorizado por Nero Moura (fato que teria sido feito com a anuência de Vargas), foram dadas como justificativas o fato de um major ter sido assassinado, além de que o armamento utilizado também era de uso exclusivo dos militares. Por conta da excepcionalidade do caso, toda a movimentação a partir daquele momento seria ligada diretamente à Aeronáutica, com a colaboração dos outros poderes (MOURA, 1996, p. 284).

Por ser um inquérito de caráter militar, as informações passaram a não ser mais divulgadas, o que gerou muitas críticas (principalmente da UH), passando a movimentação a ser conhecida, pejorativamente, como a República do Galeão (a base da Aeronáutica ficava nessa região, no Rio de Janeiro), já que as coisas que aconteciam lá não eram acessíveis e nem o próprio Executivo estaria tendo acesso ao cotidiano do local, uma vez que era parte investigada (DULLES, 1992, p. 181).

No dia 13 de agosto, foi preso Alcino João do Nascimento, considerado pelas declarações já colhidas como o autor dos disparos, de fato. Com amplo destaque no OESP, esse aspecto trouxe nova luz ao caso, embora com poucas informações disponíveis, mas decisivas: o homem envolvido teria admitido os tiros contra Lacerda e Vaz, indicando que a ideia era, de fato, acertar o pé do jornalista para “dar um susto” e, no caso do major, o ato teria sido necessário apenas por achar que ele estivesse armado e que reagiria. Além das afirmações, também indicou que o mandante principal fora Lutero Vargas, uma vez que o filho do presidente teria grande interesse em eliminar o principal inimigo do pai (OESP, *CONFISSÃO COMPLETA DO ASSASSINO DO MAJOR RUBENS FLORENTINO VAZ*, 15/08/1954). Além disso, o jornal publicou fotos dos outros dois procurados pelos militares, apontados como envolvidos diretamente no caso:

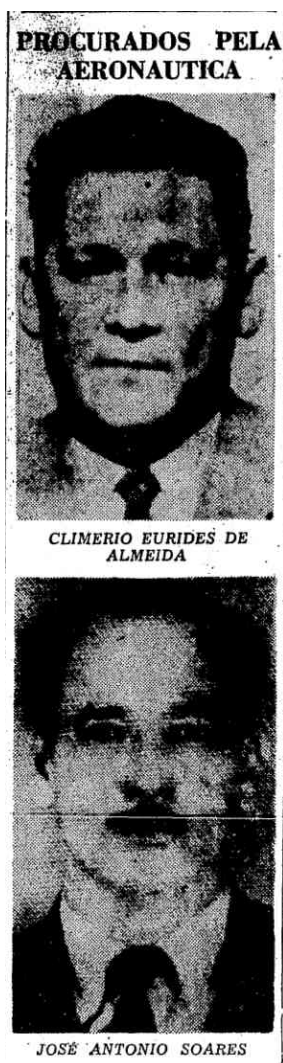


Imagem 23 – Fotos de Climerio e Soares, apontados como outros envolvidos. Retirado de OESP, 15/08/1954.

Devido às intensas acusações, Lutero Vargas decidiu procurar os militares para prestar esclarecimentos, declarando-se inocente. O jornal paulista ironizou a atitude, dizendo que o deputado só agira daquela forma após a denúncia de Alcino, questionando o porquê de o filho do presidente não ter tomado tal atitude logo no início das investigações (OESP, *CONFISSÃO COMPLETA DO ASSASSINO DO MAJOR RUBENS FLORENTINO VAZ*, 15/08/1954). No entanto, o jornal carioca deu grande destaque ao fato, estampando na capa da edição do dia 16 de agosto uma foto do acusado de ser o mandante do crime, além de pequenas falas, indicando que não tinha nada a temer e que estava disposto a esclarecer todos os pontos levantados pelos acusadores (UH, *NENHUMA ACUSAÇÃO DIRETA A LUTERO VARGAS*, 16/08/1954).

No dia seguinte, Clímério foi capturado no interior do Rio de Janeiro, causando grande sensação pela expectativa da resolução do caso. A UH estruturou toda sua capa em cima do

fato, colocando como manchete da edição do dia 17 de agosto: *CLIMÉRIO RENDEU-SE: SERIA METRALHADO SE RESISTISSE AO CÊRCO*, com a capa recheada de imagens da “caçada” a um dos principais nomes indicados como envolvido no atentado:

**CAIU SOB UM CÍRCULO DE AÇO DE METRALHADORAS,
AVIÕES E HOMENS DISPOSTOS A TUDO!**

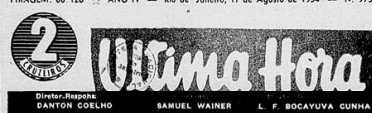
EXTRA



CLIMÉRIO DE A. L. MENDES — o autor do crime de Rua Têmplo. Sua prisão esta manhã, foi o ponto final no notável capítulo humano dos últimos tempos

CLIMÉRIO RENDEU-SE: SERIA METRALHADO SE RESISTISSE AO CÊRCO

TIRAGEM: 80 120 — ANO IV — Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1954 — N. 973



CONTRA-ALUGADO: DANTON COELHO SAMUEL WAINER L. P. BOCAVIVA CUNHA



OSCAR BARBOSA — Comandante de Clímério, com a naturalidade, inflexível e local onde ele estava. Não tentou esconder nada, pelo contrário, revelou tudo. Seu destino, porém, não foi o mesmo. Depois de dois dias de prisão, ele foi executado por um pelotão de fuzilamento

Duas centenas de homens armados de mãos e equipamento de guerra estabeleceram um cerco de ferro, num raio de ação de mais de cem quilômetros quadrados da Serra da Cava, no qual caiu finalmente esta manhã o terrível pistoleiro.

Esta faccenda que marcou uma etapa da luta ideológica no Rio de Janeiro, teve seu ponto final nesta manhã. Um homem que não se rendeu, mas que acabou sendo capturado, foi executado por um pelotão de fuzilamento.



NO REFÚGIO DO ASSASSINO — Lá o homem que desafiou Clímério, Tenente Carlos Lacerda. Ao saber do perigo de serem presos, ambos fugiram para a mata. Durante sua fuga, foram encontrados e presos. O homem que não se rendeu, mas que acabou sendo capturado, foi executado por um pelotão de fuzilamento.



TRÊS HORAS DA MANHÃ — APTANDO O CÊRCO EM TORNO DE CLIMÉRIO — Soldados e homens de segurança em busca do criminoso. O cerco foi fechado em uma mata da Serra da Cava, no Rio de Janeiro. O homem que não se rendeu, mas que acabou sendo capturado, foi executado por um pelotão de fuzilamento.



VEJA OUTROS FLAGRANTES DA SENSACIONAL DILIGÊNCIA NA ÚLTIMA PAG. DESTA CADERNO

Nessa data, o jornal paulista destacou declarações do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, colocando-se a favor da renúncia do presidente (embora a notícia já viesse sendo vinculada há algum tempo), além de indicar a saída de Nero Moura (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 17/08/1954). Mesmo com todos os envolvidos presos na base do Galeão, o ministro não conseguia mais controlar os acontecimentos e possuía poucas informações das ocorrências (MOURA, 1996, p. 291), sendo que OESP indicou que sua demissão já ocorrera há 12 dias, com o atentado em si.

A UH limitou-se a noticiar o fato, não problematizando as consequências do ato, indicando que seu sucessor seria o Brigadeiro Althayr Eugênio Rozsanyi (UH, *DEIXA O MINISTÉRIO O BRIGADEIRO NERO MOURA*, 17/08/1954). No entanto, quem assumiu o ministério foi Epaminondas Gomes dos Santos, causando protestos do periódico de São Paulo, uma vez que ele não mantinha boas relações com Eduardo Gomes e não era uma liderança de destaque entre os membros da Aeronáutica (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 19/08/1954).

O clima de instabilidade intensificava-se a cada dia. Em editorial, o jornal paulista chamou a atenção para o fato de que o país deveria entrar em tranquilidade após a prisão de todo o grupo envolvido no atentado a Lacerda, além de louvarem Juarez Távora e Eduardo Gomes por terem conduzido a ESG e a Aeronáutica, respectivamente, para pressionarem Vargas a não dar um “golpe” no país, pois esse teria mobilizado o apoio da bancada mineira da Câmara junto ao governador dessa unidade federativa para implantar o estado de sítio (OESP, *Os acontecimentos do Rio*, 18/08/1954). Além disso, no mesmo editorial e em várias outras notícias, a publicação relembrou que Lutero Vargas fora acusado, mais de uma vez, de estar envolvido no caso, sendo que OESP endossou essas afirmações e cravou como certo o seu envolvimento como mandante do crime.

Por outro lado, nessa mesma, data o diário carioca deu forte ênfase às declarações de Gustavo Capanema na Câmara, indicando que existia um golpe em curso arquitetado por membros civis e militares para derrubarem Vargas do poder. Reproduzindo parte do discurso do líder da maioria, a UH deu o tom da disputa política, em suas páginas, que era travada no Legislativo para influenciar o Executivo nacional:

- A renúncia do Sr. Getúlio Vargas não é uma exigência do povo; é uma exigência de um Partido político, do mesmo Partido político que tentou impedir sua posse com o célebre argumento da maioria absoluta, que quis tirá-lo do Catete, há pouco tempo, com o “impeachment” tão mal coordenado (...) A oposição prossegue na luta pelo afastamento do Presidente Getúlio Vargas. Esse episódio, essa exploração em torno da morte

do Major Rubens Vaz é mais um passo na luta iniciada há cerca de quatro anos para tirar o Presidente do Governo à custa de qualquer esforço ou pela instigação da imprensa ou pela instigação das Forças Armadas (UH, *As Forças Armadas Repelem o Convite ao Golpe*, 18/08/1954).

Enquanto o jornal paulista indicava grande inquietação nas fileiras do Exército e, em alguns casos, incitava os militares a uma ação mais efetiva contra o presidente (GOLDSTEIN, 2017, p. 182), o diário carioca noticiava que as principais lideranças da caserna demonstravam apoio a Vargas e afirmavam que havia ordem dentro do Exército, com entrevistas e declarações publicadas na coluna *O Dia do Presidente* e na recém inaugurada, *Cidade Aberta*, de Edmar Morel (que passara a ter esse espaço após a grande repercussão de suas reportagens sobre as prisões. Sua segunda coluna, no dia 18 de agosto, foi relacionada ao assunto, tratando dos militares declarando apoio total às investigações e à manutenção da ordem).

Mesmo com um grande esquema de proteção na base do Galeão, várias notícias vinham à tona e os jornais exploraram isso com bastante habilidade, cada um a seu modo. No dia 18, João Valente de Sousa (um dos membros presos, em conjunto com José Antônio Soares, Alcino, Climério e o próprio Gregório Fortunato) prestou depoimento e confessou envolvimento no caso, indicando que o guarda-costas de Vargas tentou, de fato, facilitar a fuga de Climério e que Caiado de Castro sabia de todas essas informações.

O jornal paulista divulgou vários trechos do depoimento na edição do dia 19 (OESP, *DIVULGADA A CONFISSÃO DE UM DOS PISTOLEIROS*, 19/08/1954), enquanto que o diário carioca não repercutiu sobre essas declarações, focando em falas do responsável pelo inquérito, tenente João Adil de Oliveira, indicando não haver ainda elementos para incriminar ninguém como mandante, mas que existiam fortes indícios de que o ex-chefe da Guarda pessoal do presidente fosse, de fato, o principal organizador do processo, além de descartar o envolvimento de Lutero Vargas no caso (UH, *Primeiras Fotos Dos Pistoleiros!*, 19/08/1954).

ULTIMA HORA Transpôs a "Cortina de Aço" da Base do Galeão

PRIMEIRAS FOTOS DOS PISTOLEIROS PRÊSOS!

"NADA CONTRA LUTERO"
— AFIRMA O PRESIDENTE DO INQUÉRITO MILITAR

Primeiro contato da reportagem com os prisioneiros de Tumbleros — Calmo e frio diante das câmeras fotográficas — O Coronel Adil de Oliveira, Presidente da Comissão de Inquérito Militar, foi imediatamente revelado — Logo prestou informações precisas e marcha das investigações — (Texto Completo de Reportagem na Segunda Página)

SEGUNDO CLICHÊ

TIRAGEM: 70 020 ANO IV — Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1954 — N. 975

2 **Ultima Hora**

Director: RIBURNIOLLO
DANTON GOMES
Publicador: SAMUEL WAINER
Director-Supervisor: L. P. MOCAYUVA JUNIOR

O Dinheiro Para Fuga de Climério Teria Vindo de São Paulo

CLIMÉRIO EUBES DE ALMEIDA, mais guardado do que Al Capone nos seus aureos dias, aparece aqui, pela primeira vez, depois de capturado, não demonstrando os sinais de penitência. Fala que, a princípio, se arrependia da consequência de sua fuga e prisão. Que disse Climério? Por que matou e quem mandou matar? Nada ainda transpôs até o momento em que esta fotografia foi tirada.

JOÃO VASCONCELOS, cara e corpo de padre diabólico, assassinou revolucionário, ex-ministro, ex-pedreiro, foi o principal para a libertação de Climério. O Depoimento de Alcino ainda não é conhecido, mas sua história de que fora contratado, apenas, para dar um tiro no pé de Lacerda, parece muito mal contada. Os interrogatórios não perceberam em 4 e 5 os sinais de maior depressão física e mental.

Gregório Fortunato, figura quase legendária dos últimos 20 anos de vida republicana, apontado pelas autoridades como autor material da fuga de Climério Eubes de Almeida, o pai da fuga, até agora calado, devido principal responsável pelo crime de Tumbleros. A divulgação da quarta parte e os exames de uma prisão e de seu lar familiar, não parecem pela foto acima ter sido a mesma pessoa.

JOÃO VASCONCELOS, chefe da guarda pessoal, cujo depoimento levou as autoridades a concluir que a fuga de Climério teria sido facilitada pelo Tenente Gregório. O depoimento de Vasconcelos, que se acha preso desde os primeiros dias do atentado, não teria podido trazer nenhuma esclarecimento sobre os motivos do crime e os nomes de seus eventuais aliados.

ORGANIGRAMA DA BASE

Imagem 25 - Nessa mesma edição, a publicação carioca estampou fotos dos principais envolvidos no caso, indicando que todos aparentavam estar bem fisicamente, embora abatidos (UH, 19/08/1954).

No dia seguinte, OESP divulgou detalhes do depoimento de Alcino. Segundo o periódico, ele confessara ter atirado nos dois que sofreram o atentado, além de ter esmiuçado

todo o processo, declarando que teria sido contratado por Soares, a pedido de Climério que, por sua vez, tinha sido contratado por Gregório. Embora não tivesse acesso às informações mais detalhadas, o depoente indicou ouvir algumas vezes o nome de Lutero e interpretou, a partir dessas evidências, que o filho de Vargas era o responsável por todo o processo desencadeado (OESP, *Minucioso depoimento do autor dos disparos contra o maj. Vaz incrimina o sr. Lutero Vargas*, 20/08/1954):



Imagem 26 – O jornal paulista utilizou-se de fotos (recurso pouco utilizado para a abordagem política do jornal) para remeter ao caso, fazendo uso da ironia para relacionar Vargas e Gregório à família Borgia (famosa pelos escusos casos em território italiano). Essa foto, na verdade, foi retirada da capa da TI de 09 de agosto, que vinha acompanhada de um texto bastante crítico em relação aos dois nomes. A prática exposta na imagem era comum em público, principalmente antes de algum pronunciamento do presidente (OESP, 20/08/1954).

Enquanto OESP empenhava-se em aprofundar, ao máximo, os fatos contra o Executivo e mobilizava-se para a saída do presidente, a UH esforçava-se, na outra ponta, para salvaguardar a figura de Vargas. Na capa do dia 20, o jornal carioca estampou como manchete: *LACERDA SABIA QUE LUTERO NÃO ERA O MANDANTE!*, indicando que o

jornalista teria confessado na Rádio Globo que tinha essa informação já há algum tempo, mas não a revelara em seu jornal (UH, *Lacerda Sabia Que Lutero Não Era o Mandante*, 20/08/1954). Além disso, o periódico do Rio procurou menosprezar Lacerda, indicando que, segundo depoimento de Alcino, ele teria corrido dos assaltantes e deixado Vaz sozinho para encontrar a morte, enfatizando a ideia de que Lacerda era covarde (questão levantada mesmo antes do atentado), se escondendo atrás de outras pessoas para a resolução de seus próprios problemas (UH, *ENQUANTO O MAJOR VAZ PROCURAVA REVIDAR CARLOS LACERDA CORRIA PARA A GARAGEM*, 20/08/1954).

Além disso, nessa mesma edição o jornal publicou, com amplo destaque, um relatório da CPI envolvendo os empréstimos do BB, revelando o quanto os outros jornais teriam pego emprestado e deviam aos bancos, indicando que, principalmente, os DA e Globo possuíam enormes somas em aberto e que não haviam sido incomodados, deixando claro que o objetivo da movimentação do Congresso contra a UH (e a *Editora Érica*, em geral) era política, e não por justiça (UH, *Divulgada as Dívidas dos “Diarios Associados” e do “Grupo Roberto Marinho” no Banco do Brasil*, 20/08/1954).

Além de demonstrar várias declarações em defesa de Lutero Vargas, o jornal continuou a tática de intercalar o noticiário político com outros temas e com ocorrências e acontecimentos sociais (relembrando a crise do café e do abastecimento de carne, a falta de água no Rio de Janeiro e as movimentações de esporte, cujas coberturas haviam diminuído sensivelmente em outros jornais), na tentativa de construir e/ou causar a sensação de que o país continuava a caminhar normalmente, mesmo com a série de fatos que vinha ocorrendo. Todavia não era o que estava acontecendo; assim como Lutero, vários outros nomes eram especulados como mandantes do crime, passando pelo próprio presidente, sua filha Alzira, seu irmão Benjamin, Ricardo Jafet, Euvaldo Lodi, Caiado Castro e o general Mendes de Moraes (todos se pronunciaram, negando tal movimentação), entre outros.

A cada depoimento que era divulgado, a situação ficava mais complexa. Todos que se pronunciavam eram próximos de Gregório e indicavam seus métodos de ação, detalhando que ele mantinha altas somas de dinheiro guardadas em sua sala e negociava com vários grupos, aspectos que iam desde jogos ilegais até perseguições e assassinatos, além de indicar que Lacerda já vinha sendo vigiado há algum tempo e que sua morte já era para ter acontecido anteriormente, entre outros inúmeros apontamentos (SKIDMORE, 1976, p. 177-178). Diante dessa perspectiva, Vargas teria pronunciado a seguinte expressão: “Tenho a impressão de me encontrar sôbre um mar de lama” (ZENHA MACHADO, 1955, p. 60), sendo que o termo

exposto já era utilizado, pelos membros da Banda da UDN, para referir-se aos casos de corrupção do mandato presidencial (BENEVIDES, 1981, p. 89).

O jornal paulista demonstrava-se cada vez mais escandalizado, fortalecendo ainda mais o discurso de que o presidente, muito provavelmente, não estava envolvido diretamente no acontecimento, mas por toda a movimentação ter acontecido no mesmo local onde ele residia e trabalhava e por não ter percebido (ou por não querer perceber) todos os pontos estruturados, merecia ser afastado do cargo. O editorial *A renuncia do presidente*, da edição do dia 22 de agosto, trouxe o texto mais incisivo do OESP em relação à saída do político gaúcho do cargo máximo do Executivo:

Para as dificuldades, criadas pelos seus capangas e pela sua família, dificuldades que lhe tornam impossível o exercício das funções governamentais, o sr. presidente da Republica só tem uma solução: a renuncia ao cargo. Não é possível que s. exa. se considere ainda com autoridade suficiente para desempenhar aquelas funções, quando já se provou irrefutavelmente que foi combinada no Catete com a gente da sua guarda o assalto de que resultou a morte de um oficial da Aeronautica e ferimentos no jornalista Carlos Lacerda, e que dessa guarda saíram os recursos necessarios para os criminosos tentarem a fuga (...) A desmoralização do presidente como homem e como chefe da Nação foi, até agora, o primeiro resultado do inquerito de que as forças da Aeronautica se encarregaram para a descoberta dos sicarios que abateram covardemente, cruelmente, um dos mais distintos oficiais daquela corporação (...) Um cidadão desmoralizado, intimo e protetor de assassinos e ladrões, não pode exercer as funções de presidente de uma republica da grandeza e da civilização da Republica brasileira (...) (OESP, *A renuncia do presidente*, 22/08/1954).

Em um segundo texto do editorial, o jornal paulista indicou que Vargas estaria contra-atacando, buscando mobilizar os trabalhadores para manter-se no poder, passando por cima das instituições. Depois de admitir que o mandatário nacional não renunciaria, o periódico voltou novamente a relembrar Jango, colocando que ele viajaria por todo o país para mobilizar as massas e já teria começado em São Paulo (provando, dentro da ótica do OESP, o quanto o presidente odiava o estado e, ao mesmo tempo, o temia), aproveitando uma possível visita rotineira com finalidade eleitoral para colocar esse plano em prática (OESP, *A reação do Catete*, 22/08/1954). É importante levar em conta que, nesse texto, o jornal acusou o ex-ministro do Trabalho de se passar por amigos dos trabalhadores, mas que, na verdade, era um grande latifundiário, utilizando-se da massa operária apenas para se autopromover (Jango já havia sido apontado, mais de uma vez, como comunista ou agente moscovita nas páginas do periódico, em uma perspectiva bem distinta da adotada acima).

Ainda nessa mesma edição, OESP chamou a atenção para uma movimentação de populares em São Paulo, encabeçado por mulheres e que estariam colhendo assinaturas para um abaixo-assinado para as Forças Armadas brasileiras, pedindo para que essas se mobilizassem para a renúncia de Vargas (o que seria, de fato, uma deposição). Estariam envolvidos, tanto na organização quanto nas assinaturas, vários trabalhadores de Santos, os diretórios paulistas da UDN e do PDC, a *União Estadual dos Estudantes* (UEE), órgãos ligados aos médicos e aos engenheiros da cidade. Dentro dessa perspectiva, o texto conclamava o maior número possível de assinaturas, para forçar a saída do presidente e a volta à ordem vigente o mais rápido possível (OESP, *MOVIMENTA-SE S. PAULO NO SENTIDO DA RENUNCIA DO SR. GETULIO VARGAS*, 22/08/1954).

No dia seguinte, o jornal carioca fez um contraponto com os textos do diário paulista, indicando em sua manchete que Vargas e Zenóbio da Costa tinham livrado o Brasil de uma guerra civil (UH, *O BRASIL ESCAPA À GUERRA CIVIL*, 23/08/1954), ao indicar que o presidente havia mantido a ordem civil, enquanto que o ministro da Guerra, a estabilidade militar, embora admitisse, em suas páginas consecutivas, que havia mobilização dentro do Exército para tirar o mandatário do poder, mas que essas dificuldades já tinham sido superadas pelo chefe do Ministério (UH, *PRONTO O EXÉRCITO A REPELIR A SUBVERSÃO, PARTA DE ONDE PARTIR*, 23/08/1954).

Além disso, o jornal fez uma forte crítica à mídia em geral (tanto os impressos como as estações de rádio), indicando a impiedosa campanha que a imprensa vinha fazendo contra o presidente e à estabilidade no país e, na visão do periódico carioca, tal movimentação não estaria dando certo, já que o povo continuava ao lado de Vargas contra essa campanha. A publicação ainda chamou a atenção para várias movimentações de trabalhadores no Rio de Janeiro e em outras regiões, saindo em defesa da legalidade e do presidente:

Quem ouve as estações de rádio ou lê os jornais tem a impressão de que o povo brasileiro está louco pela deposição do Sr. Getúlio Vargas. É só em nome do povo que se fala. Cada provocador do microfone ou da pena sente-se imediatamente mandatário do povo e passa a falar grosso como se atrás de si trouxesses legiões de criaturas, prontas a investir contra o primeiro que lhe contrariasse a ambição mesquinha de conquistar o governo sem eleição (...) Vimos o que tem sido a agitação desses últimos quinze dias. Não houve um minuto do dia nem da noite que não se tentasse envenenar a opinião pública com boatos os mais alarmantes, com notícias as mais mentirosas, tentando fazer crer que o povo estava disposto a derrubar o governo (...) No entanto, o povo mostrou-lhe as costas, seu significativo desprezo (...) (UH, *O Povo Que Eles Mobilizam*, 23/08/1954).

Partindo dessas duas publicações, notava-se que, de fato, existia uma situação de inflexão política gravíssima, a tal ponto de o país estar praticamente dividido. Em linhas gerais, é importante pensar a enorme influência da imprensa em todo esse processo, já que se chamava a atenção para o fato, em ambos os diários, de que os acontecimentos políticos estavam imbricados com as movimentações dos meios midiáticos. Tanto é que a maior crise governamental iniciara exatamente com uma CPI para averiguar transações irregulares do governo para a composição de um jornal, além de que o principal opositor de Vargas não estava nos quadros políticos institucionais, mas sim entre jornalistas e que o levava ao maior ponto de inflexão de seu governo e de sua vida política ao perceber que pessoas de sua confiança haviam tomado decisões equivocadas para protegê-lo, acabando por atacá-lo ainda mais.

Como salientado por ABREU (1996), os jornalistas (e pode-se pensar, por extensão, o jornal em si) “são ao mesmo tempo testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses” (ABREU, 1996, p. 9). Embora ambos os jornais não fossem partidários, exerceram funções, nesse contexto, muito próximos dessa ideia, sendo que defenderam os interesses de culturas políticas distintas, exercendo uma função muito importante na esfera pública, demonstrando não somente serem canais de informação, mas sim meios de formação, já que suas proposições eram bastante concretas.

No dia 22, de maneira similar ao Manifesto dos Coronéis, membros da Aeronáutica fizeram também um documento e encaminharam a Vargas, pedindo sua renúncia (documento esse assinado por membros da alta patente como Eduardo Gomes, Humberto de Alencar Castelo Branco e Henrique Fleuiss), à revelia do ministro, da Marinha e do Exército (SINTONI, 1999, p. 89). Além disso, em reunião do Senado no dia 23, Café Filho utilizou a tribuna³² para ler um discurso em que, formalmente, rompia com o presidente. Nessa fala, o vice-presidente indicou que, no fim de semana (mais especificamente no sábado, dia 21), tinha proposto a Vargas uma renúncia em conjunto, sendo que ambos deixariam seus cargos e o Congresso elegeria um novo representante, que governaria até o fim do mandato (SKIDMORE, 1976, p. 178).

Entretanto Vargas teria hesitado e, após ter pedido um tempo para pensar, recusou a proposta. A partir daí, Café Filho indicou em seu discurso que não via mais como sustentar a situação e, embora fosse membro do PSP, era bastante próximo da UDN e, naquele contexto, estava muito mais alinhado à cultura política desse grupo do que das demandas trabalhistas e

³² Conforme a Constituição de 1946, no Artigo 61, o vice-presidente eleito da república também acumulava a função de presidente do Senado (BRASIL, 1946).

sociais do seu próprio partido (BENEVIDES, 1981, p. 89). Conforme o discurso do vice-presidente e presidente do senado:

Expliquei a S. Exa. as razões do meu gesto. Narrei-lhe, com a sinceridade que a hora exige dos homens públicos, o resultado de várias conferências que eu mantivera. Expus-lhe a situação real do Governo dentro do Senado, que conheço através do convívio que aqui tenho. Revelei-lhe o teor de uma conversa em que o líder Gustavo Capanema fez comigo um balanço das forças dentro da Câmara dos Deputados (...) Transmiti-lhe o que tinha ouvido de chefes militares, especialmente dos Ministros da Guerra e da Marinha. De nenhum desses líderes, tanto das forças políticas como das forças armadas, (...) Daí a decisão que assumi na tarde de sábado, dia 21, indo à presença do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, para oferecer a contribuição única que de mim dependia, com base na minha própria renúncia. Assim agi na convicção de estar cumprindo o meu dever para com a Nação. S. Exa., depois de ouvir-me, disse que precisava pensar e prometeu-me uma decisão, que ontem me foi transmitida de modo negativo (...) (CAFÊ FILHO, 1966, p. 347-348).

Na madrugada do dia 23 para o dia 24 de agosto, Vargas convocou uma reunião com todos os ministros para debater a situação (Café Filho não esteve presente). Havia uma apreensão muito grande no meio político, uma vez que os vários órgãos do Exército se mobilizavam e os ministros militares tentavam conter suas tropas, ao mesmo tempo em que continuavam próximos do presidente e tentavam resolver a situação (FAUSTO, 2006, p. 190).

Além das declarações dos membros da Aeronáutica, começavam a chegar informações desencontradas, mas todas relacionadas às movimentações intensas de vários grupos (civis e militares) cada vez mais mobilizados para afastar Vargas do poder. Em suas memórias, Samuel Wainer indicou que o presidente estaria disposto a forçar um enfrentamento mais amplo entre seus seguidores e setores do Exército fiéis a ele contra os grupos que estavam forçando sua saída, já que não visualizava mais nenhuma possibilidade de entendimento:

Na noite de 22 de agosto, recebi em minha casa a visita de Maneco Vargas, com um recado do pai. Cabisbaixo, abúlico, Maneco era a imagem do regime agonizante. Getúlio queria saber se eu estava disposto a lançar o jornal à frente de uma contra-ofensiva destinada a conter o golpe em marcha. Disse a Maneco que resolvera ficar com o presidente até o fim, até porque não me restava qualquer outra saída. Maneco então contou-me que naquela manhã, durante uma reunião do Ministério, Getúlio fizera uma declaração patética: “Só morto sairei do Catete.” O presidente queria saber se eu topava publicar a frase em manchete na edição do dia 23. Seria a senha para a resistência a ser desencadeada no dia 24. Concordei de imediato, embora ponderasse que uma frase tão forte poderia detonar reações violentas tanto entre os militares golpistas quanto entre a massa fiel a Getúlio. Maneco esclareceu que o objetivo era precisamente esse: forçar o confronto (WAINER, 1988, p. 202-203).

Seguindo essa orientação, o diretor da UH publicou a capa de sua segunda edição com uma foto de Vargas e com a forte manchete, indicando que ele não deixaria o posto pelo qual fora eleito democraticamente e indicando que resistiria até o fim pelo mandato:

Maneco teria procurado Wainer novamente para agradecê-lo, já que a edição teria sido um sucesso, esgotando-se em poucos minutos. O filho do presidente também dissera a Wainer para esperar um novo sinal do pai, que traria uma manchete igualmente marcante para o dia seguinte. No entanto, o diretor da UH demonstrava grande desânimo e, após não receber mais mensagens do Palácio do Catete, deixara três manchetes prontas para a edição seguinte: GOLPE, RENÚNCIA ou DEPOSIÇÃO, uma vez que todas eram esperadas e poderiam tornar-se plausíveis, dependendo do desenrolar dos acontecimentos e do enfoque dado à notícia (WAINER, 1988, p. 203).

Era essa a atmosfera presente: tanto os opositores quanto os próprios aliados de Vargas davam sua saída como certa. Embora sem revelar a data, Juarez Távora indicou, em suas memórias, que fora procurado por Afonso Arinos e Júlio de Mesquita Filho, sendo interpelado se teria interesse em organizar um golpe de Estado para tirar Vargas do poder e, após demonstrar hesitação, o diretor do OESP teria perguntado se "seria suportável, por mais tempo, a situação de descabro geral a que o Presidente Vargas estava arrastando o país" (TÁVORA, 1976a, p. 239). Além disso, o deputado udenista também indicou a Távora que Eduardo Gomes era o principal animador dessa tese, uma vez que a situação beirava o insustentável e era necessário dar um basta àquela indefinição.

Nas primeiras horas do dia 24 de agosto, os ministros continuavam reunidos com Vargas e, madrugada adentro, tentavam encontrar uma solução para a situação atual. Zenóbio da Costa indicou que, embora existiam vários militares dispostos a manter a Constituição, praticamente toda a Marinha e a Aeronáutica em peso exigiam sua saída, além de que vários membros do Exército também começavam a se movimentar para isso (DULLES, 1967, p. 345). Ao fim da reunião oficial, já no meio da madrugada, ficou acertado que o presidente licenciaria-se do cargo sem, contudo, renunciar em definitivo. Após o acerto, Tancredo Neves redigiu uma nota e divulgou à imprensa, indicando a decisão deliberada. Com curtas declarações, o texto foi publicado na UH, na edição do dia 24:

“O Presidente da Republica reuniu hoje o Ministerio para o exame da situação politico-militar criada no País. Ouvidos os Ministros, cada um de per si, foram debatidos longamente os diversos aspectos da crise e as suas graves consequências. Deliberou o Presidente Getúlio Vargas, com integral solidariedade dos seus Ministros, entrar em licença, passando o Govêrno ao seu substituto legal, desde que seja mantida a ordem, respeitados os Poderes constituídos e honrados os compromissos solenemente assumidos perante a Nação pelos oficiais – generais de nossas Fôrças Armadas. Em caso contrario, persistiria inabalável no seu propósito de defender as suas prerrogativas constitucionais, com sacrificio, se necessário, da sua própria vida.” (UH, *Nota Oficial Sobre a Crise Político-Militar*, 24/08/1954).

Recolhido em seus aposentos, Vargas desejava ficar só, mas com o volume intenso de notícias, tal fato era praticamente impossível. Dentre as várias notícias que recebeu, duas delas teriam sido as mais importantes, ambas dadas por seu irmão Benjamin: a primeira de que ele próprio teria sido intimado para depor na base do Galeão e que o presidente, possivelmente, também o seria. Posteriormente, de que os oficiais revoltosos não aceitaram o pedido de licença e continuavam firmes no propósito da renúncia do mandatário. Caso contrário, haviam ameaçado uma greve, além de vários rumores de que um golpe já estava preparado para tirar o político gaúcho do poder, em definitivo (DULLES, 1967, p. 350).

Independentemente das motivações e de como tudo sucedeu, por volta das oito horas da manhã, o presidente recolheu-se em definitivo aos seus aposentos. Pouco tempo depois (há várias imprecisões em relação ao horário exato) ouviu-se um estrondo vindo da suíte presidencial. Inúmeras obras dão diferentes versões de quem chegou primeiro ao quarto, ou se o presidente teria dito algo ou apenas dado os últimos suspiros. Todas essas versões convergem para um ponto em comum: em instantes, o quarto estava cheio de pessoas e, em poucos segundos, com um tiro no peito, Getúlio Vargas estava morto.

4.3 A repercussão da morte e os primeiros passos do governo Café Filho

Um desses nomes que presenciou a morte de Vargas foi o repórter Luís Costa, que teria ligado, em prantos, à redação da UH e avisado Wainer do ocorrido. De acordo com suas memórias publicadas, o jornalista acessou as emissoras de rádio e escutou todas dando a notícia em grande destaque. Vários de seus funcionários choravam compulsivamente ou estavam desmaiados, além dos outros que estavam perplexos com a notícia (WAINER, 1988, p. 205). A manchete do dia anterior ainda estava composta em chumbo para a impressão e, aproveitando os dizeres (que, naquele momento, tornaram-se proféticos), ele compôs a capa do dia com a mesma expressão e foto, acrescentando um texto pedindo a manutenção da ordem e enfatizando o “furo” dado pelo jornal na edição anterior (WAINER, 1988, p. 205). Além disso, a edição saiu já naquela manhã (pouco tempo após ele saber do fato) e a partir daí várias unidades foram compostas para dar conta da demanda, já que todos queriam informar-se mais sobre a morte do presidente:

"ULTIMA HORA" HAVIA ADIANTADO, ONTEM, O TRÁGICO PROPÓSITO

MATOU-SE EXTRA VARGAS!

TIRAGEM: 120.220 ... ANO III ... Nº 2.010 ... 24 de Agosto de 1954 ... 1973

2 Última Hora

Diretor-Responsável: DANTON GOMES
Redator: SAMUEL WAINER
Assistente Administrativo: ROSAYUVA CUNHA

O PRESIDENTE CUMPRIU A PALAVRA:

"SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!"



A Mensagem Que Vargas Deixou Pouco Antes de Desfechar Contra o Peito o Tiro Fatal: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PEZAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA."

AS 8,30 HS. DA MANHÃ DE HOJE O MAIOR LIDER POPULAR QUE O POVO BRASILEIRO JÁ CONHECEU ENCERROU DE MODO DRAMÁTICO SUA GRANDE VIDA

UM TIRO NO CORAÇÃO — O GENERAL CAIAO AINDA ENCONTROU COM VIDA O PRESIDENTE — DESOLACÃO NO CATETE

Neste nefasto Dia de São Bartolomeu, precisamente às 8.35 horas, praticou o suicídio o Presidente Getúlio Vargas, com um tiro de revólver no coração, quando se encontrava em seu quarto particular, no 3º andar do Palácio do Catete.

O General Caiaio de Castro, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, correu para os aposentos presidenciais, ao ouvir o disparo, e ainda encontrou o Presidente Vargas agonizante. Chamou às pressas a assistência pública, que dentro de cinco minutos já se encontrava no Palácio do Catete.

Mas o grande Presidente Getúlio Vargas já estava morto.

Não pode ser descrito o ambiente no Palácio Presidencial. Tudo é consternação. Membros da família do Presidente, serviços, militares que guarnecem o Palácio choram a morte do insigne brasileiro.

O povo em massa acorre para o Palácio do Catete, estando repletas as ruas que dão acesso à casa em que se matou, vítima da ignomínia e das campanhas infamantes de adversários rasteiros, o maior estadista que o Brasil teve, neste século. Cenas de profunda dor estão sendo assistidas na rua. Lê-se o pesar no rosto do povo. O povo brasileiro chora a perda do seu Presidente, por ele escolhido, por ele eleito e que — na crise gerada por seus inimigos — só saiu do Catete morto.

Imagem 28 – Capa da primeira edição da UH do dia 24/08/1954, tornando-se uma das mais famosas da história da imprensa do Brasil.

O suicídio de Vargas demarcou o trágico desfecho de seu governo, não cedendo aos apelos dos opositores e de muitos de seus apoiadores para licenciar-se do poder. Além de acabar com a própria vida, o presidente deixou um envelope próximo de sua cama, com uma carta datilografada que passou a ser chamada de Carta Testamento. Nesse documento, Getúlio fez um longo libelo contra os opositores de seu governo, indicando que forças nacionais e internacionais se juntaram para inviabilizar suas ações e que ele se lamentava muito por não ter feito mais pelo povo brasileiro (D'ARAÚJO, 2011, p. 772-773).

A leitura da carta foi um recurso repetido exaustivamente pelas emissoras de rádio, aumentando ainda mais a dramaticidade do caso, uma vez que ficava evidente que o suicídio fora premeditado, e não um rompante desesperador. Embora, posteriormente, Lacerda e a imprensa tenham questionado a autenticidade do documento, há vários indícios de que o presidente havia pensado seus principais pontos (foram encontrados, ao longo dos últimos dias, vários pequenos textos com Vargas encontrados na carta) e, após investigações, chegou-se ao jornalista José Soares Maciel Filho, que teria admitido ter datilografado a carta (mas não a escrito; a suspeita ocorrera porque era ele quem escrevia boa parte dos discursos do presidente) (SILVA, 1978, p. 283-286).

Além disso, Jango teria recebido uma cópia da Carta Testamento na (agora) fatídica noite do dia 23, após ter sido convocado ao Palácio do Catete e recebido do presidente um envelope, pedindo para ele levar esse documento para o Rio Grande do Sul e entregar a imprensa local ou, se não fosse possível, distribuir para os jornais da Argentina. Além disso, Getúlio teria enfatizado para Jango não ler a carta no momento, fazendo isso apenas quando estivesse no avião (FERREIRA, 2011, p. 129-130). Após protestar vivamente contra a medida, desejando ficar e ajudar, o presidente teria insistido para Goulart viajar, indicando que ele seria mais útil fazendo isso do que ficando ali. No entanto, Jango teria se esquecido da carta por conta da tensão daqueles momentos e lembrou-se dela apenas depois do sepultamento do presidente (FERREIRA, 2011, p. 133). Vargas não conseguiu um avião militar para ele na noite anterior e, assim, o ex-ministro do Trabalho passou toda a madrugada à espera de um possível avião da *Viação Aérea Rio-Grandense* (VARIG) que seria disponibilizado. Contudo, nenhuma aeronave foi cedida e, pouco após o suicídio, recebeu uma ligação do Palácio do Catete, juntando-se, rapidamente, ao coro de lágrimas e lamentações em torno do corpo inerte do presidente, na suíte presidencial.

Mesmo com a situação política extremamente intrincada, Vargas conseguiu estruturar uma saída diferente do que qualquer grupo político poderia esperar, arriscando seu legado e capital político com uma ação extremada. Além de mobilizar enorme comoção, também teria

pensado em como manter sua lembrança no imaginário de grande parte da população, permanecendo entre as pessoas (e, conseqüentemente, no meio político) por um período muito maior do que seus adversários gostariam. Em linhas gerais, a tessitura da Carta Testamento é coerente com os discursos do ex-presidente em relação à defesa dos trabalhadores e à construção da imagem não de um líder político, mas sim de um líder de massas, ligado diretamente ao povo e acima das instituições políticas (aspecto muito comum em suas falas durante o Estado Novo, bem como na entrevista ao Wainer e em várias outras declarações, como no reajuste do salário-mínimo, três meses antes).

O tom grandiloquente manteve-se nas palavras, corroborando a versão bastante enfatizada, nos últimos dias, pela UH: de que o governo e, em especial, a figura do presidente, era vítima de um grande complô contra não somente a sua figura, mas contra todo o povo brasileiro, em especial os mais pobres, os desvalidos, ou seja, seus eleitores.

Desse modo, consolidava-se a figura do mito, do líder político que preferiu perder a vida a sucumbir às injustiças e às pressões daqueles que não queriam ver seus planos em prática (sendo que o objetivo do presidente seria, dentro de sua própria narrativa, beneficiar os mais necessitados do país). Além disso, a oposição também se alimentou e deu combustão para essa criação, uma vez que, em muitos casos, o fim do governo de Vargas tornou-se a razão de ser de muitos parlamentares da UDN (e, de certa forma, do próprio partido) e de vários outros meios de divulgação (incluindo inúmeros órgãos de imprensa, como o próprio OESP). Consolidava-se, assim, a figura do mito, daquele que esteve na política, mas que a transcendeu, estando acima das disputas no campo e, como prova, oferecendo seu corpo em holocausto:

O mito só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente. Objeto de estudo, ele tende, inversamente, a imobilizar-se em uma sucessão de dados estatísticos; tende, igualmente a se esvaziar de seu conteúdo emocional, ou seja, do essencial de si mesmo (GIRARDET, 1987, p. 23).

O impacto da morte acabou mudando o cenário político nacional, uma vez que a UDN via cada vez mais iminente a saída do presidente e próxima de exercer uma possível influência no governo, já que Café Filho havia se aproximado dos opositores por várias discordâncias com a política exercida por Vargas (BENEVIDES, 1981, p. 89-90). A partir daquele momento, os grupos ligados a Vargas que estavam preocupados com os últimos acontecimentos voltaram a estar no centro das atenções políticas, pois a morte do presidente causara uma extrema comoção nacional.

Não só nas oficinas da UH, mas em várias partes do Rio de Janeiro, segundo as descrições de vários contemporâneos do contexto, a população oscilava entre a perplexidade e a lamentação. Aqueles que não estavam em silêncio, choravam a morte do presidente e, dentre eles, alguns demonstravam grande estado de fúria e inconformidade. Pouco depois do anúncio da morte e da publicação e leitura (incessante) da Carta Testamento nas estações de rádio, várias agitações sociais foram registradas na capital, como a perseguição a políticos de oposição e ataques à embaixada dos EUA, além da destruição de objetos e locais relacionados aos principais jornais de oposição, principalmente do *Globo* e da *TI* (FAUSTO, 2006, p. 191-192).

O único jornal de grande tiragem que teria circulado naquele dia sem ser atacado foi a *UH*. Foram três edições e, segundo Wainer, foram quase 800.000 jornais vendidos³³, sendo que as rotativas teriam funcionado mais de 20 horas sem parar (WAINER, 1988, p. 205). Após organizar a primeira edição, o diretor do jornal carioca notou recluso, em sua sala, aos prantos, que uma grande quantidade de pessoas caminhava à sede do periódico:

Nesse momento, comecei a ouvir um rugido, feito de milhares de vozes, que vinha das bandas da Candelária. Olhei pela janela e vi uma multidão de manifestantes descalços, subnutridos, feios. Gritavam *Getúlio!*, e reconheci o mesmo urro medonho, assustador, com o qual me familiarizara durante a campanha eleitoral de 1950. A massa estancou diante do prédio da *Ultima Hora* e exigiu que eu lhe falasse. Nunca fui um orador, mas tive de vencer minha inibição e, de uma sacada do prédio, ainda chorando, pedi à multidão que mantivesse a tranquilidade. Afirmiei que o urro que ali ouvia me recordava a campanha que levava Getúlio de volta ao poder, e que aquele mesmo rugido deveria continuar ecoando, agora para sustentar as bandeiras nacionalistas e populares pelas quais Vargas sacrificara a própria vida. Naquele momento, compreendi que a *Ultima Hora* sobreviveria ao homem que havia inspirado sua criação (WAINER, 1988, p. 206).

Embora pedindo pacificidade ao povo (em alguns textos das três edições, o jornal destacara esse comportamento), a UH explorou de maneira bastante intensa a morte de Vargas. É importante destacar que, na primeira edição feita às pressas, nota-se distintas temporalidades: havia notícias relacionadas ao afastamento do presidente (repercussão da nota de Tancredo, comentada por Lourival Fontes para o jornal) bem como vários pequenos textos falando da reunião da madrugada e das expectativas em relação ao futuro do governo. Na

³³ No dia 24 foram publicadas duas edições para além da tradicional. Em todas as capas eram publicadas o número da tiragem e, nessas, os números foram os seguintes: 130.000 jornais na primeira (que é a publicação mais famosa, a imagem 28) e as duas outras apresentaram a contagem de 304.000. Somando esses dados, o número final seria de 738.000 diários publicados (não, necessariamente, vendidos ou lidos).

coluna *O Dia do Presidente*, havia a repercussão da possível licença de Vargas e de como a situação política ficaria no período, tendo uma pequena nota no final (provavelmente redigida durante a impressão) indicando que a coluna chegava ao fim pela trágica morte de seu sucessor. Abusando de imagens e textos laudatórios, as três edições exploraram continuamente o falecimento, acompanhando o ritmo dos acontecimentos na capital:

CAIADO DE CASTRO — Ação constante e serena

viagem, também de PTB

Imagem 29 – Militares envolvidos no pedido de licença de Vargas, tanto os que se movimentaram contra quanto os que protegeram o presidente – primeira edição da UH, do dia 24/08/1954.

PÁGINA 4

24 de Janeiro, Talca-Feira, 24 de Agosto de 1954

ULTIMA HORA

DE NORTE A SUL O BRASIL CHORA A MORTE DE VARGAS

Pesar em Todo o País Ante o Trágico Desaparecimento do Grande Líder — Manifestações Populares em Recife — De Luto Belo Horizonte — Declarações do Governador Juscelino Kubitschek

De Norte a Sul de Leste a Oeste, a notícia da morte do Presidente Getúlio Vargas, irradiada às primeiras horas da manhã de hoje, estremeceu o povo brasileiro, pelas circunstâncias trágicas em que se consumou. Telegramas de luto se pararam do País começaram a chegar à redação, dando conta da revolta e do pesar em que se encontra a Nação inteira nesta dia de luto e agredades.

A princípio, ninguém acreditou no que irradiavam as diversas emissoras. A repetição das notícias, entretanto, veio confirmar o trágico acontecimento e, então, o povo, como que despertando de um pesadelo, começou a percorrer as ruas protestando contra as forças policiais que construíam o seu grande chefe ao grito de desespero e chorando a sua morte, como se verifica dos despachos telegráficos que divulgam abaixo.

Indignado o Povo Pernambuco

RECIFE, 24 (Assapress) — A notícia do suicídio do ex-Presidente Getúlio Vargas estremeceu a população. De início ninguém acreditou, mas depois dos constantes telefonemas divulgados pelas emissoras de rádio e edifícios altos e jornais, a lúbrica população pernambucana teve com entusiasmo a morte do chefe do Exaltado nacional. As ruas estão cheias de pessoas entristecidas. Por outro lado, o "Clube da Lanterna" que tinha para hoje programado um comício não mais o fará em sinal de pesar pelo suicídio do Presidente Vargas.

Nenhuma manifestação de caráter político será permitida a fim de não perturbar a ordem.

O Sr. Ezequiel Lima, falando a reportagem, informou que reina a mais absoluta calma em todo Estado — entre luto, as forças

de terra, mar e ar se mantêm vigilantes e de prontidão. Na noite de ontem a população se aglomerava inquieta. Nas ruas um devotado movimento de pessoas interessadas em tomar conhecimento das notícias.

Palavras do Cardeal Câmara

Oviedo no Palácio São Joaquim, pelo repórter, o Cardeal Jaime Câmara refletiu a extrema gravidade da hora presente, dizendo: "A Nação está sob o terrível golpe da morte do Sr. Presidente Getúlio Vargas, em condições que a deturcam entristecida. Este momento é do falecimento do Presidente Vargas, cobriu-se de luto, parando todas as suas atividades. Reina profundo pesar em todo o Estado."

Em Sergipe

SERGIPE, 24 (Assapress) — Sergipe, ao ter conhecimento do falecimento do Presidente Vargas, cobriu-se de luto, parando todas as suas atividades. Reina profundo pesar em todo o Estado.

Em São Paulo

S. PAULO, 24 (Assapress) — Logo que correu a notícia da morte de Vargas, populares paulistas organizaram-se em passeatas em sinal de pesar e de protesto. Conduzidas pelas seguintes:

"Hoje, o Brasil está de luto!"

"Hoje, às 15 horas, reunião na Praça da Sé"

Falando para os componentes da passeata do silêncio, parou de frente de ULTIMA HORA paulista, falaram vários membros, inclusive o Deputado Victor de Toledo, Pura, da PTB e candidato a Governador de São Paulo. A comitiva encabeçada por PTB paulista, tendo à frente vários deputados, acompanhados também a passeata do silêncio. Na redação de ULTIMA HORA paulista estiveram os deputados Jorginho Duarte, Estrela, Cássio Mendes de Almeida e Ciro Ferraz. Tudo isto em meio a milhares de manifestantes populares reunidos no Parque do Aibhangue, ponto de convergência de todos que se foram a dor, a luto e a desgraça da Nação.

Trabalhadores Paulistas Confraternizam Como Todos os Brasileiros

PASSEATA DO SILENCIO PELA MORTE DE VARGAS

Uma grande multidão formou-se diante do Palácio da Catete e ruas vizinhas logo que a notícia da morte do Presidente Getúlio Vargas começou a circular. Gente de todas as classes sociais, todos com a face triste, buscavam ao chefe desaparecido a solidariedade e o apoio que sempre lhe haviam dado.

Chaqueiros do Exército se distribuíram por várias localidades da cidade, para combater e dispersar o povo que chegou a ameaçar invadir, pela manhã, contra aqueles que foram os comandantes da crise para anular Getúlio Vargas

O período da entrada do Palácio da Catete apresentou grande afiluição de populares, embora os choqueiros do Exército contivessem as manifestações, e, durante, os jornalistas aguardaram até as primeiras informações ligadas à morte de Presidente, enquanto uma tremenda agitação tomava conta das ruas que se achavam no interior do Palácio

Esses corajosos foi castigados em culpa os ditadores políticos e os membros do Império Internacional, pela sua traição, talos do maior estadista brasileiro

Na ardeur do Palácio da Catete, a indignação jantava-se do profundo pesar da multidão. Assim como uma multidão que não pode conter suas lágrimas, expressa a sua incógnita revolta contra os responsáveis pelo gesto de extremo sacrifício do Presidente Vargas

Um oficial do Exército Brasileiro dirigiu a palaneta, num "João" do Exército, ao Palácio da Catete, conduzindo flores para a câmara ardente de Getúlio Vargas

Indignado ante o Brasil amonestado desta manhã a multidão nas ruas agitou, por isso, a sua indignação, invadindo com incerteza luto contra certos de propensão política dos jornais que, nos últimos dias, mais insistiram contra Vargas

NENHUMA PRISÃO EFETUADA DURANTE A NOITE E MADRUGADA

Recife, 24 (Assapress) — A notícia do suicídio do ex-Presidente Getúlio Vargas estremeceu a população. De início ninguém acreditou, mas depois dos constantes telefonemas divulgados pelas emissoras de rádio e edifícios altos e jornais, a lúbrica população pernambucana teve com entusiasmo a morte do chefe do Exaltado nacional. As ruas estão cheias de pessoas entristecidas. Por outro lado, o "Clube da Lanterna" que tinha para hoje programado um comício não mais o fará em sinal de pesar pelo suicídio do Presidente Vargas.

Nenhuma manifestação de caráter político será permitida a fim de não perturbar a ordem.

O Sr. Ezequiel Lima, falando a reportagem, informou que reina a mais absoluta calma em todo Estado — entre luto, as forças

de terra, mar e ar se mantêm vigilantes e de prontidão. Na noite de ontem a população se aglomerava inquieta. Nas ruas um devotado movimento de pessoas interessadas em tomar conhecimento das notícias.

Palavras do Cardeal Câmara

Oviedo no Palácio São Joaquim, pelo repórter, o Cardeal Jaime Câmara refletiu a extrema gravidade da hora presente, dizendo: "A Nação está sob o terrível golpe da morte do Sr. Presidente Getúlio Vargas, em condições que a deturcam entristecida. Este momento é do falecimento do Presidente Vargas, cobriu-se de luto, parando todas as suas atividades. Reina profundo pesar em todo o Estado."

Em Sergipe

SERGIPE, 24 (Assapress) — Sergipe, ao ter conhecimento do falecimento do Presidente Vargas, cobriu-se de luto, parando todas as suas atividades. Reina profundo pesar em todo o Estado.

Em São Paulo

S. PAULO, 24 (Assapress) — Logo que correu a notícia da morte de Vargas, populares paulistas organizaram-se em passeatas em sinal de pesar e de protesto. Conduzidas pelas seguintes:

"Hoje, o Brasil está de luto!"

"Hoje, às 15 horas, reunião na Praça da Sé"

Falando para os componentes da passeata do silêncio, parou de frente de ULTIMA HORA paulista, falaram vários membros, inclusive o Deputado Victor de Toledo, Pura, da PTB e candidato a Governador de São Paulo. A comitiva encabeçada por PTB paulista, tendo à frente vários deputados, acompanhados também a passeata do silêncio. Na redação de ULTIMA HORA paulista estiveram os deputados Jorginho Duarte, Estrela, Cássio Mendes de Almeida e Ciro Ferraz. Tudo isto em meio a milhares de manifestantes populares reunidos no Parque do Aibhangue, ponto de convergência de todos que se foram a dor, a luto e a desgraça da Nação.

Trabalhadores Paulistas Confraternizam Como Todos os Brasileiros

PASSEATA DO SILENCIO PELA MORTE DE VARGAS

Uma grande multidão formou-se diante do Palácio da Catete e ruas vizinhas logo que a notícia da morte do Presidente Getúlio Vargas começou a circular. Gente de todas as classes sociais, todos com a face triste, buscavam ao chefe desaparecido a solidariedade e o apoio que sempre lhe haviam dado.

Chaqueiros do Exército se distribuíram por várias localidades da cidade, para combater e dispersar o povo que chegou a ameaçar invadir, pela manhã, contra aqueles que foram os comandantes da crise para anular Getúlio Vargas

O período da entrada do Palácio da Catete apresentou grande afiluição de populares, embora os choqueiros do Exército contivessem as manifestações, e, durante, os jornalistas aguardaram até as primeiras informações ligadas à morte de Presidente, enquanto uma tremenda agitação tomava conta das ruas que se achavam no interior do Palácio

Esses corajosos foi castigados em culpa os ditadores políticos e os membros do Império Internacional, pela sua traição, talos do maior estadista brasileiro

Na ardeur do Palácio da Catete, a indignação jantava-se do profundo pesar da multidão. Assim como uma multidão que não pode conter suas lágrimas, expressa a sua incógnita revolta contra os responsáveis pelo gesto de extremo sacrifício do Presidente Vargas

Um oficial do Exército Brasileiro dirigiu a palaneta, num "João" do Exército, ao Palácio da Catete, conduzindo flores para a câmara ardente de Getúlio Vargas

Indignado ante o Brasil amonestado desta manhã a multidão nas ruas agitou, por isso, a sua indignação, invadindo com incerteza luto contra certos de propensão política dos jornais que, nos últimos dias, mais insistiram contra Vargas

Imagem 30 – Várias manifestações populares de tristeza frente ao anúncio da morte de Vargas. Páginas presente na segunda edição da UH, dia 24/08/1954.



Imagem 31 – Imagens de Vargas com a família, reforçando sua atitude paterna e conciliatória com a população. Página da segunda edição da UH, de 24/08/1954.

ULTIMA HORA * * Rio de Janeiro, Terça-Feira, 24 de Agosto de 1954 * * PÁGINA 7

GETULIO O AMIGO DO POVO



Ná dois anos, numa tarde ensolarada, Vargas foi à Sociedade Hípica Brasileira ter um desfile de crianças nacionais. Muitas homenagens foram-lhe então prestadas. É se recordar quando ele havia saído da Presidência. Um grupo bem numeroso de crianças, quando no desfile correu Vargas e pediu que se deixasse fotografar. "Eles mandam..." Uniram-se a dizer sorrindo o Presidente aos seus e acompanharam. E foi posar no meio do alegre grupo.



Andando uma tarde pelas ruas de Petrópolis, Vargas reconheceu o mutilado Antônio Roschi, a quem ele havia oferecido, vinte anos antes, uma cadeira ortopédica. A cadeira estava em fragmentos, e o Presidente ofereceu uma segunda de sua própria coleção. O Roschi, Negro de Lima telefonou-lhe o encontro, e se admirou de ver a memória de Vargas, pois fora ele a iniciativa de recordar ao mutilado o encontro de 20 anos atrás.



A multidão sempre obteve o estímulo de Vargas. Ele não poupa ocasião de comparecer a atos ou solenidades de estudantes. É-o aqui, recebendo uma homenagem de uma aluna do Instituto de Educação do Distrito Federal.



A entrada do Ano Novo (1953). Vargas foi corajosamente homenageado pelos artistas. Chegou a radiolista Denise Favarilha a entregar-lhe um microfone de ouro, que era — então — o prêmio de melhores no homemagem — comprou a unidade e as efêmeras que o Chefe do Governo sempre manifestou pelo artista.



A interminável alegria que sempre dispensava de crianças, onde quer que se encontrasse, marcou bem a todos. Ele, o chefe Vargas, é um extraordinário exemplo de amor humano, mesmo quando, como sempre, estava rodeado por milhares de pessoas. Esta foto foi tirada em Copacabana, onde Vargas não parou a um instante sem sempre para que lhe oferecessem pedras. Esta foto foi tirada em Copacabana, onde Vargas não parou a um instante sem sempre para que lhe oferecessem pedras. Esta foto foi tirada em Copacabana, onde Vargas não parou a um instante sem sempre para que lhe oferecessem pedras.

Imagem 32 – Complementando a imagem de Vargas com a família, a página seguinte trouxe uma edição com várias fotos do ex-presidente em pose paternal com a população, com uma clara aproximação entre os dois aspectos, indicando que o político gaúcho tratava o povo como se fosse seus próprios familiares. Página da segunda edição da UH, de 24/08/1954.

Vários políticos e nomes ligados à oposição passaram a ser “caçados” pela capital. Carlos Lacerda precisou ser protegido para não ser linchado (DULLES, 1992, p. 190-191), assim como vários outros nomes (principalmente os ligados à Banda, sobretudo Afonso Arinos) que, mesmo com escolta policial, correram risco de morte por conta das movimentações populares que, ainda chorando a perda de Vargas e com a grande circulação da UH e das notícias do rádio, ficavam cada vez mais infladas contra os opositores do presidente falecido.

Por ser um matutino, a edição do dia 24 de agosto do OESP não repercutiu o suicídio de Vargas, fazendo apenas uma rápida nota em relação ao seu afastamento e ao ultimato dado pelos militares ao seu governo, impondo sua renúncia (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 24/08/1954). No dia seguinte, o jornal paulista deu ampla cobertura sobre o tema, embora não o destacasse na primeira página, dividindo o espaço, inclusive, com inúmeros comentários sobre a política em geral, principalmente com as perspectivas de um novo governo:

Não estava na previsão de quem quer que seja, nem seria desejado pelos homens de sentimentos cristãos o trágico desfecho que teve a crise político-militar oriunda do crime da Rua Toneleros. Na manhã de ontem, o sr. presidente da Republica pôs termo á existencia com um tiro no coração. Quando s. exa.vivia não poupamos criticas severas aos seus atos e ás suas palavras que nos pareciam condenaveis. Agora que está morto só nos resta descobrir-nos diante da sepultura em que jaz o seu corpo (OESP, *Desfecho trágico*, 25/08/1954).

Embora tenha destacado o traslado do corpo de Vargas para São Borja, a cobertura do jornal manteve o tom extremamente crítico ao destacar e condenar, veementemente, os ataques de populares a vários órgãos no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, indicando que em São Paulo ocorrera poucos casos até então (OESP, *Manifestações de rua na Capital do País*, 25/08/1954). Também houve ampla cobertura (praticamente inexistente em UH) para o início do novo governo, uma vez que Café Filho tomara posse no mesmo dia e, aos poucos, os primeiros nomes para o ministério já apareciam, além de inúmeras especulações sobre os possíveis postulantes aos cargos (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 25/08/1954).

As análises da publicação, nos dias seguintes, continuaram mais voltadas à formação do novo governo do que à morte de Vargas, relatando os desafios que Café Filho teria frente às problemáticas pelas quais o país passava naquele momento, buscando encorajar os atos do novo presidente e destacando o novo ministério parcialmente formado e divulgado, composto por nomes como Eduardo Gomes na pasta da Aeronáutica; o presidente da OAB, Seabra Fagundes, no Ministério da Justiça; o senador do PTB/DF, Alencastro Guimarães, que

aceitara o convite para ser o novo ministro do Trabalho, e o diretor da ESG, Juarez Távora, para assumir a chefia da Casa Militar, além de inúmeros outros nomes ainda como especulações:

Em declarações á imprensa, o presidente Café Filho revelou o seu proposito de organizar um governo de pacificação nacional, com representantes dos maiores partidos e nomes altos que se imponham á confiança do País. A sua escolha inicial do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes - para o Ministério da Aeronautica, aceita pelo grande líder democratico, reforçou as esperanças de uma éra de tranquilidade, depois de tantos sobressaltos (OESP, *O Momento Político*, 25/08/1954).

Segundo suas memórias publicadas, Café Filho procurou montar um ministério não levando em conta nomes partidários, mas sim pessoas que tivessem excelência em suas áreas e disposição para melhorar o país (com uma perspectiva muito parecida com Vargas, principalmente no chamado Ministério da Experiência). Além dos ministros indicados pelo jornal, compôs também o Executivo nacional (nenhum ministro de Vargas ficou no governo): o promotor público José da Costa Porto para a Agricultura (indicação de Etelvino Lins); o economista Eugênio Gudín (um dos principais opositores da política econômica de Vargas) no ministério da Fazenda; o ex-ministro de Relações Exteriores do governo Dutra, Raul Fernandes, reassumiu a pasta; o engenheiro Lucas Lopes assumiu a pasta de Viação e Obras (indicação de Juscelino Kubistchek); a pasta da Saúde ficou para o médico e deputado pelo PSD/PR, Aramis Taborda de Athayde; a Educação ficou sob a responsabilidade do jornalista e advogado Cândido Mota Filho, vice-presidente do PR; e, nas pastas militares, assumiu a da Guerra o marechal Henrique Lott e a Marinha ficou com o almirante Edmundo Jordão Amorim do Valle (CAFÉ FILHO, 1966, p. 365-394).

As edições subsequentes da UH, ao contrário do OESP, continuaram a explorar, com grande intensidade, a morte de Vargas. Ao contrário do que o jornal paulista colocou em suas páginas na edição do dia 25, o diário carioca indicou que existiram várias manifestações em São Paulo a favor de Vargas e lamentando sua morte, com inúmeras fotos de trabalhadores paulistas repercutindo o trágico acontecimento:



Imagem 33 – Fotos e textos abordando, exclusivamente, as manifestações de vários trabalhadores paulistas.
Extraído da UH, 25/08/1954.

Além disso, a UH continuou usando, de maneira bastante intensa, as fotos como forma de registro, aspecto pouco usual na imprensa do período. O jornal até emitiu uma nota desculpando-se com seus leitores por não publicarem de maneira linear seus textos, uma vez que a Redação ainda estava abalada e ocupada com toda a repercussão do suicídio de Vargas, algo totalmente fora de cogitação em sua visão:



Imagem 34 – Capa da edição da UH de 25/08/1954, com o corpo de Vargas e uma pessoa próxima, beijando a esquiife.



Imagem 35 – Principais personagens próximos a Vargas registrados pelas lentes da UH no velório, em sentido horário: Lutero Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Publicado na edição de UH, 25/08/1954.

A Carta Testamento, que desde o suicídio passou a ser tema de inúmeras controvérsias, continuou a ser explorada de maneira intensa. Nessa mesma edição, a equipe da UH passou a intercalar, em algumas páginas, trechos do documento com imagens da população e de acontecimentos recentes no país, fazendo um interessante paralelo entre esses fatores. Publicando ainda essas montagens durante vários dias, a comparação criou grande impacto, uma vez que os dizeres do documento já estavam carregados de emotividade, aliados a imagens em um diálogo bastante intenso entre ambos:



Imagem 36 – Em várias edições, uma frase da Carta Testamento sempre vinha acompanhada de imagens do transporte do corpo ao avião que o levaria a São Borja. A imagem acima é a capa da segunda edição do dia 25/08/1954.

Nessa mesma edição, foi publicado um texto intitulado *Adeus*, com um perfil praticamente hagiográfico sobre o presidente morto. Nesse espaço (embora nas outras páginas

escritas tal aspecto já era bastante óbvio) ficou grafada, de fato, a forma como a UH descrevia o político para seus leitores, enfatizando ainda mais suas características positivas perante a crise política e pelo trágico desaparecimento de Getúlio:

Tombou o maior líder popular que nossa história jamais conheceu. Encerrou-se a vida do único homem ao qual nossos destinos foram por três vezes consecutivas confiados (...) As agruras de um momento crucial não lhe tolheram o raciocínio, não o entibaram, não o levaram a trair a confiança que lhe outorgaram milhões de brasileiros. Nem mesmo o ódio encontrou guarida em seu espírito, acrisolado pelo sofrimento. Acima das paixões, sereno, sabendo que os homens valem pouco, o que importa são os princípios que encarnam, teve humildade cristã de perdoar, e os sentimento de brasilidade, a preocupação de transmitir uma derradeira mensagem de amor aos pequeninos, de apontar rumos a todos que amam a Pátria e querem vê-la livre de exóticas influências, indicando caminhos a seguir, aqueles mesmos que sempre percorrera (...) Curvemo-nos reverentes ante o ataúde dêsse Chefe de Estado que mesmo depois de morto mobiliza, para uma última homenagem, a massa humana que desfila ante seu cadáver (...) (UH, *Adeus*, 25/08/1954).

Já o jornal paulista não escreveu mais nenhum editorial falando diretamente de Vargas. O único texto publicado, com um perfil mais “isento”, fora uma nota biográfica, na última página do dia 25 de agosto, indicando seus dados desde os estudos até a vitória eleitoral de 1950, limitando-se a organizar as informações sem fazer nenhum tipo de análise (OESP, *Dados biograficos do sr. Getúlio Vargas*, 25/08/1954). Porém, vários comentadores do jornal paulista (sobretudo Rafael Corrêa de Oliveira e Mário Pinto Serva) publicaram textos tecendo um perfil bastante negativo do ex-presidente e várias outras pequenas notas criticaram o legado do governo, indicando que as consequências para o Brasil seriam gravíssimas nos próximos anos. Em relação ao assunto, Samuel Wainer publicou um texto (cujo título foi estampado na manchete), no dia 28 de agosto, indicando que a imprensa em geral estaria movimentando-se contra a memória do político gaúcho e que, tanto o jornal como seus aliados não permitiriam que isso continuasse acontecendo, pois manteriam vivo o legado do presidente falecido (UH, *Estão Infamando a Memória de Vargas!*, 28/08/1954).

Um dos pontos que mais incomodaram os atores da cultura política ligada a Vargas fora a contestação da Carta Testamento. Desde o suicídio, ambos os jornais deram destaque para a repercussão na imprensa estrangeira em relação ao ocorrido, com editoriais e comentários dos principais periódicos ao redor do mundo sendo que, no dia 27 de agosto, a coluna *Por trás da cortina* denunciou uma possível iniciativa dos trustes estadunidenses para que questionassem o documento, buscando incongruências para desqualificá-la. Segundo o jornalista Eurilo Duarte:

A decisão dos “trusts” aparece explicada num editorial do “The New York Times”, distribuído em telegrama da “United Press”, onde diz, em certo trecho, o jornal (...) “Uma das razões que tornaram tão perigosa a mensagem de despedida de Vargas foi o seu apêlo aos sentimentos nacionalistas do povo brasileiro”. Essa é, realmente, a mola da campanha ontem desencadeada pelos jornais brasileiros dominados pelos grupos entreguistas. A carta de Vargas é perigosa para os interesses escravagistas dos seus padrões internacionais. Precisam destruí-la (...) Mas não o conseguirão (UH, *Por trás da cortina*, 27/08/1954).

A autenticidade da Carta Testamento gerara uma grande polêmica, uma vez que muitos políticos e jornalistas passaram a questioná-la a autenticidade desta, indicando que o documento pudesse ter sido criado após a morte de Vargas e utilizada como instrumento para fomentar uma situação favorável aos políticos próximos ao presidente morto (HENRIQUES, 1966, p. 373-378). No dia 09 de setembro, Bilac Pinto protocolou um pedido de CPI para averiguar a autenticidade da carta, sendo recusado pela maioria dos pares (OESP, *O Momento Político*, 10/09/1954).

A capa e parte da edição do dia 30 de agosto da UH foram dedicadas a esclarecer o caso, com uma reportagem (com muitas fotos) sobre Alzira Vargas, demonstrando os originais e indicando que, tristemente, a família descobrira que o documento tinha sido feito por Vargas e que a carta original estava no cofre do presidente e que, de fato, ele estivera trabalhando nela já há algum tempo, embora ela achasse que tais dizeres seriam relacionados a uma possível resistência que ele pensava em fazer, caso os militares quisessem tirá-lo à força (UH, “*Meu Pai Não se Suicidou. Deu o Seu Sangue Para Que Não Corresse Sangue do Povo*”, 30/08/1954)³⁴. A tão polêmica Carta Testamento, que se tornou um dos documentos mais importantes e emblemáticos da história política brasileira, permaneceu envolta em discussões e desconfiças, assim como os últimos passos daquele que a teria escrito ou ditado:

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes (...) Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos

³⁴ Ao lado do corpo, fora encontrado, além do envelope com a carta datilografada, um pequeno envelope com um bilhete escrito, cujo teor era bastante próximo da Carta Testamento, embora possuísse termos distintos (FAUSTO, 2006, p. 194).

humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotam respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história (UH, *Um Documento Para a História*, 24/08/1954).

Em linhas gerais, o mês de agosto encerrou-se com o início do governo Café Filho e com um impasse, uma vez que os principais partidos ainda se mobilizavam para compor ou ser oposição ao governo. Ainda sob o espectro de Vargas, a política brasileira procurava estruturar-se e a imprensa acompanhava o caso, em dois polos bastante distintos: OESP e os principais meios de comunicação da época elogiando as novas medidas e o início das ações do político potiguar, enquanto que a UH e alguns outros pequenos jornais da capital estruturavam já uma oposição ao novo presidente e aos grupos que se movimentaram contra o líder morto. Embora a trajetória do político gaúcho chegasse ao fim, o cenário político e midiático demonstrava que sua influência estaria, ainda, longe de acabar.

Os dias após a morte do ex-presidente indicavam uma conjuntura de procura pela estabilidade, mas que ainda estava sob os escombros políticos das últimas ocorrências. O mês de setembro, em ambas as publicações, foi permeado por dois assuntos: a eleição que seria realizada no início de outubro e a investigação do atentado da Rua Toneleros. Além disso, demarcou também a inversão das posições dos dois jornais no campo político, adotando as posturas nas quais seus textos tanto condenaram anteriormente: OESP alinhou seus editoriais e cobertura com um aspecto bastante positivo (e, em alguns momentos, até laudatório) do governo Café Filho, enquanto que UH aumentava cada vez mais o tom contra o novo presidente, uma vez que ele se cercara por vários membros de grupos “inimigos” de Vargas e esboçava um mandato contra as demandas pelas quais o antigo presidente tinha entregado sua própria vida. Ou seja: tais pontos são bastante indicativos, demonstrando que a relação entre jornalismo e política continuaria muito intensa:

Ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta permanentes e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos têm em comum estarem muito direta e muito estreitamente situados sob a influência da sanção do mercado e do plebiscito. Daí decorre que a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e freqüentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa (BOURDIEU, 1997, p. 114-115).

Em relação ao processo eleitoral, as movimentações ganhavam força e impulso após o suicídio, embora muitos grupos defendessem o adiamento da votação devido à situação excepcional pela qual o país passava. Em editorial, OESP reconsiderou seu posicionamento, uma vez que nos últimos dias de agosto pregara a suspensão do processo, e passou incentivar a realização do pleito, sob a argumentação de que manter as instituições era mais importante do que o resultado em si, ainda que lamentasse o fato de que vários candidatos se projetariam no cadáver de Vargas para serem eleitos (OESP, *O adiamento das eleições*, 02/09/1954). Na edição do dia seguinte, a UH publicou declarações de Café Filho referentes ao juramento feito no Congresso, garantindo a realização do pleito em 03 de outubro dentro da normalidade estabelecida pela Constituição (UH, *Café, Perante o Congresso: Juro Defender e Cumprir a Constituição*, 03/09/1954).

Um dos principais nomes que se voltaram contra a realização da eleição foi Carlos Lacerda, que ainda sofria os efeitos de perseguições e ameaças após a morte de Vargas. Em vários textos da TI, foram expostas inúmeras argumentações contra a execução do pleito e, em suas memórias, o jornalista enfatizou que não fazia sentido ter andamento o processo naquele momento, uma vez que as pessoas agiriam apenas pela emoção e que o resultado não refletiria, necessariamente, a vontade do eleitorado:

Agora, a minha idéia era a de que o país precisava ser saneado, saneado espiritual e psicologicamente. Não havia condições para uma eleição verdadeiramente democrática num país que depois de toda uma formação autoritária é sacudido por uma catástrofe dessa ordem. É como se no dia seguinte da morte de Hitler, no Bunker, se fizesse uma eleição na Alemanha, ou como no dia seguinte ao que penduraram Mussolini num poste, junto a um posto de gasolina, fizessem uma eleição na Itália. Lá havia uma tropa de ocupação estrangeira que impediu essa loucura. Não deixaram fazer essa loucura. Primeiro, deixaram que o país se desintoxicasse, se desfascistizasse ou desnazificasse (...) Se as eleições fossem imediatamente após a guerra, tinha ganho um fascista ou um nazista (LACERDA, 1978, p. 148).

A possibilidade da vitória de candidatos identificados com Vargas e partidos aliados foi uma constante explorada por ambos os jornais, com a UH indicando continuamente esse ponto e, ao mesmo tempo, aumentando o tom crítico à figura do Lacerda e de vários nomes da própria UDN, entre eles seus principais líderes (UH, *Por Trás da Cortina*, 03/08/1954). Contra esse ponto, o jornal paulista voltou-se vivamente, principalmente em relação às acusações feitas contra Eduardo Gomes, considerado a principal liderança do partido:

De todos os excessos que o amor postumo ao sr. presidente da Republica tem provocado entre os que fizeram do seu cadaver o simbolo de uma agitação demagogica sem precedentes na historia do Brasil, os mais intoleraveis são os ataques que têm sido desferidos contra o brigadeiro Eduardo Gomes. Procuram seus inimigos apresenta-lo ao País como a ultima expressão da ambição politica. Tudo quanto houve nestes ultimos dias, dentro das Forças Armadas, teria sido obra do eminente brasileiro para satisfação dos seus apetites de mando (...) Essa injustiça é o atestado mais significativo de como se acham perturbadas as faculdades mentais dos herdeiros politicos do ex-presidente da Republica e de como lavra no peito de todos eles, misturado com o mais incoercível desespero, e desejo de abater tudo quanto, no Brasil, se elevou pelas virtudes morais e pela força do patriotismo (...) Atacar-se um homem dessa fibra moral, atribuindo-lhe intenções e atitudes ambiciosas é uma revoltante injustiça que não pode passar sem o protesto de todos os que, como nós, conhecendo de perto o brigadeiro Eduardo Gomes, podem afirmar que uma das características da sua grande personalidade é, precisamente, a desambição política. Ninguém o viu, jamais, trabalhar para satisfação de interesses particulares. Sempre trabalhou para o bem do Brasil (...) Em todo o seu desprendimento nunca se desmentiu. Os ataques, que ora lhe fazem, não se fariam se a miseria política, no Brasil, não houvesse baixado, nestes ultimos anos, ao infimo grau a que baixou (OESP, *Excessos imperdoáveis*, 05/09/1954).

Com essa perspectiva quase hagiográfica de Eduardo Gomes e a defesa dos valores da UDN, o diário paulista buscou blindar o partido das várias acusações por conta dos políticos que, naquele momento, cerravam as fileiras da oposição contra Café Filho. E uma das principais formas foi a de acompanhar, com amplo destaque e grande interesse, as investigações do atentado da Rua Toneleros. Mesmo com a morte de Vargas e com intensa oposição de vários grupos para que as investigações voltassem a ser feitas por membros do Poder Judiciário e saísse da base do Galeão, os trabalhos continuaram sendo realizados na sede da Aeronáutica e conduzidos, desde a morte do político gaúcho, pelo principal líder udenista e titular da pasta (SILVA, 1978, p. 235-236).

Conforme os depoimentos eram registrados, o nome de Gregório Fortunato ficava cada vez mais em evidência como o principal arquiteto do caso. Além de todas as acusações já realizadas, algumas falas teriam aproximado o guarda pessoal de Vargas dos comunistas,

indicando um plano em comum para a tomada do poder e a instauração de um regime trabalhista-comunista no país. Embora as acusações carecessem de fontes mais incisivas, OESP repercutiu bastante o caso em vários textos e editoriais:

O inquérito relativo ao caso da rua Toneleros vem revelando (...) a existencia de contactos intimos entre comunistas e o chefe da guarda pessoal do ex-presidente da Republica. Amigos politicos de s. exa. (...) em estreito convivio com os comunistas, participando com eles de agitações estereis (...) Justificadas estão, portanto, as desconfianças com que olhávamos (...) Explicado se acha, também, o (...) testamento politico do ex-chefe da Nação, visível como é a (...) inspiração comunista. Nesse manifesto, que podia ter sido redigido (...) por qualquer chefe comunista, desfere-se ataque violento aos norte-americanos, atribuindo-lhes uma intervenção odiosa nos negocios brasileiros (OESP, *Contactos inquietadores*, 08/09/1954).

Diariamente, o caso era noticiado no jornal paulista sempre envolvendo membros do governo anterior, em tom acusatório. Já a perspectiva era antônima no diário carioca, também acompanhando o caso, mas sempre na defensiva, mostrando como as pessoas ligadas a Vargas nada tinham a ver com toda a situação. Dentre os nomes apontados nesse período, os mais destacados continuaram sendo de Benjamin, general Mendes de Moraes (indicado por alguns envolvidos como um dos mandantes do caso), Danton Coelho e Caiado de Castro. Esse fora confirmado como candidato ao senado pelo DF pelo PTB (na vaga que seria de Jango, que decidiu concorrer ao Senado, mas pelo RS) e, principalmente após a movimentação eleitoral ganhar força, teve seu nome como alvo incessante da imprensa em geral.

Já em relação ao diretor da UH, em pronunciamento na Câmara no dia 13 de setembro, não reconheceu a autoridade do inquérito do Galeão e, após defender-se das acusações que teria incitado Gregório a mandar matar Lacerda, disse que não iria depor na base da Aeronáutica, salvo se tal fato fosse de interesse de seus pares:

O crime foi comum; o crime não foi praticado numa praça de guerra; o crime foi praticado por um civil que não sabia que a sua vítima era um militar, atirou nêle como atiraria em qualquer outro que acompanhasse o jornalista Carlos Lacerda (...) Portanto, êste inquérito, esta Comissão, é ilegal, é inconstitucional (...) Além dessa razão de ordem jurídica, há também razões outras, inclusive de ordem moral. Há poucos dias, o próprio Coronel Adil (...) numa entrevista coletiva aos jornais e rádios, perguntado se o meu nome estava envolvido no nefando crime da Rua Toneleros, afirmava enfaticamente, veementemente que não. Agora, repentinamente, ao mesmo tempo que se tenta a liquidação do jornal que tenho a honra de dirigir, nesse momento, a Comissão de Inquérito pretende que eu vá depor com a intenção clara, evidente, de apenas ligar o meu nome a um crime monstruoso que todos nós condenamos (...) O que se quer, o que se pretende é envolver todos aqueles que cercaram em vida, a figura a pessoa do Dr. Getúlio Vargas: o

que se quer é que cada um de nós, a quem êle honrou com sua confiança, ou com sua amizade, estejamos com os nossos nomes ligados a êsse inquérito (...) (UH, *REAÇÃO NA CÂMARA CONTRA OS ABUSOS DO GALEÃO!*, 14/09/1954).

A questão suscitada do possível fechamento do jornal por Danton, em seu pronunciamento, também foi um outro aspecto bastante debatido, já que uma das primeiras ações do novo presidente do BB foi pedir a execução da dívida da Editora Érica. Embora a execução também tivesse se estendido a outros órgãos de imprensa que deviam ao banco estatal, o único jornal que corria o risco de fechar era o de Samuel Wainer. Esse, em suas memórias, indicou que Lacerda agia com grande desenvoltura entre os ministros de Café Filho, embora não fosse um deles e, que em uma reunião ministerial da qual ele teria participado, interviria junto ao presidente para o fechamento da UH, já que sua eliminação seria o “corolário inevitável da queda de Getúlio” (WAINER, 1988, p. 208).

O único ministro que teria confrontado o diretor da TI foi o da Justiça, que apontou que não havia motivos jurídicos para tal e, mesmo que se tivessem, os ritos deveriam ser seguidos (o que indicaria a instauração de um processo para apurar o caso, com direito à defesa). Ante a irritação de Lacerda e a aquiescência dos outros ministros, Seabra Fagundes teria mantido-se sereno e resoluto na ideia de nada “encomendar” contra o diário carioca (MENDOÇA, 2002, p. 168). No entanto, fora voto vencido e os ministros concordaram em executar as dívidas da *Erica*. Segundo Wainer, após essa reunião (que teria sido uma das primeiras, pois o *Corvo* estava ainda com o pé engessado), Seabra Fagundes teria pedido demissão do cargo (WAINER, 1988, p. 208-209). Embora esse aspecto não seja verdadeiro (o ministro deixou o cargo apenas em fevereiro de 1955), a movimentação contra o jornal do bessarabiano foi bastante intensa a partir de setembro, com uma campanha movida na TI para tal ato.

Desde o início do mês, UH acusava textos de editoriais de vários periódicos, entre eles a TI e *Globo*, de pedirem abertamente o fechamento dos diários que apoiavam Vargas, indicando que tal medida era antidemocrática e demonstrava a falta de compromisso dessas publicações com a liberdade de expressão no país. Na edição do dia 10 de setembro, o jornal de Wainer praticamente dedicou toda sua capa ao caso, colocando como manchete *DENUNCIA À NAÇÃO* e indicando que havia uma grande perseguição do governo contra a publicação, lembrando que a UH não devia mais nada ao BB (inclusive publicando um fax mandado pela instituição, como resposta ao jornal no início do mês, comprovando que a dívida fora saldada) e analisando que a *Erica* ainda mantinha débito porque o governo não

Imagem 37 – Praticamente toda a capa com fortes acusações a Café Filho, Raul Fernandes e a Carlos Lacerda.
Página da UH, dia 10/09/1954.

No dia seguinte, a capa também foi dominada pelo assunto com a seguinte manchete: *DESARMAR O POVO PARA MELHOR SUBJUGÁ-LO NA BATALHA DAS URNAS!*

indicando que a grande intenção do governo era acabar com a UH para enfraquecer os candidatos ligados ao governo Vargas e, em um texto com o mesmo título de alto clichê da capa, continuou as acusações contra Raul Fernandes e Carlos Lacerda (que teriam sido os principais arquitetos, uma vez que o chanceler teria recebido ordens dos trusts internacionais para tal ação) e questionou Clemente Mariani se ele iria macular sua biografia por uma transação tão sórdida (UH, *Desarmar o Povo Para Melhor Subjugá-lo na Batalha das Urnas*, 11/09/1954). Além disso, o jornal passou a limpo aspectos da sua própria criação e da CPI, olhando tanto para a conjuntura quanto para si próprio:

ULTIMA HORA, que já antes do seu aparecimento despertou o ódio e a hostilidade dos grupos mais reacionários e entreguistas do nosso país (...) ULTIMA HORA é o principal objetivo a ser alcançado por êsse esquema (...) Iludem-se, entretanto, o sr. Raul Fernandes, o Côrvo Lacerda e todos os seus comparsas. ULTIMA HORA não deixará de circular um só dia. O nosso foi o único jornal, dentre os investigados pela Comissão (sic) Parlamentar de Inquérito, a saldar integralmente todos os seus débitos no Banco do Brasil (...) Quanto à “Erica”, que deve ao Banco do Brasil apenas juros e amortizações, possuindo um patrimônio duas vezes mais valorizado que os dois contratos hipotecários que assinou com aquele Banco, a “Erica” está em condições de regularizar imediatamente sua situação, desde que cesse a sabotagem articulada contra ela pelo próprio Banco (...) E a tudo isso, que dirá o Sr. Clemente Mariani, um banqueiro e advogado, que tem a zelar por um passado até agora inatacável? (...) já mandou o sr. Clemente Mariani verificar se o Banco do Brasil algum dia mandou executar clientes seus, mesmo que os mesmos apresentassem condições de solvabilidade muito menos sólidas do que as que apresenta a “Erica”? (UH, *Desarmar o Povo Para Melhor Subjugá-lo na Batalha das Urnas*, 11/09/1954).

Durante toda a conjuntura, a UH intensificou ainda mais suas críticas a Carlos Lacerda com inúmeras charges e textos contra suas ações, inclusive evocando seu passado comunista – como na própria capa do dia 10 de setembro que trazia uma foto dele discursando com um texto entusiasta sobre Luís Carlos Prestes e a ANL – e indicações constantes de que ele era um ministro sem cargo, influenciando a movimentação do governo, principalmente junto a Juarez Távora, considerado o “homem-forte” do ministério (UH, *BICO DE CÔRVO*, 04/09/1954). Outro nome bastante visado foi o do diretor do *Globo*, Roberto Marinho, acusado de enriquecimento ilícito por ter acumulado boa parte dos seus bens com o auxílio do BB, sem ter sido cobrado em nenhuma contrapartida valiosa. Embora outros periódicos tenham sido acusados em suas páginas, o diário carioca focou mais nesses dois veículos e nessas duas figuras como suas principais “inimigas” (UH, *A VERDADEIRA HISTÓRIA DE “O GLOBO” – SÍMBOLO DA VENALIDADE E DA TRAIÇÃO NACIONAL*, 27/09/1954).

No fim de setembro, o relatório feito pela Aeronáutica apontou Gregório como culpado e, entre outros, incriminou nomes como Euvaldo Lodi, Benjamin Vargas, Mendes de Moraes (OESP, *NOVA FASE DO INQUERITO DO CRIME DE TONELEROS*, 21/09/1954). Em editorial, dias depois, OESP utilizou esse fato para pedir uma nova forma de se fazer política no Brasil, uma vez que os mecanismos de organização institucional no país não estavam mais dando certo:

Essa nova politica exige rigor na escolha dos servidores do Estado e o abandono de praticas violentas e desmoralizadoras. Reorganizem-se os quadros politicos de tal modo que o carater dos homens venha a ser o ponto capital para a seleção dos que vão exercer cargos representativos ou governamentais (...) Homens públicos há que se jactam de praticar latrocínios e de explorar os vícios mais aviltantes. O pior é que não sofrem, por parte do publico, a repulsa que deviam sofrer (...) Demonstra isso que a perversão dos costumes já se alastrou inquietadoramente e que se não se promover reação imediata e vigorosa nada haverá que se salve neste País, dentro em pouco tempo. A reação precisa vir sem demora (OESP, *Nova politica*, 28/09/1954).

Constantemente, o diário paulista jogava parte significativa da responsabilidade dos acontecimentos para o eleitorado por ter escolhido Getúlio Vargas em detrimento de Eduardo Gomes, em 1950. E tal ponto estava diretamente relacionado à proximidade da sucessão, que consolidava cada vez mais seu espaço entre as notícias e textos de ambos os jornais, concomitantemente com a apuração do atentado e aos desdobramentos da morte do político gaúcho (uma vez que todos esses pontos estavam interligados de alguma forma).

Em relação à sucessão paulista, a movimentação pró-Prestes Maia era cada vez maior nas páginas do OESP, aumentando na mesma intensidade dos ataques a Ademar de Barros, que já vinha arrastando inúmeros problemas com a justiça e que, como o jornal de São Paulo sustentava, poderia ser preso a qualquer momento, sendo julgado por possíveis desvios na compra de vários carros (teria utilizado dinheiro público para adquirir bens particulares), além da apropriação de uma relíquia arqueológica, entre outras coisas (SAMPAIO, 1982, p. 88). Próximo à votação, o diário de Júlio de Mesquita Filho fez uma propaganda intensa contra o ex-governador, com uma série de textos e propaganda buscando desmoralizá-lo perante seus eleitores (FIDELIS, 2015, p. 224-230).

Já na UH, a movimentação eleitoral também se tornou bastante intensa em suas páginas, com uma constante campanha a favor de Danton Coelho (que tentava a reeleição) e para representantes do PTB, sempre buscando relembrar Vargas e pedindo para o povo vingá-lo nas urnas (com pequena chamada na capa, durante vários dias):

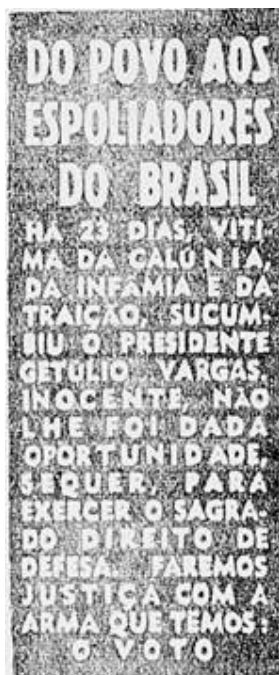


Imagem 38 – Caixa de texto, publicada em várias edições da UH, conclamando a população a “vingar” Getúlio Vargas pelo voto. Trecho do dia 16/09/1954.

Até a data das sucessões estaduais, essas duas tônicas estruturam o debate nos jornais. Os textos do OESP, da mesma forma que pinçavam cada fragmento obtido de informações do inquérito do Galeão contra membros do PTB e do Judiciário em relação às acusações contra Ademar de Barros, acompanhavam com vivo interesse a movimentação do governo Café Filho. Desde o início do governo, o jornal paulista pedia continuamente que os meios políticos e econômicos tivessem paciência com ele, uma vez que assumira o poder diante de um cataclismo político. A linha traçada pelos editoriais era de alguém com serenidade e que buscava, entre outras coisas, a pacificação do país como um meio de construir convergências para levar o Brasil ao crescimento novamente:

O sr. Café Filho possui o predicado de modestia e o senso de relatividade das coisas. Não presume de si qualidades excepcionais. Não se apresenta como o salvador da República, o cidadão insubstituível no cargo que o destino lhe confiou. Olha tudo com serenidade e, dando balanço às próprias forças, reconhece que somente com elas não poderá fazer muito. Só fará muito se contar com o apoio do povo e, principalmente, dos homens de boa vontade. Em vez de tecer louvores à própria capacidade, declara, lealmente, que são enormes as dificuldades que encontra para o desempenho das suas funções, dando a entender que talvez sejam superiores às suas forças (OESP, *As virtudes da franqueza*, 17/09/1954).

Embora com algumas discordâncias pontuais, em linhas gerais a postura mantida pelo periódico de Júlio de Mesquita Filho pautou a figura de Café Filho nesse sentido. Já em

relação ao diário carioca, num primeiro momento a imagem construída do político potiguar foi positiva, colocando-o como um estadista e enchendo-o de elogios. Entretanto, já nas edições subsequentes, após as primeiras movimentações e a formação de seu ministério, a publicação passou a fazer oposição e a “carregar” nos textos a cada dia que se passava, afirmando que o ex-deputado do PSP traía a memória de Vargas ao compor com seus inimigos e ceder às pressões que acabaram com o governo de seu antecessor. No dia seguinte ao editorial *As virtudes da franqueza*, a UH publicou o editorial *Esparadapro em Perna de Pau*, indicando que as fragilidades assumidas por Café para lidar com a economia e com as próprias demandas políticas demonstravam, de fato, suas fragilidades reais e falta de capacidade para resolver os problemas do país:

Afinal de contas, está aqui um cidadão que, tendo participado do govêrno do Sr. Getúlio Vargas, como Vice-Presidente, e portanto, com plena autoridade para poder influir direta e indiretamente sobre a orientação dos negócios do Estado, dirige agora sua fala aos brasileiros como se tivesse chegado ontem de uma longa viagem ao Polo Norte ou à Indochina, num tom ao mesmo tempo perplexo e desapontado pela situação econômico-financeira em que veio encontrar a sua terra (...) Que o Brasil atravessa uma situação das mais delicadas, também no campo da sua economia (...) disso ninguém ignorava ou ignora (...) O Sr. Café Filho contentou-se em dizer que o doente tem fêbre alta, mas não lhe indicou sequer (sic) uma aspirina (...) (UH, *Esparadapro em Perna de Pau*, 18/09/1954).

Dois dias depois, em editorial, o jornal carioca voltou a acusar a fala de Café Filho sobre economia na Hora do Brasil, indicando que gerara grande receio nos principais grupos econômicos do período e que causaria problemas para o desenvolvimento do país (UH, *A fala do pânico*, 20/09/1954). Pouco tempo depois de assumir, Eugênio Gudin fez uma viagem aos EUA para buscar novos campos de comércio para o país e resolver algumas pendências (principalmente a questão do café), além de renegociar a dívida com o país norte-americano, de empréstimos anteriores (CAFÉ FILHO, 1966, p. 422), buscando novos financiamentos.

Por fim, a UH também se ressentiu de boa parte dos jornais em geral que, antes tão críticos a Vargas e suas ações, agora demonstravam docilidade e benevolência para com o novo presidente, procurando valorizar seus possíveis acertos e omitir suas principais falhas:

É que a imprensa de oposição, entre nós, raramente ocupou os exemplos sadios da nossa boa tradição jornalística: e de tal maneira se extremou na paixão de suas diatribes, no propósito deliberado – e só neste ponto consciente! – de ser “do contra”, de achincalhar o govêrno, de dilapidar as instituições, de caluniar homens públicos, de denegrir reputações impolutas, que, em face da trágica reviravolta de há poucas semanas, se vê impossibilitada de assumir outra atitude senão a que a entregou, de pés e

mãos amarrados, a serviço de uma administração contra a qual sem dúvida faria (se pudesse) as mais graves restrições (...) Em outras palavras: essa imprensa perdeu a matéria prima do seu pingue negócio, e se vê agora na contingência insuportável e constrangedora de fazer trabalhar sua custosa maquinaria na industrialização de um produto que de jornal só tem a tinta e o papel... (UH, *A INDÚSTRIA "DO CONTRA"*, 25/09/1954).

Nesse sentido, o mês de setembro chegava ao fim com a inversão de posições dos jornais consolidadas, ocupando espaços distintos. Ao seguir as bases de suas respectivas culturas políticas, ambas as publicações estavam empenhadas na construção de novos aspectos para seus *habitus*, embora sem deixar de lado as características anteriores. Foi nessa perspectiva que os periódicos se estruturam, tendo em vista, num primeiro momento, o processo eleitoral adjacente.

5. AS AMEAÇAS DE GOLPE E A MOVIMENTAÇÃO DA IMPRENSA

Não fizemos ainda a sociologia da imprensa, que nos levaria a indagar, por exemplo, que sentido tem, em regime democrático, que exclui os privilégios, e no qual as funções de interesse público só devem ser exercidas por aqueles que conquistam o direito de exercê-las, ou por concurso de título e de provas, ou mediante delegação de poderes por via eletiva, que sentido tem fazer dos órgãos da imprensa objeto de sucessão hereditária? Se um jornal não é o órgão oficial de nenhum partido político, que forças, que interesses, que classes representa? De quem recebe poderes para falar em nome da opinião pública? A imprensa tem a autoridade que ela própria se atribui. E se um jornal tem 50.000 leitores, por exemplo, na melhor das hipóteses, só poderá falar em nome desses 50.000 leitores. Uma sociologia da imprensa, que ainda está por fazer, nos revelaria, entre outras coisas, que sua interferência na vida interna dos partidos é tão arbitrária quanto a interferência, que essa mesma imprensa condena, das forças armadas na vida interna das agremiações partidárias (CORBISIER, 1976, p. 121-122).

5.1 Os processos eleitorais e os desdobramentos políticos e midiáticos

Com a eleição próxima, os jornais mobilizaram-se em relação às campanhas, sendo que a UH passou a publicar, dias antes, um pequeno guia para esclarecer ao eleitor como era o procedimento do voto em si, indicando como deveria ocorrer o processo (UH, *NA BÓCA DA URNA (O DIREITO DO VOTO SERÁ EXERCIDO EM 5 LANCES)*, 01/10/1954). Nos primeiros dias após a eleição, ambos os jornais mantiveram o otimismo: OESP indicando que o povo comparecera em massa e que o PTB estava bastante desmoralizado com as votações em geral, enquanto que na publicação carioca, o tom era distinto, indicando que Vargas vencera independente do resultado, uma vez que políticos favoráveis a ele estavam recebendo inúmeros votos e, em contraponto, seus principais críticos estavam “encolhendo”:



Imagem 39 – Imagem ilustrativa, demonstrando como seria o processo de votação. Publicado em UH, 01/10/1954 (tal sequência também esteve presente em várias outras edições).

Analizando os resultados finais, houve certo equilíbrio entre as duas tendências na votação final nos estados. Nos dias seguintes à apuração, as publicações continuaram com suas tendências de autovalorização dos grupos de suas respectivas culturas políticas, embora seus textos e análises já trouxessem pitadas significativas da realidade (que não condizia, necessariamente, com suas perspectivas traçadas). O maior impacto sofrido foi pelo OESP, uma vez que seu candidato a governador, Prestes Maia, não despontou e acabou sendo preterido, já no início da apuração, ficando atrás de Ademar e Jânio. Bastante decepcionado, o jornal voltou a atacar o sistema político e, principalmente, o eleitorado, indicando que esses não sabiam votar e legitimavam a roubalheira e os desmandos do ex-governador, dessa forma creditando milhares de sufrágios às suas possíveis novas falcaturas (OESP, *As surpresas do pleito*, 06/10/1954).

Já no Rio de Janeiro, embora com forte campanha da UH contra Carlos Lacerda, esse liderou, todo o tempo, a apuração para deputado federal, distanciando-se dos principais candidatos defendidos pelo jornal (principalmente de seu diretor, Danton Coelho, que se mantinha entre os eleitos, mas com votação pouco expressiva). Mesmo com esse destaque, o triunfo eleitoral do dono da TI foi ignorado pelas páginas do periódico de Wainer que, embora publicasse diariamente os resultados da apuração, mantivera o *Corvo* em evidência apenas pela perspectiva negativa (UH, *Resultados Gerais no Distrito Federal*, 09/10/1954).

A partir do desenrolar da apuração, ambas as publicações passaram a enfatizar os dados da maneira que mais lhes convinham, dando destaques para suas visões já estabelecidas. Na publicação paulista, a decepção com o eleitorado na eleição para governador continuava grande, mas atenuada: Jânio ultrapassou Ademar e acabou consolidando-se na liderança, sendo eleito e considerado um “mal menor” para o Estado (OESP, *Significação dos resultados do pleito*, 07/10/1954). Além disso, o jornal divulgou com grande alarido a derrota de João Goulart no Rio Grande do Sul, ficando em 3º lugar para o Senado, sendo derrotado pelo jurista Armando Câmara (PR) e pelo ex-deputado estadual Daniel Krieger (UDN). Ao expor tal derrota, o jornal indicou que o futuro do PTB era incerto e o partido estaria entrando em fragmentação:

A definitiva, inesperada e sensacional derrota do sr. João Goulart no Rio Grande do Sul (quando tinha tudo nas mãos para uma vitória esmagadora, desde o governo estadual até a exploração desenfreada do cadáver do sr. Getúlio Vargas no Estado natal do presidente suicida) cria para o PTB, antes mesmo que se encerre a apuração das eleições de domingo, o grave problema da chefia do partido (...) Está claro que o sr. João Goulart não pode alimentar a veleidade de permanecer na presidência do partido saído de uma

derrota das proporções da que lhe foi imposta. Até porque o moço fronteiro não tem o que fazer no Rio. Está a expirar o seu mandato, que nunca exerceu aliás, e precisa dedicar-se aos seus negócios da estância, que andam suficientemente embrulhados no Banco do Brasil, e precisamente quando o sr. Clemente Mariani parece disposto a executar dividas em atraso (...) (OESP, *O Momento Político*, 09/10/1954).

Nas páginas da UH, Jango pareceu ter sentido, de fato, a derrota. Na coluna *Por trás da cortina*, o jornalista Eurilo Duarte relatou que o político gaúcho estava disposto a abandonar a política após o revés (UH, *Por trás da cortina*, 20/10/1954). Em linhas gerais, Jango teria sofrido muito o impacto da morte de Vargas, uma vez que toda sua movimentação política girara em torno de seu “padrinho”, sendo que seu primeiro ímpeto após o suicídio teria sido o de abandonar esse meio e dedicar-se somente aos seus negócios (FERREIRA, 2011, p. 133-134). O insucesso no pleito potencializou ainda mais tal aspecto, sendo que sua liderança no partido passou a ser contestada, mesmo com os bons resultados obtidos pelo partido em geral e pela movimentação para as eleições nacionais (D’ARAÚJO, 1996, p. 109-111).

Em compensação, o jornal carioca enfatizou a derrota das principais figuras da UDN. Embora Carlos Lacerda fora o deputado federal mais votado do país (recebeu quase 160.000 votos) e a bancada do partido foi a maior em conjunto com o PTB (Lutero Vargas foi o segundo deputado mais votado, com pouco mais de 120.000 votos), duas das principais figuras da agremiação foram derrotadas: o senador Hamilton Nogueira não conseguiu a reeleição, sendo ultrapassado por Caiado de Castro, do PTB (foi a sua primeira eleição) e por um outro militar e então presidente da Caixa Econômica do Estado, Gilberto Marinho (PSD)³⁵. Além disso, o presidente nacional do partido, Artur Santos, não fora eleito senador pelo Paraná, ficando apenas em quarto lugar na disputa. Por fim, a UH também comemorou bastante a derrota, na Paraíba, de Chatô, que buscava a reeleição (era senador pelo PSD, e tinha sido eleito em uma eleição suplementar, em 1952³⁶).

Nas disputas mais problemáticas para o governo ao longo do ano, os candidatos contra o legado de Vargas acabaram sendo vitoriosos. Além da derrota de Jango para o Senado, no

³⁵ Dados retirados de <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12976>. Acessado em: 20.09.2016

³⁶ Em 1951, Chatô teria decidido ser senador, embora as eleições ocorressem apenas em 1954. Utilizando seus contatos políticos, fez com que um dos senadores da Paraíba, o ex-prefeito de Campina Grande e ex-deputado federal, Vergniaud Wanderley, fosse convidado a assumir um cargo no Tribunal de Contas da União (TCE), renunciando ao mandato. Seu suplente, o também ex-prefeito de Campina Grande, Antônio Pereira Diniz, fora eleito deputado federal em 1950 e acabou não aceitando a nomeação (pouco tempo depois, passou a ser responsável por um cartório no Rio de Janeiro). Com essa dupla desistência, foi convocada uma eleição suplementar na Paraíba, sendo que Chatô foi candidato único, sendo vitorioso no pleito. Três anos depois, após não ser reeleito, fez exatamente esse mesmo processo no Maranhão, sendo eleito representante daquele estado no Senado (MORAIS, 1994, p. 517-521).

Rio Grande do Sul o PTB também teve grande revés na eleição para governador, sendo que o candidato e um dos principais nomes (considerado o ideólogo do partido) da agremiação, o senador Alberto Pasqualini, fora derrotado pelo prefeito de Porto Alegre e adversário histórico de Vargas, Ildo Meneghetti (BODEA, 1992).

O outro caso (e mais emblemático) foi em Pernambuco, no qual Cordeiro de Farias fora eleito, deixando João Cleofas, pela segunda vez consecutiva, em segundo lugar (perdera para Agamenon Magalhães, também do PSD, em 1950), demonstrando que a articulação de Etelvino Lins dera certo, o que de certa forma credenciava-o para tentar levar adiante suas ideias para o pleito nacional (GAMA NETO, 1995). O único caso em que um candidato ligado a Vargas fora eleito ocorreu na Bahia, onde o ex-ministro Antonio Balbino conseguiu sacramentar sua vitória contra Pedro Calmon, em uma das várias alianças estaduais que contrariavam a lógica nacional (DANTAS NETO, 2006).

Em meio à perplexidade do OESP pela derrota de Prestes Maia e de alguns políticos tradicionais da UDN, além da cobertura efusiva da UH à “vitória” de Vargas nas eleições (além das ações do governo Executivo), os jornais passavam a abordar, de maneira cada vez mais intensa, o processo eleitoral visando à presidência no ano seguinte.

Embora, em vários textos, OESP tivesse indicado que era necessário definir, o mais depressa possível, um nome para fazer frente ao de JK, também partia do princípio de que, mais importante do que saber o cabeça de chave na disputa, era pensar sobre o conjunto de ideias, um plano de governo em comum para balizar a candidatura. Nessa perspectiva, nas primeiras discussões sobre a União Nacional (ainda em 1953), vários editoriais defenderam a escrita de um documento com os principais pontos a serem alcançados para, após isso, definir o nome para ser indicado (o candidato deveria estar a serviço do plano de governo e não o oposto). Segundo o jornal paulista, a falta dessa prática era um dos grandes problemas da política brasileira, já que o personalismo acabava definindo a disputa eleitoral, quando deveria ocorrer o contrário:

Inspirados pela razão ou levados, apenas, da vontade de atrapalhar combinações extemporaneas em torno da futura sucessão presidencial, procuram os políticos prudentes cuidar, antes de tudo, de traçar as linhas de um programa de ação governamental que todos os partidos acolhem, deixando para mais tarde a escolha do candidato a quem será confiada, com o apoio a fiscalização desses partidos, a tarefa de executá-lo (...) Ora, isso não está certo. O certo é estabelecer o programa para, depois, escolher o seu executor. Com a multiplicidade de partidos (...) o estudo prévio do programa tem grande importancia. As coligações, que não se fariam em atenção a pessoas, podem, perfeitamente, ser feitas sem atenção aos programas (...) (OESP, *Os programas políticos*, 05/11/1954).

Como contraponto, em capa do dia 10 de novembro, a UH voltou a criticar tal tese e pediu a construção de uma nova Aliança Liberal, pedindo a união dos grupos de oposição contra Café Filho (comparando-o a um presidente do período anterior a 1930):

Agora, vamos sair para a grande campanha, a qual deve compreender um debate claro e intenso em torno de um programa de ação e propósitos que realmente convenha à nação e de nomes que sejam garantias da completa execução de tal programa. Não é fora de propósito levantarmos, desde já, a idéia de uma frente popular, que valesse de apoio certo e invencível a tal programa e ao nome que o possa defender vigorosamente (...) Lembre-se que as grandes vitórias políticas do Brasil estão ligadas a semelhante tática de ação. A Aliança Liberal, em si uma frente única, é filha, por assim dizer, de uma iniciativa semelhante (...) Isto é o que aconselha o bom senso em face das dificuldades desta hora de expectativa em que parece encontrar-se a nação brasileira numa verdadeira encruzilhada (UH, *A Hora é de União Nacional*, 10/11/1954).

Além das discussões sobre as candidaturas à presidência, outros assuntos tomaram as páginas dos jornais, demonstrando as posturas dos impressos em relação à conjuntura. Concomitante a toda essa movimentação eleitoral, havia ainda um problema que assolava a estrutura econômica brasileira, que era o comércio do café. Mesmo com o ministro da Fazenda nos EUA, a situação não melhorara e as vendas continuavam atravancadas.

No fim do mês de outubro, uma fala do embaixador estadunidense no Brasil, James Scott Kemper, quase levou a um incidente diplomático. Em um primeiro momento, sem esclarecer exatamente o local (comunicando que tinha sido em Boston), OESP acusou o embaixador de ter feito declarações pejorativas sobre o café brasileiro, ao indicar que o país sul-americano teria que reduzir ainda mais o preço do café em relação aos valores já praticados caso quisesse vender o produto. A declaração seria a seguinte: “*O Brasil poderá colocar seu café a 75 centavos por libra-peso, mas é bem possível que tenha de reduzir esse preço, se quiser vendê-lo...*” (OESP, *Pronunciamento baixistado embaixador norte-americano sobre o café*, 23/10/1954), indicando que, após esse pronunciamento a investidores estadunidenses, o preço do café brasileiro teria caído na bolsa de Nova Iorque, prejudicando os produtores brasileiros que já contavam com o preço anteriormente estabelecido. Na capa do dia 25 de outubro, a UH chamou a atenção para o texto publicado do jornal paulista, indicando em sua capa a revelação:



Imagem 40 – Destaque da UH, na capa do dia 25/10/1954, relatando as declarações de Kemper reveladas pelo OESP.

A partir disso, ambos os jornais (em especial a publicação carioca) passaram a criticar, cada vez mais, o embaixador estadunidense, pedindo sua imediata substituição. Várias denúncias surgiram, posteriormente, indicando que ele estaria agindo de forma a prejudicar os produtores de café brasileiros frente aos investidores estadunidenses, realizando uma espécie de tráfico de influência, demonstrando incompatibilidade com o cargo (OESP, *Esclarecimentos do embaixador dos Estados Unidos ao I.B.C.*, 26/10/1954). Após muita pressão e críticas da imprensa em geral, Kemper deixou o posto no início de 1955, sendo substituído pelo embaixador estadunidense na Espanha, James Clement Dunn (OESP, *O novo embaixador dos EUA no Brasil*, 03/03/1955).

Ainda nesse contexto, a publicação carioca dedicou uma série de reportagens sobre a questão da cobrança à editora Érica, sendo que em 09 de novembro o diário publicou um texto, em sua capa, indicando que esse procedimento era comum e que a editora não fecharia. Mesmo se tal fato ocorresse, não atingiria a UH e os jornais e revistas publicadas por ela, uma vez que essas poderiam ser impressas em outros locais (UH, *A Penhora da ERICA*, 09/11/1954). Assim, o periódico passou a publicar, em várias edições posteriores, uma série de textos explicando a situação, com fax-símile de trocas de notícias com o próprio BB e com

o Judiciário, procurando demonstrar aos seus leitores que não havia nada de anormal nessas transações.

Além disso, fora aprovado pelo Congresso um projeto de lei (que tramitava desde 1950) equiparando os salários dos médicos que trabalhavam no setor público federal, estadual ou municipal. Tal movimentação ocorrera, principalmente, pela aprovação no Distrito Federal, em 1951, de uma lei que modificara o plano de carreira dos médicos, dando melhores condições de trabalho e salário para essa classe em detrimento dos mesmos profissionais ligados às outras esferas (MATTOS, 2003).

Desde a aprovação, o governo deu vários sinais de que vetaria o projeto, uma vez que o plano de austeridade de Gudin visava cortar todos os gastos possíveis, incluindo aumentos e bônus para quaisquer classes, mesmo correndo o risco do ônus dessas medidas. Nessa perspectiva, OESP defendeu esse possível corte e indicou que a concessão, da forma como fora aprovada pelos congressistas, traria mais prejuízos do que benefícios para o país e não ajudaria a ninguém, pois mais esse desfalque financeiro levaria a um aumento ainda maior do custo de vida, prejudicando não só aos médicos, mas como a todos os cidadãos brasileiros:

As ultimas noticias dão conta de que o projeto será realmente vetado totalmente. O ministro da Fazenda já teria concluído sua exposição contando as razões da medida (...) Entre as razões alegadas para o veto, figuram a reclassificação de cargos e funções, constante da mensagem governamental ora em curso no Congresso, o aumento dos vencimentos dela decorrente, bem como a incorporação do abono de urgência aos salários atuais (OESP, *O EXECUTIVO VETARIA O PROJETO DOS MEDICOS*, 10/11/1954).

A mobilização citada na reportagem foi destacada pela UH na capa do dia 12 de novembro, cuja manchete foi *MÉDICOS EM MARCHA PARA O CATETE, LUTANDO PELA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA!*. O direcionamento dado pela publicação carioca era oposto ao do jornal paulista, uma vez que o texto fazia uma defesa enfática da movimentação da classe, capitaneada pela *Associação Médica do Rio de Janeiro* (AMRJ) contra o sindicato da entidade, que era contra tal mobilização (MATTOS, 2003):

A campanha dos médicos atinge hoje seu “Dia D” (...) os médicos, através de alto-falantes, darão ao povo amplas explicações sobre a natureza do movimento, esclarecendo a população sobre as razões que levaram a classe à adoção de medidas extremas em defesa de seus direitos (...) ULTIMA HORA, que desde o primeiro instante se colocou ao lado dos médicos, nessa luta inspirada em tão justos propósitos, pôs a disposição da campanha suas caminhonetas (...) (UH, *MÉDICOS EM MARCHA PARA O CATETE, LUTANDO PELA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA!*, 12/11/1954).

No dia seguinte, OESP repercutiu a movimentação dos médicos e UH também deu grande destaque, ambos mantendo seus posicionamentos: o jornal paulista a favor do possível veto do governo e a UH movimentando-se a favor das reivindicações. Após o veto confirmado no dia 13, o diário carioca conclamou o Congresso a derrubá-lo, indicando que tal medida era uma grande injustiça e uma imoralidade contra não só os médicos, mas também a vários outros trabalhadores (uma vez que a lei beneficiava, com a equiparação, alguns outros setores de trabalhadores públicos com nível superior) (UH, *O CONGRESSO TEM O DIREITO E O DEVER DE NEGAR O VETO?*, 14/10/1954). Em editorial, três dias depois, o periódico de Júlio de Mesquita Filho expôs novamente, de maneira bastante clara, o posicionamento da publicação em relação ao assunto, reforçando a atitude acertada de Café Filho:

O sr. presidente da Republica, diante do projeto de lei relativo aos vencimentos dos médicos e outros profissionais, teria que vetá-lo por dois motivos: porque a sua aprovação determinaria uma despesa superior a um bilhão de cruzeiros e porque os interessados, inabilmente, fizeram um movimento de massas, para obrigar s. exa. a sancioná-lo (...) O movimento de massas, para forçar a sanção, colocou o chefe do Executivo em posição difficilima. Se atendesse ao que reclamavam de s. exa. de maneira tão barulhenta, a sua autoridade ficaria aniquilada. Amanhã s. exa. teria que atender a todos os interesses de classes desde que eles se movimentassem até os portões do Catete em atitude agressiva (...) (OESP, *O caso dos medicos*, 17/11/1954).

Nesse mesmo texto, o jornal reconheceu a necessidade de aumento dos vencimentos dos médicos. No entanto, da mesma forma que pregava o aumento do salário mínimo, mas não no mesmo nível que Jango instituíra e Vargas ratificara no primeiro semestre, indicou agora a mesma lógica, não concordando com o plano de carreira pedido pelos profissionais que estavam se movimentando. Em compensação, a UH conclamou uma mobilização ainda maior do grupo, defendendo uma possível greve a ser realizada por vários membros da categoria:



Imagem 41 – Capa da UH do dia 13/11/1954, mostrando o drama dos médicos ao concentrarem-se em frente ao Palácio do Catete, esperando a sanção ou o veto ao projeto 1082/1950.

Após o veto, o projeto foi encaminhado novamente para o Congresso e a categoria declarou greve. Embora outras paralisações já tivessem sido realizadas nesse contexto, foi a primeira movimentação em grande escala, com ambas as publicações mantendo suas opiniões: enquanto o diário paulista tecia críticas contundentes aos médicos, chamando-os de irresponsáveis pela conduta e defendendo a ação do governo, a publicação carioca deu grande apoio ao grupo e declarou, em várias edições, que Gudin deveria ser demitido por conta de todo esse ocorrido, estendendo as críticas também a Café Filho e à equipe ministerial, em geral.

Passado quase um mês dessa queda de braço, o Congresso aceitou o veto e o movimento foi desmobilizado, sendo que os médicos passaram a negociar novamente com Café Filho por uma outra forma de organização do salário (MATTOS, 2003). Nesse ínterim, foi realizada no Palácio Quitandinha, no Rio de Janeiro, a X Conferência Pan-Americana, com a reunião dos ministros da Fazenda e várias lideranças dos países americanos para discutirem os aspectos econômicos, sendo que a questão do café foi colocada como a principal pauta da reunião (já que a movimentação também envolvia a Colômbia, que se consolidara como uma grande produtora mundial) (PINHO NETO, 1989, p. 151-153).

Na cobertura desses dois eventos, os jornais delinearam, cada vez mais, suas atitudes em relação ao governo Café Filho. A UH passou a intensificar o uso de termos virulentos

contra o presidente e seus ministros, indicando que a ação de Gudin, Raul Fernandes e dos representantes do governo na Conferência era um grande desastre, enquanto que os editoriais do OESP defendiam os posicionamentos dos representantes brasileiros, mesmo considerando um excesso de prudência na negociação com os EUA. Tanto na movimentação dos médicos quanto da Conferência (além de inúmeros outros assuntos), ficaram ainda mais explícitas, em ambos os periódicos, os matizes da cultura política de cada um deles.

Desse modo, o ano de 1954 teve fim nas páginas dos impressos ainda com discussões sobre as questões políticas, além de intensas movimentações sociais, culminando com o andamento do caso da Érica. No dia 17 de dezembro, na capa da UH foi destacado um texto no qual acusava a perseguição de Mariani ao jornal, indicando que sua principal função seria a de proteger os outros jornais devedores (e favoráveis ao governo) e destruir o diário do Wainer, utilizando a liquidação da editora como manobra para chegar a tal ponto (UH, *Tentou Fechar a “Erica” Pensando Calar, Afinal, a ULTIMA HORA!*, 17/12/1954).

Nesse mesmo dia, o dono do jornal carioca depôs na 8ª Vara em relação às acusações de falsidade ideológica e favorecimento ilícito, conforme apontados na CPI. Na edição do dia seguinte, ambos os jornais repercutiram a fala de Wainer, embora com ênfases distintas. OESP trouxe um breve destaque do depoimento, fazendo um resumo dos principais pontos:

Afirmou inicialmente o sr. Wainer, serem infundadas as acusações articuladas na denuncia, e que atribula a campanha contra ele desencadeada á pressão de concorrentes profissionais, que o combatiam pelo fato de haver com os seus jornais introduzido novos processos tecnicos e provocado a elevação de salarios dos que trabalham em jornal (...) (OESP, *As transações do Banco do Brasil com “Ultima Hora”*, 18/12/1954).

O jornal carioca deu amplo destaque, com declarações de Wainer indicando estar “aliviado” em esclarecer as acusações que pairavam sobre ele e seu jornal. Destacando a movimentação da UH, o jornalista apontou inúmeras incongruências no processo e disse que não havia acusações que se sustentassem, uma vez que aquela perseguição seria de cunho político e não uma investigação de fato. Dentre os vários pontos, acusou Lacerda de ser o principal nome contra ele e que teria organizado, efetivamente, a CPI, bem como toda a campanha difamatória contra ele:

sr. Carlos Lacerda, Dr. Juiz, é meu inimigo pessoal, político e profissional. Foi êle o autor principal da campanha de difamação de que fui vitima. Devo sua inimizade ao seu notório sentimento de frustração em relação á minha pessoa. Durante nossa juventude fomos amigos. O sr. Carlos Lacerda chegou mesmo a ser acolhido em minha casa, onde morou durante meses, quando

não tinha sequer (sic) meios para residir em qualquer parte. Recebeu benefícios pessoais e jornalísticos os mais diversos de minha parte. Mas desde o tempo em que ambos eram repórteres o seu sentimento de frustração em relação à minha pessoa manifestou-se por várias formas e mais ainda se exacerbou quando passamos a editores de jornais, êle na “Tribuna da Imprensa” e eu em *ULTIMA HORA* (UH, “*GRAÇAS A DEUS, ÊSTE PROCESSO JÁ CHEGOU ÀS MÃOS DA JUSTIÇA!*”, 18/12/1954).

Além de Lacerda, a UH voltava sua carga para o Globo e DA, principalmente para o grupo de Roberto Marinho, ao qual passou a fazer pesadas acusações e ironizá-lo cada vez mais (na coluna *Revista dos Jornais*, por exemplo, Octavio Malta referia-se ao proprietário do jornal de maior circulação do Brasil como *Roberto Cavalo-Marinho*, com charge), indicando que tanto ele quanto Chatô possuíam dívidas tão grandes ou maiores e não eram cobrados, sendo que seus objetivos não eram concentrados em fazer bons periódicos, mas sim difamar e destruir a publicação de Wainer, uma vez que esse constituía uma ameaça aos seus impérios (UH, *O Corvo Nomeou Mariani Para Fechar de Vez ULTIMA HORA*, 20/12/1954).

No dia 23 de dezembro, o jornal trouxe um texto na capa indicando que Marinho tentou atirar em Bocayuva Cunha na sede do Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas, sendo desarmado pelo diretor da UH que, posteriormente, o agrediu fisicamente. Embora o caso não tenha ganhado grandes contornos (como a própria reportagem colocou, por meio da intermediação do presidente do Sindicato, Carlos Rizzini, não houve queixa policial e a situação teria sido “encerrada” por ali mesmo), demonstrou como estava o clima entre os lados naquele período (UH, *Desarmado o Diretor de “O Globo” Quando Apontava o Revólver Para o Dir.-Superintendente de ULTIMA HORA*, 23/12/1954). No OESP foi publicada uma pequena nota, intitulada *Incidente*, também no dia 23 de dezembro, limitando a noticiar o fato sem comentá-lo.

Assim, as publicações encerravam o conturbado ano de 1954 e iniciavam 1955 de forma inversa ao período de transição entre 1953 e 1954: se antes a UH era árdua defensora (mesmo que discordante em alguns pontos) de Vargas e de seu legado, agora era uma crítica ferrenha aos atos de Café Filho, não poupando ninguém do Executivo e direcionando toda sua escrita, em especial, contra o próprio presidente e o ministro da Fazenda, os grandes algozes de todo o processo.

Por outro lado, OESP voltara, no ano anterior, toda sua carga não só contra Getúlio, mas também contra as ações de seus ministros, em especial as de Jango (principalmente contra o aumento do salário-mínimo). Agora, no entanto, fazia uma defesa ampla do Executivo nacional (embora, é importante ressaltar, também crítica) e de suas ações,

principalmente da política de contenção de créditos e gastos do Ministério da Fazenda, além de modificações em outras áreas, bem como as decisões tomadas por Café Filho.

Nas primeiras páginas de 1955, o tom foi dado pela campanha presidencial que continuava sendo discutida, aliada a um novo fator: a eleição para a presidência da Câmara. A escolha seria feita no início de fevereiro e, por conta disso, as movimentações já eram bastante intensas, sendo que os dois processos acabaram se entrelaçando. Na eleição do ano anterior, o PSD elegeu 35% dos deputados, seguido pela UDN com 23% e o PTB com 17% (BRASIL, 1958). Desse modo, os políticos ligados ao grupo pessedista viam como natural a manutenção da presidência, já que o partido constituiu maioria na Câmara desde a democratização em fins de 1945 (HIPOLITO, 1985, 276-281) e todos seus presidentes pertenceram ao partido.

E, de fato, os nomes que surgiram, num primeiro momento, eram todos ligados ao partido. A definição passava por quem seria o presidente e quem seria o líder da agremiação na Câmara (posição ocupada por Gustavo Capanema). OESP foi o primeiro a noticiar a movimentação, divulgando no dia 04 de janeiro que o PSD indicaria Capanema como presidente e Horácio Lafer como o nome forte da bancada no Congresso (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 04/01/1955). No dia seguinte, a UH (estruturando uma espécie de “campanha” pela demissão de Gudin³⁷) noticiou que Carlos Luz (deputado por Minas Gerais) teria negado que seria candidato e que os favoritos para assumir como postulantes eram Horácio Lafer e Ranieri Mazilli (também de São Paulo) (UH, *Por trás da cortina*, 05/01/1955).

Como Nereu Ramos não poderia continuar por ter sido eleito senador, a disputa em relação aos nomes ficou cada vez mais acirrada. No Senado, o próprio presidente da Câmara aparecia como um dos favoritos, sendo indicado pelo OESP, no dia 06 de janeiro, como o nome principal, ao lado de Benedito Valadares (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/10/1955). Da mesma forma que na Câmara, no Senado o predomínio era do PSD (detinha 38% das cadeiras), seguido pelo PTB (28%) e a UDN (21%) (BRASIL, 1958) e, conforme dispositivo presente na Constituição, a presidência do Senado era exercida pelo vice-presidente da República. Como na eleição de 1945 não houve sufrágio para esse posto, foi eleito um senador, no caso o próprio Nereu, para os cargos concomitantemente. A partir de 1951, Café Filho exerceu a função até 1954, embora boa parte das atividades fosse gerenciada

³⁷ Tal movimentação ficou mais forte a partir da edição do dia 04/12/1954, quando o repórter Clodomir Leite (responsável pela coluna Na Hora H) pediu, abertamente, a saída do ministro da Fazenda da pasta, uma vez que ele não teria competência (ou não estava querendo usá-la) para o cargo.

pelo vice-presidente do Senado (nesse contexto, foi exercida pelo ex-ministro do Trabalho e Justiça de Vargas, o senador paulista Marcondes Filho) e, com a nova ausência de um vice-presidente, seria feita uma eleição para a função (que, na prática, exerceria a presidência).

Na sucessão da Câmara, as disputas entre os membros do PSD deram a tônica do pleito. A bancada paulista não abria mão da indicação de Horácio Lafer, sendo que as outras queriam Capanema por ter mais margem de negociação com os partidos de maior representação. Principalmente após o anúncio do possível apoio do JK a Lafer, a UDN passou a articular com Capanema para sua candidatura como forma de atingir o governador mineiro (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 18/01/1955).

Em meio a essa discussão, Nereu Ramos passou a ser um nome considerado para a sucessão de Café Filho, representando a dissidência do PSD e a UDN (grupo com o qual ele mantinha boa relação). À medida que as movimentações na Câmara e no Senado iam avançando, essas se confundiam cada vez mais com a sucessão presidencial. Na edição do dia 11 de janeiro, a UH publicou uma entrevista com Ernani do Amaral Peixoto, colocando que o PSD manteria a candidatura de JK e chamou o movimento da União Nacional de “neo-salazarista”, por continuar insistindo em um candidato único e em mobilizações para apenas uma tendência (UH, *TRAMA-SE PARA NEGAR AO POVO O DIREITO DE DECIDIR OS SEUS DESTINOS POLÍTICOS*, 11/01/1955).

E, de fato, a ideia de um candidato único ficava cada vez mais distante, já que JK mantinha seu nome, mas esse não agregava partes significativas dos partidos, como os setores ligados a Etelvino Lins e os oposicionistas a Jango no PTB, entre outros. Esses, por outro lado, não conseguiam escolher uma alternativa para fazer frente ao governador mineiro, tendo várias possibilidades que não se firmavam, não construindo uma opção de fato. Por fim, a hipótese da candidatura Ademar de Barros ganhou ainda mais força, causando grande indignação no jornal paulista, o qual não acreditava que, após todas as pendências com a justiça, o ex-governador paulista ainda teria coragem (e base partidária e política) para concorrer ao cargo:

Somente no Brasil, terra onde a corrupção lavra perigosamente, se poderia admitir que um homem processado por crime de peculato, praticado no exercício do governo do Estado, possa candidatar-se a postos de governo antes de absolvido e passada em julgado e absolvição (...) Não existe, hoje, processo que impeça o cidadão, pouco cioso da sua honra, de pleitear cargos incompatíveis com o crime. Processos não lhe dão o mínimo incomodo. Não o constroem de maneira alguma (...) Se o eleitorado tivesse noção clara dos seus deveres correria a pedradas um candidato desse feitio. Mas o eleitorado, infelizmente, sempre procura o pior e não tem certos melindres.

Os criminosos, com a arte da demagogia, conseguem conquistá-lo com alguma facilidade. A minoridade mental do eleitorado impõe, por sua vez, ao legislador o dever de prevenir erros dessa natureza (...) (OESP, *As surpresas da sucessão*, 12/01/1955).

Na mesma edição, o jornal paulista trouxe a informação de que Carlos Luz seria o candidato à Câmara dos membros do PSD insatisfeitos com JK e dos outros partidos que tentavam se organizar sob a fórmula da União Nacional (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 12/01/1955). No mesmo dia, a UH noticiou que o deputado mineiro não desejava entrar na sucessão, exatamente por não querer ser um nome de ruptura dentro de seu partido (UH, *Carlos Luz Não Aceitará Sua Candidatura à Presidência da Câmara*, 12/01/1955). No entanto, as disputas e desencontros continuaram intensas e, na recém-inaugurada coluna *Diário da Sucessão*, o jornalista Medeiros Lima indicou que a participação do governador mineiro na disputa da presidência da Câmara traria um complicador a mais para ele, uma vez que esses melindres causariam transtornos ainda mais graves à sua já problemática campanha:

Parece-nos que, neste caso, Juscelino Kubitschek cometeu um erro grave, pois decidiu-se a enfrentar, sem motivos realmente plausíveis, os riscos de uma disputa que, quaisquer que sejam seus resultados, não influirão de maneira decisiva no êxito ou no insucesso de sua candidatura à Presidência da República. Mas o fato de haver assumido compromissos prévios com determinado nome ou facção, cria-lhe sérios embaraços e abre-lhe o flanco para as manobras de seus adversários. É exatamente o que vem ocorrendo (UH, *Diário da SUCESSÃO*, 13/01/1955).

No dia seguinte, o senador Domingos Vellasco fez um contraponto ao texto acima, indicando que JK caminhava cada vez mais para a vitória não pelos seus acertos, mas sim pelos erros de seus adversários (UH, *OS MEUS VOTOS*, 14/01/1955). Expondo um ponto parecido com o colocado pelo OESP (embora a perspectiva do senador goiano era bem distinta do periódico paulista), o texto indicou que o governador mineiro não era popular nem atendia demandas dos grupos mais carentes, mas estava aproximando-se cada vez mais desses pela falta de definição de um representante para eles no pleito. Além disso, suas linhas indicaram as possíveis ameaças de golpe contra a candidatura e provável vitória desse candidato:

Que se aponta contra o Sr. Juscelino Kubitschek? Que alguns coronéis cujos nomes já se divulgam pela imprensa, vetaram sua candidatura. Alega-se contra êle que o seu govêrno seria a continuação do regime corrupto que foi enterrado a 24 de agosto. E que, se o povo o eleger, apesar de tudo, virá o golpe contra as instituições constitucionais (...) Quer isto dizer que se quer

criar, neste país, um tribunal supra-nacional que monopolize tôdas as virtudes humanas, com poderes de tutelar a Nação e dizer (...) o que convém ou não ao Brasil (...) (UH, *OS MEUS VOTOS*, 14/01/1955).

Ao longo do mês de janeiro, as indefinições a ambas as candidaturas ganhavam contornos bastante complexos. A única coisa que ficava cada vez mais evidente é que não haveria conciliação na disputa da Câmara, pois desenhava-se um cenário no qual o PSD teria dois candidatos: um congregando a ala oficial do partido (capitaneada pela seção paulista) e o outro com seus dissidentes. Se tal ponto era já uma certeza, os dois nomes indicados ainda eram incertos, já que ninguém assumia plenamente o grupo que se rebelou contra a candidatura majoritária da agremiação, e o núcleo desse também possuía divergências quanto à figura a ser indicada. E, nesse campo, ainda se buscava um possível indicado para a conciliação que pudesse trazer de volta a ala do PSD dissidente nos últimos momentos de disputa eleitoral, mesmo sabendo que essa divisão refletia os distanciamentos por conta do pleito presidencial (HIPOLITO, 1985, p. 130-131).

A instabilidade política nas páginas dos periódicos ficou ainda mais intensa com declarações de Café Filho, na Hora do Brasil. No início do mês, fora entregue a ele um documento pelos ministros militares, exprimindo a opinião da alta patente das Forças Armadas em relação ao processo eleitoral, assumindo o compromisso de que nenhum nome que assinara o manifesto seria candidato (vários nomes eram cogitados, como Eduardo Gomes, Juarez Távora e Canrobert Pereira), além de que não seriam contrários a nenhum nome civil, embora demonstrassem ressalvas a JK por ele ter lançado sua campanha antes de um possível entendimento entre as principais forças do país, com métodos próximos aos realizados por Vargas em 1950 (CAFÉ FILHO, 1966, p. 484-490).

Segundo o próprio presidente, em suas memórias, ele teria conversado com JK em duas situações: uma ainda em 1954, quando o governador mineiro afirmara que seria candidato, mesmo com seções do PSD contra ele, demonstrando grande otimismo quanto à sua possível vitória. Já o segundo encontro foi após receber o documento militar, no início de 1955, no qual explicara a situação e pedira seu apoio à tese da União Nacional, indicando que deveria abandonar sua candidatura por essa movimentação (CAFÉ FILHO, 1966, p. 495-496). Redigiram e divulgaram uma nota à imprensa, bastante genérica e que reafirmava o interesse de ambos em ter uma campanha no melhor nível possível, não trazendo nenhum tipo de definição para o caso.

No entanto, o presidente esperava que JK, de fato, renunciasse à candidatura (CAFÉ FILHO, 1966, p. 497). Como o governador mineiro sinalizou de maneira contrária e manteve

seu nome na disputa, Café Filho chamou a atenção em sua fala no programa diário para esse aspecto, no dia 27 de janeiro. Como de costume, OESP transcreveu, na íntegra, os dizeres do presidente sobre o assunto, momento no qual ele também divulgou, pela primeira vez, a existência do documento militar, demonstrando preocupação quanto às divisões políticas no país, que poderiam ocasionar ainda mais agitações sociais além das que já ocorriam (OESP, *A interferencia do presidente da Republica no problema sucessorio*, 28/01/1955).

Nesse discurso, além desse ponto, Café também detalhou o encontro com JK, indicando que esse fora bastante sensível ao apelo do Exército e demonstrou-se aberto para discutir novos rumos para a política do país, sem levar em conta anseios particulares ou ações envaidecidas. Entretanto, o presidente demonstrou preocupação de que a política continuasse fragmentada e que, em um cenário dessa forma, temia não conseguir manter a ordem no país, já que o governador mineiro não teria demonstrado disposição em retirar sua candidatura para a discussão de um novo nome que apaziguasse os ânimos, contradizendo a disposição demonstrada na reunião:

E a ausência da prometida resposta, até este momento em que me dirijo á Nação, me coloca em duvida sobre os resultados dos meus esforços e do apelo das Forças Armadas, pelo menos junto ao ilustre candidato pessedista. Receio assim que possam avolumar-se as perspectivas de que o Brasil caminha para uma luta politica de consequencias imprevisiveis, pela intransigencia e paixão de alguns, pela incompreensão e exaltação de outros, de par com a existencia de focos de separação, agravados pela hipotese do restabelecimento da situação que as Forças Armadas fizeram ruir em 24 de agosto (OESP, *A interferencia do presidente da Republica no problema sucessorio*, 28/01/1955).

Se OESP repercutiu o texto de forma mais analítica e, em um primeiro momento, com poucas opiniões sobre o fato, a UH utilizou uma linha bastante distinta. No mesmo dia, a edição lançada trazia como manchete os seguintes dizeres: *CAFÉ LANÇA A GRANDE AMEAÇA: A DITADURA MILITAR BATE ÀS PORTAS DO PAÍS!*, além de várias pequenas chamadas de políticos contrários à fala do presidente (incluindo Hamilton Nogueira, que condenou a ideia de um candidato único) e a resposta de JK, com os seguintes dizeres fechando sua declaração: “Deus poupou-me do Sentimento DO MÊDO!” (UH, *CAFÉ LANÇA A GRANDE AMEAÇA: A DITADURA MILITAR BATE ÀS PORTAS DO PAÍS!*, 28/01/1955).

Em várias páginas do impresso carioca, essa situação repercutiu de maneira extremamente negativa. No espaço destinado ao editorial, a fala de Café foi dissecada em 10 pontos, indo desde a justificativa para a interferência no processo até ao pedido (mesmo que indireto) para a suspensão da campanha do governador mineiro. O texto em questão,

intitulado *É o Regime, e Não um Homem, Que Está Ameaçado*, indicou, em linhas definitivas, a postura da UH diante da fala do presidente:

ULTIMA HORA é insuspeita para lançar aqui o seu mais veemente protesto contra a insólita e brutal atitude do Sr. Café Filho (...) Declaramos então que não possuíamos nem apoiariamos individualmente nenhum candidato à sucessão presidencial. Mas apoiariamos todos aqueles que, pela sua ação, se colocassem ao lado da legalidade e do regime (...) Não é a legitimidade da candidatura de um homem que está em jogo. Não é o destino político do Sr. Juscelino Kubitschek que está sendo decidido. É o futuro livre desta Nação, de suas instituições, do seu direito à uma vida mais tranquila e feliz, que se encontram ameaçados. Na defesa desses direitos, ULTIMA HORA não transigirá, como, estamos certos, não transigirão todos aqueles que colocam os interesses da Pátria acima das ambições mesquinhas e sórdidas de um grupo de conspiradores que buscam a conquista do poder apenas para satisfação de seus ódios e frustrações (UH, *É o Regime, e Não um Homem, Que Está Ameaçado*, 28/01/1955).

Como contraponto, na edição do dia seguinte, OESP indicou que a atitude de Café foi sincera e extremamente importante, como uma forma de buscar a pacificação e trazer um pouco de racionalidade para o país. Após expor uma série de questões pela qual a candidatura de JK era inconveniente e de elogios rasgados aos militares, o último parágrafo do editorial foi bastante enfático, demonstrando a gravidade da problemática na visão do jornal paulista:

Depois da oração do sr. presidente da Republica e do apelo que lhe fizeram os militares, não pode mais haver lugar para debates sobre a conveniência, ou não, da escolha de um só candidato para a Presidencia da Republica. Essa escolha é um imperativo a que não nos podemos subtrair. Ou será feita em termos elevados ou, então, contados estarão os dias da nossa Republica constitucional. Seja doloroso ou não seja, o fato é que ou atendemos aos apelos patrióticos das forças militares e do sr. presidente da Republica ou, na mais triste das revelações da nossa incapacidade politica, abriremos o caminho para uma ditadura militar. É esta a realidade. Será superfluo fazer divagações em torno dela. O que o momento exige é ação rapida e firme. Façamos o futuro presidente da Republica como exigem os interesses da Nação ou, então, teremos que desistir de viver sob regime constitucional (OESP, *O presidente da Republica e a situação politica*, 29/01/1954).

Em lados opostos, ambas as publicações traziam um ponto em comum, que era a tônica de todo o contexto político do país desde o governo Vargas: a instabilidade institucional. Falava-se em intervenções militares e esfacelamento da democracia como uma realidade sempre presente e palpável, deixando de ser tratado como uma excepcionalidade. Pouco mais de nove anos após o fim do Estado Novo, tal realidade ainda era extremamente

presente para o campo político nacional e, em linhas gerais, é possível apontar que toda essa movimentação ocorria ainda sob o espectro de Getúlio Vargas:

Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito diretamente a fenômenos de crise: aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural, ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva. Nenhum que não se relacione a situações de vacuidade, de inquietação, de angústia, ou de contestação. De maneira constante, a análise tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, ou mais geralmente talvez, à velha distinção, cara à escola sociológica francesa do século XIX, entre, “períodos críticos” e “períodos orgânicos”: é nos períodos críticos que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõe-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração (GIRARDET, 1987, p. 180).

Em meio a toda essa agitação política, no fim do mês os candidatos para a presidência da Câmara foram definidos. Representando a ala oficial (com forte influência do grupo paulista) foi escolhido Ranieri Mazzilli, político de perfil burocrata e sem participação ativa em outros cargos para além da legislatura. Já representando o grupo dissidente, foi confirmada a candidatura de Carlos Luz, com uma perspectiva bastante parecida com a do representante paulista. O que os separava, de fato, era a questão JK e a disputa por hegemonia no partido, ainda mais pela repercussão após as declarações de Café Filho (HIPOLLITO, 1985, p. 157).

No Senado, acabou ocorrendo o entendimento que não existiu na Câmara e Nereu Ramos foi candidato único, encaminhado à vice-presidência da Casa Legislativa. Na outra casa legislativa, entretanto, várias questões permearam a disputa entre os deputados para o cargo máximo do local. Poucos dias antes da eleição, a UDN declarou apoio a Carlos Luz e, na edição do dia 03 de fevereiro (dia da eleição), OESP publicou uma nota indicando que o PTB deveria encaminhar sua preferência para Carlos Luz por conta de uma declaração de Caiado de Castro, que teria dito que, por conta da forte pressão militar contra JK, “não dava um tostão pela sobrevivência do regime se o candidato do PSD paulista fosse eleito” (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 03/02/1955). O jornal de São Paulo também indicou que o PTB ainda não tinha optado por Luz, buscando articular o nome de Capanema como uma forma de conciliação, embora existisse uma tendência para a candidatura do deputado mineiro (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 03/02/1955).

Na edição daquele mesmo dia, a UH publicou um desmentido do senador, indicando que não misturava as coisas e que, embora tivesse dado opiniões na reunião, não teria incitado a bancada contra Mazzili:

- Não fiz qualquer espécie de acusação ao Deputado Ranieri Mazzili, a quem não conheço e contra quem nada tenho de pessoal. É falsa, portanto, a notícia divulgada hoje segundo a qual “eu não daria um tostão pelo regime se ele fôsse eleito para a presidência da Câmara”, declarou-nos esta manhã o Senador Caiado de Castro, que se mostrava deveras surpreso com o fato de terem sido amplamente publicadas nos matutinos de hoje declarações a ele atribuídas e que teriam sido expressas numa reunião das bancadas do PTB (...) (UH, “*NÃO FIZ QUALQUER ACUSAÇÃO CONTRA O DEPUTADO MAZZILI*”, 03/02/1955).

Independentemente de ter sido verdadeira ou não a fala, na noite de 03 de fevereiro, Carlos Luz venceu Ranieri Mazzilli e foi eleito presidente da Câmara. Na edição do dia seguinte, OESP trouxe nova declaração de Caiado de Castro, desmentindo os termos utilizados, mas admitindo que como senador (e não como militar) tinha, de fato, desaconselhado a bancada a votar no candidato derrotado:

O general Caiado de Castro contestou a declaração que lhe foi atribuída pela imprensa em reunião do PTB (...) Confirmou entretanto que desaconselhara a escolha daquele candidato, falando não como militar, mas como membro do PTB. Achava que a escolha do presidente da Câmara assumia uma importância capital porque o futuro presidente dessa casa do Congresso seria o substituto legal do presidente da República (...) (OESP, *O Momento Político*, 04/02/1955).

Tal movimentação representou uma derrota significativa para JK. Pelo menos esse foi o entendimento do OESP, que reforçou sua tese em editorial do dia 05 de fevereiro indicando a repercussão que esse ato teria na sucessão presidencial:

Com a eleição do sr. Carlos Luz, deputado por Minas Gerais, para presidente da Câmara dos Deputados Federais receberam os partidários da candidatura do governo mineiro à chefia do Executivo federal a primeira derrota significativa (...) Daí se pode inferir que o mesmo acontecerá quando da eleição presidencial. O candidato dos remanescentes da ditadura, encarnada naquele chefe de governo, será repelido nas urnas como o seu delegado foi, agora, repelido na Câmara dos Deputados. As nuvens que toldavam o céu dissiparam-se ao sopro da sã vitalidade política que sacudiu a Câmara dos Deputados. Vimos, pelo resultado da eleição, que a democracia brasileira continua a firmar-se em bases sólidas e que a pouco e pouco vai desaparecendo o resíduo de lama que sobre ela projetou o governo desfeito pelo suicídio do presidente. As agitações que se temiam não se verificarão. A entrega do governo à gente perigosa que o ex-ditador alimentou com toda sorte de negociatas e favores não se realizará. A marcha da nossa democracia continuará no sentido da moralização (OESP, *O presidente da Câmara Federal*, 05/02/1955).

Na coluna *Por trás da cortina*, na edição do mesmo dia, Eurilo Duarte fez uma radiografia mais completa da eleição, dizendo que Luz acabou sendo uma opção viável para várias partes, uma vez que Mazzilli fora escolhido por conta de uma divisão na bancada paulista entre Ulisses Guimarães e Horácio Lafer e que o candidato derrotado não era uma boa opção para o governador mineiro, pois tinha uma perspectiva contrária a Vargas e à própria campanha de JK (UH, *Por trás da cortina*, 05/02/1955). Em outros textos, a UH também procurou atenuar a associação da vitória do deputado mineiro à derrota do governador de Minas Gerais, indicando que a candidatura à presidência do PSD continuava muito forte e o partido, unido. Contudo, ainda no mesmo dia, o jornal carioca publicou que uma nova disputa começaria no partido pessedista em relação à liderança da bancada que estaria sendo pleiteada pelo Capanema e por Vieira de Melo (representante baiano) (UH, *Diário da SUCESSÃO*, 05/02/1955).

Nesse meio tempo, o governo Café Filho continuava a ser um assunto importante na pauta de ambos os jornais, embora mantivessem abordagens bastante distintas. No editorial *Em prol do sossego publico*, de 08/02/1955, OESP pediu (novamente) para que a imprensa e a oposição deixassem Café Filho em paz, pois ele precisava de maior margem de manobra para seu governo para continuar consertando os imensos erros deixados pelo governo anterior (OESP, *Em prol do sossego publico*, 08/02/1955). Entretanto, nesse mesmo dia, Seabra Fagundes pediu demissão (ele deixaria o ministério, efetivamente, no dia 14), após divergências com Café Filho por conta da publicação de suas declarações sobre a sucessão, principalmente da fala sobre JK na Hora do Brasil (UH, *ENCRUZILHADA*, 08/02/1955). O nome escolhido para substituí-lo foi o do ex-ministro do Trabalho e ex-vice-presidente do Senado, Marcondes Filho.

Com essa ação, a publicação paulista não poupou a escolha de Café Filho, indicando incredulidade perante a opção por alguém “do outro lado”. O jornal até valorizou o esforço do presidente em contemplar um ministério para o estado de São Paulo, mas reclamou, de maneira contundente, da opção por Marcondes Filho, uma vez que esse não seria um “representante legítimo” da elite política paulista, não passando de um lacaios varguista:

É justamente para que tenhamos tempo de reabilitar-nos do aviltamento em que caímos com o getulismo, o estadonovismo “et caterva”, que hoje se pleiteia a união nacional como base da campanha da sucessão presidencial. É precisamente para que nos possamos libertar da camarilha ditatorial, que engrossa as hostes do sr. Juscelino Kubitschek, que o País se esforça por combater essa candidatura, cuja vitória representaria o retorno, ao poder, do getulismo e dos seus métodos de governo. E é exatamente diante de uma

situação dessas, que o sr. Café Filho deixa perplexa a Nação, preenchendo a pasta da Justiça com o mais autentico interprete que o “estadonovismo” teve... (...) No sr. Marcondes Filho, repetimos, São Paulo não vê um representante seu na politica federal, mas unicamente um representante da ditadura, um interprete do espírito “estadonovista” que por tantos anos envileceu o País (...) (OESP, *Escolha surpreendente*, 09/02/1955).

Junto com a virulenta reação contra a nomeação do novo ministro da Justiça, OESP acompanhou com interesse a convenção do PSD para oficializar a candidatura à presidência. Embora o nome de JK já fosse praticamente dado como certo, as dissidências lideradas por Etelvino Lins ainda tentavam uma espécie de “cartada final”, levantando outros nomes para a discussão na convenção, como o próprio ex-governador de Pernambuco, Nereu Ramos, Lucas Lopes, Lucas Garcez e Carlos Luz, extremamente valorizado pela sua vitória na Câmara, além do próprio ex-presidente Eurico Dutra (HIPOLITO, 1985, p. 131-132). Todavia, a escolha de JK (seu nome já havia sido indicado por convenção, em novembro do ano anterior) foi mantida. O periódico UH deu grande destaque para tal ponto, dedicando praticamente toda a capa do dia 11 de fevereiro àquela movimentação. Além disso, o jornal carioca também valorizou bastante o nome de Marcondes Filho no ministério, embora tenha criticado veementemente Café Filho pelos confrontos com Seabra Fagundes (esse, também, muito elogiado em seus textos). Em seu editorial, o diário do Rio de Janeiro destacou, efusivamente, tanto a convenção quanto a manutenção da candidatura do governador mineiro, fazendo forte crítica aos seus opositores:

Foi inegavelmente uma demonstração de vitalidade democrática a Convenção do PSD que ontem, à noite, se encerrou com a homologação da candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek à Presidência da República. A primeira conclusão a tirar do acontecimento político, em torno do qual era intensa a expectativa em todo o país, é de que a compreensão e o espírito de fidelidade e união dentro do PSD resistiram a tôdas as provas de fogo do inimigo e transmitiram ao partido uma força e um prestígio notáveis (...) Vencida assim a primeira etapa da batalha, o PSD não tem tempo a perder, pois os empecilhos, os subterfúgios e as ameaças contra a candidatura escolhida na Convenção de ontem permanecem, envenenando o ambiente político e militar (...) (UH, *VITALIDADE DEMOCRÁTICA*, 11/02/1955).

Já o jornal paulista manteve sua posição contrária, indicando que o PSD mantinha o erro e, com isso, aumentava ainda mais a instabilidade política brasileira (OESP, *A luta pela Presidencia*, 12/02/1955). Sobre o mesmo assunto, mas com uma abordagem distinta, a UH aumentava (ainda mais) o tom contra Café ao indicar que ele estava jogando o Exército contra JK, aumentando (também ainda mais) a instabilidade política brasileira, tendo em vista o fim do sistema democrático no país (UH, *A CONSPIRAÇÃO DE CAFÉ AMEAÇA LEVAR O*

BRASIL À GUERRA CIVIL, 14/02/1955). Na edição do dia 15 de fevereiro, a manchete fez um grande alarme sobre a situação, intitulada *CAFÉ FILHO PREPARA A QUARTA GRANDE TRAIÇÃO*, chamando a atenção também para as ações de Juarez Távora e Eduardo Gomes, pedindo uma ação mais efetiva desses dois para evitar um possível golpe do presidente contra a candidatura do governador mineiro (UH, *A QUARTA GRANDE TRAIÇÃO DE CAFÉ*, 15/02/1955).

No editorial dessa data, o jornal carioca defendeu a ideia de que a nomeação de Marcondes Filho teria sido uma forma de declarar “independência” aos dois ministros militares citados na capa, e que esses deveriam tomar providências caso não quisessem ser cúmplices do possível golpe que estaria sendo organizado pelo presidente. Ainda segundo as palavras da UH, Café Filho estaria procurando mecanismos para instaurar um governo que fosse “seu” de fato, impondo suas perspectivas frente ao grupo montado por conta da conjuntura:

Como resultado da agitação pre-24 de agosto subiu ao Poder um político profissional, cuja maior credencial era ter sido companheiro de chapa do grande e imortal líder nacionalista Getúlio Vargas. Mas, para chegar ao Catete, o Sr. Café Filho começou por rasgar aquela credencial, permanecendo apenas o demagogo e o conspirador. A seu redor, mobilizou toda uma escória de aproveitadores e traidores nacionalmente conhecidos (...) Hoje, o que vemos é que o Catete, de onde Getúlio saiu morto para evitar a guerra civil, para que perdurasse a paz entre os brasileiros, precisamente no Catete instalou-se o foco da conspiração contra o regime, contra a democracia, contra as franquias constitucionais, sob a direção suprema do Sr. Café Filho. Esta é a verdade verdadeira! Não há outra! (...) (UH, *CAFÉ FILHO PREPARA A QUARTA GRANDE TRAIÇÃO*, 15/02/1955).

Ainda nesse mesmo editorial, a UH defendeu, abertamente, a renúncia de Café Filho como melhor forma de resolver a situação política nacional (UH, *CAFÉ FILHO PREPARA A QUARTA GRANDE TRAIÇÃO*, 15/02/1955). E, concomitante a essa movimentação, os líderes das dissidências do PSD reuniram-se com a UDN e com outros grupos para, antes de determinar um nome, escolher um programa em comum para a candidatura contra JK.

O encontro dessas lideranças ocorreu na casa de Nereu Ramos e ambos os jornais deram amplo destaque, sendo que a cobertura do OESP foi extremamente elogiosa em relação ao fato. Ainda irritado com Café Filho por conta de Marcondes Filho, o diário paulista não deixou de frisar positivamente, no entanto, que o grupo que estava no governo lutava por uma candidatura para derrotar o representante do PSD. Todas as lideranças dissidentes estariam buscando um projeto em comum e discutiam um nome, sendo que ambos os jornais deram

destaque para o fato de que o grupo ficou entre duas opções (que não estavam presentes no encontro) para liderarem a candidatura: Juarez Távora ou Jânio Quadros (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 16/02/1955).

Ao mesmo tempo em que o grupopositor se mobilizava, JK tentava fechar a chapa em comum com a escolha do vice-presidente, tendo sido o PTB o partido escolhido. Embora com uma certa resistência em alguns grupos dentro do PSD, a aproximação com os trabalhistas seria, na visão do próprio JK, extremamente importante para selar uma aliança entre grupos distintos, além de ser também um bom indicador de votos (BENEVIDES, 1976, p. 290).

O nome em evidência, como já vinha desde 1954, era o de Jango. No entanto, havia rejeições a essa possível aliança em ambas as partes: membros do PTB não aceitavam a aproximação com o governador mineiro, considerado muito conservador para as demandas trabalhistas; por um outro lado, vários partidários do PSD não viam com bons olhos a escolha do ex-ministro do Trabalho de Vargas, uma vez que seu nome ainda era sinônimo de instabilidade no período, com vários oficiais do Exército indo contra sua candidatura (FERREIRA, 2011, p. 146).

Por essa questão, outros nomes do PTB foram levantados para a candidatura a vice, sendo que a UH deu amplo destaque para um diálogo, no dia 17, de um convite ao senador gaúcho Alberto Pasqualini, que teria recusado a indicação (UH, *ALENCASTRO CEM POR CENTO COM JUSCELINO*, 17/02/1955). Na edição do dia seguinte, OESP indicou outros nomes, como o próprio Osvaldo Aranha (que voltara também a ter seu nome cogitado para ser candidato a presidente), além de Caiado de Castro (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 18/02/1955). Do outro lado, além de definir-se entre Juarez e Jânio, as conversas para vice também prosperavam, sendo que a UH noticiara, também na data de 17 de fevereiro, que a preferência do presidente era pelo governador do Paraná, Munhoz da Rocha (UDN) (UH, *Por Trás da Cortina*, 17/02/1955).

Concomitante com essas movimentações, os jornais continuaram com seus posicionamentos em relação ao governo: o diário paulista se acalmava com Café por conta da nomeação de Marcondes Filho e a UH continuava mantendo o tom contra o presidente e, principalmente, atacando Eugênio Gudin, cuja política de austeridade desagradava imensamente a publicação carioca. Além disso, o jornalista Eloy Dutra, que colaborava ocasionalmente com o jornal, passou a ser colunista fixo da edição, iniciando sua coluna *Atire a primeira pedra*, com ataques constantes ao Lacerda e à UDN (como já fazia nas emissoras de rádio e em outros jornais), bem como ao próprio mandatário nacional.

Todavia o protagonismo dos assuntos das edições era, de fato, do processo eleitoral. Em fins de fevereiro, o nome de Juarez ganhava cada vez mais força, uma vez que Jânio declarara que não possuía interesse em ser candidato (CHAIA, 1992, p. 130-131). Além desse aspecto, ambos os grupos buscavam o PTB, uma vez que o partido representava uma parcela do eleitorado que não era ligado por afinidade a nenhum dos dois principais partidos (D'ARAÚJO, 1996, p. 106) e que poderia ser a variável determinante para o êxito no pleito.

Tal aproximação foi bastante criticada pelo OESP. No editorial do dia 26 de fevereiro, o jornal viu com grande temeridade a possibilidade de Jango ser vice de JK e também criticou uma possível articulação de Café Filho para que o presidente nacional do PTB fosse vice em uma chapa com Munhoz da Rocha. Dentro do discurso de extirpação da influência varguista da política nacional, o diário paulista condenou, de maneira veemente, essa aproximação com os petebistas e, principalmente, com o ex-ministro do Trabalho de Vargas. Além disso, a publicação de São Paulo também condenou a insistência do presidente em relação à possível indicação do governador paranaense, indicando que a vontade pessoal não deveria prevalecer sobre os interesses políticos para a nação, sendo que o nome escolhido deveria levar em conta o bem do país com um plano em comum e não as proximidades pessoais, apenas:

Ao governador mineiro acusa-se de procurar trazer para a sua chapa, no lugar de vice-presidente, o antigo ministro do Trabalho do presidente anterior que se notabilizou pela sua demagogia tresloucada. Com a adesão desse político conta angariar o apoio do partido de que era chefe o presidente morto. Se assim fôr, teremos aí a demonstração cabal e irretorquível de que a candidatura daquele governador é uma projeção póstuma do prestígio político do ex-ditador (...) Tranquilos não se podem sentir os democratas sinceros diante desses acontecimentos. Em qualquer das hipóteses, tanto na da escolha para a sucessão de um amigo íntimo do presidente em exercício como na da eleição de um antigo partidário do ex-presidente, graves perigos correrá a democracia brasileira. A escolha de um candidato só pelo fato de ser amigo do presidente da República constitui retrocesso nos hábitos políticos da Nação, e a eleição de um candidato postumo do ex-presidente, apoiado pelo rebotalho da política nacional, pelo que há de pior na vida partidária (...) seria um atentado contra a nação (OESP, *As complicações da política*, 26/02/1955).

A movimentação política acabou tendo, como efeito, a renúncia de Nereu Ramos ao cargo de vice-presidente do Senado. Após a reunião organizada em sua casa, o senador passou a ser duramente criticado por vários grupos políticos (incluindo membros de seu próprio partido), já que seria uma espécie de “traidor” das hostes pessedistas. No dia seguinte ao encontro em sua residência, alguns senadores e deputados manifestaram-se a favor de seu

afastamento, uma vez que não representava mais o interesse da ala majoritária do PSD (HIPOLITO, 1985).

Após discursar no plenário no dia 28 de fevereiro, o representante catarinense renunciou ao cargo para o qual fora eleito. No entanto, seu gesto não foi aceito por inúmeros correligionários e, após o discurso de senadores de vários partidos, optou por manter-se na liderança do Senado, buscando esclarecer que não era um traidor e nem um infiel ao partido (BRASIL, 1955, p. 650).

Até essa ocorrência, ambos os jornais noticiaram, mas não consideraram uma possível crise entre o presidente do Senado e sua agremiação, embora a UH tivesse dedicado vários textos acusatórios à postura do senador em edições anteriores. Após as ocorrências no Palácio do Monroe na noite do dia 28 de fevereiro, OESP elogiou a atitude de Nereu Ramos que, em plenário, demonstrou ser contra a candidatura de JK não por contrariedade à figura do governador mineiro, mas sim por defender a tese da União Nacional e por procurar um nome de consenso. Assim, o jornal paulista indicou que a postura do senador demonstrava que ele não era político de ficar refém de chantagens e de ameaças, expondo o que pensava e sendo sempre coerente com suas atitudes e hábitos (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 01/03/1955).

A UH dessa vez, na edição também do dia 01 de março, demonstrou apoio a Nereu, traçando aspectos de sua biografia e afirmando que seu trabalho era extremamente necessário para o Senado, sendo que sua saída poderia causar uma enorme instabilidade política (UH, *O SENADO LIMPOU O NOME DE NEREU DA ACUSÇÃO DE ALTÁ TRAIÇÃO!*, 01/03/1955), mudando o tom a partir daí com o político catarinense. No entanto, mesmo com a manutenção do senador à frente do cargo, as disputas para o processo eleitoral continuaram em um nível bastante acima do considerado comum para qualquer disputa, uma vez que continuava a se discutir não necessariamente a viabilidade das candidaturas, mas sim a possibilidade destas (em especial, a de JK e Jango) (SOUZA, 1990, p. 147).

Do lado do grupo do governador mineiro, a aproximação com Jango era considerada irreversível. Mesmo com a oposição de vários membros do PTB (principalmente dos senadores da sigla), o partido estaria resoluto em manter o nome do ex-ministro do Trabalho como candidato (D'ARAÚJO, 1996, p. 107-108). Frente a essa perspectiva, o diário paulista alarmava-se cada vez mais e não poupava termos negativos para expressar sua opinião sobre o assunto, indicando que tal movimentação confirmava suas suspeitas de que JK queria trazer o grupo ligado ao ex-ditador de volta e que isso teria que ser evitado a qualquer custo, mesmo que fosse por um tipo de intervenção que não fosse democrática:

A situação afigura-se-nos muito mais grave do que parece no comum dos leitores. Estamos diante de uma luta, que pode ser tragica, entre os herdeiros políticos do presidente morto e os democratas aos quais cabe a defesa das instituições vigentes (...) Ora, a desmoralização do País, se não fôr colhida, no proximo pleito, com a eleição de um homem que encarne uma politica sadia, obrigará, fatalmente, as tropas armadas a uma intervenção ampla e decisiva na politica para salvar o País. Os golpes que hoje estão sendo evitados com o maior cuidado, tornar-se-ão, nessa conjuntura, inevitaveis (OESP, *Perigo à vista*, 04/03/1955).

Do outro lado, diversos nomes continuavam aparecendo como possíveis candidatos. Além de Juarez (que, ao que tudo indicava, estava consolidado como candidato), o nome de Munhoz da Rocha passava a ser cada vez mais ventilado. Embora a UDN estivesse incerta quanto ao apoio à sua candidatura (assim como no caso do chefe do gabinete militar, cuja candidatura era sustentada pelo PDC), o nome do governador paranaense foi indicado pelo PR já no início de março e, a partir disso, o grupo que defendia a União Nacional ficou entre essas duas opções, indicando que havia inúmeras divergências entre aqueles que pregavam uma união entre todos.

Essa divisão preocupava o jornal paulista, embora as páginas do OESP também destacassem que não havia consenso em torno do nome de JK, já que o PSD e o PTB também estavam fragmentados quanto ao seu andamento. A publicação de Júlio de Mesquita Filho pediu o fim dessa candidatura, pois só assim tranquilizaria a situação militar e política do país, abrindo caminho para um entendimento com um candidato único, capaz de melhorar a situação do país (OESP, *Para a união ou para a desunião?*, 11/03/1955). No mesmo dia, a UH deu amplo destaque para uma declaração de Jango, indicando que sua ação e a do partido seriam delimitadas pela carta de Getúlio, confirmando a manutenção de suas intenções em relação à candidatura do governador mineiro (UH, *A Carta de Getúlio Ditará Nossa Posição no Problema da Sucessão*, 11/03/1955).

Ambos os jornais noticiaram que chegando ao Rio de Janeiro, Jango foi procurado por todas as forças políticas em movimentação (teria sido convidado para conversar até com Café Filho), indicando que todos os grupos queriam o PTB próximo. A publicação carioca aproveitou para, a partir desse ponto, fazer uma ampla divulgação desse fator e, na edição do dia 14 de março, trouxe como manchete a frase: *VENCE O TRABALHISMO A BATALHA DA LEGALIDADE*, indicando em editorial do mesmo título que, independentemente do resultado eleitoral, os trabalhistas sairiam vitoriosos, por ver que aqueles que representavam as ideias de Vargas, embora tão atacados, eram agora cortejados por todo o cenário político, que visualizava ser impossível chegar ao poder sem esse apoio:

Os mais ranzinzas antigetulistas hoje rodeiam Jango e exaltam a importância política do trabalhismo nacional. Entretanto, o trabalhismo entre nós é um produto getulista, é o getulismo propriamente dito. Trabalhismo mais nacionalismo é igual a Getúlio (...) O Sr. João Goulart está, de resto, demonstrando que não é o que os seus adversários diziam que ele era: um rústico, um primário e outras bobagens mais. Ao contrário, revela-se (...) um político, para a sua idade, de grande habilidade, seguro dos seus passos, firme na sua tática, ponderado nas suas atitudes (...) Nesta hora, no choque entre os partidos, pela conquista do Poder, Getúlio é que é o fiel da balança. É ele que irá decidir! (UH, *VENCE O TRABALHISMO A BATALHA DA LEGALIDADE*, 14/03/1955).

Nessa mesma edição foi publicada uma entrevista com Jango, que indicou os principais pontos defendidos até então sinalizando uma aproximação intensa com JK e apontando que as divergências do partido seriam resolvidas internamente e que todos deveriam caminhar em um mesmo sentido (UH, *Só os Traidores Admitem Que o PTB Possa Trair a Memória de Getúlio!*, 14/03/1955). O presidente do PTB também rechaçou qualquer aproximação com a UDN, considerada como um partido diametralmente oposto aos princípios trabalhistas (embora a composição de chapas entre ambos fosse comum em vários estados).

Essa questão foi bastante abordada no texto da UH, já que vários jornais noticiavam que alguns integrantes de ambas agremiações ainda se mobilizavam pela candidatura de Osvaldo Aranha à presidência. No entanto, seis dias antes, a UH já tinha publicado declarações do ex-ministro de Vargas, indicando que não seria candidato e que apoiava o governador mineiro, colocado por ele como o nome ideal para assumir a presidência (UH, *MISSÃO DE ARANHA: RESTAURAR A VERDADE SOBRE O SACRIFÍCIO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS*, 08/03/1955).

Já há algum tempo, a publicação carioca posicionara-se veementemente contra qualquer tipo de aproximação entre PTB e UDN. Entre seus colunistas, Eloy Dutra foi o mais incisivo contra essa possível aliança, indicando que: “Há entre o PTB e a UDN sangue jorrado do coração de Getúlio” (UH, *A FRONTEIRA É DE SANGUE*, 03/03/1955), demonstrando a impossibilidade de qualquer tipo de movimentação entre os grupos (e criticando, vivamente, membros do PTB que buscavam essa aproximação, mesmo que em nível estadual):



Imagem 42 – Capa da UH do dia 14/03/55, indicando que Jango teve que parar várias vezes a entrevista para atender diversos telefonemas, mostrando o quanto estava sendo procurado por outros grupos para a eleição.

É possível identificar, até aqui, a alta fragmentação dos grupos partidários e as inconstâncias dos campos relacionados às culturas políticas postas. De um lado, o legado de Vargas, embora mantido pelo PTB e pela UH, estava permeado por divergências em relação à sua interpretação: enquanto membros mais à esquerda (no sentido de ampliação das reformas sociais, bem como a busca por mudanças mais amplas e rápidas aos trabalhadores) pressionavam a cúpula central do partido para uma nova aliança com Ademar para reeditar a Frente Populista ou uma candidatura própria, mesmo não possuindo chances reais de vitória. O grupo dirigente (com Jango à frente) da agremiação mantinha uma postura mais pragmática, no sentido de levá-los ao poder em parceria com grupos que apresentavam posturas divergentes e respondiam por demandas distintas de sua própria base (nesse caso em específico, o PSD), estruturando o crescimento e uma melhor institucionalização dos trabalhistas. Além disso, a figura de João Goulart fortalecia-se cada vez mais como o substituto do ex-presidente gaúcho, postura que incomodava muito a parcela à esquerda, que visualizava o presidente nacional do partido de maneira bem distinta de Getúlio.

Em relação à UH, o jornal estava entre essas duas dinâmicas, dando amplo espaço para ambas. Valorizando a disputa em tons de pluralidade, o diário carioca acompanhou todo o desenrolar da consolidação da candidatura de Jango, embora um de seus diretores, o deputado Danton Coelho, pertencesse ao grupo mais à esquerda, contrário à forma como Goulart estaria estruturando a sucessão. Desse modo, mesmo com uma cobertura amplamente favorável à

candidatura de JK, a publicação dava cada vez mais espaço às movimentações de Ademar de Barros, que acenava para os descontentes trabalhistas, buscando a composição de uma nova chapa.

De outro lado, a UDN estava cindida entre duas soluções. Os partidários da União Nacional, desejosos de unificar a oposição, continuavam a busca por um conjunto de ideias e práticas em vez de um nome em comum, mas falhavam no primeiro aspecto e inviabilizavam, ainda mais, a estruturação do segundo. Já em relação a Juarez Távora, esse se movimentava próximo, mas não em conjunto com o primeiro grupo, tendo alguns princípios de convergência e outros de divergência com vários membros udenistas. Dessa maneira, o militar não era o perfil ideal buscado por vários nomes desse agrupamento (incluindo os dissidentes do PSD, em especial Etelvino Lins), mas constituía-se, cada vez mais, como a única possibilidade, uma vez que os opositores de JK não chegavam a um entendimento para a campanha e, muito menos, para a escolha de um membro como protagonista eleitoral (BENEVIDES, 1981, p. 93-96).

OESP posicionou-se sempre ao lado dos partidários da União Nacional, embora a demora para a definição incomodasse, cada vez mais, os editoriais e a própria cobertura do jornal. Os ataques a JK e a Jango, no diário paulista, aumentavam proporcionalmente à inquietação sobre a definição (ou a falta de) seu principal oponente, sendo essa ausência um fruto da falta de organização daqueles que deveriam salvar o país do legado varguista.

Em face de toda essa conjuntura, é possível dizer que, pouco mais de seis meses antes do processo eleitoral, ainda não havia praticamente nada definido: nenhum dos principais partidos políticos estavam convictos de suas escolhas ou de orientações. Embora as culturas políticas fossem bem definidas, a estruturação de seus campos continuava amplamente confusa, com *habitus* ainda pouco coesos. Ou seja, toda a disputa continuava em aberto, sem uma referência objetiva de quem concorreria à presidência, dificultando a demarcação de posições para a disputa do pleito.

E, assim, ambas as publicações continuaram imersas, em suas coberturas, no processo eleitoral. Em 15 de março, na UH, Eloy Dutra apareceu em dois momentos distintos do jornal tratando do assunto: na sua coluna, defendeu abertamente a aliança entre os trabalhistas e o PSD contra o inimigo em comum, a UDN, que faria uma campanha ferrenha para barrar os candidatos dessa coligação:

O P.T.B. só tem um caminho certo: a aliança com o P.S.D. Fiel da balança, namorado despudoradamente pela U.D.N., o P.T.B. agigantou-se no cenário

político, mantendo-se os seus dirigentes em atitude sóbria e digna, sem ânsias incontidas, sem declarações demagógicas e sem que as suas atitudes trescalem qualquer ranço de ódio, contra os seus algozes da véspera (...) Estamos no ôlho do tufão, e tão logo se dê a aliança PSD-PTB, os gritos histéricos cortarão novamente o espaço, insultando, caluniando e ameaçando. A ambição, por enquanto, os contém; mas, quando sentirem o vácuo político, o nada em tôrno de seu Partido fracassado as cassandras não se conformarão (...) (UH, *CRESCER O P.T.B.*, 15/03/1955).

Na mesma edição, foi publicada, com grande destaque, uma entrevista do jornalista com JK. Em suas respostas, o governador de MG procurou especificar melhor os principais pontos de sua campanha, além de exaltar a aproximação com o PTB e, em especial, com o nome de Jango. Em linhas gerais, o mote da entrevista foi a defesa feita pelo candidato a todas as demandas sociais colocadas por Vargas, indicando que os eleitores do ex-presidente poderiam ficar tranquilos, uma vez que o político mineiro se comprometera a segui-las, além de indicar esse ponto como o principal motivo para uma aliança com o PTB:



Imagem 43 –Indicação dos pontos defendidos por JK na entrevista para Eloy Dutra. UH, 15/03/1955.

Nessa mesma página, na coluna *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, Medeiros Lima apontou que, de fato, a condição para o PTB embarcar como vice era a indicação de Jango, embora alguns trabalhistas ainda não descartassem a ideia da candidatura própria (o nome de Osvaldo Aranha continuava sendo o mais indicado) ou de uma composição com Ademar de Barros (UH, *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, 15/03/1955). Anos depois, em entrevista para a cientista social Maria Victória de Mesquita Benevides, JK indicou sua motivação para a escolha do político gaúcho:

Eu sabia que uma aliança com o PTB era imprescindível; somente uma aliança muito forte poderia enfrentar a oposição e sair vitoriosa. E somente com um candidato que conseguisse a reconciliação entre o voto rural do PSD e o voto urbano do PTB. Foi por isso que insisti no nome de Jango para a vice-presidência; como candidato tinha que pensar em termos de cálculo político e esse cálculo político me obrigava a uma aliança com o PTB. No PTB, o nome de Goulart era o que reunia maiores possibilidades (...) (BENEVIDES, 1976, p. 289-290).

Ao que tudo indicava, os grupos que apoiavam o governo cindiram-se em duas candidaturas. Enquanto continuavam as movimentações para o nome de Juarez (mesmo que esse negasse), Café Filho continuava mobilizando-se pelo nome de Munhoz da Rocha (CAFÉ FILHO, 1966, p. 514-517). Na seção *O MOMENTO POLITICO* do dia 16 de março, o jornal paulista acusou Jango de fazer um jogo duplo, uma vez que ele estaria acenando favoravelmente tanto para JK como para Munhoz, indicando que seu real objetivo era ser candidato a vice sem apoiar nenhum candidato formalmente, pensando única e exclusivamente em sua vitória (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 16/03/1955). No entanto, nesse mesmo texto, a publicação reconhecia que, pela conjuntura, o nome do ex-ministro de Vargas estaria mais próximo do governador mineiro, por conta das conversas já estabelecidas entre ambos. Nessa mesma coluna, foi indicado que Jânio participaria do processo, apoiando uma possível chapa entre Juarez e Munhoz (candidato a presidente e vice, respectivamente), tentando convencer ambos os grupos a se juntarem novamente para concentrar forças contra a articulação entre PSD e PTB (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 16/03/1955).

Na edição desse mesmo dia, a UH apontou que a insistência de Café Filho na candidatura de Munhoz teria causado uma ruptura com o grupo dissidente do PSD, uma vez que Etelvino não via no governador paranaense um nome agregador para a tão propalada União Nacional (UH, *Diario da Sucessão*, 16/03/1955). Esse estava presente no Rio de Janeiro e, como indicado pelo OESP em 17 de março, articulava abertamente sua candidatura, mantendo diálogo com vários grupos (incluindo Jango, em uma tentativa de trazer os instáveis trabalhistas para suas hostes). Nessa mesma seção, o jornal indicava que Juarez buscava um nome das regiões Norte ou Nordeste para ser seu vice (os favoritos seriam o próprio Etelvino Lins, além de José Américo), demonstrando que, de fato, a fragmentação entre os grupos que apoiavam o presidente era, praticamente, irreversível (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 17/03/1955).

Durante o restante do mês, as movimentações políticas foram extremamente intensas, gravitando ainda em torno de vários outros nomes e com inúmeros acontecimentos estaduais que interferiam no processo. Em editorial, OESP lamentou a indefinição dos grupos

contrários à candidatura de JK quanto ao lançamento de um nome em específico, reforçando novamente a tese de que essa falta de organização teria como principal consequência o fortalecimento do nome do governador mineiro (OESP, *As complicações sucessórias*, 20/03/1955).

Além disso, o texto também chamou a atenção para a questão militar, uma vez que os partidos estariam procurando por nomes militares (a despeito do compromisso que as altas patentes haviam assumido de não se candidatarem), sendo que vários deles vinham sendo cogitados para assumir o posto (a publicação defendia que apenas um militar fosse candidato, para manter a unidade entre os membros). E isso estaria acontecendo exatamente pela falta de competência dos civis, que não conseguiam organizar-se para uma candidatura (como deveria ser):

A volta para o lado dos militares é confissão por parte dos civis de que não são capazes da união nacional, recomendada pelos próprios militares, nem encontram, entre os políticos militantes, um nome capaz de reunir o apoio geral. Essa confissão retrata uma situação deplorável. Se os políticos civis baixaram tanto no conceito de seus próprios companheiros, melhor será na verdade que abandonem as suas pretensões e peçam aos militares a sabedoria de que se acham privados (...) A falência da classe não é das coisas mais confortadoras. Tão grave nos parece que receamos, se falharem as tentativas de captar militares para a campanha presidencial, que comprometa a sorte da nossa democracia. De grande vitalidade não poderá achar-se dotada quando, em momentos como este, falham os homens que a representam e têm a seu cargo a tarefa de satisfazer as suas exigências. Se os políticos não dão conta dos seus deveres para com a Nação, outro remédio não há senão pedir aos militares que ajudem o Brasil a tirar os pés do atoleiro em que os políticos o lançaram (OESP, *As complicações sucessórias*, 20/03/1955).

No dia seguinte, a manchete da UH, cujo título era *3 GENERAIS NO PÁREO DA SUCESSÃO*, refletia bem essa questão, indicando que além de Juarez, Canrobert Pereira também se movimentava para ser candidato a presidente, com um suposto apoio de Ademar de Barros e Caiado de Castro, que seria um possível nome para substituir Jango e ser vice de JK. Diferentemente do OESP, o editorial da UH problematizou a ideia de que um militar era um cidadão como qualquer outro, podendo participar da política normalmente. Ter um nome pertencente às Forças Armadas não seria, de modo algum, um problema, mas sim uma demonstração de força democrática e de pluralidade ideológica no país:

Líderes de maior expressão, dentro e fora de sua classe, homens vindos do povo, qualquer deles pode ser candidato à Presidência da República. Não lhes estamos dando o nosso apoio e o nosso voto, mas renovando a nossa tese favorável à que venham um ou mais candidatos civis ou militares, sem

distinção. O que importa é que tenham um passado de devotamento à causa pública. Inegável patriotismo e conhecimento profundo dos grandes problemas nacionais. Que venham para a pugna das urnas disputar as simpatias e os votos de seus concidadãos, com ou sem farda, dentro da igualdade de direitos que a lei estabelece (...) Não vivemos numa nação aristocrática, em que os militares formem uma casta privilegiada ou em que lhes assista, sem a consagração do voto, o direito de empolgar o Governo e transformar a Nação em tribo. Somos por candidaturas de homens de bem, capazes de merecer a confiança de seus concidadãos, não pela roupa que vistam, mas pela dignidade com que agem (...) (UH, *POR QUE MILITAR NÃO PODE SER CANDIDATO*, 21/03/1955).

5.2 As indefinições do pleito e as disputas no campo político

Mais dois outros movimentos importantes ocorreram ainda nesse mês de março, demonstrando a alta volatilidade da disputa presidencial. Já no dia 17, OESP havia noticiado uma forte instabilidade no PSD de Minas Gerais por conta da disputa sucessória ao governo estadual. Embora o partido já tivesse escolhido o nome do ex-deputado federal e ex-ministro da Justiça de Dutra, Bias Fortes, alguns setores não concordavam com o nome, em especial o grupo ligado ao presidente da seção mineira, Benedito Valadares. Como uma possível forma de forçar JK a rever seu apoio ao nome já consolidado, o senador estaria disposto até a romper com seu principal “afilhado” político por conta desse episódio (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 17/03/1955).

E, de fato, ambos os jornais passaram a noticiar, no fim do mês, que Valadares havia se afastado de JK por conta da sucessão estadual e estaria articulando, junto com os dissidentes do PSD e outros partidos, o nome de Carlos Luz como candidato à presidência. Tal nome, ainda em alta por conta da eleição para a presidência da Câmara, era considerado “conciliador” e poderia congregar várias forças políticas. Na edição do dia 26 de março, o jornal paulista indicou que Valadares estaria articulando o movimento para forçar JK a desistir da candidatura de Bias Fortes (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 26/03/1955). A UH também noticiou, em vários dias, as movimentações, embora minimizasse a ação do “padrinho” de JK, enfatizando que esse seguia na disputa, construindo as bases para sua chegada à presidência (UH, *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, 28/03/1955).

Nesse meio tempo, o PDC lançou, ainda que informalmente (sem a homologação em convenção partidária), a candidatura de Juarez Távora. Embora não tivessem assumido a candidatura em definitivo (até porque o partido sabia que precisaria de apoio de partidos maiores), os democrata-cristãos declararam sua preferência pelo nome do chefe da Casa Militar, manifestando também interesse pelos nomes de Canrobert e de Munhoz da Rocha

como opções subseqüentes. Alguns colunistas da UH criticaram essa movimentação, sendo que Eloy Dutra indicou que Juarez estaria traindo sua palavra ao ser candidato, já que teria se comprometido a não concorrer junto com vários outros militares da alta patente (UH, *DOCUMENTO SUPERADO*, 24/03/1955).

Na edição do mesmo dia, OESP publicou um texto com trechos de uma carta enviada pelo chefe da Casa Militar ao presidente do PDC, deputado federal Arruda Camara. Embora ele não negasse uma possível candidatura, indicou que aquele não era o momento oportuno, sendo necessário esperar mais tempo para uma possível definição:

Preliminarmente, venho confessar-lhes, e aos seus dignos companheiros do diretório nacional do PDC, o meu sincero agradecimento pela prova de confiança com que me distinguiram ao manifestar essa preferência (...) reservar-me o direito de, na hipótese de o ilustre governador de Minas desistir de sua candidatura, manter afastado o meu nome de quaisquer articulações políticas enquanto me parecer conveniente a fim de facilitar o prosseguimento dos esforços que vêm sendo desenvolvidos em busca de um candidato de união nacional (...) (OESP, *Opõe-se ao general Juarez Távora ao lançamento da sua candidatura pelo PDC*, 24/03/1955).

Com essa postura, Juarez condicionou sua candidatura à definição de JK e, nessa mesma edição do OESP, a direção nacional do PDC declarou que voltava atrás e que não lançaria mais a candidatura, deixando em aberto se essa voltaria à tona em um futuro próximo ou não (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 24/03/1955). Além disso, no fim do mês, a candidatura Carlos Luz já caíra por terra e Valadares voltou a entender-se com o governador mineiro, retornando à sua antiga posição de articulador de seu afilhado político (HIPOLITO, 1985, p. 131-132). Sem novamente um nome específico, criou-se grande suspense para a definição por conta da desincompatibilização dos cargos, já que os então mandatários dos Executivos estaduais tinham até o dia 02 de abril para renunciarem, podendo assim entrarem na disputa.

O candidato do PSD fora o único a anunciar, antecipadamente, que deixaria o governo. Dos outros nomes, os mais esperados eram o de Munhoz da Rocha (que mesmo com a articulação de Café Filho não conseguia viabilizar-se e buscava espaço para ser vice de Juarez ou de um nome indicado por Etelvino) e do próprio Jânio que, quando interpelado sobre o assunto, dera respostas ambíguas e não esclarecia, de fato, qual seria sua posição no processo eleitoral, embora sua movimentação indicasse uma grande proximidade com Juarez Távora. Em uma breve montagem na capa do dia 30 de março, a UH ironizou a posição do governador paulista:



Imagem 44 – Foto de Jânio Quadros em caráter pensativo, por conta de uma possível dúvida em relação à sua candidatura. Imagem retirada de UH, 30/03/1955.

Em editorial do dia 26 de março, OESP demonstrou toda sua insatisfação, novamente, sobre a situação política, indicando que a movimentação política repetia todos os erros de 1950 e que, assim como naquela situação, poderia acontecer o pior, ou seja, os mesmos eleitores que votaram em Vargas e deixaram Eduardo Gomes de lado poderiam agora votar em JK, mantendo o mesmo grupo no poder (OESP, *Da pertinencia no erro*, 26/03/1955). Vociferando contra praticamente tudo e todos, o texto foi bastante explícito em relação aos problemas de convergência política do país na época, segundo a ótica do diário paulista:

É assim a politica brasileira. Quando se trata de uma resolução de alta importância, os politicos não se entendem. Cada um procura puxar a brasa para a sua sardinha partidaria, com sacrificio dos interesses da Nação. A mediocridade geral, que é a marca de fabrica da nossa politica, não permite que a inteligencia dos nossos homens se erga num vôo razoavel (...) (OESP, *Da pertinencia no erro*, 26/03/1955).

O mês de abril teve início com uma manchete chamada de “bombástica” pela UH, indicando que o grupo de Etelvino decidira pelo lançamento de Eduardo Gomes ou Jânio Quadros como candidato. Este, por sua vez, teria firmado um contrato com Porfírio da Paz direcionando algumas ações para o governo paulista (UH, *JÂNIO OU BRIGADEIRO: A “BOMBA” DA SUCESSÃO*, 01/04/1955). Segundo as memórias de Café Filho:

Certa tarde, na Gávea Pequena, apareceu-me Porfírio (...) Tinha havido uma reviravolta nos bastidores da política bandeirante. Agora, êle e Jânio estavam mutuamente vinculados por um acordo secreto (...) Para que eu não tivesse dúvidas a êste respeito, exibiu-me Porfírio o teor do pacto firmado por

ambos (...) O ajuste constava de várias cláusulas e tinha firma reconhecida em cartório (...) Uma das cláusulas previa a hipótese da derrota eleitoral de Jânio que, nesse caso, seria nomeado para um dos cargos de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (CAFÉ FILHO, 1966, p. 516).

No entanto, o mandatário de São Paulo não renunciou ao cargo, publicando uma nota em que dizia que não poderia desincompatibilizar-se naquele momento, pois acabara de assumir o compromisso do governo e que não poderia deixá-lo (postura ironizada pelo jornal carioca, já que ele tinha feito isso um ano antes, com a prefeitura), mantendo o compromisso com o povo paulista (CHAIA, 1992, p. 130). Já Munhoz da Rocha desincompatibilizou-se do governo, buscando ainda viabilizar seu nome como vice-presidente, com o aval de Café Filho. Esse próprio, em suas memórias, indica como buscou desarticular a candidatura de Jânio utilizando a influência de Porfírio da Paz (que seria seu amigo de longa data), além dos emissários utilizados para as conversas sobre as candidaturas (os senadores Reginaldo de Oliveira e Auro de Moura Andrade, além do empresário Olavo Fontoura):

Contou-me Reginaldo Fernandes que, embora fôsse aquêle o seu primeiro contacto com Jânio Quadros, o encontro decorreu cordialmente, tendo ficado êle a sós com o Governador, quando êste lhe declarou que acabara de reunir o secretariado, ao qual expusera os motivos que o levaram a renunciar à sua candidatura à Presidência da República, aceitando o nome do General Juarez Távora para concorrer à minha sucessão, tendo como companheiro de chapa, para a Vice-Presidência, o Senador Auro de Moura Andrade (...) Ponderou-lhe Reginaldo que o próprio Senador Auro Moura Andrade, na conversa que mantivera comigo, admitira a sua substituição pelo nome do Governador Bento Munhoz da Rocha (...) Jânio Quadros concordou com a modificação, passando a fazer referências elogiosas a Munhoz da Rocha (...) (CAFÉ FILHO, 1966, p. 517-518).

Embora Jânio Quadros tenha desistido de ser candidato, manteve sua participação na movimentação política para a formação da candidatura governista. E, após sua definição sobre ficar no governo, teria sinalizado que coordenaria a campanha, desde que o candidato fosse Juarez Távora e de que o presidente abrisse mais espaço para o estado de São Paulo dentro do governo, concedendo alguns ministérios para sua indicação, como o caso da Fazenda, Viação e o BB (CHAIA, 1992, p. 130-131).

OESP deu vários detalhes da transação na edição do dia 05 de abril, indicando que Juarez não soubera da negociação e somente fora informado após a consolidação do acordo, uma vez que Café teria aceitado os termos de Jânio (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 05/04/1955). Por conta disso, o chefe da Guarda Militar teria desistido de vez de sua candidatura, já que não considerava ser uma atitude moral a negociação, tendo que fortalecer

seu nome em troca de cargos e favores. Na edição do mesmo dia, a UH deu destaque na capa para a saída em massa de ministros do governo: além dos três titulares das pastas envolvidas na negociação, também deixaria o Executivo os ministros da Educação (que apoiava a candidatura de JK) e o próprio Juarez Távora, que teria decidido afastar-se, de vez, dos meios políticos (UH, *DEBACLE DO GOVÊRNO CAFÉ FILHO*, 05/04/1955). Ou seja, no momento em que as duas forças governistas e de oposição a JK pareciam juntar-se, a distância entre elas tendia a aumentar, mantendo a alta instabilidade política do período. E, de fato, nesse dia foram anunciadas as exonerações, com exceção de Juarez e de Cândido Mota Filho, que continuaram no governo.

Em editorial no dia seguinte, OESP até elogiou a possível preocupação de Jânio e de Café com o espaço de São Paulo no governo federal, mas a forma de ação teria sido desastrosa e causado sérias consequências para o país, sendo que a mais lamentável fora a saída do ministro da Fazenda (que continuava sendo amplamente defendido pelo jornal paulista):

Devido ao conchavo tentado pelo governador paulista com o governo federal em torno da candidatura Juarez Távora, o problema da sucessão tomou aspectos novos e, dizemo-lo com toda a franqueza, esses aspectos resultam da inabilidade, da falta de tacto e da leviandade não só do governador paulista como, dói proclamá-lo, do sr. presidente da República. Ambos saíram arranhados desse episódio. Dirá o governador de S. Paulo, e já foi dito pelos seus amigos mais chegados, que, na barganha proposta, nenhuma vantagem pessoal tiraria. Todas as vantagens seriam para o Estado de S. Paulo. Mesmo assim o cambalacho seria condenável, porque para melhorar a posição política de S. Paulo, o governador do Estado iria rebaixar a Presidência da República. O presidente que saísse eleito, com base no acordo negociado entre s. exa. e o presidente da República, não entraria para o Catete com a sua dignidade intacta. Seria o presidente de uma barganha (...) (OESP, *Entrada de leão...*, 06/04/1955).

No mesmo dia, a UH noticiou os nomes que teriam sido indicados por Jânio (a publicação carioca não se posicionou em relação ao acontecido, embora demonstrasse preocupação quanto a um possível enfraquecimento do governo, que poderia dar base para um golpe de Estado. O jornal voltaria ao assunto apenas no dia 12 de abril, indicando no editorial *AS REIVINDICAÇÕES DE S. PAULO*, que as demandas de Jânio eram autênticas, mas a forma como foi feita não, aproveitando para atacar veementemente a atitude de Café Filho), sendo o empresário paulista e ex-ministro da Fazenda no governo Vargas, José Maria Whitaker, escolhido novamente para essa pasta, o engenheiro Otávio Marcondes Ferraz para o ministério da Viação (o nome de Caetano Alves também foi colocado) e o vice-governador

Porfírio Paz para a pasta do Trabalho (UH, *EIS OS NOMES DE JÂNIO PARA O NOVO GOVÊRNO CAFÉ*, 06/04/1955).

No dia seguinte, Juarez Távora divulgou uma nota, publicada na íntegra no OESP, indicando o passo a passo dos acontecimentos e confirmando os fatos colocados, de que Jânio e Café fizeram a negociação sem a sua anuência e de que só fora informado posteriormente. Embora não comentasse nada sobre sua candidatura, ao ser sabatinado por vários jornalistas teria indicado que, de fato, a desistência em definitivo de suas intenções políticas ocorrera por conta disso (TÁVORA, 1976c, p. 44-51).

Porfírio não foi empossado, mas os outros dois nomes noticiados pela UH foram nomeados. No lugar do vice-governador paulista, assumiu o ex-deputado federal e empresário paulista Alcides da Costa Vidigal como presidente do BB. Embora reconhecesse a qualidade dos novos membros do governo, OESP lamentou uma vez mais e profundamente a forma como a ação transcorreria, indicando uma fratura ainda maior no grupo que tentava organizar a candidatura da União Nacional, uma vez que restaria, naquele momento, somente o nome de Etelvino como única opção viável (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 07/04/1955).

Logo após a desistência de Juarez, o grupo do PSD dissidente lançou o nome do ex-governador pernambucano como candidato à presidência. A UH repercutiu o fato, estampando em sua capa da edição do dia 07 de abril declarações extremamente conciliatórias do novo postulante, indicando que buscaria uma maneira de apaziguar as forças políticas e fazer com que o país crescesse (UH, *PROMETE ETELVINO: EVITAR O GOLPE E ESQUECER ÓDIOS*, 07/04/1955). Em editorial do dia seguinte, OESP não fez questão alguma de esconder que não estava satisfeito com o desfecho e que tal candidatura não mobilizaria os grupos políticos e eleitores em geral, demonstrando imensa desmotivação para engajar-se nela, como fizera nas campanhas anteriores do Brigadeiro (OESP, *Novo candidato*, 08/04/1955).

No editorial *A BATALHA DO REGIME*, de 09 de abril, a UH adotou um tom apaziguador em relação à candidatura Etelvino, embora destacasse que ainda havia uma movimentação intensa por um possível adiamento das eleições ou mesmo uma presumível intervenção militar (UH, *A BATALHA DO REGIME*, 09/04/1955). No entanto, distante de definições sobre as candidaturas, os nomes ainda pululavam e as chapas estavam longe de serem consolidadas, a menos de seis meses do processo eleitoral.

Na capa da edição do dia 11 de abril, a UH afirmou que Juarez manteria sua candidatura, mesmo com o discurso da negação (indicando possíveis diálogos mantidos entre o militar e alguns políticos, principalmente representantes ligados a Jânio Quadros, com quem

estaria rompido) (UH, *SURGE DE NOVO A CANDIDATURA JUAREZ TAVORA*, 11/04/1955). No dia seguinte, OESP publicou declarações do militar novamente negando sua candidatura e declarando apoio público ao Etelvino Lins (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 12/04/1955); entretanto, o PDC e parte significativa do PL estariam resolutos em manter a candidatura, uma vez que já haviam começado a divulgar e a traçar planos de governo, mesmo que, supostamente, à revelia do protagonista da chapa (BUSETTO, 2002, p. 115).

Todavia a principal novidade foi a confirmação da já esperada candidatura de Ademar de Barros. Viajando pela Europa, o ex-governador paulista tinha deixado em suspense se seria ou não candidato e, em entrevistas concedidas na Itália para a agência *Agence France Press* (AFP), o político do PSP assumiu a candidatura, indicando que atendia um possível clamor popular frente às indefinições dos outros concorrentes e agremiações políticas (SAMPAIO, 1982, p. 88-89). No editorial *As incertezas da politica*, de 10 de abril, OESP repercutiu o fato, fazendo uma perspectiva extremamente desesperadora do processo eleitoral e, principalmente, de como seria o país caso um de seus principais inimigos vencesse a eleição:

Parece-nos que o problema da sucessão presidencial vai tomar, agora, a feição de um combate entre o bem e o mal, entre a democracia e a demagogia, entre a moralidade e a desonestidade. Quem não lhe der importancia e achar que tudo isso é corrente na vida de uma democracia, estará confessando, simultaneamente, a estreiteza de sua visão e a incapacidade de ser útil ao seu país (...) Com a nova candidatura que se anuncia, o problema presidencial entrará na sua fase mais séria. Dela dependerá, como nunca, ou a salvação ou a ruína da nossa democracia. Meditem os políticos sobre a situação que se vai criar para o Brasil e mostrem-se á altura da tarefa que lhes cabe. Salvem o Brasil da maior calamidade que, até hoje, o tem ameaçado (OESP, *As incertezas da politica*, 10/04/1955).

Já o jornal carioca deu um amplo destaque para o teor da entrevista, colocando em sua capa, da edição do dia 12 de abril, várias chamadas sobre o anúncio da candidatura. Com a manchete *SURGE O 4º CANDIDATO: ADHEMAR PRONTO PARA ENTRAR NO PÁREO!*, a UH deu ampla cobertura à entrevista e, com algumas fotos, propôs que, de maneira geral, o nome de Ademar surgira como a necessidade de representar camadas da população que não estariam contempladas nas outras chapas (UH, *SURGE O 4º CANDIDATO: ADHEMAR PRONTO PARA ENTRAR NO PÁREO!*, 12/04/1955). Embora o ex-governador não tivesse assumido a movimentação eleitoral formalmente, deixou no ar que voltaria ao Brasil para trabalhar muito pelo país e, após tentar esquivar-se da pergunta sobre a eleição, teria respondido da seguinte forma: “Nada tenho a dizer. O Povo brasileiro é que deve responder a

essa pergunta” (UH, *SURGE O QUARTO CANDIDATO: ADEMAR PRONTO PARA ENTRAR NO PÁREO!*, 12/04/1955).

No dia seguinte, os efeitos da movimentação eleitoral continuavam a aparecer no governo, tornando-o cada vez mais instável. Juarez Távora formalizou sua demissão, assim como Marcondes Filho, deixando vagos os dois cargos (TAVORA, 1976c, p. 52-54). Ambos os jornais apontaram, ainda como causa, a movimentação entre Jânio e Café Filho. Em relação à candidatura de Etelvino, a UH publicou uma reportagem, sem assinatura, intitulada *Superar o “Complexo” Juscelino ou Provocar a Guerra Civil!*, que analisava o perfil de Etelvino, indicando que a consolidação de seu nome seria uma forma de atrair Ademar de Barros para a disputa, dividindo seus votos com JK e construindo um caminho mais sólido para a vitória eleitoral (UH, *Superar o “Complexo” Juscelino ou Provocar a Guerra Civil!*, 13/04/1955).

No entanto, mesmo nesse texto e em outros, o jornal carioca teceu fortes críticas ao grupo que estava por trás da candidatura, insinuando que a maioria já estaria ciente de que seriam derrotados no processo eleitoral pelo o ex-governador mineiro e de que, em vez de criarem novas ideias e tentarem conquistar a população, conspiravam cada vez mais para um golpe de estado, fugindo do pleito:

Ao formular tais considerações, queremos apenas assinalar que consideramos eleitoralmente forte, a candidatura Etelvino Lins. Isso não significa, de qualquer modo, o nosso apoio ao seu nome. Ao contrário, lutaremos desta nossa trincheira para derrotá-lo, pois o consideramos um sério adversário da nossa linha ideológica e política. Apenas defendemos para o Sr. Juscelino Kubitschek: o direito de ser candidato e, se eleito, ser empossado (...) Consideramos, por isso mesmo, definitiva, a candidatura do Sr. Etelvino Lins. E, mais do que isso: consideramo-la o teste final da fase puramente política da batalha da sucessão. A permanência dessa candidatura, dadas as condições em que foi homologada, significa, em última análise, a permanência do regime (...) Que nisto medite o Sr. Etelvino, mas que, sobretudo, nisto meditem, o General Juarez Távora, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Sr. João Café, que já tem perante a Nação a dívida irresgatável do colapso da legalidade em 24 de agosto (UH, *Superar o “Complexo” Juscelino ou Provocar a Guerra Civil!*, 13/04/1955).

Em compensação, ambos os jornais divergiram em relação à consolidação da posição do PTB. Enquanto OESP deu como certo o acordo entre os trabalhistas e JK com a indicação de Jango à vice (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 13/04/1955), a UH até confirmou a aproximação partidária, mas afirmou que ainda não havia um nome consolidado para a candidatura por parte da agremiação de João Goulart (UH, *Politica em Dois Tempos*, 13/04/1955). Porém, mesmo com a negativa do jornal carioca, a candidatura de Jango

parecia irreversível. Em editorial do dia 14 de abril, OESP condenou novamente a indicação do nome do ex-ministro do trabalho, colocando essa questão em termos parecidos com o texto da UH do dia anterior, pois tal movimentação seria uma espécie de teste para a democracia, embora sua perspectiva fosse diferente em um ponto: enquanto a publicação de Samuel Wainer afirmava que a manutenção da candidatura de Etelvino seria o ápice desse desafio aos meios institucionais, Júlio de Mesquita Filho indicou a derrota do presidente do PTB como sendo esse balizador, já que sua vitória implicaria em uma ampla crise, quase irreversível, para as instituições brasileiras:

O rapaz, que as forças conservadoras do País não puderam suportar no Ministerio do Trabalho, irá ter em mãos, na chefia do governo, os poderes de que necessita para promover a subversão social e política do País, levando-nos para um regime semelhante ao que está aviltando a Republica Argentina e restaurando, não a moralidade, mas a imoralidade nos negocios públicos. Volveremos aos dias mais tristes do governo passado e, entregues á direção de um jovem sem experiencia mas cheio de petulância, iremos ter, infalivelmente, é ruina do País. A nossa democracia estará sacrificada e só nos salvaremos através de uma verdadeira guerra civil (...) (OESP, *Avanço perigoso*, 14/04/1955).

O jornal paulista destacou, em suas páginas, a discordância desse acordo para os próprios partidos, uma vez que setores mais conservadores do PSD que apoiavam JK voltaram-se contra Jango e também vários setores do PTB estariam contra a aproximação com o ex-governador mineiro. Já a UH, em editorial, defendeu o direito de os trabalhistas indicarem quem desejassem para a candidatura, apoiando “quem bem entendessem”. Tal ponto seria nevrálgico para a manutenção da própria democracia, uma vez que o resultado soberano deveria vir das urnas, e não das proposições de determinados grupos políticos:

O que se quer é um PTB divorciado dos trabalhadores, submisso e humilhado, pedindo licença e passo (...) para exercer os direitos que a Constituição lhe garante e sobretudo os deveres que o seu programa lhe impõe (...) E a verdade é que as classes conservadoras não compreendem, lamentavelmente, que um PTB vigilante é antes de tudo fundamental para a própria sobrevivência da ordem jurídica e social dêste país, enquanto um PTB ajoelhado é o primeiro passo para a anarquia, a subversão e o caos (...) (UH, *O P.T.B. Não Pode Trair a Memória de Vargas Pela Chantagem de Uma Falsa Legalidade*, 12/04/1955).

O jornalista Medeiros Lima endossou a tese de que a candidatura de Jango seria um grande teste para a democracia, uma vez que havia, declaradamente, resistências militares à sua indicação (UH, *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, 14/04/1955). E ainda nas páginas dessa mesma

edição, os colunistas divergiram em relação ao assunto: enquanto Eloy Dutra, em sua coluna, manteve a linha da maioria dos trabalhistas e comemorou a indicação do ex-ministro do Trabalho para a vice-presidência da República (UH, *TRABALHISMO*, 14/04/1955), Adalgisa Nery teceu severas críticas ao presidente do PTB, em uma linha de argumentação bastante parecida com a usada nos editoriais do OESP, uma vez que seria de bom-senso indicar um outro quadro do partido que não causasse tamanha rejeição entre os setores do Exército e da elite econômica do país (UH, *O DESTINO DO PTB*, 14/04/1955).

Ainda na edição de 14 de abril, o senador Domingos Vellasco fez uma análise elogiosa de JK e Etelvino, mas indicou que nenhum dos dois possuía, em suas campanhas, espaço e convergências com as propostas nacionalistas, indicando, assim, que o grupo que se identificava com essa perspectiva (na qual ele estava incluído) deveria buscar espaço em uma outra candidatura, não encontrando convergência com esses nomes (UH, *OS CANDIDATOS*, 14/04/1955). O PSB, em conjunto com o PDC, era um dos defensores da candidatura de Juarez, mobilizando-se para garantir bases para o lançamento do militar (HECKER, 1998, p. 175-176).

No dia seguinte, o jornalista Medeiros Lima noticiou uma articulação entre os dissidentes do PTB e o PSP para, de certa forma, resgatar a chamada Frente Populista de 1950 (SAMPAIO, 1982, p. 89). Nessa mesma edição, o diário carioca publicou novamente um texto em sua capa intitulado *LANÇAR O PAÍS NA LUTA FRATRICIDA SERIA TORNAR INUTIL O SACRIFÍCIO DE VARGAS!*, indicando o porquê de Osvaldo Aranha ter recusado a candidatura e denunciando que os inimigos de Vargas organizavam-se na eleição apenas para acabar com o legado do ex-presidente; entretanto os trabalhistas (e também o periódico carioca) tinham como principal objetivo manter a memória viva de seu principal líder: “Vargas foi, e continua sendo, o ponto de concentração de tôdas as recriminações, precisamente porque seus próprios adversários não se podem “libertar” dele – das suas idéias, do seu gênio político, em sua batalha incessante pelo progresso do país” (UH, *LANÇAR O PAÍS NA LUTA FRATRICIDA SERIA TORNAR INUTIL O SACRIFÍCIO DE VARGAS!*, 15/04/1955).

Em editorial do dia 16/04/1955, OESP retomou as fortes críticas ao ex-presidente, indicando que a legislação trabalhista vigente era uma simples cópia do modelo fascista, separando cada vez mais capital e trabalho e evitando a harmonia entre ambos, levando à discórdia e a divergências irreconciliáveis, fáceis de serem constatadas no processo eleitoral vigente (OESP, *A falsa legislação trabalhista*, 16/04/1955). O jornal noticiou também a leitura, na Assembleia Legislativa Paulista, de um documento do PSP acertando as bases do

acordo para o resgate da Frente Populista. Embora não se falasse em nomes, a figura de Ademar já era indicada, por praticamente todo o meio político e pela imprensa, como candidato a presidente desse grupo, mantendo o jornal paulista em estado de alerta (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 16/04/1955). De maneira geral, o espectro de Vargas continuava por trás da candidatura, sendo que sua figura mítica parecia cada vez mais presente na disputa eleitoral para a definição de seu sucessor (GIRARDET, 1987).

E essa atenção e tensão aumentaram por conta da convenção partidária do PTB, iniciada no dia 18. A perspectiva colocada por ambos os jornais (com maior ênfase do OESP) era de que o partido indicaria o nome de Jango para a vice-presidência, mas esse recusaria devido a toda celeuma causada por conta das resistências encontradas, principalmente pelos militares. Com grande destaque na edição desse mesmo dia, a UH indicou que o objetivo da convenção seria afinar os interesses dos trabalhistas como convergência para um único ponto, ajudando o país a melhorar cada vez mais. Além disso, destacou alguns nomes e endereçou mensagens a eles: Osvaldo Aranha (considerado o maior de todos eles, mesmo não sendo filiado ao partido), João Goulart (o jornal lembrou que Vargas deixara a Carta Testamento com ele, sendo seu “herdeiro” político), Danton Coelho, Alberto Pasqualini, Caiado de Castro e Lucio Bittencourt, considerados os principais expoentes da agremiação:



Imagem 45 – Os principais nomes apontados pela UH, em uma tentativa do jornal carioca de demonstrar unidade na convenção partidária. Edição do dia 18/04/1955.

E, de fato, na convenção foi escolhido o nome de João Goulart para ser candidato a vice-presidência na chapa de JK (D'ARAÚJO, 1996, p. 109). Na noite do dia 18, em sessão na Câmara, Armando Falcão leu um texto do ministro da Guerra sobre a candidatura de Jango, indicando que o Exército, como um todo, continuava bastante receoso da consolidação

daquela composição. O próprio deputado teria procurado Lott em seu gabinete e esse teria encaminhado o breve bilhete, lido na tribuna e publicado pelo jornal paulista:

Fomos há dias procurados em nosso gabinete pelo deputado Armando Falcão, dirigente de uma das secções estaduais do PSD, que nos solicitou lhe dissessemos se era verdade que julgávamos que a apresentação da candidatura do presidente do PTB não daria lugar a nenhum (sic) mal-estar em certos círculos militares. Respondemos ao nosso interlocutor que não poderíamos fazer esse juízo da situação, pois há pouco mais de um ano foi amplamente noticiado que a desconfiança de muitos militares em relação aos propositos do então Ministro do Trabalho contribuiu para que este solicitasse demissão; e que não era plausível que aquele ponto de vista em relação ao político em questão se tivesse modificado substancialmente nesse curto lance de tempo (...) (OESP, *O ministro da Guerra e a provável candidatura do presidente do PTB*, 19/04/1955).

Embora o bilhete fosse curto e as linhas atribuídas a Lott tenham sido indiretas em relação ao posicionamento do Exército, causou grande repercussão nos jornais. No dia seguinte, em seu editorial, OESP atestou que o Exército não toleraria Jango no poder novamente e que os dizeres do ministro da Guerra deixavam claro que os militares poderiam interferir em caso de vitória do representante trabalhista:

Muito cautelosamente as Forças Armadas querem afastá-lo do posto para que não se vejam obrigados, mais tarde, a um movimento destinado a apeá-lo do poder (...) Os representantes das Forças não vieram á praça publica, em atitude agressiva, declarar, alto e bom som, que a presença desse jovem demagogo na vice-Presidencia da Republica e na presidencia do Senado não era aceitavel (...) Não sabemos se o trofego mancebo, num movimento de bom-senso, abrirá mão de sua candidatura. Se não o fizer, teremos, provavelmente, alguns acontecimentos desagradaveis. Mas, faça ou não faça, o que se vê é que ele tem a volupia das agitações. O pensamento das classes armadas já era conhecido. Sabia ele que a sua candidatura provocaria fatalmente um movimento de reação dentro das tropas. Se insistiu nas suas pretensões foi, evidentemente, com o desejo de provocar as Forças, desafiando-as com uma inconsciencia que, só por só, mostra a sua incapacidade para exercer o cargo que pleiteia (...) (OESP, *A volupia da agitação*, 20/04/1955).

A animosidade da imprensa em relação a João Goulart aumentava exponencialmente e a UH, em resposta, procurou posicionar-se a favor de Jango, mas, ao mesmo tempo, indicando que havia possíveis rupturas no partido. No editorial da edição do dia 20 de abril, o jornal condenou o texto do ministro da Guerra, porém manteve sua boa imagem, focando toda sua virulência contra Armando Falcão e contra Carlos Lacerda (de quem o deputado cearense seria íntimo):

Armando Falcão é o exemplo mais flagrante desse tipo. Político indefinido, incolor e medíocre, sem convicção partidária e sem convicção de espécie alguma, consegue ao mesmo tempo ser amigo de Juscelino e sócio preeminente do Clube da Lanterna (...) Mas com as manhas, aprendidas na escola do Corvo, Armando Falcão se infiltra nos meios políticos e em tom malandro, arrogante, como se representasse o pensamento das correntes democráticas do País (...) A esta altura, o General Lott já deve ter avaliado os méritos de tão falso líder. Está claro como o sol que Falcão não deseja senão criar uma situação de constrangimento para o Ministro da Guerra (...) Porque, em última análise o que se pretende, com toda essa balbúrdia em torno de Jango, é apenas que o General Lott se impaciente e largue a função que vem desempenhando com tanto patriotismo e abnegação. Com a exoneração do General Lott estaria aberta a porta para a subvenção do regime constitucional, resvalaríamos para a anarquia com que sonham os inimigos da democracia (...) (UH, *FALCÃO, O PROVOCADOR (AVISO A LOTT)*, 20/04/1955)

Se para o OESP a fala de Lott era uma advertência de que Jango não era bem-vindo, para a UH tal aspecto constituía-se apenas a expressão de uma opinião política, que em nada interferiria na sucessão. Contudo, na capa daquele mesmo dia, o jornal carioca estamparia com grande destaque que Jango renunciara à sua indicação, dizendo que “*Fora do Governo Servirei Melhor Aos Trabalhadores*”. Após uma extensa reunião com os líderes do PTB, na madrugada desse dia o presidente do partido teria renunciado à indicação da convenção da noite anterior e indicado Osvaldo Aranha em seu lugar (UH, “*FORA DO GOVÊRNO SERVIREI MELHOR AOS TRABALHADORES*, 20/04/1955).

Contactado, o ex-ministro enviou um texto para a convenção recusando sua indicação, mas disposto a ajudar na campanha. Diante disso, em uma pequena nota no jornal (com uma chamada urgente, embora sem destaque) ainda no mesmo dia, a UH informou que, por conta dos apelos de alguns dos líderes do partido, Jango teria aceito voltar à candidatura, mesmo com todas as problemáticas já levantadas:

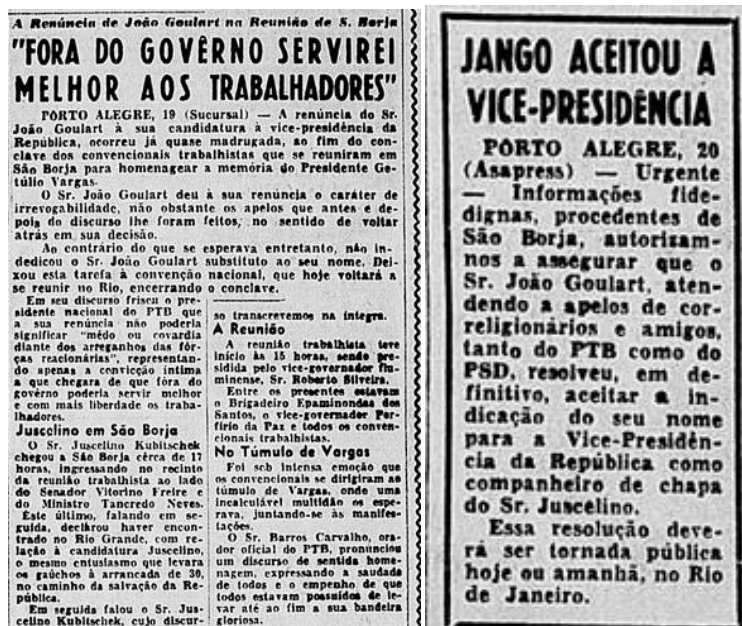


Imagem 46 – Na quarta página da edição do dia 20/04/1955, a notícia da esquerda dando destaque para a desistência de Jango e, à direita, uma pequena nota, já no fim da página (com pequeno destaque como Urgente), que seria uma espécie de “furo” da UH, indicando que o presidente do PTB voltara atrás em sua resolução.

Ambos os jornais deram amplo destaque a tal ponto no dia 21, indicando que a convenção do PTB “recusou” a recusa de Jango e que esse se viu “forçado” a assumir a candidatura. Na publicação carioca, no dia seguinte, ao lado de uma foto de JK e Jango se abraçando e selando a candidatura, estava estampada a manchete *SERÁ LANÇADA HOJE A CANDIDATURA ADEMAR*, indicando logo abaixo os pontos que possivelmente seriam seguidos pelo líder do PSP. Na mesma edição, o jornal chamou atenção para as movimentações eleitorais de Etelvino e de alguns grupos em São Paulo e no Rio de Janeiro (principalmente na capital paulista) pedindo a manutenção da candidatura de Juarez Távora, indicando o intrincado xadrez eleitoral que se estruturara com as últimas definições:

SALAZAR E CRAVEIRO LOPES NA RECEPÇÃO A CAFÉ FILHO

Hoje Pela Manhã, a Chegada a Lisboa — Ao Encontro do "Tombador" Voto de Guerra de Monteiro Portugal — Juízo em Lisboa — Chanceler Raul Fernandes — Programa de Homenagens — Livro do 2.º Págo

BAHIA E SÃO PAULO NO ESQUEMA DAS PREOCUPAÇÕES DE ETELVINO

A Decisão de São Borja em Três Flagrantes Históricos



NA CIDADE DE GETÚLIO VARGAS, em que a personalidade a sua maneira se tem revelado, o poder e sua presença tem o prestigio de uma grande liderança. João Goulart decide, com o apoio de alguns de seus seguidores, a de Juscelino Kubitschek, apoiado pelo trabalhista, resolveu no VII Congresso Nacional da Paraíba, O governador de Minas Gerais, que foi o último chefe de executivo estadual a perder o poder, a perder o poder, a perder o poder.

Acusado o Professor Pela Tragédia Que Levou Duas Colegais ao Suicídio

O MISTÉRIO DAS COLEGIAIS QUE TENTARAM CONTRA A VIDA NO "CINE PALACIO" — VANIA, MEDICADA NO HPS, E JA FORA DE PERIGO, ACUSA O SEU PROFESSOR DE MATEMÁTICA PELAS VIOLÊNCIAS QUE SOBRE SI COMPANHIA DE SUA COLEGA — A REVOLTA DOS PAIS — DETIDO O SEDUTOR, QUE NEGA SUO CRIME — (LEIA NA SEGUNDA PAG.)

SERÁ LANÇADA HOJE A CANDIDATURA ADEMAR

Formação de uma ampla Frente Nacionalista em torno do Nome do Chefe Pecequista — Concentração de Operários e Dirigentes do PSP no Vale do Paraíba — O Senador Lino de Matos Será o Grande Oficial — (Na 2.ª Pág.)

EM FRENTE AO MICROFONE MATARAM-SE OS RADIALISTAS

TELESCÓPIA (Honduras) — (APF) — O senhor Magister Cuitas Cerrato e o senhor de rádio Oscar Díaz, radicados no distrito de Matamoros, no norte da Honduras, foram mortos no dia 14 de março, em um atentado que se realizou na cidade de "A Voz de Honduras". A morte dos dois, com uma única intenção: a de impedir a instalação de uma rádio local dirigida pelo governo.

Última Hora

Tragem: 82.000 — Ano IV — Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1955 — N. 1.176

Director-Responsável: SANTON COELHO
Fundador: SAMUEL WAINER
Director-Supervisor: L. F. BOCAVIA CUNHA

A C.O.F.A.P. Concordeu Com o Aumento Dos Ônibus



EINSTEIN, EITVE M. (BRASIL) — (APF) — O senhor Einstein, conhecido como "O Grande Cientista", morreu no dia 18 de março, em Princeton, Nova Jersey, aos 76 anos de idade. Ele foi um dos maiores físicos do século XX e seu trabalho revolucionou a física.

EDMAR MOREL DENUNCIA: O Mercado Municipal Alimenta o SAPS

EDMAR MOREL, ANTI-PTB (Rio de Janeiro) — (APF) — O senhor Edmar Morel, antigo deputado estadual, denunciou que o Mercado Municipal de São Paulo alimenta o SAPS (Serviço de Assistência Pública de São Paulo).

ABRANGERÁ CÊRCA DE UM QUINTO DE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(ABRANGIDA DE UMA SÉRIE DE REPORTAGENS) ALVARO GONÇALVES (Rio de Janeiro) — (APF) — O senhor Alvaro Gonçalves, jornalista, informou que a área a ser explorada representa cerca de um quinto do território nacional.

RESPONSABILIZADA A SUMOC PELO FECHAMENTO DO BANCO

Na Assembleia do Minar Depoimento: Denúncia: Marcelina Pádua da Costa — (Rio de Janeiro) — (APF) — A Sumoc foi responsabilizada pelo fechamento do Banco.



A 1950 DO PÊRDO: Morte de Cito, também espanhol, na praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, em 1950. O senhor Cito foi um dos muitos que morreram durante a ditadura.



O Mercado Municipal abre a 2.ª feira, vendendo legumes e frutas com um lucro de 25%. O preço que pagou aos produtores.

"MINHA META, ONDE ESTÁ SUA META?" VINTE INSCRIÇÕES DO CONGRESSO EUCARÍSTICO PARA AS QUATRO PRIMEIRAS FAMILIAS COLOCADAS

Ouro Feltro Inicial do Grupo de Colaboração do Turismo, Para o Valor Social do Congresso das Cinco Igrejas, Que Vem Sendo Feito Conjuntamente Com o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em 1955. — (Rio de Janeiro) — (APF) — O senhor Ouro Feltro, jornalista, informou que o congresso eucarístico será realizado em Brasília.

NA SÉTIMA PAGINA: TROFÉUS DE GUERRA

Por MARIO ACCIOLY

GLÓRIA AOS HERÓIS DA FAB QUE TOMBARAM NA ITALIA

Uma Programa de Comemoração Foi Preparado Para a FAB, em São Paulo, em homenagem aos heróis da FAB que tombaram na Itália.

Petrobrás, Reforma Agrária e Continuidade à Obra de Vargas, no Programa de Juscelino

Entrevista Exclusiva a Katschick no Estúdio de ÚLTIMA HORA a São Borja — "O Primeiro Voto de Mito Voto Foi Dado a Getúlio Vargas" — Harmonia e Paz Social Através da União PTB-PSD — A Indústria Responde Com a Expansão — "Sinto-me Honrado e Satisfeito em Ter Como Companheiro de Chapa o Sr. João Goulart" — Entrevista de FERNANDO LEITE MENDES — Exclusivo de ÚLTIMA HORA

MINHA META, ONDE ESTÁ SUA META?

Ouro Feltro Inicial do Grupo de Colaboração do Turismo, Para o Valor Social do Congresso das Cinco Igrejas, Que Vem Sendo Feito Conjuntamente Com o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em 1955. — (Rio de Janeiro) — (APF) — O senhor Ouro Feltro, jornalista, informou que o congresso eucarístico será realizado em Brasília.

Imagem 47 — Capa da UH do dia 22/04/1955, enfatizando o lançamento da candidatura de Ademar e, ao mesmo tempo, valorizando a união entre JK e Jango, além de notícias das outras candidaturas.

Na edição do dia 21 de abril, OESP indicou que o PDC não retirara e não retiraria o nome do ex-chefe da Casa Militar, insistindo para que ele se candidatasse (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 21/04/1955). E na edição do mesmo dia, Eloy Dutra indicou, em sua coluna, que a dissidência do PTB lançaria o vice do ex-governador paulista por não concordar com a negociação com o ex-governador mineiro, sendo que o nome “favorito” seria de Caiado de Castro (UH, *ADHEMAR E A PRESIDÊNCIA*, 21/04/1955). Além disso, Munhoz da Rocha continuava buscando espaço, estando mais próximo de Etelvino, mas também mantendo contato com o PDC e com Juarez (TÁVORA, 1976c, p. 56-57).

Já nas edições do dia 27 de abril, ambos os jornais apontaram as dificuldades na relação entre o PSD e o PTB, sendo que OESP indicou que o próprio JK teria pedido a Jango para desistir da candidatura, enquanto que a UH noticiou que os dissidentes petebistas estavam cada vez mais próximos de Ademar (D’ARAÚJO, 1996, p. 110). Além de todos esses pontos, no dia seguinte teve início a convenção da UDN, com amplo destaque por parte do jornal carioca (contrastando com o diário paulista que noticiou apenas pontualmente), indicando em seu editorial que o partido estava desorientado e possuía, no possível apoio à candidatura Etelvino, uma chance de se recompor e buscar uma melhor organização partidária:

Não constitui segredo para ninguém que uma ponderável ala do Partido não enxerga na solução constitucional da crise política, o remédio ideal para os males do país. A pregação do golpe, o apelo à intervenção das Forças Armadas, as manobras de prorrogação de mandatos (...) e outras medidas, legislativas ou não, tentadas desesperadamente pelos seus líderes de maior projeção, evidenciam claramente que a UDN criou para seu uso próprio um conceito de democracia “sui-generis”, em que a vontade popular fôsse fraudada e substituída por uma espécie de “Conselho de Elites” (...) Os convencionais terão de escolher entre dois rumos: marchar com o povo para eleições tranquilas e democráticas (...) ou deixar-se envolver pelos que pretendem lançar o Partido na aventura do golpe, subvertendo a tendência da maioria e fugindo aos compromissos assumidos (...) (UH, *A ÚLTIMA CHANCE DA UDN*, 27/04/1955).

Nesse mesmo texto, a UH enfatizou que o partido possuía duas razões de ser: o próprio Vargas (ponto sobre o qual o jornal já explorara várias vezes) e Eduardo Gomes, que fora o elemento aglutinador do partido nas eleições anteriores e que, por não ser o candidato e estar mais ligado ao governo do que às movimentações partidárias, fazia bastante falta nesse sentido (UH, *A ÚLTIMA CHANCE DA UDN*, 27/04/1955).

No dia seguinte, OESP praticamente não noticiou nada sobre a convenção e a UH condenou o completo desinteresse dos próprios partidários pela reunião udenista (que estaria

com falta de quórum), noticiando que a agremiação não tinha, de fato, interesse em mudar, insinuando que seus partidários não aprenderam com todos os erros do passado (UH, *CONVENÇÃO CLANDESTINA*, 28/04/1955). No entanto, na edição do dia 29, a movimentação finalmente apareceu nas páginas da OESP e, após intensos debates, o jornal paulista deu grande destaque para a fala de Lacerda, que considerou o nome de Juarez ultrapassado e defendeu o apoio a Etelvino (BENEVIDES, 1981, p. 194-195).

Para finalizar o mês, OESP novamente voltou com declarações de Lacerda, dessa vez contra a candidatura de Munhoz da Rocha e defendendo o nome de Armando Câmara como vice (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 30/04/1955). Na última capa do mês de abril, a UH utilizou uma manchete catastrófica para referir-se à convenção udenista: *DESMORONOU A UDN: EM LIQUIDAÇÃO A “ETERNA VIGILÂNCIA”*, enfatizando as inúmeras brigas e as discordâncias intensas entre os grupos, levando a um possível “fim” do partido, já que suas lideranças pareciam não se entender mais (UH, *Faliu a UDN: Liquidação da “Eterna Vigilância”*, 30/04/1955).

Já o início do mês de maio pautou-se pelas distintas visões em relação ao desfecho da convenção da UDN no dia anterior. No primeiro dia, OESP tinha noticiado com mais detalhes o encerramento da convenção, indicando que fora um sucesso e que o grupo tinha decidido o apoio ao ex-governador de Pernambuco após analisar várias opções (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 01/05/1955). Todavia, em seu próprio editorial, indicou que houve inúmeras divergências e que, embora a escolha de Milton Campos para a presidência do partido fora acertada, várias decisões no seio da reunião não teriam sido bem encaminhadas, demonstrando problemas na organização da cúpula nacional da agremiação (OESP, *A Convenção da U.D.N.*, 01/05/1955).

Mantendo a perspectiva da cobertura extremamente negativa sobre o evento, a UH indicou, no dia seguinte, que a reunião dos udenistas consagrara o nome de Etelvino, mas que a rejeição em várias cúpulas era alta, uma vez que seu nome teria sido indicado apenas pela falta de outra opção melhor ou viável (UH, *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, 02/05/1955).

Na edição de 03 de maio, em editorial, Júlio de Mesquita Filho foi ainda além das desconfianças dos textos de dois dias anteriores e teceu várias críticas à convenção, além de refutar o nome de Etelvino e indicar que a escolha deveria ter sido pautada em um candidato de “dentro” do próprio partido:

A convenção nacional da UDN encerrou seus trabalhos dando apoio á candidatura do sr. Etelvino Lins á Presidencia da Republica. Com toda franqueza, declaramos que preferiríamos o lançamento, nessa reunião, da

candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Seria este o candidato natural do grande partido, e entendemos que a UDN cometeu um ‘erro irreparável’ deixando de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para demover o eminente brasileiro da resolução, que tomou, de não se candidatar de novo à chefia da Nação. Tendo-se tornado, porém, devido a circunstâncias do momento, improvável o lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, mais louvável nos pareceria o apoio da UDN à candidatura do general Juarez Tavora (...) É de lamentar que os políticos (...) não tivessem posto em prática um que obrigasse aquele oficial a aceitar a sua candidatura mesmo depois de havê-la retirado (...) (OESP, *UDN e o problema sucessório*, 03/05/1955).

Mesmo tendo explicitado inúmeras discordâncias em relação a Juarez, o jornal declarava a preferência à sua candidatura, demonstrando o estado de ânimo de vários setores do partido em relação ao nome de Etelvino Lins (OESP, *UDN e o problema sucessório*, 03/05/1955). Além disso, tanto o diário paulista quanto o jornal carioca chamaram a atenção para a recusa do lançamento do nome de Munhoz da Rocha pelos udenistas. Tal negativa demonstrava derrota da articulação política de Café Filho, que bancara o ex-governador do PR (a tal ponto de ele deixar esse posto) e agora via-se sem apoio político, praticamente não tendo mais condições de lançá-lo (ROCHA, 1960, p. 10-11).

Além disso, em entrevista concedida à UH na edição do dia 02 de maio, Costa Pôrto confirmou que estava deixando o ministério da Agricultura. Indicou que desde as primeiras mudanças já tinha colocado a pasta à disposição e que, naquele momento, sua saída era de caráter irrevogável (UH, “*NÃO É NOVIDADE: JÁ PEDI DEMISSÃO HÁ VÁRIOS DIAS*”, 02/05/1955). No dia seguinte, OESP anunciou que Munhoz da Rocha assumiria o cargo, como uma forma de “prêmio de consolação” dado pelo presidente (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 03/05/1955).

A UH criticou o “rifamento” de Munhoz, indicando que Lacerda, Jânio e Café Filho teriam sido os responsáveis e o próximo alvo seria Etelvino, que teria sua candidatura esvaziada aos poucos (UH, *Contra Kubitschek e Etelvino o Novo Esquema de Café-Jânio*, 04/05/1955). Em sua autobiografia, o ex-presidente declarou que a amizade com o ex-governador paranaense surgira nos trabalhos da Constituinte em 1946 (ambos eram deputados) e admitiu que se mobilizara para estruturar sua candidatura, uma vez que tinha em mente que teria apoio da UDN para tal (CAFÉ FILHO, 1966, p. 513-514). No entanto, demonstrou grande decepção, uma vez que notara uma antipatia, no seio udenista, à sua figura, que até então não havia dimensionado.

Os ataques às candidaturas, por parte dos jornais, tornaram-se mais intensos. OESP retomou todas as críticas já feitas à chapa JK e Jango, indicando que essas candidaturas

traziam Vargas novamente ao governo e que tal ponto era uma questão que desequilibrava o sistema político, lembrando constantemente a rejeição militar pelas candidaturas, principalmente a do político gaúcho (OESP, *O mar de rosas do juscelinismo*, 05/05/1955). No mesmo dia, a UH baseou-se em inúmeras acusações feitas por João Cleofas ao governo de Etelvino em Pernambuco e desafiou o candidato da UDN a responder, tecendo várias críticas ao seu nome no texto, cujo título também fora utilizado como manchete (UH, *RESPONDA, ETELVINO!*, 05/05/1955).

OESP continuou batendo na tecla (e a própria UH reconhecia) que a candidatura de JK estava cada vez mais enfraquecida, uma vez que o PR (que havia se aproximado após a recusa da UDN por Munhoz da Rocha) logo se afastara por conta do nome de Jango, além da manutenção da oposição de seções do PSD e PTB a esses nomes. Em conjunto com todos esses pontos, alguns militares (com Dutra à frente) tentavam mobilizar alguns nomes (Canrobert era o favorito) para uma possível candidatura, novamente, de União Nacional, embora a possibilidade de isso acontecer fosse praticamente nula (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 07/05/1955).

Longe disso, as candidaturas aparentavam, segundo ambas as publicações, cenários cada vez mais desencontrados e com bases pouco ou nada sólidas. Enquanto JK via-se cada vez mais isolado por conta das grandes resistências à sua candidatura, Ademar continuava na Europa e, embora mobilizando seu nome, não tinha um vice e nem mesmo a definição de apoio do seu próprio partido (SAMPAIO, 1982, p. 89). No caso da UDN, Etelvino era o candidato oficial, mas sem convicção de vários partidários. Plínio Salgado mantinha sua candidatura, embora pelo pequeno PRP, que possuía pouca relevância institucional e quase nenhuma chance de vitória.

E, por fim, a candidatura de Juarez Távora. Embora ainda reticente, o PDC e vários grupos empresariais (além de setores do Exército) mantiveram a candidatura à revelia do militar e, após várias movimentações, em meados de maio, o ex-ministro de Café Filho aceitou voltar ao pleito. No dia 11, assumiu sua candidatura, indicando que voltava não por conta própria, mas por aspectos da conjuntura nacional e eleitoral. Em sua autobiografia, o militar indicou que nunca deixara de ser candidato, mas apenas não concordara com os termos em que a movimentação entre o presidente e Jânio fora feita. Além disso, não tinha interesse em enfrentar Etelvino Lins, mas fora avisado por vários emissários que o governador paulista não apoiaria o ex-governador pernambucano, questão que o levaria a uma derrota certa, em sua perspectiva (TÁVORA, 1976c, p.55-57).

OESP deu grande destaque para o caso em seu noticiário, embora os editoriais tivessem se posicionado de maneira discreta (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 12/05/1955). Já o diário carioca enfatizou bastante a situação, indicando como manchete da edição do dia 12 de maio os seguintes dizeres: *JUAREZ INICIOU A LUTA ENFRENTANDO ETELVINO EM CASA*, com uma foto do militar deixando a residência do ex-governador pernambucano, tendo, momentos depois, divulgado uma nota assumindo a candidatura. No editorial do dia anterior, a UH já havia defendido a pluralidade de candidaturas, afirmando que quanto mais nomes concorressem, melhor seria para a democracia do país, consolidada por ter vários segmentos sociais representados (UH, *PARTO DA DEMOCRACIA*, 11/05/1955).

No entanto, no dia 12, o colunista Eloy Dutra não poupou críticas a Juarez, valorizando sua identidade, mas criticando sua conduta política. Em sua coluna, o jornalista teceu uma análise negativa relativa às indecisões e aos possíveis jogos de cena do militar, indicando que Etelvino era o candidato de direito, já que assumira no momento em que o “novo” nome abandonara o posto (UH, *JUAREZ*, 12/05/1955). Já no dia seguinte, a UH chamou a atenção para o fato de que a “volta” de Juarez era uma reação contra o grupo que arquitetara para Vargas ser deposto (chamado, na imprensa em geral, de *24 de agosto*), pelas possíveis traições que ele sofrera e que o levaram a desistir da candidatura (UH, *Reação à Traição da UDN: Juarez Cansou de Ser Usado Como Instrumento de Golpe*, 13/05/1955). E sua movimentação contava, além do PDC, com o PL e com a seção paulista do PSB, que lançara a ideia de convidar Alberto Pasqualini para ser vice (HECKER, 1998, p. 175).

Por fim, os editoriais manifestaram-se diretamente sobre as candidaturas, reafirmando as posturas distintas dos jornais. A UH expôs os pontos do porquê a candidatura de Juarez representava um ganho significativo para a democracia brasileira, indicando a movimentação de todas as outras e criticando os partidários da (novamente) famigerada União Nacional:

A CANDIDATURA Juarez Távora – nos moldes em que foi lançada e nas bases em que se procura firmar – vem demonstrar que os homens que aspiram cargos públicos no Brasil estão se voltando, afinal, para a verdadeira origem do poder, que é o povo, através do seu pronunciamento soberano (...) Soluções de cúpola (sic) não convencem mais ao povo, nem o entusiasмам, nem sequer o iludem mais. É esta diversidade de candidatos que aí está – candidatos para tôdas as tendências, para todos os gostos – constitui na verdade uma vitória da grande massa eleitoral brasileira, que deseja escolher com independência e sem pressões, o mais digno entre os que se julgaram dignos de disputar o seu sufrágio (UH, *VITÓRIA DO POVO*, 14/05/1955).

Na edição do dia seguinte, o editorial do OESP foi na direção oposta e criticou a movimentação de Juarez, indicando que o ponto mais valorizado pela UH seria, na verdade, o

mais problemático: a diversidade das candidaturas, que causaria confusão no eleitorado e que deixaria a disputa em aberto, sendo que qualquer um chegasse ao poder (maior receio das vitórias de JK, Jango e Ademar – nesse texto em específico, a preocupação maior foi com esse último nome):

Isto posto, verifica-se que não poderia ser mais precária a nova candidatura com que foi surpreendida anteontem a opinião publica nacional. Seu exito é mais que problematico, a menos que se registrem modificações substanciais na atual balança das forças eleitorais (...) ter-se-á a medida de que poderá advir ao País da desordem que, aceitando o insidioso aceno do sr. Janio Quadros, o sr. Juarez Tavora provocou nos partidos que se haviam congregado em torno do sr. Etelvino Lins desde a hora em que s. exa. dera a impressão de afastar-se definitivamente da luta sucessoria (OESP, *Renascem os perigos*, 15/05/1955).

Além disso, já há alguns dias a UH vinha chamando a atenção para o fato de que vários políticos e seções estaduais da UDN estavam declarando apoio a Juarez em detrimento de Etelvino, indicando o esvaziamento da candidatura do ex-governador de Pernambuco. Na capa do dia 16, o jornal carioca deu grande destaque para o fato, com a manchete “*EXIGIMOS JUAREZ!*” – *ESTOPIM DA REBELIÃO DAS MASSAS UDENISTAS!*, aprofundando a discussão em suas páginas e indicando que a seção paulista da UDN, bem como vários representantes do RS, CE, MG e DF defendiam a indicação do militar pelo partido (UH, “*Exigimos Juarez*”: *Estopim da Rebelião Das Massas Udenistas*, 16/05/1955).

No dia 18, o candidato do PDC concedeu entrevista dando declarações bastante polêmicas sobre a situação política. Fez um balanço do período que ficou no governo Café Filho, elogiando o trabalho do mandatário, mas criticando algumas pessoas (sem citar nomes) que viam no golpe militar a única forma de manter o controle do país. Além disso, vinha nesses últimos dias sofrendo ataques sistemáticos de grupos ligados a Etelvino, que buscaram seus erros no passado e passaram a repeti-los à exaustão, atacando sua honra (TAVORA, 1976c, p. 65).

O jornal carioca aproveitou as declarações e estruturou sua capa a partir desse ponto, indicando como manchete uma das frases de Távora: *CRISE POLÍTICA NÃO SE RESOLVE A BAIONETAS E SIM PELO VOTO POPULAR*, aprofundando em suas páginas o conteúdo da entrevista, publicando várias frases soltas do candidato que resumiriam seus pontos de vista, fazendo uma espécie de jogral entre as falas completas e as frases mais marcantes:

O GENERAL JUAREZ TAVORA, DEPOIS DE 30 ANOS DE EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA:

Crise Política Não se Resolve a Baioneta Mas Pelo Voto Popular

"Ao Assumir o Gabinete Militar Verifiquei Que o Golpe Estava Próximo. Havia Muita Gente Que Acreditava (e Ainda Acredita) Mais na Força da Baioneta do Que na Força do Voto" — "Este Soldado Nunca Mais Usará Sua Arma Para Ajudar os Outros a Gozar Posições" — Histórico Dos Acontecimentos Que Antecederam Sua Candidatura — "Um Homem Que Veste Calças Não Pode Desertar Numa Hora Desta" — "Estou Convencido de Que o Destino Deste País Não se Pode Modelar a Espada" — "Antes de Derramar o Sangue do Povo, Devemos Encetar Uma Campanha de Esclarecimento Eleitoral e Democrático: um País Não se Endireita Com Baionetas Mas Com Soluções de Voto Livre e Consciente"

— Como fiança de que vou dizer aos senhores, dou os meus trinta anos de sacrifícios, de lutas, de prisões e de exílio, em favor do Brasil — disse o General Juarez Távora iniciando seu primeiro contato com a imprensa, na A.B.I., depois do lançamento de sua candidatura à Presidência da República.

Desde as primeiras palavras o general se mostrou visivelmente irri-



tado com as críticas que lhe vêm sendo feitas, em vista do lançamento de sua candidatura, depois da apresentação do Sr. Etelvino Lins. O general expressava-se em termos veementes, usando expressões candentes, e não faltavam os murros na mesa.

"AO ASSUMIR A CHEFIA DO GABINETE MILITAR, VERIFIQUEI QUE O GOLPE ESTAVA PRÓXIMO"

Inicialmente o General Távora fez uma exposição da situação política criada após os acontecimentos de 24 de agosto, a fim de melhor situar-se dentro dele.

— Ao assumir a Chefia do Gabinete Militar — disse — comecei a minha tragédia. Pude ter uma visão exata da gravidade da situação nacional e tudo fiz para salvar as instituições. Desde logo pude aferir que não era com muito pouco tempo que iríamos salvar o Brasil dos erros do passado. A situação vexatória do país vinha de longe. Nessa ocasião eu e os meus companheiros militares chegamos à conclusão de que só os partidos políticos poderiam dar um rumo certo ao país. E, então, fizemos conjuntamente um apelo ao Presidente da República para que ele conclamasse aos políticos a fim de que se unissem para a reconstrução geral das coisas. Foi aí que vivi os dias mais trágicos de minha vida. Senti que havia atrado toda minha mocidade pela janela e ao chegar à velhice, deixaria aos meus filhos uma situação muito pior.

BAIONETA E NÃO VOTO

Sentia que havia muita gente — e gente de força — que acreditava (e ainda acredita) mais na força da baioneta, do que na força do voto. Os políticos não atendiam ao apelo do Presidente. E lá vir o Sr. Café Filho que os líderes políticos não desejavam carregar pedras para construir o Brasil. Estavam unicamente esperando que os militares usassem suas baionetas e os ajudassem a assar suas sardinhas.

"ESTE SOLDADO NUNCA MAIS USARÁ SUA ARMA PARA AJUDAR AOS OUTROS A GOZAR POSIÇÕES"

Sempre em termos fortes e incisivos, o general prosseguiu:

— Mas eu não me entrego ao meu passado nem de minha velhice. Fiz quatro revoluções, arrisquei minha vida na mocidade, quando se tem mais vida. Mas decidi que ninguém mais gozaria posições, através deste velho soldado. A essa altura, diante da atitude dos políticos que não atenderam ao nosso apelo de união, vi que seria uma deserção o que nós militares estávamos cometendo em não abrir uma frente para uma candidatura fosse ela minha, do General Canroberti, ou do Brigadeiro Eduardo Gomes. Deí, por isso, ao Partido Democrata Cristão a minha aquiescência ao lançamento do meu nome.

Imagem 48 – Destaque da edição da UH, do dia 18/05/1955, colocando uma foto de Juarez inflamado durante a entrevista e várias frases de efeito, indicando a força de seu discurso a partir dessa perspectiva.

Na edição do dia 20 de maio, OESP combateu de maneira veemente as declarações de Juarez, principalmente de que, no meio militar e no governo, existiriam membros golpistas. Embora tecendo elogios à figura do general, o jornal declarou que, do ponto de vista político, Távora vinha se contradizendo cada vez mais, atribuindo tal ponto a um possível descontrole emocional do militar:

Quem, com efeito, dentre os seus camaradas de armas e os seus companheiros de lutas aspira por uma solução que não seja democrática e elevada para o problema político brasileiro? Não se sabe a que atribuir a atitude que o levou a responsabilizar os seus próprios amigos pelo ambiente de suspeições criado em torno do pleito pela sucessão presidencial. Os seus intimos não explicam tal verrina senão pelo estado de nervos que a inviabilidade de uma candidatura provocou no candidato, inviabilidade, por se haver tornado essa candidatura um fator negativo de união que se processava entre as forças suscetíveis de reconduzir á normalidade a vida política nacional (OESP, *A verrina do general*, 20/05/1955).

Vários membros ou ex-ministros rebateram as acusações de Juarez em suas declarações, sendo que OESP deu destaque para as falas de Etelvino e a UH realizou uma entrevista com Lott, com ambos indicando que não visualizaram as mesmas coisas que Juarez

teria dito que vira no governo. Independentemente da veracidade das acusações, o cenário presidencial continuava turbulento e sem definições claras sobre os nomes a vice (Jango, o único confirmado, era cada vez mais defenestrado por vários setores)³⁸.

Em contraste, já há alguns dias ambos os jornais (em especial OESP) vinham noticiando as movimentações para a eleição do novo prefeito da capital paulista. No entanto, o principal ponto não era o debate entre os candidatos ou a escolha dos jornais, mas sim a apatia do eleitorado em relação ao assunto, pois o diário paulista indicava que não se via entusiasmo nenhum pelo assunto nas ruas. Embora na última semana houvesse ocorrido uma discussão maior sobre o tema, ainda sim o clima era de desânimo ou indiferença, segundo as páginas do diário paulista (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 22/05/1955).

O pleito foi realizado no domingo, dia 22 de maio, e desde o começo da apuração, o alto número de abstenções, mais do que o resultado em si, chamou a atenção. Em uma entrevista na qual abordava a sucessão presidencial, UH questionou Jânio em relação a esse dado na eleição paulista, tendo o governador demonstrado profundo descontentamento e indicado que tal aspecto demonstrava a grande desilusão do povo em relação ao processo eleitoral e, de maneira geral, com o próprio sistema político em si:

A propósito da abstenção no pleito de ontem, disse o sr. Jânio Quadros (...) “Decepção do povo. O regime está levando o desencanto às grandes multidões (...) Acredito que jamais na história de São Paulo, tenha por outro lado, um Executivo estadual revelado tanta insenção de ânimo em uma luta eleitoral (...) (UH, *JÂNIO QUADROS DECLARA: “O REGIME ESTÁ LEVANDO AS MULTIDÕES AO DESENCANTO”*, 23/05/1955).

As declarações foram condenadas por ambos os jornais. Já no dia seguinte, em editorial, a UH rebateu a fala de Jânio, indicando que o problema não era o sistema em si, mas sim as opções políticas que não teriam agradado o eleitorado e que as campanhas na capital paulista foram mal estruturadas por conta do pouco tempo disponível (UH, *A DEMOCRACIA NÃO MORREU*, 24/05/1955).

Já o jornal paulista manifestou-se sobre o assunto na edição do dia 26, após ter lamentado a iminente vitória, em São Paulo, de Lino de Matos, senador do PSP ligado a

³⁸ Em sua autobiografia, publicada em 3 volumes, Juarez Távora abordou essa temática no fim do segundo volume e boa parte do último livro, escrevendo em vários momentos que havia uma movimentação por um golpe de Estado, uma vez que a intenção de boa parte dos oposicionistas era de evitar a posse de JK e, principalmente de Jango. Um dos motivos de sua candidatura, inclusive, seria consolidar-se como oposição democrática para evitar um golpe de Estado (TÁVORA, 1976a, 1976b, 1976c). Por exemplo, quando realmente definiu que seria candidato, o ministro da Marinha teria refutado-o, dizendo que sua candidatura iria dificultar um possível impedimento dos candidatos do PSD e do PTB. Como resposta, Távora teria dito: “Esclareci que era esse um dos motivos por que eu me candidatava” (TÁVORA, 1976c, p. 62).

Ademar de Barros. Repercutindo o nível de abstenção (que foi de mais de 50%³⁹), OESP foi mais além nas críticas, indicando que o ocorrido seria uma forma de protesto e que o único responsável por aquilo era o próprio governador, que cometera a irresponsabilidade de candidatar-se e de ter ficado apenas um ano e meio no poder, levando junto consigo o vice-prefeito e abrindo espaço para esse pleito (que não deveria ter ocorrido) (OESP, *A neutralidade impossível*, 26/05/1955).

O mês de maio terminou tão (ou mais) confuso quanto começara, do ponto de vista das definições das candidaturas presidenciais. A intitulada Frente Populista tentou articular, novamente, o nome de Osvaldo Aranha, que recusou mais uma vez (a UH indicava que o grupo deveria ficar mesmo com o Ademar, enquanto que OESP ventilava a possível indicação de Lucio Bittencourt, candidato ao governo de MG). Quanto à campanha de Juarez, Alberto Pasqualini continuou sendo procurado para vice, mas também manteve o veto. Já em relação às campanhas de Etelvino e JK, pouco se escreveu sobre elas no período, tendo maior destaque o esvaziamento progressivo que a primeira vinha sofrendo, principalmente pelas seções estaduais da UDN.

Enquanto isso, a discussão sobre o número de candidatos voltou à tona, tendo em vista a predominante indecisão entre os grupos. OESP fez críticas, queixando-se que nem sabia quem era candidato, de fato, e que tal pulverização significava a quebra do sistema partidário brasileiro (OESP, *A mentalidade dos candidatos*, 28/05/1955).

No dia anterior, a UH havia publicado, no espaço de seu editorial, um texto do cientista social Hélio Jaguaribe sobre o assunto. Intitulado *DIVISÃO DE ÁGUAS*, o autor fez uma análise bastante aprofundada das candidaturas e indicou que elas representavam a movimentação entre as inúmeras forças do período, levando em conta a imagem de Vargas. Além disso, teceu inúmeras críticas à UDN, apontando que o partido representava a classe média, mas que essa estava cada vez mais deslocada da agremiação, caminhando para a candidatura Juarez e que os udenistas, tendo ciência disso, visualizavam a saída militar como a única coerente para sua presença no poder (UH, *DIVISÃO DE ÁGUAS*, 27/05/1955). Finalizando o editorial, Jaguaribe fez um prognóstico de uma possível polarização da disputa, arriscando os vencedores e, fazendo coro à UH, decretando a “falência” do partido do lenço branco:

A meu ver, a mais importante consequência (...) consistirá no fato de a principal luta eleitoral tender a se travar entre as candidaturas Juarez e Juscelino. Aquela, exprimindo a solução idealista e messiânica de raiz

³⁹ Dados podem ser conferidos em <http://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/sistema-paulistica>. Acesso em: 18 out. 2016.

pequeno-burguesa. Esta, exprimindo a solução realista e dialética, de raiz industrial-proletária. Aquela, tendendo para um autoritarismo, eventualmente ditatorial, do tipo Naguib-Nasser. Esta, tendendo para uma democracia trabalhista (...) A medida em que o programa econômico-social da candidatura Juscelino fôr sendo definido e compreendido, as fôrças verdadeiramente nacionalistas e trabalhistas tenderão a sufragar a chapa Juscelino-Jango (...) As fôrças latifúndio-mercantis, desmascaradas no âmbito da UDN, e privadas da possibilidade de desfechar o golpe militar, terão de se conformar em agir apenas como grupo de pressão, na linha do Clube da Lanterna (...) (UH, *DIVISÃO DE ÁGUAS*, 27/05/1955).

Por fim, nessa data, a convenção nacional do PSB homologou a candidatura de Juarez Távora (HECKER, 1998, p. 175-176). Em vários textos em datas posteriores, Domingos Velasco passou a justificar o apoio, dizendo que aquela campanha era a que mais se aproximava das demandas populares e nacionalistas defendidas pelo partido e que, mesmo sendo crítico das atitudes de Juarez, seguiria a orientação da agremiação (em alguns textos anteriores, o senador tinha dado a entender que o caminho natural do partido seria a candidatura de JK, mesmo esse sendo considerado conservador em relação às pautas defendidas pelos socialistas).

Diante disso, a conjuntura eleitoral e os posicionamentos podem ser sintetizados, até aqui, da seguinte forma:

Tabela nº 3 – Divisão das candidaturas e as posturas dos jornais OESP e UH

Chapa	Partidos	Jornais
Juscelino Kubitschek e João Goulart	Alas majoritárias do PSD e do PTB	UH manifesta simpatia e OESP é frontalmente contrária
Juarez Távora	PDC, PSB, dissidências da UDN e do PL	Posição dúbia de ambas as publicações (OESP e UH em caráter crítico, embora com opiniões oscilantes)
Etelvino Lins	Dissidência do PSD, alas majoritárias da UDN e PL, além do PR	OESP manifesta simpatia (mas crítica) e UH é contra (embora defenda seu direito de concorrer)
Plínio Salgado	PRP	Indiferença de ambas as publicações

Ademar de Barros	PSP e dissidência do PTB	UH manifesta simpatia e OESP manifesta total oposição
------------------	--------------------------	---

Foi nessa fragmentação eleitoral e indefinições por parte das consolidações dos campos de disputa, que o processo ganhou forma e caminhou para seus últimos meses, delimitando quem teria chances reais de vitória e como a conjuntura política estruturar-se-ia naquele contexto. De qualquer forma, ao ter contato com os jornais, eram nítidas as diferenças, existindo dois Brasis em suas páginas: pelo OESP, estávamos em uma crise representativa incomensurável, com as instituições ameaçadas pela volta da influência de Vargas ao poder, e esse aspecto deveria ser evitado a todo custo; já pela UH, o país demonstrava instituições sólidas, com várias alternativas políticas que, independentemente dos resultados eleitorais, valorizariam a democracia como forma e teriam a presença das demandas trabalhistas propostas pelo ex-presidente, sendo que esse aspecto causava incômodo em alguns grupos, que estariam se articulando para um possível golpe de Estado.

Para além da movimentação política, os jornais também relacionaram outros assuntos à conjuntura, indicando aspectos importantes para uma melhor compreensão sobre as ações desses veículos de imprensa no período. Ambas as publicações demonstraram preocupação de como os futuros pesquisadores enxergariam o período em si, denotando as intensas ocorrências daquela atualidade. Em editorial, a UH cravou que a grande vilã nos estudos sobre o período seria a grande imprensa, indicando o *Corvo* como o principal nome negativo naquele contexto, uma variável que atravancava o bom desenvolvimento do país por conta de seus interesses altamente egoístas:

Quando fôr escrita, sem paixões ou deformações, a história destes sombrios dias que o Brasil está vivendo, caberá sem dúvida à chamada “imprensa sadia” ou “imprensa amarela” um dos papéis de maior responsabilidade na degradação da vida pública brasileira. Através do emprêgo sistemático das armas da calúnia, da difamação, da intriga e da intimidação, êsse tipo de jornalismo, cujo simbolo mais expressivo entre nós é o órgão da Rua do Lavradio, não só representa um deplorável recuo na história de nossa imprensa, como se tornou um dos mais nocivos e maléficos instrumentos de desmoralização do regime e de desrespeito aos homens públicos responsáveis pelos destinos políticos e administrativos do Brasil (...) Não constitui mais segredo para ninguém que êsses jornais não só no Brasil, como em muitos outros países, estão a serviço de fôrças estranhas, antinacionais e antipopulares, e constituem os porta-vozes utilizados pelos “trusts” internacionais na sua faina secular pela permanente escravização dos

povos subdesenvolvidos ou economicamente dependentes. Os métodos pouco variam de lugar para lugar. A imprensa amarela é a mesma em todo o mundo (UH, *INFÂMIA, SEMPRE A INFÂMIA*, 28/03/1955).

Já em editorial do dia 07 de junho, OESP indicou a grande dificuldade que os historiadores, em específico, teriam para analisar o tema, pela grande variedade das candidaturas, falta de definição e, principalmente, pelo distanciamento popular em relação a toda a movimentação eleitoral, dando indícios de que a estrutura política no país estava falida e que tal aspecto seria visto, de maneira bastante negativa, pelos pesquisadores no futuro:

Embaraçados ficarão, certamente, os historiadores quando, passados muitos anos, examinarem a situação do Brasil nos dias de hoje. Diante da confusão política, em que estamos vivendo, quebrarão a cabeça á procura das linhas dominantes dessa politica e dos chefes que as traçaram. Nada encontrarão. Perplexos ficarão, provavelmente, com a ausencia daqueles e destas. Dificil lhes será compreender que uma Republica com cerca de 60 milhões de habitantes, com a vida politica organizada, não tivesse sabido, nas vespuras de eleições presidenciais, escolher o candidato que representasse as aspirações populares nem tivesse, para seu governo, a palavra de lideres autênticos que a todos inspirassem respeito (...) A essas excursões o povo mantêm-se indiferente, não lhe restando, sequer, a curiosidade de ver os candidatos e de falar com eles. Tudo se passa como se a batalha presidencial se fôsse travar em outro planeta e se interessasse aos noticiaristas preocupados com a necessidade de encher as colunas dos jornais onde trabalham (...) (OESP, *O embaraço dos historiadores*, 07/06/1955).

A questão do voto sempre foi uma constante nas análises do jornal paulista, principalmente pensando na “qualidade” do eleitor, ou seja, no grau de instrução daqueles que participavam no processo. Embora fosse proibido o voto aos analfabetos, OESP salientou, em vários textos, que acabavam encontrando-se subterfúgios para que esses participassem do processo, culminando em escolhas irracionais, prejudicando o bom andamento da democracia. Em editorial do dia 19 de abril, por exemplo, foi feito um ataque virulento à falta do rigor na fiscalização dos possíveis votos dessas pessoas, defendendo a ideia de uma democracia elitizada, uma vez que o diário paulista relacionava a falta de instrução da população ao voto irracional, ou seja, o sufrágio nos candidatos ligados a Vargas ou ao trabalhismo:

A exclusão dos analfabetos, que tanto tem sido discutida, tem um objetivo relevante e definido. Trata-se, nada mais, nada menos, da defesa da vontade da Nação. Visa o resguardo da pureza da manifestação, seja da maioria, seja da minoria, que aspira conquistar um dia o poder (...) Porque, do contrário, a vontade do eleitorado consciente continuará sendo esmagada, subindo aos parlamentos individuos do nível de alguns cujos nomes não precisamos escrever, porque são de todos conhecidos... (OESP, *Piores que os analfabetos*, 19/04/1955).

Ainda relacionada à conjuntura, o jornal paulista voltou a defender a necessidade de uma reforma política, exatamente para evitar possíveis irregularidades e “contratempos” na votação. Após declarações de Prado Kelly em defesa dessas mudanças, o editorial de 22 de abril, indicou que, caso a reforma não fosse feita, o único caminho que restaria seria o da ditadura, uma vez que a democracia entraria em declínio irreversível com as práticas deturpadas que continuavam a existir (e acobertadas pela lei):

Isto é um consolo para os democratas que, horrorizados com os escandalos eleitorais e temerosos da sorte da nossa Republica, estão convencidos de que a reforma eleitoral é quase um ponto de salvação publica. Se ela não se fizer, as eleições continuarão a ser a deturpação sistematica da vontade do eleitorado, ou melhor, da pureza das urnas (...) A eleição é, realmente, o alicerce de toda a democracia solida. Se não conseguirmos obtê-la teremos que renunciar aos nossos sonhos democraticos e a padecer as agruras de um regime de arbitrio e tirania (...) (OESP, *Compromisso*, 22/04/1955).

Para OESP e a UDN, a democracia deveria valorizar a participação não de todos os habitantes do país, mas sim daqueles que tivessem algum tipo de qualificação, principalmente pelos estudos formais, ou seja, nesse sentido, a democracia não deveria ser estendida a toda a sociedade, mas sim àquela parcela esclarecida da população, que escolheria pelos outros por ter melhor discernimento. Em uma espécie de resgate do modelo de democracia grega (BOBBIO et. all, 1998, p. 319-329), os pleitos de bases amplas eram bastante problemáticos, uma vez que a população pouco instruída era mais suscetível a escolher mal, sendo essa a justificativa dada para as derrotas da UDN até então, quer no plano nacional (dupla derrota de Eduardo Gomes para Dutra e Vargas em 1945 e 1950, respectivamente), quer no estadual (derrota de Almeida Prado e dupla de Prestes Maia para Ademar de Barros, Lucas Garcez e Jânio Quadros em 1947, 1950 e 1954, respectivamente).

Essa participação mais ampla, por outro lado, era uma das principais perspectivas defendidas pela UH e pelo PTB. A inclusão dos trabalhadores e pessoas com menor instrução era considerada uma das principais conquistas de Vargas por esses grupos, uma vez que esses cidadãos não podiam escolher e nem tinham representatividade, passando a ter espaço a partir da democracia instituída a partir de 1945. O jornal carioca defendia as demandas trabalhistas e parlamentares de partidos como o PSP exatamente pela identificação com essa perspectiva, no sentido de que representantes organizassem ou tutorassem as ações da população como um todo, atendendo suas demandas. Embora esses representantes devessem manter diálogo com a iniciativa privada, seu foco seria as demandas sociais, indo ao encontro dos interesses dos mais desvalidos, que seria seu público-alvo.

Ambas as publicações e grupos partidários tinham como enfoque a conquista e o controle do poder, embora sob vieses distintos. OESP defendia a maior qualificação do eleitorado para escolher os representantes apoiados pelo jornal, partindo do princípio de que a maioria do eleitorado brasileiro não os escolheria. Já a UH defendia a manutenção do sistema eleitoral como estava, uma vez que dava o direito ao voto exatamente àqueles que deveriam ser restringidos segundo a UDN, já que essa parcela do eleitorado era mais voltada aos políticos ligados ao PTB.

Finalmente, esses dois principais aspectos marcaram a conjuntura política do país naquele momento. Faltando pouco menos de três meses para o processo eleitoral, a arena ainda continuava fragmentada, com os principais grupos discutindo sob a viabilidade ou não de determinados candidatos e, em alguns casos extremos, sobre a conveniência ou não da realização de um pleito eleitoral. Dentro dessas divergências e desencontros, o cenário político começava a ganhar suas formas definitivas para a definição do novo presidente, sendo acompanhado pelas publicações, ávidas em informar e, sobretudo, participar de todo o processo.

5.3 Momentos de interlocução e a definição das candidaturas

Seguindo os aspectos construídos em suas culturas políticas, a UH manteve o tom crítico em relação ao governo Café Filho e OESP continuou na defensiva. E, ainda em relação ao processo eleitoral, o jornal paulista passou a cobrar publicamente, do governo e da UDN, uma maior participação na campanha de Etelvino, que estaria sendo “rifado” por vários setores de ambos os grupos, citando o caso de Eduardo Gomes, que não teria concordado com a indicação do ex-governador pernambucano, mas que entrou na campanha dele para honrar o compromisso partidário (e que todos deveriam fazer o mesmo) (OESP, *Os partidos e os homens*, 05/07/1955).

No entanto, tal perspectiva conclamada pelo jornal paulista parecia longe da realidade. No dia 10 de junho, Odilon Braga enviou uma carta para a direção da UDN pedindo para o partido deixar a candidatura Etelvino e juntar-se a Juarez, indicando que faria isso e que, por conta dessa ação, colocava seu cargo de deputado à disposição do partido (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 11/07/1955). O político udenista fora candidato à vice-presidência em 1950, e presidente do partido até 1952, sendo um dos principais nomes e fundadores da legenda. Por isso, sua movimentação repercutiu intensamente no meio político e, no dia 12 de junho, a edição do OESP divulgou que o deputado deveria renunciar ao cargo e, de fato,

apoiar Távora, uma vez que essa seria a melhor opção para derrotar JK e Jango, na perspectiva do político udenista (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 12/07/1955).

Ao mesmo tempo, o PSD mantinha de pé a candidatura de Jango como vice; Ademar, por sua vez, começou sua movimentação eleitoral no Brasil, elevando as reações negativas do jornal paulista contra tais aspectos e reforçando o princípio da pluralidade indicada pelo diário carioca em suas páginas. A UH repercutiu rapidamente o caso de Odilon Braga no dia 13 de junho, indicando que a ruptura era definitiva dentro das hostes udenistas:

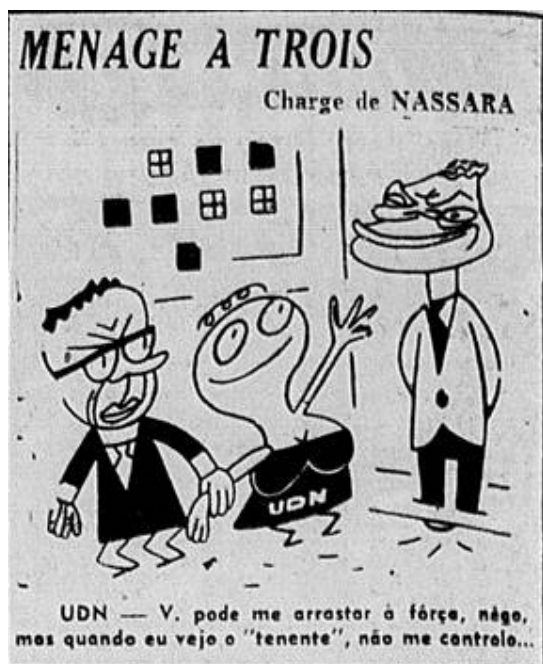


Imagem 49 – Charge publicada na UH, em 14/06/1955, indicando a UDN como uma mulher entre dois homens. A associação do partido com uma personagem feminina e com características relacionadas a atos sexuais foi utilizada várias vezes por Nassara ao longo das edições, trabalhando tal ponto como uma forma de desqualificar a agremiação.

Paralelo aos acontecimentos no Brasil, o noticiário internacional ganhou amplo espaço e era problematizado, principalmente no diário paulista, sendo que em alguns casos várias comparações foram feitas com a situação brasileira. Um desses paralelos foi a grave situação na Argentina, divulgada há algum tempo por ambas as publicações (em especial OESP) dando grande ênfase à disputa entre Perón e membros da Igreja Católica, uma vez que o líder argentino resolvera diminuir o espaço de ação da instituição na política argentina que, por sua vez, acusava o presidente de interferência em sua organização (TORRE, 2002). Em 09 de junho, feriado de Corpus Christi, a passeata de celebração acabou virando um grande protesto contra o governo e, uma semana depois, um levante de parte do Exército ocorreu em Buenos Aires, sendo abafado, mas causando grande impacto no país, com mais de 400 mortos (TORRE, 2002).

A imprensa, de maneira geral, teceu aproximações entre as duas situações, uma vez que a política peronista era considerada, pelos opositores de Vargas, muito próxima das ações realizadas pelo ex-presidente no país e, por conta disso, as publicações (OESP já tinha feito isso algumas vezes, mas anterior a esse processo) indicavam que o mesmo poderia acontecer no Brasil, caso os partidos ligados ao varguismo fossem eleitos. Desse modo, a conjuntura argentina passou a ser, cada vez mais, relacionada à brasileira, uma vez que, dentro dessa perspectiva, o futuro brasileiro poderia ser o presente argentino (isso aconteceria, obviamente, se JK e, principalmente Jango, fossem eleitos). Ao tecer comentários sobre uma declaração de Afonso Arinos na Câmara, na sessão do dia anterior, o jornal paulista endossou a comparação feita pelo parlamentar, demonstrando a convergência de ideias entre essas perspectivas:

Nenhum exemplo, com efeito, serviria mais á nossa meditação do que as consequências da ditadura peronista. Peron, de certo modo influenciado pelo “Estado Novo” brasileiro subjugou o grande povo vizinho com os acenos demagogicos ás massas, prometendo aos “descamisados” áquilo que Getulio Vargas prometera aos “humildes” daqui e o mesmo que Jango, Juscelino e A. de Barros prometem agora ás camadas menos esclarecidas (...) A experiencia de 1937 e de 1945 parece não ter deixado o mais leve traço na memoria dos nossos democratas. O exemplo argentino, que resistiu mais ao tempo e nos alcança agora em plena campanha, oferece-se á nossa meditação e nos aconselha a mudar de rumos e processos (...) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 18/06/1955).

No editorial do dia 18 de junho, a UH condenou a comparação do político argentino com nomes como Jango, Ademar e JK, indicando que não fazia sentido a aproximação como vinham fazendo vários órgãos da imprensa (UH, *A LIÇÃO ARGENTINA*, 18/06/1955). Além disso, o jornal carioca apontava as contradições da chamada *imprensa amarela*⁴⁰ que criticava o presidente argentino por seus possíveis rompantes ditatoriais, mas que apoiava, sem grandes constrangimentos, ações de Salazar, em Portugal e de Franco, na Espanha, por exemplo (UH, *A LIÇÃO ARGENTINA*, 18/06/1955).

OESP, embora partidário da comparação criticada pelo jornal carioca, deu maior espaço para as notícias das ocorrências (embora mantivesse seu posicionamento a favor dos membros da Igreja e do Exército que tentaram o golpe contra o líder argentino). A UH manteve também sua perspectiva, publicando inúmeras imagens do ocorrido e criticando Perón, embora tendo indicado que os militares golpistas eram tão culpados quanto ele. Na

⁴⁰ Também conhecida como *imprensa marrom*, possui várias explicações para suas origens, mas todas convergem para um sentido parecido: é um conjunto de jornais ou difusores de informações, em geral, com conteúdos sensacionalistas que, muitas vezes, distorcem a verdade para ganharem mais notoriedade (MELLO, 2009, p. 273-274).

edição do dia 22 de junho, a publicação de Wainer estruturou um texto com a imagem de Vargas, dizendo que ele tinha se matado exatamente para evitar o conflito que estava ocorrendo no país vizinho, colocando-o como um mártir (e não como um vilão, como vários outros periódicos estavam fazendo):

Entre nós, o perigo não passou... Em 24 de Agosto poderíamos ter vivido o mesmo instante de pânico e dor, a mesma explosão de crueldade e desespero. Getúlio evitou-o, com a grande generosidade de seu coração de chefe. Chefe no grande sentido. Não era êle o chefe de uma Ditadura, e sim de uma Democracia! (...) Getúlio impediu que isso acontecesse, com o gesto viril de seu próprio sacrifício. Só o seu sangue foi derramado. Só a sua vida foi extinta, numa profunda prova de amor aos humildes. E, surpreendendo os seus inimigos no frenesi do golpe de Estado, naquela manhã de 24 de Agosto, Getúlio garantiu para o Brasil a continuidade da vida democrática. Êle foi, entre nós, na emergência, o único e grande e inesquecível mártir da Intolerância! (UH, *Getúlio se Matou Para Evitar Que Isso Acontecesse no Brasil!*, 22/06/1955).

Na conjuntura brasileira, a situação continuava nas mesmas condições, até ser confirmada o fim da candidatura de Etelvino Lins. No dia 23 de junho, o ex-governador de Pernambuco declarou que renunciava ao processo eleitoral, embora não detalhasse os motivos e não declarasse apoio a ninguém (BENEVIDES, 1981, p. 95-96). A UH apontou (mas não em seu editorial), nessa mesma data, que Etelvino deveria migrar para o grupo de Juarez, embora tentasse mobilizar, junto com Dutra e outros nomes militares e da própria UDN, novamente a candidatura de Canrobert Pereira como solução de conciliação (UH, *Etelvino Após a Renuncia Tenta Coordenar Canrobert*, 23/06/1955), embora o nome do ex-chefe da Casa Militar já estivesse consolidado na disputa.

No dia seguinte, ambos os jornais se posicionaram, de maneira mais enfática, em relação ao caso. Em editorial, OESP lamentou a decisão, mas teceu inúmeros elogios ao ex-candidato, indicando que saía íntegro, da mesma forma com que tinha entrado. Embora várias outras publicações tenham enfatizado que tal movimentação fora política, o jornal indicou que a postura fora particular e procurou minimizar as divergências entre os grupos e o próprio Juarez Távora, anunciando que Eduardo Gomes e outras lideranças buscavam um novo nome para congregar as forças oposicionistas (deixando implícito que o ex-governador pernambucano não conseguira tal ato):

Mantendo a mesma linha de serena dignidade com que tem participado das combinações políticas para a sucessão presidencial, o sr. Etelvino Lins renunciou à sua candidatura, aceita, em momento de (...) dificuldades partidárias, para resolver uma crise que se apresentou com alguma gravidade

(...) Lembrem-se de que o que está em jogo são o destino do Brasil e a vida da nossa democracia. Qualquer deslize político, que favoreça a candidatura do ex-governador mineiro, será irreparável (OESP, *O problema presidencial*, 24/06/1955).

Já o jornal carioca utilizou um tom bem distinto, dizendo que o político pernambucano saíra da campanha por rejeição da UDN e não, necessariamente, por uma opção própria. Em seu editorial, a UH fez pesadas críticas ao ex-governador (reforçando o tom que já vinha utilizando há vários meses), além de indicar, novamente, o desfacelamento da UDN (já alardeado na convenção nacional, que definira o próprio Etelvino como candidato):

A luz dos fatos políticos, a retirada da candidatura Etelvino Lins tem uma significação especial. Demonstra que o ambiente político nacional não admite, no momento, um aspirante ao Catete da tendência reacionária do ex-Chefe de Polícia da Ditadura. Por isso mesmo, o eleitorado da UDN aderiu abertamente à candidatura do General Juarez Távora, desde o seu lançamento, ficando em torno do Sr. Etelvino apenas alguns figurões da cúpula udenista. Os líderes mais espertos do partido da “eterna vigilância” foram mesmo logo arrastados pela força magnética do eleitorado ao beijamão do general, enquanto outros permaneceram ainda namorando a candidatura potencial do General Canrobert Pereira da Costa (...) (UH, *A ATUAL CAMPANHA POLÍTICA NÃO FUGIRÁ AOS MOLDES DEMOCRÁTICOS*, 24/06/1955).

Nesse mesmo dia, em um pronunciamento, Etelvino apontou as condições gerais que o fizeram desistir da candidatura, embora tenha dado a entender que o principal motivo teria sido o abandono de grupos que declararam apoio e voltaram atrás, citando como exemplo o caso da seção catarinense do PSD (dissidência liderada por Nereu Ramos) que havia declarado apoio a Juarez (OESP, *O MOMENTO POLÍTICO*, 24/06/1955). O senador catarinense respondeu, em pronunciamento no dia 28, indicando que não se sentia obrigado a apoiar Etelvino e que a desistência desse nada tinha a ver, de fato, com possíveis ações dele ou de qualquer outra liderança pessedista (UH, *NEREU RAMOS APONTA A ETELVINO O RUMO CERTO DOS DISSIDENTES*, 29/06/1955). Ambas as falas foram muito destacadas pela UH (que ficou do lado de Nereu) e pouco destacadas pelo OESP, que focou mais nas negociações para a estruturação de um novo candidato (nesses dias, o apoio a Juarez era dado como certo, mas não era um fato desejado pela publicação paulista).

E, apesar de todos os desencontros e da antipatia do OESP, tudo caminhava para que a UDN apoiasse a candidatura de Juarez Távora. Ambos os jornais destacaram que o principal entrave era Carlos Lacerda, que não aceitava essa aproximação. Entusiasta da candidatura de Etelvino, o jornalista já dera demonstrações de que não concordava com a realização do pleito

em si, indicando que o êxito deveria ser de JK ou de Ademar, já que a população ainda estava influenciada, emotivamente, pela morte de Getúlio (DULLES, 1992, p. 206). Além disso, vários livros sobre (ou que citam) o proprietário da TI relataram que sua aversão ao militar era por conta do apoio ostensivo de Jânio Quadros, nome que ele via como um possível concorrente dentro das hostes udenistas, pensando até em futuras eleições presidenciais. Nos últimos dias de junho e início de julho, foi feita uma campanha intensa nas páginas de seu diário, com termos bastante pejorativos contra seus dois novos “desafetos” (MENDONÇA, 2002, p. 170-171).

No entanto, o presidente da UDN, Milton Campos, estaria se mobilizando para tecer o apoio e, mais do que isso, procurar um vice para o ex-chefe da Casa Militar em meio aos inúmeros nomes especulados por ambos os jornais nos últimos dias de junho e primeiros dias de julho, sendo que o seu próprio nome seria um dos mais comentados para o cargo, ainda que o presidente udenista dissesse não almejar tal posto.

Por conta de suas publicações na TI, Carlos Lacerda voltou a ser o nome da vez no contexto político. Durante o segundo semestre de 1954, passou boa parte do tempo na Europa, fixo em Portugal, mas também passando por outros países (MENDONÇA, 2002, p. 167-168) e, embora tratasse de política em suas movimentações, procurou não se envolver, diretamente, na organização das chapas (até por ainda ser um nome muito em voga, por conta da morte de Vargas). No entanto, agora que voltara ao país e já havia um certo distanciamento dos acontecimentos de agosto de 1954, passara a uma atitude mais ativa, procurando interferir novamente nos desdobramentos eleitorais para a presidência do Brasil (MENDONÇA, 2002, p. 168-169).

No editorial *Não Haverá Outro Toneleros!* (cujo título foi o mesmo utilizado na manchete), a UH indicou que Lacerda buscava um novo “cadáver político” para alimentá-lo, indicando que ele iniciara uma campanha de ódio contra Juarez, utilizando seu jornal e a rádio para alimentar tais ignomínias:

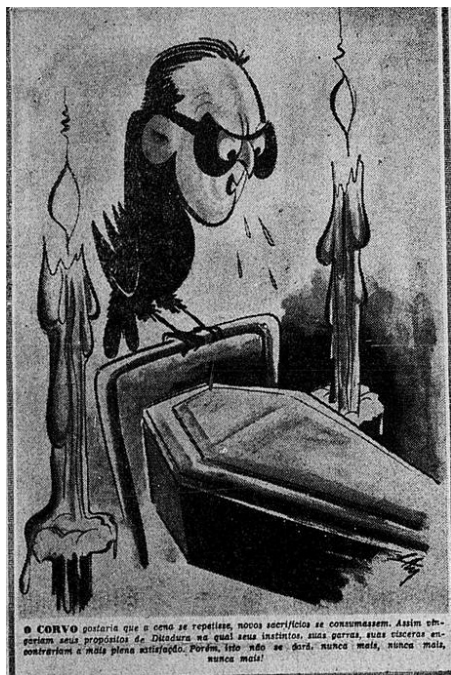


Imagem 50 – Publicada na capa da UH do dia 01/07/1955, a charge faz referência à “busca” do Corvo por um novo suporte para subir na política, como teria feito com o major Vaz.

Nesse mesmo dia, em sessão da Câmara, Lacerda fez um pronunciamento extremamente polêmico, argumentando que a crise política no Brasil era muito intensa e que, por conta disso, proporia uma lei para criar um governo de exceção no país até o fim do mandato de Café Filho, mantendo a ordem para a organização do processo eleitoral que ocorreria em outra data, já que tais atos eram necessários para “a elaboração de uma nova lei eleitoral, de nova lei dos partidos e para a revisão do corpo eleitoral, a fim de se restaurar a democracia no Brasil, acabando com a farsa em que estamos vivendo (...)” (BRASIL, 1955, p. 3791).

No dia seguinte, a UH não citou Lacerda diretamente em sua capa, mas deu amplo espaço para um outro discurso, de Leonel Brizola, indicando que Etelvino Lins estaria financiando vários grupos e ações (incluindo as movimentações de Lacerda) para instituir um golpe de Estado no país (UH, *ETELVINO FINANCIA O GOLPE COM AS SOBRAS DA CAMPANHA ELEITORAL*, 02/07/1955). Em relação ao parlamentar da UDN, o jornal carioca também enfatizou que ninguém na Câmara aplaudira o discurso do dono da TI, indicando sua desmoralização perante o Legislativo (e sua própria bancada) e sua irrelevância perante a política institucional brasileira (UH, *RESTAURAÇÃO DO “CORVO”*, 02/07/1955).

OESP noticiou o caso e condenou a atitude do jornalista deputado, indicando que sua tese era insustentável, mas que ele tinha o direito de professá-la (o periódico condenou ação de Último de Carvalho, deputado mineiro pelo PSD, que queria punição ao representante da

UDN por sua fala) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 02/07/1955). Na edição do dia seguinte, embora o jornal não tivesse citado o nome de Lacerda, repudiou novamente, agora de maneira veemente, a fala relacionada a um golpe de Estado no Legislativo, defendendo que não havia espaço para tais discussões em uma democracia já consolidada, como era o caso do Brasil:

Delicioso país este em que se discutem no Parlamento como se se tratasse de assuntos corriqueiros e como se tais atentados não precisassem de ser objeto de conluíus secretos entre os que possuem forças para desferi-los! (...) Não acreditamos que, sinceramente, os desesperados com a situação atual estejam convencidos de que para os males dessa situação só há um remédio que é o golpe e que manter a Constituição intacta é favorecer a disseminação desse mal. Presas de um desespero infinito essas pessoas preferem o pior imediato ao bom demorado (...) (OESP, *Dos golpes*, 03/07/1955).

Na edição do dia 04 de julho, a UH também se manifestou, de maneira mais incisiva, sobre o caso em editorial, indicando que os “golpistas” estavam em minoria, mas contavam com amplo descontentamento de vários setores para proliferarem (como acontecera em 1954, com Vargas), além de anunciarem que esse grupo teria indicado o general Canrobert Pereira como líder militar do levante, sendo que esse não estaria envolvido:

Todos nós sabemos que não são muitos os golpistas. Serão cinquenta, no máximo, os agentes da insubordinação. Mas, agem como tropa de choque, dinâmica e impetuosamente. As intrigas são urdidas, sob as vistas do Sr. Etelvino Lins, antigo Chefe de Polícia do Estado Novo. Dêste velho instrumento da mais negra reação recebe também normas de conduta o Corvo Lacerda. Dois ou três jornalistas categorizados na profissão de intrigar e mentir dão curso, através dos jornais a que servem, aqui e em São Paulo, às versões destinadas a meter medo... (UH, *50 CONTRA 50 MILHÕES!*, 04/07/1955).

Mesmo com toda essa repercussão, Lacerda não voltou atrás em relação às suas declarações. Pelo contrário, em sessão do dia 04 de julho, o deputado fez um discurso mais longo, estruturando um relato histórico da política brasileira desde o século XIX e, de certa forma, sintetizando toda sua visão política (vários desses aspectos eram muito comuns à UDN e ao OESP, sendo que, no início do discurso, pediu para ser anexado o editorial do jornal paulista *A liquidação do Congresso*, publicado na íntegra no início de sua fala⁴¹). Após

⁴¹ No registro oficial da Câmara dos Deputados, Lacerda indica que o editorial fora publicado no dia 20 de junho. No entanto, esse texto apareceu na edição do dia 30 de junho, trazendo linhas bem pessimistas, uma vez que, na visão de Júlio de Mesquita Filho, o Congresso que ali estava não possuía muita serventia e nenhuma competência para exercer as funções delegadas, dando a entender que seria melhor fechá-lo e transferir sua competência para outro órgão, além de demonstrar grande desânimo em relação à política de maneira geral

condenar toda a conjuntura e indicar que o cenário do momento era apenas um reflexo de golpes, o orador enfatizou um dos principais aspectos levantados por Júlio de Mesquita Filho em seu jornal, a falta de educação cívica da população para participar das eleições, uma vez que essa massa fora inserida no jogo eleitoral por Vargas, a partir de 1930, para ser manipulada e servir aos propósitos do grupo que estava no poder. O Estado Novo teria sido o ápice do controle do povo e, naquele momento, todos sentiam os efeitos nefastos dessas ações:

De tal forma êste processo se apurou, que golpes sucessivos e sucessivas revoluções continuaram o ciclo dos movimentos de exceção, ainda não encerrados até hoje neste País, pois esta Câmara é filha de dois golpes: o de 37, na sua maioria, e o de 45, na sua minoria (...) Quando interrompido o processo de educação do povo para a democracia, as novas gerações não tiveram a oportunidade, que noutros tempos se lhe assegurava, de preparar-se para a vida pública. O povo foi sistematicamente deseducado nas paradas do Estado Novo. Nenhum outro resultado havia a esperar senão aquele de 45, e, ainda pior, aquele de 50 (...) (BRASIL, 1955, p. 3844).

Depois de construir um arcabouço argumentativo sobre a política brasileira dos últimos 100 anos, o deputado consolidou sua tese, embora tivesse maior cuidado ao colocar seus termos: não defendeu, necessariamente, um regime de exceção, mas sim que o Legislativo delegasse seus poderes para o Executivo por um certo tempo, indicando que os representantes daquela instituição não possuíam moral nem legitimidade o suficiente para continuarem suas funções (além dos sujeitos políticos de maneira geral, já que Lacerda não poupou críticas nem aos próprios partidos, considerados grupos de ficção):

Sr. Presidente, mais tarde ou mais cedo, no processo de revalorização das instituições para dar autenticidade à democracia brasileira, para que a massa popular possa intervir no processo eleitoral sem as deformações a que é submetida pela miséria, de um lado, dos problemas sem solução real, e, de outro lado, pela propaganda deformante e pela corrupção desenfreada; mais tarde ou mais cedo será indispensável – e antes cedo do que tarde demais – conceder plenos poderes a fim de que o Poder Executivo possa legislar sobre aquilo que, em causa própria, não pode fazer o Legislativo, (*protestos*) – uma lei que permita a criação e o funcionamento de partidos autênticos no Brasil (*não apoiados*), para a criação de um corpo eleitoral expurgado dos vícios que atualmente o deformam, de tal modo que se acabe com os currais eleitorais e se dê ao voto a verdade sem a qual o voto é pior que a ausência dele, porque é a consagração da desonestidade (...) (BRASIL, 1955, p. 3846).

(OESP, *A liquidação do Congresso*, 30/06/1955). Toda a argumentação do discurso de Lacerda seguiu a mesma base do editorial, mantendo a melancolia e aumentando o tom nas acusações contra seus adversários.

Esse último discurso causou reações contrárias até da própria UDN. Nas edições do dia 06 de julho, tanto OESP quanto a UH publicaram uma nota de Afonso Arinos, garantindo que o partido não tinha o mesmo posicionamento de seu ilustre deputado jornalista e que não concordava com nenhuma perspectiva de golpe ou mudança de orientação política (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/07/1955; UH, *HERESIAS DO CORVO*, 06/07/1955).

Embora o jornal paulista não tivesse ido além da publicação dessa nota, o diário carioca não poupou o dono da TI. Na coluna *REVISTA DOS JORNAIS*, Octávio Malta chamou as tentativas de influência no processo eleitoral, por parte de Lacerda, de “poder corvino”, ridicularizando suas atitudes e dando amplo destaque para a oposição feita pelo líder dos udenistas na Câmara. Já na coluna *Atire a Primeira Pedra*, Eloi Dutra traçou linhas extremamente duras e pesadas contra o *Corvo*:

Na verdade o deputado Lacerda nunca foi democrata coisíssima nenhuma. É um agitador a serviço do Ódio. Hoje toda Nação reconhece isso. O seu modo vêsgo de enxergar as coisas é a própria expressão do seu mundo interior, intoxicado pelos mais legítimos e penosos complexos (...) Essas idéias téticas, próprias de quem sofre de arritmia política, terão por certo o repúdio de todo brasileiro de bom-senso, até porque não é crível que êsse deputado ex_comunista, ex_democrata e atualmente integro-perônico-nazi_fascista, viva a encher a boca de ameaças dirigidas à ordem democrática, como se vivesse num país de zoilas estupidificados pelas suas arengas estereofônicas (...) Mas é necessário que se compreenda êsse ódio: não é o ódio impulso, o ódio emoção. É o ódio frio, calculado. Ele age em relação ao país e aos seus semelhantes com a mesma naturalidade da criança que fura o olho do passarinho pra ver o que tem dentro. Se mais desgraças acontecerem a êste país, só um culpado existirá por elas: Carlos Frederico, o Rasputin de Vassouras, frio e calculista, ambicioso e ególatra, cruel e desalmado (UH, *O Ódio*, 06/07/1955).

Uma semana depois, na capa da edição do dia 13 de julho, a UH publicou declarações de representantes de todos os partidos condenando uma possível movimentação militar, indicando que tal reação ocorreu após uma fala de Café Filho à UH, garantindo a manutenção da Constituição e dos direitos civis e políticos a todos (UH, *Enquanto se Mantiver na Linha Antigolpista Café Filho Será Prestigiado Pelo Congresso!*, 13/07/1955). Dois dias antes, o jornal carioca publicara uma entrevista com Hélio Jaguaribe, na qual ele chamou a perspectiva de um possível golpe de “ato de gangsterismo político” (UH, *“O Golpe é Ato de Gangsterismo Político”*, 11/07/1955):



Imagem 51 – Charge publicada no dia 02/07/1955 na UH, indicando e já alertando o caminho que o processo eleitoral estaria tomando.

Embora as declarações e ações de Lacerda tivessem movimentado as páginas dos impressos, não causou nenhuma mudança estrutural na definição para as candidaturas à presidência. A UDN continuava discutindo o apoio ao Juarez e o nome de Milton Campos como vice era cada vez mais certo, além de que a campanha de Ademar continuava se estruturando, embora novamente seu pedido de *habeas corpus* fora negado pelo STF e existia um risco iminente de ele ser preso (SAMPAIO, 1982, p. 88-89), já que havia muitas evidências contra o político paulista no caso de compras de carros, durante seu mandato como governador.

Esse fato foi bastante comentado (e comemorado) pelo OESP e condenado pela UH, que passou a dar amplo destaque para o ex-governador de São Paulo (que chegou a declarar, em entrevista ao jornal em 09 de julho, que iria até o fim, cometendo todos os extremismos possíveis, se preciso, pelo direito de ser candidato), indicando ser ele vítima de perseguição política (UH, *DEFENDEREI ATÉ COM SANGUE O DIREITO DE SER CANDIDATO*, 09/07/1955). Embora sem citar a UH, na edição do dia 14 de julho, OESP criticou a imprensa carioca em geral, indicando que os jornais do Rio de Janeiro estavam enaltecendo Ademar por não o conhecer bem, já que ele teria cometido inúmeras irregularidades e suas próprias pendências na justiça já eram mais do que suficientes para provar sua falta de honestidade (OESP, *O compadrio ademaresco*, 14/07/1955).

Por fim, nessa mesma data, as candidaturas de Juarez e Milton Campos foram confirmadas pela UDN (BENEVIDES, 1981, p. 95-96), ratificando uma parceria já esperada há alguns dias. Em suas páginas, OESP repercutiu o fato e, contradizendo suas várias críticas à campanha do militar em edições anteriores, declarou apoio à chapa, conclamando as classes populares a votar de maneira consciente a favor do agora candidato oficial do jornal:

Ao lado do ilustre militar, deve figurar na chapa o sr. Milton Campos, ex-governador de Minas e atual presidente daquele partido. Se assim acontecer, teremos uma chapa em que se pode votar sem receio. São ambos homens de integridade moral e conscios das suas responsabilidades (...) Para a vitória dos homens de bem, é indispensável que não haja abstenção nas urnas e que as classes médias e superiores cerrem fileiras em torno deles (...) Os atos precisam completar as palavras. Quem quiser que as coisas melhorem terá que concorrer com o seu quinhão de esforços para que elas, de fato, melhorem (...) Do comodismo das chamadas classes superiores é que os aventureiros têm obtido o mais eficiente dos concursos para satisfação das suas ambições (...) O pleito, que se avizinha, será, provavelmente, o último, durante muitos anos, se as urnas continuarem entregues a um eleitorado que não raciocina e que se deixa facilmente seduzir pelos demagogos mais atrevidos. A eleição de outubro vai ser a suprema experiência democrática do Brasil. Ela nos dirá se estamos preparados, ou não, para a vida democrática. Por ela é que viremos a saber se o sufrágio universal é, ou não, uma calamidade para o povo brasileiro (OESP, *Candidaturas finais*, 15/07/1955).

Esse apoio “repentino” à candidatura do militar era fruto, contudo, da ampla oposição feita à movimentação por Etelvino Lins, já que a própria UDN parecia não estar empolgada com o ex-governador pernambucano. Mesmo fazendo oposição a Jânio Quadros no estado e comungando com várias ideias de Lacerda, Júlio de Mesquita Filho discordou desse último e viu-se obrigado (mesmo com bastantes ressalvas) a convergir com o primeiro na divulgação e defesa de Juarez Távora como o novo presidente da República, uma vez que via esse nome como o único possível para derrotar JK ou Ademar (OESP, *A candidatura Juarez Távora*, 29/07/1955).

Como já tinha feito em vários outros textos, o jornal condicionou, novamente, a vitória das candidaturas defendidas pela publicação à sobrevivência do sistema democrático. E, em relação à vice-presidência, Milton Campos era o único que negava a própria candidatura, já que a imprensa em geral e o meio político já davam como certa sua indicação (embora alguns não concordassem) e seu próprio partido já tinha declarado seu nome ao cargo. E, como já demonstrado em outras ocasiões, a UH era simpática ao nome do ex-governador mineiro, dando a entender que esse seria um nome importante, escrevendo que havia bons homens na UDN e que o político mineiro era o principal representante da integridade dentro do partido, sendo o vice-ideal para qualquer postulante à presidência:

Homem puritano, culto, cordato, amigo da tranquilidade, da leitura séria, de sensibilidade e leal como poucos, o sr. Milton Campos nem parece uma figura dos quadros dirigentes daquela UDN descontrolada, convulsiva às vezes, abracadabrante (...) inimiga do povo. A sua presença, na posição de vice, na chapa presidencial do general Juarez Távora será um fato louvável, pois dêsse modo o partido poderá dar maior relêvo a um líder em torno do

qual poderão se agrupar, para a prática de uma política de real democracia, e não de histerismos alarmantes, o que de saudável, de útil ao País, de realmente cívico existe, de fato, no partido que surgiu num momento histórico da vida brasileira (...) (UH, *Milton Campos Poderá Salvar a UDN*, 16/07/1955).

Entretanto, as distensões dentro das candidaturas e na relação com os próprios jornais continuavam. Mesmo convergindo em alguns aspectos com Jânio Quadros por conta da candidatura de Távora, OESP condenou algumas ações do governador, como a sua decisão de licenciar-se do cargo para coordenar a campanha de Juarez. Entre vários textos contrários aos atos do ex-prefeito de São Paulo, o diário de Júlio de Mesquita Filho pediu, abertamente, a renúncia do político ao Executivo paulista, uma vez que ele poderia, assim, dedicar-se mais à campanha e deixar o estado ser governado, de fato (OESP, *Os escrupulos do governador*, 20/07/1955). A licença foi aprovada pelos deputados estaduais paulistas no dia 22 e o político integrou-se na campanha, tornando-se um dos principais nomes da candidatura e buscando angariar inúmeros votos, principalmente em seu próprio estado (tentando fazer frente, sobretudo, à campanha de Ademar).

O fantasma do golpe ainda rondava a discussão política. Embora não houvesse um temor generalizado, era um assunto incômodo e que, em períodos distintos, aparecia e causava intensas discussões. Na coluna *Revista dos Jornais*, Octavio Malta apontou que Raul Pila, no DN, frisara que OESP teria dado a entender que um golpe de Estado seria bem-vindo para resolver a situação do momento⁴². Lembrando o passado do jornal e as dificuldades enfrentadas pela publicação por conta de imposições ditatoriais, o jornalista da UH indicou que o diário paulista virara as costas para isso, uma vez que um possível golpe agora beneficiaria o grupo:

Ora, o “Estado de São Paulo” sempre se queixou de haver sido a maior vítima da ditadura de 37, durante a qual os donos do jornal foram postos no ôlho da rua (...) Afinal, o grupo do “Estado”, ao que parece, se descobriu a si mesmo. Não sente mais a necessidade de usar a máscara, de ser dual, de agir com sutileza. É a fase de homens políticos na menopausa. São capazes de todos os desesperos!... (UH, *Revista dos Jornais*, 25/07/1955).

⁴² O deputado e colunista não fez referência a nenhum texto em específico do jornal paulista. Próximo à data, há dois editoriais que trataram do assunto, mas não diretamente: tanto no editorial *Candidaturas finais*, de 15 de julho, quanto em *A restauração da decência*, do dia seguinte, OESP abordou os perigos da votação “incorreta” e que a eleição de JK ou Ademar poderiam levar a um golpe de Estado no país (embora as considerações tenham sido bem gerais, não tendo nada relacionado às Forças Armadas). No entanto, em edições anteriores, é possível identificar a temática explorada por Pila de maneira mais intensa, mas a falta de referência do político em sua coluna não permitiu identificar qual ou quais seriam os pontos considerados.

O jornal paulista, embora não falasse abertamente em golpes de Estado, continuava demonstrando descontentamento com o sistema partidário e eleitoral do país, além de declarar preocupação quanto ao primeiro aniversário de morte do major Rubens Vaz, uma vez que as manifestações em sua homenagem poderiam se tornar fontes de desequilíbrio político. No dia 24 de julho, no entanto, teve início o 36º Congresso Eucarístico, imenso evento católico internacional que, naquele ano, foi realizado no Rio de Janeiro e ambos os jornais comentaram que a situação estava relativamente calma no Brasil, em boa medida, pela realização da solenidade. Quando o evento terminasse, no fim do mês, havia um receio muito grande, de ambas as publicações, de que a violência tomasse conta da política e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, visto que o clima era cada vez mais de instabilidade (OESP, *Vibrante demonstração de fé os atos finais do 36º Congresso Eucarístico Internacional*, 26/07/1955; UH, *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, 26/07/1955).

Em 26 de julho, Milton Campos assumiu, de fato, sua condição de candidato à vice-presidência e, assim, a única indicação pendente era o nome que comporia a chapa com Ademar⁴³. Durante o mês, inúmeros nomes e situações foram levantados por ambos os jornais, principalmente a UH que publicou várias hipóteses, desde as já levantadas teses de vice do PTB dissidente e de apoio ao Milton Campos até a escolha de um nome do próprio PSP (UH, *DIÁRIO DA SUCESSÃO*, 29/07/1955).

Por conta da urgência do processo eleitoral, a decisão não tardou a ser divulgada. No dia 30 de julho, OESP anunciou que seria feita uma reunião do PTB dissidente para indicar o vice de Ademar, sendo que os dois nomes mais cotados eram o de Danton Coelho e Caiado Castro (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 30/07/1955). A UH que até então noticiara, mas não fizera uma cobertura mais ampla sobre os dissidentes do PTB, passou a abrir mais espaço para esse grupo e, na edição do dia 04 de agosto, indicou que, seis dias após, seria lançado um manifesto contra a candidatura de JK e Jango e a favor de Ademar, assinado por nomes como os próprios possíveis candidatos a vice, além de Lucio Bittencourt, Alencastro Gomes e Alberto Pasqualini (UH, *REBELIÃO DE SENADORES*, 04/08/1955). Esse último nome teve destaque nessa página, pois teria sido o primeiro convidado para ser vice de Ademar, tendo (novamente) recusado⁴⁴.

⁴³ A candidatura de Plínio Salgado não lançou nenhum nome à vice-presidência. Segundo o próprio candidato, o PRP não se coligou com nenhuma agremiação e, para economizar dinheiro, decidiu lançar a chapa apenas com uma pessoa (SALGADO, 1956, p. 90).

⁴⁴ Embora nos livros e pesquisas que abordam Alberto Pasqualini se afirme que ele recusara o posto de vice-presidência na chapa de JK (SIMON, 2010, p. 72), os jornais da época indicaram que ele fora convidado para as três principais chapas, tendo rejeitado todas elas. Mesmo tendo sido derrotado duas vezes para o cargo de governador do Rio Grande do Sul (1947 e 1954), Pasqualini era senador (eleito em 1950) e considerado o

Oito dias depois, em Recife, o ex-governador paulista anunciou, finalmente, quem seria seu candidato a vice-presidente: após muitas idas e vindas, fora definido o nome de Danton Coelho (D'ARAÚJO, 1996, p. 110). Embora tivesse sido anunciado na capa, o assunto não foi manchete da UH (o destaque, naquele dia, foi a morte da atriz e cantora Carmem Miranda) e não recebeu um texto de destaque em suas colunas, ainda que o jornal carioca tivesse estampado a foto de seu diretor e noticiasse o fato como uma mudança significativa (o assunto viria a ganhar destaque apenas no fim do mês, quando Danton anunciaria no Congresso que provaria o apoio dos grupos comunistas à candidatura do JK e do Jango, fator que causou grande movimentação no meio político) (UH, *O VICE*, 12/08/1954). No dia seguinte, OESP também comentou bem rapidamente o fato, indicando com uma pequena nota dentro de uma reportagem maior que destacava algumas falas do ex-governador paulista em Recife (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 13/08/1954)⁴⁵.

O processo eleitoral tenderia a estabilizar-se nesse sentido, com a confirmação da terceira candidatura a vice e as principais chapas organizadas. Contudo, mal começara o mês de agosto e novas declarações reacenderam as inúmeras chamadas sobre a manutenção do sistema democrático no país. O assunto continuava em voga desde as declarações de Lacerda, que ainda causavam mal-estar em vários círculos (MENDONÇA, 2002, p. 173-174). Esse desconforto teria levado até a declarações do ministro da Guerra que, em uma entrevista à UH em 03 de agosto, garantiu a paz na eleição e afirmou que o Exército estaria à disposição para evitar qualquer contratempo. Uma de suas declarações estampou a manchete da edição do jornal naquele dia, intitulado “*OS BOATOS MORREM NA PORTA DOS QUARTÉIS!*” (UH, 03/08/1955).

Na edição do dia 05 de agosto, o diário carioca publicou uma capa destinada ao assunto, indicando vários setores e instituições sociais que se movimentavam contra o possível golpe, demonstrando a intensa mobilização contra as propositivas estruturadas por Lacerda:

principal ideólogo do PTB, tendo escrito a obra *Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro*, em 1948, sintetizando vários elementos do trabalhismo pelo mundo e influenciando vários nomes dentro do partido (ABREU et. all, 2001, p. 4437-4438).

⁴⁵ A UH passou a dar um destaque maior para Ademar, embora continuasse cobrindo, positivamente, a campanha de JK e Jango, sendo que esse passou a ser menos citado, dando amplo espaço para Danton Coelho. Em suas memórias, Wainer (1988) não comentou nada sobre o caso; na bibliografia que analisa o assunto, também não há qualquer menção ao fato sobre as causas de o diretor-geral do periódico carioca ser o indicado. Além dessa ausência, o fundador do diário especificou que era próximo de JK e que apoiara sua candidatura incondicionalmente (WAINER, 1988, p. 211-212), colocando até que a eleição do ex-governador mineiro era fundamental para a sobrevivência de seu empreendimento (WAINER, 1988, p. 214-215). A dubiedade expressa nas páginas da publicação carioca transpareceu uma possível divisão dentro dela própria, uma vez que, mesmo

com a saída do ex-ministro do Trabalho de sua função para dedicar-se à campanha, em 02 de setembro, a cobertura continuou seguindo a mesma linha, ora focando mais em uma campanha, ora mais propensa à outra.

Haverá Fraude? Onde Iremos Encontrar Aninhados Seus Responsáveis?

A GRANDE IMPRENSA

CONGRESSO NACIONAL

FORÇAS ARMADAS

TAMBÉM A MAGISTRATURA

CLASSES CONSERVADORAS

INTELIGENCIA BRASILEIRA

POSICAO DOS ESTUDANTES

TODA A NAÇÃO REPELE O GOLPE DOS CORVOS!

As Forças Vivas da Nação Levantam-se em Uníssono Contra os Prajeiros do Golpe de Subversão do Regime — Os Que Querem o Golpe e Far que o Querem — Um Povo Como o Brasileiro Não se Molde a Golpes de Coronhados — (Leia na 4.ª Pág.)



A LIBERTAD DO PRÉDIO — A luta pelo direito de greve e pela liberdade de expressão, em Ombre e decaído de seu poder, libertando-se dos prisioneiros amarelos. Tal movimento foi feito de uma série de comissões entre os estudantes do Estado Unidos e da China.

25% de Aumento Para os Empregados no Comércio

Nova Audiência no Dia 16 Para Uma Decisão — 30 Sindicatos Patronais Ligados ao Sindicato Central — (Leia na 6.ª Página)

O PROFESSOR GOULART NO TRIBUNAL DO JURI

O Réu Chegou Precisamente às Nove Horas, Mas Ficou Guardando o Juri — Convocados os Jurados — (LEIA NA 2.ª PAG. DESTA CAD.)



O Comendador Informa HOLLYWOOD EM COPACABANA

O Sr. Harry Shont, representante da Associação dos Produtores Cinematográficos dos Estados Unidos (Motion Picture Association), reuniu, em seu luxuoso apartamento da Rua Leopoldo Miguel, em Copacabana, a imprensa, com o objetivo de fazer uma exposição de suas atividades e de suas produções. O Sr. Shont, que é um dos maiores produtores de Hollywood, falou sobre a importância da indústria cinematográfica e sobre a situação da mesma no Brasil.

TIRAGEM: 81.020 — ANO V — Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1955 — N. 1.265

2 Última Hora

Diretor-Responsável: DANTON COLINDO Fundador: SAMUEL WAINER Diretor-Superintendente: L. F. SOUZA GUINHA

Se o Veto Cair, Atrasará o Pagamento Dos Funcionários

Página e Divisão Inicial — Com os Servidores Municipais (7 Meses) Com Apêlices e Comparações e Atrasos no Pagamento Subseqüentes — Unem-se os Funcionários da Prefeitura para lutar contra o veto — (Leia na 3.ª Pág.)



O CARDINAL CRISTÓVÃO ALBUQUERQUE quando falou na Conferência de Bispos em sua última reunião

ENCERRADA A CONFERENCIA DOS BISPOS: DEFESA DO ESPIRITO CRISTÃO CONTRA OS INIMIGOS DA IGREJA

As Resoluções Aprobadas — Criação do Conselho Episcopal Com Sede em Roma — Voto de Solidariedade e Estímulo Aos Católicos Argentinos e A Igreja do Silêncio — Incremento Das Vocações Sacerdotais — (Leia Notícia na Sexta Página Desta Caderneta)

DEZENAS DE NOMEAÇÕES POR ORDEM DO CATETE!

Publicados Com Mais de um Mês de Atraso os Atores de Admissão de Vários Protegidos do Atual Governo de "Austeridade" — Os Contemplados Absorveram Letras de "G" e "O" — Recusa de Que Não Haverá Mais Salas no Montepio Para Abrigar Tantas Funcionárias — (Leia na 2.ª Pág. Desta Cad.)



REMEDIOS MAIS CAROS A PARTIR DE AMANHÃ

Por Insistentes Pedidos do Proprietário da COFAP o Aumento Foi Concedido Pelo Senado — O Medo de que a Representação do Comendador de St. Francisco — Voto Pelo Veto de Suspensão — Como Sempre — (LEIA NA 2.ª PAG.)



A magistratura brasileira está em uma situação difícil. O sistema judicial está sob pressão e a falta de recursos financeiros é uma grande preocupação. A magistratura precisa de mais apoio e recursos para poder cumprir sua função de forma adequada.

ZERO HORA

Defesa do Café

Defesa do Café — A luta pelo direito de greve e pela liberdade de expressão, em Ombre e decaído de seu poder, libertando-se dos prisioneiros amarelos. Tal movimento foi feito de uma série de comissões entre os estudantes do Estado Unidos e da China.

DEFESA DO ESPÍRITO CRISTÃO CONTRA OS INIMIGOS DA IGREJA

As Resoluções Aprobadas — Criação do Conselho Episcopal Com Sede em Roma — Voto de Solidariedade e Estímulo Aos Católicos Argentinos e A Igreja do Silêncio — Incremento Das Vocações Sacerdotais — (Leia Notícia na Sexta Página Desta Caderneta)

DEZENAS DE NOMEAÇÕES POR ORDEM DO CATETE!

Publicados Com Mais de um Mês de Atraso os Atores de Admissão de Vários Protegidos do Atual Governo de "Austeridade" — Os Contemplados Absorveram Letras de "G" e "O" — Recusa de Que Não Haverá Mais Salas no Montepio Para Abrigar Tantas Funcionárias — (Leia na 2.ª Pág. Desta Cad.)

REMEDIOS MAIS CAROS A PARTIR DE AMANHÃ

Por Insistentes Pedidos do Proprietário da COFAP o Aumento Foi Concedido Pelo Senado — O Medo de que a Representação do Comendador de St. Francisco — Voto Pelo Veto de Suspensão — Como Sempre — (LEIA NA 2.ª PAG.)

O Comendador Informa HOLLYWOOD EM COPACABANA

O Sr. Harry Shont, representante da Associação dos Produtores Cinematográficos dos Estados Unidos (Motion Picture Association), reuniu, em seu luxuoso apartamento da Rua Leopoldo Miguel, em Copacabana, a imprensa, com o objetivo de fazer uma exposição de suas atividades e de suas produções. O Sr. Shont, que é um dos maiores produtores de Hollywood, falou sobre a importância da indústria cinematográfica e sobre a situação da mesma no Brasil.

A Piscina Voltará a Funcionar

Grandes Obras de Reforma no Instituto de Educação

Nova Junta de Infância, Intendência de Mela Madureza, Reabertura Total do Pedio — O Diretor de Material e Dos Dependências do Instituto Agrega-se Com a Superintendência do Ensino Com 1.000 Alunos — Resoluções do Conselho de Administração — (LEIA TEXTO NA SEGUNDA PÁGINA)

SEMANA DE GONÇALVES DIAS

Comemoração Vinte e Cinco Anos da Fundação da República do Brasil — O Dia de Gonçalves Dias — A comemoração da Semana de Gonçalves Dias, que se realizou no dia 15 de agosto, foi uma grande festa, com a participação de milhares de pessoas. A festa foi organizada pelo Instituto de Educação e teve como objetivo celebrar a fundação da República do Brasil e a vida do poeta Gonçalves Dias.

GREVE EM HOLLYWOOD

Os atores de Hollywood estão em greve, o que pode afetar a produção de filmes e a indústria cinematográfica. A greve é liderada pelo Sindicato dos Atores e tem como objetivo a luta por melhores condições de trabalho e salários.

Nessa mesma edição, em editorial, a UH fez uma análise bastante crítica do momento, indicando alguns apontamentos feitos em reunião da UDN (que teriam sido estruturados por Afonso Arinos e João Agripino) sobre um possível golpe, uma vez que, na visão de Lacerda e de vários membros de sua agremiação, a única vitória legítima seria a de Juarez, sendo que qualquer outro resultado só seria possível por uma farsa:

Se vencer o sr. Juscelino Kubitschek ou o sr. Ademar de Barros, é porquê a fraude esteve presente ao pleito. E, nesse caso, o golpe virá como favas contadas... A nação está, pois, convidada a eleger, a fim de evitar a Ditadura, o general Juarez Távora. Semelhante tese serve, apenas, para mostrar de que são capazes, quando frustrados em suas ambições, certos democratas de cartola... Mandam às urtigas a democracia e lançam-se na defesa de seus privilégios pelos meios mais autoritários e mais cínicos (...) Se o general Juarez Távora perder as eleições, a culpa será, aliás, dos erros que nos últimos tempos tem cometido espantosamente a UDN e, pelo visto, continuará a cometer até outubro. Todos sabem que o povo é contrário ao golpe e conseqüentemente, irá votar contra os que se denunciam adeptos desta estúpida solução, talvez sangrenta! O brasileiro não deseja outra forma de governo senão a democrática. Não reconhece outro poder senão o que dêle emana, através de eleições livres (...) Ponham as mãos na cabeça, agitadores, e reflitam no sacrilégio político que cometem! (UH, *Haverá Fraude? Onde Iremos Encontrar Aninhados Seus Responsáveis?*, 05/08/1955).

No entanto, naquele mesmo dia, o general Canrobert Pereira deu declarações bastante polêmicas em discurso no Clube Militar, por conta das homenagens prestadas ao primeiro ano da morte de Rubens Vaz. Em seu discurso, apontou que o clima na política era de uma falsa segurança, uma vez que a instabilidade era intensa e, embora sem citar nomes, condenou aqueles que não propiciaram a União Nacional, afirmando que o país vivia uma “mentira democrática”, em uma “pseudolegalidade imoral e corrompida”:

Decidir afinal entre uma pseudo-legalidade, imoral e corrompida, e o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática, mediante uma intervenção aparentemente ilegal (...) Fácil seria sempre manter a ordem, defender a legalidade, salvaguardar as instituições, se esses três objetivos fôssem de fato concordantes na totalidade dos casos e se uma pretensa legalidade nunca pudesse, por exemplo, propor-se a subverter as instituições ou buscase ela própria fomentar a desordem e a corrupção para satisfação de seus apetites de poder (...) (TI, *Ainda não se desmascaram os algozes da liberdade*, 06-07/08/1955)⁴⁶.

⁴⁶ O discurso, na íntegra, foi publicado em vários jornais no dia 06 (sábado), tendo Lacerda colocado o texto do discurso como editorial de seu jornal. OESP, que em editorial do mesmo dia havia chamado a atenção para a falta de solução legal para o caso de Toneleros e exigindo maior celeridade da justiça (OESP, *A sobrevivência do mal*, 06/08/1955), publicou trechos das declarações de Canrobert no dia seguinte, dando destaque, de maneira bastante positiva, às suas falas (OESP, *A democracia e as Forças Armadas*, 07/08/1955).

Tal discurso foi prontamente condenado pela UH na edição do dia seguinte, minimizando sua repercussão e indicando que, tanto entre o meio político quanto na própria imprensa, o sentimento fora de repulsa (UH, *Apesar do Discurso Dúbio de Canrobert Fracassou a Provocação dos “Corvos”!*, 06/08/1955). Além disso, a publicação carioca acompanhou a repercussão da fala e passou a buscar formas de minimizá-la, como com a entrevista realizada com Mascarenhas de Moraes e publicada na edição do dia 08 (o título do diálogo foi a manchete do jornal, com os seguintes dizeres: *MASCARENHAS: A NAÇÃO PRECISA DE TRANQUILIDADE!*), cujo conteúdo indicava que o ex-comandante da FEB condenara o discurso realizado pelo presidente do Clube Militar, declarando que o momento era de união e que o Brasil precisava de conciliação – com seus líderes buscando soluções para fazer com que o país caminhasse de volta à normalidade – e não de insuflamentos para deflagrar mais desentendimentos (UH, *Mascarenhas: “A Nação Precisa de Tranquilidade Política!”*, 08/07/1955).

Nessa mesma edição, a UH condenou de maneira mais veemente a fala de Canrobert em editorial, indicando que há cinco anos ele havia defendido a Constituição com o direito de posse de Vargas e, que agora, demonstrava opinião distinta em uma situação muito parecida, questionando o sistema democrático e não somente determinados grupos:

O DISCURSO do General Canrobert Pereira da Costa, pela sua dubiedade e sua falta de nitidez em pontos básicos, mereceu dos órgãos que refletem a opinião dos mais diversos setores de atividade do País a mais franca e sensata repulsa. Lamentamos que isto haja acontecido, pois o bravo militar encarnou em 1950 o princípio democrático de defesa da Constituição, em face das ameaças que surgiam visando impedir a solução legal na contenda eleitoral pelo Catete (...) Nota-se, pois, um melancólico retrocesso do General Canrobert de 1950 para o General Canrobert de 1955, que na noite de sexta-feira passada deixou não só os partidos políticos, como o próprio Exército e o povo perplexos diante de suas críticas sem objetivo nitido e de suas vacilações quanto ao dever das Forças Armadas garantir o que determina a lei: a posse do candidato escolhido pelo povo (...) (UH, *Canrobert de 1950 Frente a Canrobert de 1955*, 08/08/1955).



Imagem 53 – Parte da capa da UH, do dia 09/08/1955, expondo uma entrevista de Canrobert a Wainer, publicada na *Zero Hora* (ZH) com um conteúdo bastante distinto das suas declarações sobre o pleito presidencial e a ordem constitucional do país.

O jornal carioca continuou explorando, por vários dias, a fala de Canrobert e seus possíveis desvios democráticos a partir de suas declarações. Além disso, em 09 de agosto, *Cafê Filho* concedeu uma entrevista ao jornalista Carlos Castello Branco (publicada, originalmente, na DN), indicando que poderia renunciar caso a situação política continuasse da forma como estava, uma vez que não governaria em um regime com características de exceção, ou em uma situação de intensa polarização (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 09/08/1955).

No dia seguinte, OESP elogiou boa parte das declarações do mandatário nacional, embora discordasse dele no sentido de que o país vivesse um estado de normalidade e que faria de tudo para continuar como estava, já que a publicação paulista partia do princípio de que a situação era bastante complexa, com a legalidade francamente ameaçada (OESP, *O Presidente e a situação do Brasil*, 10/08/1955). Já a UH chamou o presidente de covarde, pois entendia que ele estaria fugindo de suas responsabilidades ao fazer tal ameaça. Segundo o jornal carioca, sempre que ele se sentira ameaçado, em toda sua vida política, tomara semelhantes atitudes, demonstrando sua fraqueza e ausência de pulso em seu caráter (UH, *O Complexo da Renúncia*, 10/08/1955).

É importante pontuar como as duas culturas políticas dos jornais pesquisados se consolidam nesses textos: de um lado, OESP entrou na campanha com Juarez Távora, mas demonstrava maior ênfase em assuntos fora da corrida eleitoral, principalmente em

acontecimentos relacionados ao governo anterior, manifestando uma atitude bastante distinta da demonstrada nas duas eleições presidenciais anteriores, cujo candidato era apoiado, de fato, por Júlio de Mesquita Filho.

Em compensação, embora a UH também tratasse de outros assuntos, deu uma ênfase maior ao processo eleitoral, principalmente à diversidade de candidaturas e às várias opções que a população teria para decidir. Se as candidaturas de JK e Ademar (principalmente desse último) eram vistas como extremamente problemáticas para OESP, a mais combatida pela UH era a de Juarez, exatamente por trazer consigo a UDN e os dissidentes do PSD, considerados antidemocráticos e golpistas. No início de agosto, essas duas perspectivas foram bastante aprofundadas pelas publicações, sobretudo pelos acontecimentos arrolados a esse mês.

Além dessas questões, as possíveis ameaças de golpes e o sentimento permanente de crise continuavam, com ambos os lados trocando acusações de querer ferir as regras eleitorais e constitucionais. Nesse ínterim, o Congresso continuava se movimentando para instituir mudanças no processo eleitoral. Projetos de leis que já haviam sido analisados ou votados anteriormente voltaram e ganharam força, tendo como destaque os casos do Parlamentarismo, da Cédula Oficial e da Maioria Absoluta. Para os parlamentares favoráveis a essas mudanças (principalmente os membros da UDN), a adoção dessas fórmulas garantiria maior estabilidade para o pleito seguinte, consolidando maior lisura e eficiência para o processo eleitoral. Vários membros de inúmeros partidos passaram a dialogar, constantemente, para consolidar ou expelir essas possíveis modificações, impulsionados por uma tentativa de manter a Constituição imaculada e o sistema democrático, em vigor, no país (SKIDMORE, 1976, p. 185-186).

Essas movimentações tiveram um peso maior a partir do dia 17 de agosto, quando Lott, ministro da Guerra, fez uma visita de cortesia às dependências da Câmara, onde teria ido para conversar com o presidente da Casa sobre a vigência da ordem política no país (LOTT, 2002, p. 31). No entanto, ambos os jornais apontaram que a visita teria sido uma forma de pressionar os congressistas a aprovarem as emendas da Cédula Oficial e da Maioria Absoluta, sendo uma espécie de “interferência” do Executivo e do Exército nos trabalhos legislativos da Casa, embora as publicações mantivessem uma imagem positiva do militar em questão (UH, *O GOLPE DE ESTADO E AS RESPONSABILIDADES*, 18/08/1954; OESP, *A loucura do Congresso*, 19/08/1954).

No início do mês, Luís Carlos Prestes declarou apoio às candidaturas de JK e Jango, causando alvoroço entre aqueles que já criticavam, pesadamente, essa campanha. Desde o início do ano, o PCB tentara uma candidatura em comum com o PTB, buscando um nome que

representasse os interesses dos trabalhadores vinculados a ambos os grupos. No entanto, diante da iminente aproximação do partido com o ex-governador mineiro e das dissensões internas, os comunistas não haviam fechado apoio a nenhum candidato, como tinham feito em 1950 (SEGATTO, 1995, p. 40-41). Justificado pela conjuntura do momento, contra um possível “golpe militar fascista”, o manifesto publicado (no qual esclarecia a aproximação) fazia pesadas críticas contra Juarez Távora, Café Filho e Jânio Quadros, indicando que a única salvação para o país seria a eleição da chapa apoiada (SEGATTO, 1995, p. 41).

A reação à publicação foi rápida. Em editorial, OESP criticou essa proximidade e associou, novamente, Ademar a JK e Jango, indicando que, no fim das contas, os três representavam a mesma coisa e que utilizariam do apoio dos comunistas para chegar ao poder, sendo todos desprovidos de quaisquer tipos de virtude e caráter:

A ideologia claudicante, os programas furta-côres desses candidatos reservariam para o Brasil, se fôssem eleitos, um governo em que só haveria constancia na imoralidade e só haveria firmeza na variação dos princípios. A aliança celebrada com os comunistas, que só para estes produzirá vantagens, é uma demonstração clara de que não merecem a confiança do País e de que para satisfação das suas ambições e dos seus apetites tudo sacrificarão, a começar pelo pundonor (...) Também outra coisa não se podia esperar de homens politicamente amamentados nos currais do Catete, sob a carinhosa vigilância do ex-ditador (OESP, *Ideologia claudicantes*, 18/08/1955).

Nessa mesma edição, o jornal paulista publicou trechos de declarações de Lott à imprensa, indicando que sua única preocupação era com a lisura das eleições, que existissem oportunidades para que cada brasileiro pudesse votar em quem quisesse e que a Justiça garantisse a posse dos mais votados. Indicando preocupação com as movimentações sobre um possível golpe, pediu prudência a todos, uma vez que “No clima atual do Brasil (...) o acúmulo de nuvens escuras poderá precipitar o raio, com todas as suas más consequências” (OESP, *O Momento Político*, 18/08/1955).

No dia seguinte, a UH também publicou trechos das declarações do ministro da Guerra, indicando que tudo ocorria no clima de normalidade e que sua visita à Câmara teria sido apenas para acompanhar os trabalhos recorrentes ao processo eleitoral: “Não há motivos para apreensões. Todo o País está calmo. Não há qualquer perspectiva de agitação em qualquer parte. Não há prontidão nos quartéis e nem se cogita da medida (...) (UH, *DIA D: O BRASIL ENTRE O CAOS E A LEGALIDADE*, 19/08/1955).

O clima de intranquilidade política seguia intenso. Em editorial, OESP criticou veementemente os grupos políticos que ainda faziam oposição à Cédula Única, indicando que

vários setores da sociedade (como o Exército e a Igreja) já tinham declarado apoio à medida e que sua recusa significaria trazer as instituições abaixo, levando ao fim da democracia como ela estava sendo exercida (OESP, *A loucura do Congresso*, 19/08/1955). Dia após dia, a publicação paulista pressionava cada vez mais a Câmara, nominando os deputados pelos piores termos possíveis e, de certa forma, deslegitimando o próprio Legislativo (embora houvesse a ressalva, também constante, de que as más ações dos políticos não poderiam ser justificativas para o fim das atividades desse Poder).

Embora na UH, num primeiro momento, o clima fosse menos aterrador, a situação passou a ganhar contornos sombrios dia após dia. A publicação não economizou críticas aos membros da UDN e ao grupo do *24 de Agosto* e, em relação ao caso Lott, a publicação ficou dividida, com alguns colunistas a favor da ação do ministro (sendo Octavio Malta o principal defensor) e alguns contrários (maior ênfase de Adalgisa Nery). A manchete da edição do dia 20 de agosto, *SUSPENSA A NAÇÃO ANTE O DILEMA DA LEGALIDADE*, acompanhada de várias notícias sobre movimentações de grupos em relação à votação da Cédula Oficial, dava o tom do clima estruturado pela publicação sobre o assunto.

Dois dias depois, com a manchete *O POVO NÃO QUER GOLPE!*, o jornal carioca trouxe uma apresentação ainda mais alarmante da situação, fazendo uma crítica frontal aos grupos que estariam fomentando o golpe, seja voluntária (caso de membros da UDN e do próprio Exército) ou involuntariamente (dirigentes políticos e os ministros militares). Quanto a esse último grupo, foi publicado um texto na própria capa, no qual o diário carioca fez críticas pesadas aos líderes do Exército (externando contrariedade, nesse ponto, a Lott), indicando que suas falas serviram de combustível para a fogueira da solução extralegal, que ganhava cada vez mais força exatamente por conta de suas declarações, proferidas sem cuidado e sem análise (e, por conta disso, indicavam atitudes tremendamente irresponsáveis):

QUE dirão, agora, o General Teixeira Lott, o Almirante Amorim do Vale e o Brigadeiro Eduardo Gomes da situação que eles próprios, com suas manifestações verbais, acabam de criar? Desejarão, realmente, assumir a responsabilidade histórica e efetiva pela eclosão do golpe de Estado, que poderá, como sempre daqui advertimos sensatamente, transformar-se numa guerra civil? Por outro lado, tolerará o Brasil, por mais tempo, semelhante clima de agitação e de irresponsabilidade – assoberbado que se acha por tão graves problemas de caráter social e econômico? (...) Reflitam, senhores ministros, pois ainda é tempo de uma composição geral, mas nunca pelo caminho da violação das Leis, do desrespeito à Constituição, da destruição da Ordem, nem da ruína da República! (UH, *O Brasil Não Deve Ser Lançado à Guerra Civil*, 22/08/1955).

Em editorial do dia seguinte, OESP condenou a visão expressa pela UH (que, segundo o jornal paulista, estaria sendo expressa por toda a imprensa carioca) de que os ministros militares estariam causando a derrocada da democracia e um possível golpe de Estado, defendendo a ideia (já exposta, em inúmeros outros textos) de que esses não agiam em causa própria, mas pensavam apenas no que seria melhor para o país, buscando manter a ordem e o bom funcionamento das instituições (OESP, *Pela salvação da república*, 23/08/1955). Nessa mesma edição, foram publicadas novas declarações de Lott, indicando que era contra qualquer tipo de golpe, buscando diminuir o impacto que suas ações e declarações tinham causado no meio político (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 23/08/1955).

Toda essa movimentação ocorria próxima ao aniversário do primeiro ano da morte de Vargas. No dia 24, a UH dedicou toda sua edição ao ex-presidente, relembrando suas principais características e com textos extremamente laudatórios à sua figura, lamentando seu desaparecimento e indicando, em alguns pontos (inclusive no editorial) que, se ele estivesse vivo, a situação do país não seria de crise, bem diferente da que estavam vivendo (UH, *A FALTA DE GETÚLIO!*, 24/08/1955):

Ainda nessa mesma edição, a publicação carioca trouxe uma série de entrevistas com os principais nomes das Ciências Humanas do momento: Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Guerreiro Ramos, Luiz Viana Filho, Miguel Reale, Caio Prado Jr e Barbosa de Lima Sobrinho, todos tecendo críticas positivas à figura de Vargas (UH, *CONSAGRAÇÃO DE VARGAS NA HISTÓRIA DO BRASIL*, 24/08/1955). Em editorial, a publicação confirmou sua oposição à postura dos militares e estruturou a visão de que se pensava em um golpe de Estado por parte dessas lideranças e dos grupos que estavam no poder e, desse modo, a democracia corria grande perigo. Em perspectiva histórica, foi feita uma comparação daquele momento com momentos revolucionários anteriores, pautando as diferenças significativas na visão do periódico de Samuel Wainer:

A CONSPIRAÇÃO atual tem um sentido inverso daquele que levou os militares de 1922 a 1930 a pegarem em armas contra o governo. Aquêles almejavam romper a velha super-estrutura política e social, a fim de que as camadas oprimidas respirassem, ganhassem alento e caminhassem até à participação do Poder (...) Agora, são militares e conspiradores de dentro do Governo que não conseguindo com os métodos legais impedir a evolução política e social das classes média e proletária do País, querem afastar-se das normas legais e democráticas e mergulhar a Nação nas trevas de uma ditadura baseada nos egoísmos e nas frustrações de mesquinhos grupos minoritários (...) (UH, *A FALTA DE GETÚLIO!*, 24/08/1955).

Nessa perspectiva, a UH continuava estruturando a figura de Getúlio de maneira mítica, como o grande salvador das instituições democráticas brasileiras, uma vez que dera a vida, em holocausto, para manter a política nacional. Assim, sua figura foi relemburada e ressignificada, sendo comparada à situação vivida naquele momento para criar uma perspectiva de relação, de que os princípios defendidos pelo político eram necessários para manter a paz e a estabilidade no presente, remetendo a um simbolismo e a características presentes na construção de vários outros mitos:

E há (...) o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador, lançado de novo no ano passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações (...) Mas sobretudo não se poderia esquecer que, a partir do momento em que todo mito desse tipo ganha uma certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias (...) (GIRARDET, 1987, p. 72-73).

Dentro das divisões do conceito de cultura política, embora parta-se do princípio de que ambas as culturas políticas analisadas sejam participantes, há fortes indícios da cultura política subjetiva nesse campo, uma vez que a figura do líder, se não é colocada acima das leis, é estruturada como necessária para mantê-las. Ou seja, as normas por si só deveriam bastar, mais há vários grupos que tentam derrubá-las, sendo preciso um grande líder (nesse caso, Vargas) para mantê-las organizadas, chegando ao extremo de dar sua própria vida para manter tal ponto. Mesmo em uma democracia, a figura do guia supremo é mantida, como uma forma de aproximação entre Estado e povo, com uma possível maior participação deste alimentando o poder daquele. Dentro desse discurso construído, a UH manteve as publicações posteriores valorizando, ao extremo, a figura do ex-presidente como fundamental para a sobrevivência do sistema democrático no Brasil, mantendo viva a extrema personificação de Getúlio:

Novamente nós estamos falando sobre a orientação subjetiva como a que existe em sociedades nas quais não há diferenciação de estruturas internas. A orientação do sujeito nos sistemas políticos que desenvolveram instituições democráticas provavelmente será afetiva e normativa ao invés de cognitivas (...) (ALMOND; VERBA, 1989, p. 18)

Continuando a relação entre a morte de Vargas e os acontecimentos do momento, as páginas da UH não pouparam a figura de Carlos Lacerda, apontado como o grande vilão de todo o processo. Na edição do dia 24 de agosto, o deputado udenista teria publicado em seu jornal que, há exatamente um ano, Vargas tinha “estragado sua festa” e do grupo que trabalhava por sua deposição, utilizando os seguintes termos: “Passa hoje o primeiro aniversário do dia em que o suicídio do Presidente Getúlio Vargas estragou a nossa festa (...)” (TI, *Três métodos de fraude no projeto de dois bicos (e um P.S. sobre o 24 de Agosto)*, 24/08/1955). Essa declaração foi reverberada por várias edições da UH, sendo que, no dia 25, Octávio Malta deu o tom em sua coluna:

“Passa hoje o primeiro aniversario do dia em que o suicidio do Presidente Getúlio Vargas estragou a nossa festa” (...) Registramos o desabafo do Corvo com repugnância. Poucos canalhas no Brasil serão capazes de escrever uma coisa assim. E chamamos *uma coisa assim* porque não há como caracterizar a podridão que inspirou a frase e na qual se afoga a alma dêsse católico (UH, *Revista dos Jornais*, 25/08/1955).



Imagem 55 – Na edição do dia 26 de agosto, UH estampou em sua capa uma montagem e o trecho do texto de Lacerda com as declarações destacadas por Octavio Malta, além de um breve texto indicando que o povo não esqueceria mais essa confissão do Corvo.

Concomitantemente com as questões relacionadas a um possível golpe, as votações na Câmara e a movimentação eleitoral continuavam intensas. Também na capa do dia 26 de agosto, foi publicado o texto *Por Que Dissentimos*, de Danton Coelho, explicando as principais causas que levaram o grupo do PTB a não seguir a campanha de JK e de Jango. O ressentimento contra esse último, que já era visível em várias edições do jornal, ficou escancarado na redação, com uma aversão quase que total declarada pelo diretor da UH ao candidato a vice-presidente pelo partido. Entre várias acusações, a principal foi de que Jango tentou utilizar elementos do PCB para desestabilizar algumas seções estaduais, além de querer instituir um projeto demagógico para manter seu poder e seu prestígio, passando por cima de Vargas e, após sua morte, de seu próprio legado:

A Comissão Executiva Nacional do P.T.B. traiu os ideais do seu patrono. Traiu os trabalhadores do Brasil. Traiu seus representantes em ambas as Casas do Congresso. E cometeu um crime contra a lei que regula as eleições

em nosso País (...) O acôrdo com o Partido Comunista, no âmbito nacional, tem tôdas as características de uma verdadeira traição a todos os princípios que nós trabalhistas, vimos defendendo através de anos (...) Não é justo que um grande Partido, como o é o P.T.B., com um programa de justiça social vazado no mais puro espírito cristão, seja julgado apenas pelos atos de meia dúzia de ambiciosos primários, que dêle se apoderou numa Convenção de discutível legalidade (...) E porque não aceitamos a injustiça e que nós – os que dissentimos – lutaremos pela salvação do P.T.B., o Partido de Getúlio Vargas (UH, *Por Que Dissentimos*, 26/08/1955).

O pano de fundo por trás dessa disputa era o comando da legenda, uma vez que o grupo representado por Danton (cuja base principal era composta por senadores petebistas, em especial Alberto Pasqualini, Parsifal Barroso, Lúcio Bittencourt e Caiado de Castro, além de deputados como Segadas Viana e Frota Moreira, entre outros) visava voltar ao poder, já que tinham perdido o controle do partido para Jango, em 1954 (D'ARAÚJO, 1996, p. 105-106)⁴⁷. Por fim, o candidato a vice-presidente na chapa de Ademar de Barros acusou a candidatura do PSD e dos trabalhistas de ter recebido apoio formal dos comunistas em troca de voto, fato esse que contrariaria os princípios edificadas pelo partido criado por Getúlio Vargas, tendo o diretor da UH prometido, novamente, tornar públicas tais acusações na Câmara dos Deputados:

⁴⁷ Seguindo a divisão instituída por D'ARAÚJO (1996, p. 98-99), existiam três grupos buscando controlar a cúpula do partido: o que estava no poder, cujos representantes principais eram o próprio Jango e Leonel Brizola, indicavam que os partidários deveriam apoiar-se nas lideranças corporativas (representantes dos sindicatos), mas também buscariam ter apoio popular, com um contato mais intenso com figuras não ligadas ao trabalhismo, embora simpáticas às suas causas (daí a aproximação com os comunistas); os que ocupavam antes o posto, representados pelo próprio Danton Coelho e Segadas Viana, procuravam limitar a atuação da agremiação aos representantes sindicais, uma vez que esses seriam os mediadores com a população, não necessitando de outros mecanismos de aproximação social para além desse; por fim, o setor representado por Alberto Pasqualini e Lúcio Bittencourt buscava tornar o PTB um núcleo de ideias, com um plano bastante organizado e bases teóricas intensas, ficando disponíveis para todos aqueles que quisessem seguir seus ideais, independentemente de sua posição social. No caso em específico da disputa eleitoral, esses dois últimos grupos, bastante enfraquecidos frente à ação da Executiva Nacional, juntaram forças para tentar derrotá-la eleitoralmente, buscando reposicionar seus espaços dentro do campo partidário.

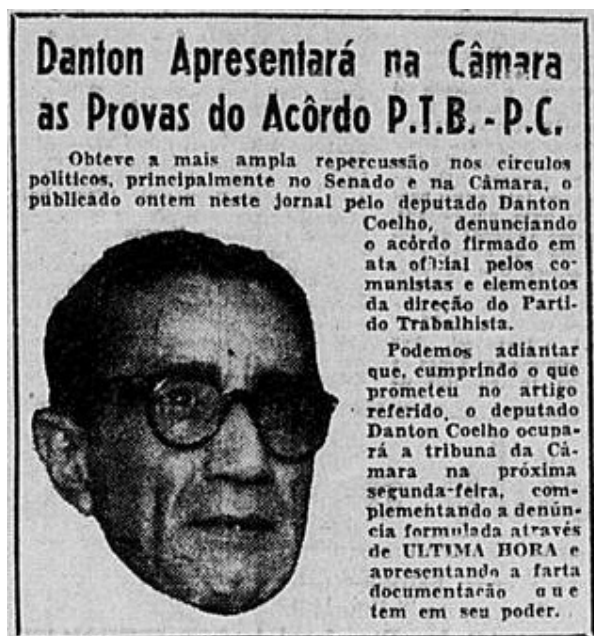


Imagem 56 – Na edição de 27/08/1955, a UH destacou a repercussão da fala de Danton Coelho, além da sua promessa de que apresentaria provas da associação dos comunistas com JK e Jango na tribuna da Câmara, no dia 29 (no entanto, o discurso só foi feito no dia 08 de setembro).

A partir da divulgação das declarações de Danton, a repercussão foi imediata. Já na edição do dia 30 de agosto, a UH pedia abertamente a renúncia de Jango à presidência do PTB (embora não da candidatura), indicando que ele não era digno de continuar no cargo por conta dessa aproximação com os comunistas. Já a campanha de JK foi preservada, não tendo o jornal carioca feito nenhuma relação direta entre a crise estampada entre os trabalhistas e a movimentação eleitoral (UH, *Só Resta um Caminho a João Goulart: Renunciar!*, 30/08/1955).

Nessa perspectiva, o mês de setembro teve início ainda em clima de intensas acusações e de ameaças sistemáticas de fuga da ordem por conta da disputa pela presidência, em uma crise que parecia sistêmica. No dia 01 de setembro, OESP divulgou informações de que Danton Coelho e os outros membros dissidentes seriam expulsos do PTB (fato bem visto pelo jornal, que visualizava um grande enfraquecimento da candidatura JK e do Jango) por conta das acusações (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 01/09/1955). No dia seguinte, a UH anunciou a saída do candidato a vice-presidente do jornal, para dedicar-se integralmente à campanha, certa de que o deputado federal seria eleito (UH, *“Despeço-me da Direção de “Ultima Hora” Para Assumir um Novo Posto de Combate!”*, 02/09/1955). O diário paulista também noticiou o fato, embora de maneira bem mais discreta e menos incisiva (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 03/09/1955).

Na edição do dia 04 de setembro, OESP publicou várias declarações de Amorim do Vale indicando, entre outras coisas, que seria muito bom para o Brasil se João Goulart não fosse eleito, já que ele era o principal centro de instabilidade na política nacional (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 04/09/1955). No dia seguinte, vieram a público várias declarações do almirante Carlos Pena Boto que, em entrevista à TI, voltara a reafirmar aspectos que já havia divulgado meses antes, tecendo críticas violentas a JK, Jango e Ademar (TI, “*Não é possível que voltem ao poder os homens que humilharam este país*”, 05/09/1955). Uma das principais lideranças da Marinha e presidente e fundador da *Cruzada Brasileira Anticomunista* (CBA), o militar não poupou termos para desqualificar as candidaturas e o próprio eleitorado, indicando que esse seria enganado pela demagogia e que “algo” deveria ser feito para evitar a ascensão completa do comunismo no país, tecendo inúmeras críticas negativas aos “herdeiros” de Vargas (TI, “*Não é possível que voltem ao poder os homens que humilharam este país*”, 05/09/1955).

OESP repercutiu sobre a entrevista, embora não desse um amplo destaque para as declarações do almirante (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/09/1955). Já na UH o assunto praticamente não reverberou, uma vez que, no mesmo dia em que foram publicadas as declarações de Pena Boto, Leonel Brizola e Danton Coelho se estranharam em apartes de uma fala de Nelson Omegna, sendo que ambos quase foram para as vias de fato em plenário⁴⁸.

O cenário político brasileiro caminhava, rumo ao processo eleitoral, em uma perspectiva complexa e com alta fragmentação. Acompanhando toda essa movimentação, os jornais procuravam noticiar e, sobretudo, influenciar o processo. No caso da UH, essa participação passou a ser ainda mais intensa após a escolha de seu diretor responsável, Danton Coelho, para ser candidato a vice-presidente na chapa de Ademar de Barros, expondo a evidente disputa que existia no seio do PTB nacional, tendo o jornal carioca diminuído (praticamente eliminado) a cobertura em relação a João Goulart, embora não tenha afetado os textos sobre JK.

Nesses princípios, as candidaturas, juntamente com o meio político e midiático, caminharam para seus últimos desdobramentos até ao processo eleitoral, que ocorreria no início do mês de outubro.

⁴⁸ Esse discurso não consta dos anais da Câmara dos Deputados. No entanto, Brizola faz referência a tais acontecimentos em mais de uma entrevista, demonstrando arrependimento em ter brigado com Danton (LEITE FILHO, 2008, p. 23). Ambos os jornais fizeram referência aos acontecimentos, embora OESP tenha dado maior ênfase ao processo (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/09/1955; UH, *DANTON REPELE INSULTOS DE BRIZOLA*, 06/09/1955).

6. ELEIÇÃO, VELHAS E NOVAS CRISES: A ESCOLHA DO PRÓXIMO PRESIDENTE

“O Brasil não pode ser dirigido por um Govêrno divorciado da massa trabalhista, não só nas suas grandes capitais, como nos seus mais longínquos rincões. Senti isso mais do que nunca agora, depois dos últimos acontecimentos, pelas cartas e telegramas que tenho recebido de tôdas as partes do nosso território”. São telegramas e cartas que chegam diariamente ao Ministério da Guerra, aos montes, assinados por mãos humildes, por gente que mal sabe escrever, ao lado de outras que demonstram a boa cultura dos seus remetentes; telegramas e cartas que, em seu conjunto, fazem uma análise sincera das condições do País e da situação política. E sôbre elas, observa o Ministro Teixeira Lott: “Elas transmitem ao Exército o calor de que êste precisa para estar sempre em contato estreito com o povo, do qual é uma parcela das mais puras” (UH, *O General Lott e o Povo (I)*, 06/12/1955).

6.1 Escândalos, atos e contra-atos: o resultado eleitoral e seus desdobramentos

Na sessão da Câmara do dia 08 de setembro, um discurso de Carlos Lacerda trouxe, novamente, mais lenha para a já imensa e intensa fogueira da especulação e da instabilidade política. Há algum tempo, o dono da TI vinha acusando Jango de, em conluio com vários outros políticos, financiar ações do *Movimento Nacional Popular Trabalhista* (MNPT), grupo que fora criado como uma espécie de intersindical a fim de mobilizar lideranças trabalhistas para as eleições (as principais estavam ligadas ao PCB), as quais haviam declarado apoio às candidaturas de JK e Jango e que, desde então, vinham sendo perseguidos por policiais, sendo que seu pedido de fechamento seria encaminhado à Justiça Eleitoral (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 13/09/1955).

No mesmo dia em que Lacerda apontava o grupo como uma das células comunistas de apoio a JK e Jango, o deputado udenista levou até o Palácio Tiradentes quatro metralhadoras da marca Thompson, que eram de uso exclusivo do Exército. Os modelos teriam sido encontrados por repórteres de seu jornal, e o destino seria exatamente para o MNPT (a sede inicial seria um escritório político do Ademar no Rio de Janeiro, com o político paulista apontado, pelo dono da TI, também como membro desta “facção criminoso”) (DULLES, 1992, p. 214).

Daí por diante o caso ganhou grande repercussão. Embora não exposto no editorial, o assunto foi abordado pelo OESP com certo destaque, com detalhes da fala de Lacerda que indicou, em seu discurso, que uma remessa maior de armamentos estaria sendo endereçada para Minas Gerais e Bahia, e, portanto, o movimento ganharia força em todo o país. Após um requerimento do deputado Pereira da Silva (PSD/AM), as armas ficaram apreendidas na

Câmara e seriam encaminhadas para serem investigadas (medida essa que teve amplo apoio no plenário, incluindo do próprio deputado udenista) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 09/09/1955).

No dia seguinte, o jornal paulista fez uma relação direta desse episódio com a movimentação dos comunistas, dizendo que eles queriam tomar o Brasil pelas armas, para colocá-lo a serviço do império moscovita (sendo JK e Jango seus principais representantes, ainda que o jornal paulista já noticiara, anteriormente, que nenhum deles era comunista de fato). Diante disso, OESP aproveitou para conclamar os brasileiros a evitarem essas candidaturas (e também a de Ademar, que não era comunista, mas era imoral, o que daria no mesmo para a publicação de Júlio de Mesquita Filho) e evitar que o país caísse em uma desgraça ainda maior:

Metido entre dois riscos, qual a qual mais serio – o de ser governado por instrumentos do imperialismo russo ou o de ser governado pelo mais alto representante da imoralidade publica – o Brasil necessita do apoio de toda a parte sadia dos seus filhos para que não sucumba ás mãos de um ou de outro desses pretendentes á cadeira presidencial. Abatem-se as divergencias superficiais e recolham-se as antipatias individuais, a fim de que, unidos todos os que amam o Brasil e as suas instituições democraticas, dêem combate, sem treguas, aos dois candidatos em cujas mãos, de uma forma ou de outra, ele pereceria (...) (OESP, *Os partidários do golpe*, 10/09/1955).



Imagem 57 – Na edição do dia 10 de setembro, em uma das raras fotos publicadas em sua edição, OESP expôs momento da fala de Lacerda no Palácio Tiradentes, no qual ele discursa e mostra as armas sob sua posse.

Com alguns dados da investigação que começara na manhã do dia 09, a UH deu cobertura para o caso, mas de maneira acusatória, indicando que o armamento fora roubado e que Lacerda obtivera o material bélico de ladrões comuns, não tendo como provar que encontrara em um comitê político. Além disso, membros do próprio Exército haviam sido presos, alguns para averiguação e outros como suspeitos do furto das armas e dos repasses para o proprietário da TI (UH, *Metralhadoras: Armas para Golpe do Corvo!*, 09/09/1955).

Já no dia seguinte, o jornal carioca estampou como manchete a declaração do diretor do DOPS, coronel Aduino Esmeraldo: “*NÃO SÃO DO EXÉRCITO AS METRALHADORAS DO CORVO!*”, trazendo uma cobertura bastante crítica ao chefe da TI, indicando que tudo não passava de um grande teatro e que a apresentação das armas nada tinha a ver com movimentação política de Jango ou de qualquer outro grupo ligado à candidatura do PSD e do PTB (UH, *NÃO SÃO DO EXÉRCITO AS METRALHADORAS DO CORVO!*”, 10/09/1955).

Em editorial do mesmo dia, a publicação de Wainer questionou as condições que levaram o dono da TI a ter acesso àquele armamento, uma vez que ele demonstrava ter conhecimento de dados que só a polícia deveria ter; além disso, via como incorreta a maneira como o chefe da Polícia do DF estava encaminhado a demanda, uma vez que poderia haver interferência de Lacerda em todo o processo (UH, *O Escândalo Armado Pelo “Corvo” e a Responsabilidade do Chefe de Polícia*, 10/09/1955).

Após as afirmações do chefe do DOPS (que repercutiram em todos os jornais), OESP diminuiu o tom e a UH continuou a alimentar suas já intensas críticas, dividindo os holofotes com a cobertura da morte de Lúcio Bittencourt, um dos senadores que mais faziam oposição à Jango. Seu falecimento ocorreu em um desastre de avião no interior de MG, durante sua campanha a governador do Estado (UH, *Lúcio Bittencourt Morreu em Defesa Dos Ideais de Vargas*, 13/09/1955).

O jornal paulista continuou a alertar seus leitores para a possível invasão comunista e o perigo das candidaturas de JK, Jango e Ademar, embora passasse a admitir a hipótese de que o caso das armas não fosse algo político (embora, em nenhum momento, foram feitas acusações a Lacerda, a qualquer outra pessoa ou membro do Exército) e continuasse indicando que os subversivos poderiam levar o Brasil a uma guerra civil (OESP, *O desvio das armas bélicas*, 11/09/1955). Já o jornal carioca, após declarações do general Mendes Cortes (responsável pelas investigações), passou a investir cada vez mais contra Lacerda, chamando-o de mentiroso e pedindo uma pesada punição a ele:

ÚLTIMA HORA Descenda (e o Chefe de Polícia Confirma) a Verdadeira História Das Armas Roubadas ao Exército:

LACERDA MENTIU AOS DEPUTADOS!

AS SENSACIONAIS DECLARAÇÕES DO CEL. MENESES CORTES PROVAM OS CRIMES DO CORVO:

- 1) Mentiu Cnicamente ao Congresso
 - 2) Recebeu as Armas Das Mãos de um Ladrão (Crime de Receptação)
 - 3) Aliou-se ao Larápio e Tentou Indibrlar a Polícia
 - 4) Coparticipação Intelectual no Crime (Código Penal, Artigo 25)
 - 5) Tentativa de Sublevação do País Com o "Conto" Das Metralhadoras "Descobertas" Por Seus Próprios Agentes
- (Leia Texto na Quinta Página Dêste Caderno)

Imagem 58 – Parte da capa da UH, da edição de 14/09/1955, com pesadas acusações contra Carlos Lacerda quanto ao caso das armas.

Concomitantemente à discussão, a situação na política da Argentina voltara a agravar-se. Desde o início de setembro, várias sublevações militares assolavam novamente o território do país vizinho, com inúmeros setores da sociedade pedindo a saída de Perón do poder (fato que seria consumado no dia 19, por um golpe de Estado). Ambos os jornais exploraram bastante as comparações entre os dois países, indicando que o Brasil poderia chegar a esse ponto se continuasse com radicalismos (enquanto o jornal paulista acusava JK, Jango e os comunistas, o diário carioca acusava Lacerda, a UDN, Café Filho e setores do Exército por causarem a situação crítica).

A troca de acusações entre os jornais é mais um componente importante de seus posicionamentos e *habitus* inseridos em suas culturas políticas: de um lado, a publicação paulista mantinha-se contra o legado varguista e contra todos aqueles que utilizassem seus termos, além de um forte anticomunismo e uma ampla valorização das bases liberais, do conservadorismo e do desenvolvimento econômico distanciado do Estado. De um outro lado, a publicação carioca procurava manter os princípios ligados a Vargas em suas edições, embora imerso em uma intensa disputa exatamente por esse espólio, já que o PTB estava abertamente dividido, e com a publicação no meio desse fogo cruzado contra Jango, mas, ao mesmo tempo, sem poder estruturar ampla oposição a ele por conta da disputa eleitoral, já que sabia ser desejável ter Goulart como vice-presidente e não Milton Campos.

No meio das investigações sobre as metralhadoras e da imensa crise em solo argentino, Carlos Lacerda fez uma declaração à TV Rio, em 16 de setembro, revelando ter provas de que um deputado argentino peronista, Antonio de Jesus Brandi, teria enviado armas para João Goulart enquanto esse ocupava o Ministério do Trabalho, com a ideia de formar a

tão propalada República Sindicalista. De certa forma, o dono da TI retomava o caso do chamado Pacto do ABC, associando à recente situação das armas para indicar que o presidente do PTB estava envolvido, mais uma vez, em uma grande conspiração. Na edição de 17 de setembro, seu jornal publicou o fac-símile da carta que provaria a ligação, sendo que o documento passou a ser conhecido, a partir de então, como Carta Brandi (DULLES, 1992, p. 215-216), detalhando que havia uma grande organização entre elementos trabalhistas e peronistas para o controle do Brasil por uma nova ditadura.

Da mesma forma que ocorrera com a questão das armas, o caso teve repercussão imediata, porém ainda mais intensa. OESP indicou que a acusação era gravíssima, podendo acabar de vez com a candidatura de Jango (já que, comprovado o ato, ele poderia ser acusado de traição ou crime de lesa-pátria) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 18/09/1955). A princípio, a UH não se mobilizou, uma vez que o jornal vinha tecendo uma série de ataques contra Roberto Marinho, que tinha cobrado em seu jornal e rádio uma promessa feita por Café Filho para a concessão de um sinal para a instalação de sua emissora de televisão. Utilizando um texto de Carlos Rizzini (experiente jornalista, que assumira a direção da edição paulista do jornal) para corroborar as acusações, a publicação de Wainer indicava que aquele era o preço cobrado pelo dono do *Globo* para o apoio do golpe contra Vargas, bem como ao novo governo (além do perdão da dívida do BB) (UH, *DOANDO UM CANAL DE TELEVISÃO À RÁDIO GLOBO O GOVÊRNO ESTÁ ENGANANDO O POVO DUPLAMENTE*, 19/09/1955).

Mas a resposta foi rápida: na edição de 20 de setembro, a UH publicou declarações de Jango negando a carta e a relação, indicando que toda a movimentação era falsa (assim como o caso dos armamentos), colocando que Lacerda não tinha como provar nenhuma de suas acusações (UH, *JANGO: INQUERITO E APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES*, 20/09/1955). Nessa mesma data, OESP publicou parte das declarações de Jango e do PTB também defendendo-se das acusações e, no editorial do dia seguinte, o diário paulista pediu a rápida apuração do caso e não condenou diretamente Jango, embora indicasse que caso fossem provadas as acusações, ele não poderia ser empossado (essa benevolência em relação à acusação não significou que o jornal o poupasse de inúmeras outras críticas, lembrando toda sua trajetória, com um viés bastante negativo) (OESP, *Verdade ou mentira?*, 21/09/1955).

De forma parecida (embora contra Lacerda), UH pediu um maior rigor na investigação do caso das metralhadoras, uma vez que o processo estaria ocorrendo sob sigilo absoluto (ao contrário do caso de Toneleros, em seu início, no ano anterior), pois isso era nocivo, uma vez que todos estariam sendo privados da verdade buscada pelas investigações, e cobrou,

portanto, uma postura mais esclarecedora do General Maurell Filho, responsável pela investigação (UH, “*TEMOS AÍ UM GALEÃO PELO AVESSO...*”, 21/09/1955).

A partir das denúncias de Carlos Lacerda, o ministro da Guerra determinou abertura de investigação sobre o caso. Além do levantamento que começaria a ser feito pelo próprio Exército, a imprensa também se movimentou: o próprio denunciante viajou até Montevideu (e, posteriormente, seguiu para Buenos Aires) para entrar em contato com membros exilados da oposição a Perón para colher mais evidências da relação entre Brandi e Jango, bem como as aproximações entre o recém governo destituído e Vargas (MENDONÇA, 2002, p. 177). Como contraponto, Eloy Dutra e Edmar Morel, enviados pela UH, seguiram direto para Buenos Aires para averiguar o caso e também colher mais informações sobre o assunto. (MOREL, 1999, p. 228).

Durante todo o fim do mês de setembro o caso foi acompanhado atentamente, e as primeiras declarações que chamaram a atenção foram a do prefeito de Uruguaiana, Íris Valls, do PTB. Citado na carta e indicado como um dos facilitadores do contato entre Brandi e Jango, o político afirmou para Maurell Filho que o conteúdo da carta era falso e que não existira nenhum tipo de tratativa a qual ele tivesse presenciado (caso foi noticiado, com destaque, em ambos os jornais).

Mais do que isso, Valls teria indicado que nomes como João Neves da Fontoura, Roberto Marinho e o próprio Carlos Lacerda estariam por trás do documento, utilizando-o como uma forma de acabar de vez com as candidaturas de JK e Jango (UH, “*ROBERTO MARINHO E JOÃO NEVES FORJARAM A CARTA*”, 23/09/1955, OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 24/09/1955:):

O prefeito de Uruguaiana fala com veemência e firmeza (...) - O povo brasileiro, principalmente, o povo do interior está cansado desses processos. O povo quer paz e quer trabalhar tranquilamente, escolhendo os seus governantes num clima de ordem, de respeito, de pudor e de dignidade. Na realidade, o povo que vive longe da Capital da República e longe dos centros de fermentação política acha-se já saturado com os métodos que vem empregando esse aglomerado de ambições mesquinhas que se chama União Democrática Nacional e que tem à sua frente figuras patológicas como esse pseudo-jornalista Carlos Lacerda (...) (UH, *ROBERTO MARINHO E JOÃO NEVES FORJARAM A CARTA*”, 23/09/1955).

No dia seguinte, a UH deu ampla cobertura às declarações de Maurel gravadas pela Rádio Nacional, indicando que Lacerda teria confessado que pegara as armas de um civil e que não conseguira provar, de fato, a procedência relacionada aos políticos do qual ele havia acusado. A partir daí, o jornal carioca intensificou ainda mais os ataques a Lacerda e passou a

tratar a Carta Brandi, decididamente, como falsa (UH, *LACERDA CONFESSOU AO GENERAL: RECEBEU AS ARMAS DO LADRÃO!*, 24/09/1955). OESP continuou em situação oposta, sempre indicando uma grande possibilidade de o documento ser verdadeiro (chegando a publicar uma entrevista, novamente com Amorim do Vale, afirmando que medidas enérgicas seriam tomadas pelo governo se fosse comprovado o conteúdo denunciado pelo dono da TI) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 25/09/1955).

A resolução do caso da Carta Brandi foi mais rápida do que se imaginava. Após voltar de viagem, Lacerda declarou que conseguira juntar provas suficientes para incriminar Jango, dizendo na tribuna da Câmara, em 28 de setembro, que logo indicaria todos os pormenores (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 28/09/1955). Como contraponto, na edição seguinte, a UH publicou uma entrevista concedida por Brandi para Edmar Morel, endossando a versão já dada ao *GLOBO* (em entrevista no dia 23) de que ele não havia participado de nada, dizendo-se tão surpreso quanto todos que tiveram acesso à notícia (UH, *“Vou Desmascarar os Chantagistas!”*, 29/09/1955). Em suas memórias, o repórter do jornal carioca deu mais alguns detalhes sobre tal acontecimento:

A primeira impressão sobre o deputado argentino foi a pior possível. Camisa suja, surrado chapéu de massa, ignorante porém muito esperto. Quando o gravador foi posto a funcionar, mandou parar.

- Quanto vou ganhar? Quero dois mil pesos pela entrevista e trezentos por cada foto batida.

Satisfeito seu pedido, Brandi foi claro:

- Fui vítima de uma chantagem. A carta é falsa e não foi batida na Argentina, cujas máquinas de escrever não tem o “til”. Minha consciência está tranqüila porque os falsários serão descobertos. É uma questão de tempo.

Mostrando calma, Brandi entrou em detalhes, deixando claro que a carta que levava seu nome era apócrifa, com erros grosseiros. Estava desmascarado o embuste dos golpistas brasileiros (...) (MOREL, 1999, p. 229).

Na edição do dia 30 de setembro, a UH trouxe estampada como manchete os seguintes dizeres: *DESCOBERTO O FALSIFICADOR!*, indicando que a investigação chegara até Fernando Malfussi, uruguaio radicado na Argentina e que tinha trânsito entre vários membros da FEB e contatos com o próprio Lacerda. Em uma extensa reportagem, a publicação carioca apresentou, detalhadamente, como teria sido a trama urdida por vários elementos, tendo como possível comparsa o também argentino Alberto Mestre Cordero (UH, *DESCOBERTO O FALSIFICADOR*, 30/09/1955).

No entanto, o jornal carioca, a princípio, não aprofundou o levantamento em suas páginas (alguns comentários apareceram apenas na seção *Revista dos Jornais*, na qual Octávio Malta pediu a prisão de Carlos Lacerda e Roberto Marinho por tal ato), uma vez que tais colocações não eram originárias das investigações policiais, mas de dados colhidos pelos jornalistas envolvidos. Todavia, tais afirmações repercutiram bastante na imprensa, sendo que, no dia seguinte, OESP publicou uma nota de Maurell, desmentindo que havia qualquer conclusão do inquérito instaurado por parte do Exército de que a carta era falsa, uma vez que as investigações ainda estavam em curso (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 01/10/1955).

Os jornais, entretanto, diminuíram a cobertura do caso para focarem, de fato, no pleito e nos últimos momentos da campanha para presidente (embora, obviamente, as movimentações precedentes tivessem repercutido diretamente na estrutura política). Nos dias anteriores, as denúncias de Lacerda acabaram deixando, de certa forma, a movimentação eleitoral em segundo plano nos periódicos. Contudo, a cobertura continuou presente e, nos momentos finais, voltara a ter grande destaque, com os diários assegurando seus pontos de vista e fortalecendo seus campos, com *habitus* já bem esclarecidos e com táticas definidas, uma vez que o resultado eleitoral poderia ser alterado pelas investigações em curso ou interferir no próprio andamento dos inquéritos instaurados. Logo, a disputa pelo pleito entrara em fervura nas duas publicações, evidenciando a intensa importância do campo político para os dois diários:

Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que está no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento. Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo, mais cresce a separação com relação aos profanos (BOURDIEU, 2011, p. 199).

A relação entre a imprensa e a política continuou intrínseca, sendo que ambos os periódicos mantiveram todas suas energias nos últimos dias para o impacto dos inúmeros acontecimentos, em especial no processo eleitoral. O destino dos próprios jornais estava em jogo, uma vez que o resultado do pleito demarcaria suas posições no campo político, já que haviam mudado nos últimos anos: OESP passara de oposição à situação na troca de governos, dando base para as ações de Café Filho (mesmo que de maneira crítica) e sustentando as campanhas de Juarez Távora e Milton Campos, cujos nomes mais se aproximavam dos ideais

do presidente (embora não recebesse apoio explícito dele), ou seja, eram concorrentes “de dentro”.

Já a UH, que foi de situação à oposição, condenava todos os passos do presidente e de seus ministros (a pasta da Fazenda, especialmente quando Gudin esteve à frente, foi a mais criticada) e, embora apoiando formalmente a campanha de Ademar de Barros e, explicitamente, a de Danton Coelho, demonstrava simpatias pela chapa JK e Jango (mesmo com problemas partidários com esse último) e, de uma forma ou de outra, ansiava por voltar a ser situação novamente. Desse modo, o que estava em jogo para ambas as publicações era qual a posição ocupariam no campo político, uma vez que esse território delimitaria, de certa forma, seus locais dentro do campo jornalístico, com suas culturas políticas já consolidadas.

Em relação à cobertura dos jornais para assuntos propriamente eleitorais, na edição do dia 14 de setembro, OESP deu um amplo espaço para a divulgação de uma entrevista de Luís Carlos Prestes, comentada por vários órgãos da imprensa, confirmando seu apoio a JK e Jango e indicando uma possível participação dos membros do PCB na possível gestão futura, além de pesadas acusações contra os ministros militares do governo (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 14/09/1955).

Na edição do dia seguinte, o jornal paulista acusou os membros do partido comunista de desordeiros e subversivos, rebatendo a fala de Prestes, que teria chamado Juarez, Eduardo Gomes e outros políticos de golpistas, por terem sido responsáveis por afastarem Vargas do poder e quererem assumir o controle do país pela força (o diário indicou que se de fato aqueles nomes quisessem ter assumido o poder pela força, teriam-no feito logo após a morte de Getúlio, e não naquele momento), indicando que ambos eram os principais defensores da legalidade no país desde a crise de 1954:

Vem, agora, o chefe desses agitadores impenitentes proclamar, em entrevista ao jornal do partido, que os generais que figuram no atual governo e o seu colega Juarez Tavora, são golpistas e pretendem implantar, no Brasil, um governo fascista. Ora, esses generais tiveram em mãos, em 24 de agosto do ano passado, quando o presidente da República pôs termo à existência, todos os poderes da Nação. Se alimentassem propositos fascistas ou simplesmente golpistas, ter-se-iam apossado do governo e poderiam fazê-lo sem perigo de reação, pois que o tragico fim do presidente desnorteara até os seus amigos mais chegados. Em vez de proceder dessa maneira foram buscar o vice-presidente da República e entregaram-lhe o governo do País. Ao chefe do Executivo deram, desde então, o mais leal apoio e, nos cargos que lhes foram confiados, não demonstraram, até hoje, nenhum desamor às instituições democraticas. Dentro da lei, rigorosamente fiéis aos seus preceitos, todos se mantiveram até agora. Ninguém, mesmo entre os civis de mais puros ideais, se mostrou tão interessado na realização do proximo pleito eleitoral, sem fraude e corrupção. Tudo quanto lhes foi possivel fazer,

fizeram-no para que o Congresso modificasse a lei eleitoral de modo a garantir a maior moralidade nas eleições que se avizinham (OESP, *Os mestres do golpe*, 15/09/1955).

Já em editorial do dia 20 de setembro, OESP defendeu uma espécie de voto “utilitário” em Juarez, indicando que ele não era o candidato ideal, mas seria a melhor opção dos quatro postulantes, além de contar com a melhor equipe e com um vice bastante qualificado (OESP, *O outro candidato*, 20/09/1954). Já a UH passou apenas a noticiar as candidaturas, mantendo seu foco analítico nos casos envolvendo as denúncias contra Lacerda, em um processo para desmascarar seu principal inimigo. Houve poucas exceções, como um texto indicando que a candidatura de Juarez estaria sendo abandonada por vários correligionários (mas sem especificar muitos nomes) que já viam uma possível derrota consolidada (UH, *GOLPE CONTRA JUAREZ*, 22/09/1955) e algumas notícias negativas quanto aos nomes ligados à UDN, com pequenas notas de apoio aos outros candidatos. Já no jornal paulista, o apoio a Juarez e os ataques às outras candidaturas continuavam em um ritmo um pouco mais intenso que do diário carioca, além de vários comentários sobre a temeridade que seria ter JK, Jango ou Ademar no poder.

No dia 24, no entanto, a UH deu destaque para declarações de Alzira Vargas, indicando que, se seu pai estivesse vivo, certamente votaria na chapa JK e Jango. Em julho, o jornal já indicara que ela deveria apoiar essas candidaturas, mas publicara somente naquele momento a perspectiva, dando uma grande ênfase às declarações (que buscava, de certa forma, tecer um paralelo com a declaração de Vargas dias antes das eleições em 1945, que ajudara a eleger Dutra):



Imagem 59 – Grande destaque da UH, na capa do dia 24/09/1955, indicando a aproximação entre Alzira Vargas e a candidatura de JK e de Jango.

OESP também utilizou de um efeito parecido, dando grande destaque na edição do dia 25 para as declarações do ex-presidente Dutra, afirmando que votaria em Milton Campos para vice-presidente, embora não declarasse sua escolha para presidente (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 25/09/1955), sendo que o jornal paulista deu a entender que, provavelmente, o militar votaria em Juarez. Em editorial do dia 28 de setembro, a publicação paulista reafirmou seu alinhamento com a UDN, mesmo destacando não ser um jornal partidário e indicando que esse grupo e os pequenos partidos que o apoiavam (PSB, PL, PR e PDC) constituíam a única forma de salvação do país, os únicos grupos na política que se pautavam pela honestidade e pelo bom senso:

Jornal de oposição, isto é, jornal que não se enfeuda nem se enfeudou nunca a grupos, partidos ou governos – a independência de que legitimamente nos orgulhamos dá-nos força moral, neste momento delicado da vida nacional, para aconselhar a quem nos lê a que perfilha como sua a causa de moralização, de ordem e de respeito encabeçada pela UDN (...) os três quartos de século de uma existência inteiramente devotada à defesa da liberdade e dos interesses públicos (...) certos de estarmos pugnando pelos mais altos interesses da Nação, a aconselhar-mos àquela parte da opinião pública que até hoje nos não negou a sua confiança, a sufragar nas urnas os nomes indicados pela União Democrática Nacional para a suprema magistratura do País (...) Com esse ato, não se afirmará apenas o desejo de ver o País trilhar definitivamente o caminho de que criminosamente o afastaram, mas prestar-se-á também um preito de justiça a uma organização partidária que energética e denodadamente se tem oposto à última degradação a que se tem pretendido levar a política nacional (OESP, *O nosso conselho*, 28/09/1955).

Os ataques dos jornais aos seus desafetos intensificaram-se nos últimos dias antes do pleito, com a publicação paulista atuando em duas frentes: indo contra Ademar em uma ponta, e contra JK e Jango em outra (embora, muitas vezes, unificasse a avaliação negativa em comentários uníssomos). No editorial de 01 de outubro, OESP fez uma comparação do ex-governador paulista a um rei-momo (em alusão ao seu comportamento “bufão” em um comício), além de continuar com críticas contundentes aos candidatos da chapa PSD/PTB (OESP, *A tristeza de um comício*, 01/10/1955). A UH não utilizou o mesmo tom, mas também fez algumas críticas (mesmo que veladas) a Juarez, procurando valorizar as candidaturas do ex-governador mineiro e presidente do PTB (mesmo com a rusga já declarada) e divulgando, intensamente, as campanhas do presidente do PSP e de Danton Coelho:



OUTUBRO
3
Segunda-feira

ITENS
QUE DEFINEM
UM PROGRAMA
DE GOVERNO...

- ENERGIA
- TRANSPORTE
- ALIMENTAÇÃO

Brasileiros!

Cooperem para que a administração pública nacional seja entregue ao homem cujo passado de trabalho e realizações constitui uma garantia de melhores dias para o povo.

JUSCELINO *confia em você*
VOCÊ PODE CONFIAR EM JUSCELINO

HOJE

COMÍCIO DE ADHEMAR

Convocação Para o Grande Desfile de "Astros"



As maiores expressões do Rádio, Cinema e Teatro estarão a postos, hoje às 19 horas em ponto, na Praça Mauá, para a grande coreia que deverá deixar a Avenida Rio Branco, até a Praça do Congresso, onde se realizará o grande "show" em homenagem a vitoriosa campanha do candidato puleiro.

A passate, que terá início às 19 horas, saindo da Praça Mauá em carros abertos iluminados com fogos de bengala, será capitaneada por Horvelto Martins e sua famosa Escola de Samba em grande gala e contará com a participação, entre inúmeros outros, de Emilinha Borba, Francisco Carlos, Marlene, César de Alencar, Ivan Curi, Carmélia Alves, João Dias, Anselmo Duarte, Fada Santoro, Eliana, Heloisa Helena e Orlando Silva.

★

ARTISTAS DO BRASIL!
MUSICOS DE NOSSA TERRA!
RITMISTAS DE TODAS AS ESCOLAS DE SAMBA!

Todos hoje, a noite, às 19 horas, na Praça Mauá, para o grande desfile em homenagem a Adhemar de Barros. Informações e detalhes com o Dep. Humberto Teixeira, Comitê Adhemar, Avenida Rio Branco, 311, 4.º, s/415 — Telefone 22-9247.



TRABALHADOR!

Chegou a hora de você provar que quer bem ao Brasil e a você mesmo. Votando em Adhemar de Barros.

Não se iluda com os candidatos que lhe prometem o céu e a terra. Lembre-se de que só com o desenvolvimento do nosso país, você conseguirá melhoria do seu padrão de vida.

Só Adhemar de Barros proporcionará grandeza ao Brasil e bem-estar a cada brasileiro.

Imagem 60 – Na esquerda, página de destaque para propaganda na UH de Juscelino Kubitschek (sem referência a João Goulart), do dia 26/09/1955. Na direita, duas imagens das variadas propagandas para Ademar e Danton (a primeira anunciando vários artistas famosos da época, como Emilinha Borba e Orlando Silva, entre outros). Retiradas da edição do dia 30/09/1955.




BRASILEIRO!

Cada povo tem
o governo que merece!

Para seu governo
vote em

JUAREZ

O candidato a Presidencia da Republica que pelo seu passado glorioso, de lutas e realizações pelo bem comum e por suas incontestáveis qualidades morais, está á altura do povo brasileiro... está á altura do Brasil novo... que você deseja para si e para seus filhos!

Imagem 61 – Propagandas veiculadas no OESP, em 30/09/1955. A figura de cima é uma referência ao slogan de campanha de Jânio Quadros (a vassoura contra a corrupção) e a imagem abaixo com uma perspectiva bastante benemérita de Juarez.

Como espécie de “última cartada”, ambos os jornais se mobilizaram para aumentar suas capacidades de convencimento do eleitorado. Na edição da véspera da eleição (dia 02 de outubro), OESP publicou uma carta, em sua capa, de Jânio Quadros conclamando o voto a Juarez, utilizando uma retórica muito comum ao *habitus* do governador paulista: as imensas dificuldades pelas quais a campanha havia passado e a falta de apoio das principais elites do país contra a candidatura, colocando que tal movimentação era um esforço daqueles que tinham poucos recursos (mesmo utilizando a máquina estadual para a campanha) contra aqueles que possuíam muito e que queriam manter as estruturas de poder do país:

Dias uteis, Cr\$ 1,50; dom., Cr\$ 2,00; ass. ano, Cr\$ 380,00
Redação, adm., oficinas, publicidade: Rua Major
Quedinho, 28. Tels.: 36-6931 e Publicidade, 32-2002

REDATOR-CHEFE: MARCELINO RITTER

Veja o povo, sinto o povo, julgue o povo a refrega que se desenrolou, e ora caminha

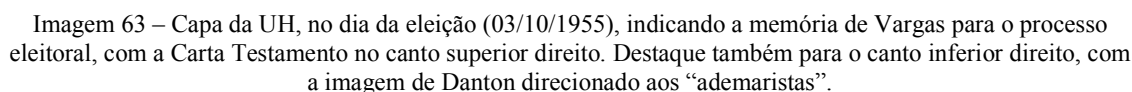
Datado de Itapetininga, 243

Barão de Itapetininga, 249

JUAN PABLO RAMIREZ YIVONA y MILTON CAMILO

nas edições de domingo. Capa do OES

Imagem 62 – Além da carta de Jânio no canto superior direito, há outras propagandas “interativas” para Juarez Távora e Milton Campos, além das tradicionais propagandas presentes nas edições de domingo. Capa do OESP, 02/10/1955.



Nessa perspectiva, ambos os jornais caminharam para o processo eleitoral, após uma longa e desgastante disputa que envolveu, além dos tradicionais elementos da batalha pelo voto, as ameaças de quebra da ordem constitucional em vários momentos distintos. Em menos de dez anos do período constitucional, os grupos políticos pareciam ainda não habituados com as regras do sistema democrático, com partidos e composições eleitorais demonstrando, em vários momentos, grande fragilidade.

Durante praticamente os seis meses de campanha, as análises e notícias relacionadas a possíveis golpes ou interrupções da ordem constitucional tiveram quase que o mesmo espaço, nas publicações, que os textos noticiando a campanha em si. No decorrer de todo o período, havia um enorme clima de instabilidade pairando por todo o processo, embora os líderes militares e o governo se empenhassem em garantir para a imprensa, em geral, que não havia problemas de legitimidade, que o pleito ocorreria sem interrupções nem quebras na ordem estabelecida.

Após o traumático desfecho da crise do governo Vargas e o breve, porém turbulento mandato de Café Filho como presidente, a definição do próximo nome a ocupar o Executivo nacional seria um passo importante para a manutenção das instituições ou uma interrupção no processo, com mudanças de regras e a busca por uma nova maneira de se pensar e fazer política. Entre essas perspectivas, ambas as publicações analisadas continuaram suas intensas movimentações, buscando consolidar seus espaços dentro do campo político como forma de se situarem no campo jornalístico, fazendo do pleito nacional não só uma disputa de poder, mas também um instrumento de redefinições de suas próprias identidades.

Durante os últimos meses, no Legislativo, vários projetos foram debatidos e votados para mudanças pontuais no pleito que seria realizado, uma vez que permitiriam um processo eleitoral mais justo, na opinião de seus proponentes. Dentre eles, três foram para votação: o Parlamentarismo, a Maioria Absoluta e a Cédula Oficial. Os dois primeiros não foram aprovados, sendo que a mudança de regime foi proposta, novamente, por Raul Pila; já a mudança na contagem dos votos seria uma forma de institucionalizar o pedido feito para impedir a posse de Vargas em 1950, tendo uma emenda apresentada pelo senador e ex-ministro da Agricultura de Dutra, Novais Filho (PSD/PE).

Já a Cédula Oficial foi aprovada, mas com modificações, tornando-se a Cédula Única. Embora vários projetos passassem pelo Legislativo, a versão final, aprovada primeiro no Senado e depois na Câmara, foi na verdade estruturada pelo presidente do TSE, Edgard Costa, que instituiu um modelo no qual o nome de todos os candidatos a presidente e a vice-presidente estariam escritos em cédulas específicas (uma para cada cargo), sendo que o eleitor

teria que assinalar qual o nome que ele escolheria. Sancionada por Café Filho em 30 de agosto de 1955, a medida visava tornar o critério de votação mais justo, pois seria o próprio Estado quem imprimiria e distribuiria o documento aos eleitores, sendo somente ele considerado para a apuração (até então, cada campanha imprimia suas próprias cédulas e essas eram colocadas nas urnas, sendo a contagem realizada de acordo com o número de papéis de cada candidato) (BENEVIDES, 1976, p. 272-273).

A substituição foi proposta para derrubar a principal questão colocada como barreira, pelo PSD e PTB anteriormente, da exclusão do voto dos trabalhadores e pessoas que não dominavam plenamente a escrita, já que as proposições originais indicavam que a cédula viria em branco e o eleitor escreveria o nome do presidente e do vice escolhidos (HIPOLITO, 1985, p. 158-159). A nova proposição também agradou a membros da UDN e de partidos menores, uma vez que indicavam terem menos verbas que a campanha de JK e de Ademar e, por isso, não teriam como imprimir cédulas suficientes para competir com esses nomes e, portanto, sendo a distribuição feita pelo Estado esse problema seria evitado (BENEVIDES, 1981, p. 93).

O dispositivo pareceu ter funcionado de maneira bastante satisfatória, além dos mecanismos para organizar o pleito em geral. Após a votação, em 03 de outubro, um fato em comum, noticiado por ambos os jornais na edição após o processo eleitoral, foi o ambiente calmo em que ocorrera a votação, em uma notável distinção com a tensa campanha divulgada e problematizada pelas publicações ao longo daqueles últimos meses.

Para além de declarações tranquilizadoras (principalmente de Lott, elogiando todo o processo), um único acontecimento ocasionou uma confusão bastante grande, oriunda de transmissões da emissora de rádio do Globo. No dia da votação, o canal noticiou, durante todo o dia, notícias relacionadas à Carta Brandi, pedindo para a população votar contra os comunistas, com slogans como “Brasileiro, vote contra a corrupção e a ameaça comunista” (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 04/10/1955; UH, *VENCEU O REGIME NA MAIOR DAS ELEIÇÕES REALIZADAS NO BRASIL*, 04/10/1955).

O jornal paulista noticiou com destaque a informação, embora não emitisse nenhuma opinião, a princípio. Em compensação, a UH indicou o acontecimento no centro da capa, também em 04 de outubro, tendo como título a seguinte mensagem: *Provocação e Desrespeito à Lei Nas Irradiações da Rádio Globo*, com amplo destaque sobre a ocorrência (o TSE aceitou a denúncia feita pelo PSD e PTB contra a emissora), mantendo a lembrança sobre a ocorrência em vários dias após a realização do pleito.

Tal movimentação do *Globo* teria sido motivada por declarações, publicadas no dia da eleição e emitidas pelo Ministério da Guerra, indicando que recebera informações de Maurell (que estava na Argentina) de que a Carta Brandi era, de fato, verdadeira. Embora nenhum dos dois jornais desse amplo destaque para o fato, a nota indicava que, pelos dados emitidos pelo responsável da investigação, seria bem provável que o documento apresentado por Lacerda fosse legítimo (DULLES, 1992, p. 217), o que colocaria Jango em uma situação praticamente insustentável. Em suas memórias, Café Filho indicou que não teria gostado da atitude de Lott e que este respondera que ao divulgar tais dados, atendia exigências de representantes do PTB que o haviam procurado, repassando todas as informações de que dispunha para apresentar o processo de maneira transparente e isenta, tentando solucioná-lo da maneira mais rápida possível (CAFÉ FILHO, 1966, p. 543).

Em relação ao processo eleitoral, a publicação carioca trouxe os primeiros dados da apuração já no dia 04 de outubro, indicando que Ademar de Barros e João Goulart lideravam a disputa, com destaque para a enorme votação que Juarez recebera, por ora, em São Paulo (rivalizando com Ademar), destacando o apoio de Jânio a ele (UH, *MAIS VOTADOS OS CANDIDATOS DAS FÔRÇAS POPULARES*, 04/10/1955). No dia seguinte, OESP minimizou os dados iniciais, indicando que a apuração ainda estava concentrada em algumas regiões e que haveria margem para que Juarez e Milton Campos reagissem (esse, nas primeiras parciais, estava pouco distante do presidente do PTB) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 05/10/1955).

Concomitante com os primeiros resultados da apuração eleitoral, o governo Café Filho sofreu mais uma forte turbulência política. Desde que Whitaker assumira o ministério da Fazenda, o principal aspecto a ser trabalhado seria a reforma cambial, conjunto de mudanças que procurou unificar as taxas de câmbio como um contraponto às mudanças realizadas no governo Vargas, visando estimular a exportação de produtos brasileiros, mas a um custo mais baixo (em especial o café), procurando assim não sofrer tanto o desgaste das variações externas (como ocorria no momento).

Em um primeiro momento, o processo seria gradual, caminhando por algum tempo até chegar à unificação das taxas, visando trazer um impacto menor aos produtores, em especial aos cafeicultores (PINHO NETO, 1989, p. 161-162). No entanto, tal movimentação não agradou boa parte dos ministros, uma vez que essa nova taxação impactaria diretamente em várias áreas e traria uma mudança muito drástica, e eles entendiam que isso não deveria ocorrer no final do mandato. Além do mais, tais mudanças acarretariam em uma possível alta da inflação, elevando o custo de vida da população (PINHO NETO, 1989, p. 162) e, em consulta aos três candidatos mais populares à presidência, nenhum deles teria sinalizado,

positivamente, para o projeto (CAFÉ FILHO, 1966, p. 438-439). Como resultado da titubeação do presidente, Whitaker pediu demissão do cargo, em conjunto com Alcides da Costa Vidigal. Como o próprio Café Filho relatou em suas memórias:

Eu insistia no planejamento do novo sistema em termos que não acarretassem o encarecimento do custo de vida e não redundassem em efeitos desfavoráveis à gestão do meu sucessor (...) Estávamos a 30 de setembro de 1955. Convoquei imediatamente o Ministério para tomar conhecimento do texto da reforma proposta por José Maria Whitaker (...) O único Ministro que se manifestou favoravelmente foi o Eng.º Marcondes Ferraz, da Viação. Os titulares das pastas da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica consideraram a reforma inoportuna, pois o governo estava praticamente terminado (...) Em face de todas essas objeções, principalmente das que diziam respeito à necessidade de ser o assunto submetido ao Legislativo, adiei para a semana seguinte a decisão final (...) Comuniquei ao Ministro da Fazenda que, em face dos pareceres jurídicos, achava imprescindível submeter ao Congresso o projeto da reforma, em virtude do sistema ali previsto (...) Whitaker considerou-se demissionário, não obstante os apelos que lhe fiz para que permanecesse no cargo (CAFÉ FILHO, 1966, p. 436-439).

Em pouco mais de um ano de governo, Café Filho teria que recompor sua equipe econômica pela terceira vez, aumentando ainda mais a ebulição política já existente por conta do processo eleitoral. Além disso, tais acontecimentos causaram certa instabilidade econômica, levando a oscilações no mercado financeiro e na inflação do país, além da saída de certa quantidade de capital por conta de boatos sobre a possível efetivação da reforma cambial, mesmo com a saída de Whitaker (PINHO NETO, 1989, p. 161).

Ambos os jornais reagiram de maneira negativa aos acontecimentos, com posturas parecidas. Tanto OESP quanto UH responsabilizaram Café Filho pelo ato, uma vez que a principal condição para que Whitaker assumisse o cargo era, exatamente, a consolidação dessa reforma, desejada para dinamizar a economia. A repercussão maior foi no jornal paulista, que condenou a ação do presidente e torcia para que, mesmo com a saída de Whitaker, as mudanças para o câmbio fossem colocadas em prática (OESP, *A procrastinação da reforma cambial*, 06/10/1955).

Já o diário carioca limitou-se a indicar os efeitos da ação, sendo bastante econômico em suas declarações sobre o caso, além de fazer uma associação da saída do ministro com a possível derrota de Juarez, apoiado por Jânio que, por sua vez, tinha indicado o ex-ministro ao cargo (UH, *Queda de Whitaker Provoca Tensão no Mercado do Café*, 06/10/1955).

O noticiário relacionado à Carta Brandi também voltou à tona, principalmente por conta de um discurso proferido por Fernando Ferrari, na Câmara dos Deputados, no dia 05 de

outubro, elencando vários dados já apresentados pela UH e indicando que o documento era uma grande farsa, fazendo acusações contra aqueles que queriam desestabilizar a democracia no país (em especial com referências, mesmo que cifradas, para Carlos Lacerda) (BRASIL, 1955, p. 7336-7340). O dono da TI passou a fazer inúmeros apartes na fala e, após pesadas trocas de ofensas, o deputado petebista quase agrediu o parlamentar da UDN, causando grande celeuma no recinto (DULLES, 1992, p. 222). Ambos os jornais deram destaque também para o fato, mas em aspectos opostos: enquanto OESP condenou o clima hostil da discussão e as falsas acusações do deputado gaúcho (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/10/1955), a UH manteve o tom do denunciante, tecendo fortes críticas ao *Corvo*, indicando mais uma vez sua “canalhice” perante os fatos postos (UH, *LACERDA INSULTOU E FUGIU*, 06/10/1955).

Ainda em relação à apuração, nos dias seguintes JK passou a ter mais votos e ficou muito próximo de Ademar e, no cargo de vice, Milton Campos assumiu a liderança, passando a distanciar-se de Jango. A UH publicou, ainda na edição do dia 06 de outubro, declarações dos dois primeiros colocados até então, sendo que ambos estavam certos da vitória e, no caso de Ademar, já até estaria pensando em nomes para seus ministérios (em uma possível articulação com vários nomes e partidos distintos, como o próprio PSD e UDN), indicando a manutenção de ministros de Café Filho, como o demissionário Whitaker na Fazenda (UH, *A Marcha Para o Catete*, 06/10/1955)⁴⁹.

Já nas edições do dia 07 de ambos os jornais, foi destacada a rápida ascensão de JK que, em dois dias de apuração, saltara do terceiro para o primeiro lugar. No editorial *Os “pangloss” do regime*, OESP faz uma dura crítica aos diários cariocas em geral, que estavam vendo com bons olhos a possibilidade de o ex-governador mineiro ou do político paulista presidir o Brasil, fazendo uma comparação irônica com o protagonista do romance *Cândido*, de Voltaire, que via em todos os acontecimentos do mundo apenas aspectos positivos.

Com a mesma linha discursiva, a publicação de Júlio de Mesquita Filho não mediu palavras para criticar os eleitores, a imprensa e o sistema político em geral pela baixa votação de Juarez Távora e pelos resultados elencados até então, ressentindo-se das acusações de que os denunciadores de movimentações contra Jango serem taxados de golpistas quando, na verdade, quem orquestrava contra a democracia eram exatamente esses que estavam liderando a apuração:

⁴⁹ Essa nova coluna substituiu a *Diário da Sucessão* de Medeiros Lima, passando a abordar o resultado eleitoral e o contexto para a definição do novo presidente. O responsável por ela era Josemar Moreira.

Como não querem reconhecer o caos em que nos encontramos, acabam esses jornais por atribuir os males que nos angustiam não aos que os determinaram com suas infâmias, mas aos que deles procuram livrar o País. Golpistas não são, para esses estranhos salvadores da República, os que sitiam o poder na presunção de que lhes será possível reinstalar o estadonovismo no País, mas os que lutam por acautelar a Nação dessa desgraça. Golpistas não são, para eles, os conspiradores que se mancomunaram com a sucia peronista numa criminosa tentativa de ensaguentar o Brasil para sujeitá-lo a uma aventura sindicalista, mas os que, para poupar à Nação esse infortúnio, investigam os delitos de tão perigosos adversários do regime. Inimigos da República não são os peculatórios que ameaçam tisoná-la com a desonra, mas os que exigem para a suprema magistratura nacional um homem digno de nossas tradições de probidade. Antidemocratas não são os que preparam emboscadas à legitimidade do voto, mas os que não admitem a fraude mesmo à custa de todos os sacrifícios. Responsáveis pela crítica situação do País, não são, finalmente, os que o talaram com suas ilegítimas ambições do mando e do dinheiro, mas os que duvidam de que se possa, por meios normais num regime em pleno e perfeito funcionamento, desarraigar os males, profundos e resistentes, implantados na República pelos usufrutuários do poder bastardo (...) (OESP, *Os "pangloss" do regime*, 07/10/1955).

Nas edições do dia seguinte, as novas parciais da apuração indicavam um maior distanciamento de JK em relação a Juarez (que assumira a segunda posição) e a ascensão de Jango, que passara Milton Campos, mas mantinha uma distância ainda muito pequena (pouco mais de 75.000 votos, de quase 5.500.000 apurados; a diferença entre os dois primeiros colocados para presidente era de, aproximadamente, 360.000 votos). Muitos boatos em relação às composições políticas já surgiam, sendo que membros da UDN e do PSB já declaravam fazer oposição a um possível governo do político mineiro (UH, *A Marcha Para o Catete*, 08/10/1955). Em editorial, o jornal carioca indicou que, independentemente de quem vencesse, o próximo presidente teria muita dificuldade para governar, exatamente pela divisão política em que se encontrava o Brasil e dos inúmeros problemas que existiam no momento, conturbado por intensa crise e disputas:

O momento deve ser, portanto, para o candidato eleito, menos de euforia do que de graves reflexões, uma vez que os problemas estão à sua espera, a começar pela reforma cambial (...) Naturalmente, o futuro presidente consagrado pela decisão das urnas de 3 do corrente, sente já a necessidade de que, em torno dele, se reúnam os homens de boa-vontade os mais lúcidos, os mais capazes, esquecidos os excessos e os ressentimentos que a campanha tenha, por acaso, gerado (...) Não são, portanto, apenas problemas econômicos graves que desafiam a sabedoria do novo presidente. Mas, também, problemas de ordem política, questões de tática apresentam-se à inteligência, à cultura e ao desprendimento do novo chefe da Nação, que no benefício da continuidade democrática entre nós, terá de resolvê-los pronta e satisfatoriamente (...) (UH, *A EXPECTATIVA EM TÓRNO DO NOVO PRESIDENTE*, 08/10/1955).

Nos dias seguintes, não houve alteração na colocação das novas parciais e as vitórias de JK e de Jango pareciam iminentes. A partir desses dados, várias declarações públicas começaram a questionar o resultado eleitoral, resgatando uma série de fatores já levantada anteriormente e que voltava, naquele momento, à tona. O jornal paulista, a partir da consolidação dos resultados, valeu-se de um relatório que estava sendo feito pelo DOPS paulista (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 11/10/1955) apontando as atividades comunistas no processo eleitoral e, a partir disso, passou a questionar abertamente o resultado, indicando que os dados da apuração não expressavam a verdadeira vontade do eleitorado “de direito” do país. Em editorial, o diário de São Paulo fez uma espécie de ode a uma solução extralegal, analisando que, por inúmeros motivos, o pleito estava maculado e não poderia ser levado em conta:

Não pode a Nação, portanto, considerar lidima a vitoria num pleito democratico, de uma chapa levada ao triunfo pelos desafetos do regime. Chapa, aliás, em que figura como beneficiario dessa contrafação da soberania popular, quem se tem esmerado em demonstrações de extrema desafeição ao regime, seja pelos entendimentos que anteriormente manteve com o comunismo para a provocação de agitações sociais, seja pelas conspiratas que chefiou para a implantação da republica sindicalista no Brasil. A pequena diferença de votação que separa, na apuração geral do pleito, o general Juarez Tavora do ex-governador mineiro é, ao que se estima, menor que a força eleitoral do comunismo no País. Quer isto dizer que foi um agrupamento cujas atividades politicas se processam fora da lei quem decidiu do exito da candidatura dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, se ao final da apuração se confirmarem as tendencias até agora registradas. E poderá o Brasil ficar á mercê de um governo eleito pelos comunistas, e a estes ligado por compromissos perniciosos ás instituições democraticas? (OESP, *A inquietação das raposas*, 11/10/1955).

Em um outro texto do editorial da mesma edição, o jornal paulista criticou a Justiça Eleitoral por não ter barrado o apoio dos comunistas à chapa ou a própria impugnação dessa, além de criticar o processo eleitoral em geral (OESP, *A falha da Justiça Eleitoral*, 11/10/1955), indicando possíveis falhas e compras de voto, além de acusar o sumiço de urnas em determinados locais de votação. Tal postura, apresentada pelo OESP após a perspectiva de vitória de seus opositores, contradiz os textos anteriores e alguns até posteriores ao processo eleitoral, que criticavam os candidatos não alinhados à publicação, mas elogiavam a forma como a campanha estava sendo conduzida, sendo que nos primeiros dias do pleito vários membros do governo e do Judiciário foram congratulados, em suas páginas, por conta da condução da campanha.

Entretanto, a perspectiva da derrota iminente mudara o discurso. A partir dessa mesma edição, o jornal paulista passou a publicar, quase que diariamente, textos do articulista e deputado Rafael Corrêa de Oliveira (UDN/PB), cujos escritos endossaram a visão do jornal em relação ao processo eleitoral e os seus desdobramentos⁵⁰, com uma perspectiva ainda mais crítica. E, segundo a UH, outros jornais também começavam a dar fôlego para essa retórica, propondo a anulação do pleito. Nesse mesmo dia, Octávio Malta analisou que vários periódicos do Rio de Janeiro estavam lamentando as possíveis vitórias e que o DN estaria pregando, abertamente, o impedimento dos prováveis eleitos, sendo que o jornalista pediu uma providência para as autoridades sobre o caso (UH, *Revista dos Jornais*, 11/10/1955).

Concomitante com tais movimentações eleitorais, novas revelações sobre o inquérito da Carta Brandi davam um novo contorno à dinâmica política do período. Na mesma edição do dia 11, a UH destacou como manchete os seguintes dizeres: *MALFUSSI CONFESSA: FORJOU A CARTA POR ORDEM DE LACERDA!*, cravando a revelação de um dos envolvidos no processo. Em um furo de reportagem obtido pela *Zero Hora* (uma das sucursais da UH, em Porto Alegre), Malfussi teria admitido a fraude e indicado que fora coagido por Lacerda, por um outro homem e por um militar de alta patente (que seria Adil de Oliveira) para datilografar a carta (a máquina, inclusive, estaria em posse de Maurel Filho) (UH, *Malfussi Confessa: Forjou a Carta Por Ordem de Lacerda!*, 11/10/1955).

No dia seguinte, OESP publicou declarações de Lacerda desmentindo Malfussi, além de indicar que a movimentação para um possível golpe de Estado ganhara força com a apuração e as informações desconstruídas sobre o inquérito (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 12/10/1955), demonstrando preocupação sobre o rumo que tais ações poderiam tomar. Já a UH intensificou os ataques ao proprietário da TI e, no dia 14, o diário de Wainer indicou que havia uma movimentação nas Forças Armadas (embora não citando nomes) a favor da manutenção da Constituição, pedindo abertamente o *impeachment* de Carlos Lacerda (UH, *A Marcha Para o Catete*, 14/10/1955).

O jornal carioca também aproveitou para fazer uma ampla defesa da Carta Constitucional e dos candidatos que se consolidaram à frente das apurações, além de dedicar um editorial aos militares, elogiando a postura de suas principais lideranças até o momento (UH, *As Forças Armadas Defenderão a Legalidade*, 14/10/1955). Quanto à acusação contra Lacerda, um dia antes OESP noticiou, com bastante ironia, uma denúncia feita à Justiça contra o deputado udenista pelo coronel José Luiz Guedes, que indicou que o acusado estaria

⁵⁰ O jornalista e político era diretor do DN, e os textos editados no OESP, de maneira geral, eram publicados em edições anteriores do jornal carioca.

incitando, pelos rádios e pelo jornal, um golpe e o fim da democracia no país, devendo ser punido com a perda do mandato (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 13/10/1955).

Diante de todos esses acontecimentos, um dos elementos mais intensos da cultura política do OESP (e defendidos por inúmeros outros grupos, tendo Carlos Lacerda como seu porta-voz mais estridente), a democracia elitizada ou para poucos voltava com toda a força a ser problematizada nas páginas da imprensa e, também, na pauta política. O *habitus* da publicação paulista era muito mais contra o legado varguista do que contra JK, Jango e Ademar, sendo que a oposição a esses nomes ocorria por suas ligações com o ex-presidente, não própria ou somente por suas ações. O próprio apoio a Juarez, dado pela publicação, foi apenas por falta de um outro nome, não sendo um dos quadros preferidos pela UDN, muito menos por Júlio de Mesquita Filho.

UH, mesmo declarando suas preferências, defendera a todo o tempo o pleito democrático e a existência de várias opções para o cargo, sendo que em nenhum momento a publicação de Wainer optou pela suspensão do processo eleitoral ou por algum tipo de intervenção e, embora próximo de Ademar e Danton, também fez uma cobertura amplamente positiva para JK (embora negligente, em vários pontos, com Jango). Assim, os jornais continuavam em dois pólos opostos, que transcendiam a disputa eleitoral para a legalidade em si, em aspectos que envolviam não o Executivo ou o Legislativo, mas sim o Judiciário.

Um outro aspecto que também saltou aos olhos, nesse contexto, foi o anticomunismo. Embora a UH também enxergasse os comunistas como um grupo concorrente e com valores contrários aos aspectos defendidos pelo jornal e não reservava palavras amistosas para a agremiação, OESP era muito mais incisivo em relação aos problemas e ao perigo que a movimentação do PCB trazia para o cenário político nacional, segundo as perspectivas do diário paulista. Como forma de legitimar seu discurso de deslegitimação do processo eleitoral, a ameaça comunista ganhava tons extremamente dramáticos, sendo colocada como o grande mal a ser combatido (sempre tendo em vista, obviamente, a associação desse com o legado varguista).

Os editoriais continuaram se movimentando em relação aos acontecimentos. No dia 15 de outubro, OESP elogiou a ação do novo presidente argentino, Eduardo Lonardi, que estaria liderando um verdadeiro expurgo na política argentina de todos os elementos ligados a Peron, buscando reorganizar a política sem a influência do ex-presidente argentino. Essa postura, como o jornal paulista já tinha apontado anteriormente, tinha que ter sido tomada no Brasil tanto em 1945 e em 1954, uma vez que a influência de Vargas era nefasta e extremamente presente na política brasileira, indicando que essa não conseguia desvencilhar-se apenas pelo

voto, precisando de uma interferência mais intensa para ser extirpada (OESP, *Lição bem aproveitada*, 15/10/1955).

Como contraponto, também na edição de 15 de outubro, a UH refutou um dos principais argumentos utilizados, no Congresso, por representantes da UDN em relação ao impedimento da posse dos candidatos virtualmente eleitos, a ideia da Maioria Absoluta, uma vez que a apuração indicava que a diferença entre os dois primeiros colocados não seria grande. No texto, foram indicados os casos do sistema de votação dos EUA e da Inglaterra, exemplificando que as diferenças entre os candidatos foram mínimas e que o caso brasileiro não seria diferente, uma vez que o processo eleitoral daqui era tão legítimo quanto o de vários outros locais do mundo (UH, *Nossos Golpistas Podiam Ir Aos Estados Unidos*, 15/10/1955).

Na edição do dia 17 de outubro, a UH deu grande destaque para a nota oficial do General Maurell Filho (lançada como 2º edição, com o título acompanhado de outro clichê, com o termo EXTRA), confirmando que todas as evidências levavam à afirmação de que a carta, de fato, era falsa (o militar mudara a versão prévia que dera em telegrama do dia 03 de outubro, acreditando que o documento pudesse ser verdadeiro). Além disso, o jornal carioca publicou dois documentos importantes: a declaração do próprio responsável pelo caso, afirmando que a versão apresentada por Lacerda não era verdadeira, além do resultado da perícia realizada por Antonio Carlos Villanova, atestando que, de fato, não havia nenhum traço de autenticidade no manuscrito divulgado pelo deputado udenista:

ESMAGADA PELO EXÉRCITO A INTRIGA INTERNACIONAL

Afirma, em Nota Oficial, o General Maurell Filho:

A CARTA É FALSA!



O General Maurell Filho quando lia no microfone da rádio emissora a acusação contra o laudo, apresentada pela imprensa pública nacional. É falso o documento.

Também, Sem Fundamento, as Denúncias Constantes do Documento, Relativamente ao Contrabando de Armamento de Procedência Argentina, Através da Ponte Internacional — Já se Acham Prontos Alguns Dos Principais Responsáveis Pela Audaciosa Intriga Internacional — Prosseguirão as Investigações Até Que Todos os Culpadoss Possam Ser Entregues à Justiça — Integra Das Sensacionais Revelações do Presidente da Comissão de Inquérito Militar

TIRAGEM: 140.040 * ANO V — Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 1955 — N. 1.326



Punição Para os Falsários!

Agora que foi revelado que a carta Brandi é falsa, pelo general Maurell Filho, encarregado do IPM instaurado pelo Ministro da Guerra, a Nação que acompanha ansiosa e confiante o desenrolar das investigações, aguarda o encaminhamento dos falsários à Justiça para que respondam pelo crime que praticaram. Sejam eles simples chantagistas estrangeiros ou personalidades de destaque na vida política brasileira, não podem ser esquecidos. A opinião pública está que se falsários sejam punidos, porque do contrário outros documentos iguais à carta Brandi aparecerão e a tranquilidade nacional continuará sendo ameaçada. Diante da atitude desencorajadora do general Maurell Filho, que nomeia "afaire" tão bem representado e Exército Brasileiro, não há motivo para qualquer desconfiança do povo em relação à punição exemplar que deverão sofrer os criminosos. O Brasil, de norte a sul e de leste a oeste, confia em que nenhum dos responsáveis pela farsa ficará impune. Cadela para os falsários.

Nada Sobre Contrabando de Armas

Durante a entrevista coletiva, do general Maurell Filho, a imprensa e a rádio, o vereador Raul Brandi não fez para deixar a impressão de que o inquérito sobre a falsidade do documento. Desvirtuando com as revelações emocionais de general e locutor Brandi, do microfone da "Rádio Globo" no rádio, permitiu-se ao não interveniente fazer uma declaração de existência de punição.

NO LAUDO DO PERITO VILLANOVA:

O FALSIFICADOR ESQUECEU ATÉ DE PONTUAR OS "ii"

Também, o "A", de Antônio Brandi, foi cortado com um traço visivelmente trêmulo — Formas e Dimensões Completamente Diferentes Das Assinaturas Autênticas — Usados 20 Documentos Verdadeiros Para Comparação, Resultou de Perícia Que a "Carta" é um Verdadeiro Montagem

Para as suas sensacionais revelações desta tarde, o general Maurell Filho mostrou outros trabalhos de investigação, a parcer de técnicos do Departamento Federal de Segurança Pública. Das conclusões chegadas por seus técnicos de Polícia resultou que a carta foi grosseiramente falsificada e o exame grafológico e grafotécnico evidenciaram perfeitamente a inautenticidade dos caracteres. Diante a seguir a sensacional conclusão a que chegou o perito Villanova, publicando, na íntegra, uma cópia de seu parecer, que foi fornecido aos jornais pela própria imprensa Maurell Filho há poucos momentos, quando falava na sua declaração à imprensa.

"FALSA, SEM SOMBRA DE DÚVIDA"

Do colégio entre os 22 (vinte e dois) padrões anexos aos Autos do IPM, e a peça-motivo, ou seja a assinatura "ANTÔNIO BRANDI" lançada no documento em exame, resultou a conclusão de que já assinatura, e sem sombra de dúvida, falsa, isto é, não foi grafada pelo mesmo punho que forneceu os padrões mencionados.

As diversidades de ordem morfológica e sinérgico-dinâmica existentes entre a assinatura peça-motivo e os padrões mencionados — conforme

apresenta trêmulo, ainda em contraste com o observado nos mesmos padrões.

2) — Um dos característicos mais remarcáveis na grafia dos padrões é o lançamento do grupo "oi" de "ANTÔNIO", onde o certo dos "ii" é efetuado em um mesmo movimento, apresentando o grama dos "oi", que não se ligam aos "nn". Tal ponto não foi, porém, apalado pelo falsário, que grafou o "oi" em sequência e ligado alto ao "a", cortando posteriormente o "ii" em traço e arcada, de forma e dimensões totalmente diversos.

3) — Outro característico na grafia dos padrões é o lançamento do grupo "Bra" de "BRANDI", precedido de um "ii" maiúsculo (abreviatura de "JESUS"). Nos padrões tal grupo é grafado em um único movimento, iniciado pelo "ii", que se liga ao "B", sendo o "ii" lançado sistematicamente sobre o grama terminal do mesmo "B" e substituído por dois grammas; continuando, lançou o "ii" em forma e situação completamente anômalas e, evidentemente confundido, iniciou

o lançamento de um segundo "ii" dentro da necessidade do refoque e a ligação alta com o "a".

4) — Nos padrões, o "ii" final de "BRANDI" se resume, em simplificação altamente característica, no "pingo", lançado em traço bastante acentuado e a altura terminal da letra; da mesma forma, há sistematico lançamento dos "pingos" dos "ii" de "ANTÔNIO". Na assinatura falsificada, faltam os "pingos" do "ii" de "ANTÔNIO" e o que representaria o "ii" de "BRANDI".

5) — Finalmente, nos padrões a letra, em extensão sempre menor que a assinatura, arremata em traço cheio, ou mesmo em colchete. Na firma falsificada, a letra, maior que a assinatura, arremata em traço desvaçante.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1955.

(a) ANTONIO CARLOS VILLANOVA, Perito Criminal do D.F.S.P. Confere com o original.

(a) GEN. BDA. EMILIO MAURELL FILHO.

COMUNICADO À IMPRENSA

EM 17-OUT-1955

"Descrevendo-me do compromisso assumido com os meus concidadãos, no momento em que fui incumbido, pelo Congresso da República, de proceder às investigações necessárias à completa elucidação dos fatos constantes de uma carta atribuída ao cidadão argentino ANTONIO JESUS BRANDI, e endereçada ao Sr. Dr. JOAO GOULART, deixo proclamar, em abono a verdade, o seguinte:

1) — É esta a primeira vez que me proponho afirmar alguma coisa relativamente aos resultados das investigações em curso. É isto porque só agora posso elementos de convicção que permitem afirmar que a carta em apreço é incontestavelmente FALSA. De fato, assim o comprovam a laudo pericial que me acabo de ser entregue pelo Sr. Dr. ANTONIO CARLOS VILLANOVA, perito criminal do D.F.S.P., corroborado pelos depoimentos prestados por inúmeros testemunhos, pelas vítimas da imputação e pelos indicados já ouvidos.

2) — Pelas investigações por mim procedidas neste país e no estrangeiro, nada foi apurado, até o presente momento, que venha confirmar as denúncias constantes da aludida carta e provenientes de outras fontes, relativamente ao contrabando de armamento de procedência argentina, através da ponte internacional URUGUAIANA-PASSO DE LOS LIBRES, no período considerado em tal documento.

3) — Já se acham prontos alguns dos principais responsáveis pela audaciosa intriga internacional. Das declarações prestadas por estes indivíduos, espera-se por ser estrófia e, a seguir, proclamada, toda a verdade sobre os fatos que motivaram o inquérito em curso.

4) — As investigações prosseguirão até que todos os culpados possam ser apontados e a ação da Justiça.

a) GEN. BDA. EMILIO MAURELL FILHO

QUANDO A VERDADE SURTIU

OS "CORVOS" FUGIRAM

Desde as 11.30 horas e saída da Secretaria-Geral do Ministério da Guerra, para a imprensa, o general Maurell Filho, encarregado do IPM instaurado pelo Ministro da Guerra, a Nação que acompanha ansiosa e confiante o desenrolar das investigações, aguarda o encaminhamento dos falsários à Justiça para que respondam pelo crime que praticaram. Sejam eles simples chantagistas estrangeiros ou personalidades de destaque na vida política brasileira, não podem ser esquecidos. A opinião pública está que se falsários sejam punidos, porque do contrário outros documentos iguais à carta Brandi aparecerão e a tranquilidade nacional continuará sendo ameaçada. Diante da atitude desencorajadora do general Maurell Filho, que nomeia "afaire" tão bem representado e Exército Brasileiro, não há motivo para qualquer desconfiança do povo em relação à punição exemplar que deverão sofrer os criminosos. O Brasil, de norte a sul e de leste a oeste, confia em que nenhum dos responsáveis pela farsa ficará impune. Cadela para os falsários.

Devido às 11.30 horas e saída da Secretaria-Geral do Ministério da Guerra, para a imprensa, o general Maurell Filho, encarregado do IPM instaurado pelo Ministro da Guerra, a Nação que acompanha ansiosa e confiante o desenrolar das investigações, aguarda o encaminhamento dos falsários à Justiça para que respondam pelo crime que praticaram. Sejam eles simples chantagistas estrangeiros ou personalidades de destaque na vida política brasileira, não podem ser esquecidos. A opinião pública está que se falsários sejam punidos, porque do contrário outros documentos iguais à carta Brandi aparecerão e a tranquilidade nacional continuará sendo ameaçada. Diante da atitude desencorajadora do general Maurell Filho, que nomeia "afaire" tão bem representado e Exército Brasileiro, não há motivo para qualquer desconfiança do povo em relação à punição exemplar que deverão sofrer os criminosos. O Brasil, de norte a sul e de leste a oeste, confia em que nenhum dos responsáveis pela farsa ficará impune. Cadela para os falsários.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1955.

(a) ANTONIO CARLOS VILLANOVA, Perito Criminal do D.F.S.P. Confere com o original.

(a) GEN. BDA. EMILIO MAURELL FILHO.

"Peça-motivo" das assinaturas comparadas: a falsa e a verdadeira. Abaixo, a assinatura de Maurell Filho, para praticar a Nação que o documento é falso.

Imagem 64 — Destaque para a capa da 2ª edição da UH, de 17/10/1955, com especial atenção para o canto superior direito, com a declaração de Maurell sobre o caso e, no texto em destaque na caixa baixa, o laudo do perito Antonio Carlos Villanova.

OESP deu pouca atenção para o fato na edição do dia seguinte, apenas noticiando o caso sem apresentar uma visão específica sobre o tema (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 18/10/1955). Inclusive o jornal pouco tocava no assunto, em suas próximas edições, indicando diretamente a possível participação de Lacerda apenas na edição de 02 de dezembro, uma vez que ele havia dado um depoimento para Maurell no dia anterior e, em editorial, o jornal paulista indicou que pouco importava se a carta era falsa ou não, uma vez que ela havia exposto, de fato, a ideologia por trás de Jango, Vargas e Perón, atestando a comprovação de que havia relações entre eles (e, embora em edições posteriores cobrasse a prisão dos envolvidos no processo, não apontou o dono da TI como participante, em nenhum momento), relativizando a ação do deputado udenista em todo o processo (OESP, *Peronismo e getulismo*, 02/12/1955)⁵¹.

O tom da UH foi bastante distinto em relação ao processo. Na edição do dia 18 de outubro, o jornal deu amplo destaque para o acontecimento, cuja manchete trouxe os seguintes dizeres: “*GANGSTERS” DO GOLPE: COM A CARTA FALSA UM BANHO DE SANGUE NO BRASIL!*”, indicando vários desdobramentos do ocorrido e enfatizando que um dos responsáveis (Malfussi) já estava preso, mas faltava ainda a prisão de outros cinco nomes, indicando foto de quatro deles: Roberto Marinho, o vereador e radialista Raul Brunini (UDN/RJ), Raimundo Padilha e Aliomar Baleeiro, além da charge de Carlos Lacerda (identificando-o como o quinto elemento) (UH, *A Nação Espera Que Sejam Punidos os Culpados Ostensivos e Ocultos*, 18/10/1955).

Nessa mesma edição, Octávio Malta criticou pesadamente Marinho, que defendera Lacerda nas páginas do *Globo* (embora, na maioria dos jornais do Rio de Janeiro, a cobertura fosse de indignação em relação ao acontecimento e ao dono da TI) e colocara os dois como criminosos (UH, *Revista dos Jornais*, 18/10/1955). Todo o restante das reportagens e colunas convergiu em uma cobertura bastante enfática contra os possíveis envolvidos no processo, sendo que o editorial comparou a situação da carta com o caso Dreyfuss, indicando várias similitudes entre as duas situações embora, no caso brasileiro a farsa fora descoberta rapidamente (UH, “*A INAUDITA INTRIGA INTERNACIONAL*”, 18/10/1955).

⁵¹ A relação entre Carlos Lacerda e Júlio de Mesquita Filho era bastante próxima, sendo que ambos se conheceram após o jornalista carioca ter duas de suas peças montadas em São Paulo, nos anos 1940, pelo irmão mais novo do proprietário do OESP, Alfredo Mesquita. O dono da TI ficou hospedado na fazenda da família Mesquita em várias ocasiões, tendo grande proximidade com toda a família (DULLES, 1992, p. 86-88). Quando as memórias de Lacerda foram publicadas, o prefácio da obra foi escrito por Ruy Mesquita, filho do diretor do jornal paulista, detalhando a estreita relação entre todos eles (LACERDA, 1978, p. 10-18).

Em relação ao processo eleitoral, a apuração continuava (sem alteração na ordem das colocações das candidaturas) porém, no dia 20 de outubro, mais um acontecimento acrescentou uma tensão ainda maior aos fatos. Após uma reunião do CL (na qual Lacerda discursou defendendo-se das acusações em relação à Carta Brandi e pregando vivamente contra JK e Jango), vários membros do grupo voltavam para casa quando, após uma discussão próxima a um bonde, seus integrantes teriam espancado o major Nicolau José Seixas, que sobreviveu ao ataque (DULLES, 1992, p. 225).

A UH reagiu enfaticamente ao acontecimento, compondo a primeira página da edição do dia 21 de maneira extremamente acusatória aos membros do CL, indicando como manchete: *A BADERNA ESTÁ NA RUA – ONDE ESTÁ O GOVÊRNO?*, cobrando uma ação mais enérgica de Café Filho contra essas pessoas ligadas ao *Corvo* e, por conta dessa movimentação, aumentou ainda mais o tom dos ataques a Carlos Lacerda (UH, *Quase Linchado o Major do Exército Pelos Agitadores do “Clube da Lanterna”*, 21/10/1955).

Na edição daquele mesmo dia, tanto OESP quanto vários outros jornais noticiaram o caso, indicando que o diretor da TI tinha sido atacado por Seixas, por isso este deveria ser visto como culpado e não como vítima, uma vez que teria ameaçado descarregar sua arma contra o grupo e membros teriam-no, então, contido; dessa maneira, as agressões teriam sido, apenas, em legítima defesa (OESP, *ATENTADO CONTRA O JORNALISTA CARLOS LACERDA*, 21/10/1955). Respondendo energicamente a essas afirmações, ainda na edição do dia 21, a UH publicou um editorial com um tom bastante alarmista em relação ao acontecimento, indicando que, caso continuasse daquela forma, o país poderia caminhar para um conflito de dimensões catastróficas:

DE certo, não podemos continuar nesta marcha que somente nos poderá levar à guerra civil ou a uma ditadura de cunho neofascista, com consequências mais desastrosas ainda para a economia do país. O Rio de Janeiro não pode continuar sendo o imenso foco de provocações em que o transformou o Govêrno do sr. Café Filho! O País quer trabalhar e não pode, porque o Rio de Janeiro não o deixa, um instante, em paz, com a agitação golpista, já agora em plena rua, onde, ante a complacência ostensiva da policia do Coronel Menezes Côrtes, já surge o terror levado pelo bando criminoso do Clube da Lanterna. Há, portanto, um “complot” contra o progresso nacional, contra a ordem e a tranquilidade públicas, e o chefe do “complot” reside no Catete!... (UH, *HÁ UM “COMLOT” CONTRA O PROGRESSO NACIONAL*, 21/10/1955).

No dia seguinte, OESP publicou uma nota com pormenores mudando sua abordagem, indicando que o major teria provocado Lacerda (e não o atacado) e que fora contido por

membros do CL porque sacara a arma para atirar. Além disso, noticiou dados do laudo e uma nota do presidente do grupo carioca, Fidélis Amaral Neto, dizendo que foram os próprios participantes da agremiação que imobilizaram o major para ele não atirar, indicando que não poderia se responsabilizar pelas “consequências de quaisquer provocações” (OESP, *O incidente entre o major Seixas e membros do “Clube da Lanterna”, 22/10/1955*).

No mesmo dia, a UH dedicou, novamente, a manchete ao assunto (cujo título foi: *HERÓI DA F.E.B. O MAJOR VÍTIMA DOS “CORVOS”!*), indicando que o agredido era um veterano da FEB e descrevendo o ato como uma covardia, dedicando novamente muitos textos (incluindo o editorial) para tratar do caso (UH, *A Responsabilidade do Ministro da Justiça e do Chefe de Polícia no Atentado Contra o Major Seixas, 22/10/1955*). No entanto, mal esse fato ganhava espaço nos jornais, um outro acontecimento viria mudar bastante o foco da abordagem do diário da capital brasileira dos dias posteriores, em uma avalanche de vários acontecimentos que confirmavam e aumentavam, dia após dia, a intensa crise política e institucional que se instalara no país, alimentando também a instabilidade dentro do próprio periódico carioca.

6.2 Os últimos passos da crise política: os golpes e o contragolpe

No dia 24 de outubro, em sentença publicada na 11ª Vara Criminal no Rio de Janeiro, tanto Samuel Wainer quanto seu irmão, José, foram condenados a 1 e 3 anos de prisão, respectivamente, pelo crime de falsidade ideológica (ROUCHOU, 2004, p. 104-105). Tal movimentação, consequência dos dados referentes à CPI ocorrida dois anos antes, foi executada no mesmo dia e o dono da UH foi preso, causando grande sensação na imprensa em geral (ROUCHOU, 2004, p. 105). Segundo palavras do próprio proprietário do jornal carioca:

Eu estava em São Paulo, e entendi que deveria regressar imediatamente ao Rio de Janeiro, para não dar a impressão de que planejava viver como foragido. Viajei de carro, acompanhado de quatro jornalistas da *Ultima Hora*. Cheguei ao Rio por volta de meia-noite, encontrei-me com meu advogado e seguimos para a casa do juiz encarregado do processo, que deveria indicar-me onde permaneceria detido, já que tinha direito a prisão especial. Havia dezenas de repórteres à minha espera (...) Neguei-me a conceder entrevistas, e não abri exceções nem mesmo para repórteres do meu jornal. Só concordei em ser fotografado entre meu advogado e o capitão que chefiava a guarda do presídio (WAINER, 1988, p. 209).

Na edição do jornal carioca do dia 25 de outubro, a manchete apontou o tom adotado pelo impresso em relação ao caso: *INDISFARÇÁVEL CARÁTER POLÍTICO NA SENTENÇA*

CONTRA WAINER!, indicando (com um texto de apoio no editorial) que a pessoa que tinha levantado a acusação era a mesma que forjara uma carta e inventara o caso das metralhadoras e, por conta disso, todos os apontamentos feitos por ela eram, no mínimo, suspeitos. Ainda na capa, um texto que teria sido escrito (ou ditado) pelo dono do jornal, na própria prisão, confirmou os pontos levantados na edição sobre seu encarceramento:

Em três anos resisti a tôdas as provocações e mostrei a que se reduziam os argumentos dos meus inimigos. Agora, não haverá de ser uma sentença judicial provisória e recorível, que me afastará do meu dever. Não luto apenas por mim, mas, também, pelos meus filhos, para os quais desejo uma Pátria em que jamais alguém possa sofrer a injustiça, a infâmia, a calúnia que têm marcado a minha vida (UH, *Minha Luta Continua*, 25/10/1955).

Além disso, foi publicada na UH o texto apresentado pelos advogados de Wainer ao juiz da 11ª Vara (que ocupou duas páginas inteiras do impresso), levantando todos os pontos da inocência do proprietário do jornal e as possíveis inconsistências na sentença executada (UH, *Defesa do Jornalista Samuel Wainer Perante o Juiz da 11ª. Vara Criminal*, 25/10/1955). No mesmo dia, OESP chamou atenção para o fato, embora bastante brevemente, indicando que o jornalista se apresentara voluntariamente à polícia e que, após cumprir a sentença, seria expulso do país, junto ao seu irmão (OESP, *CONDENADO A UM ANO DE PRISÃO O SR. SAMUEL WAINER*, 25/10/1955).

Dois dias depois da prisão, foi impetrado um pedido de *habeas corpus* (que seria negado no dia 08 de novembro) e, nas edições seguintes, o assunto passou a protagonizar as páginas da UH, em conjunto com os desdobramentos do resultado eleitoral e da instabilidade política em andamento. Assim, concomitante a toda a crise que continuava com contornos bastante extremados, aquele acontecimento era mais uma variável nas problemáticas do jornal carioca, cujo dono encontrava-se encarcerado em um momento de intensa turbulência nacional.

Em relação aos acontecimentos políticos, a situação continuava pautada nos extremos: enquanto se esclarecia o caso da Carta Brandi, JK e Jango mantinham-se na liderança e vários grupos udenistas e de outras organizações externavam, publicamente, que a posse não deveria ocorrer. Vários motivos continuavam sendo aventados, sendo a tese da Maioria Absoluta e a aproximação com os comunistas os dois elementos mais comentados.

Ainda na edição do dia 25 de outubro, OESP publicou declarações de Juarez Távora, indicando que quaisquer irregularidades possivelmente ocorridas deveriam ser investigadas para manter a lisura do resultado eleitoral (OESP, *Manifesta-se do general Juarez Távora a*

respeito da moralização dos nossos costumes políticos, 25/10/1955). No dia seguinte, novas declarações publicadas no jornal paulista atestaram que o ex-chefe da Casa Militar estava crente de que existira fraude no processo eleitoral, buscando mobilizar-se também pela possível anulação da votação (OESP, *O candidato da Frente da Renovação Nacional está convencido de que houve fraude no ultimo pleito*, 26/10/1955). O candidato virtualmente derrotado lançaria uma nota oficial em conjunto com Milton Campos, publicada apenas dia 05 de novembro, questionando o resultado da apuração por conta das acusações de irregularidades, mas sem apoiar o impedimento da posse dos prováveis vencedores pelos motivos apresentados, defendendo a manutenção da Constituição:

Reafirmei (...) minha decisão de não advogar a tese da maioria absoluta, já que, se houvesse sido vencedor nas eleições, mesmo por pequena maioria, defenderia, por todos os meios legais, essa vitória; e, também, que (...) não me sentiria à vontade para assumir, como segundo mais votado, a Presidência da República; pois tais votos tinham sido dados, contra mim, em plena consciência, por eleitores legalmente qualificados (TÁVORA, 1976c, p. 90).

Em editorial de 08 de novembro, OESP condenou a postura de Juarez e Milton Campos, indicando que concordava em tudo no manifesto lançado por ambos menos nesse ponto, uma vez que ambos haviam condenado a tese de implantar a maioria absoluta, mas tinham apoiado a ideia quando fora levada ao Congresso há alguns meses:

Aludindo aos recursos para anulação do pleito, os dois ilustres brasileiros assinalam, desde logo, que são contrários á alegação de que o candidato mais votado não alcançou a maioria absoluta de votos (...) É um excesso de generosidade, coisa que não existe em política (...) Daqui se conclui que não devemos facilitar mas dificultar por todas as formas a posse dos candidatos que se dizem eleitos, porque eles trazem na bagagem terríveis bombas explosivas. Abandonar um argumento, que poderia dificultar essa posse, não nos parece de grande habilidade política. A renúncia desse argumento não recomenda, dizemo-lo com toda a franqueza, a sagacidade dos brasileiros que assinaram o manifesto a que nos referimos (...) Não nos esqueçamos também que esses homens, beneficiados pela renúncia dos adversários, representam, na política, o que há de mais corrupto em toda a história do Brasil (OESP, *Renúncias injustificáveis*, 08/11/1955).

Desde o fim de outubro, o jornal paulista vinha enfatizando, em praticamente todos os dias, a gravidade da situação e a defesa (mesmo que indireta) de uma solução extralegal para o caso, uma vez que era necessário extirpar (como já fora dito, também, em outras situações) o fantasma do varguismo, já que esse atrapalhava, cada vez mais, o bom funcionamento do

país. A morte do ex-presidente não tinha sido satisfatória nesse aspecto, uma vez que suas práticas políticas permaneciam vivas: era urgente decretar (mesmo que de maneira antidemocrática) o fim dessa cultura política, dessa ideologia nefasta aos rumos da nação. Na perspectiva de Júlio de Mesquita Filho:

Nenhum dos que admitem o uso da força para salvar a Republica assim se manifesta por detestar soluções juridicas normais. Todos tomam essa atitude em desespero de causa na convicção de que tão grande é o descalabro moral em que o ex-ditador deixou a Republica que somente saindo da lei é que se restabelecerá a ordem legal (...) É possível que estejam errados os que assim pensam, mas não se pode negar que muita coisa milita a favor da tese que defendem. Quase sempre é pela cirurgia que se resolvem certas doenças do organismo (...) Se essa justiça não encontrar nas leis o instrumento de que necessita para restabelecer o sossego nos espíritos perturbados pela vizinhança da catástrofe, veremos então se, diante desta, ou nos devemos resignar á desgraça de sermos governados pela mesma gente que tanto mal fez ao Brasil ou se, dando largas ao desespero, devemos arriscar tudo – o sossego e a vida – nas convulsões de um movimento revolucionario (...) (OESP, *Politica e justiça*, 28/10/1955).

Em vários editoriais posteriores, o jornal paulista voltou a demonstrar essa inconformidade com a possível posse dos novos membros, dando novamente ares revolucionários (em tintas parecidas com as de 1932) para o momento. Em contraponto, a UH aumentou o tom contra esse tipo de discurso, indicando o perigo, cada vez maior, de um golpe ou de movimentações extralegais para a solução política, utilizando a prisão de Wainer, em vários textos, como uma prévia do que estaria por vir. O discurso do periódico carioca também continuou centrando suas críticas em Lacerda, apontando, por exemplo, várias contradições relacionadas a uma publicação na TI, no dia 29 de outubro, que seria a base do depoimento à polícia do dono desse periódico.

No longo texto publicado, Lacerda indicou que se a carta era falsa, seu conteúdo tinha fundamento e, de fato, havia uma relação direta entre Jango, Vargas e grupos peronistas (e o próprio Perón), além de possíveis casos ligados à infiltração de dinheiro comunista no país. Além disso, havia pesadas acusações contra todos seus adversários políticos, com referências diretas à anulação do pleito (TI, *Traição em Marcha*, 29-30/10/1955).

Na edição do dia 31 de outubro, com a manchete: *O DEPUTADO E FALSÁRIO COMETEU UM CRIME CONTRA O REGIME, A SEGURANÇA NACIONAL E O POVO!*, a UH indicou que Lacerda sabia da falsidade da carta e seu depoimento demonstrou como ele mentira durante todo o tempo, enquanto utilizava elementos da realidade para tentar justificar sua visão de mundo, distorcendo os fatos. Chamando-o de “*Fuehrer do Clube da Lanterna*”, o

editorial elencou dez pontos negativos do depoente com suas mentiras, mostrando que, entre outras, ele forjara a carta junto com Malfussi e Cordero de maneira consciente, induzira o episódio das armas roubadas para fins políticos, procurando enganar os eleitores de JK e Jango. Por fim, a UH pediu a intervenção do *Conselho de Segurança Nacional* (CSN) no caso, solicitando a prisão imediata do deputado federal carioca (UH, *O DEPUTADO-FALSÁRIO COMETEU UM CRIME CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, O POVO E O REGIME!*, 31/10/1955).

Já na edição do dia seguinte, OESP não tratou diretamente do caso, mas publicou, na íntegra, o discurso de Lacerda. Medida bastante incomum no jornal, a publicação deu destaque para alguns trechos, em especial os que incriminavam Jango e colocavam sua ligação tanto com o regime peronista quanto com grupos comunistas (OESP, *A TRAIÇÃO EM MARCHA*, 01/11/1955). Embora não houvesse um texto opinativo sobre o assunto naquela data, a íntegra da fala do deputado (que cobriu quase sete páginas do jornal, cerca de 20% da publicação) indicou a enorme importância dada pelo diário paulista ao caso:



Imagem 65 – Comparação entre os dois jornais: à esquerda, capa da UH do dia 31/10/1955 com várias acusações contra Lacerda. Já à direita, perfil da página 07 do OESP de 01/11/1955, com a primeira parte (o resto do texto distribuído em outras 6 páginas) do depoimento, na íntegra, do proprietário da TI.

Embora o resultado ainda não estivesse definido, a apuração já caminhava para seu fim e as vitórias de JK e Jango eram iminentes. Ambas as publicações, além de noticiar os acontecimentos, também deixavam mais evidentes seus *habitus* e demarcavam suas posições no campo jornalístico, indicando seus perfis e sua relação com o próprio campo político.

OESP mantinha sua coerência de representatividade contra o legado de Vargas que, no entendimento da publicação, continha os seguintes aspectos: nacionalismo, comunismo, demagogia e corrupção. Na conjuntura em questão, os representantes mais famosos desses aspectos eram, exatamente, os nomes envolvidos na disputa eleitoral: Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek e, principalmente, João Goulart, o herdeiro principal. Desde o início da campanha, a publicação paulista já demonstrava enorme preocupação com a possível vitória desses candidatos e, mesmo que indiretamente, dava a entender que uma solução extralegal seria viável para a manutenção da democracia no Brasil. As sugestões de intervenções, dessa maneira, tornaram-se mais ostensivas, e a suspensão do pleito passou a ser tratada como urgente, uma vez que era inadmissível, para Júlio de Mesquita Filho, mais cinco anos de dois representantes varguistas no poder.

Já a UH também mantinha sua lógica, continuando com o discurso da pluralidade da disputa e posicionando-se a favor da manutenção do resultado eleitoral. Mesmo com a rusga com Jango, a publicação concentrou todo seu esforço para a posse dele e de JK, uma vez que seria o único meio de manutenção da democracia no país (e, obviamente, eram nomes que possuíam grande afinidade com o jornal). Além disso, procurava manter o legado varguista vivo em suas páginas, associando vários aspectos da política nacional (e do próprio pleito) com as ações do político gaúcho, que ainda era o principal referencial da publicação. Em contraponto, Lacerda continuava sendo o grande vilão, o anti-Vargas, o nome que representava todas as características negativas da política nacional, sendo ardiloso, falso, rancoroso e capaz de qualquer ação para conseguir seus objetivos.

Para além de todos esses acontecimentos, no dia 31 de outubro, após várias complicações na saúde e de um período em tratamento nos EUA, o general Canrobert Pereira faleceu. Em seu enterro, foram feitos vários discursos com cobertura da imprensa, sendo que um deles, em especial, chamou muito a atenção. Um dos coronéis da ESG, Jurandir Mamede, proferiu uma fala na qual, além de rememorar os altos feitos do militar falecido, fez uma análise da situação daquele momento, criticando a conjuntura política e, em especial, a possível posse dos candidatos virtualmente eleitos:

Mas também vimos aqui – e principalmente – para responder ante os teus despojos, à mensagem corajosa de verdade e de civismo que, em diasde (sic) agosto último, abandonando o teu leito de enfermo, dirigiste a todos nós e a toda a Nação, num último alerta contra a insensatez e o desvarios das paixões desenfreadas que ameaçam de ruína os próprios destinos do País (...) Não será por acaso indiscutível mentira democrática um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da Nação, uma vitória da minoria? (...) (ARGOLO et. all, 1996, p. 56-58).

OESP deu grande destaque para o enterro, enfatizando o discurso de Mamede (único que foi publicado na íntegra, no dia 02 de novembro) de maneira positiva (OESP, *A ORAÇÃO DO CORONEL BIZARRIA MAMEDE*, 02/11/1955). No dia seguinte, a UH chamou a atenção para a repercussão negativa dessa fala, sobretudo no Exército e indicando que, por conta disso, o general provavelmente seria punido. A publicação carioca não poupou críticas a Mamede, chamando-o de golpista e indicando que ele fazia parte de um plano maior, sendo que Café Filho seria o principal artífice, tendo em vista manter-se no poder (UH, *A Marcha Para o Catete*, 03/11/1955). Além desse dado, a capa do jornal carioca trouxe um outro destaque, indicando que o presidente estava no hospital por conta de um acidente cardiovascular, e que seu estado seria bastante crítico (UH, *CAFÉ FILHO NA TENDA DE OXIGÊNIO!*, 03/11/1955).

Além de todas as consequências do processo eleitoral e da ampla movimentação de vários setores para a anulação do pleito, em pouco mais de uma semana vários acontecimentos que, se talvez em outros momentos tivessem também uma ampla repercussão, nesse contexto reverberaram de maneira ainda mais intensa, embora difusa. Todos esses aspectos tinham, como núcleo comum, a crise iniciada no fim do governo Vargas. O suicídio dele, a difícil trajetória de Café Filho e a confusa e intrincada consolidação dos nomes da disputa eleitoral compunha um quadro coeso, mas pouco harmônico, com as partes reconhecendo-se e, ao mesmo tempo, buscando aniquilar-se. Em suma, o país estava, nesse período, em uma estabilidade instável, com as instituições em pleno funcionamento, mas, ao mesmo tempo, sendo constantemente atacadas.

Com uma conjuntura amplamente polarizada, o depoimento de Lacerda e suas interpretações distintas (conforme a cultura política estruturada por cada um dos jornais), bem como o discurso do coronel Mamede e o grave problema de saúde do presidente foram fatores que colocaram ainda mais lenha na imensa fogueira formada pelo caos político que se instaurara no Brasil, de maneira quase que permanente, desde meados do último governo de Getúlio Vargas. No caso da UH, seu proprietário estava preso por conta de uma

movimentação também ligada a toda essa conjuntura, tendo a publicação carioca ainda essa variável que trazia um grau ainda mais alto de desestabilização à publicação, embora ela tivesse mantido sua circulação e seu formato, normalmente, desde o encarceramento de Wainer.

E toda essa conjuntura continuou amplamente explorada pelas publicações, conforme seus interesses. No dia 04 de novembro, OESP publicou um editorial extremamente laudatório à fala de Mamede. Além de citar e comentar vários trechos do discurso, o jornal paulista aproveitou o espaço para tecer (mais) críticas contundentes a Jango, imaginando novamente uma possível catástrofe caso ele assumisse, de fato, a vice-presidência do país:

Neste ponto o cel. Mamede tocou na ferida mais dolorida da nossa vida política que é a incapacidade de renúncia dos políticos, mesmo nas horas mais perigosas para a Pátria e para a democracia. Não fôsse essa incapacidade e não estaríamos em plena crise, como ainda nos encontramos, criada pela ambição desmedida do ex-ministro do Trabalho do getulismo. Elevado à Vice-Presidência da República não é impossível que venha esse cidadão a ocupar a Presidência. Estaremos às voltas, então, inevitavelmente, com uma guerra civil. Na sua petulância de reformador do Brasil, procurará ele realizar, no governo, os seus planos de república sindicalista e lançará umas contra as outras as classes sociais e as massas trabalhadoras. Essa perspectiva é que explica o combate violento à candidatura desse moço e a necessidade de se manterem alertas, prontas para intervenções decisivas na vida política do País, as Forças Armadas (...) (OESP, *Roteiro patriótico*, 04/11/1955).

Como contraponto, o jornalista Josemar Moreira, na UH, continuou a criticar vivamente Mamede e indicou que o Ministro da Guerra, presente ao velório, não teria ficado nada satisfeito com o discurso e estaria providenciando uma possível punição ao militar (UH, *A Marcha Para o Catete*, 04/11/1955). No entanto, nessa edição, o destaque ao caso foi pequeno, uma vez que naquele mesmo dia seria julgado um pedido de *habeas corpus* protocolado pela defesa de Wainer e, portanto, a publicação carioca dedicou boa parte de suas páginas para o caso, defendendo a libertação de seu proprietário (UH, *Julgamento do Habeas-Corpus em Favor de Samuel Wainer*, 04/11/1955).

As notícias e textos analíticos intrincaram-se, nos dias seguintes, entre a movimentação causada pelo discurso de Mamede e a repercussão ainda do caso da Carta Brandi, bem como ao estado de saúde do presidente e da manutenção da prisão de Wainer. Em relação ao caso denunciado por Lacerda, vários jornais continuavam propagando a mesma ideia exposta pelo OESP de que Jango era o culpado por toda a celeuma e, embora a carta

fosse falsa, sua ação irresponsável estaria levando o país a passar por tal situação, sendo que sua posse seria, basicamente, dar carta branca para um golpe de Estado.

Como contraponto, o jornal carioca criticou bastante o *Globo* em específico (embora mirando também a imprensa em geral) por manter essa postura bastante parecida com a do diário paulista, além de indicar que esse grupo de periódicos (chamado, no texto, de “imprensa dos Malfussi”) queria, de fato, ceifar o desenvolvimento do Brasil como nação independente, entregando o país aos trustes e tornando-o uma mera colônia do imperialismo:

Jango vai figurando no jogo astucioso como objetivo simulado. Pois o alvo dos atiradores é outro: o Brasil, exatamente quando o nosso País se encontra em ponto de transformar-se de nação de economia semi-colonial em nação de economia industrial, querem lhe roubar a paz que êle necessita para, na base de uma planificação democrática e nacionalista nos próximos cinco anos, ganhar o impulso decisivo e invencível. Por isso mesmo, todos os sortilégios e tôdas as intrigas terão de ser destruídas, ainda a tempo a fim de que possa o povo brasileiro dispôr dêsse fator principal da sua renovação na rota das grandes nações do futuro. Dar trégua aos provocadores será, portanto, trair o Brasil (UH, *O OBJETIVO ESTRATÉGICO DOS PROVOCADORES É O BRASIL*, 04/11/1955).

No dia 06 de novembro, OESP destacou que o ministro da Guerra exigira a punição de Mamede por conta do discurso proferido, com a perspectiva de que era vedado a qualquer membro do Exército expressar-se publicamente sobre assuntos políticos. O jornal paulista colocou-se de maneira contrária ao ato de Lott, indicando que tal postura era uma censura à liberdade de expressão e que a fala de Mamede não ferira a hierarquia militar, uma vez que ele apenas manifestara-se sobre a situação geral do país, sem ofender ou prejudicar ninguém (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 06/11/1955).

Já na edição do dia seguinte a UH estruturou a situação de maneira bastante alarmista, indicando que o pedido de Lott levava a uma grande pressão, por parte de outros ministros e lideranças do Exército, para que Café Filho o demitisse. Com a manchete *GOLPE, NÃO!*, o jornal carioca fez uma ampla defesa do ministro da Guerra, rebatendo as acusações de membros da política e da imprensa, que exigiam sua saída por pedir a punição a Mamede. Publicando vários pormenores da ação política entre o dia anterior (que era um domingo) e o dia seguinte, o jornal indicou que o ministro da guerra e o presidente, mesmo no hospital, estariam mantendo diálogo para buscar a solução de mais esse imbróglio que se instalara no governo (UH, *A Marcha Para o Catete*, 07/11/1955).

Nesse mesmo dia, Café Filho decidiu licenciar-se da presidência por seus problemas físicos, resolvendo passar o cargo para o presidente da Câmara, que assumiu no dia seguinte.

O afastamento, segundo OESP, ocorrera pela situação do político potiguar, considerada ainda crítica pelos médicos (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 08/11/1955). Já a UH ainda colocara, no dia 08 de novembro, a licença do presidente como incerta, indicando que ele somente se licenciaria em último caso, uma vez que a situação política era muitíssimo delicada e que, segundo o próprio diário carioca, havia um risco de todo o ministério pedir demissão caso a intensa crise política não fosse resolvida (UH, *REUNE-SE O GOVÊRNO NO HOSPITAL: CAFÉ EXAMINA A SITUAÇÃO*, 08/11/1955). Nas palavras do próprio Café Filho:

Confirmando o diagnóstico (...) fui pôsto na tenda de oxigênio. A partir da manhã seguinte, empenhados em promover-me a cura dentro do prazo mais rápido possível, fixaram-me os médicos um severo programa de repouso, impedindo-me de receber visitas, mesmo da família (...) Não podia receber visitas nem assinar papéis. Estava impossibilitado, portanto, de cumprir as atribuições normais do cargo. Recomendei (...) que estudasse a maneira mais simples e prática de transmitir o poder, provisoriamente, ao meu substituto constitucional, o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (...) (CAFÉ FILHO, 1966, p. 555-557).

Ainda na edição de 08 de novembro, OESP criticou veementemente a atitude de Lott em relação ao caso, indicando que parte significativa da crise que ocorria era consequência de sua atitude intransigente (OESP, *Mal-estar*, 08/11/1955). Embora o texto tivesse elogiado a legalidade e as ações do ministro da Guerra ao longo de seu trabalho, indicou que a punição a Mamede não caberia a ele (daí de por que o caso ter se arrastado até então), uma vez que o militar em questão estava lotado na ESG e que tal órgão estava sob a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas, comandado pelo brigadeiro Gervásio Duncan (Lott teria pedido para que esse liberasse Mamede da ESG para voltar ao Exército, mas o Brigadeiro indicou que o militar em questão ainda era necessário ao instituto) (SKIDMORE, 1976, p. 193).

A imprensa (em geral, os jornais de maior circulação no Rio de Janeiro) dava a entender que o golpe era necessário ou irresistível, sendo que a TI defendia em seus textos, quase que diariamente, uma movimentação para isso. Em editorial, do dia 08 de novembro, a UH comparou tais grupos com a Ku-Klux-Klan, indicando que inúmeros políticos, imprensa e militares do Brasil estavam utilizando os mesmos métodos da organização radical estadunidense para instaurar o medo, abrindo caminho para um golpe de Estado, utilizando o temor e a calúnia como combustíveis para a subversão do país (UH, *A LIÇÃO DOS GOLPES EXTREMISTAS...*, 08/11/1955).

Com a posse de Carlos Luz, a situação política brasileira mantinha-se em grande instabilidade. No entanto, contrastando com o clima bastante alarmante do dia anterior, a capa da UH do dia 09 de novembro procurou manifestar um tom tranquilizador aos seus leitores, indicando como manchete os seguintes dizeres: *LOTT COMANDA A RESISTÊNCIA AO GOLPE!*, argumentando que ele teria se oposto à ideia dos outros ministros militares de estruturar uma junta para governar enquanto Café Filho estivesse afastado, preservando, dessa maneira, as instituições democráticas do país. Ainda na capa (e em um texto na edição do jornal) foram publicadas declarações bastante apaziguadoras do ministro da Guerra, dizendo que “a situação é melhor do que muita gente pensa” e que confiava que Café Filho reassumiria o governo ainda naquele mês, dando a entender também que o caso de Mamede seria resolvido até o dia seguinte (UH, *Lott: A Situação é Melhor do Que Muita Gente Pensa!*, 09/11/1955).

Se o jornal carioca estruturou essa postura otimista e evidenciou positivamente a figura de Lott, a perspectiva foi bem distinta no OESP. Tanto em seu editorial como na coluna de Rafael Correa, o jornal paulista continuou atacando copiosamente o ministro da Guerra, indicando que a sua insistência em punir Mamede por divergências políticas (e não pela questão militar, na ótica do diário paulista) trazia uma instabilidade ainda maior ao país, sendo iminente o risco de um golpe (OESP, *Incoerências de uma atitude; SOB O COMANDO DO PARTIDO COMUNISTA*, 09/11/1955). A publicação paulista também enfatizou declarações de Carlos Luz, de que ele resolveria o caso Mamede o mais rápido possível, listando-o como sua principal prioridade (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 09/11/1955).

O clima preocupante parece ter tomado conta da UH, já que na capa do dia seguinte, o tom otimista demonstrado nos textos da edição anterior foi deixado de lado, sendo substituído por uma perspectiva mais alarmista. Nessa data, 10 de novembro, fazia 18 anos que o Estado Novo fora instaurado e, aproveitando essa “efeméride”, o jornal carioca fez uma relação entre ambos os contextos, trazendo como manchete uma espécie de advertência ao novo presidente, intitulada *LEMBRAI-VOS DE 37!*, utilizando uma expressão dita por Café Filho quando era deputado federal (CAFÉ FILHO, 1966, p. 80), além de textos espalhados por todo o jornal, alertando os políticos para o perigo de se fazer algo parecido com o que se fizera em 1937, eclipsando o Estado democrático de direito no país. Além disso, em seu editorial, a publicação imputou grande responsabilidade a Carlos Luz, indicando que caberia a ele a decisão sobre haver um regresso do país aos tempos ditatoriais ou se a democracia seria mantida:

A frase ficou famosa e, agora, faz parte da biografia do atual Presidente da República. Infelizmente enfêrmo. De seu leito de hospital, no entanto, êle poderá relembrar melhor as funestas consequências de 37 e, neste 10 de novembro, prestar mais um serviço valioso à democracia brasileira: o Sr. Café Filho deve dirigir-se, solenemente, ao Sr. Carlos Luz nestes termos históricos: “Lembraí-vos de 37”! (...) Mesmo por que o 10 de novembro de 1955 foi escolhido pelo Presidente interino, para uma decisão grave. Hoje, o Sr. Carlos Luz irá decidir se prestigia a Lei, a autoridade, as regras constitucionais, ou se revela seus temores em face dos assomos de golpe de Estado neo-fascista. Nesta expectativa, começa, portanto, êste 10 de Novembro! (UH, “*LEMBRAI-VOS DE 1937*”, 10/11/1955).

A referência que a UH fazia era o diálogo que ocorreria entre Luz e Lott, para a resolução imediata da situação de Mamede. Na edição do dia 10, OESP indicara que o caso não teria maior repercussão, cravando que o ministro da Guerra continuaria no cargo e que a situação já estaria superada por ambos (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 10/11/1955). Nesse mesmo dia, o ministro da Guerra foi até o Palácio do Catete para uma audiência, com o presidente em exercício para tratar sobre a situação.

Lott chegou pontualmente às 18 horas, horário para o qual a audiência estava marcada, mas ficou mais de duas horas na sala de espera. Essa circunstância teria sido projetada por Carlos Luz como uma forma de pressionar o militar a desistir de seu intento (FERREIRA, 2011, p. 161). Após aguardar pacientemente, o ministro finalmente foi recebido pelo presidente, iniciando a conversação sobre a conjuntura e, obviamente, puxando a discussão para a desejável punição a Mamede.

Diferentemente dos interesses do ministro da Guerra, o presidente em exercício não aceitou delegar nenhum tipo de punição ao militar em causa, pois não vira infração grave na ação. Em consequência disso, Lott deixou o cargo ainda na reunião, acordando em transmiti-lo, no dia seguinte, para Fiúza de Castro, nome já escolhido por Luz (ROCHA, 1960, p. 64-65). O fato não causou grande surpresa, uma vez que a demora tanto de Café quanto de Luz para se pronunciarem sobre o caso já era um indicativo de que não ocorreria, de fato, nenhum tipo de punição a Mamede.

Nas memórias publicadas do presidente licenciado, ele indicou que a decisão ocorreu a contragosto, uma vez que não desejava ter nenhuma troca no comando militar, temendo uma possível movimentação extralegal. Além disso, teria escrito uma carta a ser enviada para Lott, externando solidariedade a ele e agradecendo-o pelos serviços prestados (CAFÉ FILHO, 1966, p. 560-561). No entanto, Café Filho não chegou a entregar a carta, frente aos desdobramentos ocorridos naquela madrugada.

Logo que saiu do ministério, Lott foi para sua residência e, de lá, observou uma grande movimentação na casa de Odílio Denis, seu vizinho e comandante da Zona Militar Leste (também chamado de I Comando), sediada no Rio de Janeiro. Após a notícia da demissão, vários militares estavam se mobilizando para tomar alguma providência, pois não concordavam com a saída do ministro e tinham notícias (ainda que esparsas e sem nenhuma confirmação) que, de fato, havia parte do Exército mobilizada em impedir a posse de JK e Jango, coagindo o Legislativo e instituindo um militar no poder (FERREIRA, 2011, p. 161).

Parte dos militares reuniu-se na residência de Denis, buscando iniciativas ou perspectivas para uma possível ação, que teria o nome de “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes” (FERREIRA, 2011, p. 161). Ao observar a movimentação desse grupo, segundo o próprio Lott:

A casa em que residia o general Denis ficava junto à casa em que eu residia, ali no Maracanã. Cheguei à janela e vi que as luzes estavam acesas. O general Denis, então, estava acordado. Por medida de segurança, anteriormente havia mandado instalar telefone de campanha, para que não ficassemos sujeitos às ligações pelo telefone comum, que poderiam ser violadas ou cortadas. Chamei o general Denis ao telefone e disse-lhe que tinha decidido agir e que tínhamos que agir com prontidão. Era preciso sairmos imediatamente para o Ministério da Guerra (...) O I Exército deveria agir prontamente, ocupando os postos onde se esperava viriam reunir-se os possíveis adversários de modo que pudéssemos abafar o seu movimento antes que ele se estendesse. Determinei, além disso, que expedisse ordens de constituição de certo número de destacamentos, entregando a cada um desses destacamentos uma missão e trouxesse as ordens para eu ver (...) (LOTT, 2002, p. 77-78).

Diante disso, consolidava-se uma espécie de contragolpe, uma iniciativa de Lott, Denis e outros militares para conter um possível golpe de Estado que seria perpetrado por membros antivarguistas ou udenistas. Em linhas gerais, armava-se uma estratégia para, na visão do grupo, evitar que Carlos Luz, Lacerda e vários outros nomes impedissem a posse de JK e Jango. Para esses que se mobilizavam, Café Filho também era responsável pela situação, uma vez que não agira, como presidente, para coibir tais práticas, mesmo ciente de cada uma delas. Ainda segundo o próprio Lott:

Eu, por princípio, era contra a ação de um ministro ou dos militares contra a autoridade civil constituída. Naquele momento, entretanto, tratava-se do seguinte: um presidente, um segundo em exercício, estava pactuando com uma atuação contrária à escolha do povo e à decisão dos tribunais. Era uma situação contrária aos interesses do povo brasileiro, absolutamente insustentável para quem prezasse o bem-comum. Eu estava ocupando uma

função que era militar e política. Para mim, seria muito simples me afastar do Ministério da Guerra e deixar o Brasil pegar fogo, porque naturalmente haveria reação do outro lado. Entretanto, com minha autoridade, com o conhecimento que eu tinha da situação poderia, se agisse prontamente, impedir que se chegasse à guerra civil. Refleti e lá pela madrugada tomei a decisão de agir (...) (LOTT, 2002, p. 77).

Comandando a base dos militares no Rio de Janeiro, Lott orientou uma movimentação que, nas primeiras horas da madrugada do dia 11, tomou vários pontos importantes da capital cercado, inclusive, o Palácio do Catete e forçando Carlos Luz a fugir do local (SKIDMORE, 1976, p. 194). Embora grande parte do Exército estivesse mobilizada a favor do ministro, vários membros da Aeronáutica e quase a totalidade da Marinha continuavam fiéis ao presidente, sendo que esse refugiou-se na sede desse último Ministério. Reunido com alguns de seus ministros, lideranças militares e políticos, o grupo optou por embarcar a bordo do cruzador Tamandaré rumo a Santos, uma vez que existiam informações de que os militares de São Paulo e o governador Jânio Quadros estariam dispostos a resistir à trama do ministro da Guerra (FERREIRA, 2011, p. 162).

Junto com Luz estavam, entre outros, Prado Kelly, Jurandir Mamede, Pena Boto, Silvio Heck, Marcondes Ferraz, Munhoz da Rocha e Carlos Lacerda. Esse último, em suas memórias, indicou que fora até ao ministério da Marinha para prestar solidariedade a Carlos Luz, uma vez que se sentia responsável pelos acontecimentos, após ter incitado, nos últimos tempos, um golpe de Estado contra JK e Jango (LACERDA, 1978, p. 165-166). Ao ser informado do ocorrido, Eduardo Gomes conseguiu deslocar-se, via aérea, para São Paulo, onde tentaria se encontrar com o governador para discutir o rumo dos acontecimentos (BENEVIDES, 1981, p. 98-99). No entanto, mesmo hesitante, Jânio Quadros decidiu não se articular para um enfrentamento, principalmente quando teve notícias de que boa parte dos militares em São Paulo havia aderido a Lott e decidido por manter as ordens do ministro da Guerra (CHAIA, 1992, p. 132).

Enquanto o presidente e sua comitiva estavam em alto-mar, Lott telefonou para Nereu Ramos e, após encontrar-se com ele e com alguns políticos, pediu que o Congresso destituisse Carlos Luz e que o senador governasse o Brasil até a posse de JK e Jango. O representante catarinense acabou juntando-se à chapa vencedora na reta final da campanha e, assumindo o compromisso de manter a normalidade, convocou uma sessão extraordinária para colocar tal ponto em votação. Caso fosse confirmada a saída do presidente, o cargo seria assumido pelo ex-vice-presidente da República (HIPOLITO, 1985, p. 160).

No alvorecer do dia 11 de novembro, a imensa e intensa crise política ganhava mais uma variável, trazendo uma ameaça real de ruptura para as instituições. Em relação aos jornais, a cobertura de ambos os acontecimentos foi bastante distinta nessa data. Como OESP era um matutino, até o fechamento dessa edição (que ocorrera na noite anterior) a única informação disponível era a saída de Lott do ministério. Tal fator, abordado em editorial, indicou que OESP não estava contente pela troca no Ministério da Guerra, mas também não vira o caso como uma surpresa, uma vez que as ações tomadas pelo titular da pasta tornavam sua manutenção no cargo insustentável (OESP, *Solução normal*, 11/11/1955). Embora em tom alarmista em relação ao que poderia acontecer, não havia nenhum texto ou notícia relacionados às ações lideradas pelo ministro da Guerra.

Em contrapartida, a UH trouxe a perspectiva dos acontecimentos já com as ações da manhã, indicando a movimentação de Lott que buscou depor Carlos Luz e empossar Nereu Ramos na presidência da República. Com a manchete *CARLOS LUZ DEVE PRESTAR CONTAS DE SUA TRAIÇÃO!*, o jornal deu enfoque para um comunicado do militar em destaque, indicando que a situação estava normalizada no Exército e que não havia disputa entre os órgãos e militares em geral (UH, *REINA ORDEM EM TODO O PAÍS*, 11/11/1955). Na capa também foi publicado um texto, no qual foi feita uma defesa ampla da movimentação ocorrida durante a madrugada, bem como pressionando os congressistas a aprovarem o afastamento do então presidente do país:

Com uma coragem, uma bravura e uma decisão que lhes granjearão a gratidão e o respeito eternos de todo o Povo Brasileiro, as Fôrças Armadas da Nação, encarnadas neste momento histórico na figura de um Soldado do Povo, da energia férrea, do civismo exemplar, da honradez sem jaça do General Henrique Teixeira Lott, fazem o País retornar aos quadros normais do regime constitucional “vigente”, de onde o havia desviado a ambição, a mesquinha e a insensatez do Senhor Carlos Luz (...) Sim, ninguém mais se ilude: por trás do tenebroso golpe em marcha, não estavam apenas políticos ambiciosos, jornalistas em crise de paranoia e alguns militares iludidos pela demagogia e pela hipocrisia de falsos líderes nacionais; - por trás de tudo isto estavam e ainda estão à espreita para o bote da traição agentes de vorazes interesses internacionais, aguardando o instante propício para avançar num saque amplo e definitivo, contra as nossas Riquezas (...) (UH, *Jamais Seremos Escravos de Ninguém!*, 11/11/1955).

Com uma retórica bem próxima à utilizada na cobertura da morte de Vargas, a UH manteve o tom nas páginas seguintes, indicando uma espécie de “passo-a-passo” dos acontecimentos e indicando o ato de Carlos Luz em relação a Lott como impatriótico e que a Câmara, no momento que fora publicado o jornal, estaria reunida para discutir qual o destino

a tomar após os acontecimentos (UH, *REUNIDA A CÂMARA PARA DESTITUIR CARLOS LUZ!*, 11/11/1954).

E, assim, como nas edições de 24 de agosto de 1954, foi possível notar temporalidades distintas em suas páginas, uma vez que, junto com as notícias da movimentação de Lott, existiam também textos e chamadas que faziam referência aos acontecimentos anteriores ao início desses atos. Como exemplo, foi publicado um texto de Danton Coelho, que teria sido escrito após a demissão de Lott e antes da mobilização desse, indicando que, com a troca de comando no ministério da Guerra, o caminho para o golpe estaria aberto e que era necessário fazer algo para evitá-lo:

A farsa representada nêstes últimos dez dias, foi realmente, obra de políticos irresponsáveis e, além do mais, mediocres. Mas, se os autores e atores da farsa, pela sua mediocridade, se perderão no anonimato, o mesmo não ocorrerá com o nome do Presidente da República, que, podendo restabelecer a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e devolver às classes produtoras e ao povo a tranqüilidade de que tanto necessitam, preferiu fortalecer criminosamente a posição das facções golpistas, e, conseqüentemente, agravar a situação (...) O general Lott representava, sem dúvida, o fortalecimento da Democracia, a sobrevivência do Regime (...) Seu afastamento, nas circunstâncias em que ocorreu significa o sinal verde que dará livre trânsito aos aventureiros. Que ninguém se iluda: as liberdades públicas estão ameaçadas; a República entrou em coma (...) (UH, *O GOLPE OU A LEGALIDADE?*, 11/11/1955).

O editorial dessa mesma edição é bastante significativo para a compreensão da visão da UH sobre os acontecimentos, externando sua cultura política e dos grupos que defendia, demonstrando uma forma de pensar que buscava espaço na sociedade brasileira nesse período, com seus *habitus* e perspectivas próprias. Fazendo um resumo de vários acontecimentos e posicionando-se em relação à atitude de Lott, o texto acabou complementando a perspectiva do jornal carioca, em geral, e do outro texto, apresentado na capa da edição:

A decisão de que o Coronel Jurandir Mamede iria permanecer na Escola Superior de Guerra, prestigiado pelo Sr. Carlos Luz, provocou o natural e já agora histórico pedido de demissão do General Teixeira Lott do cargo de Ministro de Guerra. Era o comêço do golpe néo-fascista, o primeiro passo dado pelo presidente interino da República no papel que escolheu de coveiro do regime (...) É inutil fugir à realidade. Desde aquêle momento, a democracia brasileira começou a viver a sua hora decisiva. A execução do golpe, cuidadosamente esquematizado, estava em marcha. Os que queriam assassinar a nossa liberdade e o nosso regime entravam na ofensiva. A longa conspiração para roubar ao povo o seu direito a uma vida tranquila e democrática e, a seguir, transformar o nosso país em pasto das mais perigosas ambições internacionais, estava jogando a sua cartada definitiva e

desesperada (...) Exatamente no 10 de novembro, repetia-se a traição. Já ela havia sido anunciada pelos porta-vozes mais ostensivos da baderna neo-fascista como o sinal para a marcha contra a Constituição. Felizmente, porém, vigilantes, patriotas, no seu fervor pela disciplina, pela defesa da Lei, o Exército cerrou fileiras em torno da figura dêste grande soldado, que é o General Teixeira Lott! (...) (UH, *Lott Tomou o Govêrno Dos Golpistas Para Restitui-lo ao Povo*, 11/11/1955).

Nessa mesma data, foram editadas mais quatro edições do jornal carioca que, concomitante com todos esses acontecimentos, publicava também textos a favor da inocência de Samuel Wainer e seu estado (estaria ainda em precária situação de saúde na prisão, embora UH salientasse que estava sendo bem tratado). Na capa da segunda edição, a ênfase recaiu na demorada sessão da Câmara e nas negociações políticas, indicando que havia três caminhos que estavam sendo debatidos entre os parlamentares para a resolução do impasse: o impeachment de Luz, cassação de seu mandato de deputado ou a manutenção da deposição do cargo (já feita por Lott, em nome das Forças Armadas) (UH, *REUNIDA A CÂMARA PARA DESTITUIR CARLOS LUZ*, 11/11/1955). Além disso, houve uma ênfase maior na situação de São Paulo, uma vez que, logo após o desenrolar dos primeiros acontecimentos, Jânio Quadros soltara uma nota indicando que a ordem seria mantida e que ele não toleraria nenhuma manifestação nas ruas sobre o caso, tendo o periódico do Rio de Janeiro apontado que os impressos e rádios na capital paulista estavam sob censura por conta dessas ocorrências (UH, *A SITUAÇÃO EM SÃO PAULO*:, 11/11/1955).

Por fim, a terceira edição deu destaque para a deposição confirmada pela Câmara do presidente Carlos Luz. Oficialmente, em 11 de novembro, o deputado mineiro perdeu seu direito de assumir o Executivo por decisão da maioria (185 votos a favor, 72 contra) e cravando o presidente do Senado, Nereu Ramos, como o novo mandatário nacional. Nas edições seguintes (a quarta edição repetiu a capa da terceira e a quinta edição trouxe uma nova, valorizando a figura do Lott) as discussões foram novamente retomadas, justificando a ação militar e a do Congresso como uma forma de manter a ordem, além de indicar que Carlos Luz, Lacerda e vários nomes estavam “sumidos”, sendo que poucos membros do antigo governo estariam tranquilos e acompanhando o processo como, por exemplo, Eduardo Gomes, que estava reunido com Jânio Quadros em São Paulo:

Nereu Ramos é o Novo Presidente da República

APROVA A CÂMARA A DESTITUIÇÃO DE CARLOS LUZ!

EXTRA



AFONSO ARINOS tenta aplicar, mas não para de chorar. Foram em vão os seus esforços no sentido de tirar de sua responsabilidade a culpa de mais da aplicação em que a pátria está vivendo.



CAPENHA discute com senhores em meio dos aplausos que raras vezes todos os pronunciamentos dos deputados que não estavam na linha golpe.

TIRAGEM: 100.020 - ANO V - Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 1955 - N. 1.346

2 Última Hora
Diretor-Responsible: PAULO SILVEIRA
Fundador: SAMUEL WAINER
Diretor-Administrativo: L. F. BOCAIYVA CUNHA

Os Deputados Consideram Inapropriado a Sr. Carlos Luz — 185 Votos a favor e 72 Contrários — Debatido a UDN Tentou Obstruir a Votação — Uma Comissão de Deputados Camaradas ao Senado Para Comunique a Decisão do Congresso (Linha no 3.º Pag.)



O novo Presidente da República Sr. N. Ramos

Zero Hora

PERÍODO BANCÁRIO
ATÉ SEGUNDA-FEIRA

A UIMOC houve de imediato em favor da aplicação da lei de suspensão de pagamentos, mas a UIMOC não se pronunciou sobre a aplicação da lei de suspensão de pagamentos.

INFERNO O GENERAL
ETECHEGOYEN

O general Artur Etchebegoyen, chefe do Exército Argentino, chegou ao Brasil em um avião da UIMOC. Ele foi recebido por autoridades brasileiras e se dirigiu para o campo de aviação de São Paulo.

FORÇAS NO CAMPO
DE SANTANA

Desde as primeiras horas da manhã, as forças brasileiras, sob o comando do General Etchebegoyen, estão em posição de combate no campo de aviação de São Paulo.

OUVIDOS E TIROS
NO MEIO

Além do bombardeio aéreo, houve também tiros de artilharia e tiros de fuzilamento. As forças brasileiras estão em posição de combate no campo de aviação de São Paulo.

POR QUE FOI PRESO
O CONDE DE CORTES

Além do bombardeio aéreo, houve também tiros de artilharia e tiros de fuzilamento. As forças brasileiras estão em posição de combate no campo de aviação de São Paulo.

Proclamação do Chefe de Polícia à População!

É a seguinte a íntegra da nota distribuída à imprensa pelo Chefe de Polícia, General Augusto Magalhães:

"A Chefatura de Polícia, com o dever de informar os cidadãos da Capital que está intimamente preocupada para manter a segurança e a tranquilidade de todos os cidadãos bem como a propriedade privada e seus habitantes.

Desde os primeiros dias da revolução, quando os militares se revoltaram contra o governo, a Chefatura de Polícia tem se esforçado para manter a ordem e a segurança da Capital.

OUTRO AUXILIAR DO CHEFE DE POLÍCIA

O Chefe de Polícia designa para servir no seu Gabinete como Chefe de Relações Públicas, o Tenente-Coronel Cândido Flor Cruz.

CALMA NA CIDADE

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.

Em um meio geral, calma na cidade. Os transtornos para os subúrbios estão correndo muito bem, apesar de alguns casos de violência.



O PLÉNIÁRIO da Câmara dos Deputados. Na sessão matutina, todos os parlamentares se reuniram na ordem de legisladores, houve demonstrações de apoio à destituição de Carlos Luz.

A UDN VOTOU EM FAVOR DO GOLPE

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

A bancada udistas na Câmara dos Deputados obteve, na dia de ontem, a defender o governo legal de Sr. Carlos Luz. Na reunião dos líderes, baseados no texto da Constituição, tentaram se materializar os votos.

Imagem 66 - Capa da 3ª edição da UH do dia 11/11/1955, momentos depois de o Congresso confirmar a deposição de Carlos Luz e a ascensão de Nereu Ramos à presidência da República.



Imagem 67 – Publicação das 4 capas, das 5 edições publicadas no dia 11/11/1955 na UH. A tiragem de todas elas ultrapassou a marca de 440 mil jornais. Imagens retiradas da UH de 12/11/1955.

No dia seguinte, OESP trouxe uma cobertura bastante distinta em relação à discussão feita pela UH. Quebrando o padrão do jornal, já na primeira página foram publicadas várias fotos e notícias relacionadas à resistência de Carlos Luz e reconhecendo-o como o presidente do país, indicando movimentação tanto de civis quanto de militares para resistir à ação de Lott e à decisão do Congresso (OESP, *DEPOSTO O PRESIDENTE INTERINO PELO GEN. LOTT – O EX-MINISTRO DÁ POSSE AO SR. NEREU RAMOS*, 12/11/1955).

A segunda página, também tradicionalmente dedicada a notícias internacionais, estava cheia de ocorrências relacionadas aos fatos, com vários textos e fotos sobre elas, indicando que alguns governadores (AL, PA e PE) estavam solidários a Luz e que a Marinha e a Aeronáutica também se mantinham fiéis ao presidente deposto. Além disso, o jornal chamou a atenção para as constantes reuniões realizadas por Eduardo Gomes em São Paulo (que teria ido para a capital paulista a fim de ter melhores condições de comandar a resistência), bem como declarações de vários membros da UDN condenando a movimentação militar (OESP, *A atitude da UDN em face dos graves acontecimentos*, 12/11/1955).

Ainda quebrando mais protocolos, OESP não publicou nenhum texto de cunho político em *NOTAS E INFORMAÇÕES*, focando suas atenções nas notícias e indicando que Jânio

Quadros estaria movimentando-se para formar uma possível resistência ao novo governo que se instaurara (na capa, já havia uma nota do próprio jornal desmentindo uma afirmação da agência de notícias *United Press* (UP) de que Jânio havia declarado apoio a Lott e Nereu). Em sua última página, a publicação enfatizou que a capital paulista estava calma (embora vários militares estivessem de prontidão) e, de maneira bem rápida, chamou a atenção para a confirmação da deposição de Carlos Luz e indicando Nereu Ramos como novo presidente (OESP, *Declara a Camara Federal o impedimento do sr. Carlos Luz*, 12/11/1955):

Nesse mesmo dia, a UH enfatizou na capa a desistência de Carlos Luz em resistir à movimentação de Lott, publicando uma nota na qual o presidente deposto anunciou que não iria adiante com um possível plano de resistência por temer um derramamento de sangue ou uma guerra civil no país (UH, *De Bordo do “Tamandaré” Carlos Luz Desiste de Continuar Presidente!*, 12/11/1955). Dando como encerrada tal movimentação, o jornal carioca orientou sua cobertura para a indicação dos membros do novo governo, mostrando que Nereu mudara praticamente todos os ministros, fazendo várias novas nomeações, além da recondução de Lucas Lopes à Viação e Lott ao ministério da Guerra (UH, *Primeiros Ministros Escolhidos na Conferência Nereu – Lott*, 12/11/1955).

Além disso, a publicação carioca exaltou a figura do Exército e vários de seus membros que foram a favor da movimentação, publicando, inclusive, declarações do ex-presidente Dutra favoráveis a Lott e ao princípio da legalidade posto (UH, *Êstes Homens Salvaram a REPÚBLICA*, 12/11/1955). Também foram publicadas declarações de um suposto alto líder do comando do Exército, indicando pormenores do possível golpe articulado por Carlos Luz e Fiúza de Castro, movimentação que teria justificado a ação do ministro da Guerra (UH, *Luz e Fiuza Preparavam o Golpe Contra o Regime*, 12/11/1955), além de indicar que as oficinas do GLOBO e da TI estavam interditadas pela polícia (no entanto, a ocupação ocorreu somente na TI) (DULLES, 1992, p. 228-231).

Por fim, a capa da segunda edição foi bastante laudatória a vários personagens civis e militares que teriam salvado a política brasileira de um golpe, mantendo o caminho trilhado pela democracia, acompanhando discursos extremamente otimistas e positivos em relação ao futuro do Brasil:

Os textos opinativos só apareceriam no OESP no dia 13 de novembro, nos quais o jornal expôs brevemente sua visão sobre o assunto, com uma perspectiva já esperada: críticas à ação do Lott, à postura do Congresso e, em linhas gerais, à própria população em geral, indicando que a aceitação (ou a resignação) dos brasileiros era um sinal de apatia política, deixada pelo legado varguista e todo o mal que essa influência causara ao país nas últimas décadas:

A posição assumida pelo sr. ministro da Guerra contra um ato do chefe do governo não poderia, pois, enquadrar-se na legalidade: converteu-se, assim, num indiscutível atentado á Constituição (...) Ao Parlamento Nacional faltou também a necessária coragem para decidir sobre a atitude que deveria assumir na eventualidade. Elegendo e empossando um novo presidente da Republica antes da vacancia da suprema magistratura do País, feriu o Congresso o regime, fazendo tabula rasa dos dispositivos essenciais da lei fundamental do Pais. Provocou, assim, um profundo abalo nas instituições, e chocando com essa anomalia a opinião publica demonstrou á Nação como é grande ainda a distancia em que nos mantém da normalidade democratica, o fosso com que o “estadonovismo” talou os costumes republicanos (...) (OESP, *A situação nacional*, 13/11/1955).

Embora as informações sobre o possível golpe evitado por Lott fossem escassas, as discussões e as inúmeras acusações em relação a uma possível tomada do poder à força foram bastante presentes, como já evidenciado ao longo dos últimos meses de 1955. Desse modo, é importante chamar a atenção para vários textos e evidências dados por ambos os jornais (e pela imprensa em geral) sobre o assunto, dentro de suas distintas visões e elementos de cultura política diferentes confrontando-se o tempo todo, tendo apenas um denominador em comum: a ameaça do fim da ordem legal e democrática no país, interpretada por perspectivas distintas.

Na edição do dia 31 de agosto, em discussão sobre a implantação da Cédula Única, Eloy Dutra elogiou a aprovação desse mecanismo, mas pontuou que os golpistas não desistiriam e, caso Juarez Távora não fosse eleito, fariam de tudo para que um possível golpe fosse executado (UH, *Cédula Única*, 31/08/1955). Já em editorial do dia 05 de setembro, o jornal carioca referiu-se ao caso da maioria absoluta para indicar que tal movimentação seria apenas mais um passo rumo a um plano de golpe já estruturado, sendo que a preocupação da UDN e de outros opositores não era republicana, mas apenas oportunista:

Agora é a vez da manobra que tem por base a tese da “maioria absoluta”. Ela foi levantada em 1950 para impedir a posse do grande Getúlio Vargas – eleito espetacularmente pelas massas, derrotando o candidato ostensivamente apoiado pelo Governo (...) FALTAM, entretanto, apenas

quatro semanas para o pleito, no qual o eleitorado é chamado a escolher o novo chefe do Governo e seu substituto legal. A cédula aprovada pelo Congresso já vem sendo impressa e remetida a todos os recantos do País, onde haja uma seção eleitoral. Havendo quatro candidatos na disputa do posto supremo da República, é fora de dúvida que nenhum dêles conseguirá a pretendida “maioria absoluta” (...) Daí, a manobra no sentido de obterem do Supremo uma decisão, que possa, após o pleito, impedir a posse do candidato vitorioso pela maioria simples. Então, teríamos o País outra vez imerso numa onda de confusão a estimular tôdas as aventuras. Êste é o objetivo certo e tenebroso, o qual todavia não acreditamos seja alcançado, dos inimigos do regime democrático entre nós (UH, *CHEGOU A VEZ DO GOLPE JUDICIÁRIO*, 05/09/1955).

Como contraponto, em editorial do dia 20 de setembro, OESP defendeu mais uma vez o voto em Juarez Távora, dessa vez como algo utilitário, sendo que a publicação reconhecia que nenhum candidato era de seu agrado, mas, das opções postas, a do militar era a mais viável, indicando que eleger JK e Jango seria ficar entre o comunismo ou o peronismo (OESP, *O outro candidato*, 20/09/1955). Nessa mesma edição, Rafael Corrêa de Oliveira fez um retrato bastante catastrófico do processo eleitoral, indicando que as campanhas de JK e Ademar eram financiadas por grupos que queriam apossar-se das estruturas econômicas do país (como o Ministério da Fazenda e o BB), além de receberem apoio dos “peleguistas” que desejavam dominar os sindicatos em escala nacional. Por fim, os comunistas também estariam envolvidos no processo, participando ativamente das candidaturas e divulgando ideias contrárias às Forças Armadas, procurando desestabilizar o país para implantar suas ideias no novo governo, de maneira autoritária (OESP, *O GOLPE DOS DEMAGOGOS E NEGOCISTAS*, 20/09/1955).

Ainda em relação a esse texto, o articulista indicou que esses candidatos possuíam muito dinheiro e, por conta disso, suas campanhas estariam à frente de Juarez Távora que, com uma estrutura modesta, pouco poderia fazer para vencer. Por conta disso, o articulista chamava o Exército para a ação, pedindo uma providência dos militares em relação a uma possível vitória dos dois candidatos combatidos:

Os militares, na ingenuidade própria dos homens cuja educação se faz no isolamento das escolas especializadas e das casernas, se alarmam diante dessa agitação audaciosa e julgam que ela representa o pensamento do povo (...) E se enganam, no entanto. Porque quanto mais se retraírem e silenciarem mais insultados e provocados serão (...) Se os militares pensam que podem escapar às agruras dessa contingência, se iludem. Este País não aguenta mais um governo sem autoridade moral. Cairá aos pedaços a democracia brasileira, quando o alarido das ruas juntar-se á ladroeira oficial pelo prazo de cinco anos. E aí, ou as Forças Armadas atraíçoam a Pátria em ação comum com os bandos irresponsáveis, ou intervirão, como das outras vezes,

ao clamor do perigo nacional. O difícil é sabermos se essa intervenção tardia não nos dará um banho de sangue (OESP, *O GOLPE DOS DEMAGOGOS E NEGOCISTAS*, 20/09/1955).

Nas edições do dia 22 de setembro, os jornais comentaram diretamente sobre um mesmo ponto, evidenciando novamente suas diferenças em relação às suas culturas políticas. Em declarações no dia anterior, Aliomar Baleeiro indicou que, ao acompanhar os comícios de Juarez e ver a movimentação dos outros candidatos, o ex-chefe da Casa Militar perderia apenas se houvesse algum tipo de fraude no processo eleitoral. Além disso, OESP enfatizou que o apoio recente de Lacerda faria grande diferença na campanha, também destacando que Dutra estaria propenso a declarar apoio a Távora, indicando a trilha do caminho para a vitória eleitoral (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 22/09/1955).

Já na UH, nessa mesma data, a perspectiva da candidatura Juarez era diametralmente oposta. O jornal carioca publicou que, para conquistar mais votos, o militar alinhara-se à ala golpista da UDN e do Exército, fazendo com que alguns dos apoios comesçassem a se afastar, enfatizando a ausência de Jânio Quadros dos últimos comícios, que teria discordâncias com Carlos Lacerda e teria se recusado a fazer campanha junto ao jornalista carioca, bem como dos representantes socialistas (UH, *GOLPE CONTRA JUAREZ*, 22/09/1955). Na capa do jornal, o clichê referente ao assunto indicava que o *Corvo* derrotaria Juarez no Rio, exatamente por essa perspectiva (a guinada para ala golpista), dando um panorama bastante distinto daquele indicado pelo diário paulista nesse mesmo dia (UH, *Adhemar é o Favorito: o “Corvo” Vai Derrotar Juarez no Distrito*, 22/09/1955).

Ainda antes das eleições, perspectivas de ambas as publicações, em suas edições de 27 de setembro, também são indicativas para uma melhor compreensão, ainda, do “espectro” do golpe que rondava o processo eleitoral. Em editorial, OESP fez uma breve análise dos três principais candidatos a presidente e a vice na reta final da eleição, mantendo sua visão já estruturada e “carregando na tinta” contra JK e Jango, indicando que a vitória de ambos representaria a provocação de “agitações que podiam descambar até para a guerra-civil”, sendo que ambos “fomentariam os odios de classe, lançando as massas contra as camadas educadas” (OESP, *Balanço das candidaturas*, 27/09/1955).

Já na UH, em um texto no espaço de cobertura eleitoral (sem autoria), foi conclamada a ideia de que, independentemente de quem fosse eleito, a vontade do povo seria respeitada e nenhuma força iria mudar tal perspectiva, valorizando as lutas de Vargas para a manutenção da democracia no país e dos aspectos democráticos, fosse quem fosse que assumisse o

Executivo nacional (UH, *Nenhum Governo Subirá as Escadas do Catete Sem o Apoio do Povo!*, 27/09/1955).

Diante disso, a discussão em relação às possíveis soluções extralegais no processo eleitoral, acompanhando ambas as publicações, não foi um fenômeno isolado em um contexto pós-eleitoral, mas sim uma questão complexa e tratada quase à exaustão, que se colocara mesmo antes da definição das candidaturas. Enquanto OESP admitia e, de certa forma, incentivava uma solução extralegal para essa questão, a UH defendia o desenrolar do pleito de maneira plena, sem nenhum tipo de mudança ou intervenção. Desde o princípio, ambas as publicações versavam sobre a possível vitória de JK e Jango e a derrota do candidato da UDN (tanto Etelvino quanto Juarez), com as publicações atribuindo causas distintas para esses prognósticos.

No caso do êxito eleitoral da chapa do PSD e do PTB, o jornal paulista creditava tal ato à influência de Vargas no eleitorado brasileiro, além da demagogia presente em ambos os candidatos, que pouco fizeram em seus cargos, mas que muito prometiam e seduziam, projetando um governo que não fariam e nem poderiam fazer (OESP, *Candidaturas finais*, 15/07/1955). Já para a publicação carioca, a fama de ambos se devia às suas qualidades pessoais e à conjuntura partidária, uma vez que eram nomes que já haviam demonstrado competência e que estariam em plenas condições de reorientar o Brasil ao crescimento econômico (embora, na reta final, Jango tenha sido pouco citado), após o péssimo governo de Café Filho (UH, *O CANDIDATO DO EQUILÍBRIO SOCIAL*, 02/08/1955).

Já na possível derrota da campanha de Juarez, OESP apontara dois motivos centrais para o fato: a falta de educação cívica da população, que não sabia votar e não reconhecia os melhores candidatos para seu país e, principalmente, a falta de organização e definição dos udenistas e dos partidários próximos, que esperaram os concorrentes (em especial JK) estruturarem suas campanhas para apenas responder a esses estímulos, com escolhas questionáveis que acabaram levando a mudanças durante o processo, com críticas ao Etelvino e ao próprio Juarez (OESP, *O torneio presidencial*, 07/07/1955). Em relação à UH, o jornal carioca creditava o possível fracasso à própria decadência do partido de Carlos Lacerda, que não conseguira chegar ao poder pelo voto e, após ocupar o Executivo junto com Café Filho, não lograra êxito em fazer reformas e nem apoio popular, mantendo-se à margem do PSD e do PTB do ponto de vista eleitoral. Aliado a um radicalismo extremo, a UDN via sua derrocada iminente, sendo esse um processo irreversível nas páginas do periódico carioca (UH, *Haverá Fraude? Onde Iremos Encontrar Aninhados Seus Responsáveis?*, 05/08/1955).

Dentro dessas perspectivas, era plausível que um movimento golpista fosse debelado por parte dos membros derrotados eleitoralmente, uma vez que o discurso fora já estruturado muito tempo antes (e defendido abertamente, sem pudores, por membros da imprensa, como o próprio Carlos Lacerda). Na edição do dia 14 de novembro, a UH trouxe várias revelações que justificariam a ação de Lott. Além da cobertura do retorno do navio Tamandaré ao Rio (com várias fotos de todos os nomes que fugiram na madrugada do dia 11, com destaque para Carlos Luz, que assinou a renúncia da presidência da Câmara, mas não do mandato, além do próprio dono da TI, que pedira exílio na embaixada de Cuba, além de vários outros ministros), a publicação carioca explicitou inúmeros detalhes de um documento descoberto no meio dos arquivos do general Menezes Cortes (que tinha sido posto em liberdade e preso novamente), que seria um plano detalhado de todos os aspectos do golpe a ser aplicado (UH, *ASSASSINATO E TERROR: REVELAÇÕES HEDIONDAS DO “PUTSCH” GOLPISTA*, 14/11/1955).

Nesse possível plano (revelado com detalhes pelo jornal carioca), a lista indicava o fechamento de alguns jornais (sendo a própria UH um dos principais alvos), mudanças na Constituição e, o principal, a prisão e mortes de vários nomes tanto do Exército quanto do meio político. Entre os possíveis assassinatos, figuravam o nome do próprio Samuel Wainer, o do marechal Lott (arquitetado como um suicídio) e Mendes de Moraes (a morte ocorreria como um acidente automobilístico). Além disso, vários nomes seriam presos: Odílio Dennys, José Macedo Soares, José Maria Alkimin, Armando Falcão, Danton Jobim, José Linhares, Luis Galotti, Osvaldo Aranha, Euvaldo Lodi, Álvaro Lins, Zenóbio da Costa, Epaminondas dos Santos e Bocayuva Cunha, entre outros. Por fim, havia uma carta (que seria aos mesmos moldes do Plano Cohen) com várias acusações contra o governo e os candidatos eleitos, procurando instaurar um clima para um governo ditatorial no país (UH, *ASSASSINATO E TERROR: REVELAÇÕES HEDIONDAS DO “PUTSCH” GOLPISTA*, 14/11/1955)⁵².

Nessa mesma edição, o jornal carioca publicou algumas reações dos outros periódicos, acusando frontalmente os principais diários cariocas (em especial DN, *Globo* e TI) de serem coniventes com a movimentação que estava sendo feita para acabar com a Constituição do país, defendendo os ex-presidentes e os golpistas da UDN e do Exército (UH, *Revista dos Jornais*, 14/11/1955). Na edição do dia seguinte, OESP deu destaque para uma publicação de

⁵² Tanto no OESP, quanto na imprensa em geral e na bibliografia, não foram encontradas referências em relação ao episódio, sendo que a própria UH não abordou mais o assunto em suas edições posteriores. Embora inúmeros autores afirmem que havia um golpe em marcha, as evidências levam em conta as declarações públicas de Lacerda e algumas indicações nos jornais, mas sem provas concretas. Até o presente momento, não encontramos

uma nota do PCB, no jornal Notícias de Hoje, que falava sobre a movimentação (apoioando Lott) e pedindo a prisão daqueles que organizaram o golpe que seria dado, indicando vários nomes que deveriam ser retidos, como Fiúza de Castro, Honorato Pradel, Cordeiro de Farias, Bizarria Mamede, Menezes Cortes (esse já estava preso), Eduardo Gomes, Amorim do Vale, Pena Boto, Adil de Oliveira (também retido), Carlos Luz, Carlos Lacerda, Prado Kelly, Afonso Arinos, Jânio Quadros e o próprio Júlio de Mesquita Filho, entre outros (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 15/11/1955).

Nos editoriais e em textos dos dias seguintes, OESP continuou condenando veementemente a movimentação de Lott, dizendo que a situação era anticonstitucional e repetindo que essa ocorrência era consequência direta do estadonovismo (OESP, *Momento de reflexão*, 15/11/1955). Além disso, elogiou o manifesto publicado, no dia 15, por Jânio Quadros, indicando que reconhecia o novo governo Nereu Ramos pela renúncia de Carlos Luz, mas que não concordava com a movimentação e sua legitimidade para ter ocorrido, criticando nesse comunicado a forma como tudo acontecera (OESP, *IMPORTANTE PROCLAMAÇÃO DO GOVERNADOR FIXANDO A POSIÇÃO DOS CAMPOS ELISEOS*, 16/11/1955). Por fim, ainda nessa edição o jornal paulista noticiou que Café Filho já estava em casa e estava organizando-se para reassumir a presidência, já que estaria reabilitado de sua enfermidade e, pela Constituição, era o presidente em exercício (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 16/11/1955).

Na edição desse mesmo dia, a UH indicou perspectiva contrária à de Café Filho, noticiando que ele ainda estava hospitalizado e que não iria reassumir a presidência devido à sua precária condição de saúde e, principalmente, por estar ligado aos golpistas (UH, *CAFÉ CONTINUA SEM ALTA E DE MODO ALGUM REASSUMIRÁ*, 16/11/1955). Além disso, publicou uma entrevista concedida por Lott à UP, na qual o ministro dera pormenores de sua ação e explicara as principais motivações para sua intervenção na política nacional, indicando que agira daquela maneira apenas para evitar um possível golpe de Estado, apontando nominalmente os mentores do golpe, citando Carlos Lacerda, Eduardo Gomes, Amorim do Vale, Jurandir Mamede e Carlos Luz como envolvidos em uma movimentação para fechar o Congresso, interferir no Poder Judiciário e colocar um militar à frente do Executivo (UH, *UMA DITADURA NO BRASIL CONDUZIRIA À ANARQUIA!*, 16/11/1955). Por fim, indicou que a implantação de uma ditadura no país seria extremamente nociva, trazendo uma imensa instabilidade à nação:

nenhuma evidência documental sobre o possível golpe. No entanto, não estamos negando a possibilidade, mas indicando que não conseguimos ter acesso, de fato, a nada além das afirmações e movimentações da época.

- Ora – prosseguiu o General Lott – pela experiência histórica, sabemos o desastre que representa uma ditadura. A revolução de 30, que preconizava apenas algumas modificações no Executivo, a supressão temporária do Legislativo, mas respeitando-se integralmente o Poder Judiciário, conduziu, depois de tantas peripécias, ao desfecho trágico de 24 de Agosto. Isto quando vivíamos numa fase da história em que os nossos problemas políticos, econômicos e sociais eram muito mais simples. Hoje, dada a magnitude e complexidade dos nossos problemas, uma ditadura conduziria o País simplesmente a uma situação anárquica (UH, *UMA DITADURA NO BRASIL CONDUZIRIA À ANARQUIA!*, 16/11/1955).

Na edição do dia 17 de novembro, OESP repercutiu essa entrevista intensamente em suas páginas, lamentando bastante o ponto de vista de Lott e discordando de quase todos os aspectos comentados. No texto principal de seu editorial, foi feita uma análise rápida das declarações do ministro da Guerra, em especial as que acusavam Eduardo Gomes e Carlos Lacerda de serem os mentores do golpe. O jornalista já havia sido defendido pela edição do dia anterior e, durante o texto, o militar fora preservado ao máximo:

Aí tem a opinião publica brasileira o depoimento desta folha, que nunca deixou de estar ao lado do brigadeiro Eduardo Gomes e de se contar entre quantos sempre se honraram por pertencer ao numero dos seus soldados incondicionais. Não está nos nossos habitos faltar com a verdade. Nos mais duros momentos da nossa vida nunca deixamos de assumir a responsabilidade dos nossos atos (...) Julgue agora a Nação com quem está a verdade (OESP, *Com quem está a verdade*, 17/11/1955).

Nessa mesma edição, OESP noticiou que, após duras declarações de Eduardo Gomes em reação à entrevista (que ganhou repercussão internacional), Lott teria ligado para o presidente de honra da UDN e retratado-se pelos comentários indecorosos (fora emitida uma nota oficial com a explicação do ministro da Guerra), retirando as acusações feitas durante sua fala ao órgão estadunidense (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 17/11/1955).

Ainda nessa edição, em texto da coluna de Rafael Corrêa de Oliveira, foram feitas pesadas declarações em relação à movimentação do momento, apontando vários aspectos negativos (inclusive falas do próprio governo, de que não poderia manter a segurança de Carlos Lacerda e, por conta disso, ele teve que deixar o país, exilando-se na embaixada cubana), indicando que o 10 de novembro encerrava o 24 de agosto e que o país vivia em uma situação de anormalidade institucional, comparando o ato de Lott a um baile de máscaras:

Como vemos, o que se está passando é o baile carnavalesco da legalidade, com o objetivo de restituir o Brasil aos criminosos que o Exército, a Marinha e a Aeronautica, num ato revolucionario, dignamente, depuseram no dia 24

de agosto do ano passado. Naturalmente, com medo da opinião publica, querem que dancemos neste baile ao ritmo das musicas impostas pela vontade dos mascarados em armas. Não lhes daremos este prazer. Ou eles despem a fantasia e se apresentam perante o País com as suas metralhadoras e os seus canhões esmagando todos os direitos que a Constituição assegura, ou nos reservamos a perigosa tarefa de agir na conformidade das nossas leis (...). (OESP, *NO BAILE DA LEGALIDADE À FANTASIA*, 17/11/1955).

Em editorial de 18 de novembro, a UH fez um resumo com os principais aspectos ocorridos a partir da movimentação do Lott, indicando que a UDN (ou, como é colocado no texto, o udeno-lanternismo) demonstrava grande fragilidade há tempos, desde a esfera partidária (com as indefinições para a candidatura) até a eleitoral, quando vários de seus membros haviam sido derrotados em campanha e, por conta disso, agarrara-se ao golpe como condição de sobrevivência (UH, *Crime dos Derrotados*, 18/11/1955). Já em relação ao OESP, a partir dessa edição, o diário paulista ficou durante, praticamente o restante do ano, sem publicar textos sobre política em seu espaço editorial. Ao mesmo tempo em que denunciava que vários jornais (em especial o DN e a TI) vinham sofrendo cortes ininterruptos na capital, o jornal paulistano também não trazia mais suas análises sobre a conjuntura do momento, limitando-se a algumas notícias na seção *O MOMENTO POLITICO*⁵³.

Nessa conjuntura, a nova mudança de perspectiva política afetou a imprensa em geral e, no caso específico das duas publicações pesquisadas, novamente ocorreu a inversão de perspectivas, com os jornais voltando a seus locais de origem, nos quais seus *habitus* tinham sido estruturados: a UH, novamente próxima ao governo, construindo uma base de sustentação às ações de Nereu Ramos e, assim, utilizando esses termos para consolidar sua posição no campo jornalístico. Já OESP retornou à oposição, espaço no qual se mantivera em boa parte de sua existência, procurando demonstrar os problemas dessa nova conjuntura (considerada ilegal, pela publicação) e, ao mesmo tempo, afetada por ações de censura instauradas.

⁵³ Em 06 de dezembro, um breve texto em *Notas e Informações* informou que OESP teria sido alvo de censura, por conta das instruções dadas pelo responsável pela execução do estado de sítio em São Paulo, Stenio Caio de Albuquerque Lima: “Em vista das severas instruções que recebemos das autoridades encarregadas da execução do estado de sítio em São Paulo, deixamos de inserir em nossa edição de hoje, e o mesmo seremos provavelmente forçados a fazer até que se restabeleça a normalidade constitucional no País, parte do noticiário político que recebemos de nossa sucursal no Rio de Janeiro, inclusive notícias referentes aos trabalhos parlamentares” (OESP, *Notas e Informações*, 06/12/1955). Segundo SALONE (2009, p. 358), Júlio de Mesquita Filho aumentou ainda mais sua oposição a JK após o ato, visualizando seu novo governo de maneira ainda mais negativa. No entanto, em algumas edições posteriores, foram publicados textos de tom crítico, mas com uma frequência bem menor do que antes.

Após pouco mais de um ano de governo Café Filho e do brevíssimo mandato de Carlos Luz, as culturas políticas estudadas inverteram suas posições no campo, retomando antigos elementos utilizados, sobretudo, durante os anos em que Vargas esteve no poder. Embora a postura de ambas as publicações já evidenciasse essa perspectiva com a iminente vitória de JK e Jango (aspecto que já propiciaria essa troca), o processo de 11 de novembro antecipou essa conjuntura de maneira abrupta, mas não inesperada, uma vez que já havia grande apreensão (e expectativa, em relação a determinados grupos) para um possível golpe de Estado, retórica amplamente utilizada durante todo o ano de 1955.

E, se normalmente períodos de transição são complexos pelas incertezas e instabilidades geradas com as trocas, nesse caso existiam vários outros agravantes, incluindo aspectos que extrapolaram o jogo político-eleitoral (como a manutenção da Constituição e a intervenção militar), culminando em uma espécie de corolário desse imenso período de crise. Nessa conjuntura, tanto OESP quanto UH continuaram a disputar seus espaços no campo político e jornalístico, trabalhado suas respectivas culturas políticas nos textos e notícias e procurando, cada um ao seu modo, influenciar e formar a opinião de seus leitores, bem como participar dos acontecimentos do período.

6.3 As indefinições políticas e a posse

No dia 21 de novembro, Café Filho foi liberado pelos seus médicos para retomar suas atividades e anunciou que reassumiria à presidência, uma vez que não havia renunciado e que o cargo ainda era seu, segundo a Constituição (SKIDMORE, 1976, p. 196). Embora essa possibilidade já fosse aventada há mais de uma semana (ele fora considerado fora de risco no dia 11), a UH não levou muito em consideração a hipótese, uma vez que o jornal carioca dava como certo o afastamento em definitivo do político potiguar (ironizando como alguém que demonstrara estar tão mal antes de 10 de novembro, agora apresentava disposição para voltar ao cargo) (UH, *A Marcha Para o Catete*, 19/11/1955). No entanto, OESP sempre considerou a hipótese, tratando Café Filho, todo o tempo, como o presidente do país, indicando que não havia nenhum dispositivo legal que impedia sua volta ao poder (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 20/11/1955). Para o periódico carioca, o estado de saúde do político potiguar não permitiria que ele voltasse para exercer o cargo; já para o diário paulista, a possibilidade (quase uma vontade) do retorno sempre esteve presente em suas páginas.

Na capa da edição do dia 21 de novembro, a UH condenou veementemente a tentativa de volta de Café Filho ao poder. Diagramou uma capa bastante crítica e com um texto em

destaque, intitulado *NÃO!*, elencando acusações graves contra o presidente afastado, indicando que ele nunca governara o país de fato e que tivera uma conduta extremamente covarde ao passar o governo ao Carlos Luz, sendo que poderia ter continuado e evitado a crise ou, pelo menos, decidido sobre o caso de Mamede antes de afastar-se, eliminando a necessidade da ação de Lott (UH, *NÃO!*, 21/11/1955). Além disso, o diário carioca cravou que o Congresso votaria o impedimento definitivo do presidente licenciado, uma vez que esse teria, como interesse central desse ato, retomar a presidência para perpetuar o golpe impedido pelos militares, dez dias antes (UH, *A Marcha Para o Catete*, 21/11/1955).

No dia seguinte, em plenário, foi levada a cabo a votação para o impedimento do retorno de Café Filho à presidência, sob a alegação de que ele estaria envolvido nos acontecimentos referentes ao 11 de novembro, do lado do golpe que seria perpetrado contra JK e Jango (DULLES, 1992, p. 239). Após a movimentação da maioria em ambas as casas parlamentares, o presidente licenciado foi impedido de voltar ao cargo e destituído do Executivo nacional, por 179 votos contra 94 na Câmara, e 35 votos contra 16 no Senado (SKIDMORE, 1976, p. 196). Dessa maneira, as últimas perspectivas do político potiguar em retomar o poder estavam encerradas, mesmo que ele ainda insistisse, durante alguns dias, em tentar organizar o governo de dentro de seu apartamento, sitiado pelos militares para impedir uma possível reação à decisão do Congresso (CAFÉ FILHO, 1966, p. 589-591).

Em pouco mais de dez dias, a cidade do Rio de Janeiro foi tomada pelas tropas duas vezes e o clima de instabilidade espalhou-se por todo o país. Embora os jornais, de maneira geral, indicassem que a partir daquele momento a situação ficaria mais estável e JK e Jango teriam um espaço maior para compor seu governo e manter a estabilidade, a insegurança em relação às instituições políticas continuava espalhada por todo o território, em especial no Rio de Janeiro, uma vez que a região de Copacabana, onde morava Café Filho, continuava cercada pelo Exército e várias células militares ficaram de prontidão para qualquer ocorrência (ou suspeita de).

A UH comemorou a esperada votação contra Café Filho e manteve a cobertura extremamente negativa do agora ex-presidente, de fato, do país. Ainda na capa, o texto que acompanhou a manchete teceu uma imagem bastante desfavorável do político potiguar, aprofundando ainda mais as críticas já feitas (UH, *NEREU NO CATETE ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO!*, 22/11/1955). Ainda nessa mesma edição, em seu editorial, o jornal carioca deu o tom definitivo de sua postura em relação à movimentação e à figura do ex-presidente, bem como de sua visão em relação a toda a conjuntura:

A doença infantil, ou seja, o extremismo político que ontem se apoderou do Sr. Café Filho, no momento em que êle era dado como recuperado da doença do coração, exigiu nova operação de ordem militar, a fim de evitar as manobras tendentes ao fracionamento das Fôrças Armadas e à deflagração da luta fratricida. Ninguém de bom-senso pode aceitar que, depois da aventura tão mal parada do Sr. Carlos Luz, fôsse o Sr. Café Filho, mal saindo dos lençóis, embandeirar-se em arco,, (sic) amparado pelo Brigadeiro Eduardo e o Almirante Vale, tendo à retaguarda o bravo navegante Penna Botto e o rebotalho da U. D. N., para representar nova chegada (...) Tornou-se mais do que evidente que o vice-presidente da República guindado ao Poder pela mais miserável das traições políticas da história de nosso País, tinha em mente sublevar o País (sic), com métodos friamente arquitetados no silêncio de sua estação de cura... Os efeitos dêsse novo movimento de defesa, não demorarão, no entanto, a desaparecer, uma vez que as fôrças políticas alertadas tomaram, como dever essencial, dar a solução adequada à crise gerada pela insensatez ou má-fé do vice-presidente, ao qual o Congresso acaba de impedir, demonstrando viva compreensão da hora que vivemos, o exercício do mandato que êle não soube honrar (...) (UH, *Faça-se a União Nacional em Tôrno da Constituição*, 22/11/1955).

Na edição do dia 23 de novembro, OESP posicionou-se em relação ao assunto, em um texto também bastante crítico, mas no sentido oposto ao estruturado pela UH. Mantendo uma linha de não reconhecimento da legitimidade dos últimos acontecimentos, o editorial teceu duras críticas aos congressistas e, em especial, à figura de Lott, que de homem da ordem passara a agente da anarquia e da difamação:

Os primeiros rumores que passaram a circular na tarde de anteontem na Capital da Republica deixavam entrever o que para nós jamais deixou de ser uma convicção: as veleidades legalistas do sr. general Teixeira Lott cairiam fragorosamente por terra na hora em que lhe fôsse imposta uma decisão. Desde que s. exa. o sr. presidente efetivo da Republica, usando das suas prerrogativas constitucionais, se decidiu a reassumir as suas funções de primeiro magistrado da Nação, s. exa. o sr. ministro da Guerra seria arrastado pelos seus companheiros de “putsch” a colocar o País diante da realidade dos fatos. A aparência de legalidade poderia ser mantida enquanto o sr. Café Filho se dispusesse a colocar-se á margem dos acontecimentos. Desde, porém, que s. exa. se dispôs a reassumir o seu posto, o verdadeiro significado da concentração de forças em torno do Ministerio da Guerra e da descida de unidades pertencentes á Divisão mineira para a Capital da Republica se tornou transparente (...) (OESP, *Perspectiva de horas amargas*, 23/11/1955).

No entanto, mais alguns aspectos foram instituídos e ainda estavam sendo discutidos no Congresso, ganhando também espaço nas linhas dos jornais. Como a situação era considerada fora da normalidade, algumas medidas extremas foram indicadas pelo Exército e aprovadas pelos parlamentares, tendo como a principal delas a manutenção da censura nos jornais como uma forma de não fomentar ainda mais a desordem, com especial atenção para

as publicações cariocas (BIROLI, 2003, p. 277-284). Tal medida foi criticada pela imprensa em geral, sendo que tanto OESP quanto UH mantiveram seus posicionamentos contrários (a publicação carioca, que apoiava toda a movimentação, não se sentiu confortável e pediu, ostensivamente, a revogação da proibição), pedindo o fim do cerceamento das informações.

Um dia após o impedimento de Café Filho, foi encaminhado aos congressistas um pedido de estado de sítio, como uma forma de manutenção da ordem por conta de possíveis distúrbios (SKIDMORE, 1976, p. 196-197). OESP prontamente colocou-se contra tal perspectiva, indicando o aumento gigantesco do arbítrio que, além da censura, ainda instituiria a perseguição contra os opositores, além de que, na edição do dia 17, Menezes Pimentel (deputado federal e ex-governador do Ceará, membro do PSD, assumira a pasta da Justiça) dera declarações ao jornal assegurando que não considerava mandar o pedido ao Congresso (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 17/11/1955). Em editorial do dia 25 de novembro, com um título enfático e trágico, o jornal paulista cravou comentários bastante catastróficos (ainda mais que o comum), indicando que a democracia chegara, de fato, ao seu fim no Brasil, além de continuar demonstrando uma decepção profunda com Nereu Ramos e com seu entorno:

Está tudo acabado. Nada mais resta daquilo que foi um dia o regime constitucional (...) Dos que votaram pela suspensão dos direitos individuais, outra coisa não se poderia esperar. Na sua totalidade vêm do “estado novo”, formaram seu espírito no contacto do caudilho de São Borja, o que os faz supor estarmos pura e simplesmente assistindo á volta áquilo que no curto espaço de dez anos levou esse mesmo Exercito, por duas vezes, a varrê-los do poder. Quanto ao sr. Nereu Ramos, a coisa muda de aspecto. Que é que o teria levado a atirar ás urtigas quarenta anos de probidade política para servir de instrumentos aos que acabam de destruir pela base tudo quanto constituía o acervo de convicções juridicas, tanto de s. exa. como da Nação? (...) (OESP, *Tudo acabado*, 25/11/1955).

Júlio de Mesquita Filho, no editorial, ainda indicou que conhecia bem Nereu, que estivera ao seu lado (sempre escrevendo no plural, indicando um grupo de ação em comum) em várias ocasiões como as Revoluções de 1930 e 32, demonstrando que possuía uma visão altamente respeitosa do político catarinense, que Nereu demonstrava ser um homem probo e íntegro. Por conta disso, o diretor do jornal finalizou o texto de forma bastante melancólica, lamentando profundamente as decisões tomadas pelo então presidente do Brasil, que podia caminhar em dois sentidos: o ímpeto pelo poder, até então pouco plausível para o diretor do jornal, ou a omissão e a covardia em não se impor perante esses grupos (OESP, *Tudo acabado*, 25/11/1955). Independentemente de quais dessas duas visões fossem verdadeiras,

traziam um resultado trágico para o país e manchava toda a biografia de Nereu, segundo o proprietário do OESP.

Nesse mesmo dia, o jornal paulista publicou a lista de todos os deputados que votaram a favor e contra o estado de sítio (o jornal já tinha feito algo parecido na edição do dia 23 de novembro, publicando o nome dos deputados que votaram contra o impedimento de Café Filho, enfatizando seus nomes), destacando os favoráveis de maneira bastante negativa (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 25/11/1955). Além disso, nessa mesma data o periódico publicou uma entrevista feita por Rafael Corrêa de Oliveira com Café Filho, que dizia ainda se considerar presidente e que resistiria até o último minuto para manter-se no cargo (mesmo reconhecendo que, de fato, já não o ocupava). Também declarou que entraria com uma ação no STF, acreditando que o Judiciário interviria a seu favor (OESP, “*Só sairei levado pela força bruta*”, *adverte o presidente*, 25/11/1955). Por fim, deixou uma espécie de aviso, tanto para o jornalista do OESP quanto para todos aqueles que o entrevistaram, publicado em vários periódicos:

“Se surgir qualquer notícia de que eu transigi com os militares rebeldes, pode dizer que é mentira. Não assinei, não assino, nem assinarei nenhum ato de renúncia ou transigência com esses rebeldes. Se for noticiado que eu emigrei do País, pode declarar que é falso. Só sairei se me levarem pela força bruta e me colocarem a bordo de um avião ou de um vapor, transformando dessa maneira em colônia de detentos o País para onde me remeterem à força (...) (OESP, “*Só sairei levado pela força bruta*”, *adverte o presidente*, 25/11/1955).

Nesse mesmo dia, a UH estruturou uma cobertura diversa e valorizou intensamente o estado de sítio, trazendo como manchete os dizeres: *ESTADO DE SÍTIO CONTRA A PREGAÇÃO DA DESORDEM E A SUBVERSÃO NO PAÍS!*, reconhecendo a instituição da medida contra aqueles que ainda queriam subverter a ordem no país, colocando o golpe em prática. Tal argumentação foi aprofundada em seu editorial, indicando que a ação não era algo desejável, mas que acabara sendo necessária por culpa daqueles que insistiam em prejudicar o desenvolvimento da nação, colocando nesse grupo também Café Filho, visto como um golpista e fazendo um papel ridículo ao tentar assumir a presidência (o ex-presidente passou a ser chamado, nessas edições, de Presidente da República do Posto 6, em referência à localização de seu apartamento, da onde estaria conspirando para voltar):

O BRASIL se encontra, desde hoje, em estado de sítio, medida de emergência adotada em face do surto neofascista, liderado pelo setor extremista da UDN e o Clube da Lanterna. Os inquéritos em torno do furto

de armas do Exército e da carta Brandi revelaram, desde logo, uma situação subversiva que veio a ter plena confirmação no momento em que o Sr. Café Filho, declarando-se enfêrmo, deixou o govêrno à leviandade, maior do que a sua, do então Presidente da Câmara, Senhor Carlos Luz (...) Se uma minoria de apetites irreprimíveis pretende destruir, pela violência, a maioria apoiada pelo favor popular, as Fôrças Armadas têm o dever de interceder para evitar que o atrito degenerem em guerra civil. É o que acontece agora, nem mais, nem menos. As medidas de repressão à intentona udeno-lanternista tem, por isso mesmo, o apoio franco e o mais sentido das camadas populares (...) (UH, *Agir com Moderação, Mas Punindo os Mazorqueiros!*, 25/11/1955).

No dia anterior, a UH comemorou efusivamente a concessão de *habeas corpus* ao diretor da publicação, que seria liberto da prisão depois de mais de um mês no cárcere. Embora o enfoque continuasse sendo os primeiros passos do governo Nereu Ramos, a libertação de Wainer fora bastante valorizada pelo diário, destacando o fato como um dos elementos das novas medidas do novo governo, indicando tempos mais justos e melhores para o país (UH, *Lutar, Sempre. Fugir, Nunca!*, 24/11/1955).

Embora OESP não comentasse diretamente o caso, em editorial de 27 de novembro, fez uma crítica bastante intensa a vários imigrantes que procuravam o Brasil apenas para benefício próprio às custas do país, embora valorizando também (mas com menor ênfase) os que vinham para cá para trabalhar e estruturarem-se para melhorar suas vidas (OESP, *Imigrantes desejáveis e indesejáveis*, 27/11/1955). Embora nenhum nome fora citado no texto, a associação ao caso de Wainer (cuja sentença provinha exatamente da discussão sobre a nacionalidade) era bastante óbvia, já que, recentemente, fora o único caso relacionado ao assunto que ganhara notoriedade naqueles dias.

Na edição do dia 26 de novembro, a UH também chamou a atenção para a entrega do relatório de Maurell sobre o caso da Carta Brandi, denunciando como principais culpados pela farsa os nomes de Malfussi e Cordero, além de indicar também, como envolvidos no caso, Carlos Lacerda e Roberto Marinho (UH, *LACERDA, MALFUSSI, CORDERO, RÉUS DO MESMO CRIME: AFIRMA MAURELL*, 26/11/1955). Já OESP demonstrou surpresa e indignação com o indiciamento dos donos da TI e do GLOBO, que foram acusados no relatório (publicado parcialmente pelo jornal e, na edição do dia 30 de novembro, impresso na íntegra) de agirem em “franca campanha política sensacionalista” contra JK e Jango, participando do processo de elaboração da carta falsa (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 27/11/1955).

Nas edições seguintes, o jornal carioca continuou batendo fortemente na tecla do caso com textos constantes sobre o assunto, pedindo a prisão de todos os envolvidos (e a cassação

de Lacerda, que estava nos EUA), enquanto que OESP publicou pequenas notas dando ênfase aos acusados (em especial a Roberto Marinho) e continuando a criticar o indiciamento dos jornalistas, uma vez que esses seriam tão vítimas quanto a população em geral. A UH, por sua vez, passou a justificar, em praticamente todas as edições, as ações de Nereu Ramos e a volta à normalidade política (com vários depoimentos de políticos como Flores da Cunha e Ademar de Barros), bem como desqualificando a UDN e seus ataques ao movimento de 11 de novembro. Em editorial do dia 30, a UH inverteu as acusações de que Jango seria o novo Peron brasileiro, afirmando que quem desejava esse posto era Eduardo Gomes e a cúpula udenista que, de fato, tinha interesse em instalar uma ditadura no Brasil:

A REVELAÇÃO do relatório Maurell na Câmara, ontem, teve a virtude de definir mais nitidamente a posição golpista da UDN. É que a carta Brandi, em sua falsidade espantosa, é o retrato sem máscara da UDN, da sua política turva, de sua traição nacional e de seu ódio à democracia (...) É sabido que a carta Brandi fôra a grande arma de agitação no sentido do golpe neofascista. Por trás das calúnias e das injúrias contra Jango, apontado como um Perón em potência, escondia-se o autêntico movimento peronista, sob a chefia do Sr. Eduardo Gomes, chefe da UDN. Diga-se a verdade completa: o Sr. Eduardo Gomes era o legítimo líder do golpe barrado pela enérgica ação do Exército Nacional – golpe que, se vitorioso, o colocaria na posição de ditador neofascista do Brasil (...) (UH, *A VERDADE SURGE ESMAGADORA NO RELATÓRIO MAURELL*, 30/11/1955).

Mesmo com a ausência de textos críticos em vários de seus editoriais, OESP continuou publicando notícias e reflexões (mesmo que esporádicas) referentes ao processo político, expondo sua opinião. O jornal paulista passou a enfatizar as declarações militares contra os últimos acontecimentos, sendo que, no dia 03 de dezembro, publicou uma nota escrita pelo vice-almirante Benjamin Sodré e lida por Alberto Torres (UDN/RJ) no Congresso, indicando que a Marinha, em geral, era contra a postura de Lott e os eventos desencadeados, porém, pela “relações de fraternidade, cordialidade, confiança e respeito às suas co-irmãs”, não agiria drasticamente e aceitaria os novos governantes instituídos (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 03/12/1955).

Já na edição do dia 08 de dezembro, o jornal paulista publicou novamente um documento assinado por militares da Marinha e lido no Congresso por Raimundo Padilha (UDN/RJ), confirmando e, de certa forma, aprofundando a visão de Benjamin Sodré, indicando que não era interessante para os militares uma guerra interna que colocasse em risco a vida de milhares de pessoas. No entanto, no texto foi ratificada, em momentos distintos, a discordância em relação às destituições de Carlos Luz e de Café Filho, bem como à ascensão de Nereu Ramos à presidência da República:

Os oficiais dos quadros e corpos da Armada que assinaram o presente documento, de inteiro acordo com a resolução unanime do Almirantado – não levada ao conhecimento publico – vêm declarar sua integral desaprovação aos atos ilegais decorrentes do movimento militar iniciado na noite de 10 para 11 de novembro do corrente ano (...) Mantendo a tradição secular da Marinha de respeito ao poder civil legalmente constituído, lutaram dentro de suas possibilidades contra os movimentos de força (...) Com a presente declaração fica definido de maneira inequivoca o proceder da Corporação e também compreendida sua estranheza quando, sob a denominação generica de Forças Armadas, seu nome é vinculado a atos e opiniões contrarias ao seu pensamento (...) (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 08/12/1955).

A UH continuou centrando suas críticas mais pesadas em Café Filho (cada vez menos citado no jornal paulista). Em editoriais como *Café Perdeu o Senso da Realidade* (07 de dezembro) e vários textos espalhados pelas edições do último mês de 1955, o diário carioca teceu inúmeras argumentações desqualificando, das mais variadas formas possíveis, o ex-presidente. No início de dezembro, um mandado de segurança impetrado no STF, pelo político do PSP, contra seu impedimento, foi recusado pelos magistrados, “enterrando” de vez qualquer possibilidade de volta ao poder (perspectiva a qual ele mantinha desde o afastamento) (CAFÉ FILHO, 1966, p. 613-615).

Após um novo pedido, em 14 de dezembro o recurso foi adiado para após o fim da vigência do estado de sítio, (já que os magistrados não viam possibilidade de decidir isso com vários preceitos da Constituição em suspenso), sendo que tal medida acabava, praticamente, com qualquer perspectiva de volta (UH comemorou efusivamente o fato, tendo como manchete da edição do dia 15 de dezembro os seguintes dizeres: *O SUPREMO CONFIRMOU A DECISÃO DO CONGRESSO!*, dedicando amplo espaço, em suas páginas, à derrocada das tentativas do ex-presidente).

Além disso, a despeito das manifestações de membros da Marinha, o jornal carioca continuou elogiando bastante o Exército em geral, tecendo inúmeros encômios à ação de Lott e dos militares em geral que tanto estariam se sacrificando pelo bem-estar do país. Esse posicionamento ficou ainda mais evidente no fim do mês quando, no dia 23 de dezembro, foi publicado um decreto prorrogando o Estado de Sítio, a partir do dia 01 de janeiro, após um pedido feito pelo ministro da Guerra para o governo por conta do clima ainda tenso no país (as notícias começaram a ser ventiladas, principalmente pelo OESP, a partir do dia 19) (SKIDMORE, 1976, p. 196).

Partindo do princípio exposto por SINTONI (1999), o Exército brasileiro possuía, na verdade, uma divisão em 3 grupos principais, sendo que Lott seria parte daqueles que

estariam ao centro das discussões, não assumindo posições diretamente ligadas a nenhum dos dois outros e buscando “cumprir” a Constituição, em uma perspectiva indicada como “despolitizada”, contra as outras duas formações (também estruturados em nacionalistas e entreguistas). Essa perspectiva estava exposta desde o fim do Estado Novo, ficando ainda mais clara nos momentos de crise:

No momento da democratização, as divergências entre os grupos militares se acentuam, porquanto a abertura democrática permitiu o livre debate na sociedade e, conseqüentemente, a tomada de posições divergentes e conflitantes, em relação a temas que versavam sobre a melhor maneira de o país sair de seu atraso econômico. A pluralidade de posições que emergem na sociedade penetra no âmbito das forças militares, fazendo com que nesse momento os militares se vejam e sejam vistos como grupos diferenciados. De um lado, colocam-se os nacionalistas que se alinham junto às forças progressistas e de esquerda na sociedade; de outro, grupos antinacionalistas pleiteiam uma aliança mais efetiva entre os setores produtivos brasileiros e os centros reitores do capitalismo internacional. Mas, junto a esses grupos e com peso importante no jogo de forças militares, há o grupo dos profissionais que permanecem fechados a qualquer possibilidade de as Forças Armadas cumprirem um papel que não fosse aquele estipulado na Constituição (SINTONI, 1999, p. 228).

Do ponto de vista militar, a unidade estava mantida pela ação de Lott e de vários oficiais, mas a diversidade de ideias não havia sido eliminada. Pelas manifestações de membros da Marinha e da Aeronáutica, era possível perceber que as divisões seguiam latentes e que o convívio entre as Forças Armadas seria bastante complexo. Desde 1930 a presença desse grupo nos meios políticos tornara-se ainda mais relevante, sendo que, desde a movimentação nos últimos meses do governo Vargas até aos atos de 11 de novembro (bem como do próprio dia 21), o Exército passara a ter um papel de protagonista no contexto, sendo a figura do ministro da Guerra a mais conhecida naquele momento (SODRÉ, 2010, p. 436-437).

Os últimos dias de 1955 e o primeiro mês de 1956 nas páginas dos dois impressos foram marcados, além dos resquícios dos pontos tratados durante o ano que chegava ao fim, pela formação do ministério de JK e suas movimentações políticas, embora esse ainda não tivesse sido declarado eleito.

Em relação aos possíveis nomes para compor o Executivo, o assunto já havia sido tratado anteriormente pelas publicações. Na edição do dia 25 de outubro OESP, mesmo com intensa campanha pelo impedimento da posse de JK e Jango, já levantara possíveis nomes que estariam sendo discutidos para a formação do grupo do Executivo. Embora a discussão ficasse

suspensa durante as intervenções militares, ela voltou a ser debatida, com maior intensidade, no mês de dezembro, sobretudo, no diário paulista⁵⁴.

No dia 21 do último mês do ano, foi anunciada uma viagem que seria feita por JK aos EUA e aos países da Europa, sendo que o ex-governador de MG já se apresentaria como o futuro presidente do Brasil (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 21/12/1955). Na edição do dia seguinte, OESP criticou bastante aquele comportamento, indicando que o futuro mandatário ainda não tinha sido diplomado e lembrando que a UDN continuava com a ação na Justiça para impedir a posse (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 22/12/1955). Além disso, o jornal paulista também criticou as movimentações para a composição do ministério pelo mesmo motivo (embora tenha dado toda a publicidade já demonstrada para o assunto) e publicou declarações de Ernani do Amaral Peixoto, demonstrando que o PSD não estava negociando cargos com JK e que só faria isso após a diplomação (afirmação que também contrastava com a movimentação já demonstrada).

Embora a UH não tratasse diretamente sobre nomes para o futuro ministério, teceu várias notícias já colocando a chapa que estava na dianteira da apuração como eleita e, na capa do dia 22 de dezembro, deu grande destaque para duas entrevistas, com Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, indicando seus principais planos para a estruturação do poder. O político gaúcho indicou que estava disposto a ajudar o planejamento do ex-governador de MG, no que fosse necessário, e que procuraria implantar, na medida do possível, medidas defendidas pelo partido, como a Reforma Agrária (UH, *Jango Será um Fator de Equilíbrio Entre Conservadores e Trabalhistas*, 22/12/1955). Principalmente após o 11 de novembro, a publicação carioca deixou de lado as divergências com Jango e passou a

⁵⁴ Entre outros, foram indicados o ex-prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva, como ministro da Agricultura; a manutenção de Nelson Omegna no ministério do Trabalho; o empresário paulista Quartim Barbosa para a Fazenda. Menezes Pimentel continuaria na pasta de Justiça, embora também pudesse ser eleito presidente na Câmara (nesse caso, assumiria o deputado federal pessedista Ulysses Guimarães); o deputado federal do PSD mineiro (e amigo do presidente eleito), José Maria Alkimin, assumiria como presidente do BB; Lucas Lopes ficaria com a Eletrobrás (ainda a ser criada); o empresário mineiro Maurício Chagas Bicalho como presidente do BNDE e o deputado federal mineiro Guilhermino de Oliveira (PSD) assumiria a Casa-Civil, entre vários outros nomes citados na reportagem sem uma pasta em específico (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 25/10/1955). Já na edição do dia 18 de novembro OESP voltou a falar do assunto, mas relatando apenas os nomes indicados pelo PTB, sendo que Josué de Castro (muito em evidência na época, pois era o presidente da *Organização para a Alimentação e a Agricultura* – FAO – órgão da *Organização das Nações Unidas* – ONU – além de ser deputado federal, pelo PTB/PE) era o favorito para assumir a Agricultura; a pasta do Trabalho estaria sendo disputada por vários partidários, sendo os principais nomes da vez os deputados federais gaúcho Rui Ramos e o pernambucano Barros de Carvalho (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 18/11/1955). Três dias depois, OESP voltou ao assunto e especulou mais nomes, sendo que JK teria se reunido com Nereu Ramos por mais de três horas (o próprio presidente estaria sendo cotado para assumir a Justiça) e outras indicações foram ventiladas pelo jornal, como o deputado federal mineiro Israel Pinheiro (PSD) para a Fazenda; o vice-governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira (PTB) para o Trabalho; e a pasta das Relações Exteriores estaria entre o diplomata José Carlos Macedo Soares e o jurista Santiago Dantas (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 21/11/1955).

noticiá-lo com mais evidência novamente, indicando que sua consolidação como vice-presidente era uma missão mais imediata do que a disputa pelo controle do PTB.

Já em relação ao político mineiro, ele procurou enfatizar que, para além do desenvolvimento econômico prometido em sua campanha, procuraria atender às demandas sociais, comprometendo-se novamente em manter, na sua agenda, vários elementos de cunho social defendidos por Getúlio Vargas em seus mandatos (UH, *NOSSA LUTA É CONTRA A POBREZA CRIMINOSA E A DESCRENÇA!*, 22/12/1955). Na edição do dia seguinte, o jornal carioca também indicou que JK só pensaria no ministério após voltar da Europa (embora, na reportagem, ficara nas entrelinhas que as conversas sobre o assunto já aconteciam), uma vez que os nomes dependeriam, em tese, do resultado da viagem (UH, *JUSCELINO SÓ FORMARÁ O MINISTÉRIO DEPOIS DE SEU REGRESSO DA EUROPA*, 23/12/1955).

Na edição de 25 de dezembro, OESP destacou as declarações de JK de felicitações em relação ao Natal, pedindo paz e união nacional para governar (o jornal ironizou o pedido, afirmando ser tarde demais), além de divulgar que o ex-governador mineiro continuava tentando acenar a SP, tendo reservado a pasta da Fazenda para o estado (o banqueiro Nadir Figueiredo era o nome da vez), além do periódico cravar, novamente, José Maria Alkimin no BB (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 25/12/1955). E, embora tenha condenado a movimentação de JK em relação à formação do ministério, o periódico paulista continuou dando ampla cobertura para o caso (tendo mais espaço que na UH) indicando, na edição do dia 28 de dezembro, que o político mineiro estaria encontrando inúmeras dificuldades para a composição da equipe ministerial, uma vez que vários políticos e partidos estariam descontentes com as negociações e buscavam espaço, sendo a pasta da Fazenda a principal fonte de disputas (Alkimin queria o cargo; Israel Pinheiro e o ex-embaixador dos EUA, Walter Moreira Salles também se mobilizavam para assumir a pasta), com o posto do BB também envolvido no processo (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 28/12/1955).

PSD e PTB estariam disputando vários ministérios. Este sentia-se bastante preterido a ponto de iniciar uma pequena crise com o ex-governador de Minas Gerais; para conter os ânimos, João Goulart estaria tentando conversando com os trabalhistas (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 28/12/1955). A UH abordou o tema na edição do dia 29 de dezembro, indicando que a única certeza era a de que JK trocaria todos os ministros, com a exceção de Lott, que já teria confirmado sua permanência no cargo (UH, *BASTIDORES DO MOMENTO*, 29/12/1955).

Além disso, também começava a ganhar espaço nos jornais, a sucessão da Câmara dos Deputados, que seria realizada em caráter excepcional por conta do afastamento de Carlos

Luz. Na edição do dia 28, OESP noticiou que Flores da Cunha (UDN/RS) estaria disposto a candidatar-se à reeleição (ele era o primeiro vice-presidente da Câmara e comandava a instituição no momento), tendo Ivete Vargas como vice (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 28/12/1955). Nessa mesma edição, a UH também deu destaque para esse fato, indicando que a candidatura fora lançada por Leonel Brizola em plenário (embora membro da UDN, Flores da Cunha agiu de maneira contrária ao partido, tendo práticas políticas alinhadas ao jornal carioca durante toda a crise desde o suicídio de Vargas, apoiando a movimentação de 11 e 21 de novembro), mas essa chamada teve uma baixa acolhida em geral e, por conta disso, estaria descartada (UH, *BASTIDORES DO MOMENTO*, 28/12/1955).

Os nomes ventilados por esses dois jornais, além do próprio Flores da Cunha, eram ligados, novamente, ao PSD: Gustavo Capanema, Ulysses Guimarães e Horácio Lafer. Ainda na edição de 28 de dezembro, a UH indicou que o ex-ministro da Fazenda de Vargas estaria cotado para o ministério de JK (novamente na Fazenda ou no Exterior) e que o favorito à presidência seria Ulysses Guimarães (por reivindicação da bancada paulista dos pessedistas, que haviam perdido a eleição anterior por dissidências dentro do próprio grupo) (UH, *BASTIDORES DO MOMENTO*, 28/12/1955). Na edição do dia seguinte, OESP confirmou essas informações, indicando que a única certeza da eleição era que o próximo presidente seria alguém da seção paulista do partido majoritário na Câmara (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 29/12/1955).

Na edição do dia 30 de dezembro, OESP sinalizou que a UDN estaria à “espreita” por qual caminho seguir, indicando que inúmeros outros nomes pululavam na disputa pela presidência da Câmara (todos ligados ao PSD): Hugo Napoleão (PI), Lameira Bittencourt (PA) e o ministro Menezes Pimentel (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 30/12/1955). Embora a eleição ocorresse apenas em março, tais movimentações já eram muito intensas, uma vez que o pleito anterior fora bastante truncado e acabou tendo, como consequência (mesmo que indiretamente) os acontecimentos referentes ao afastamento de Carlos Luz e Café Filho do governo (HIPOLITO, 1985, p. 157), sendo que esse era o principal argumento da seção paulista da agremiação majoritária, que desejava o controle da Câmara para si.

Em relação à virada dos anos e às perspectivas futuras, a UH manifestou-se primeiro. Na capa da última edição de 1955, em um pequeno texto publicado, indicou que o ano findo não deixaria saudade alguma, sendo que apenas seu desfecho fora satisfatório. E, exatamente a partir desse ponto, o jornal carioca projetou um ótimo 1956, aliando os novos ares ao início do novo governo federal:

ESTE 1955 que hoje termina é mais do que um epílogo: é, ou deve ser o fim de um ano de inquietações e incertezas para sempre sepultadas. O Ano que a noite há de trazer em seu bojo, de hoje para amanhã, não será um simples número no calendário: há de representar realmente uma nova aurora, o começo de uma idade plena de esperança para o Brasil – o Brasil dos que trabalham e constroem o Brasil autêntico, sem ódios e sem malquerenças, que anseia por realizar seu alto e grande destino, acima das competições mesquinhas e das ambições subalternas (...) Depois de tantas lutas e de tantas perplexidades fieis aos verdadeiros interesses e às mais sentidas reivindicações do povo brasileiro, ULTIMA HORA acredita sinceramente que amanhã será um novo dia cuja aurora encontre todos os brasileiros unidos em torno do mesmo ideal de ordem e progresso (UH, *Amanhã Será Outro Dia*, 31/12/1955).

Já na primeira edição de 1956, OESP convergiu com o diário carioca nas críticas ao ano de 1955, ainda que pela motivação contrária: o processo eleitoral e o movimento de Lott foram considerados como as máculas do ano anterior, e não a salvação deste. Embora demonstrando o otimismo “tradicional” pelo início do novo ano, a publicação paulista não escondeu a amargura do início desse período como uma forma de “retrocesso” na política nacional, uma espécie de retorno ao varguismo e uma abertura perigosa para o comunismo, que seria o caminho a ser trilhado pelo país com essas práticas instituídas:

Bendita seja a tradição que manda no primeiro dia do novo ano pôr de lado as preocupações e abrir o coração aos estímulos de esperanças risonhas. Não fôsse essa tradição e deixaríamos o ano que passou e entrariamos no que começa com o espírito carregado de nuvens e o coração trespassado de angustias. Realmente, não teríamos motivo para alegrias, tantas e tão dolorosas foram as atribulações que o ano de 1955 nos trouxe. Levou-nos a paz de espírito e a confiança nos destinos democraticos da nossa terra. Todas as nossas crenças politicas sofreram violento abalo e momento houve em que tivemos a impressão do fim de uma era submersa no diluvio em que soçobraram nossos melhores sonhos democraticos. Sentimo-nos puxados para trás, obrigados a um recuo politico de varios anos. A grandeza de nossa Patria, que tanto nos exaltava, apareceu-nos de repente como uma ilusão desfeita. Vimo-la colocada entre republiquetas de infima classe forçada a recommear o aprendizado democratico que parecia concluido. Sem homens á altura do seu destino, ela entrou a cambalear na escuridão de uma noite que inopinadamente a envolveu (...) (OESP, *O novo ano*, 01/01/1956).

Embora com perspectivas bastante distintas, a comparação entre essas duas expressões dá a entender que, nesse momento, para uma pessoa que, hipoteticamente, tivesse contato com essas duas publicações, existiriam “dois brasis”: pelas páginas do OESP, vivia-se em um país atrasado, que precisava de uma enorme renovação política e que dera um passo atrás com a eleição de um presidente que simbolizava, basicamente, a manutenção dos aspectos negativos da sociedade. Assim, o jornal de Júlio de Mesquita Filho fazia parte de um país decadente,

que possuía a chance de mudar com o governo Café Filho e em um possível mandato de Juarez Távora, mas que, em linhas gerais, preferiu continuar na mediocridade e no atraso histórico.

Já ao manusear as edições da UH, encontrava-se um Brasil diferente: um país estruturalmente deficiente por conta de seu passado colonial, mas que caminhava a passos largos rumo à modernização, embora com os olhos sempre voltados ao social. Esse projeto, abortado com a movimentação contra Getúlio Vargas, fora retomado com a deposição de Café Filho e Carlos Luz, bem como a eleição de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, que manteriam o país no caminho correto. Mesmo os candidatos eleitos não sendo os apoiados, integralmente, pelo diário de Samuel Wainer, eram nomes que mantinham, de certa forma, as bases defendidas em suas páginas, sendo que até as rusgas partidárias com Jango foram esquecidas, em prol da estruturação de um novo governo, que manteria o país em um crescente responsável, tornando-se mais rico e, ao mesmo tempo, justo.

A ideia dos “dois brasis” apareceria em um texto publicado em 1959, pelo jurista francês Jacques Lambert, contrapondo os dois países existentes no território: um Brasil desenvolvido e de acordo com as diretrizes do desenvolvimento econômico, concentrado no Centro-Sul, e um outro Brasil ainda com características do século passado, evidenciando todo o peso do processo de colonização e dependência econômica que marcara todo o território nesses últimos séculos (LAMBERT, 1959). No entanto, a dualidade aqui representada não é econômica, mas reflete os aspectos de culturas políticas distintas: era o Brasil do atraso contra o Brasil da esperança; o país do passado contra a nação do futuro. Foi nessa perspectiva que ambas as publicações adentraram no ano de 1956.

Todo o mês de janeiro foi marcado, basicamente, pelo acompanhamento da viagem de JK e também pela formação do ministério. Além desse ponto, uma outra discussão que marcou as páginas de ambos os impressos nessas primeiras datas foi sobre a prorrogação do estado de sítio, uma vez que a UDN e grupos de oposição buscavam algumas emendas para abrandar as interdições que estavam no projeto, embora não tenham obtido sucesso (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 01/11/1956).

Logo nas primeiras edições de 1956, ambos os jornais noticiaram o adiamento da viagem do ex-governador de MG, com a justificativa de que esperaria ser diplomado pelo TSE, uma vez que a apuração ainda não havia atingido 100% (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 01/11/1956; UH, *Bastidores do Momento*, 02/11/1956). No entanto, o adiamento anunciado não ocorreu. Na edição do dia 04 de janeiro, OESP publicou, com destaque, a viagem estruturada de JK com mais onze pessoas, além do jornalista Danton Jobim, que já

estava nos Estados Unidos fazendo contatos nos locais onde o grupo iria visitar (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 04/01/1956). Todo o roteiro da visita foi especificado, sendo 6 dias nos EUA, 2 na Alemanha, 3 na França, 2 na Itália, 2 na Inglaterra, 2 na Espanha e 2 em Portugal.

Ainda na cobertura sobre o caso, o jornal paulista apontou uma saída curiosa encontrada para a questão da posse: embora o TSE ainda não houvesse diplomado JK e Jango, os passaportes emitidos pelo Itamaraty foram certificados para o político do PSD e do PTB como “presidente eleito do Brasil” e “vice-presidente eleito do Brasil”. Ou seja, ainda que simbolicamente, o ex-governador mineiro já viajaria como o futuro líder do país, sem ter o constrangimento de ser questionado em alguns dos locais que visitasse (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 04/01/1956).

Concomitante com os preparativos para a viagem, o jornal paulista indicou também as movimentações para os novos nomes para o ministério (que pululavam, em intensas especulações). Até então, a única indicação confirmada pelo próprio JK fora de seu vice durante o governo de Minas e até então governador do estado, Clóvis Salgado, na pasta da Educação (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 04/01/1956).

Na edição do mesmo dia, a UH deu grande destaque para a viagem, publicando uma foto do embarque de JK, em tom festivo. Em rápidas declarações dadas antes da partida, o político mineiro indicou que uma das principais marcas de seu futuro governo seria a cooperação do capital estrangeiro com o Estado, afirmando que todo recurso proveniente de outros países seria bem-vindo no país, além de ressaltar que viajava convidado pelos países que visitaria e que não estaria indo por vontade própria, como OESP e outros órgãos da imprensa insinuaram várias vezes (UH, “*VIAJO A SERVIÇO DO BRASIL*”, 04/01/1956).

Desde fins de 1955, o jornal carioca passara a publicar uma coluna, intitulada *Bastidores do Momento* e escrita por Medeiros Lima (que cobrira a campanha presidencial, com textos em *Diário da SUCESSÃO*), que fez o acompanhamento de toda a movimentação em torno do futuro presidente brasileiro, bem como dos aspectos relacionados aos impedimentos de Carlos Luz e Café Filho. Durante o mês de janeiro, o jornalista acompanhou as movimentações políticas em relação à formação do ministério, além de permanecer atento aos passos de JK e comitiva no exterior.

A polêmica em relação à viagem continuaria durante praticamente toda sua duração, com a UH dando detalhes da viagem e exaltando-a o tempo todo, enquanto que OESP mantinha suas críticas, cada vez intensificando-as mais. Mesmo sendo contrário a essa movimentação, o jornal paulista cobriu seus deslocamentos com, praticamente, o mesmo

espaço que o diário carioca. E ambos os jornais utilizaram na cobertura as notícias da AFP, uma das principais fornecedoras para os jornais no Brasil; além dela, algumas outras agências também tiveram suas informações utilizadas (embora em menor escala), como a própria UP. Embora os textos divulgados não fossem os mesmos, as fontes apontavam para o caráter formal e as declarações de JK, bem como demonstrando as boas relações entre o futuro líder brasileiro e os líderes mundiais, iniciado no contato do político brasileiro com Eisenhower (LONG, 2015, p. 33). Mantendo o padrão dos jornais, o diário carioca utilizou muito o recurso das imagens, enquanto que OESP praticamente não trabalhou com essa forma em sua publicação.

Por mais que as fontes fossem as mesmas, a disposição das notícias e a ênfase aos atos de JK foram bastante distintas nas publicações ao longo do mês, com as opiniões de ambos concentradas em seus editoriais. Além disso, a movimentação ministerial continuava a ocupar grande parte das páginas dos jornais (principalmente do OESP). Ambos indicavam que continuavam ocorrendo graves disputas entre membros dos próprios partidos ou desses com o presidente eleito, que estaria com uma enorme dificuldade para conseguir conciliar os interesses de todos os grupos, e a distância contribuía ainda mais para esse problema.

Na edição do dia 07 de janeiro, por exemplo, OESP deu destaque para um conjunto de perguntas feitas para JK após um discurso no *National Press Club*, nos Estados Unidos, na qual ele teria sido questionado sobre temas polêmicos. A reportagem indicou que as temáticas foram desde a situação da liberdade de imprensa no Brasil até a aproximação do PCB com seu governo, colocando-o em uma “saia justa” por não conseguir explicar, de maneira plausível, todas essas associações, passando por um grande constrangimento (OESP, *Jornalistas Norte-Americanos Formulam Perguntas Embaraçosas ao Sr. Kubitschek*, 07/01/1956).

Desde dezembro de 1955, Carlos Lacerda estava residindo no país norte-americano, alegando perseguição política no Brasil (após breve passagem por Cuba, fixou residência nos EUA). Desde a anunciada viagem de JK, o deputado federal licenciado (que estava a serviço de alguns jornais como correspondente, além de enviar análises para o seu próprio) escreveu vários textos e deu algumas entrevistas bastante críticas à conjuntura brasileira e, principalmente, ao presidente eleito (DULLES, 1992, p. 242-243). Nessa mesma edição (em uma coluna logo abaixo da notícia do “vexame” do ex-governador de Minas Gerais), OESP publicou a reportagem com um texto, na íntegra, do jornalista radicado nos EUA (intitulado *O Presidente Eleito do Brasil*) com palavras carregadas de sarcasmo e aversão à situação brasileira e à chapa eleita (muitos dos pontos levantados constituíram argumentação praticamente idêntica à utilizada pelo jornal paulista nos últimos meses), indicando uma

situação de caos no país sul-americano (OESP, *O “N.Y.Times” publica carta aberta do sr. Carlos Lacerda*, 07/11/1955).

Em relação ao mesmo acontecimento, a UH destinou a capa da edição do dia, mas enfatizando os aspectos positivos da visita, indicando como manchete: *MILHÕES DE DÓLARES NO PLANO ECONÔMICO BRASIL – EE.UU.*, dando à visita uma perspectiva eufórica ao associá-la a possíveis investimentos dos EUA no país. A única questão indicada pelo jornal paulista e repetida no diário carioca foi a pergunta sobre a legalização do PCB, sendo que JK declarou-se contra qualquer tipo de movimentação do partido, lembrando seu voto como deputado a favor da ilegalidade da legenda, em 1947 (UH, *Bastidores do Momento*, 07/01/1956).

No jornal paulista, na edição do dia 08 de janeiro, o crítico literário Mario Pedrosa atacou frontalmente o governo dos EUA por receber JK como um presidente eleito, quando esse ainda não tinha sido diplomado e ainda passava por uma espécie de batalha jurídica no país. Além disso, valorizou a ação da Coroa inglesa, que teria se negado a receber o político mineiro por conta disso, embora a justificativa dada fosse o período de férias da rainha Elizabeth II (OESP, *Washington diploma Juscelino*, 08/01/1955). Já na edição do dia seguinte, em uma espécie de “Guerra Fria impressa”, a UH dedicou toda sua capa a enaltecer os pontos da viagem e os acordos fechados nos encontros no país norte-americano, tendo também um texto específico publicado na capa indicando uma imagem extremamente laudatória do ex-governador mineiro (UH, *4 Tópicos em Torno de Uma Viagem Histórica*, 09/01/1956).

Nessas edições também as disputas pelo ministério ganhavam cada vez mais espaço. Ambos os jornais chamavam a atenção para os inúmeros desencontros ocorridos entre as declarações de membros de vários partidos e as disputas internas e regionais dentro dessas agremiações, ou mesmos estados que estariam com seus representantes unidos para ter ministros de suas regiões (como seria o caso de São Paulo, que os dois diários chamavam a atenção para o fato de que um ministro da área econômica paulista era um pedido amplo dos industriais dessa unidade federativa, que pleiteavam isso por constituírem a parte mais rica do Brasil).

Além desse caso, na edição do dia 09 de janeiro, a UH noticiou que PSD pernambucano (cuja maioria havia apoiado Etelvino Lins como uma dissidência, fazendo campanha para o Juarez) exigia, em troca do apoio a JK, um ministério para o grupo, como forma de atuação (e compensação). Como Medeiros Lima pontuou:

*O propalado Ministério do Sr. Juscelino Kubitschek provocou amarga reação nos meios políticos pernambucanos (...) Apesar da natural descrição em que se mantém, sabe-se que se mostram preparados a levantar violenta oposição ao futuro govêrno, caso o sr. Juscelino não tenha a habilidade de contemplar Pernambuco com uma pasta, ou ao menos a autarquia açucareira (...) A dificuldade do Sr. Juscelino consiste precisamente nisto: atender Pernambuco, sem desgostar à ponderável dissidência pessedista que formou a seu lado na peleja eleitoral do ano passado (...) (UH, *Bastidores do Momento*, 09/01/1956).*

No dia seguinte, OESP indicou que não estava surpreso com tais negociações, indicando que sempre a política nacional agira daquela maneira. No entanto, o jornal paulista teria esperado uma postura de sensatez por conta da chapa eleita, tendo em vista toda a celeuma ocorrida no processo eleitoral, mas teria se decepcionado ao notar que os métodos de ambos mantinham a forma tradicional (e negativa) de se fazer política de seus antecessores:

*Tão graves e tão sérias foram as consequências da irreflexão com que os profissionais da política se atiraram à luta pela manutenção do rio de lama de que falou, momentos antes de suicidar-se, o sr. Getúlio Vargas, que esperávamos uma atitude de maior compostura, ou pelo menos de maior contenção, na disputa ao que resta ainda das instituições em frangalhos. Mas não foi isso o que se viu. Tanto o janguismo como o pessedismo – agrupamento este que reúne tudo quanto o antigo perrepismo continha de pior – apresentaram-se à reivindicação da paga de seus serviços com a mais despudorada das ambições. Nada lhes basta, com coisa alguma se satisfazem (...) (OESP, *O panorama nacional*, 10/01/1955).*

Após vários anúncios desencontrados sobre a condição de viagem à Inglaterra e se seria ou não recebido pela rainha, JK acabou embarcando para o país britânico e recebido pela realeza local. OESP noticiou sem grande destaque tal acontecimento (o jornal paulista tinha publicadas várias negativas, dadas pela AFP, sobre a possibilidade dessa ocorrência), destacando apenas como mais uma das várias visitas feitas (OESP, *DEIXOU ONTEM OS EUA O EX-GOVERNADOR DE MINAS*, 10/01/1956).

Já a UH destacou o acontecimento, indicando na capa da edição do dia 11 de janeiro os motivos pelos quais o presidente eleito iria até Londres: conversar, entre outras coisas, sobre a dívida brasileira com o país (pedindo uma renegociação), expansão dos negócios entre os países e possíveis trocas culturais (entre outros), além da grande publicidade dada pelo jornal ao fato de Elizabeth II ter interrompido suas férias para ir encontrar-se com o político brasileiro (UH, *RAZÕES DA VIAGEM DE JUSCELINO A LONDRES*, 11/01/1956).

Algumas declarações de JK em Londres acabaram evidenciando uma problemática aqui no país, que era a sua relação com o Legislativo, em especial com a bancada do PTB. Tal

aspecto ficou mais claro com a discussão sobre a prorrogação do Estado de Sítio sendo que, em declarações dadas no dia 12 de janeiro, o ex-governador mineiro afirmara que não precisava do decreto para governar. Essa fala, aliada aos problemas relacionados à composição do ministério, levaram parte significativa dos trabalhistas a questionarem a validade da prorrogação dessa medida extrema (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 13/11/1956). Em entrevista publicada no jornal paulista em 14 de janeiro, o líder do PTB, Fernando Ferrari, indicou que a bancada ainda não tinha posicionamento definido, embora indicasse que vários parlamentares que ele consultara eram contrários a tal medida e que existiria dificuldade em aprová-la (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 14/11/1956).

A UH pronunciou-se sobre o caso na edição do dia 16 de janeiro, fazendo um contraponto à cobertura do OESP, trazendo novas declarações de Ferrari. Na reportagem com a entrevista do deputado gaúcho, o jornal carioca indicou que a UDN estaria tentando criar problemas a partir de discordâncias “naturais” entre membros do mesmo grupo, indicando o (já conhecido) caso do PTB. O líder da bancada trabalhista explicou que havia divergências entre os principais nomes do partido, mas não em relação ao estado de sítio em si, sendo que a discussão era em relação à data (muitos queriam que o pedido fosse apenas até o fim do mandato de Nereu Ramos). No entanto, após reuniões com o governo, o partido teria se acertado e encaminharia o voto para a prorrogação conforme o projeto encaminhado pelo Executivo (o dispositivo seria deliberado nesse mesmo dia) (UH, *VOTARÁ EM MASSA A MAIORIA O PROJETO PRORROGANDO O SÍTIO*, 16/01/1955).

Nesse mesmo dia, o projeto foi para a votação, sendo rejeitadas as emendas propostas pela UDN, com o pedido aceito e sancionado no dia 21 de janeiro, sem alterações (BRASIL, 1956, p. 1241). Concomitante com essas movimentações, o *tour* de JK e comitiva continuava na Europa, assim como as intensas negociações para o ministério e a mobilização da oposição ao novo governo.

Na edição do dia 21 de janeiro, OESP deu um grande destaque para um manifesto de oposição que fora redigido e seria lido em breve, na Câmara, por Milton Campos, sendo que o documento já teria sido assinado por alguns partidos (além da própria UDN, PL e PDC já tinham confirmado a adesão). Nesse documento, seria indicado a conduta do movimento, exaltando a figura de Juarez Távora, bem como criticando os eleitos e indicando como os partidos iriam se organizar (OESP, *O MOMENTO POLITICO*, 21/01/1955).

Já a UH continuou com sua cobertura bastante laudatória em relação à viagem, em especial na edição do dia 21, quando JK encontrou-se com o Papa Pio II no Vaticano (a manchete do dia foi referente ao fato, com um texto homônimo, na terceira página), com

declarações do pontífice favoráveis ao político brasileiro e desejando a ele um bom governo (UH, *VATICANO REPELE AS CALÚNIAS CONTRA JK*, 21/01/1955). No entanto, na edição do dia 23 de janeiro, embora o jornal carioca trouxesse uma chamada de destaque em sua capa indicando um texto encomiástico da biografia do ex-governador de Minas Gerais (que seria publicada fragmentada, em várias edições), escrito por Medeiros Lima (UH, *Um Mergulho na Crise Revelou ao País o Seu Líder Nacional*, 23/01/1956), criticou vivamente a escala que seria feita em Madrid, na qual o diário de Wainer pedia para que a comitiva brasileira não aceitasse jantar com o presidente espanhol Francisco Franco, chamado de portador do “último reduto do nazismo” (UH, *Franco, Não!*, 23/01/1956). Essa nota foi a única crítica negativa explícita em relação à movimentação da comitiva durante os quase vinte dias de viagem e, curiosamente, não houve nenhuma objeção do periódico carioca em relação à visita do grupo a Portugal, que também possuía um governo ditatorial, há ainda mais tempo que o do outro país ibérico.

Na edição do dia seguinte, a UH deu grande destaque para o fim da viagem e chegada de JK ao Brasil. No alto da página, publicou um pequeno texto conclamando a população a ir receber o grupo que chegaria da Europa, indicando que tal manifestação seria uma repetição de apoio incondicional à chapa eleita e à normalidade democrática no país (UH, *O Povo Volta Hoje à Rua com Juscelino e Jango!*, 24/01/1956). Nesse mesmo dia, na coluna de Rafael Corrêa de Oliveira, o articulista do OESP chamou de burro os eleitores da chapa eleita, tecendo críticas pesadíssimas aos simpatizantes dessas candidaturas, bem como das principais lideranças políticas envolvidas na eleição e na preparação para a posse, indicando imensa descrença no sistema representativo brasileiro (OESP, *A BURRICE É INVENCIVEL*, 24/01/1956):



Imagem 70 – Conjunto de algumas fotos da viagem de JK. Em sentido horário: partindo do Brasil rumo aos EUA (UH, 04/01/1956); sendo recepcionado pelo presidente estadunidense, Dwight Eisenhower (UH, 06/01/1956); o presidente eleito chegando em solo português e confraternizando com António de Oliveira Salazar (UH, 24/01/1956); por fim, o político mineiro recebendo a bênção do Papa Pio XII, no Vaticano (UH, 24/01/1956).

O TSE declarou que a diplomação dos candidatos eleitos seria no dia 27 (a apuração terminara, formalmente, durante a viagem de JK) e, a partir desse ponto, a mobilização dos jornais para tentar “desvendar” os nomes do futuro ministério ganharam ainda mais força, ainda que alguns nomes já fossem dados como certos - Macedo Soares na pasta do Exterior, Alkimin no comando da Fazenda e Clóvis Salgado na Educação, sendo esse último, ainda, o único confirmado até então - e inúmeras especulações sobre as outras indicações. Além disso, na edição do dia 25 de janeiro, UH dedicou boa parte de sua capa à chegada do político mineiro e de sua comitiva em tom bastante festivo, indicando grande receptividade da população da capital em relação ao futuro presidente:



Imagem 71 – Capa da UH do dia 25/01/1956, indicando a recepção calorosa que a comitiva liderada por JK recebeu ao chegar no Brasil.

Na capa dessa mesma edição, na caixa inferior (parte esquerda) foi publicado um pequeno texto, intitulado *Lott: A Missão Ainda Não Terminou...*, fazendo uma espécie de apelo ao ministro da Guerra. Embora convidado por JK, Lott teria recusado continuar na pasta e o jornal carioca formalizou um pedido para que ele ficasse, uma vez que as forças reacionárias e golpistas ainda estariam rondando a política brasileira e, por conta disso, a equipe responsável pelos atos de 11 de novembro deveria prevalecer para a continuidade da Democracia no Brasil, sendo que a manutenção do militar responsável pelo movimento era de vital importância para a normalidade das instituições no país. O fim do texto trouxe uma espécie de manifesto direto pela continuidade de seu trabalho:

É PORTANTO exprimindo o desejo das diversas camadas do povo brasileiro, que ULTIMA HORA, como jornal permanentemente ligado às aspirações nacionais, formula aqui o apêlo categórico:

- Fique, General Henrique Teixeira Lott, pois a sua missão não está terminada!

A consolidação das liberdades públicas exige de si, mais êste sacrificio: mais êste esforço de sua capacidade de equilibrio e de seu alto valor moral. É o regime democrático que está em causa e é por êle que lhe dirigimos êste apêlo, expressão viva do desejo nacional (...) O General Lott, deve ser o Ministro da Guerra do Govêrno Juscelino Kubitschek! (UH, *Lott: A Missão Ainda Não Terminou...*, 25/01/1956).

Em contraponto, no dia 25 de janeiro foi lido, no plenário da Câmara, o Manifesto dos grupos de oposição a JK, cujo orador fora Milton Campos. Após ler uma declaração individual de Juarez Távora reconhecendo a derrota e agradecendo os mais de 2 milhões e 600 mil votos recebidos, o longo texto que compõe o documento (e que foi publicado na íntegra pelo OESP, na edição do dia 26 de janeiro) fez uma síntese da situação política do país, indo desde a contestação do resultado até aos últimos acontecimentos, com a movimentação militar sendo chamada de golpe de Estado (tanto o afastamento de Carlos Luz quanto o de Café Filho) e utilizando termos bastante pesados contra os membros do governo e os militares envolvidos, indicando que os “disfarces de legalidade ostentados” eram inúteis e que todos os últimos acontecimentos eram ilegais, lamentando, ainda, que toda a situação fosse vista com plena normalidade, além de manter o compromisso de fazer oposição ferrenha:

A força deu a mão á fraude e á nossa consciencia civica não cabe senão formular perante os tribunais e perante a Nação, na oportunidade mais adequada e sem prejuizo dos recursos provindos das secções estaduais, o protesto que aqui antecipamos contra a corrupção, a fraude e os vícios eleitorais, que os recentes golpes de Estado tendem a consagrar. Não há outra atitude ante a inexistencia da legalidade constitucional, cuja ruptura

lançou o País e o vem mantendo nos dominios conturbados da ilegitimidade, com o efeito de eliminar o poder autentico capaz de induzir a obediencia consentida e de resolver com autoridade incontestes os graves problemas nacionais (...) Afastados assim dos interesses egoisticos de homens e de grupos, procuraremos nos devotar aos superiores interesses da coletividade brasileira, que quer viver e prosperar não na passividade de quem ouve o monologo da força e sim como ativo participante do dialogo democratico, condição necessaria á dignidade da vida publica e ao bem-estar do povo (...) (OESP, *Manifesto dos partidos coligados*, 26/11/1955).

Na edição desse mesmo dia, a UH também se manifestou sobre o documento lido por Milton Campos (e também publicado na íntegra). Diferente do OESP, o jornal carioca não ecoou a temática como fizera o diário paulista, indicando que a leitura teria sido “chocha” e que não tivera nenhum aparte, insinuando que o impacto de tal ato levou, no máximo, à indiferença dos que estavam ali presentes (UH, *Resposta da UDN a Juarez na Mesma Moeda: Silêncio*, 26/01/1956).

Nas últimas edições de janeiro, a especulação sobre o ministério continuava extremamente intensa, com a citação de inúmeros nomes e uma inconstância muito grande entre os próprios partidos e as seções estaduais, que estariam cada vez mais em conflito para conseguirem espaços para si. Um dia antes da posse, no entanto, finalmente os nomes foram revelados por JK e publicados com destaque na capa da edição do dia 30 de janeiro da UH, com a manchete *CONSTITUIDO O GOVÊRNO!*.

O jornal chamou a atenção para os escolhidos, publicados em uma tabela e trazendo poucas surpresas: dentre os nomes, foram confirmados vários que já eram dados como certos há bastante tempo, como Alkimin na Fazenda, Macedo Soares no Exterior, Clóvis Salgado na Educação e Álvaro Lins na Casa Civil. Outros nomes que já eram ventilados, mas por resistência própria ou de seções estaduais de seus partidos ainda não tinham sido confirmados e acabaram anunciados foram o do presidente Nereu Ramos na Justiça, Parsifal Barroso no Trabalho (esse teria sido definido pelo Jango), Mauricio Medeiros na Saúde (mantido no cargo, após inúmeras disputas dentro do PSP), Lott na Guerra (que, ao que parece, ouvira o apelo do jornal carioca e resolvera ficar), Alves Seco na Aeronáutica e Alves Camara na Marinha (outros ministros militares também mantidos) e o general Maurell Filho para a chefia da Polícia (como uma possível forma de gratidão por conta da lisura no trabalho de investigação da Carta Brandi, que ainda continuava ocorrendo).

Por fim, alguns nomes surgiram como surpresas no ministério, como o ex-governador gaúcho e primo de Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles, na Agricultura (também teria sido indicação de Jango, sendo que a pasta fora alvo de intensa disputa entre o próprio PTB, seções

do PSD e membros de outros partidos); o engenheiro e ex-interventor do Rio de Janeiro, Lúcio Meira, para a Viação (cargo que foi colocado como certo, muitas vezes, para o presidente do PSD, Amaral Peixoto); o ex-interventor de Amazonas, Nélson de Melo, como chefe da Casa Militar (o próprio Lott fora considerado para o posto); e o empresário, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, para a presidência do BB (sendo esse posto alvo de muitas disputas entre os grupos paulistas, que queriam ficar pelo menos com esse cargo, em contraponto à perda do Ministério da Fazenda) (UH, *Constituido o Govêrno!*, 30/01/1956).

Ainda nessa edição, em uma reportagem com trechos de declarações de JK, o jornal carioca procurou imprimir a disposição do futuro presidente que, desde o dia da posse, já estaria à disposição para trabalhar pelo país, esmiuçando várias de suas possíveis ações, repercutindo sua viagem à Europa e a esperança de que essa movimentação tenha causado a melhor impressão possível para os investidores e para os outros países (UH, *ÀS 7 HORAS DO DIA 1º JUSCELINO REUNIRÁ O MINISTÉRIO PARA ARREGAÇAR AS MANGAS*, 30/01/1956).

Já na edição do dia seguinte, OESP trouxe uma análise bastante crítica da escolha dos ministros e da movimentação política. No texto principal do editorial, o jornal paulista não poupou os nomes selecionados para compor o Executivo, indicando que eles representavam, de maneira bastante trágica, a falta de qualidade do novo mandatário brasileiro e dos políticos, em geral:

Efetivamente, o nível de um governo, seja no terreno cultural, seja no campo moral, quem o estabelece é a personalidade do seu chefe. Grande a sabedoria do proverbio segundo o qual os semelhantes se atraem! Ora, o atual sr. presidente da Republica, cujas qualidades negativas não há quem desconheça no Brasil, sempre revelou modestas virtudes politicas e administrativas nos postos a que a sua ambição de poder o conduziu (...)
(OESP, *O Ministerio*, 31/01/1956).

Já nessa mesma edição, a UH dedicou boa parte de seus textos à defesa de JK e dos nomes indicados, trazendo várias imagens dos políticos e militares envolvidos que foram mais significativos tanto para a sua vitória no pleito quanto na movimentação em novembro, que garantiu sua posse. Na capa, foi publicada uma espécie de balanço, bastante amplo, de todos os acontecimentos desses últimos meses e do papel do jornal carioca nesse processo, além de indicar qual seria seu posicionamento perante o novo governo:

HOJE, encerra-se, também, mais uma fase da vida deste jornal. A fase de sua grande batalha pela sobrevivência da Lei em nosso País. Desde o nosso primeiro número até agora, em combates de vida ou morte, ULTIMA HORA jamais deixou de estar à frente da luta pela Legalidade. A história é muito recente para que tenhamos de lembrá-la. As nossas vidas estiveram em perigo, a nossa liberdade foi cerceada, mas nunca receamos, nunca transigimos, nunca se apagou em nosso espírito a luz que iluminou o caminho da vitória (...) POR isso mesmo, temos o direito e temos autoridade para declarar categoricamente que, ao encerrar-se este período da nossa vida cívica, entramos num período novo para o nosso jornal. Agora, é a fase da vigilância permanente em torno da conduta dos homens que assumem o bastão do Poder. Estaremos vigilantes a fim de impedir que seus eventuais erros ou suas omissões levem o nosso País ao clima das tempestades, que evidentemente devem ser dadas como encerradas na madrugada de 11 de novembro de 1955 (...) ULTIMA HORA nunca se deixou perder, no passado, pela cegueira das posições sectárias: hoje, muito menos se deixará levar para o governismo adulator e insincero, nem para o oposicionismo intransigente e irresponsável (...) (UH, *Não Devem Ser Traid as Promessas Feitas ao Povo!*, 31/01/1956).

Por fim, na tarde do dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart foram empossados, respectivamente, presidente e vice-presidente do Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considere a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.
Não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.
Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente” (ANDRADE, *Mãos dadas*, 2012, p. 34)

Após o processo de democratização do Brasil em 1945, a posse de JK e Jango marcou o início do terceiro mandato do Executivo nacional, embora o político mineiro fosse o sexto presidente a tomar posse nesse contexto. Em pouco mais de dez anos, o sistema político brasileiro passara por enorme turbulência e um período imenso de crise, instituído principalmente após o retorno de Vargas ao poder, pela primeira vez sob viés democrático, em 1951.

Nesse mesmo contexto, principalmente no Rio de Janeiro, a imprensa continuou a ter um papel importante no campo político, uma vez que, cinco meses após a posse de Getúlio, era lançada UH com uma diagramação pouco formal e, destoando da maioria da imprensa do contexto, passou a dialogar com o governo de maneira positiva, defendendo as ações de Vargas e os interesses dos trabalhadores em geral, buscando uma aproximação com a classe mais popular da capital e de outras regiões que, normalmente, não possuíam hábito de ter contato com quaisquer tipos de publicações.

Os principais veículos de imprensa da época não reagiram bem à eleição de Vargas e muito menos à criação da UH, procurando construir um cenário com as piores condições possíveis para a governabilidade do presidente e para a existência do periódico. No caso do OESP, Júlio de Mesquita Filho demonstrava um enorme ressentimento contra o presidente, tendo em vista sua conturbada relação com ele durante o primeiro momento em que Getúlio ficou no poder e que ocasionaram seus dois períodos de exílio, além da quase perda de seu jornal sob a intervenção de Ademar de Barros, que também se tornara seu inimigo e que, assim como o presidente, recebia tratamento extremamente negativo nas páginas de seu diário.

Cada um ao seu modo, tanto OESP quanto UH procuraram noticiar e, também, intervir na política e na sociedade brasileira, com seus textos e opiniões. A expressão PRETO NO

BRANCO, aqui, possui um contorno não de verdade absoluta, mas sim de versão construída: cada jornal, ao seu modo, desenvolveu sua visão das ações e, conseqüentemente, suas intervenções foram estruturadas nesses aspectos.

Obviamente, essas duas publicações não foram as únicas que procuraram noticiar e interferir no cotidiano. É importante lembrar, entre outros casos, a situação da TI e de Carlos Lacerda, uma vez que esse fez um esforço hercúleo para, desde o início da UH, destruí-la ou relegá-la a um papel secundário na imprensa, uma vez que sua consolidação significaria uma penetração da cultura política trabalhista em um meio jornalístico dominado, em sua maioria, pela cultura política liberal que era, em linhas gerais, contrária às proposições indicadas pelo governo Vargas e pelo próprio PTB.

O último ano do governo de Vargas teve início, exatamente, com dificuldades em reorganizar a política após os abalos causados pela CPI que investigou a origem da UH, confirmando a suspeita de que existira apoio estatal para a criação do jornal carioca, ato considerado imoral pelos proprietários de periódicos, em especial por Carlos Lacerda. Além disso, o anúncio do plano do aumento do salário-mínimo causara grande celeuma entre vários grupos sociais, sendo que parte do Exército se declarara publicamente contra essa movimentação, enfraquecendo ainda mais o mandato presidencial.

Todos esses pontos, aliados ao atentado sofrido por Lacerda e pelo suicídio de Vargas, comprovam a hipótese levantada pela tese. Tal aspecto demonstra-se pela forte reverberação que as ácidas e pesadas críticas de Júlio de Mesquita Filho causavam ao governo, bem como à defesa contundente que ainda dava alento às perspectivas de Getúlio feitas pela UH, que procurava sempre pautar suas análises com base em um presidente bem-intencionado e prestativo, procurando neutralizar a figura extremamente negativa descrita pelos vários periódicos no Rio de Janeiro, São Paulo e em outras localidades.

Com a inversão de papéis dos periódicos após o início do mandato de Café Filho, o *habitus* de cada jornal evidenciou ainda mais o ritmo de disputa presente. No caso do OESP, as medidas governamentais antes duramente criticadas tinham agora um tratamento respeitoso e, na maioria das vezes, elogioso. Já a UH, que tanto condenara a oposição ferrenha e veemente feita pela imprensa em geral contra o Executivo nacional, passara a adotar o mesmo tom contra seu novo desafeto, estruturando a figura do novo presidente como o “anti-Vargas”, o defensor de todos os princípios combatidos pelo então mandatário falecido.

Ambas as publicações, assim, encarnavam papéis que menosprezaram em suas páginas, evidenciando que as disputas pelas posições no campo eram prioritárias. No entanto, tal aspecto não evidencia uma fuga às ideias antes preestabelecidas: pelo contrário,

demonstram um reforço aos princípios de ambas as publicações, que preferiram mudar seus perfis e manterem sua cultura política a modificarem seus princípios para se adequarem aos espaços que ocupavam anteriormente. Fica evidente, aqui, o quanto que essas duas publicações estavam enraizadas à realidade em que viviam, nutrindo-se dos fatos noticiados para se autodefinirem, preferindo a troca de posições à manutenção por conveniência.

No processo eleitoral para a definição do novo presidente, ficou ainda mais evidente que os jornais, em linhas gerais, procuraram estruturar sua própria cultura política sem fazer, necessariamente, grandes concessões aos grupos políticos dos quais estavam próximos. Embora não seja possível falar que as publicações pesquisadas fossem partidárias, era evidente a proximidade do OESP com a UDN, e da UH com o PTB, sendo que Júlio de Mesquita Filho era um árduo defensor da moralidade e da probidade das ações dos udenistas em todas as esferas políticas, e Samuel Wainer tecia um painel dos representantes trabalhistas como ferrenhos representantes dos trabalhadores, movendo intensas batalhas no Congresso e em vários grupos sociais para, em geral, implantar as medidas que beneficiassem o operariado e os mais desvalidos.

No entanto, a imensa indefinição da UDN em lançar ou não candidato ao Catete irritou profundamente o diretor da OESP, ao ponto de este cobrar, em inúmeros editoriais, que o partido deveria estruturar um nome o mais rápido possível, já que JK já estava percorrendo o Brasil em busca de apoio. Após a definição oficial pelo apoio a Etelvino, a publicação paulista não demonstrou satisfação e, embora conformada com a candidatura (Júlio de Mesquita Filho defendia, novamente, o lançamento de Eduardo Gomes), não fez grande esforço para apoiá-la em suas páginas.

Pouco tempo depois, com a desistência do ex-governador pernambucano e a confirmação do apoio da UDN a Juarez Távora, a publicação paulista tampouco demonstrou empolgação, embora tivesse se engajado mais nessa candidatura, principalmente quando o presidente do partido, Milton Campos, fora anunciado como candidato a vice. Embora muito perto dos udenistas, a aproximação do OESP com a candidatura defendida não foi plena, e em suas páginas havia pouco deslumbre em relação a uma possível vitória eleitoral.

Já em relação à UH, o jornal demonstrou apoio incondicional, num primeiro momento, à candidatura de JK e fez amplo destaque de sua movimentação em suas páginas. No entanto, um grupo dentro do PTB resistia a essa movimentação e, principalmente, ao lançamento de João Goulart como vice, uma vez que havia uma disputa interna pelo comando da legenda, que se arrastava desde o início da década de 1950. Um dos diretores da publicação, o deputado federal Danton Coelho, fazia parte do grupo que não apoiava Jango, uma vez que o

próprio supervisor da publicação fora presidente da sigla e havia sido afastado, também perdendo o cargo de Ministro do Trabalho, logo no início do governo Vargas, por divergências com outros setores da agremiação.

Embora a publicação tenha mantido uma ampla cobertura, e de maneira positiva, para JK, passou a negligenciar Jango e, a partir dessa perspectiva, o grupo dissidente do PTB articulou-se com Ademar de Barros, que anunciara sua candidatura, mas que não possuía nenhum apoio além de seu próprio partido. Assim, ao lançar Danton Coelho como candidato a vice-presidente do ex-governador paulista, o jornal carioca preferiu ficar do lado da dissidência, mesmo que essa atitude pudesse custar a derrota do ex-governador mineiro e, pior do que isso, a vitória de Juarez e da UDN, uma vez que o lançamento da candidatura do presidente do PSP tenderia a tirar votos do postulante do PSD, podendo levar a uma divisão que favoreceria o candidato militar.

Desse modo, as publicações não cederam, totalmente, às movimentações partidárias e, embora participassem da campanha, ajustaram seu apoio de acordo com sua própria cultura política. É necessário lembrar, seguindo os parâmetros de ALMOND e VERBA (1989), que há vários elementos definidores de uma determinada forma de pensamento e, dentro delas, é comum que existam divergências dentro de alguns aspectos. Ou seja, as convergências entre as culturas políticas dos impressos e dos grupos políticos não foram sinônimas, necessariamente, de admissão ou de adesão plena: as diferenças existiam e, conforme as conveniências, foram exaltadas ou suprimidas nas publicações.

Por fim, a realização do pleito e as primeiras prévias de resultado indicaram o grande receio compartilhado por OESP, UDN e parte dos militares: a vitória de JK e Jango. Já esperada (embora temida), a conclusão do pleito trouxe grande preocupação, principalmente pelo êxito do ex-ministro de Vargas, exatamente por trazer ao poder, novamente, as mesmas perspectivas tenazmente combatidas pelo diário paulista e por Carlos Lacerda, que tentara sabotar a candidatura de Jango a todo custo, principalmente com o caso da Carta Brandi, que acabou sendo um revés imenso para o jornalista carioca que, embora não tivesse sido condenado, fora duramente criticado por levar à frente uma acusação a qual não tinha condições de provar. Com a hipótese aventada, já durante o processo eleitoral, de que esse não deveria ocorrer e que seu resultado seria inválido, Lacerda passou a investir cada vez mais na anulação do pleito e OESP também convergiu com esse discurso, sendo que o diário paulista utilizou justificativas distintas do jornalista carioca, indicando que a participação dos comunistas na campanha e sua influência no resultado eleitoral fora fator determinante na eleição da chapa varguista, e por isso essa perspectiva era imoral e não poderia ser levada em

conta pelo Judiciário brasileiro, que deveria suspender o resultado eleitoral.

A suspeita de um golpe, no entanto, deu origem a um contragolpe ou outra insurreição, sendo que a ebulição no Exército chegara a um ponto no qual as especulações de uma possível movimentação já incomodavam as altas patentes. As constantes declarações de representantes militares contra a posse de JK e principalmente de Jango, bem como as possíveis aproximações entre políticos e militares deram a tônica para um grupo dentro da caserna, que receava uma possível quebra constitucional. Se isso não acontecera em 1954 com Vargas, corria o risco de virar realidade com alguma distensão nesse contexto, em fins de 1955. Com a justificativa de manutenção da ordem, Lott liderou uma movimentação que saiu dos pressupostos constitucionais para mantê-la, tendo imenso apoio da UH e causando incredulidade e desalento no OESP.

Por fim, a instituição do Estado de Sítio e a viagem de JK procuraram pacificar a conturbada e, de certa forma, caótica cena política brasileira em início de 1956. Embora tenha feito um governo relativamente estável, cujo desenvolvimento econômico foi aliado a uma negociação política acirrada (BENEVIDES, 1976, p. 49-54), o ex-governador mineiro teve muitas dificuldades no início de seu mandato, enfrentando já uma rebelião militar da base de Jacareacanga, no Pará, em meados de fevereiro, com menos de um mês após sua posse (CHIRIO, 2012, p. 57-58).

Embora o motim tenha sido rapidamente contido e o presidente concedido perdão aos membros da Aeronáutica envolvidos (SKIDMORE, 1976, p. 212), tal aspecto demarcava que ainda havia feridas mal cicatrizadas nas instituições militares brasileiras. Nas festividades para a comemoração de um ano do movimento 11 de novembro, em 1956, a concessão de homenagens e honrarias a Lott causou viva reação da oposição, sendo que um novo memorial foi publicado, assinado por vários almirantes (BENEVIDES, 1976, p. 276) contra o ato. Mesmo como a crise contornada, o candidato Juarez Távora ficou em prisão domiciliar a partir de 24 de novembro, por conceder declarações críticas relacionadas ao presidente e Lott, por conta dos eventos no ano anterior (TÁVORA, 1976c, p. 119-121). Após todas essas movimentações, o Executivo mandou extinguir a *Frente de Novembro*, grupo criado em março de 1956 para manter o “ideal” do movimento de Lott vivo e livrar o Brasil da oposição do “grande capital” e, além disso, também fechou o CL, causando viva reação de Carlos Lacerda, já configurado como principal opositor de JK no Congresso (DULLES, 1992, p. 259).

Ainda que com a estabilidade mantida, houve grande tensão militar durante o governo JK, com várias movimentações principalmente contra Lott, tendo uma outra revolta em fins

de 1959, na base de Aragarças, em Goiás (BENEVIDES, 1976, p. 285). Também contida rapidamente, esses eventos demonstravam que os ressentimentos e discordâncias dentro desses setores, sobretudo na Aeronáutica (cuja referência principal era Eduardo Gomes) foram mantidos (SODRÉ, 2010, p. 437-439).

Em relação aos casos que não foram resolvidos durante 1955 e início de 1956: no segundo semestre desse ano, houve o julgamento do atentado a Carlos Lacerda, com os principais envolvidos condenados a extensas penas, sendo Gregório Fortunato indicado como o mandante do crime e nenhum político foi envolvido no processo final (LOUZEIRO, 2001, p. 481). Já em relação à Carta Brandi, também em meados de 1956 os principais nomes envolvidos, Malfussi e Cordero, foram condenados e houve várias tentativas de processar Lacerda, que foi salvo graças à sua imunidade parlamentar (MENDONÇA, 2002, p. 198-200).

E, por fim, mantendo os traços característicos de suas culturas políticas, ambas as publicações pesquisadas mantiveram suas perspectivas: OESP continuou alimentando, intensamente, seu discurso contrário ao governo, estruturando toda uma perspectiva oposicionista ao mandato do ex-governador mineiro e do ex-ministro do Trabalho, ainda mantendo a figura de Vargas como a grande vilã de todos esses acontecimentos (GOLDSTEIN, 2017, p. 219). Já a UH construiu sua visão com base no apoio às ações do Executivo, levando em conta que suas medidas visavam o desenvolvimento do país e auxiliariam os trabalhadores, sendo que aquelas que foram organizadas por Jango tiveram amplo suporte nas páginas da publicação carioca, que deixara as desavenças com o político gaúcho de lado.

Ambos os jornais continuaram a alimentar suas culturas políticas na década seguinte: com o imenso período de crise que culminou na movimentação civil e militar de 1964, OESP foi um dos atores mais ativos do golpe, dando pleno apoio para a implantação do regime de exceção contra um de seus principais inimigos, João Goulart (SALONE, 2009, p. 369-378). Já a UH, agora bastante próxima ao então presidente, defendeu seu governo até os últimos momentos, movimentando-se imensamente para barrar a intensa organização de grande parte do Exército, UDN e vários grupos da sociedade civil que, em conjunto, agiram para tirar o representante do PTB do poder (WAINER, 1988, p. 253-257).

Um dos primeiros jornais empastelados após o golpe, UH perdeu suas sucursais e, após voltar do exílio na Europa, Wainer vendeu o jornal para o grupo Folha, no início dos anos 1970. O jornalista passou a ser empregado do próprio grupo que adquirira a publicação, assinando uma coluna no diário até sua morte, em 1980 (ROUCHOU, 2004, p. 199-201).

Já OESP, embora voltou-se contra às primeiras ações do governo militar de Castelo

Branco, manteve o apoio às demandas centrais do novo regime. Júlio de Mesquita Filho ficou até 1968 no comando do jornal, publicando nesse ano seu último editorial (OESP, *Instituições em frangalhos*, 13/12/1968), criticando o rumo que as coisas tinham tomado (embora não questionando as instituições políticas propriamente). Por fim, o então ex-diretor do jornal paulista faleceu no ano seguinte, em 1969 (SALONE, 2009, p. 385-390).

Em linhas gerais, a busca na tese foi comprovar, passando pelas páginas das duas publicações, como essas procuraram informar e formar seus leitores, de fato, principalmente entre 1954 e início de 1956, indo da crise do governo Vargas até a posse de JK, entendendo que todos os eventos ocorridos nesse período estiveram intrinsecamente relacionados.

Nessa perspectiva, é importante indicar que a imprensa não é, necessariamente, um quarto poder: ela possui suas limitações. Não há indícios de que tanto OESP quanto UH conseguiram influenciar seus leitores a tal ponto de seguirem, totalmente, suas indicações e colocações. No entanto, a disputa no campo jornalístico é contínua, sendo que seus agentes possuem a consciência de que vitórias e derrotas fazem parte do processo. Longe de assumir que os jornais pesquisados foram canais determinantes para o processo político, esse trabalho parte do princípio de que eles foram meios que buscaram influenciar a política de seu período, conseguindo êxitos em alguns aspectos e colhendo, em inúmeras situações, frustrações em relação ao que era pretendido, principalmente nos processos eleitorais.

Assim, é plausível afirmar que, tanto OESP quanto UH buscaram, dentro de suas ações jornalísticas, serem agentes políticos, defendendo suas respectivas culturas políticas, que coadunavam com as culturas políticas em disputa no campo político brasileiro. Nessa intersecção conflituosa, mas ao mesmo tempo irresistível, as publicações tornaram-se, cada um ao seu modo, partes importantíssimas para uma maior e melhor reflexão sobre a história política de um passado recente do país que, em essência, também é a nossa.

8. REFERÊNCIAS

FONTES

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. 3º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ANAIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. RIO DE JANEIRO: SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1953, ANO XIV. RIO DE JANEIRO, IBGE: 1953.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1955, ANO XVI. RIO DE JANEIRO, IBGE: 1955.

BRASIL, Decreto-Lei n. 1915, de 27 de nov. de 1939. **Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

BRASIL. Congresso. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

BRASIL. Congresso. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: [www.planalto.gov.br]

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955 v. 3 (parte 2)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

CAFÉ FILHO, João. **Do Sindicato ao Catete. Memórias Políticas e Confissões Humanas.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1966, 2 v.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria Editôra Coelho Branco, 1956.

D'ARAÚJO, Maria C. S. (org). **Getúlio Vargas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011 (Série perfis parlamentares; n. 62).

LACERDA, Carlos. **A exposição anticomunista.** Observador econômico e financeiro. V. 3, nº 36, jan. 1939 apud MENDONÇA, Marina G. **O demolidor de presidentes.** 2ºed. São Paulo: Códex, 2002.

_____. **Depoimento.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.

LOTT, Henrique B. D. T. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978).** Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

MESQUITA, Júlio de. **A guerra (1914-1918).** São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002, 4 v.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 de novembro de 1925.

_____. **“Memórias de um revolucionário”. Notas para um ensaio de sociologia política.** São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1954.

MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho.** São Paulo: Albatroz; Loqui; Terceiro Nome, 2006.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

MOURA, Nero. **Um vôo na história.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

ROCHA, Munhoz. **Radiografia de Novembro**. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S. A., 1960.

SALGADO, Plínio. **Livro Verde da Minha Campanha**. São Paulo: Editora Livraria Clássica Brasileira, 1956.

SILVEIRA, Joel. **Memórias de alegria**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SOUZA, Rivadavia de. **Botando os pingos nos is: as inverdades nas memórias de Samuel Wainer**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

TAVORA, Juarez. **A caminhada no altiplano**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976a, volume 2.

_____. **Uma vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976b, volume 1.

_____. **Voltando a planície**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976c, volume 3.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ZENHA MACHADO, Francisco. **OS ÚLTIMOS DIAS DO GOVÊRO VARGAS (A CRISE POLÍTICA DE AGÔSTO DE 1954)**. Rio de Janeiro: Editora Lux, 1955.

Jornal **A Província de São Paulo**. Edições de 1875 a 1889.

Jornal **A Tribuna da Imprensa**. Edições de 1949 a 1956.

Jornal **A Última Hora**. Edições de 1951 a 1956.

Jornal **Correio da Manhã**. Edições de 1951.

Jornal **Correio Paulistano**. Edições de 1875.

Jornal **O Estado de São Paulo**. Edições de 1917 a 1956.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira A; BELOCH, Israel, LAMARÃO, Sérgio T. de N; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (orgs). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, 5 v.

ABREU, Alzira Alves de (org.). **Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. 3º ed. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

ALMOND, Gabriel A. **Una disciplina segmentada: escuelas y corrientes em las ciencias políticas**. México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

ANDRADE, Carlos D. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARGOLO, José A; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz A. **A Direita Explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008 (Coleção Grandes Escritores Brasileiros; v. 1).

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada: problemas e discussões. Inquérito para O Estado de S. Paulo**. 2 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, Lia C. **NO TEMPO DO RÁDIO: Radiofusão e Cotidiano no Brasil. 1923 – 1960.** Tese de doutorado. História. Universidade Federal Fluminense, 2002.

BADIE, Bertrand. **Culture et politique.** Paris: Economica, 1993.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira.** 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BALZAC, Honoré. **Os jornalistas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, Theodoro de. **Imprensa era dominada por um grupo familiar até 1950.** In: CAMPOS, Anderson (org.). **Nos tempos de Wainer: a Última Hora de Samuel.** Rio de Janeiro: ABI-Copim, 1993.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENEVIDES, Maria V. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política.** In: RIOUX, Jean P.; SIRINELLI, Jean. **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

_____. (dir). **Les cultures politiques en France.** Paris: Le Seuil, 1999 (col. L'Univers historique).

BIROLI, Flávia. **Com a corrente – modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950**. Tese de doutorado em História. Unicamp, IFCH, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO G. **Dicionário de Política**. 11º ed. Brasília: Editora da UNB, 1998, 2 v.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BORGES, Vavy P. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista – História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAGA, Sergio S. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998, 2 v. (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6).

BRUINELLI, Tiago O. **LINDOLFO COLLOR: múltiplas narrativas**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2013.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BUSETTO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **Júlio Mesquita e seu tempo. O jornal do prelo, locomotores da república (1927/1862-1897)**. São Paulo: Mameluco, 2015.

CAPELATO, Maria H. R. **Os arautos do liberalismo: 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____.; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARVALHO, Aloysio C. **O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas**. Niterói: Editora Nitpress, Ediotra da UFF, 2012.

CARVALHO, José M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (Nova biblioteca de ciências sociais).

CARVALHO, Rafiza L. V. R. **Harold Lasswell e o Campo da Comunicação**. Brasília: Tese da UNB, 2012.

CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobrás nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras: Assis, 2005.

CARNEIRO, Glaucio. **Cunha Bueno, história de um político: formação, trajetória, bandeiras, organização de um homem público de São Paulo – 1918/1991**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

CASALECCHI, José E. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASCUDO, Luís C. **Locuções tradicionais no Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Henrique C. O. **"Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina."** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v.ol. 2, nº.1, jan-jun. 2008.

CHAIA, Vera L. **A liderança política de Jânio Quadros (1947 – 1990)**. Ibitinga: Humanidades, 1992.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: DIFEL, 1968.

_____. **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.

CORBISIER, Roland. **JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

COSTA, Luís R. A. **Bota o retrato do velho Getúlio outra vez: a campanha presidencial de 1950 na imprensa do Rio de Janeiro**. Niterói, 2014. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense.

D'ARAÚJO, Maria C. S. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política.** 2º ed. São Paulo: Ática, 1992 (Série Fundamentos; 90).

_____. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DANTAS NETO, P. F. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974).** Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org). **A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DEL VECCHIO, Ângelo. DIÉGUEZ, Carla (org). **As Pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil.** São Paulo: Sociologia e Política, 2008.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais.** São Paulo: Ed. Da Unesp, 2014 (Coleção estudos internacionais).

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULCI, Otávio S. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG PROED, 1986.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 2 v.

_____. **Getúlio Vargas: Biografia Política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

DUQUE FILHO, Álvaro X. **Política internacional na revista Diretrizes (1938-1942)**. Assis, 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

ESTEVES, João P. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2011.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Revolução de 30. Historiografia e História**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FERRARI, Danilo W. **A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FERREIRA, Antônio C. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (orgs). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano; v.3).

_____. **João Goulart: uma biografia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FIDELIS, Thiago. **Tostão contra o milhão. A trajetória política de Jânio Quadros pelo jornal O Estado de S. Paulo (1947/1955)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015 (Luminária Acadêmica).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999 (Coleção biblioteca básica brasileira).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 16 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979 (Biblioteca universitária. Ciências sociais; v. 23).

GAMA NETO, Ricardo B. **A política da insensatez: O Desmonte da Máquina Pessedista (1952-1958)**. Dissertação de Mestrado. UFPE. CFCH. Ciência Política, 1995.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1986.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela C. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____.; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil**. Raleigh: Editorial A Contracorriente, 2017 (SERIE HISTORIA Y CIENCIAS SOCIALES).

GUIMARÃES, Maikio. **Caso última hora: a crise que mudou o curso da história**. Porto Alegre: BesouroBox, 2011.

GUIMARÃES, Valéria. **Os fait divers na imprensa do Brasil e da França**. In: GUIMARÃES, Valéria (Org.). **Transferências culturais: o exemplo da imprensa na França e no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Edusp, 2012.

HECKER, Alexandre. **Socialismo Sociável: História da esquerda democrática em São Paulo (1945 – 1965)**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998 (Prismas).

HENRIQUES, Affonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Record, 1966, 3 v.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 – 64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 85).

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGLEHART, Ronald. **Cultura política y democracia estable**. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 42, 1988.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. Rio de Janeiro: INEP, 1959.

LASSWELL, Harold. **Propaganda technique in the World War**. New York: Peter Smith, 1938.

LAURENZA, Ana M. de A. **Lacerda x Wainer – O corvo e o bessarabiano**. 2º ed. São Paulo: SENAC, 1998.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEOPOLDI, Maria A. P. **O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54)**. In: GOMES, Angela C. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LIRA NETO, José. **Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LONG, Tom. **Latin America confronts the United States: asymmetry and influence**. New York: Cambridge University Press, 2015.

LOUZEIRO, José. **O Anjo da Fidelidade – A História Sincera de Gregório Fortunato**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.

MATTOS, Marcelo B. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

MELLO, Nelson C. **Conversando é que a gente se entende: dicionário de expressões coloquiais brasileiros**. São Paulo: Leya, 2009.

MENDONÇA, Marina G. **O demolidor de presidentes**. 2ªed. São Paulo: Códex, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo P. S. (org). **Cultura política na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002.

PADRON, Francisco M. **HISTORIA de UNAS RELACIONES DIFICILES (EEUU-AMERICA ESPAÑOLA)**. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1987.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999 (Coleção Mundo do Trabalho).

PARSONS, Talcot. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Liv. Pioneira Ed., 1974.

PAULO, Heloísa. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Livraria Minerva, 1994 (Coleção Minerva-História 11).

PEDROZA, Manoela. **Sanear, Despejar, Resistir. Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 e 1960.** Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, UNICAMP, Volume 4, Número 2, Setembro 2010, P. 105-135.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma.** São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHO NETO, Demosthenes M. **O interregno Café Filho: 1954-1955.** In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.): **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

PONTES, José A. V. **Julio de Mesquita Filho.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

PRADO, Maria L. C. **A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934).** São Paulo: Editora Ática, 1986 (Ensaio; 115).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRESTES, Anita L. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35).** São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS FILHO, Daniel A. **Luiz Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o correio brasileiro.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

ROCHA, Carlos V. **Democracia em duas dimensões: cultura e instituições.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 863-880, set/dez. 2009.

ROUCHOU, Joelle. **Samuel: duas vozes de Wainer**. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global Ed., 1982.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho**. Rio de Janeiro: Albatroz Editora, 2009.

SANDER, Roberto. **O crime que abalou a República: violência, conspiração e impunidade no crepúsculo da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Maquinária, 2010.

SEGATTO, José A. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Heber R. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **1954: um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Raul M.; CACHAPUZ, Paulo B.; LAMARÃO, Sérgio (org). **GETÚLIO VARGAS E SEU TEMPO**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

SIMON, Pedro. **Atualidade de Alberto Pasqualini**. Brasília: Senado Federal, 2010.

SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999 (Coleção Ciências Sociais).

SIQUEIRA, Carla V. **“SEXO, CRIME E SINDICATO”: Sensacionalismo e populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas**

(1951 – 1954). Rio de Janeiro: 2000. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 a 1964).** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson W. **A história da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **História militar do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964.** 3 ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRE, Juan C. **Introducción a los años peronistas.** In: TORRE, Juan C. (Dir.) **Los años peronistas (1943-1955).** Nueva Historia Argentina, Tomo 8. Sudamericana: Buenos Aires, 2002.

_____.; RIZ, Liliana. **Argentina desde 1946.** In: LYNCH, John (org). **Historia de La Argentina.** Planeta: Buenos Aires, 2002.

TORGAL, Luís R. **Estados Novos, Estado Novo: vol. I e II.** 2º ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VALE, Osvaldo T. **O General Dutra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

VIANNA, Sergio B. **A política econômica no Segundo Governo Vargas: 1951-1954.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1987.

VITORINO, Artur J. R. **Máquinas e Operários: Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a, v. 1.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999b, v. 2.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999c (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia).

_____.; COHN, Gabriel (org). **Weber**. 7º ed. 5º imp. São Paulo: Editora Ática, 2003.

WIRTH, John D. **A política do desenvolvimento na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1973.